UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

O Castelo de Sines; Arquitetura (d)e Memória

Volume I

Ricardo Manuel Estêvão da Silva Pereira

Orientador: Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História de Arte, na especialidade de Arte, Património e Restauro

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

O Castelo de Sines; Arquitetura (d)e Memória

Ricardo Manuel Estêvão da Silva Pereira

Orientador: Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História de Arte, na especialidade de Arte, Património e Restauro

Júri:
Presidente: Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Associado com Agregação e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Vogais: - Doutor Mário Jorge Lopes Neto Barroca, Professora Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1.º arguente)

- Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira. Professos Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (2.º arguente)
- Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (vogal)
- Doutor Fernando Artur Jorge Grilo, Professos Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (vogal)
- Doutor Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos, Investigados Doutorado do ARTIS – Institudo de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (vogal)
- Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (orientador)

2025

Agradecimentos

A presente tese nunca teria existido não fosse a persistência e o incentivo do Professor Doutor Vítor Serrão, para que organizasse e aprofundasse a informação recolhida acerca do Castelo de Sines, antes, durante e depois da sua reabilitação.

Naturalmente que a perspetiva com que abordamos o tema, alicerçada no território e tendo sempre em vista o seu futuro, deve muito à aprendizagem em diálogo com José António Falcão, António Martins Quaresma e Isabel Inácio. Não podendo esquecer também as longas conversas com o saudoso Professor Costa Lobo acerca do território e seu planeamento, bem como com Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares acerca dos vestígios arqueológicos e das preciosas informações que estes nos dão.

Nunca poderíamos ter disposto das condições necessárias para esta longa tarefa sem todo o apoio da equipa da Câmara Municipal de Sines e dos três presidentes que a lideraram durante este processo: Francisco do Ó Pacheco, Manuel Coelho e Nuno Mascarenhas. Naturalmente que a pequena equipa do Museu tem aqui um papel especial, com destaque para Luísa Bruno e Isabel Castanhito, que mais diretamente acompanharam a sua evolução.

Às equipas dos diversos arquivos, pela permanente disponibilidade na ajuda, Arquivo Histórico Municipal de Sines, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Histórico Militar, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Instituto Geográfico Português, Museu Nacional de Arqueologia, Museu de Lisboa, entre outros referidos no texto.

Resumo

O Castelo de Sines começou a ser erguido em inícios do século XV, dominando uma baía com enorme potencial pesqueiro e comercial, mas assolada pelos perigos do corso, das tempestades de inverno e afastada das principais rotas do comércio terrestre. A sua estrutura edificada rapidamente ficou desatualizada, sendo pouco eficaz perante o desenvolvimento da pirobalística, no entanto a sua capacidade dissuasora permaneceu perante a especificidade da ameaça. Recebeu uma guarnição permanente no reinado de Filipe I, que o habitou até meados do século XIX, com poucos recursos e equipamentos militares, mas que garantiu a conservação do imóvel durante esse longo tempo. A importância da praça de guerra foi assim reconhecida pela administração central, o que a salvou da ruína, mas essa importância era muito relativa, pelo que nunca se realizaram alterações profundas ou até a demolição e substituição por uma fortaleza moderna, como aconteceu em tantos outros lugares.

O presente trabalho começou por se centrar na recolha do máximo de informação possível, necessária à elaboração e implementação de um projeto de recuperação e musealização do Castelo. Em fase de obra centrou-se a atenção na recolha de outro tipo de informação, nomeadamente da arqueologia vertical, o que veio ajudar a preencher lacunas no conhecimento. Numa terceira etapa procurou-se aprofundar o conhecimento das estratégias que no passado haviam sido postas em prática para permitir a conservação das estruturas militares, procurando encontrar aí lições úteis para o futuro. Na mesma perspetiva procurou destrinçar-se o caminho que conduziu à transformação do Castelo num bem patrimonial, o que surpreendentemente aconteceu muito tardiamente, apesar de diversas figuras ligadas ao Castelo terem desenvolvido projetos de valorização da História Local.

Por fim, apresentam-se projetos em que se ensaia uma estratégia de valorização dos vestígios materiais do passado e das suas memórias, com vista a uma requalificação do espaço público e ao reconhecimento deste imóvel classificado como um património da cidade e das suas gentes, convidando à descoberta e à participação, reintegrando-a no dia-a-dia da cidade e garantindo que a necessidade de conserva-la estará sempre presente no pensamento de todos.

Palavras-Chave:

Castelo de Sines, Arquitetura Militar, Património, Restauro, Castelologia.

Abstract

Sines Castle began to be built at the beginning of the 15th century, dominating a bay with enormous fishing and commercial potential, but threatened by privateering, winter storms and located far from the main land trade routes. Its structure quickly became outdated, being inefficient in the face of the development of pyroballistics, however its deterrent capacity remained, in view of the specificity of the threat. It received a permanent garrison during the reign of Philip I, who inhabited it until the mid-19th century, with few resources and military equipment, but which guaranteed the conservation of the property during this long period of time. The importance of the Castle was thus recognized by the central administration, which saved it from ruin, but this importance was very relative, so profound changes were never carried out, or even demolition and replacement by a modern fortress, as happened in so many other places.

The present work began by focusing on collecting as much information as possible, necessary for the preparation and implementation of a project to restore the Castle. During the construction phase, attention was focused on collecting other types of information, namely vertical archaeology, which helped to fill in gaps in knowledge. In a third moment, we sought to deepen knowledge of the strategies that had been put into practice in the past to allow the preservation of the military structures, seeking to find useful lessons for the future. At the same time, an attempt was made to untangle the path that led to the transformation of the Castle into a heritage asset, which surprisingly happened very late, despite the fact that several figures linked to the Castle have developed projects to enhance Local History.

Finally, some projects are presented in which is tested a strategy for valuing the material remains of the past and its memories, in view to restore the public space and the classified building as a common heritage, inviting people to discover and participate, reintegrating it into the day-to-day life of the city and ensuring that the need to conserve will always be present in everyone's mind.

Keywords

Sines Castle, Military Architecture, Heritage, Restoration, Castleology

Abreviaturas

Atrib.: atribuído a
Cod.: códice
coord.: coordenação
D.G.: Diário do Governo
D.R.: Diário da República
dir.: direção
doc.: documento
ed.: edição
fl.: fólio / fólios
in: em
Inv.: número de inventário
liv.: livro
mç.: maço
org.: organização
p.: página / páginas
s.l.: *sine loco* (sem lugar)
s.n.: *sine nomine* (sem nome de editor)
vol.: volume

Siglas e Acrónimos

ADS: Arquivo Distrital de Setúbal
AGS: Archivo General de Simancas
AHM: Arquivo Histórico Militar
AMS: Arquivo Municipal de Sines
AMSC: Arquivo Municipal de Santiago do Cacém
ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BA: Biblioteca da Ajuda
BNP: Biblioteca Nacional de Portugal
BPE: Biblioteca Pública de Évora
CMS: Câmara Municipal de Sines
DGEMN: Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC: Direção-Geral do Património Cultural
DPHADB: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja
GAS: Gabinete da Área de Sines
GEAEM: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar
GNR: Guarda Nacional Republicana
IGP: Instituto Geográfico Português
IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC: Instituto Português do Património Cultural
IHRU: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
MNAA: Museu Nacional de Arte Antiga

Índice

Volume I

1. Introdução 17

2. Uma Rápida Visão da Castelologia Portuguesa 27

3. O Estado da Arte 55

4. A Fortuna Crítica do Castelo de Sines 64

5. O Território. Recursos Naturais e Estratégias de Ocupação Humana 69

5.1 Os Recursos Naturais
5.1.1. A Água 69
5.1.2. A Terra 75
5.1.3. O Encontro da Terra e do Mar 82

5.2. Estratégias de Ocupação do Território 89
5.2.1. Os Primórdios da Ocupação Humana 89
5.2.2. O Primeiro Sítio com Condições de Defesa 97
5.2.3. O Regresso à Planície na Idade do Bronze 101
5.2.4. Vestígios de Atividades Portuárias da Idade do Ferro 102
5.2.5. A Ocupação Romana na Área do Castelo 103
5.2.6. Uma Basílica Visigótica 107

6. Sines Medieval Antes da Construção do Castelo 110

6.1. Uma Rábita Muçulmana 110

6.2. O Caminho Cristão para o Sul 114

6.3. D. Vataça Lascaris 122

7. A Decisão de Construção do Castelo e a Elevação de Sines a Vila em 1362 131

8. O Tempo da Construção sob o Governo do Infante D. João 139

8.1. A Construção e Conservação do Castelo 148

8.2. A Estrutura Edificada no Século XV 154

8.3. O Castelo e a Vila 159

9. O Tempo dos Alcaides-Mores 165

9.1. Funções e Obrigações do Cargo 165

9.2. Estêvão da Gama (alcaide-mor, c.1470-c.1497) 168
9.2.1. O Castelo em 1480 170
9.2.1.1. Os Baluartes 172
9.2.1.2. Os Paços 177
9.2.1.3. Montadas e Armamento 284

9.2.2. A ação de Estêvão da Gama no campo religioso 189

9.3. D. Luís de Noronha (alcaide-mor, c.1497-c.1500) 190
9.3.1. D. Luís de Noronha 190
9.3.2. Vasco da Gama 194
9.3.2.1. A Casa de Vasco da Gama 198
9.3.2.2. A Estratégia de Legitimação do Poder 198
9.3.2.3. A Construção da Nova Ermida de Nossa Senhora das Salas 201

9.4. Jorge Furtado de Mendonça (alcaide-mor e comendador c.1500-c.1540) 207
9.4.1. As alterações introduzidas no Castelo em tempos de Jorge Furtado de Mendonç 209
9.4.2. A intervenção como comendador: a igreja matriz e a fundação do convento de Santo António 220

10. O Tempo dos Capitães 251

10.1. A Ausência dos Alcaides-Mores. O primeiro duque de Aveiro, D. João de Lencastre, e seu filho D. Pedro Diniz (alcaides-mores e comendadores, 1554-c.1577) 227

10.2. A Implementação das Ordenanças e das Vigias da Costa 231

10.3. O Regresso dos Alcaides-mores como Capitães. 236
10.3.1. Francisco de Sá, 1º conde de Matosinhos (alcaide-mor e comendador 1579-1582) 236
10.3.2. Francisco de Sá de Menezes (alcaide-mor e comendador c.1585-c.1626) e as obras de modernização 239
10.3.3. Alexandre Massai (engenheiro militar, 1590-1638) 247
10.3.3.1. Os projetos para o Pessegueiro 247
10.3.3.2. A Calheta de Sines 252
10.3.3.3. O Castelo de Sines 256

10.4. A defesa de uma identidade histórica e religiosa: a escavação do Túmulo de São Torpes 265

10.5. Frei Paulino da Apresentação, Redentor Geral dos Cativos 271

11. O Tempo dos Governadores Militares 275

11.1. A Restauração e Consolidação da Independência 275
11.1.1. Sebastião de Sá de Menezes (alcaide-mor, comendador e capitão, 1626-1665) 275

11.1.2. João Ribeiro do Couto (governador militar (1665-c.1680) 282
11.1.2.1. Alcaides-mores e Comendadores 283
11.1.2.2. O Senhorio dos Duques de Aveiro 284
11.1.2.3. Um novo impulso contrutivo na dependência da Praça de Setúbal 286
11.1.3. Belchior de Torres de Siqueira (governador militar, c.1680 -c.1696) 287
11.1.3.1. João Rodrigues Mouro (engenheiro militar) 288
11.1.4. Bartolomeu Viegas (governador militar, 1696-1715) 322
11.1.5. João Pereira Fidalgo (governador militar, 1715.1730) 323
11.1.5.1. António Dias Borralho, Capitão de Ordenanças e o Retábulo do Senhor do Vencimento 324

11.2. Ao serviço de Marte e de Minerva – Os Governadores Militares nos Tempos do Iluminismo 295

11.2.1. Tomás de França e Liz (governador militar, 1731-1738) 295
11.2.2. Estêvão de Liz Velho (governador militar, 1738-1748) 296
11.2.3. O Pós-Terramoto de 1755 302
11.2.3.1. D. Bruno de Sousa Henriques de Almeida (governador militar, 1749-c.1762) 303
11.2.3.2. A Recuperação da Ermida de Nossa Senhora das Salas 306
11.2.3.3. Francisco Mendes de Carvalho (governador militar, antes de 1762 – antes de 1773) 308
11.2.4. Sebastião Luís de Lis Velho Mascarenhas (governador militar, 1773-1786) 310
11.2.4.1. Intervenções no Castelo 311
11.2.4.2. Outras Intervenções 316
11.2.5. Sebastião António Quartim (governador militar, 1786-1801) 317
11.2.5.1 As Jornadas de D. Frei Manuel do Cenáculo 321
11.2.5.2 Os Tetos Pintados das Casas do Governador 329
11.2.5.2.1. O Heroi que Nunca o Chegou a Ser 341
11.2.5.3. José Cornide: um instantâneo de Sines no ano de 1799 346

12. O Castelo em Guerra. As Invasões Francesas e a Guerra Civil 349

12.1. Bento Alberto da Gama e Sá (governador militar, 1804-1808) 349

12.2. José de Mello Britto (governador militar, 1814-1824) 353

12.3. Inácio da Cunha Gasparinho (governador militar, 1825-1833) 355

12.4. Dias Conturbados 361

12.5. O Embarque de D. Miguel para o Exílio 365

12.6. O Tempo das Guerrilhas 370

13. O Apagamento do Castelo como Estrutura Militar e a Emergência de um Novo Culto do Passado 378

13.1. O Castelo Sob o Regime Liberal 378

13.2. Novos Olhares Sobre o Passado 381

13.3. Os Raros Olhares Românticos Sobre o Castelo e o Património Edificado 391

14. O Castelo Sem Função Militar, que Futuro? 397

14.1. O Papel da Câmara Municipal de Sines e da imprensa local entre 1914 e 1933 397

14.2. O Olhar dos Arqueólogos e Arquitetos 413
14.2.1. José Leite de Vasconcelos 414
14.2.2. D. Fernando de Almeida e José Miguel da Costa 419
14.2.3. Os Trabalhos Realizados pela DGEMN 429

15. A Recuperação do Castelo 447

15.1. O Pós 25 de Abril 447

15.2. O Início de um Projeto 453

15.3. O Castelo em Obras 456

15.4. Outras Estratégias Paralelas de Valorização 465

15.5. A Recuperação dos Espaços Exteriores 470

16. Conclusão 479

Índice de Ilustrações 482

Volume II

Documentos 1

Apêndices 317

Fontes 322

Bibliografia 359

E, tal como a fábrica sem esteios
Da nossa fantasia, também as torres
De nuvens coroadas, os palácios soberbos,
Os templos solenes, e até o globo imenso
E todos os que já o possuíram, se hão-de dissolver.
E, como aquele cortejo imaterial se dissolveu,
Nem uma leve névoa por rastro hão-de deixar.
Somos feitos da matéria com que se tecem os sonhos,

William SHAKESPEARE – *A Tempestade*.[1]

[1] William SHAKESPEARE (2009) – *A Tempestade*. Lisboa: Edições Cotovia. Ato IV, cena I, p. 113. Tradução de José Manuel MENDES, Luís Lima BARRETO e Luís Miguel CINTRA.

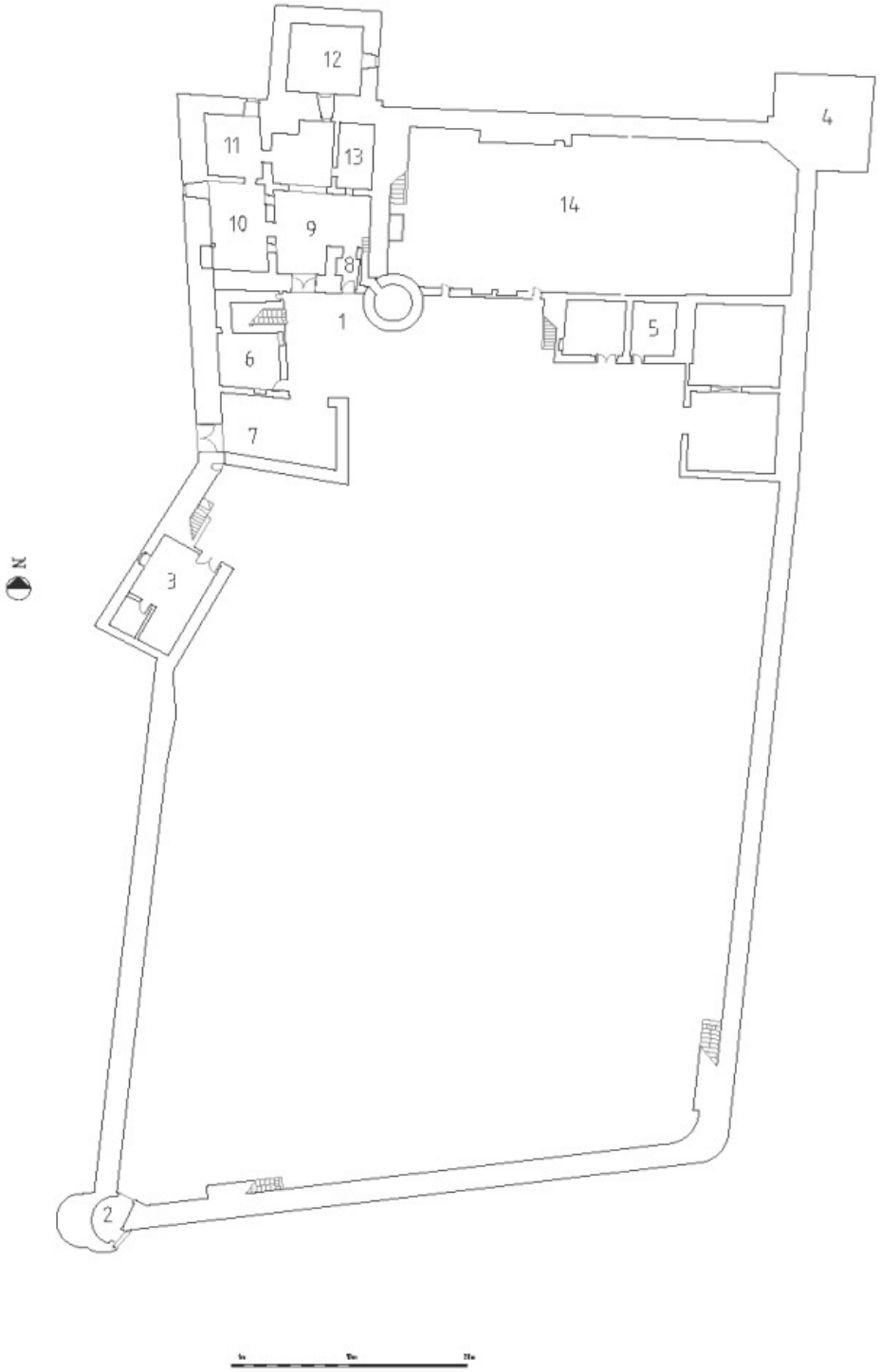


Figura 1 – *Planta Geral do Castelo de Sines.*

Legenda:

1. Porta de entrada dos Paços – designação da Visitação de 1480 – ou do Castelo propriamente dito, segundo a Visitação de 1517, que o situa dentro da cerca da vila, seguindo a mesma terminologia usada por Duarte de Armas para os castelos da Raia. A partir do século XVII aparece com a designação de Casas do Governador e no século XX como quartel da GNR.

2. Torre de Vigia, outrora encimada por uma guarita que permitia a permanência atenta de um soldado e que foi demolida em inícios do século XX.

3. Torre da Cegonha. Terminada por Estêvão da Gama antes de 1480, que a elevou e ameou, e aí instalou a adega. Posteriormente o r/c serviu de cavalariça e o 1.º andar de habitação, utilizada até meados do século XX pelo impedido do comandante da Guarda Fiscal.

4. Torre Mocha. Mandada rebaixar por Alexandre Massai, em finais do século XVI, para aí poder instalar canhões apontados para terra, defendendo os panos de muralha Norte e Nascente.

5. Aquartelamentos. Tiveram origem numa «Casa Torre» mandada construir por Jorge Furtado de Mendonça em inícios do século XIV – referida pela primeira vez na visitação de 1517 –, que aí instalou as cavalariças e os escravos. Posteriormente ampliada para alojamento dos militares, para os quais nunca foram suficientes. Serviu de quartel de bombeiros e da Mocidade Portuguesa, em meados do século XX.

6. Casa da Guarnição, hoje cecepção do Museu de Sines.

7. «Baluarte», segundo a designação da Visitação de 1480, demolido em inícios do século XX para facilitar o acesso ao interior do recinto muralhado.

8. «Baluarte», à porta dos Paços, segundo a designação da Visitação de 1480.

9. Pátio, coberto no século XVIII durante a profunda campanha de obras realizada após os estragos causados pelo terramoto de 1755.

10. Estrebaria instalada no tempo de Estêvão da Gama, anterior a 1480, posteriormente adaptada a cozinha por Jorge Furtado de Mendonça, antes de 1517, e mais tarde utilizada como armazém, quando a cozinha passou para o piso superior.

11. Despensa, em 1517, e posteriormente armazém. Em inícios da década de 1970 foi instalado um posto de transformação, desativado em 1998.

12. Torre de Menagem, com quatro pisos.

13. Câmara para as mulheres da casa – certamente criadas –, em 1517, apenas acessível a partir do 1.º andar por uma escada qua descia da câmara, hoje destruída após a abertura de uma porta em data incerta.

14. Quintal, vulgarmente designado «quintalão».

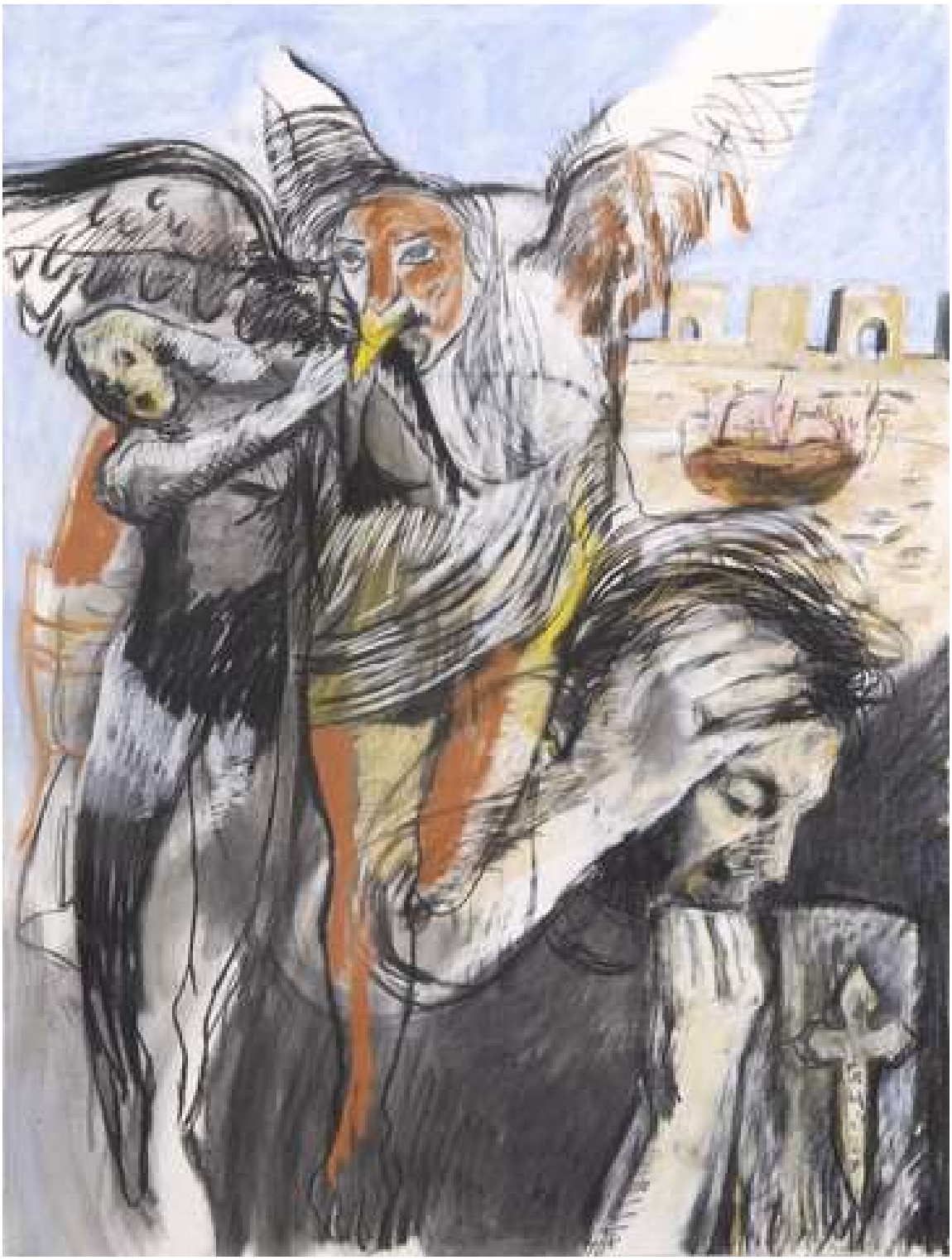


Figura 2 – Graça Morais, *A Festa da Abundância II*, 2005, carvão e pastel sobre papel, coleção da autora. Esta obra foi realizada durante a residência artística em Sines, onde a artista instalou o seu *atelier* no primeiro andar da antiga casa do governador militar do Castelo, de que se vê ao fundo um pano de muralha ameada e, em baixo, à direita, um dos marcos de propriedade da Ordem de Santiago.

1. Introdução

Apesar de, fatalmente, toda a construção humana caminhar para a desagregação e para a poeira, encontramos no Castelo de Sines um notável e tenaz sobrevivente, que chegou aos nossos dias conservando grande parte da sua materialidade histórica, mesmo tendo há muito perdido a função original, para a qual, de resto, sempre foram notórias as suas fragilidades. Construídas tardiamente, as muralhas rapidamente ficaram obsoletas como estruturas defensivas, apesar de terem continuado, por séculos, a projetar uma imagem de força e poder que lhes garantiram um importante efeito dissuasor de ataques vindos do mar. Foram erguidas num local onde os recursos financeiros e humanos sempre foram escassos e as condições ambientais fortemente adversas à conservação do edificado, pelo que ainda mais nos surpreende a sua longevidade, que é um dos pontos fundamentais que iremos estudar, procurando compreender os mecanismos que garantiram as sucessivas campanhas de construção, recuperação e manutenção, assim como os seus protagonistas, que se foram alterando, naturalmente, com a própria reorganização das estruturas militares que, em Sines, permaneceram operacionais até meados do século XIX, e dos organismos que lhe sucederam.

Esse caminho levar-nos-á a perceber porque é que o Castelo não entrou em ruína, nem mesmo desapareceu, como tantos outros, mas temos de contrabalançá-lo com a análise de uma outra realidade, igualmente relevante, mas de resultado aparentemente oposto: o parco investimento que foi sendo feito nesta praça, considerada de importância secundária – apesar de o seu potencial sempre ter sido reconhecido –, o que levou a que nunca tenham sido feitas obras mais profundas, que tivessem alterado significativamente a estrutura quatrocentista, ou mesmo conduzido à sua demolição e substituição, como aconteceu em muitos outros sítios. Do equilíbrio destas duas forças cremos que resulta a resposta para a sobrevivência desta fortaleza, sem significativas alterações.

Mas se a estrutura edificada se manteve pouco alterada ao longo dos séculos, o mesmo não aconteceu com a sua função que, de recinto fechado, destinado a manter à distância aqueles que lhe eram estranhos, se transformou, nos nossos dias, num espaço de acontecimentos culturais, que acolhe todos, e particularmente quem vem de fora e quer conhecer a história local e os seus testemunhos materiais, conservados no museu que alberga. Para dar cumprimento a essa missão, o Castelo assume-se hoje como uma casa que não é apenas um contentor de artefactos, mas se torna igualmente protagonista, trazendo consigo as memórias de um percurso multissecular, de que se podem ler marcas nas próprias estruturas e na sua envolvente, sendo os seus anacronismos, que no passado

a desqualificavam aos olhos dos responsáveis militares, hoje vistos como valiosas sobrevivências.

Do confronto da documentação arquivística com as evidências arquitetónicas e arqueológicas emerge a memória palpável de homens como Estêvão da Gama, de cuja campanha de obras ainda se identificam diversos vestígios, nomeadamente o «baluarte» com que defendeu a porta principal[2], ou até mesmo aqueles que não tiveram qualquer função militar, como D. Frei Manuel do Cenáculo, presente no oratório onde realizou diversos crismas[3], quando procurava em Sines a paz e tranquilidade que lhe permitiam dedicar-se à escrita e à Arqueologia. De centenas de outros homens que habitaram o Castelo e garantiram a sua conservação, muito pouca informação nos chegou, apesar dessa estrutura humana ter sido, talvez, mais importante para a defesa do local do que as próprias muralhas que a albergaram.

Colocamos também como questão central esclarecer o processo pelo qual a identificação do valor patrimonial do imóvel levou à sua consagração como epicentro da identidade histórica local, fenómeno recente, pois ainda nos inícios do século XX se pedia a sua demolição[4], mas cujo caminho não é estranho à precursora ação de algumas das figuras que marcaram a história do Castelo, como Alexandre Massai, Estêvão de Liz Velho ou o próprio Cenáculo.

Procuraremos reconstituir, peça a peça, a intrincada teia de poderes que *amarra* o Castelo quer à realidade local, quer ao contexto nacional, e algumas vezes até internacional, o que implica identificar os principais detentores desse poder, muitos dos quais totalmente esquecidos pela historiografia local, que até recentemente era esmagada pela presença de Vasco da Gama[5], que ofuscava quase todos os outros. Procuraremos assim fazer emergir figuras concretas, reconstituir, tanto quanto possível, sumariamente, as suas biografias, como homens reais, que se confrontaram com problemas, umas vezes banais, outras vezes que ultrapassaram as suas capacidades de ação, na perspetiva do que defendeu Ralph Waldo Emerson: «não há propriamente História, apenas Biografia»[6], ou dos caminhos

[2] *Visitação a Sines em 1480*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 1, doc. 29, fl. 5v.
[3] BPE, Cod. CXXIX/1-19, fl. 81.
[4] A Câmara Municipal pretendeu obter a posse do imóvel, em inícios do século XX, para o demolir, conservando a casa do Governador no meio de um jardim (ver. Cap. 14.1). Mesmo depois da sua classificação como Imóvel de Interesse Público, continuaram a levantar-se vozes, como a de Júlio Gomes da Silva, que até à década de 1960 continuou a batalhar pela demolição dos panos de muralha. Ex: Júlio Gomes da SILVA (1959) – Problemas de Sines; Em vez do arranjo das muralhas do castelo: – Um museu municipal e um miradouro com acesso à praia por meio de elevadores. *Diário Ilustrado*. 14 de maio de 1959.
[5] Não é de estranhar, pois, que duas das primeiras obras dedicadas a Sines se intitulem: *Breve Notícia de Sines; Pátria de Vasco da Gama* (1850) e *Sines; Terra de Vasco da Gama* (1973).
[6] Ralph Waldo EMERSON (1980) – *The Collected Works of Ralph Waldo Emerson; Essays; First Series*. Cambridge, Massachusetts; London: Harvard University Press. Introdução e notas de Joseph SLATER; fixação do texto por Alfred R. FERGUSON e Jean Ferguson CARR.

seguidos pela Micro História, que se focou, a partir da década de 1970[7], no estudo exaustivo e minucioso de uma realidade concentrada ou numa figura concreta, das que escaparam durante séculos à atenção da História, procurando, não as grandes sínteses nem as abstrações, mas sim a realidade dos fenómenos, de acontecimentos concretos e específicos. Apesar desse método de abordagem poder parecer contraditório com o objetivo de estudar um tempo tão vasto, ele permite-nos descobrir as grandes constantes, os fenómenos de longa duração, que revelam rotinas seculares e aspectos até há pouco tempo raramente abordados pela História, como o fez a Escola dos *Annales,* na senda de Marc Bloch ou de Fernand Braudel – como não lembrar aqui *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* – e dos seus continuadores Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Naturalmente que nos revemos no que constatou Sarah Speight, ao análisar os estudos sobre castelo feitos na passagem do século XX para o XXI: «we see a strong focus upon the examination (and excavation) of individual monuments and a routine placing of these within local and regional context. The downside of this is that there is less synthesis, fewer attempts to explore castels on a bigger canvas»[8].

O Castelo é, pois, um ser delicado porque cada detalhe pode ser relevante para compreender até a mais pequena destas histórias, por isso a sua recuperação se revestiu de particular atenção à conservação e leitura dos mais – aparentemente – insignificantes elementos, que não poderiam ser falseados, pois como escreveu Fernando Távora, há que

> (…) referir que a obra do passado constituindo um valor cultural do espaço, e porque este é irreversível, não podendo vir a ser o que já foi ou mesmo continuar a ser o que foi, (…) não deverá ser actualizada pela utilização do «pastiche». Solução que denuncia apenas a incapacidade de encontrar aquela outra que, por contemporânea, possa ombrear – sem ofuscar nem ser ofuscada – com o valor que o passado nos legou.[9]

O Castelo é hoje visto como um importante *monumento*, mas há que o descobrir como *documento* da sua própria história, ou das suas pequenas histórias, ao mesmo tempo que se desmontem as estratégias que, em momentos diferentes, fizeram dele um *monumento* de diferentes significados consuante a sua utilização pelo poder vigente[10]. Tomaremos igualmente atenção à leitura da documentação arquivística – e das suas lacunas –, ela própria espelho e instrumento de poder porque, como escreveu Zumthor, «O escrito, o texto é mais frequentemente *monumento* do que *documento*» e o edificado, que nos

[7] Para uma abordagem das suas origens, ver por exemplo: Edoardo GRENDI (2009) – Micro-Analyse et Histoire Sociale. *Écrire l´Histoire.* n.º 3, p. 67-80. Reedição do artigo de 1977.
[8] Sarah SPEIGHT (2004) – British Castle Studies in the Late 20th and 21st Centuries. *History Compass.* 2
[9] Fernando TÁVORA (2006) – *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações. p. 58.
[10] Jacques LE GOFF (1984) – Documento / monumento. In *Enciclopédia Einaudi.* Vol. 1. p. 102.

habituámos a ver como *monumento* constitui também um importante *documento*, que guarda na sua materialidade importantes testemunhos não escritos.

Le Goff sublinhou que «o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo, os historiadores». Ao que temos a acrescentar os decisores políticos e técnicos intervenientes nos projetos de recuperação, que têm o poder de obliterar partes significativas do *documento* arquitetónico ou urbanístico.

Ao fazer incidir luz sobre, pelo menos, seis séculos de documentação, constatámos, logo à partida, a enorme diferença dos materiais conservados de cada época, o que não permitiu uma homogeneidade de critérios de organização de todos os capítulos, acabando essa diversidade por caracterizar a própria natureza do poder e da máquina burocrática que os produziu. Assim, num primeiro momento destacam-se as visitações da Ordem de Santiago, que a partir de 1480 nos dão valiosas informações, quer sobre a ação religiosa, quer militar dos espatários, indo esta perdendo importância até quase desaparecer nas últimas atas quinhentistas. Destaca-se, neste contexto, o *Termo de Posse* de 1533[11], por constituir a mais rica e detalhada descrição do interior das casas da Alcaidaria, para as quais não se conhece qualquer outro paralelo. Com a anexação do governo da Ordem à Coroa passam a ganhar papel incontornável os livros das Chancelarias, de Mercês e, durante as Guerras da Restauração, as consultas do Conselho de Guerra. Por outro lado, só a partir de 1655 encontramos documentação municipal, tendo-se perdido os livros de atas mais antigos. A partir do século XVIII começam a surgir notícias nas gazetas e depois nos jornais oitocentistas. Paralelamente, a documentação gráfica emerge ao redor de 1620, com o primeiro levantamento do Castelo realizado por Alexandre Massai, onde para além da planta geral se incluem os alçados, integrados no seu tratado manuscrito *Descrição do Reino de Portugal*[12]. Teremos de esperar por 1781 para encontrarmos a primeira planta do interior das casas das casas do governador.

Felizmente, a iconografia do Castelo é rica[13] e procurámos dissecá-la a par da documentação escrita. Chegou até nós um relevante conjunto de levantamentos e projetos de alteração, que vão de inícios do século XVII até meados do século XX, associados à função

[11] ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, *Colecção Especial*, cx. 158.
[12] Lívio da Costa GUEDES (1989) – *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII: a descripção de Alexandre Massaii (1621) - (II tratado)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
[13] Veja-se por exemplo: António Martins QUARESMA (2007) – *Alexandre Massai; A "Escola Italiana" de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes; *Idem* (2011) – Litoral alentejano: dois séculos de cartografia (XVII e XVIII). In *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica* [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Consult. 20 jan. 2018]. Disponível em: WWW<:URL:http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/34.pdf.

militar que se manteve presente. Procurámos explorar este campo e produzir novos levantamentos de paramentos e pormenores que ajudassem a fazer a leitura das diversas fases construtivas do monumento. Fizemos sobreposições, comparações de plantas, ousámos algumas reconstruções hipotéticas e mostrámos materiais de divulgação produzidos durante este processo, onde, por vezes, a lição do passado também está presente.

A partir de finais do século XIX começamos a encontrar o Castelo nos registos fotográficos, normalmente como elemento de uma cenografia urbana que enquadra a praia, espaço central da vila. Um olhar mais próximo e objetivo só nos aparece nos levantamentos realizados pela DGEMN a partir da década de 1930.

Para além dos documentos em suporte de papel, mostramos como se foram desenvolvendo métodos de leitura das *pedras*, cujo primeiro registo remonta a André de Resende, que nas muralhas identificou inscrições romanas[14]. Há por isso que reconhecer o importante contributo da Arqueologia no aprofundamento do conhecimento do Castelo, em particular dos trabalhos realizados pela equipa de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que permitiram, entre outras importantes informações, estabelecer a datação das diversas construções[15]. Mas a Arqueologia não é hoje apenas a ciência que se dedica a desenterrar ruínas e tesouros, como popularmente se crê, é uma disciplina que alargou o seu objeto de análise a diversas áreas da cultura material e é hoje indissociável de qualquer projeto de recuperação de um edifício histórico, ganhando a cada dia novos terrenos, com o desenvolvimento de uma *Arqueologia Vertical* ou *Arqueologia da Arquitetura*[16], que aplica técnicas de leitura arqueológica não apenas às estruturas enterradas, mas também aos paramentos, lendo costuras, adições, sobreposições que revelam a cronologia da construção. A utilização de novas tecnologias permite-nos mesmo conhecer hoje o subsolo sem o ter de escavar, como fizemos no Castelo de Sines, recorrendo ao georradar e ao eletromagnetismo para uma primeira *visão* de toda a área intramuralhas, com o precioso auxílio da equipa do Centro de Geofísica da Universidade de Évora, coordenado por Bento Caldeira.

[14] André de RESENDE (1996) – *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Introdução, Tradução e Comentário de R. M. Rosado FERNANDES.
[15] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1998) – Para uma arqueologia do castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitana; Vasco da Gama e o Seu Tempo*. Lisboa: CNCDP; APS. p. 21. Catálogo.
[16] Patricia MAÑANA BARRAZÁS; Rebeca BLANCO ROTEA; Xurxo AYÁN VILA (2002) – Arqueotectura I: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura. *Tapa; Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio.* Santiago de Compostela. p. 11-99. Maria Magalhães RAMALHO (2002) – Arqueologia da Arquitectura; O método arqueológico aplicado ao estudo e investigação em património arquitectónico. *Cadernos/Património.* Lisboa. n.º 3, p. 19-29.

Propomos, por isso, fazer uma análise pluridisciplinar, que recorre, naturalmente, às conclusões da investigação de diversos outros profissionais, sem os quais este trabalho seria substancialmente mais pobre.

Não nos podemos esquecer que existe ainda o importante objetivo de divulgar e ajudar um público mais vasto a interpretar o que vê ao visitar o Castelo, dando pleno significado ao termo *monumento,* que deriva do latim *monumentum*[17], com raiz no termo *monere* que significa «fazer recordar». Porque, voltando a Le Goff, «o *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória colectiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.»[18]. Por isso, iremos mostrar como através das intervenções efetuadas, não só no edificado, como nos espaços públicos envolventes, se trabalhou utilizando também como material essa mesma memória.

A palavra *monumento* tem uma enorme riqueza de significados na língua portuguesa, apesar de hoje aparecer com um uso quase restrito a edifícios notáveis e impactantes, mas, ainda em finais do século XVIII, a capacidade de veicular uma memória podia mesmo estar associada a realidades tão díspares como uma cidade: «El Rei convocou um grande conselho para se decidir a questão delicada, se se restituiria Ceuta, que era o monumento mais Illustre delRei defunto»[19], ou uma companhia agrícola: «pois que sendo a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro hum dos mais illustres monumentos, que immortalizão o gloriozo Reinado do Senhor Rei D. José I.»[20].

Devemos a Alexandre Herculano uma belíssima explanação acerca do significado da palavra:

> Um monumento é um meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado. Essencialmente é só isso. Acidentalmente mil condições podem variar o seu modo de existir, mas a condição unicamente absoluta desse existir é o lembrar. Onde houver isso há monumento: o livro e o templo, o obelisco e a estátua, o palácio e a campa; a árvore e até o chão defeso e condenado a perpétua esterilidade podem ser os monumentos. O objecto lembrado, repito é a condição exclusivamente absoluta de um monumento.[21]

---

[17] Jacques LE GOFF, *op. cit.,* p. 95; Françoise CHOAY (1992) – *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Éditions du Seuil.
[18] Jacques LE GOFF, *op. cit*., p. 95.
[19] *Historia de Portugal* (1788). Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo II.
[20] Christovão GUERNER (1814) – *Discurso Historico Analytico Sobre o Estabelecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.* Lisboa: Impressão Regia. p. 3.
[21] Alexandre HERCULANO (s.d.) – *A Escola Politécnica e o Monumento.* p. 127. *Apud* Maria Helena MAIA (2007) – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri; IHA Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Poderíamos assim olhar hoje todo o território como um *monumento*, utilizando a memória como um dos elementos fundamentais também do seu planeamento e construção, como um dos mais ricos valores em causa quando se projeta o desenvolvimento do seu potencial. Por isso, a Convenção Europeia da Paisagem, redigida em Florença em 2000, veio «Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade». Por isso no alargámos na análise do contexto geográfico em que se insere o Castelo e que é fundamental para compreender a sua natureza as suas contingências históricas, na senda dos ensinamentos de Orlando Ribeiro[22].

A conservação da memória, e dos seus suportes materiais, implica, naturalmente, um enorme esforço, que acaba por se centrar numa escolha daquilo que é fundamental, em cada época, pois, como escreveu Frei Cláudio da Conceição, «o tempo estragador que destroe as estátuas, as inscripções, e todos esses monumentos, que os homens deixão á posteridade, para eternisar o heroísmo de suas acções, acabão, sem que fiquem vestígios do que forão: mas as producções do espirito são as que triunfão dos seculos»[23].

Em conclusão, este trabalho não segue uma via única para chegar à sua meta. Se por um lado consiste na investigação da história de um bem patrimonial, na sua componente física e humana, por outro apresenta o resultado de intervenções concretas sobre esse mesmo bem, quer na sua recuperação, quer na requalificação dos espaços envolventes e mesmo em novas edificações, que se pretendem coerentes com o todo e inseridas num contínuo fluir do tempo. Procura igualmente divulgar os resultados das observações feitas em obra, momento privilegiado de recolha de informação, que muitas vezes se perde devido a um insuficiente registo. É por isso uma oportunidade para voltar a rever todos os dados recolhidos, confrontá-los de novo com a documentação: «por agora, deixamos que tudo se cruze, se intercepte, se funda, se complete e acabe por se esclarecer…»[24], como escreveu Al Berto em 1983 no *Levantamento Cultural de Sines*.

De todo este trabalho resulta a constatação da necessidade de despertar a memória[25] do Castelo, da cidade onde se integra e das suas gentes. Mais do que apenas um *monumento*,

---

[22] Orlando RIBEIRO (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal: estudo crítico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

[23] Frei Claudio da CONCEIÇÃO (1818) – *Gabinete Historico* (…). Lisboa: Impressão Regia. p. XXII-XXIII.

[24] *Levantamento Cultural de Sines,* AMS, CMS, PC/7/1, 20 de outubro de 1983.

[25] A enorme abrangência desta palavra *Memória* nos nossos dias foi magistralmente sintetizada por Alain Rey: «Entre l'oubli et l'anamnèse, les occasions de mémoire, et parmi elles, ces fameux lieux de mémoire, concept essentiel mis au jour – tout le monde le sait – par Pierre Nora, sont les supports d'une certaine idée de la culture. Il faut bien rappeler que le mouvement de pensée qui fait le patrimoine métaphorique des nations dans l'institution risque d'être pris à la fois dans deux courants contradictoires: l'un sacralisant ce qui vient d'être nommé le devoir de mémoire, láutre fabriquant une sorte de rituel présent dans le langage, dans la communication politique, dans l'organization administrative, ce qui d'ailleurs fait en partie revenir la notion patrimoniale à ses origines économiques et financières.». Alain REY (2003) – Lexicographie du

ou seja, um edifício que conserva e transmite essa memória, procuramos que o Castelo seja visto como *património*, algo que é reconhecido por todos como valioso e como seu, que por isso merece ser conservado e transmitido de uma geração a outra. Assim, uma das principais preocupações do trabalho de investigação foi a de procurar redescobrir os laços históricos de ligação da população ao Castelo, o seu papel na construção e manutenção da estrutura edificada, a forma como foi vista por quem à sua sombra se abrigava e dependia da sua eficácia para se defender, das frustrações sentidas quando a administração central não dava resposta às mais prementes necessidades e deixava instalar-se o desânimo e o medo, ou quando, em contraste, os canhões disparavam salvas festivas e as tropas se perfilavam pelas ruas, acompanhando procissões e atos solenes.

Esse termo *património* é, como bem classificou Françoise Choay, um conceito «nómada»[26], cuja definição tem sofrido diversas reformulações nos últimos anos, alargando-se cada vez mais a campos até recentemente insuspeitos. A noção de posse de um bem cultural por parte de uma comunidade não reside num valor absoluto desse mesmo bem, mas sim no valor que esta mesma comunidade lhe atribui, num determinado momento e num determinado contexto cultural. Por isso, num mundo onde a sociedade e o seu quadro de valores estão em constante e acelerada mutação, é natural que aquilo que ela escolhe consagrar como seu património coletivo, legalmente classificado ou informalmente reconhecido, constitua um conjunto cada vez mais heterogéneo e vasto.

Sendo hoje a comunidade humana, seja ela local ou universal, um elemento central do processo de patrimonialização de um bem, torna-se cada vez mais importante integrá-la e incluí-la no processo, o que implica uma estratégia de comunicação bem definida e a realização de atividades que permitam estabelecer o diálogo e acolher a participação, enquanto que a investigação deve procurar identificar a presença e as relações dessa mesma comunidade com o bem patrimonial em causa, em vez de exaltar apenas os «heróis» e os poderosos. A importância desta estratégia ficou particularmente bem expressa na Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, de 2003[27], que estabelece o dever de «promover a educação para a protecção dos espaços naturais e lugares de memória cuja existência é necessária à expressão do património cultural imaterial»[28] e estimular a participação de indivíduos, comunidades e grupos nessa tarefa.

Patrimoine. In *Le Regard de l'Histoire; L'émergence et l'évolution de la notion de Patrimoine au cours du XXe siècle en France*. Paris: Librairie Arthème Fayard; Editions du Patrimoines. p. 27. Actes des Entretiens du Patrimoine 2001.

[26] Françoise CHOAY (2008) – *Alegoria do Património*. 2.ª ed.. Lisboa: Edições 70. p. 11.

[27] Aprovada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 29 de setembro a 7 de outubro de 2003 na sua 32ª sessão.

[28] No artigo 2.º «Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em

Esta não é uma fortaleza que facilmente se encontre em obras como *Os Mais Belos Castelos de Portugal*, ou mesmo nas grandes sínteses da História da Arquitetura Militar, no entanto é uma peça fundamental para o conhecimento da história da comunidade em que se insere, *objeto-tempo* – segundo a conceção de Daniel Sibony[29] –, grande *jangada de pedra*[30] à deriva, que transporta parte significativa da História de uma comunidade de fracos recursos mas de notável resiliência face às dificuldades que teve de enfrentar.

A necessidade da sua participação está bem expressa na Declaração de Namur, de 2015, que apresenta o relevante título: «O Património Cultural no Século XXI, para melhor vivermos juntos. Em direção a uma estratégia comum para a Europa»[31], sublinhando o objetivo de inserir o usufruto do património cultural na vida dos cidadãos, com ênfase «para melhor vivermos juntos». A estratégia Património-Sociedade apresenta as linhas diretrizes:

> prendre en compte le patrimoine du quotidien de la population qui constitue son cadre de vie primordial ; prendre appui sur le patrimoine pour relier, voire réconcilier l'être humain avec la vie, avec ses semblables, avec son environnement et son histoire ; reconnaître le patrimoine culturel comme vecteur de transmission privilégié des valeurs à travers les générations ; favoriser la prise en charge du patrimoine par des acteurs et des communautés de citoyens plus autonomes, avec l'appui des experts; lutter contre l'uniformisation.

Por isso, a memória comum não é apenas o objetivo desta investigação, é também um material de trabalho fundamental para o reforço dos seculares e fragilizados laços que ligam a população ao seu Castelo, para alimentar atividades que vão desde exposições ou visitas guiadas à publicação de jornais e livros, revelando o Castelo como fonte quase inesgotável de interesse, que o torne de novo parte da vida da cidade, e que seja reconhecido como um bem indispensável. Esperamos que a sua nova função, de *casa da memória*, lhe traga uma renovada vitalidade, pois, como escreveu Henry Focillon: «pode acontecer que uma forma se esvazie por completo, que sobreviva longamente à morte do seu conteúdo, até que se renove com desusada fecundidade»[32].

---

geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.»

[29] Daniel SIBONY (1998) – Le Patrimoine; un lieu d'être autrement. In *Patrimoine et Passions Identitaires*. Paris: Fayard; Éditions du Patrimoine. p. 33. Actes des Entretiens du Patrimoine 1997.

[30] Não como a *Jangada de Pedra*, criada por José Saramago, separando-se da Europa para se aventurar no Atlântico, mas uma massa de pedra atravessando o tempo, guiada pela vontade dos Homens.

[31] Declaração de Namur, de 2015, saída da 6.ª Conferência de Ministros do Património Cultural do Conselho da Europa.

[32] Henry FOCILLON (2016) – *A Vida das Formas; seguido de elogio da mão*. Lisboa: Edições 70. p. 13.

Esta é a base da nossa estratégia de conservação porque «a construção da ideia de conservação é o aperfeiçoamento, gradual e cada vez mais especializado, de um mito», como bem escreveu José Aguiar[33]. Também os conceitos de conservação são conceitos «nómadas», onde se cruza a técnica, a ciência e uma boa dose de sonho, porque, no fundo «somos feitos da matéria com que se tecem os sonhos».

[33] José AGUIAR (2011) – Os castelos são mágicos… E o seu retrato também!. *In* Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos CORREIA – *Castelos em Portugal; Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. 2.ª ed.. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 9.

2. Uma Rápida Visão da Castelologia Portuguesa

Pontuando o território nacional, espreitando-nos das alturas, por vezes quase inacessíveis, ou abraçando cidades e vilas, os castelos e muralhas medievais dominam, quase sempre vazios, desabitados, a paisagem e o imaginário coletivo, destacando-se mesmo no símbolo por excelência da nação: as armas nacionais.

Como chegaram até nós estes pesados gigantes, completamente anacrónicos nos nossos dias, desde que há séculos perderam a sua função militar? Que outros papéis foram ganhando, que tenham justificado o elevado custo da sua manutenção, desde que no século XV se difundiu o uso da pólvora e que as suas muralhas verticais se tornaram cada vez menos eficazes?

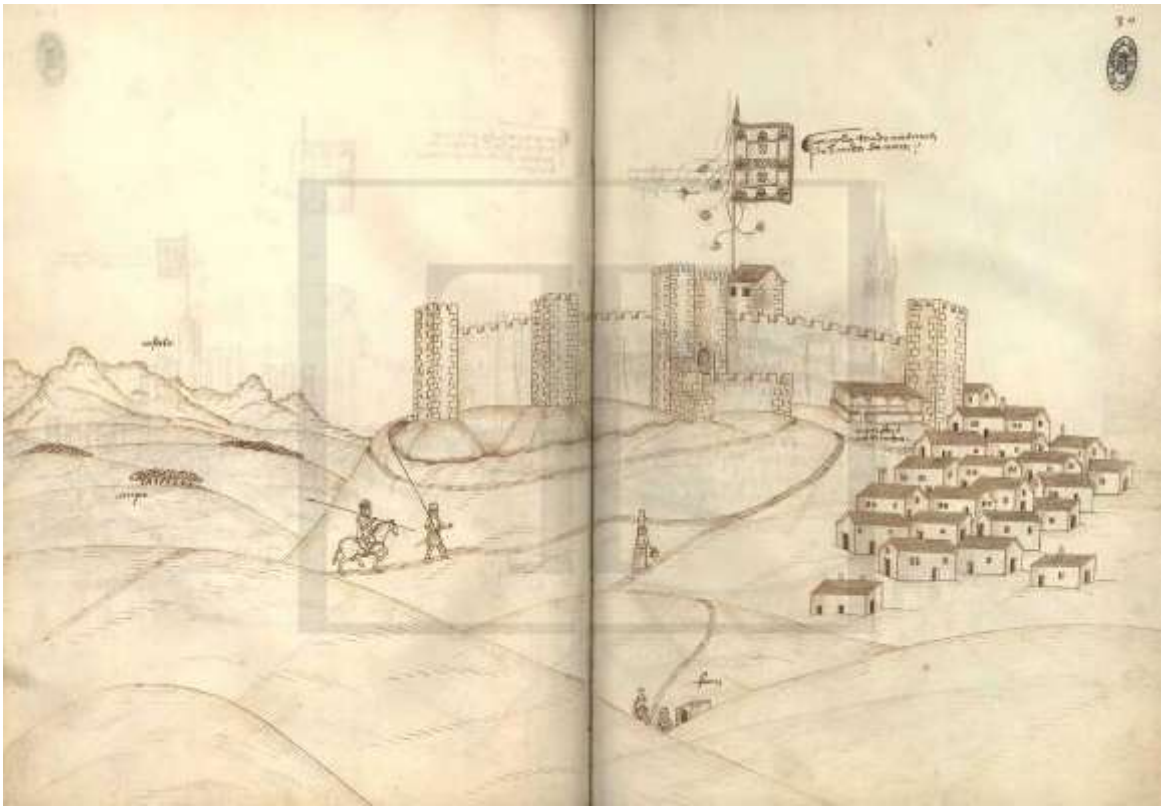


Figura 3 – Duarte de Armas, *Castelo e vila de Ouguela*, *Livro das Fortalezas,* 1503-1509, ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, fl. 30.

Curiosamente, é no momento em que a sua operacionalidade é posta em causa que nos surge o primeiro grande levantamento gráfico dos castelos portugueses, o celebrado *Livro das Fortalezas,* elaborado por Duarte de Armas. Infelizmente não chegou até nós qualquer

registo anterior a este importante marco, que reúne plantas e vistas dos castelos da Raia, executadas em inícios do século XVI[34] e que terá sido um importante documento de trabalho para que o rei, as chefias militares e os responsáveis pelos projetos e pelas obras de fortificação, pudessem ter um conhecimento preciso das estruturas existentes, da sua relação com o território e os povoados. Os diferentes desenhos revelam, por isso, uma preocupação notória com o seu estado de conservação e os elementos que careciam de obras[35].

A importância deste documento levou à produção de cópias, conhecendo-se hoje dois exemplares com características bem distintas[36]. O primeiro, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo[37], presenta ricos detalhes, onde se adivinham os materiais construtivos, as atividades agrícolas e algumas cenas pitorescas do quotidiano. O outro guarda-se na Biblioteca Nacional de Madrid[38], é de desenho mais simplificado e completado por anotações escritas. Destacam-se pela sua qualidade gráfica e mostram ter sido pouco manuseados. Foram certamente resguardados, como objetos excecionais, testemunho de posse e domínio de um território.

O prestígio intemporal e a qualidade das representações gráficas justificaram certamente a execução, em meados do século XVII, de uma nova cópia aguarelada do exemplar lisboeta, da autoria de Braz Pereira de Miranda, intitulada *Fronteira de Portugal Fortificada pelos Reys deste Reyno, tiradas estas Fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel*[39]. Este ressuscitado interesse pela obra, no contexto restauracionista, onde se retomam as preocupações com a fronteira castelhana, reveste-se de razões práticas e simbólicas. Existe a consciência dupla de que há que construir fortificações modernas e eficientes face às novas técnicas militares, assim como se comprova não haver capacidade de execução de tudo o que seria necessário, pelo que se teve de optar, em muitos locais, por soluções mais expeditas e económicas, como a simples reparação das estruturas militares existentes. Mas este novo interesse pelo livro denota também um inovador interesse patrimonial, ao

[34] Alfredo PIMENTA (1944) – *Duarte Darmas e o seu Livro das Fortalezas*. Lisboa: Edição do Autor. p. 47.
[35] Manuel da Silva CASTELO BRANCO (1999) – *Livro das fortalezas de Duarte de Armas.* Lisboa: INAPA; Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. p. 1.
[36] Mário Jorge BARROCA (2018) – O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas; Contributo para uma análise comparativa dos manuscritos de Lisboa e Madrid. In *Genius Loci; Lugares e Significados / Places and Meanings*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Vol 2. p. 183-205.
[37] *Livro das Fortalezas Situadas no Extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, Escudeiro do Rei D. Manuel I,* ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159.
[38] Biblioteca Nacional de España, Mss 9241.
[39] *Fronteira de Portugal Fortificada pelos Reys deste Reyno, tiradas estas Fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel* [Em linha], BNP, cota IL 192, [Consult. 20 abr. 2019]. Disponível em: WWW:<URL:https://purl.pt/24908.

valorizar uma obra do reinado do *Venturoso*, cujo estandarte domina majestosamente, sobre as torres ameadas, as amplas paisagens da Raia[40].

Como livro impresso foi publicado pela primeira vez em 1943, por João de Almeida[41], no momento imediato às comemorações dos *Centenários*, que glorificaram a história de Portugal e dos seus castelos, mostrando a força do seu conteúdo simbólico, que atravessou séculos, sendo apropriado por cada época ao serviço da ideologia vigente e demonstrando como o valor destas fortalezas transcendia largamente o da sua mera função utilitária. Hoje é uma fonte incontornável, dissecada em profundidade em estudos muito mais abrangentes, que vão desde as técnicas de representação e construção[42], à identificação das sobrevivências como marcas de um território e da sua evolução[43].

No âmbito de outros projetos artísticos e de glorificação de D. Manuel I, também encontramos o castelo de São Jorge a dominar o frontispício da *Crónica de D. Afonso Henriques*, do Museu Condes de Castro Guimarães, mandada executar para o futuro D. João III[44], onde vemos fixada a imagem de Lisboa, capital do império, para cujo prestígio não são displicentes as cinturas de muralhas ameadas e as altas torres que coroam o seu castelo. Outros elementos, menos evidentes, *espreitam* nas margens iluminadas da *Genealogia dos Reis de Portugal*, também da autoria de António de Holanda e Simon Bening (c. 1530-34). Nestas imagens ainda se impõem a torre de Menagem do castelo de Beja de edificação Dionisina e o castelo dos Mouros, em Sintra, já claramente desatualizados, mas que surgem a par das novas experiências arquitetónicas que incorporam importantes inovações.

Não deixa de ser relevante que ambas as obras iluminadas – uma genealogia régia e a crónica do primeiro monarca português – remetem para um passado medieval prestigiante mesmo às portas dos novos tempos, e cujo carácter simbólico se manteve vivo até hoje, quando se continua a distribuir comendas e a fazer cavaleiros.

---

[40] Duarte de Armas mereceu ainda uma página a Cyrillo Volkmar Machado, na sua *Collecção de Memorias* de 1823 (Lisboa: Imp. de Victorino Rodrigues da Silva. p. 55) mas nela nada refere acerca do *Livro das Fortalezas*, centrando-se no seu envio à ilha do Corvo, por D. Manuel I, para desenhar uma suposta estátua equestre aí existente.

[41] João de ALMEIDA (1943) – *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*. Lisboa: Edições Império.

[42] Paulo PEREIRA (2011) – *A "Fábrica" Medieval; Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550).* Lisboa. Parte 2. p. 569-810. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

[43] Santiago MACIAS (2021) – *Duarte Darmas; do cálamo ao drone.* s.l.: MultiCulti.

[44] José Manuel GARCIA (2019) – A crónica de D. Afonso Henriques e a sua imagem de Lisboa no contexto da cronística e da iluminura manuelina. In *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão; Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV por Rui de Pina* [Em linha]. Cascais: Museu Condes de Castro Guimarães. [Consult. 15 abr. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/CronicaDAfonsoHenriques.pdf.



Figura 4 – António de Holanda (atr.), *Pormenor do Frontispício da Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão,* c. 1530-45, Cascais, Museu Condes de Castro Guimarães.

Na mesma época, as representações, mais ou menos fantasiosas, de estruturas militares surgem nas mais diversas expressões artísticas[45], na marcenaria dos retábulos, na ourivesaria, nas tapeçarias, etc., e o seu prestígio é tal que cubelos e merlões chanfrados povoam edifícios civis e religiosos, dos paços aos chafarizes, das ermidas – como era o caso, em Sines, de Nossa Senhora das Salas[46] – aos mosteiros.

Outro é já o olhar de D. João III sobre os castelos, centrado nas novas necessidades de modernização, onde o desenho desempenha o papel de dar a conhecer uma realidade distante. Para isso, o monarca enviou Francisco de Holanda (1517-1584) a Itália, onde permaneceu entre 1538 e 1540, produzindo levantamentos gráficos das mais inovadoras

[45] Paulo PEREIRA, *op. cit.*.
[46] *Visitação a Sines em 1554*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197, *Visitação e Provimento das Igrejas do Mestrado por D. António Preto, Prior-Mor do Convento de Palmela e da Ordem de Santiago*.

fortificações. O que viu ficou registado no álbum de *Antigualhas*, onde a primeira parte é dominada pelas esculturas da Antiguidade, a pintura e a obra de Miguel Ângelo, mas a partir do fólio 35 começam a surgir as novas estruturas militares, começando pelo «muro & cava da cidade de PADOA», seguindo por Ferrara, de que mostra a «parte norte ou leste das muralhas, do tipo de cortina com muitos torreões redondos» e as fortificações de Pezaro, cuja execução quase o levara à cadeia, ao ter sido tomado por espião, seguidas das fortalezas de Niza, Sarzana, Spoleto, Castellana, etc.[47] .

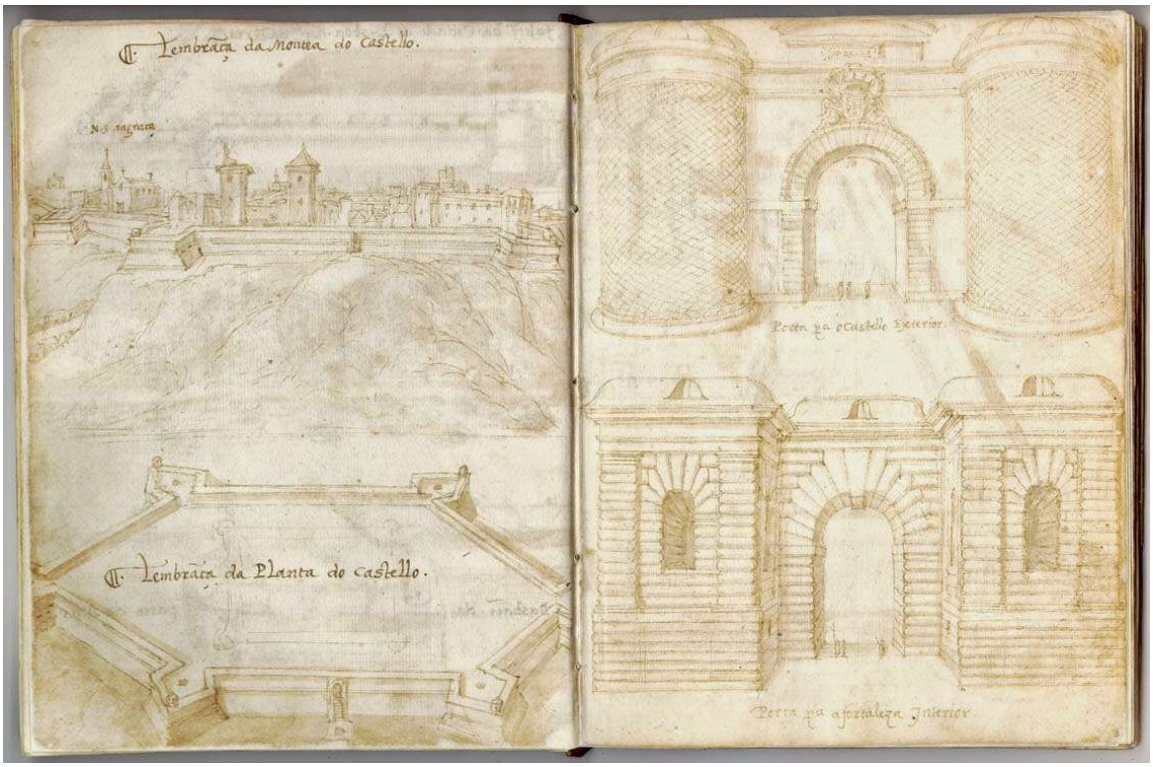


Figura 5 – Francisco de Holanda, *Da Fabrica que Falece à Cidade de Lisboa,* 1571, Biblioteca da Ajuda.

A personalidade de Francisco de Holanda com uma visão do passado centrada na redescoberta da Antiguidade Clássica, aprofundada durante a sua estadia em Roma, e uma visão do futuro que projeta a imagem de uma Lisboa imperial, onde renascem construções da Antiguidade, como o mítico aqueduto, a par de modernas fortificações, não favorece as estruturas militares e culturais herdadas da Idade Média, o que se reflete em *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*[48], manuscrito datado de 1571.

[47] Francisco de HOLANDA (1985) – *Da Ciência do Desenho.* Lisboa: Livros Horizonte. p. 32-33.
[48] *Idem* (1984) – Da fábrica que falece à cidade de Lisboa. Lisboa: Livros Horizonte. introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alvesp.

A partir deste momento, é nas peças desenhadas pelos engenheiros militares que vamos encontrar preciosos registos dos antigos castelos e muralhas, levantados para servirem de base à elaboração dos imprescindíveis projetos de alteração, quando a pura e simples substituição não era possível. Não se trata do olhar de um *antiquário,* nem de exaltação da continuidade de um passado heroico, como ainda nos revelavam as iluminuras manuelinas, mas sim a constatação da ineficácia de velhas estruturas obsoletas, e muitas vezes degradadas, incompatíveis com os novos tempos.

Caso paradigmático desta posição são os dois tratados de Alexandre Massai, *Descrição do Reino do Algarve*[49] e *Descrição do Reino de Portugal*[50] (c. 1621), onde o castelo de Lisboa é descrito como estando «no mais alto sitio desta Çidade, o quál he mais / forte pella dispossiçaõ do sitio q̃ pella fabrique»[51] e o de Sines: «Õ Castello da ditta Villa he fabriquado áo uzo antíguo»[52]. O autor não perde tempo com a descrição destas estruturas, destacando os seus pontos fracos e desenvolvendo as suas próprias propostas de intervenção. Apesar deste olhar desfavorável, ficamos a dever a Massai o primeiro levantamento do Castelo de Sines, para o qual se teve de conformar em desenhar pequenas alterações, que nem mesmo assim viu concretizadas.

Durante a guerra que se seguiu à Restauração da Independência, ainda se preconizam medidas para a conservação e desobstrução das antigas muralhas de diversas povoações, mas isso acontece apenas onde não era possível a construção imediata de novas fortificações abaluartadas, mais modernas e eficazes.

As fortalezas modernas rebaixam-se, agarrando-se robustamente à terra e eliminando todo o possível elemento de destaque, que pudesse ser facilmente destruído pela artilharia. No entanto, no campo das artes plásticas, e mesmo da literatura, mantém-se algum do prestígio visual das velhas fortificações medievais, e particularmente das suas torres ameadas, que ainda transparece em representações diversas, que vão desde os frontispícios desenhados a painéis de azulejo. A imagem de torres, muros, ameias, e outros diversos elementos da linguagem formal da arquitetura militar medieval, continuam a povoar o imaginário gráfico e poético, como são exemplo as *Moradas do Castelo Interior*, de Santa Teresa de Ávila. A visão das fortificações abaluartadas resulta demasiadamente

[49] Lívio da Costa GUEDES (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI E XVII: A Descripção de Alexandre Massaii* (1621). Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Contem a transcrução do manuscrito do Museu de Lisboa.
[50] *Idem* (1989) - *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII: a descripção de Alexandre Massaii (1621) - (II tratado)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Contem a transcrução do manuscrito do Museu de Lisboa.
[51] *Ibidem*, p. 21.
[52] *Ibidem*, p. 31.

abstrata, recorrendo-se, muitas vezes, à sua representação em planta, como nos painéis de azulejos da sala das Batalhas do palácio dos Marqueses da Fronteira.

É no âmbito da ação cultural de D. João V que surge a primeira legislação publicada com vista à proteção do património histórico e arqueológico do país, que tomou forma de lei pelo Decreto de 14 de agosto de 1721. Passava a ser competência da Academia Real da História Portuguesa «examinar (…) os monumentos antigos, que havia, e se podiaõ descobrir do Reyno dos tempos, em que nelle dominàraõ os Fenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios»:

> Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edifício, que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, e da mesma sorte

Ficavam ainda fora da proteção legal os testemunhos medievais cristãos e tudo o que é posterior ao domínio muçulmano, com exceção das moedas que se deverão conservar até ao reinado de D. Sebastião.

É conferido um importante papel na implantação desta nova política às Câmaras Municipais, a quem cabe, em primeiro lugar, identificar e proteger os achados, e depois comunicá-los à Academia. No entanto, a realidade da administração autárquica não era compatível com esse modelo. No caso de Sines era frequente que vereadores e até procuradores do Concelho fossem analfabetos e assinassem de cruz as respetivas atas.

Neste tempo de viragem, de nova prosperidade e novos interesses culturais, vão surgindo sinais de uma inovadora atitude perante os vestígios materiais do passado. Um exemplo é o do engenheiro Manuel Pinto de Vilalobos (†1734) que foi chamado a Braga para emitir parecer sobre a eventual destruição de um troço da muralha da cidade, com a qual não concordou porque, apesar de não lhe reconhecer um valor «mais que de ornato pois se lhe não considera defensa algüa por serem as torres quadradas, e por consequencia se não poderem franquear os muros por sua altura»[53].

Mesmo após a vastíssima destruição causada pelo Terramoto de 1755, são raríssimos os exemplos de preocupação com a conservação do legado arquitetónico do passado. Notável exceção é a igreja do convento do Carmo, de Lisboa, onde é patente uma tentativa de recriação de uma linguagem arquitetónica gótica, numa empreitada nunca terminada, assim como nos trabalhos realizados no paço de Sintra durante o reinado de D. Maria I, onde molduras de vão de recorte mistilíneo tipicamente rococós apresentam mainéis, por vezes reaproveitando colunas e capitéis quinhentistas. De Inglaterra chegou-nos o fascínio

[53] Miguel SOROMENHO; Nuno VASSALLO e SILVA (1993) – Salvaguarda do Património; Antecedentes Históricos; Da Idade Média ao Século XVIII. In *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: IPPAR. p. 30-31.

pelo gótico, pela mão de James Murphy, que realizou o levantamento gráfico do mosteiro da Batalha e do engenheiro Elsden, que projetou a nova sala dos Túmulos do mosteiro de Alcobaça, construída entre 1782 e 1786, a primeira obra de carácter revivalista, neogótica, concluída entre nós. Curiosamente encontramos em Sines um exemplo significativo, com a reconstrução de uma abóbada nervurada, de cinco chaves, que havia colapsado na ermida de Nossa Senhora das Salas.

A D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) se deve, a nível regional, a mudança no gosto, com uma nova valorização dos vestígios medievais, com destaque para a recuperação da igreja Matriz de Santiago do Cacém e do seu retábulo gótico – mas não o castelo em que se integra. A sua última obra, *Graças Concedidas por Cristo em Campo de Ourique*, é exemplo desta nova valorização dos testemunhos materiais dos primeiros tempos da nacionalidade e particularmente daqueles associados aos seus mitos fundadores. Paralelamente, o bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar, e o seu arquiteto Francisco Xavier Fabri, adotavam idêntico método de trabalho na recuperação de algumas das igrejas danificadas pelo Terramoto.

No entanto, Cenáculo não se coibiu de pedir, e obter da rainha, em 1790, autorização para demolir parte da muralha de Beja, para expansão do paço Episcopal e construção da Sé, com a pedra obtida. É curioso ver que, neste momento, a população da cidade se levantou contra o Bispo, defendendo o seu castelo, que temiam que o prelado também cobiçasse, apesar de este ter sido um dos seus maiores defensores, como se depreende da carta que escreveu, em maio de 1792, ao governador das armas da província do Alentejo, onde defende que «fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle quando era alguma couza para seus dias, já que se não conpensa com outro género de Padrão»[54]. Para além do castelo, considerava que «para decoro da Cidade se deviaõ conservar as três Portas Romanas» da sua antiga cerca de muralhas.

Nos finais da década de 1770, o sargento-mor engenheiro José Monteiro de Carvalho (1713-1780) executou diversas cartas geográficas de algumas das províncias do reino, nomeadamente: Alentejo, Extremadura, Beira, Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, ilustradas com uma moldura de medalhões com os seus castelos mais notáveis, representados maioritariamente em alçado e fortalezas modernas, em planta, denotando um renovado interesse por estas estruturas militares, não apenas aquelas que se mantinham operacionais, mas igualmente as que se achavam pitorescamente arruinadas.

[54] BPE, cód. CXXVIII 2-10. Fl. 43. *Apud* Madalena Costa LIMA (2017) – Cartas pela Salvaguarda do Património no Portugal das Luzes [em linha]. *CEM; Cultura, Espaço & Memória.* Porto. p.177-185. [consult. 23 out. 2023] disponível em WWW:<URL:https://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16283.pdf.



Figura 6 – José Monteiro de Carvalho, Castello de Alfeizeraõ, *Carta Geographica da Provincia da Estremadura que A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal*, pormenor, 1777-1800, BNP, Cota D-156-R.

A Domingos António de Sequeira devemos uma outra série notável de desenhos de castelos, armas e outros objetos medievais, fixados com rigor e detalhe nos seus cadernos de campo, com destaque para o que se guarda na biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, certamente destinados a uma futura utilização em telas de caráter histórico. Para além das elites letradas, a curiosidade pelos edifícios medievais foi alastrando pelas classes sociais mais elevadas[55].

Mas foi a arquitetura religiosa, e não a militar, a despertar inicialmente maior atenção. A Batalha, tão fortemente alicerçada na memória militar nacional e gozando de uma notoriedade internacional graças à divulgação da obra gravada de James Murphy[56], viria a ser, a partir de 1840, o grande estaleiro de uma obra pioneira de recuperação que se procurou informada pelo conhecimento histórico do edifício.

Outro dos espaços, por excelência, da memória nacional ligada ao nosso primeiro rei e que por isso mereceu um precoce olhar patrimonial, foi o mosteiro de Alcobaça. Lembramos,

[55] Recordemos, a propósito, a carta que D. João VI, ainda infante, enviou a sua irmã, datada de 16 de outubro de 1786, onde descreve as suas impressões da visita ao mosteiro da Batalha. Considera a obra de «muita delicadeza», com a sua igreja «de uma altura grandíssima e muito comprida», a capela do Fundador «é coisa magnífica» e as capelas inacabadas «Pois é uma lástima! Obra a mais delicada que eu tenho visto! E são as coisas que lá há, dignas de se ver.». Relata ainda o acontecimento curioso da abertura do caixão de D. João II, para que pudessem ver o corpo incorrupto do monarca «com a sua coroa na cabeça. Estava com um vestido comprido de veludo carmesim com casa de ouro». Não deixa de destacar que «fomos ouvir missa cantada dos frades que me pareceu muito bom pois é um templo que edifica [a] devoção».

[56] James MURPHY (2008) – *Arquitectur Gótica; Desenhos do Mosteiro da Batalha; Reedição do Álbum de 1795*. Lisboa: Aletheia. Introdução de Maria João NETO.

por exemplo, a visita que D. Miguel aí realizou e que ficou registada num manuscrito da Biblioteca Nacional:

> (…) tinhaõ arruinado o Arco da Memoria aonde fes o Voto o S.ʳ D. Affonço 1.º e que pedia a S. M. o mandasse reedificar ao que respondeo que sim, q athe estimava m.ᵗᵒ reedificar esta Memoria da Antiguidade, e que se lhe podia por hum letreiro que dicesse: El Rei D. Affonço 1.º o mandou Fazer, e D. Miguel 1.º reedificar, e que passaria Ordem ao Corregd.ᵒʳ p.ª; mandar compor[57]

O gosto pelo pitoresco, pelas ruínas, pela Idade Média e pelos seus castelos vai tornar-se uma moda ainda no século XVIII, dentro do espírito pré-romântico. Na quinta da Prelada foi construída, em finais da centúria, uma torre cilíndrica de dois registos ameados, que se eleva cenograficamente no centro de um lago. Corresponde a um modelo popularizado na escultura, como podemos encontrar na imagem de Santa Bárbara, proveniente da igreja Matriz de Sines e hoje exposta no Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas, onde a Mártir surge acompanhada por uma torre semelhante, seu atributo tradicional[58]. O mesmo formulário aparece-nos na máquina construída para o fogo de artifício comemorativo do nascimento da infanta D. Maria Teresa em maio de 1793[59], enquadrando uma estrutura cenográfica bastante sofisticada, rasgada por janelas maineladas com colunelos torços, sem dúvida procurando aproximar-se de modelos manuelinos. A torre central é ladeada pelas esculturas de São Jorge e de D. Afonso Henriques, e coroada pela da rainha ladeada do príncipe e da princesa.





Figura 7 – António Ferreira, atrib., *Santa Bárbara*, século XVIII, Sines, Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas.

Figura 8 – Nicolau Nasoni, *Torre do Lago da Quinta da Prelada*, c. 1758. SIPA FOTO00515133

[57] José da Costa SARAIVA (1931) – *A Viagem do Rei D. Miguel I ao Mosteiro de Alcobaça em 1830*. Lisboa: José Fernandes Júnior. p. 12-15.
[58] José António FALCÃO, dir. (2000) – *Entre o Céu e a Terra*. Beja: DPHADB. Vol. 3. p. 248-252. n.º 146.
[59] *Fogo de Artifício; Festa e Celebração; 1709-1880* (2002) – Lisboa: Biblioteca Nacional. p. 74-75.

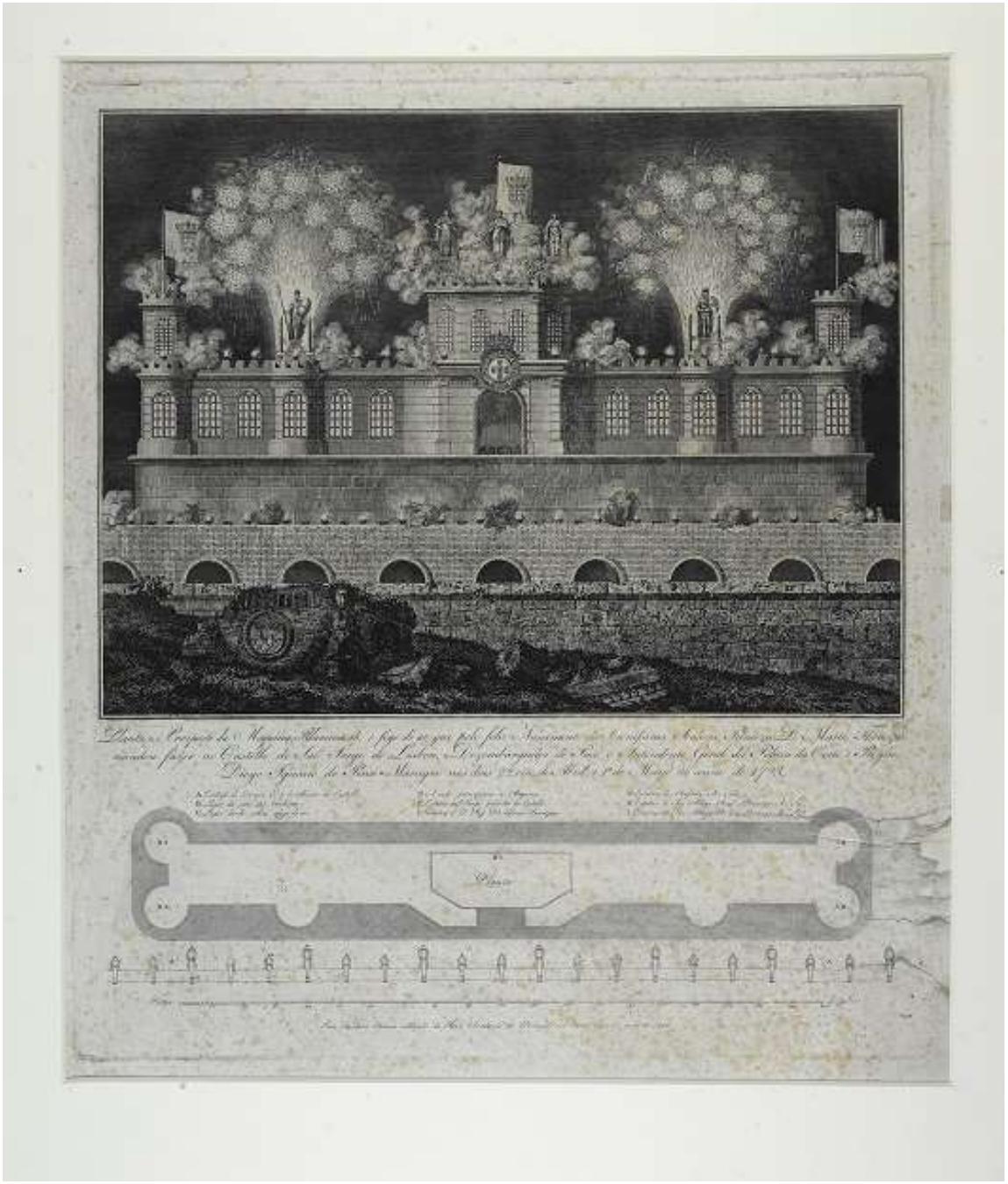


Figura 9 – António Fernandes Rodrigues, *Planta e prospecto da maquina, illuminação e fogo do ar, que pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza mandou fazer no Castello de São Jorge de Lisboa... Diogo Ignacio de Pina Manique nos dias 29, e 30 de Abril, e 1º de Mayo do anno de 1793,* 1794, gravura a água-forte, BNP, cota E-64-R. Disponível em linha: WWW:<URL:https://purl.pt/22571.

A Revolução Francesa levou a uma profunda alteração dos significados associados às obras de arte e de arquitetura do passado. Num primeiro momento muitas foram destruídas, por serem vistas como símbolos de uma sociedade feudal. Não é por acaso que o momento-chave da Revolução foi o da destruição de uma fortaleza medieval: a Bastilha.

Até esse momento, como lembrou admiravelmente André Malraux:

> Un crucifix roman n'etait pas d'abort une sculpture, la *Madone* de Cimabué nétait pas d'abord un tableau, même l'*Athéna* de Phidias n'étais pas d'abord une statue.[60]

Para garantir a sua sobrevivência material, os intelectuais tiveram de lhes associar novos conceitos, *arrancando* a esses vestígios materiais do passado muita da sua força vital, como elementos ativos e veículos de ação de perpetuação do passado no presente, descontextualizando-os, para os transformarem em *obras de arte*, instaladas no espaço acético e sem tempo dos museus.

Mais uma vez, uma ação provoca uma reação e vemos surgir um outro movimento de revivalismo, que procurou criar canais de comunicação com um passado, que muitas vezes era pura poesia, rodeando-se de objetos vetustos, relíquias e ruínas, numa teatralização da vida, onde a literatura ocupou um importante papel impulsionador, graças a obras como as de Walter Scott e Victor Hugo.

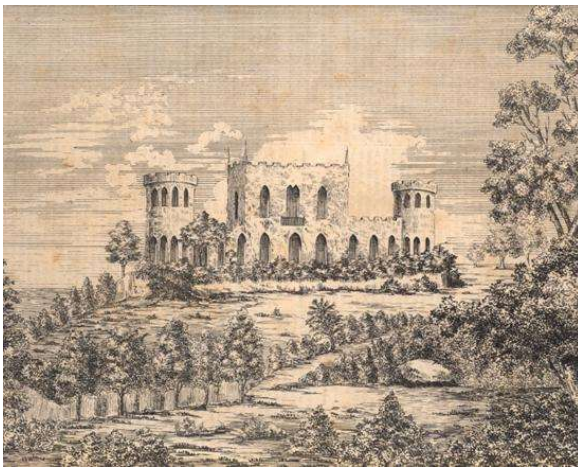


Figura 10 – Autor desconhecido, *Quinta de Monserrate*, 1852, Litografia. Disponível em linha: WWW:<URL:https://www.parquesdesintra.pt/pontos-de-atracao/o-palacio-em-imagens/.

Na década de 1790, a casa da Quinta de Monserrate, em Sintra, foi remodelada e ampliada num gosto neogótico pelos seus arrendatários Gerard de Vesme e William Beckford. O impacto das suas torres cilíndricas coroadas de ameias foi grande e é patente em tantos outros projetos posteriores, desde pequenas moradias burguesas até à extraordinária criação onírica do Palácio da Pena.

[60] André MALRAUX (1997) – *Le Musée Imaginaire*. Paris: Gallimard. p. 11. Reedição da edição de 1965.

Poucos anos depois, a tradução feita por Bocage da obra de Delille, *Os Jardins, ou Arte de Aformosear as Paizagens*, impressa em Portugal em 1800, introduziu no contexto literário nacional a visão pitoresca do castelo em ruínas, como objeto de meditação romântica:

> Ora avulta acolá castello annoso,
> Em fragosos cabeços, que tyranno
> Do territorio, e dos vassallos medo,
> Co'as ameias aos céos arremettia;
> Que em tempos de terror, discórdias, sangue,
> Viu lançadas mortaes, viu gentilezas
> De nossos invencíveis cavalleiros,
> Os Bayards, os Henriques: hoje o trigo
> Sobre os fragmentos seus lourêa, e treme,
> Esta triste, forçosa architectura,
> Cingida de verdor fresco, e risonho,
> As esplanadas, e ângulos, e torres
> Rotas, quasi abatidas, onde as aves
> Dos amores em paz o fructo aquecem[61]

Mais à frente são criticadas as falsas ruínas, tão caras ao gosto romântico, o «fingimento» que «mal imita / Do tempo as impressões inimitáveis», são como um moço tentando imitar um velho.

Este mundo foi rapidamente assolado pelos fortes ventos da Revolução que, pouco tempo depois, conduziu às Invasões Francesas, que deixaram um rasto de devastação e pilhagens, não apenas no campo do património móvel, mas também do puro vandalismo, da destruição de arquivos e de imóveis. Os tempos que lhe sucederam foram de grande agitação política, com o extremar de posições de diversos setores, que fizeram arrastar a crise económica, consequência da Guerra Civil.

No novo contexto ideológico, o semanário *O Panorama, Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis* assumiu, na defesa do património nacional, um papel pioneiro, impulsionado por Alexandre Herculano (1810-1877), logo desde o seu primeiro número, publicado a 6 de maio de 1837. Depois de uma *Introducção*, onde se explanam os objetivos da publicação, o primeiro artigo é justamente intitulado *A Architectura Gothica.* Atribuído a Herculano, nele se trata apenas da arquitetura religiosa, destacando os exemplos maiores do mosteiro da Batalha e da igreja do convento do Carmo, não apenas pela espiritualidade que transmitem, mas também por se deverem à vitória

[61] Jacques Montanier DELILLE (1800) – *Os Jardins, ou Arte de Aformosear as Paizagens*. Lisboa: Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego. p. 131-133.

portuguesa na Batalha de Aljubarrota, perpetuando a ligação do monumento a um contexto militar de defesa da independência nacional. Aqui se preconiza, logo à partida, o *Restauro Estilístico*, curiosamente não evocando exemplos estrangeiros, mas sim o da própria obra de reconstrução do Carmo, após o Terramoto de 1755:

> Os restos deste edifício que ainda hoje vemos, não são unicamente as ruinas que ficaram depois do terramoto de 55. À excepção dos muros externos, parece que tudo se derrocou por essa ocasião, e o estado actual das columnas que dividem as naves, mostram que de novo se tentou reedifica-lo. Houve com tudo o bom juízo de conservar a unidade da architectura: e em quanto pelas sés do reino a ignorancia do clero secular ia e vae destruindo os formosos monumentos da arte christaã e nacional, os frades mostravam que o gosto e o siso se acolhera aos claustros, não destruindo a harmonia do desenho, nem a sublimidade da architectura religiosa.[62]

Outro importante objetivo do jornal foi a publicação de gravuras, para dar a conhecer os monumentos referidos[63], pretendendo-se assim desenvolver em Portugal esta técnica artística considerada ainda incipiente, face ao que se produzia noutras nações europeias. Depois de uma vista de Óbidos com a sua cintura de muralhas, publicada a 21 de agosto de 1841, encontramos, no número de 20 de novembro, o Castelo da Feira a dominar a capa, seguido de um curioso artigo:

> É para lastimar que sendo este edificio um dos mais velhos monumentos de Portugal, e das mais perfeitas antiguidades que hoje temos, ainda ninguem se lembrasse de ter feito delle memoria ou descripção: a remotíssima origem deste castello; as torres terminadas por coruchéus pontiagudos, cujas cimas eram guarnecidas [e ainda hoje o são algumas] de grandes tulipas de granito; as heras annosas, que pelo andar dos tempos teem adquirido espantosa grossura, por maneira que subindo ás sumidades das torres, das ameias e das muralhas, formam uma perspectiva melancholica, porem maravilhosa e pitoresca; as videiras bravas e uma infinidade de plantas parasitas, inseparáveis companheiras das ruinas e dos monumentos solitarios e abandonados, que formam em alguns sítios brenhas impenetráveis, asylo seguro dos animais habitadores das ruinas; as sétteiras abertas no centro das ameias, nas quadrelas e lanços de muros, torreões, e outros logares das muralhas, tornam, aos olhos do observador curioso ou do viajante instruído, este monumento, alem de mui interessante, digno de escrupoloso exame.[64]

---

[62] *O Panorama* (1837) – Lisboa. n.º 1, p. 2-4. 6 de maio.

[63] No número 4 foi publicado um segundo artigo dedicado à Sé de Lamego, com gravura da fachada; seguindo-se, no número 8, o convento de Odivelas e o monumento existente nas suas proximidades; no número 13, o mosteiro de Paço de Sousa e o túmulo de Egas Moniz.

[64] *O Panorama* (1841) – Lisboa. n.º 238, p. 370. 20 de novembro.

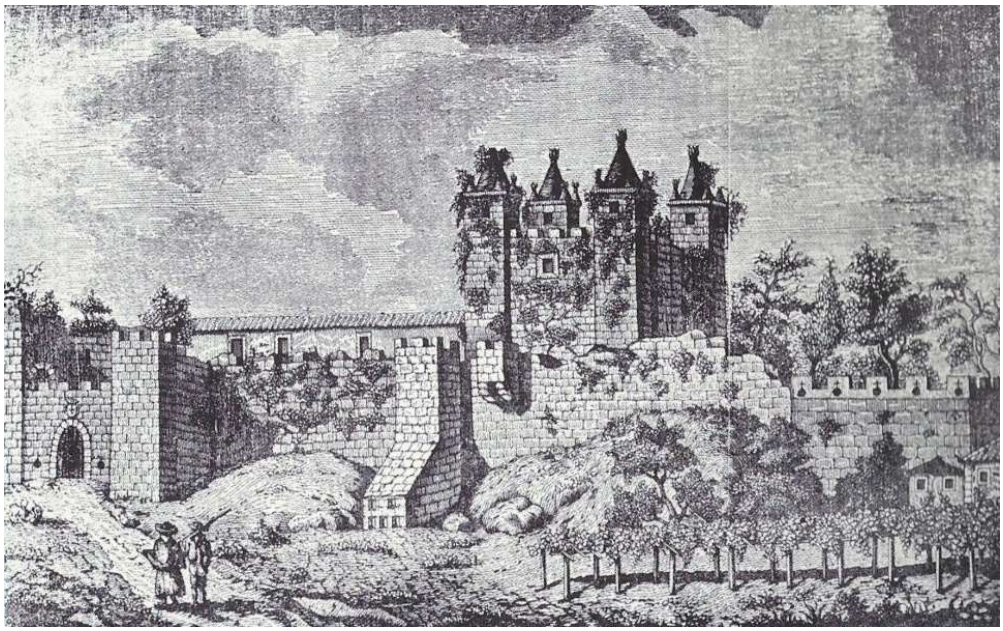


Figura 11 – Castello da Feira: Visto do Lado Sudoeste, *O Panorama,* n.º 238, 20 de novembro de 1841, p. 369.

Herculano desenvolveu um profundo estudo da documentação, que lhe permitiu ir além do relato de feitos gloriosos associados aos castelos, relatados nas crónicas régias, e abarcar temas como as «Milicias na Edade Media»[65] e «Antigos Castellos e Alcaides Móres»[66].

Em 1840, o início das obras de recuperação do mosteiro da Batalha inaugura um novo modelo de intervenção do Estado, para que «se perpetue, e não caia em ruinas um tão sumptuoso e magnifico Edificio, primor de arte digno de geral admiração, não só porque suscita as mais gratas recordações de gloria nacional, mas igualmente porque nelle se encerram as venerandas cinzas dos mais exímios Monarcas deste Reino, que tanto o ilustraram por seus relevantes feitos e sabedoria»[67]. Por detrás desta empreitada está o impulso decisivo dado pelo rei consorte D. Fernando II, cuja apurada sensibilidade artística o levou a adquirir amplos terrenos no topo da serra de Sintra, onde se integravam o antigo mosteiro de Nossa Senhora da Pena e o castelo dos Mouros. O antigo cenóbio foi

[65] *O Panorama* (1837) – Lisboa. n.º 28, p. 217-221. 20 de janeiro; *O Panorama* (1838) – Lisboa. n.º 38, p. 18-20. 11 de novembro.
[66] *O Panorama* (1844) – Lisboa. n.º 148, p. 335-337. 26 de outubro
[67] Lúcia Maria Cardoso ROSA (1995) – *Monumentos Pátrios; A arquitectura religiosa medieval; Património e Restauro (1835-1928)*. Porto. Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

cuidadosamente recuperado, mas foi revestido com uma capa acastelada, com caminhos de ronda, ameias e guaritas, que o harmonizaram com o palácio novo que o prolongou[68].

O *Archivo Pittoresco* viria a classificar a obra:

> Como ao toque de vara magica, vae o palácio acastelado surgindo d'encantamento, completando-se ou estendendo-se pelos píncaros fragosos no mais elevado da serra![69]



Figura 12 - Nogueira da Silva, Vista Geral das Obras da Pena, *Archivo Pittoresco*, Tomo II, n.º 42, p. 329.

O arquiteto Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) merece também ser aqui destacado, pois foi fundador e presidente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. Formou-se em arquitetura em Paris, na École des Beaux-Arts; posteriormente viajou por Itália, com uma permanência em Roma, e frequentou congressos internacionais, que lhe permitiram manter-se a par das novidades científicas e metodológicas do seu tempo. A par de ter ocupado o cargo de arquiteto da Casa Real, interessou-se pela Arqueologia e efetuou, a partir de finais da década de 1850, um levantamento gráfico e fotográfico de alguns dos nossos mais importantes monumentos. Na sua principal obra teórica, *Noções Elementares de Archeologia*[70], debruça-se igualmente sobre a Arquitetura Militar, procurando estabelecer cronologias, estudar materiais e técnicas construtivas, mas a maioria dos exemplos apresentados e as gravuras que os ilustram são franceses, surgindo curtas referências escritas aos castelos de Leiria (p. 159), Palmela (p. 197), Beja e Tomar (p. 160), bem como às muralhas fernandinas de Lisboa (p. 202).

[68] Mariana SCHEDEL (2019) – *Palácio da Pena; Casa de D. Fernando de Saxe-Coburgo (1839-1885)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. p. 75.
[69] *Archivo Pittoresco* (1858) – Tomo II, n.º 42, p. 1.
[70] Joaquim Possidónio da SILVA (1878) – *Noções Elementares de Archeologia.* Lisboa: Lallement Frères.

É provável que tenha orientado as obras do castelo dos Mouros, em Sintra, apesar de não se ter localizado qualquer documentação que o comprove, ao contrário do que se passa com as escavações arqueológicas que realizou no mesmo espaço[71]. Teria sido, assim, pioneiro, entre nós, no recurso à Arqueologia como disciplina fundamental no processo de recuperação de um edifício militar em Portugal.

A importância que a imagem ganhou com o aparecimento da fotografia, e particularmente com a inclusão da gravura em jornais e revistas, que permitia a sua ampla difusão, foi sublinhada por António Feliciano de Castilho:

> Os artigos de fé que formam o símbolo deste jornal, são: – instruir e recrear pela escrita e pela gravura, dando o maior campo aos feitos e monumentos nacionais; reanimando e influindo o espírito de independência e amor pátrio com a narrativa das nossas glórias passadas, da grandeza dos nossos heróis, (…) e finalmente, com o desenho dos monumentos artísticos, das vistas, das povoações que mais engrandecem um país tão limitado»[72]

O castelo de Almourol foi o primeiro a ser motivo de xilogravura impressa no *Archivo Pittoresco*. O texto que a acompanha destaca a robustez da estrutura edificada, que apesar do abandono continuava de pé, e chega a sugerir a sua reutilização, pois «seria fácil até construir-se alli uma residência de verão, acastellada, que não teria inveja a nenhuma d'quellas de que justamente se ufanam as deleitosas margens do Rheno»[73], ideia a que também não seria estranha a influência das obras que D. Fernando II realizava na serra de Sintra.

Também relativamente à torre de Belém, depois das habituais notícias históricas e evocação das atmosferas poéticas, onde a «onda que sussurra a seus pés, o vento que sibilla nos ares, inspira profunda sensação»:

> Hoje como fortaleza não tem o menor valor militar. É só um brasão histórico, e como tal se deve policiar e conservar. Á pouca e velha artilheria que a guarnece; aos veteranos que a guardam, e dão as salvas do estilo, deviam substituir um museu nacional d'antiguidades militares, como se fez na torre de Londres.[74]

---

[71] Ana Cristina MARTINS (2003) – *Possidónio da Silva e o Elogio da Memória; Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 133-139.

[72] António Feliciano de CASTILHO (1861) – Prologo. *Archivo Pittoresco*. Tomo IV, n.º 1, p. 1-2; António Manuel RIBEIRO (2014) – *O Museu de Imagens na Imprensa do Romantismo; Património Arquitectónico e Artístico nas Ilustrações e Textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 44.

[73] *Archivo Pittoresco* (1858) – Tomo I, n.º 31, p. 241.

[74] *Archivo Pittoresco* (1859) – Tomo II, n.º 52, p. 405.

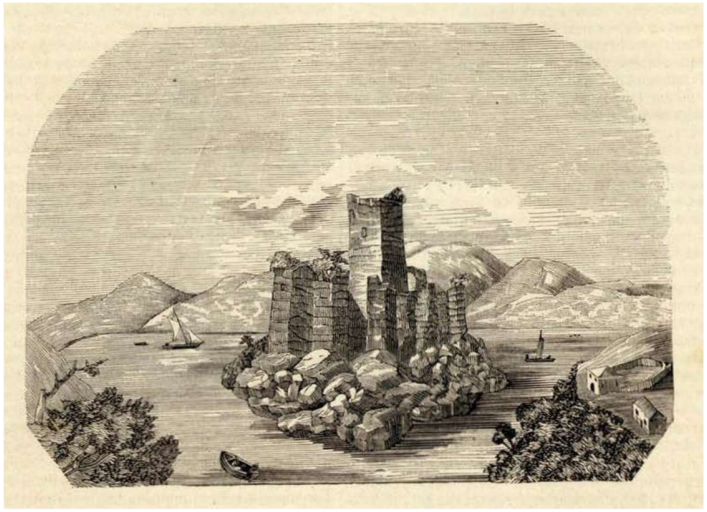


Figura 13 – O Castelo de Almourol, *Archivo Pittoresco*, 1858, Tomo I, n.º 31, p. 241.

É neste periódico que encontramos diversos artigos de Inácio de Vilhena Barbosa (1811-1890) com uma preocupação de divulgação. Ultrapassa o fascínio poético pelo castelo medieval e publica artigos dedicados a fortificações modernas, como «Defesa Marítima de Lisboa», ilustrado com uma gravura do Forte do Bugio[75].

A primeira lista de imóveis a classificar como «Monumentos Nacionais, Padrões Historicos e Commemorativos de Varões Illustres» foi aprovada em Assembleia Geral da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, de 30 de dezembro de 1880. Aí encontramos, na primeira categoria, os «monumentos Historicos e Artisticos», e na segunda, os «edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recomendáveis por qualquer excelência d'arte». Cada imóvel é acompanhado por uma curta explicação. Na Terceira Classe, a dos «Monumentos da arte militar antiga. Castellos e torres», apenas constam 36 imóveis e destes apenas dois merecem curtos comentários. São eles o castelo de Alcácer do Sal, «Castello arruinado», e o de Almourol, «Castello arruinado no meio do Tejo». O castelo de Santiago do Cacém encontra-se já nesta lista, mas não o de Sines.

[75] Inácio de Vilhena BARBOSA (1862) – Defesa Marítima de Lisboa. *Archivo Pittoresco*. Tomo V, n.º 30, p. 233.



Figura 14 – *Castelo de Almourol. Álbum «Photographias de C. Relvas»,* 1880, Arquivo de Documentação Fotográfica / DGPC, ADF.00237.011. Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.matrizpix.dgpc.pt/MatrizPix/Fotografias/FotografiasConsultar.aspx?TIPOPESQ=2&NUMPAG=5&REGPAG=50&CRITERIO=castelo&IDFOTO=107031.

Só a 29 de dezembro de 1881 foi criado um organismo público dedicado exclusivamente à conservação do património arquitetónico, a Comissão dos Monumentos Nacionais, no seio do Ministério das Obras Públicas[76]. Foi seu primeiro diretor Possidónio da Silva que assim deu continuidade, na esfera pública, ao trabalho iniciado na Associação dos Arqueólogos, realizando levantamentos de monumentos e vistorias, de que resultaram relatórios enviados às autoridades competentes. Foi um tempo de discussão de critérios de intervenção e de modelos de organização, que abarcaram desde a formação dos técnicos

[76] Jorge CUSTÓDIO (2011) – *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a I República; Fundamentos e Antecedentes*. Lisboa: Caleidoscópio. Vol. I. p. 237-294.

até ao envolvimento da sociedade civil, mas com pouca aplicação prática, pois havia que começar quase do zero, iniciando um primeiro inventário dos monumentos. Procurou envolver-se também autarquias e paróquias para além do Ministério da Guerra, nesta tarefa[77]. Ficou a dever-se a Fernando Larcher uma ação relevante no campo da arquitetura militar, procurando estabelecer contactos entre a Comissão e o Ministério para articular os esforços de conservação dos imóveis que enquadrou em duas categorias:

> castello e torres que foram durante muitos annos e dos quaes alguns ainda hoje são classificados como praças de guerra; (…) edifícios abandonados. Os primeiros acham-se regularmente conservados, senão debaixo do ponto de vista historico-artistico, ao menos pelo serviço que ainda prestam; taes são as torres de S. Vicente de Belem, de S. Lourenço da Narra, do Outão, d'Extremoz, os castellos de Elvas, S. Jorge, Bragança, etc.
>
> Os segundos apezar de mais ou menos abandonados conservam-se debaixo da inspecção directa do commando geral d'engenharia que mal ou bem os tem preservado dos insultos populares e municipaes como são por exemplo os castellos de Ouguella, Almorol vulgo Tancos, Palmella, praça de Cezimbra, etc…[78]

Destacou ainda a importância do acervo arquivístico das instituições militares e das suas estruturas, com uma capacidade de ação que faltava à Comissão dos Monumentos. O cosmopolitismo do seu conhecimento permitiu-lhe ir enriquecendo a sua experiência, com o contacto com outras abordagens do Património Arquitetónico, como a corrente inglesa de anti-restauro, encabeçada por John Ruskin, de carácter mais poético, ou as abordagens mais técnicas e científicas nascidas em Itália da experiência de Luca Beltrami e Camilo Boito.

Quase às portas do novo século, Ramalho Ortigão ergueu também a sua voz contra a decadência e o abandono em que se encontrava o património histórico da nação[79] em *O Culto da Arte em Portugal*[80], e critica as poucas intervenções até então realizadas:

> ...não houve antecedencia de programma, nem estudo previo, nem determinação de methodo, nem sancção critica, nem fiscalisação technica, nem policia artistica de especie alguma[81]

---

[77] *Ibidem*, p. 274.
[78] Consulta de Fernando Larcher, vogal da Comissão dos Monumentos Nacionais, sobre a necessidade de acordo entre a dita Comissão e o Ministério da Guerra a propósito dos monumentos militares. 30 de março de 1894, p. 2. AMBA – Comissão dos Monumentos Nacionais. Consultas. liv. 244. *Apud* Jorge CUSTÓDIO, *op. cit.*.
[79] Alice Nogueira ALVES (2009) – *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História na Especialidade de Arte, Património e Restauro, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
[80] Ramalho ORTIGÃO (1896) – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: A. M. Pereira.
[81] *Ibidem*, p. 14.

Outros intelectuais portugueses acompanharam o debate teórico que decorria em diversos centros europeus, como José Pessanha, António José Arroios, Victor Ribeiro, José Leite de Vasconcelos, entre outros, cujo papel foi estudado profundamente por Jorge Custódio na sua obra *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a I República*[82].

A 30 de dezembro de 1901 foi finalmente publicado o Decreto que classificou os primeiros imóveis como monumentos nacionais. Trata-se de uma curta lista de 15 edifícios. Apenas nela encontramos um edifício militar, a torre de São Vicente – torre de Belém. Só em 1910 vieram a ser acrescentados a este rol os castelos de Guimarães e Leiria.

Na classificação deste último monumento deverá ter tido algum peso o estudo que Ernesto Korrodi (1870-1940)[83] lhe dedicou, sumptuosamente publicado em 1898. O seu título completo: *Estudos de Reconstrucção sobre o Castello de Leiria, Reconstituição gráfica de um notavel exemplar de construcção civil e militar portuguesa*, sublinha claramente a intenção do autor de propor uma reconstrução do imóvel. Não se trata já de um sonho romântico por entre as ruínas, mas de um estudo exaustivo da estrutura arquitetónica e arqueológica, amplamente ilustrada, fortemente influenciado pela bibliografia francesa da especialidade, devido à falta de estudos sérios a nível nacional. O arquiteto dedicou-se igualmente ao estudo de outros exemplares, como os castelos de Porto de Mós, Pombal e Ourém, para além do paço dos duques de Bragança, em Barcelos.

O impacto da obra de Ernesto Korrodi no meio leiriense foi significativo, tendo desencadeado a criação, a 30 de setembro de 1915, da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria que se empenhou em «conservar as ruinas do Castelo de Leiria, compreendendo a cidadela, com todo o seu sistema de construções, muralhas e terrenos adjacentes». Antecedeu-a outra importante associação, a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, criada em 1909.

A associação leiriense deu início, pouco tempo depois, a trabalhos no imóvel, orientados pelos planos traçados por Korrodi, cujo projeto é fortemente tributário dos ensinamentos de Eugène Violett-le-Duc, procurando restituir a imagem ideal do monumento no momento áureo do seu passado, neste caso o tempo em que D. João I aí se instalava, no paço novo por si mandado edificar. No entanto, estes critérios não foram universalmente aceites, tendo sido alvo de pesadas críticas por parte da administração, nomeadamente do eng.º

[82] Jorge CUSTÓDIO, *op. cit.*.
[83] Lucília Verdelho da COSTA (1997) – *Ernesto Korrodi (1889-1994); Arquitectura, Ensino e Restauro do Património.* Lisboa: Editorial Estampa.

José Maria Charters de Azevedo, levando a que, em 1933, Korrodi abandonasse a direção dos trabalhos.

Outro olhar atento, que se destaca pelo seu pioneirismo, está patente na obra de Augusto Vieira da Silva, *O Castello de S. Jorge*[84], de 1898, que, para além de efetuar um profundo estudo da documentação, procurou fazer uma leitura meticulosa do próprio edifício, quer através do contacto direto com as estruturas edificadas, quer mediante o estudo das fontes iconográficas.

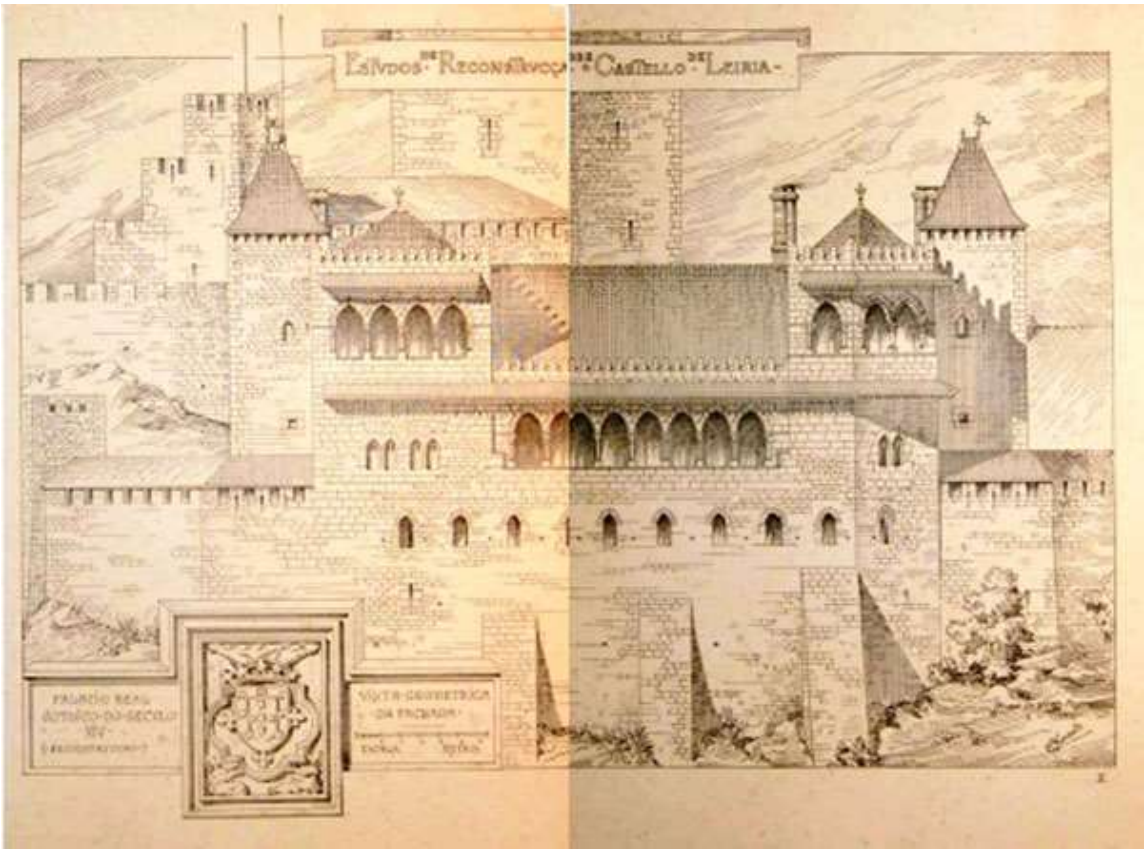


Figura 15 – Ernesto KORRODI, *Estudo de Reconstrução do Castelo de Leiria,* 1898.

Trilhando outros caminhos inovadores, a Real Associação dos Archeologos Portuguezes teve uma visão clara da necessidade de associar a salvaguarda dos monumentos à promoção do turismo, atividade que se começava a organizar e que teve como momento decisivo o congresso realizado em Lisboa em 1910. A tese apresentada pela Associação, e de que foi relator Victor Ribeiro, intitulou-se «Influencia da tradição monumental e local no

[84] Augusto Vieira da SILVA (1898) – *O Castello de S. Jorge em Lisboa; Estudo Estórico-Descritivo*. Lisboa: Typographia do Commercio.

desenvolvimento do "turismo" no paiz». Apresenta um olhar bastante amplo, mas que sintetiza os principais problemas, muitos dos quais ainda hoje permanecem atuais.

Pouco a pouco foi surgindo uma bibliografia especializada. Em 1922, Humberto Beça deu à estampa *Os Castelos da Beira histórica* e *Castelos de Portugal*, seguido de *Castelos de Hespanha, Castelos de Portugal*, em 1923, e no mesmo ano *Os Castelos de Entre-Douro e Minho*.

O regime saído da Revolução Nacional de 28 de maio de 1926, que veio a conduzir à instauração do Estado Novo após o plebiscito à Constituição de 1933, criou, logo em 1929, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), responsável pela implementação do seu programa de recuperação do património edificado. As bases ideológicas e teóricas do mesmo foram estabelecidas na década de 30, num processo que conduziu à grande campanha de obras realizada ao redor das comemorações de 1940.

Em 1934, o capitão Jorge das Neves Larcher publicou um pequeno opúsculo: «Em Prol dos Castelos de Portugal», com o texto de uma conferência realizada no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal, a 27 de maio do mesmo ano. Aí cita Pedro Azevedo: «As melhores e mais verdadeiras páginas da história são os monumentos»[85]. Mais à frente, o próprio autor reconhece que «Os castelos oferecem aos estudiosos tam preciosos e variados subsídios que destruí-los será o mesmo que inutilizar um desses livros raros que o passado nos deixou.».

Jorge das Neves Larcher lançara-se um ano antes numa importante empreitada: a publicação de uma monografia que reunisse a história de todos os castelos de Portugal, o que rapidamente pôs de parte, optando por dedicar um volume a cada distrito. Infelizmente, apenas foram editados dois, dedicados aos distritos de Leiria (1933) e Coimbra (1935). O primeiro volume dedica capítulos autónomos a oito castelos, organizados alfabeticamente. Cada um deles inicia-se com um artigo que resumidamente apresenta a história do edifício, seguido das suas lendas e de desenvolvidas transcrições bibliográficas, que formam a maior parte do texto. O segundo volume dedica-se a onze castelos, sendo cada capítulo organizado com uma curta notícia histórica, seguida das transcrições de obras anteriores, dando menos ênfase às antigas lendas. A obra presenta-se assim, essencialmente, como uma coletânea de textos diversos.

Ambos os volumes são ilustrados com desenhos de Armando de Lucena, onde predomina ainda uma visão pitoresca do castelo arruinado tomado pela vegetação selvagem, que aos poucos se vai confundindo com as massas pedregosas em que assenta, sem grande preocupação de detalhe ou rigor técnico de registo de elementos arquitetónicos ou

[85] Jorge das Neves LARCHER (1934) – *Em Prol dos Castelos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 11.

decorativos. No primeiro volume, por entre as 13 ilustrações que contém, apenas uma corresponde a uma fotografia aérea do castelo de Leiria e outra à reprodução de uma gravura antiga do castelo de Porto de Mós. Nenhuma planta é apresentada, ao contrário do que aconteceu no segundo volume, mais ilustrado, onde por entre as 32 ilustrações encontramos oito plantas, mas apenas ainda duas fotografias.

Na mesma altura surge *O Castelo de Guimarães*, em 1933, de Luís de Pina (1901-1972)[86], que alinha pelo mesmo método de trabalho de Augusto Vieira da Silva, analisando os diferentes tipos de alvenaria dos paramentos e das *cicatrizes* deixadas por estruturas já demolidas, para fazer uma leitura da evolução do imóvel.

Por sua vez, Abel Viana publicou, em 1939, *A Comemoração dos Centenários e os Castelos Algarvios* e, também enquadrada no espírito dos grandes trabalhos realizados nos Castelos Portugueses ao redor de 1940, surge a edição da obra de Duarte de Armas, saída do prelo em 1943, graças à iniciativa do general João de Almeida, que assim permitiu o acesso de um público mais alargado à obra, apesar das limitações técnicas e de formato. Ao mesmo se deve a publicação de um *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, entre 1945 e 1947, que não se centra apenas nas fortalezas medievais, mas abarca desde os castros pré-históricos às fortificações modernas[87]. Na obra destaca-se mais o nacionalismo que caracteriza a ideologia do Estado Novo do que o rigor científico da investigação.

O Estado Novo fez da recuperação dos castelos uma das suas *bandeiras*. Associados aos tempos *heroicos* da fundação da Nacionalidade, a sua decadência e ruína é apresentada como reflexo da decadência e ruína da própria Nação, que o novo regime vinha reverter, reerguendo o espírito viril de um Portugal que se regenerava moral e fisicamente. A imagem do castelo que se reergue das ruínas é amplamente utilizada pela propaganda do Regime.

Muito curiosa é esta visão da *reconstrução nacional* em que as escolas são construídas de novo com uma modernidade temperada por algum tradicionalismo, os Paços do Concelho e a igreja também são edifícios novos, mas com uma linguagem arquitetónica puramente historicista. Definem uma povoação cheia de crianças que brincam ou se perfilam nas suas fardas da *Mocidade Portuguesa*, e onde nas ruas passam carros modernos e homens a cavalo, mas o castelo, que domina à distância, sobre um monte, com os seus muros recuperados, é uma realidade puramente cenográfica e desabitada.

---

[86] Luís de PINA (1933) – *O Castelo de Guimarães*. Vila Nova de Gaia: Edições Pátria.
[87] João de ALMEIDA (1945-1947) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Lisboa: Edição de autor. 3 vols..



Figura 16 – Martins Barata, *A Lição de Salazar; Do abandono dos serviços públicos e das ruinas (…)*, 1938, Bertrand Irmãos, BMP, cota ct-103-g-cx.

O organismo a que o Estado Novo entregou a recuperação do património arquitetónico, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), surgiu em 1929 e teve enormes repercussões não apenas no número de imóveis que intervencionou e na profundidade dos trabalhos, mas igualmente na divulgação de uma ideologia nacionalista que nestas obras se materializava aos olhos de todos.

No final da sua primeira década de vida, a DGEMN implementou uma ampla campanha de «reconstrução» dos castelos portugueses, no âmbito das comemorações do duplo centenário da fundação da nacionalidade e da restauração da independência. O novo regime assumia-se assim como o terceiro momento fundador, ou re-fundador, da Pátria, e ao *reerguer* os seus castelos estava a *restaurar* e a regenerar o verdadeiro espírito nacional.

À imagem do seu líder, Salazar, os castelos medievais eram fortes, austeros, duros, pragmáticos, despidos de pormenores supérfluos e eternos, como talvez o próprio se visse.

As intervenções realizadas reforçaram estes aspetos e eliminaram muitos dos acrescentos posteriores, deixando, sempre que possível, o interior das praças muralhadas vazio e sem outra função que a de permanecer.

Na exposição realizada em 1947, dedicada a *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947*, a DGEMN apresentou a obra realizada sob o lema: «Dar vida às velhas pedras é tornar o passado presente / Monumentos Nacionais, padrões de raça nos caminhos da História.»

Para dar a conhecer a sua ação, a DGEMN publicou 131 boletins, dedicados, cada um deles, à intervenção num monumento. Apresentam um texto inicial que se debruça sobre a história do monumento e só raramente aprofunda questões ligadas às obras realizadas e nunca toca na Arqueologia. As obras são documentadas em peças desenhadas e fotografias

que confrontam o antes e o depois. Apenas 20 castelos medievais mereceram um boletim, sendo a sua maioria centrados em obras realizadas em igrejas[88].



Figura 17 – *Boletim da DGEMN dedicado ao Castelo de Sesimbra,* 1943-44.

Integrado na lógica dos Boletins, a DGEMN publicou, em 1949, um pequeno livro de divulgação, destinado a apresentar a sua obra no II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos, realizado em Zurique[89]. A organização da publicação é a mesma, com um texto inicial onde nada se diz sobre as intervenções realizadas e a metodologia adotada, mas onde se procuram definir tipologias e cronologias, numa primeira tentativa de síntese global bastante sumária e, curiosamente, despida da retórica de exaltação da pátria e do regime, certamente por se destinar a um público estrangeiro, a quem se apresentam versões em inglês, francês e alemão. O *dossier* de imagens contém apenas uma planta e uma fotografia geral de cada imóvel, tendo em conta que estão representadas trinta e duas estruturas militares, que nos dão uma imagem clara e rigorosa de cada uma delas, procurando o rigor técnico e científico, e não a poesia evocativa que domina as obras da iniciativa do regime.

[88] À muralha fernandina da cidade do Porto foi dedicado o n.º 6 (setembro de 1936), ao simbólico castelo de Guimarães o n.º 20 (junho de 1940), seguido logo pelo castelo de Pombal (setembro de 1940), e pelo de Sesimbra (dezembro de 1943 – março de 1944), Belver (dezembro de 1946), Elvas (dezembro de 1948), Sabugal (setembro de 1949), Amieira (setembro de 1950), Óbidos (junho / setembro de 1952), Penedono (setembro de 1953), Fortaleza da Berlenga (dezembro de 1953), castelo de Alcanede (junho de 1954), Beja (setembro de 1954), Lousa (dezembro de 1956), Penela (março de 1958), Muralhas de Lagos (junho de 1961).

[89] *Castelos Medievais de Portugal* (1949) – Lisboa: DGEMN. Obra apresentada em Zurique ao II Congresso do Centro Europeu para o Estudo dos Castelos.

A tese de doutoramento de Maria João Neto, intitulada *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, de 1996, convertida na publicação *Memória, Propaganda e Poder – o Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, em 2001[90], faz uma análise rigorosa da atividade deste serviço e da ideologia subjacente às suas intervenções. Neste trabalho dedicou particular atenção à biografia dos dirigentes e técnicos que mais marcaram a instituição[91], revelando as peculiares abordagens de cada uma e a realidade de uma instituição que não foi tão monolítica como as abordagens superficiais, até então realizadas, veiculavam. Abordou igualmente as críticas que foram feitas à atuação da DGEMN, mesmo em tempos de apertada censura[92].

Por entre as obras de divulgação editadas nos derradeiros anos do Estado Novo, destacamos o curioso álbum de Damião Peres, ilustrado pelo pintor Gouvêa Portuense, mais como livro de arte do que pelo seu conteúdo científico[93]. Procura enquadrar as fortalezas no território e na sua história, mas a informação é muito sucinta, quase ao nível de um guia turístico. As fotografias a preto-e-branco, de grande qualidade, abarcam vistas gerais e pormenores, mais escolhidos pelo seu valor pitoresco do que para ilustrar soluções arquitetónicas ou elementos identificadores de uma tipologia ou cronologia. As ilustrações são muito numerosas, fazendo desta obra mais um livro de artista acompanhado de texto do que um livro de História, realizadas com diversas técnicas, da gravura ao desenho, à aguarela e à pintura a óleo; variam entre a captação poética de um instante, da exploração de texturas e jogos de claro-escuro, executadas com grande liberdade, até recriações de momentos históricos e reproduções de obras de arte, sem que seja apresentado um único levantamento, uma única planta ou alçado. Como escreveu o autor do texto nas suas «Palavras Prévias»: «a tradição revive no halo da lenda e poesia que se evola dessas enegrecidas ruínas, e a história nacional persiste nelas, na evocação de sublimes heroísmos, de abnegados sacrifícios, de imperecíveis glórias». A intenção é clara: a de produzir uma obra mais evocativa do que histórica.

[90] Maria João NETO (2001) – *Memória, Propaganda e Poder - o Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
[91] *Ibidem*, p. 208-232.
[92] *Ibidem*, p. 258-270.
[93] Damião PERES (1969) – *A Gloriosa História dos Castelos de Portugal*. s.l.: Portucalense Editora.

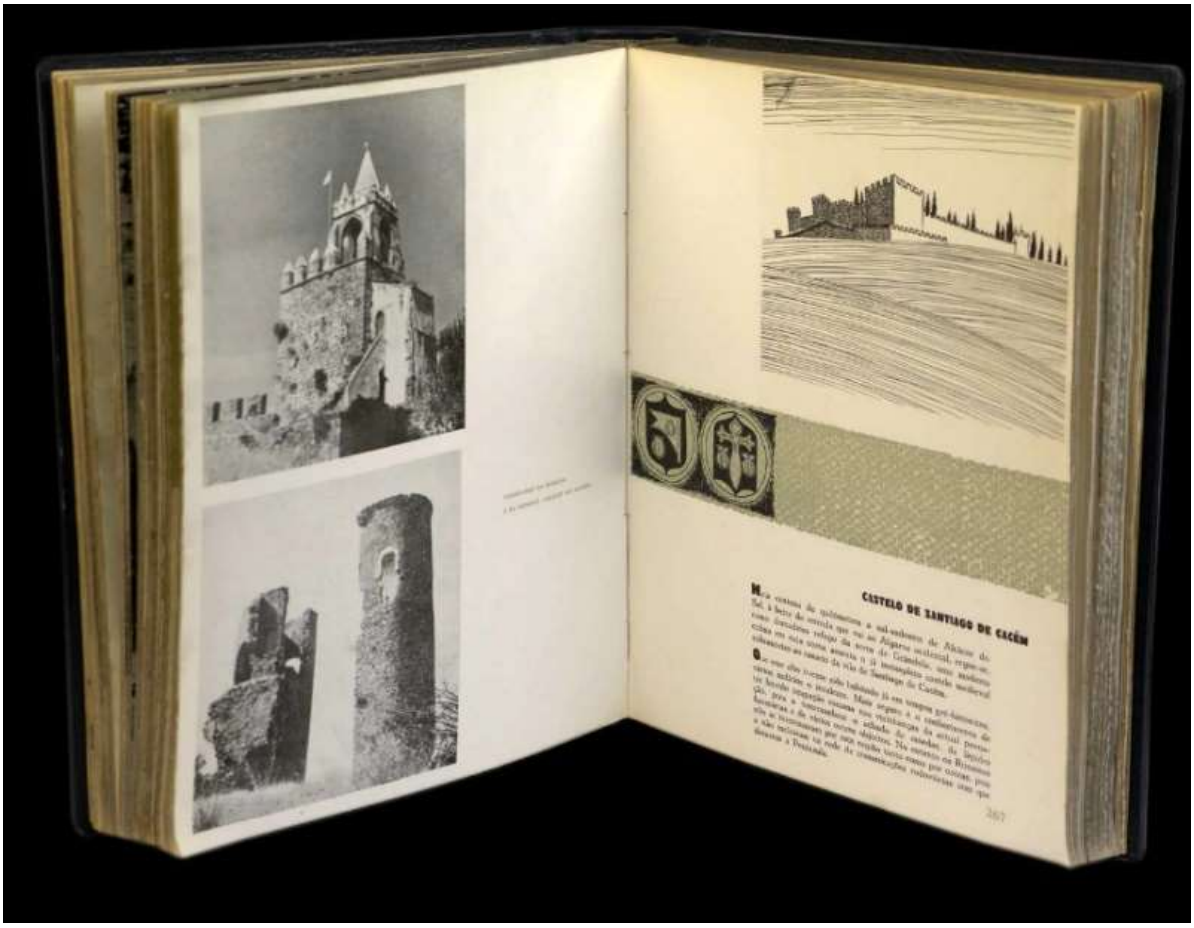


Figura 18 – Damião PERES e Gouvêa PORTUENSE, *A Gloriosa História dos Castelos de Portugal*, 1969, Portucalense Editora. p. 266-267. A página da direita é dedicada ao castelo de Santiago do Cacém.

3. O Estado da Arte

As intervenções levadas a cabo pela Direção-Geral começaram a ser criticadas a partir dos anos 60, com a consagração de outras formas de entender os edifícios históricos e as metodologias de intervenção, devido à aceitação dos princípios expressos na Carta de Veneza, de 1964. Igualmente a nível da historiografia de arte começaram a surgir leituras que contradizem o discurso oficial do Regime, destacando-se o pioneirismo de Mário Tavares Chicó (1905-1966) numa investigação com bases científicas.

A falta de verdadeiros estudos dos imóveis e a inexistência de acompanhamento arqueológico das intervenções fez com que estas não constituíssem verdadeiros momentos de avanço do conhecimento histórico. Em 1978, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no preâmbulo de *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho* reconhece que:

> apesar de muitos restauros – talvez em má hora feitos – a nossa arqueologia medieval que com o seu estudo se poderia ter alicerçado nem sequer tenha começado. E nesta panorâmica de extrema penúria de dados e de grande desperdício de ocasiões para o conhecimento concreto de alguns destes edifícios que corajosamente nos abalançamos, sem prévias escavações e ainda sem estudos monográficos[94]

O mesmo autor destaca apenas, entre nós, os já referidos estudos de Costa Veiga, Jorge Larcher e João de Almeida. Mais à frente, retomando a questão da escassez de dados seguros, afirma não ter «notícia segura de nenhumas escavações arqueológicas nem tão-pouco quaisquer levantamentos topográficos»[95].

A partir dos anos 80, o panorama da investigação no campo da Castelologia alterou-se substancialmente, destacando-se entre outros eventos, a realização dos Congressos Sobre Monumentos Militares, entre 1984 e 1997, e em 2002 o I Simpósio Internacional sobre Castelos dedicado a *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, que teve uma segunda edição em 2010 sob o tema *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Secs. VI-XVI)*, que foram locais privilegiados de encontro de investigadores e de troca de experiências. Os *Encontros Sobre Ordens Militares*, que decorrem em Palmela desde 1989 constituíram outro importante fórum que permitiu divulgar trabalhos científicos e o encontro de investigadores.

---

[94] Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho; Desde as origens a 1220.* Porto: C. Almeida. p. 50. Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História de Arte.

[95] *Ibidem*, p. 2.

Também em 1989, Rafael Moreira dirigiu a primeira grande síntese da arquitetura militar no espaço de influência portuguesa e já não apenas no estreito território nacional[96]. O próprio aprofundar dos estudos medievais, onde temos de destacar obrigatoriamente o trabalho de José Mattoso, veio abrir novas e ricas perspetivas de abordagem ao universo social, político e militar onde se inseriam os castelos. Este autor não deixou de publicar, a par de obras de grande profundidade científica, volumes de divulgação como o que dedicou aos *Castelos de Portugal*[97].

Os estudos monográficos também tiveram grande incremento, com publicações, por exemplo de Mário Pereira, dedicadas aos castelos de Santa Maria da Feira, da Raia da Beira ou de Elvas; de Rita Costa Gomes, dedicadas aos castelos da Raia; de Rosa Varela Gomes, sobre o castelo de Silves; de Mário Jorge Barroca, acerca dos castelos de Santa Maria da Feira, Soure, Lanhoso, Trancoso e Guimarães, com uma visão pluridisciplinar que vai da Arqueologia e da Epigrafia, à História; e de tantos outros que injustamente não temos espaço para lembrar.

No campo do estudo dos espaços domésticos situados no interior dos castelos, ou com características *acasteladas*, merece destaque o volume que José Custódio Vieira da Silva dedicou, em 2002, aos *Paços Medievais Portugueses*[98], apesar de ser uma obra com um âmbito muito mais vasto do que aquele em que nos centramos. Já de 2015 é a obra de Helder Carita *A Casa Senhorial em Portugal; Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamentos*[99], onde os capítulos II – Origem e Génese da Casa Senhorial – e III – O Paço Medieval no Século XV – contêm relevantes exemplos de casas-torre ameadas e de estruturas habitacionais integradas em castelos.

No ano de 2000, o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) publicou um livro dedicado ao *Património: Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, onde apresenta as linhas orientadoras da sua política para estes anos. Aí se define um «Programa de Recuperação dos Castelos»[100], tendo em conta a sua «*importância, quantidade e qualidade*».

> Efectivamente, os Castelos Portugueses constituem, ainda hoje, não apenas um símbolo acarinhado e reconhecido de *soberania nacional*, mas também, e sobretudo agora, um símbolo de *identidade regional, municipal e local*.[101]

---

[96] Rafael MOREIRA, dir. (1989) – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Edições Alfa.
[97] José MATTOSO (1988) – *Castelos de Portugal; A Memória de Pedra*. Lisboa: CTT.
[98] José Custódio Vieira da SILVA (2002) – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR.
[99] Helder CARITA (2015) – *A Casa Senhorial em Portugal; Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamentos*. Alfragide: Leya.
[100] Publicado igualmente em volume autónomo: *Programa de Recuperação dos Castelos* (s.d.) – Lisboa: IPPAR.
[101] *Ibidem*, p. 13.

Esta deslocação do significado de uma área de exaltação das virtudes heroicas dos que à força da espada haviam construído a identidade nacional, de que os castelos eram por isso a memória viva, que se exigia reerguer como a pátria, para um campo menos apologético e literário, onde prevalece a análise científica da realidade dos vestígios, leva ao reconhecimento de que «Os castelos, são na sua maior parte aquilo a que poderíamos chamar *resíduos*, por haverem perdido integralmente a sua antiga função de uso. Em alguns casos pode mesmo falar-se de obras "falhadas", porque em alguns casos não desempenharam função defensiva ou militar, nem foram, por força disso, objecto de qualquer reconversão. Arruinaram-se pura e simplesmente – e perderam-se».

Reconhece-se que as intervenções levadas a cabo na década de 40 tinham recuperado apenas o «esqueleto» dos imóveis, pelo que ao definir três linhas de ação, este programa, propõe para além de um primeiro ponto: consolidar, recuperar, restaurar, reabilitar; um segundo ponto: valorizar e devolvê-los à fruição do público, revitalizando-os e mesmo um terceiro: reconciliar as populações locais com os testemunhos monumentais do passado.

Também no campo das intervenções, o panorama foi profundamente inovador. Em primeiro lugar, foram equacionados programas de ocupação das estruturas militares. Quando as mesmas se apresentavam em ruínas privilegiou-se a sua conservação e nunca uma reconstrução. Sempre que foi necessário introduzir novos equipamentos, estes assumiram uma linguagem claramente contemporânea, como é o caso da casa de chá que João Mendes Ribeiro projetou para o Castelo de Montemor-o-Velho em 1997, construído entre 1999 e 2000, que resultou de um concurso lançado pelo IPPAR.

Sobre esta obra escreveu Ana Tostões[102]: «A materialidade "aberta" da ruína é deliberadamente prolongada, trabalhando-se o mistério que ela integra: a relação entre o que se conhece e o que se ignora. A nova arquitectura emerge como uma homenagem aos fragmentos sobreviventes, como uma arquitectura que evoca e acolhe, que constrói com o fragmento. Trata-se de reuni-los, não simplesmente juntá-los por justaposição, mas reuni-los segundo uma ideia precisa e um desenho rigoroso, porque é algo tão real como voltar a habitar um lugar. Por isso, a presença estimulante do passado não resulta aqui, nem num peso, nem numa carga, mas numa possibilidade extrema de essencialização.».

[102] Ana TOSTÕES (2001) – Casa de Chá. *Público*. 27 de janeiro.



Figura 19 – João Mendes Ribeiro, *Casa de Chá do Castelo de Montemor-o-Velho*, 1997-2000.

Também na obra de Souto Moura, saindo da órbita dos castelos, esta redescoberta do valor poético da ruína integrada num projeto contemporâneo que não a pretende reconstruir, mas sim dialogar com ela, foi explorado na pousada – antigo convento – de Santa Maria do Bouro. Já no Teatro Thalia, Gonçalo Gyrne, Patrícia Barbas e Diogo Lopes encapsularam a ruína – em perigo de derrocada – numa caixa de betão, como um cofre que conserva e mostra o tesouro protegido. Enquanto a fachada recupera a sua leitura de conjunto, o interior, que um incêndio decorrido em 1862 havia destruído em grande parte, revela as alvenarias estruturais dissecadas pelo tempo. Concretamente no campo dos castelos, os exemplos são diversos, como o do Castelo de Pombal, cuja requalificação concluída em 2014, tratou de inscrever elementos em falta, como escadas e um centro de acolhimento dos visitantes, com uma linguagem inequivocamente contemporânea.

Mas não é apenas a «forma» da intervenção que sofreu uma profunda atualização, o mesmo aconteceu com os seus destinatários e intervenientes. Em 2000 escreveu-se no Preâmbulo da *Carta de Cracóvia* que «Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património», assim, a base de qualquer estratégia de conservação patrimonial tem de assentar no conhecimento, seja ele o que nos chegou informalmente pela partilha de uma memória coletiva, seja o que resulta da investigação histórica, arqueológica, ou das suas disciplinas auxiliares. Sem partilha desse conhecimento com a comunidade não podemos esperar que esta se mobilize para garantir o esforço e o

investimento permanente que esta tarefa implica. Tendo consciência desta realidade, vemos surgir a partir de então um maior investimento na criação de centros de interpretação, na instalação de sinalética, na publicação de guias acessíveis, de desdobráveis, *sites* de internet, atividades pedagógicas etc. A consciência de que os monumentos possuem valores que se alteram com o tempo, e que essa é mesmo uma das suas características mais marcantes, leva-nos a acreditar na eficácia destes instrumentos de comunicação para o desenvolvimento de uma relação cada vez mais estreita entre os Homens e as *pedras* por eles herdadas.



Figura 20 – João Luís Carrilho da Graça, *Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge,* 2010.

Vamos destacar apenas alguns exemplos, como o caso do projeto de Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, da autoria de João Luís Carrilho da Graça, que não é uma intervenção na estrutura arquitetónica do imóvel, mas sim nas estruturas arqueológicas escavadas no seu interior a partir de 1996. É para nós particularmente importante por não se tratar da introdução de um novo programa num contexto histórico, mas sim da criação de estruturas que permitem preservar, tornar acessível e dar a conhecer as estruturas que fazem parte da história de um dos principais polos de ocupação milenar de Lisboa. Em complemento, inaugurou-se, em 2008, um espaço expositivo, no antigo Paço da Alcáçova, com os materiais provenientes do local. No mesmo ano abriu ao público a Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal, privilegiando a exposição dos espólios no seu local de origem, em diálogo com as estruturas arqueológicas.

Noutros castelos foram instalados centros interpretativos, ocupando principalmente as antigas torres de menagem, como aconteceu em Leiria, Mértola e Guimarães.

No castelo de Mértola foi instalado um dos polos do seu museu, que abriu ao público com uma primeira exposição, em 1999, renovada em 2014. Em 2007 abriu ao público o Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo, instalado na igreja de S. Tiago. Renovado em 2020, tem a particularidade de disponibilizar importantes conteúdos multimédia no *site* Morbase[103], onde se pode ter acesso a um museu virtual, biblioteca digital, levantamentos aerofotogramétricos e reconstituições 3D do Castelo e Paço dos Alcaides, que podem ser visitados *virtualmente* em vídeos de excelente qualidade e grande rigor, que recriam a situação documentada por volta de 1534.



Figura 21 – *Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal.* Disponível em linha: WWW:<URL: https://whotrips.com/2018/08/06/o-filme-do-tempo-na-cripta-do-castelo-de-alcacer-do-sal/.

Em 2013 abriu as portas o Centro de Interpretação do Castelo de Torres Vedras, e em 2016 o do Castelo de Guimarães, igualmente instalado na torre de menagem, e que está organizado em três núcleos, um por piso: «Do Condado ao Reino», «O Castelo e a Cidade de Guimarães» e «D. Afonso Henriques e a apropriação da sua imagem ao longo dos tempos»[104]. A torre de menagem do castelo de Leiria centra o discurso expositivo, que ocupa os seus quatro pisos, no armamento medieval, apresentando diversas réplicas e maquetes. No Paço Novo pode visitar-se a exposição de longa duração *Castelo de Leiria Construção de um Lugar*, onde se destaca o notável acervo resultante das diversas

[103] WWW:<URL:https://montemorbase.com/

[104] Mário Jorge BARROCA; Luís Carlos AMARA (2019) – *Castelo de Guimarães; Livro-Guia do Centro Interpretativo.* Guimarães: Associação dos Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães.

campanhas arqueológicas realizadas dentro do recinto, devidamente contextualizado por Vânia Carvalho, Isabel Inácio e Joaquim Garcia.



Figura 22 – *Pormenro da exposição Castelo de Leiria Construção de um Lugar*, instalada no Paço Novo do Castelo de Leiria.



Figura 23 – *Reconstrução virtual do Paço dos Alcaides do Castelo de Montemor-o-Novo c. 1534.* Morbase. Disponível em linha: WWW:<URL: https://montemorbase.com/patrimonio-em-video/.

Outro exemplo, já inaugurado em 2021, é o Centro Interpretativo do Castelo de Portel, instalado num edifício novo, onde se privilegiou a comunicação gráfica, quer ao nível das ilustrações, apelativas para um público mais novo, quer das reconstituições das estruturas edificadas, num discurso onde se inclui algum acervo local.

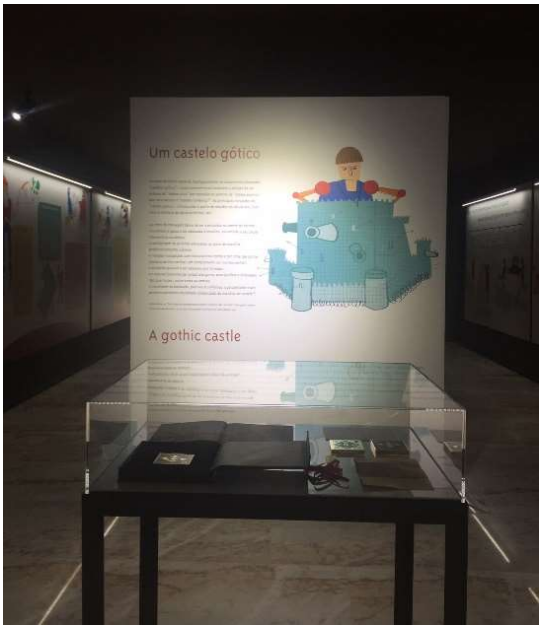


Figura 24 – *Centro de Interpretação do Castelo de Portel.* Coordenação e conceito de Paulo Lima, investigação e textos de Ana Pagará e António Janeiro, ilustrações de Tiago Lourenço, filme de Joana Tato Borges com a colaboração de Jorge Pinto e Manuel Pessanha. Disponível em linha: WWW:<URL:https://atelierjoaoborges.pt/trabalhos/centro-de-interpretacao-do-castelo-de-portel/.

A par do estudo e conservação das estruturas militares, assim como da sua interpretação, têm sido experimentadas nos últimos anos diversas soluções para melhorar a acessibilidade aos imóveis que, naturalmente, haviam sido concebidos para não serem facilmente acessíveis, instalados em pontos altos, com acessos íngremes e barreiras arquitetónicas. Este é um dos aspetos que merece ser destacado nas mais recentes intervenções no património edificado, onde é cada vez maior a consciência de que o património pode, e deve contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das populações, como foi reconhecido na *Declaração de Namour.* Um bom exemplo é o dos acessos ao Castelo de Leiria, feitos por meio de elevador, a partir do centro histórico da cidade, e por funicular, do lado oposto. Estes novos meios de acesso, onde domina o aço corten, integram-se na mancha de denso arvoredo que cobre as encostas e evita o estacionamento descontrolado nos exíguos espaços interiores da cerca.

Um dos mais recentes documentos produzidos pela União Europeia: *Getting cultural heritage to work for Europe*[105] destaca não só o papel económico e de atratividade que o património desempenha na Europa, mas chama a atenção, mais uma vez, para a

[105] *Getting cultural heritage to work for Europe; Report of the Horizon 2020 Expert Group on Culture Heritage* [em linha] (2015) – Bruxelas: Directoria-Geral para a Investigação e Inovação. [Consult. 21.jan.2019]. Disponível em: WWW:<URL:https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b01a0d0a-2a4f-4de0-88f7-85bf2dc6e004.

necessidade de envolver as populações, chamando-as a participar também nas decisões e na vida dos monumentos[106], desafiando as autoridades responsáveis a procurarem estratégias para «promover o uso inovador da herança cultural para encorajar a integração, inclusão, coesão e participação» e abrirem o campo dos participantes no debate, que não se pode restringir a um grupo fechado de especialistas. O documento lança também o desafio a que as autoridades municipais usem o património como dinamizador da regeneração urbana das cidades, campos onde ainda há muito caminho a trilhar.

Apar desta evolução da forma de intervir no monumento, quer a nível da sua estrutura arquitetónica que ao nível da criação de espaços de interpretação, tem sido dignificativo o incremento da investigação ao nível da evolução das estruturas de pensamento associadas a estas áreas, com destaque para a recente tese de doutoramento de Joaquim Rodrigues dos Santos, *A Salvaguarda de Fortificações Medievais em Portugal no Contexto Europeu de Preservação Patrimonial*, em parte publicada, já em 2022, sobr o título *O Castelo Português, Criação de Uma Imágem Cultural*[107].

[106] *Ibidem*, p. 8.
[107] Joaquim Rodrigues dos SANTOS (2022) – *O Castelo Português; Criação de uma Imágem Cultural.* Lisboa: Caleidoscópio.

4. A Fortuna Crítica do Castelo de Sines

A Fortuna Crítica do Castelo de Sines é infelizmente bastante curta, o que constitui uma das principais razões que estiveram na base do presente trabalho de investigação. Como vimos anteriormente ao percorrer de forma sumária o percurso da Castelologia portuguesa, é notória a sua ausência.

A primeira monografia dedicada a Sines centrou-se na figura de São Torpes e foi publicada por Estêvão de Liz Velho, governador militar da Praça, em 1746, acerca da qual nos faz, naturalmente, algumas considerações que não entram no campo da história da fortaleza, mas apenas da sua operacionalidade e guarnição instalada[108].

Só um século depois, em 1850, foi dada à estampa outra obra de temática local, desta vez saída da pena de um médico, Francisco Luiz Lopes, centrada, desta vez, na figura de Vasco da Gama e na defesa da sua naturalidade siniense, onde o Castelo pouco mais mereceu do que uma nota de rodapé[109]. Teria de passar mais de um século até que uma outra monografia local saísse dos prelos.

Pontualmente foram sendo dados a conhecer relevantes documentos, mas que não tiveram qualquer impacto local, como foi o caso do Auto de Posse de 1533, publicado no *Archeologo Português,* em 1905[110], ou a notícia das pilastras visigóticas descobertas por Leite de Vasconcelos na verga da porta da torre de Menagem, aquando da sua visita a Sines nesse mesmo ano, mas só publicada em 1914[111]. Esse desconhecimento foi tão profundo que em 1959 ainda escrevia o jornalista local Júlio Gomes da Silva: «Quanto a nós, conservar desmanteladas muralhas que nada evocam do nosso passado histórico, que nada nos dizem de feitos heroicos, é "crime" de lesa-embelezamento»[112]. Nenhum facto histórico havia sido associado ao Castelo porque a História Local continuava a ser uma disciplina desconhecida por estas partes.

---

[108] Estêvão de Liz VELHO (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.
[109] Francisco Luiz LOPES (1850) – *Breve Notícia de Sines Pátria de Vasco da Gama*. Lisboa: Typographia do Panorama. p. 39.
[110] Pedro A. de AZEVEDO (1905) – Autos de posse de castellos no seculo XVI. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, vol. 10, p. 100-103.
[111] José Leite de VASCONCELOS (1914) – Excursão arqueológica à Extremadura Transtagana. *O Archeologo Português.* Lisboa. S. 1, XIX, p. 300-323. O mesmo artigo foi republicado 13 anos depois numa coletânea do autor: José Leite de VASCONCELOS (1927) – *De Terra em Terra; Excursões Arqueologico-Etnograficas.* Lisboa: Imprensa Nacional. I.
[112] Júlio Gomes da SILVA (1959) – Problemas de Sines. *Diário Ilustrado.* 14 de maio de 1959.

Devemos a D. Fernando de Almeida um novo olhar sobre o Castelo e a sua área envolvente, não enquanto estrutura militar, mas pela existência de diversos elementos de cantaria lavrada, por ele atribuídas à Época Visigótica, embutidos nos panos de muralha, para o que fora alertado pela grande pilastra levada por Leite de Vasconcelos para o seu museu lisboeta. A sua tese de doutoramento foi publicada igualmente em *O Arqueólogo Português*, em 1962[113], a que se seguiu um artigo especificamente dedicado a Sines, no *Arquivo de Beja*, em 1970[114], o que constituiu o incentivo fundamental para o início dos estudos arqueológicos da área do Castelo.

O primeiro autor a iniciar a pesquisa documental sistemática da história de Sines, e, naturalmente, do seu Castelo foi Arnaldo da Soledade (1921-2011), que publicou, em 1973, *Sines Terra de Vasco da Gama*[115], obra alicerçada principalmente na pesquisa realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Militar. Há que lembrar que à data da sua investigação, o Arquivo Municipal de Sines não estava disponível para consulta, apesar de o autor ter tentado, por diversas vezes, a ele ter acesso. Soledade não dominava as ferramentas da História de Arte, pelo que não se dedicou à estrutura arquitetónica, limitando-se a elencar documentação diversa sobre alcaides, comendadores, artilheiros, etc., sem uma leitura mais profunda da documentação, nem um enquadramento da mesma. Faltou-lhe igualmente informação acerca do contexto arqueológico, que começava a ser desvendado pelo seu amigo José Miguel da Costa (1922-2005), sem grande atenção às Épocas Medieval e Moderna, como de resto era corrente à época[116]. Daí resulta que algumas das suas páginas sejam absolutamente fantasiosas, como quando nos fala de um Castro que teria antecedido o atual Castelo; outras são de grande interesse, como a revelação da carta de elevação de Sines a vila, onde pela primeira vez se refere a intenção de se construir uma cerca. Este documento e outros a ele associados foram posteriormente publicados sob a direção de Oliveira Marques na edição da Chancelaria Régia de D. Pedro I[117].

---

[113] D. Fernando de ALMEIDA (1962) – Arte Visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, IV.

[114] *Idem* (1968-1969-1970) – Sines Visigótica. *Arquivo de Beja*. XV-XVI-XVII, p. 17-30.

[115] Arnaldo da SOLEDADE (1973) – *Sines Terra de Vasco da Gama*. Setúbal: Junta Distrital.

[116] Dias DIOGO; José Miguel da COSTA (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e transformação piscícola em Sines. In *Ocupação romana dos estuários de Tejo e do Sado*. Lisboa; Seixal: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 107-110.

[117] *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* (1984) – Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 323-324; p. 451-452. Edição preparada por A. H. de Oliveira MARQUES; Transcrições A. H. de Oliveira MARQUES, Iria GONÇALVES e de Maria José Pimenta Ferro TAVARES; Revisão de A. H. de Oliveira MARQUES, João José Alves DIAS, Judite Cavaleiro PAIXÃO e de Teresa Ferreira RODRIGUES.

Em 1988, Lívio da Costa Guedes publicou os dois tratados manuscritos de Alexandre Massai, as suas descrições dos reinos de Portugal e do Algarve, de c. 1620[118], cujos originais se conservam no Museu de Lisboa. Transcreve integralmente o texto e publica, a preto-e-branco, os desenhos aguarelados que o engenheiro italiano realizou para ilustrar a obra, no entanto, o estudo preliminar cola-se demasiado ao texto original, sem desenvolvimentos significativos nem um enquadramento mais profundo. Acima de tudo peca por não confrontar as informações constantes destas duas obras com as estruturas sobreviventes.

Devemos a Carlos Pereira Callixto (1921-1991) um avanço muito significativo do conhecimento do passado do Castelo de Sines, e da sua divulgação junto do grande público em dois artigos publicados em 1989 no *Diário de Notícias*. O primeiro intitulado «O Castelo de Sines, um Exemplar Único», de 27 de maio, e o segundo «O Castelo de Sines após a Restauração» de 6 de setembro. Ambos recorrem a diversas fontes arquivísticas, com destaque para o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, alargando o leque de fontes citadas anteriormente por Soledade e não só organizadas de forma mais clara, como explorando o próprio texto das mesmas, o que até então não fora feito de forma abrangente. O Castelo passa, graças a este investigador, a ocupar o seu lugar por entre as fortificações da costa portuguesa, de que foi um importante estudioso e divulgador, apesar de ser reduzida a sua bibliografia[119].

Pouco depois, em 1991-92, Rafael Moreira publicou várias peças desenhadas de Leonardo Turriano, relativas a Sines e à sua calheta, no artigo intitulado «O engenheiro-mór e a circulação das formas no Império Português» no catálogo da exposição *Portugal e Flandres*, integrada na Europália 91[120].

A Câmara de Sines, entretanto, foi utilizando o degradado espaço interior, reivindicando a sua entrega, que acabou por se concretizar através do Auto de Sessão datado de 26 de fevereiro de 1992. A partir deste momento iniciam-se as diligências para a elaboração do projeto de recuperação que o próprio Auto impunha ser elaborado pela DGEMN.

---

[118] Lívio da Costa GUEDES (1988) – *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII: A Descripção de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar.

[119] As principais obras de Carlos Pereira CALLIXTO são: (1980) – *Resumo Histórico da Torre ou Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas; (1986) – *Apontamentos para a História do Forte de São Francisco Xavier do Queijo*. Nevrogilde; Foz do Douro: Juntas de Freguesia; (1986) – *Fortificações Marítimas do Concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal; (1989) – *São João da Barra; Os Primeiros Cem Anos.* Oeiras: Câmara Municipal; (1991) – *Os Primeiros 230 Anos de História da Fortaleza de São João da Foz do Douro: 1570-1800.* Porto: Hotel Boa-vista; (1991) – *Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa.* Faro: Algarve em Foco. Contam-se ainda dezenas de artigos publicados em jornais e revistas, de que destacamos: *Anais do Município de Faro*, *Revista Militar*, *Diário de Notícias, O Dia.*

[120] Rafael MOREIRA (1992) – *Portugal e Flandres; Visões da Europa 1550-1680.* Lisboa: IPPC. p. 97-107.

Em consequência disso, a década de 90 foi fundamental para o avanço do conhecimento arqueológico dos terrenos do Castelo, que em muito vieram contribuir para preencher lacunas e esclarecer dúvidas da documentação escrita. Os trabalhos começaram na cerca exterior em 1990 e 1991, numa campanha que trouxe à luz uma importante fábrica de preparados piscícolas, com resultados parciais publicados só em 2004[121] e 2006[122]. A equipa de arqueólogos chefiada por Carlos Tavares da Silva, que transitara do Gabinete da Área de Sines para a então Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, deu um precioso contributo ao realizar consequentemente as primeiras sondagens no interior do espaço muralhado, em 1992-1993, estabelecendo pela primeira vez uma cronologia fiável para a construção das muralhas e dos edifícios situados no seu interior. O resultado destes trabalhos foi publicado em 1998, num artigo incluído no catálogo da exposição *Da Ocidental Praia Lusitana, Vasco da Gama e o seu Tempo*[123].

Esta mostra foi um ponto de viragem na história do Castelo de Sines, pois pela primeira vez surgiu oficialmente reconhecido como lugar por excelência da memória de Vasco da Gama. A exposição permitiu acelerar as obras de recuperação do imóvel e aprofundar o seu estudo, reunindo um notável grupo de estudiosos à volta do tema. Uma geração de historiadores locais havia emergido entretanto e colocado num novo patamar de exigência a investigação e publicação, como António Martins Quaresma e José António Falcão. Quaresma alargou o estudo do seu concelho natal, Odemira, a toda a Costa Alentejana, e às suas redes portuárias e defensivas, tendo publicado obras dedicadas a Alexandre Massai e ao Forte do Pessegueiro, assim como artigos diversos, que vão da cartografia ao urbanismo. A monografia *Alexandre Massai, A "Escola Italiana" de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*, publicada em 2007, veio destacar a importância que Sines teve na vida deste engenheiro militar, nomeadamente no que diz respeito às obras do Pessegueiro e da Calheta, bem como aos projetos para o Castelo. Em Sines, Massai terá realizado a maior parte dos seus tratados, quando aqui viveu nos derradeiros anos e onde foi surpreendido pela morte.

Falcão publicou pela primeira vez a Memória Paroquial de 1758 e aprofundou, em particular, o estudo do património religioso, em cuja conservação e restauro também se

[121] Antónia COELHO-SOARES; Carlos Tavares da SILVA (2004) – Novas Oficinas de Produção de Preparados Piscícolas na Área Urbana de Sines; Intervenção Arqueológica da Rua Ramos da Costa. *Musa; Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*. Setúbal. n.º 1, p. 111-122.

[122] Carlos Tavares da SILVA; Antónia COELHO-SOARES (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. 13. p. 101-122. Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica; Homenagem a Françoise Mayet.

[123] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1998) – Para Uma Arqueologia do Castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitana*. Lisboa: CNCDP; Câmara Municipal de Sines; APS; DPHADB. p. 36. Catálogo.

empenhou, e em particular aquele ligado à Ordem de Santiago. Foi o comissário científico da exposição *Da Ocidental Praia Lusitana; Vasco da Gama e o seu Tempo*.

No âmbito das mesmas comemorações, Luís Adão da Fonseca publicou pela primeira vez a Visitação a Sines de 1480, que deu a conhecer a primeira descrição do Castelo e elenca as obras aí realizadas por Estêvão da Gama[124]. Arnaldo da Soledade já havia recorrido amplamente à Visitação de 1517 quando redigiu *Sines, Terra de Vasco da Gama*, mas só veio a publicar o texto na íntegra muito mais tarde e numa pequena edição policopiada da responsabilidade da Junta de Freguesia de Sines.

O trabalho de Sandra Patrício, à frente do Arquivo Municipal de Sines, teve notáveis reflexos não só na organização e catalogação do espólio arquivístico da autarquia, como na sua divulgação, das mais diversas formas, desde os estudos monográficos a iniciativas como o documento do mês. A sua tese de doutoramento intitulada *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855* constitui um documento fundamental para o conhecimento da estrutura administrativa do concelho de Sines. A obra por só coordenada: *Sines a Terra e o Mar*, constitui o mais recente esforço no sentido de uma visão global da História local.

Outros autores, sem uma ligação direta à terra, começaram a incluir Sines nos seus trabalhos de investigação, como é o caso de Luísa Trindade que fez uma primeira leitura de Urbanismo Medieval de Sines[125]. Muitos deles tiveram oportunidade de apresentar o resultado das suas investigações nos encontros de História Local, organizados pelo Centro Cultural Emmerico Nunes, em cujos livros de Atas os puderam ver publicados.

A colocação em linha do Atlas do Sudoeste Português[126], realizado pela SIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – veio tornar acessível um rico manancial de informação, que vai desde a Arqueologia à Arquitetura Miliar, e onde o Castelo de Sines tem um merecido espaço, tornando a informação acessível a um mais vasto número de interessados, a partir das suas próprias casas.

---

[124] Luís Adão da FONSECA (1999) – Vasco da Gama e a Ordem de Santiago. In *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura*. Palmela: Câmara Municipal; Edições Colibri. Atas do 3.º Encontro Sobre Ordens Militares. p. 277-292.

[125] Luísa TRINDADE (2013) – *Urbanismo na Composição de Portugal.* Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 387-404.

[126] WWW:<URL:https://www.atlas.cimal.pt/drupal/.

5. O Território. Recursos Naturais e Estratégias de Ocupação Humana

5.1 Os Recursos Naturais

5.1.1 A Água

Sines situa-se no extremo ocidental do continente Europeu, na fachada Ibérica que olha a poente o oceano Atlântico (37° 57' 19'' N 8° 52' 00'' O). É por isso natural que, neste lugar, a vida humana esteja fortemente dependente desse grande território líquido, que é privilegiada fonte de alimentos, local de trabalho e porta de ligação ao mundo, mas que é também a origem dos principais perigos, quer naturais quer humanos, que condicionam a vida de cada indivíduo. Este contexto moldou não só o quotidiano local, mas também a forma como as diversas estruturas de poder olharam e planearam esta pequena porção de território. Foi por mar que, a partir da Idade do Ferro, as ligações de Sines ao exterior se fizeram, preferencialmente[127], segundo rotas de navegação de cabotagem que, de porto em porto, garantiram as trocas comerciais e culturais que foram reforçando uma identidade europeia comum, pois os caminhos terrestres foram sempre mais demorados e difíceis[128], deparando-se com inúmeros perigos e obstáculos, que começavam logo nas vizinhas serras de Grândola e Cercal.

Não nos podemos esquecer, ao olhar Sines nesta perspetiva – do mar para terra –, que não só se situa a meio do caminho marítimo que liga o sul mediterrânico e o norte atlântico, como está mais próxima do Norte de África do que de quase todas as costas europeias, realidade particularmente presente quando nos debruçarmos sobre os contextos medieval e moderno em que se desejou, construiu e conservou o seu Castelo.

A baía situa-se na franja do amplo golfo Hibero-marroquino[129] – o *mar das Éguas* – esse «Mediterrâneo em pleno Atlântico», espécie de vestíbulo do grande mar interior[130]. Nele se cruzaram influências atlânticas e mediterrânicas, os cardumes de sardinhas e atuns que atravessavam o estreito de Gibraltar, embarcações de pescadores, comerciantes e

[127] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1993) – *Ilha do Pessegueiro; Porto Romano da Costa Alentejana.* Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza. p. 177-180.
[128] Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos; Contributos para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 53.
[129] Também conhecido como golfo de Cádis.
[45] Jean-René VANNEY; Loïc MÉNANTEAU (2004) – *Géographie du golfe ibéro-marocain.* Lisboa: Instituto Hidrográfico; Casa de Velázquez.

corsários, atividades que nem sempre se conseguem distinguir, tal como os povos e as religiões, cujas fronteiras sempre foram permeáveis e móveis, como as águas dos próprios mares. Esta unidade, entre ambos os lados do estreito, foi cedo reconhecida pelos reis de Portugal que, desde D. Afonso V, reivindicavam o domínio sobre estes «Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em Africa»[131].



Figura 25 – N. Sanson d'ABBEVILLE, *Parte Meridional do Reino de Portugal*, Paris, 1654. Museu de Sines, Inv. MS 1460, Legado José Miguel da Costa.

[131] Giuseppe MARCOCCI (2019) – *A Consciência de um Império; Portugal e o seu Mundo (Sécs. XV-XVII).* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 67.



Figura 26 – *Localização de Sines no mapa da Europa e Norte de África.*

A baía de Sines, situada entre os grandes estuários do Tejo e do Sado – a Norte –, cujas excelentes condições portuárias cedo favoreceram a instalação de importantes entrepostos comerciais[132], e o cabo do São Vicente – a Sul –, mítico *finisterra* e referência náutica incontornável[133], destaca-se numa costa violentamente batida pela ondulação marinha conhecida por ser «uma das costas mais energéticas do mundo, o que, obviamente, constitui factor extremamente condicionante das actividades marítimas (pesca, navegação, etc.); acresce que os temporais são, com frequência, bastante violentos (por vezes com ondas significativas superiores a 10 metros), tendo elevado poder destruidor de estruturas edificadas a cotas mais baixas»[134].

[132] Quanto aos primeiros contactos comerciais entre os povos indígenas e os navegadores fenícios nas bacias do Tejo e do Sado veja-se: Ana Margarida ARRUDA; *et al.* (2017) – Fenícios e Indígenas em Contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa*. Lisboa. 1, p. 79-90; Carlos Tavares da SILVA (2005) – A Presença Fenícia e o Processo de Orientalização nos Estuários do Tejo e do Sado. In *El Periodo Orientalizante; Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida; Protohistoria del Mediterráneo Occidental.* Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueologia. p. 749-765; Françoise MAYET; Carlos Tavares da SILVA (2000) – Os Fenícios no estuário do Sado. *Trabalhos de Arqueologia.* Lisboa. 14, p. 71-83. Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida.

[133] Já Estrabão o considerava «o ponto mais ocidental não apenas da Europa, como também de toda a terra habitada»: ESTRABÃO (2016) – *Geografia.* Livro III. Coimbra: Imprensa da Universidade. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge DESERTO; Susana da Hora Marques PEREIRA.

[134] Maria Rosário BASTOS; *et al.* (2012) – Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: passado e presente. *Revista da Gestão Costeira Integrada* [Em linha]. Lisboa. vol. 12 (1). [Consult. 23 abr. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-307_Bastos.pdf

No Litoral Alentejano são, hoje, poucos os locais com condições naturais de aportagem, mas no vasto areal que se estende do Sado a Sines é possível que no passado se abrissem as bocas de amplas lagoas, hoje muitíssimo assoreadas, mas cuja memória permanece na cartografia seiscentista e mesmo posterior. João Teixeira Albernaz, na sua *Descripção dos Portos Marítimos do Reino de Portugal*, de 1648, ainda nos apresenta a barra de Melides perfeitamente aberta, com a indicação de que a mesma era adequada para barcas[135]. Em muita da cartografia coeva assinala-se a ampla lagoa de Pera, que chegaria quase a Santiago do Cacém, e que corresponde certamente à atual lagoa de Santo André[136].

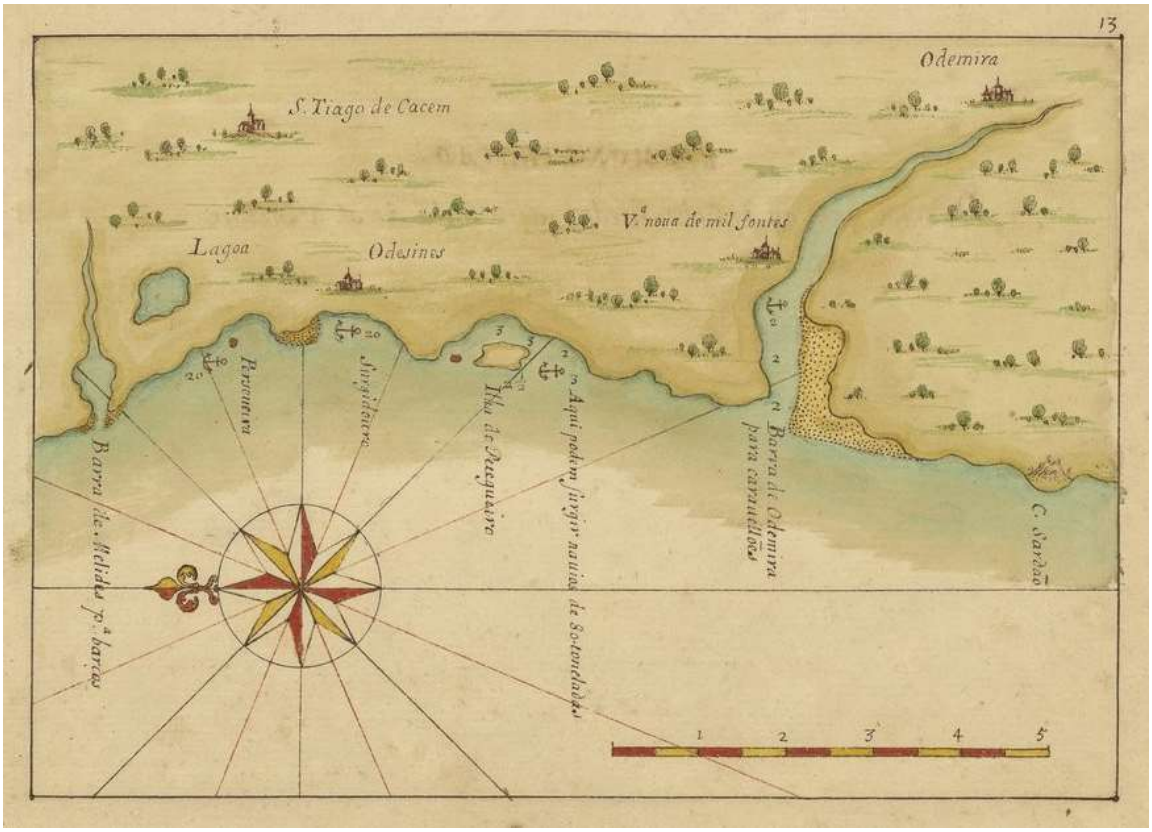


Figura 27 – João Teixeira ALBERNAZ, Demonstração da Costa que vay de Melides até a barra de Odemira, e Cabo Sardão, In *Descripção dos portos maritimos do Reyno de Portugal*, 1648, fl. 13. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE FF-16264 (RES). Disponível em linha: WWW:<URL:https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550101920

[135] Este atlas nunca foi impresso, mas conhecem-se diversas cópias manuscritas em várias bibliotecas nacionais e estrangeiras. Existem ligeiras discrepâncias e erros de copista, pelo que alguns exemplares referem que a barra de Melides permitia a entrada de «barcas» e outras de «barcos», em embos os casos tratam-se de embarcações de pequeno porte, inferiores aos «caravellões» que podiam entrar no Mira.

[136] Os romanos, habituados às navegações mediterrânicas, pouco se terão afoitado a utilizar portos desabrigados na costa atlântica, preferindo as águas calmas da foz dos rios e eventualmente as lagoas abertas ao mar, como aconteceu noutros pontos do império, o mais notável dos quais foi o porto de Narbonne.

O processo de assoreamento de esteiros e rios – particularmente documentado desde a Idade Média – que dificultou ou tornou mesmo impossível a sua utilização portuária, foi amplamente documentado por Orlando Ribeiro e por Maria Luísa Blot[137]. Mas não podemos desprezar outros fenómenos que terão levado igualmente ao afastamento das populações destas zonas húmidas, pois as lagoas de Melides, Santo André e da Sancha, foram, até tempos recentes, locais endémicos de malária[138], que muito debilitava os seus habitantes e terão por isso contribuído para o despovoamento desta região, à semelhança do que ocorreu em outros pontos do mundo mediterrânico[139].

A sul de Sines estende-se uma costa mais irregular, com falésias e praias encaixadas, onde se abre o estuário do Mira, outrora navegável até depois da vila de Odemira, mas com uma barra muito sujeita às condições das marés. Existiam também outros pequenos abrigos, de utilização quase exclusivamente sazonal, como o canal situado entre a ilha do Pessegueiro e terra, ou a calheta de Porto Covo.

Não podemos esquecer, neste contexto, a importância do rio Sado, como principal via concorrente no transporte das produções do interior, e da relevância que o porto de Alcácer do Sal teve no passado, sendo de mais fácil acesso por via terrestre do que o porto de Sines, e com a sua extensão navegável a chegar até Porto Rei. Era nas palavras de Oliveira Marques «a grande estrada marítima do pão»[140].

As pequenas ribeiras que correm da serra para o mar, com um caudal irregular que nalguns casos quase seca durante o verão, como a de Moinhos, Junqueira, Morgavel e Queimado, irrigaram os primeiros campos agrícolas e a fertilidade das suas margens foi fundamental numa área onde dominam campos arenosos e de fraca produtividade. As suas águas foram também uma importante fonte de energia motriz para os moinhos que transformaram o trigo das redondezas em farinha, elemento base da alimentação e da economia do Antigo Regime. Só na ribeira «dos Moinhos da Junqueira» contavam-se, em 1706, oito moinhos[141]. Mas as pequenas linhas de água doce, que desaguavam nas praias, nem sempre foram vistas como uma bênção dos céus, pois atraíram um dos principais perigos desta costa: os navios corsários, que as procuravam para fazer aí as suas aguadas[142].

---

[137] Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT, *op. cit.*.

[138] Mónica SAAVEDRA (2013) – Malária, Mosquitos e Ruralidade no Portugal do Século XX. *Etnografia* [Em linha]. Lisboa. Vol. 17 (1). [Consult. 1 ago. 2016]. Disponível em: WWW:<URL:https://journals.openedition.org/etnografica/2545.

[139] *Cf.* Orlando RIBEIRO (2011) – *Mediterrâneo; Ambiente e Tradição.* 3ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 122.

[140] A. H. de Oliveira MARQUES (1978) – *Introdução à Agricultura em Portugal*. 3ª ed.. Lisboa: Ed. Cosmos. p. 140 e 143.

[141] AHMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 5, fls. 216v.-217.

[142] «hũa angra q*ue* se dis / ô canal E nelle ha fonte de beber sabida dos piratas». Alexandre MASSAI, *op. cit.,*



Figura 28 – Pedro Teixeira ALBERNAZ, Tabla del Reyno de Andaluzia (pormenor da Costa Alentejana), In *Descripcion de España y de las costas y puertos de sus reynos*, 1634, Viena: Hofbibliothek. Disponível em linha: WWW:<URL:http://178.255.108.59/dguot/Cartoteca/index_old.php?page=ficha&fid=452. Pedro Teixeira Albernaz valoriza ainda mais do que o seu irmão João (fig. anterior) a importância das lagoas costeiras existentes a Norte de Sines.

Na vila, a água abundava em fontes públicas e poços, graças a um lençol freático bastante superficial que se deve à impermeabilização do terreno, a pouca profundidade, por uma camada de argila resultante da degradação dos gabro-dioritos em que assenta. O prior contabilizava sete fontes, em 1758, «cada huma com tanta abundancia de excelente agua, que qualquer dellas bastava para provimento de toda a Villa»[143]. Os poços, por sua vez, eram inúmeros e permitiam irrigar as pequenas hortas periurbanas, que conseguiam o milagre de fazer reverdecer os areais.

p. 27.

[143] Estêvão de Liz VELHO, *op. cit*., p.79. Também Francisco Luiz Lopes refere as fontes existentes em meados do século XIX: «Chafariz da Senhora das Sallas. / Dito das Bicas. / Dito de S. Sebastião. / Fonte na ladeira da praia. / Dita – rio grande – idem. / Dita inominada idem. / Dita no caminho que leva á Senhora das Sallas. / Dita da Silveira. / Todas estas vêas d'agua são extremamente lim-/pidas e leves, e por uma analyse superficial apresentão / todos os caracteres de boas.». Francisco Luiz LOPES, *op. cit.,* p. 45.

O próprio Castelo era abastecido por um poço, situado no pátio das casas do governador, que lhe permitia a necessária autonomia do exterior, assim como regar a pequena horta anexa e satisfazer outras necessidades do quotidiano, como a lavagem da roupa[144].

5.1.2 A Terra

O destaque de Sines na costa Sudoeste portuguesa, como uma seta que aponta para o mar, deve-se ao seu maciço eruptivo, de formação geológica recente, datável de há cerca de 67 a 78 milhões de anos (Cretácico Superior)[145]. Trata-se de um maciço relativamente pequeno, com aproximadamente 5 x 2,3 km na sua parte emersa[146], em forma de domo pouco elevado, que mal ultrapassa os 100 m de altura, de configuração elíptica, mais próxima da forma de um rim, com o seu eixo maior orientado Este-Oeste. As rochas nele dominantes tiveram origem no arrefecimento e cristalização do magma abaixo da superfície, mas já bastante próximo dela[147]. Trata-se de gabros e dioritos, que podemos reconhecer pela sua cor negra e de sienitos, de cor mais clara, mas com outros afloramentos bastante diversificados. Este maciço rochoso interrompe o extenso e monótono areal que se estende desde Troia, gerando uma península que se projeta sobre o mar. As rochas magmáticas elevam-se a poente, formando o cabo de Sines, desagregadas pela forte ação da ondulação marinha, em falésias, ilhotas e rochedos:

> onde o mar selvático isolou enormes lanchões piramidais, para lhes ficar bramindo em volta e cobri-los a toda a hora de catadupas de espuma.[148]

---

[144] No «quintalão» anexo à casa do governador, junto das escadas de acesso à cozinha do primeiro andar, localiza-se um pequeno tanque, com a sua pedra, para a lavagem da roupa.

[145] «Do ponto de vista geocronológico, tanto as rochas granulares como as rochas microgranulares apresentam valores de idade absoluta idênticos. Assim, em determinações pelo método do K/Ar, estas rochas têm entre 67 e 78 MA (Cretácico Superior)»: Maria Helena Silva CANILHO (1970) – *Estudo Geológico--Petrográfico do Maciço de Sines*. Lisboa: s.n.. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em Geologia.

[146] *Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines; Proposta de Plano; Relatório Análise* [Em linha]. p. 32. [Consult. 20 mai. 2019]. Disponível em: WWW:<URL:http://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/3163/Relat_rio_da_Proposta.pdf

[147] Maciço Ígneo de Sines. *Atlas do Sudoeste Português* [Em linha]. Grândola: SIMAL. [Consult. 23 abr. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:http://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/192

[148] Raul PROENÇA (1991) – Estremadura Transtagana. In *Guia de Portugal*. 2ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. p. 11.



Figura 29 – *Vista Aérea de Sines,* ADS, Gabinete da Área de Sines, Arquivo Fotográfico, Reportagens fotográficas 1971/1995, Pombeira I - II - Sines - Maquetes – Vol. 1, 1 Foto Aérea nº 5 - Baía de Sines 1973-11/1973-11. 32/29973/1/1.

A Sul, na área côncava e abrigada do ímpeto do mar pelo maciço, elevam-se os rochedos de forma mais regular, formando a «barroca» onde assenta a povoação e o Castelo. Esta constitui a sua primeira linha de defesa, e era no passado de mais difícil transposição devido à inexistência dos acessos abertos durante os séculos XIX e XX. Nesse tempo, aos pés da «barroca» estendia-se a praia, com uma menor extensão de areia do que aquela que apresenta hoje[149], e com diversas áreas de seixos rolados e rochas dispersas, limitada a poente pelo maciço rochoso do Rebolim, à sombra do qual se anichou a calheta, e, a Sul, pelo Pontal de Santa Catarina. Depois deste, seguindo na mesma direção, as rochas voltavam a fragmentar-se e a entrelaçar-se com o mar, em esporões rochosos que enquadravam pequenas praias, descendo suavemente até se afundarem no extenso areal de São Torpes, a que se seguem, alternadamente, praias de areia e falésias, arribas baixas, de xistos e grauvaques enquadradas por dunas[150].

[149] A antiga praia foi profundamente alterada durante as obras portuárias da década de 1970. O primitivo areal está debaixo da atual avenida Vasco da Gama, sendo o existente uma criação artificial, muito mais vasta e avançada. Nos planos iniciais chegou a ponderar-se a hipótese do seu completo desaparecimento, com a criação de um amplo aterro que serviria de apoio a um terminal de carga geral a construir mesmo em frente do Castelo.

[150] Manuel da Costa LOBO, coord. (2009) – *Relatório da Revisão do PDM de Sines*. 2ª versão. Sines: Câmara Municipal.

O Castelo construiu-se sobre a falésia rochosa, com a pedra arrancada à própria escarpa, os mesmos gabros e dioritos negros, intercalados por uma grande diversidade de outros materiais pétreos, provenientes dos veios que surgem por entre eles ou resultantes das alterações provocadas, aquando da formação do maciço, nos materiais existentes. Estas rochas apresentam-se bastante fragmentadas, o que terá facilitado a sua recolha, especialmente na «barroca» ou até mesmo na praia, como se comprova pela existência de muitos elementos rolados. A muralha surge assim como um prolongamento artificial da obra da própria natureza.

As areias depositadas ao longo de milénios sobre o maciço, e que hoje quase o cobrem inteiramente, são outro dos elementos que terão sido facilmente recolhidos para a preparação das argamassas de assentamento das alvenarias e dos rebocos, no entanto, a cal necessária para as mesmas não terá sido tão fácil de produzir localmente, devido à raridade das rochas calcárias. Se não podemos excluir a hipótese da sua vinda, em boa parte, do exterior, temos de aceitar a possibilidade de que alguma poderá ter sido também fabricada a partir de conchas marinhas, abundantes na Costa do Norte, onde igualmente se localizam as ruínas de um antigo forno de cal, de que ainda há memória da utilização[151]. Perto do local foi assinalada, em 1790, a «Pedra do Forno», na *Carta da Costa e Governo de Sines*, levantada por João Gabriel de Chermont[152].



Figura 30 – Localização da «Pedra do Forno», João Gabriel de Chermont, *Carta da Costa do Governo de Sines* (pormenor), 1790, Instituto Geográfico Português CA282.



Figura 31 – *Forno de Cal da Costa do Norte,* Fotografia de Luisa Bruno, 2010.

[151] Informação dada por Francisco Chainho.
[152] IGP, Mapoteca, CA282.

Francisco Luiz Lopes refere que a cal produzida em Sines, em meados do século XIX, era de qualidade inferior à obtida em Santiago do Cacém, não ultrapassando os 300 moios[153] de produção e, por isso, era necessário importar todos os anos uma média de 120 moios para as necessidades regulares da vila[154]. No segundo quartel do século XX, apesar do crescimento urbano, nunca se ultrapassou o número de quatro fornos ativos no concelho[155].

O fabrico de cal a partir de conchas está documentado em Portugal, apesar de pouco estudado. Veja-se, por exemplo, o que frei Manoel da Esperança (1586-1670) escreveu, em 1666:

> O marisco dos penedos, & a concha, de q. se fazia cal, tudo isto era tanto, que a vila de Caminha arrẽdava a dita concha por preço cósideravel, & libertandoa ella pera os frades no anno de 1441.[156]

O documento referido pelo autor conserva-se numa cópia setecentista, do Arquivo Distrital de Braga[157], e está datado de 1 de janeiro de 1441[158], altura em que o Castelo de Sines estava em construção. Esta técnica de fabrico de ligante foi amplamente utilizada em territórios do império português, como o Brasil[159] e a Índia, sempre que abundavam as conchas e escasseava a rocha adequada.

Logo sob a camada de areia encontra-se, a profundidades variáveis, uma camada de argila, que permitia o fabrico de telhas, mesmo junto do Castelo, como registou a visitação de 1480[160]. Obtinha-se assim facilmente o material de revestimento das coberturas, certamente a baixo custo.

---

[153] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 52.
[154] *Ibidem,* p. 104.
[155] Paulo GUIMARÃES (2006) – *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960); Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo.* 1º ed. Lisboa: Edições Colibri; CIDEUS. p. 232; 280-286.
[156] Frei Manoel da ESPERANÇA (1666) – *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.* Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello. Tomo II. p. 460.
[157] ADB, F-8, MS 9.
[158] João Paulo CABRAL (2011) – *O uso de conchas marinhas na Ínsua franciscana do século XV* [Em linha]. Comunicação apresentada no Encontro CITCEM 2011, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 20-22 de outubro de 2011. [Consult. 9 ago. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.fc.up.pt/pessoas/jpcabral/index_files/CITCEM_2011_Cabral_Conchas.pdf
[159] Maria Aparecida Nogueira CAMPOS; *et al.* (2007) – *A Utilização da Cal Conchífera em Monumentos Históricos no Espírito Santo* [Em linha]. Lisboa: APFAC. [Consult. 9 ago. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.apfac.pt/congresso2007/comunicacoes/paper%2043_07.pdf
[160] ANTT, *Convento de Santiago de Palmela*, mç. 1, doc. 29, fl. 2v. *Apud* Luís Adão da FONSECA (1999) – Vasco da Gama e a Ordem de Santiago. *In* Isabel Cristina F. FERNANDES, coord. – *Ordens Militares; Guerra, Religião, Poder e Cultura*. Vol. II. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela. p. 286. Atas do III Encontro sobre Ordens Militares.

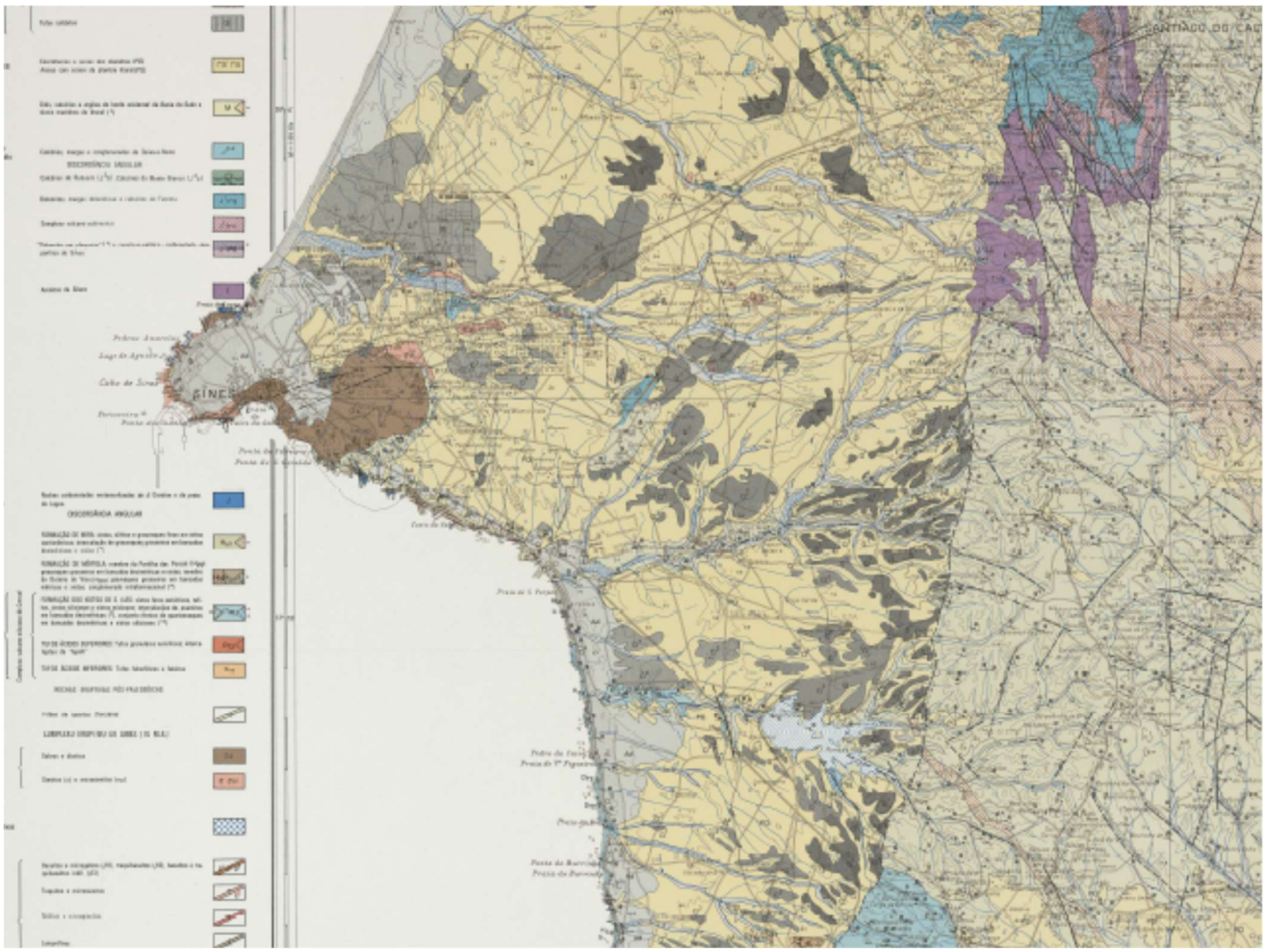


Figura 32 – *Carta Geológica de Portugal, folha 42-C Santiago do Cacém,* Direção Geral de Geologia e Minas; Serviços Geológicos de Portugal (1986). A castanho é visível o maciço eruptivo de Sines, formado por garbos e dioritos, com alguns sienitos e microsienitos na sua orla assinalados a rosa. Sobre o maciço acumulam-se areias de dunas do Holocénico, que formam igualmente as praias que se estendem a Norte e a Sul. Para o interior estendem-se as areias com seixos da planície litoral, do Plio-Plistocénico, interrompidas por cascalheiras e areias de antigas praias e terraços do Plistocénico, até aos contrafortes da serra de Grândola – Cercal formados por xistos siltitos e grauvaques da Formação do Mira.

As areias que cobriam o maciço formavam «grandes medos d'areia, insusceptivel de produção alguma, a não ser d'algum pinhal, que só poderá obter-se a favor de muitos annos, e de consideraveis despezas em caniçadas e tapumes, por serem ali movediças as areias que abafão e destroem qualquer plantação»[161].

[161] *Autoação de huma petição do Dezembargador Jacinto Falcão Murzelo de Mendonça para tomar d'aforamento huma porção de terreno do concelho*. AMS, Câmara Municipal de Sines, H/D3/7/C/1. 16 de novembro de 1839.

Entre o maciço rochoso e a serra estende-se a planície litoral, cuja largura varia aproximadamente entre 4 e 14 km[162]. Os seus terrenos são arenosos e pobres, com fraca apetência agrícola. Em 1850, Francisco Luiz Lopes, ao fazer uma rápida descrição do concelho de Sines, *à vol d'oiseau*, sublinhou a monotonia da paisagem, marcada pela arenosa planura, destacando os elementos que vão pontuando a sua orla marítima, mais rica[163].



Figura 33 – Emmerico Nunes, *Dunas*, meados do século XX, óleo sobre tela. Museu de Sines, Inv. MS1. Legado de José Miguel da Costa.

Estas areias resultam de «depósitos de praias antigas e dunas»[164], formando uma plataforma litoral que se estende até ao Algarve, realidade física que nos surge pela primeira vez, sumariamente descrita pelo cruzado inglês Rogério de Houedene[165], que, em 1190, passou ao largo, a caminho da Terra Santa, integrado na Terceira Cruzada[166]. Esta primeira descrição medieval cristã da costa de Sines regista apenas que esta é uma terra um tanto arenosa que entra pelo mar dentro[167]. É uma realidade que não difere muito daquela que descreveu Raul Proença, mais de sete séculos depois, no *Guia de Portugal*:

---

[162] *Carta Geológica de Portugal: Notícia Explicativa da Folha 42-C Santiago do Cacém* (1993) –Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. p. 9.

[163] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 40-41.

[164] L. AIRES-BARROS (1962) – Sobre a Petrologia do Complexo Eruptivo de Sines. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. Vol. XV, p. 3. Separata.

[165] O relato redigido em latim designa-o como «Rogeri de Houedene», o que tem sido traduzido de diversas formas. Assim nos surge como Roger Hoveden na edição londrina de William Stubbs, de 1871. Também aceite é a grafia «Roger of Howden», como admite a *Encyclopædia Britannica.*

[166] Roger of HOUEDEN (2012) – *Cronica Magistri Rogeri de Houedene*. Vol. 3. Cambridge: University Press. p. 46-47. William STUBBS, ed.. Documento 3.

[167] «Sinnes, terram quandam arenosam protensam in mari». HOUEDENE, *op. cit.*, p. 46.

> Isolada do mundo, perdida no imenso areal da duna, servida por estradas completamente arruinadas, sem os hotéis e os casinos exigidos pelo conforto e pela moda, ainda selvagem e um tanto áspera.[168]

Num plano recuado, são as serras de Grândola e Cercal que dominam a paisagem. A serra, que cai abruptamente sobre a planície «em jeito de falha de escarpa» entre 50/100 m., é um território quase exclusivamente florestal, que fornecia madeira para a construção de embarcações ou para a produção de carvão, cortiça, mel e abundante caça, como coelhos, lebres, perdizes e alguns corços, mas onde também se acoitavam os lobos que punham em perigo os rebanhos[169].

As árvores que cresciam por esses montes e vales forneciam a madeira necessária para a construção de sobrados, coberturas, portas e janelas. O varedo de castanho delgado e robusto, de crescimento reto, foi amplamente utilizado para a construção das estruturas de cobertura do Castelo, depois revestidas com tabuado de pinho, sobre o qual se assentaram as telhas. O minucioso *Auto de Posse* de 1533 refere igualmente a execução de portas nesta madeira[170], hoje quase desaparecida desta região. Os pinheiros, de que se conservam testemunhos carbonizados nos mais remotos contextos arqueológicos, forneceram centenas de tábuas e barrotes para forros e soalhos, assim como o material fundamental para a construção naval até tempos recentes, e os sobreiros a cortiça para isolamento térmico das coberturas.

Para quem vinha das serranias e dos férteis vales encaixados, o contraste era claro ao aproximar-se de Sines:

> A meio da estrada, que de S. Thiago ali conduz, a paizagem muda logo de aspecto. Desapparecem as altas serras, assombrosos valles, o frondoso arvoredo, os lavrados talhões de terra vermelha. Na planicie começa a despontar toda a flora das charnecas e dos areais: rosmaninho, tomilho, murta, camarinheiras, urzes e cardos. Os álamos da estrada, branca e deserta, vão rareando á medida que nos approximamos, e que o mar scintilla na frente, á direita e á esquerda, como cingindo n'um apertado abraço a villa, que se avista lá ao fim, junto das ondas, coroada pelas vellas dos moinhos, guardada pelo elegante pharol.

[168] Raul PROENÇA, *op. cit*., p. 11.
[169] José António FALCÃO (1987) – *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758*. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. p. 37.
[170] ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, Coleção Especial, cx. 158.

> A árvore que melhor desabrocha n'aquellas paragens, ao sabor do acaso, é o pinheiro, o habitante predilecto dos rochedos e das escarpas. Por todos os lados se alastram densos e odoriferos pinhaes.[171]

A arenosa planície costeira, produzia com grande esforço algum trigo, centeio, cevada e milho. Em meados do século XIX, Francisco Luiz Lopes apurou que, em média, a terra dava seis sementes por cada uma a ela lançada, destacando-se o alto dos Chãos, que sendo as terras mais férteis de Sines, chegavam a produzir dez sementes ou mais[172]. Assim, impôs-se um regime de rotação de culturas, em que se dividiam as terras em «folhas» diversas: onde num ano se semeava trigo, no seguinte semeava-se milho, depois ficava um ano ou dois de pousio, em que era utilizado como pastagem para o gado e voltava-se a semear trigo, e assim sucessivamente[173]. Normalmente, a produção bastava para o consumo da pequena vila, e quando tal não acontecia facilmente obtinha-se nas terras vizinhas, de onde chegava «para se fazer remessa delle para Lisboa»[174]. Neste regime de exploração da terra, a pecuária era um importante elemento de equilíbrio, quer dos rendimentos dos agricultores, quer da fertilidade do solo, pois permitia explorar economicamente o pousio e, ao mesmo tempo, fazer alguma adubação das terras com os excrementos do gado. Rebanhos de vacas e ovelhas eram assim uma presença constante na planície e forneciam «excelentes carnes, especialmente de carneiro»[175].

A vinha era outra cultura com importância económica para a vila. Apesar da qualidade e preço do vinho produzido nunca serem particularmente elevados, a sua abundância permitia a venda para várias partes[176]. Cultivava-se especialmente nas proximidades da povoação e na área norte do concelho, na zona mais fértil e húmida próxima das lagoas e da ribeira de Moinhos. «Sendo as vinhas, e o mar os dois nervos que mais fortemente concorrem para a substancia deste povo»[177].

5.1.3 O Encontro da Terra e do Mar

É na linha de encontro do Mar e da Terra que, em Sines, se gera a maior riqueza biológica e por isso se centra grande parte da atividade humana, desde que os primeiros hominídeos se vieram alimentar na rica zona de entremarés.

---

[171] Cláudia de CAMPOS (1898) – *India*. Sines: s.n.. Número único, p. 14.
[172] Francisco Luiz LOPES, *op. cit*., p. 121-122.
[173] Entrevista de Pedro Pinela de Campos, Arquivo do Museu de Sines.
[174] Estêvão de Liz VELHO, *op. cit*., p. 78.
[175] *Ibidem,* p. 79.
[176] *Ibidem,* p. 78.
[177] José António FALCÃO, *op. cit*., p. 30.

Vista do mar, Sines surgia-nos como um rochedo que se erguia das águas, tal como desenhou Domingos António de Sequeira, provavelmente em 1795, na sua viagem de regresso a Lisboa[178]. É este maciço eruptivo que, como vimos, define a baía, aberta a Sul, e a abriga dos ventos dominantes de Noroeste. Diversos autores têm mesmo defendido que o topónimo Sines poderá derivar dessa mesma realidade topográfica:

> Sines parece vir de *Sinus*, seio ou enseada. E com effeito, de Setubal ao Promontorio Sacro, é ella a unica que abre, sem dependencia de maré, a sua meia lua d'asylo às embarcações, que della precisão. Em nortadas especialmente, a sua enseada é uma obra tão fiel e segura, como com sudoeste *malè fida carinis*. Quando o vento sopra irado e travessão, feliz do navio, que perde de vista a Villa para a não ver de perto feito pedaços na ponta de suas rochas, ou no areal de sua praia.[179]

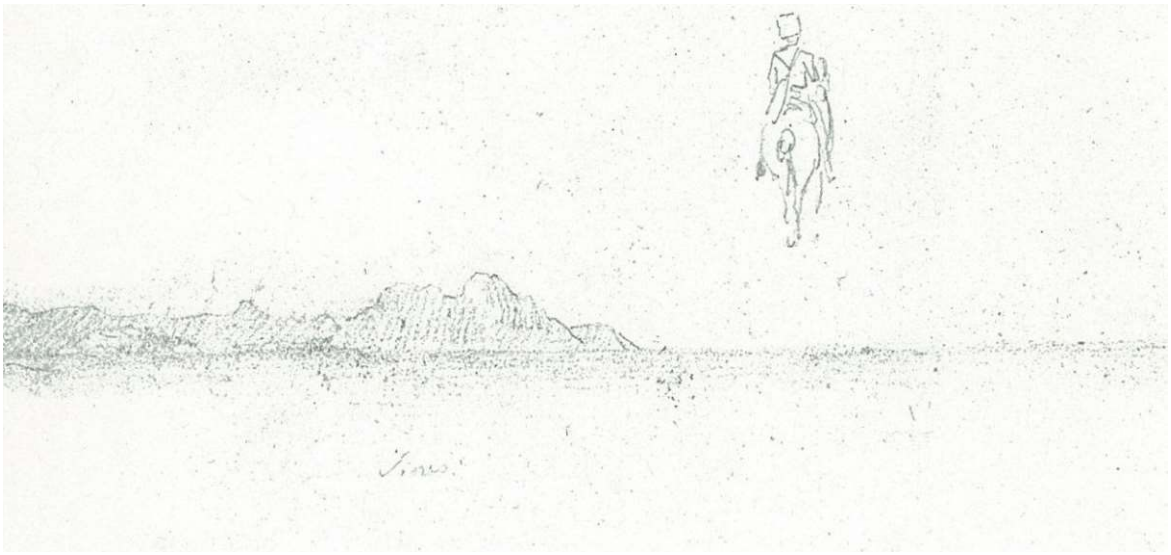


Figura 34 – Domingos António de SEQUEIRA, Sines, *Álbum de Desenhos de Domingos António de Sequeira*, fl. 60v. MNAA, Inv. 3125 Des.

O desenho de Sequeira parece corresponder à área a Sul da vila, onde se destacava o Pontal de Santa Catarina, entre outras formações rochosas, hoje desaparecidas devido às obras portuárias e à exploração da imensa pedreira de Monte Chãos. Era neste ponto que as embarcações de maior porte costumavam ancorar, a cerca de uma milha de distância, como ainda registou, no início do século XX, Adolfo Loureiro[180], e onde os fundos arenosos

[178] José Luís PORFÍRIO; Maria da Trindade Mexia ALVES (1997) – *Álbum de Desenhos de Domingos António de Sequeira*. Lisboa: s.n.. MNAA, Inv. 3125 Des, fl. 60v.
[179] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 29-30.
[180] Adolfo LOUREIRO (1909) – *Os Portos Maritimos de Portugal e Ilhas Adjacentes.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. IV. p. 91.

permitiam uma segura ancoragem. Numa costa onde os ventos dominantes são do quadrante Norte e Noroeste, a navegação à vela feita de Sul para Norte era, e continua a ser, particularmente difícil, pelo que um ponto de abrigo, que permitia uma pausa segura, era naturalmente bem-vindo.

A Norte de Sines, a costa arenosa é fortemente batida pelas ondas, que se embravecem quando encontram o maciço rochoso do cabo, que as enfrenta como um ciclópico quebra-mar. Vencida a força das ondas, as águas tornam-se mais calmas, mal se sentindo a ondulação dentro da baía, mas com um efeito que se prolonga pela ampla enseada de São Torpes, permitindo um tipo de vida anfíbio, em que era fácil explorar os recursos marinhos, e que chegou quase aos nossos dias.

O ponto de referência náutico, que marca a fronteira entre estas duas realidades, é a Perceveira, o imenso rochedo que nos aparece na cartografia e se destaca mesmo na ampla vista aérea da Europa representada nas tapeçarias da *Conquista de Tunes* por Carlos V[181]. Este importante documento gráfico mostra como a Europa do Norte via a costa portuguesa, dominada pela vasta cidade de Lisboa, assinalada como grande metrópole muralhada, tendo a Sul uma costa despovoada marcada por referências topográficas: Cabo Espichel, Troia e a «Percevera»[182], fundamentais pontos de referência numa rota marítima que se fazia com terra à vista. Sines, como povoação, está totalmente ausente, mostrando como, em meados do século XVI, o porto não tinha significativo relevo à escala europeia.

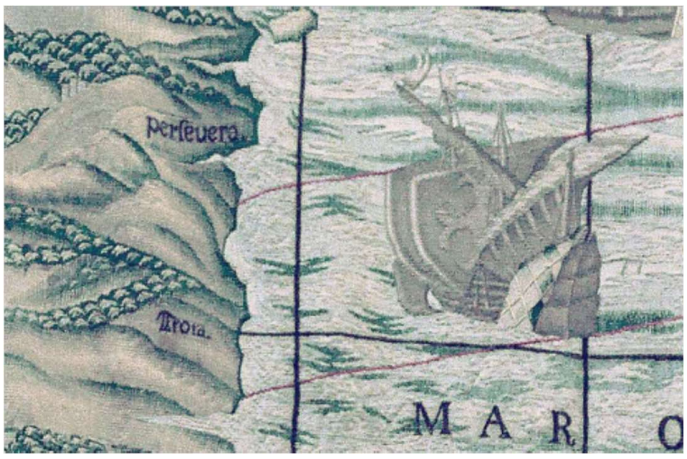


Figura 35 – *Tapeçaria 1 da Armação da Conquista de Tunes por Carlos V* (pormenor). Sevilha, Reais Alcazares. O mapa da Europa, de que reproduzimos um pormenor da Costa Alentejana, está representado com o Norte para baixo e o Sul para cima, ao contrário do que hoje é norma, por isso vemos assinalada Troia e acima a Perceveira, seguida da ilha do Pessegueiro. Foto do autor.

[181] Os cartões destas tapeçarias conservam-se hoje no Kunsthistorische Museum de Viena. Foram encomendados ao pintor Pieter Coecke van Aelst em 1546 por Maria da Hungria a mando de Carlos V. Outro artista que se supõe ter estado também envolvido nesta importante encomenda terá sido Jan Vermeyne, que acompanhou o imperador na própria conquista de Tunes, em 1534, o que justifica a inesperada exatidão da representação do contexto norte-africano. *Cf.* Thomas P. CAMPBELL (2002) – *Tapestry in the Renaissance; Art and Magnificence.* New York: The Metropolitan Museum of Art. p. 386-390.

[182] A ilha do Pessegueiro também está representada, mas sem indicação do nome. Na verdade, encontramos frente à costa alentejana duas ilhas, o que a torna numa referência vaga. A Norte da Perceveira encontramos uma foz, que pode corresponder à antiga boca de uma das já referidas lagoas.

Alguns autores defenderam mesmo que a Perceveira poderá ser a ilha de Petanion referida por Avieno na *Ora Marítima*, fazendo remontar a sua relevância náutica à Antiguidade.

Outra referência cartográfica incontornável é a vista do atlas de Pedro Teixeira Albernaz (1595-1662), *Descripcion de España y de las costas y puertos de sus reynos*, concluído em 1634[183]. Abarca desde Sines até à ilha do Pessegueiro numa representação bastante fantasiosa, onde está representada mesmo uma povoação que nunca existiu – São Giraldo[184] –, mas que não deixa de incluir os elementos fundamentais da paisagem, como a Perceveira, a planície costeira e as serras, a ilha do Pessegueiro e a costa reportada com praias encaixadas.



Figura 36 – *Sines,* Pedro Teixeira ALBERNAZ (1634) – *Descripcion de España y de las costas y puertos de sus reynos*, Viena, Hofbibliothek.

Os espaços onde a água salgada penetra nas áreas interiores, como o estuário do Mira, e se misturam com a água doce, são também de grande importância para a biodiversidade, pois sendo áreas mais resguardadas, funcionam como verdadeiros viveiros para os juvenis de muitas espécies de peixes[185]. O mesmo sucede com as lagoas já referidas, onde as temperaturas mais elevadas e a densa vegetação aquática são favoráveis ao

[183] Felipe PEREDA; Fernando MARÍAS, ed. (2002) – *El Atlas del Rey Planeta. La «Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos» de Pedro Texeira (1634)*. Fuenterrabía: Nerea.
[184] Aparentemente esta povoação poderia corresponder ao projeto Filipino, nunca concluído, associado à ilha do Pessegueiro.
[185] José Lino COSTA; João J. CASTRO; *et al.* (2013) – Biologia Aquática: o Mira e a Região Costeira Alentejana. *In* Pedro PRISTA, dir. – *Atas do Colóquio Ignorância & Esquecimento.* Odemira: Câmara Municipal. p. 368-371. Atas do Colóquio.

desenvolvimento de uma fauna piscícola, vinda do mar aquando da sua abertura, como o linguado, o robalo, ou a enguia[186].

Já André de Resende, lembra que «Não é de esquecer o ópido marítimo de Sines, não pouco útil, pela pesca, à região vizinha»[187]. Na própria baía, pescavam as armações «tanta quantidade de peyxe, especialmente meudo, que carregaõ muitas embarcaçoins para varios portos deste Reyno, e os arrieyros para varias terras de Alentejo»[188]. A agitação que percorria a povoação quando desembarcava o pescado foi registada, com o seu particular colorido e visão quase cinematográfica, por Francisco Luiz Lopes:

> Quando o peixe abunda no cêrco, a lancha, que está de vigia, dá signal para terra, e logo os rapazes aturdem as ruas da Villa com o secular e agudo grito de «*Abala, abala*!»
>
> E em quanto todos se perguntam uns aos outros a qualidade e abundancia do peixe, os almocreves correm á porfia para a ribeira, para d'ahi a pouco regressarem, tambem a correr a qual mais póde, com cargas de peixe extripado, em direcção a Beja, Melides, Santiago, Grandola, etc.[189]

No entanto, António Lobo de Barbosa Teixeira Ferrão Girão (1785-1863), destacou em 1845, num artigo publicado na *Revista Universal Lisbonense*[190]*,* que esta imensa riqueza piscícola não era devidamente aproveitada, tendo visto cardumes que atingiam mais de três léguas de comprimento e demoravam três ou quatro dias a passar. Nas rochas costeiras também abundava o marisco, como na própria Perceveira, onde, nos dias em que o mar se apresentava calmo, era possível ir carregar cinco ou seis barcas de percebes, sem que aparentemente se desse pela falta[191].

Mas não eram apenas os recursos piscícolas da costa de Sines que não eram devidamente explorados no passado, pois o seu porto, apesar das boas condições naturais de que dispunha, nunca atingiu particular relevo antes do século XIX, devido à falta de investimento nas suas infraestruturas e na dificuldade dos acessos terrestres. Ficou-se sempre por um secundário papel comercial, como concluiu, em 1758, o Padre Mimoso:

---

[186] Luís Cancela da FONSECA (2002) – *Aspectos Faunísticos da Lagoa de Santo André* [Em linha]. Santiago do Cacém: Museu Municipal. p. 7-9. [Consult. 7 mai. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.researchgate.net/publication/278327585_Aspectos_Faunisticos_da_Lagoa_de_Santo_Andre.

[187] André de RESENDE (1996) – *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 202. Introdução, tradução e comentários de R. M. Rosado FERNANDES.

[188] José António FALCÃO, *op. cit*., p. 30.

[189] Francisco Luiz LOPES, *op. cit*., p. 53.

[190] Visconde de Vilarinho de SÃO ROMÃO (1844-1845) – Melhoramentos utilíssimos, que se devem fazer na Bahia de Sines. *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa. T. IV, p. 429-430.

[191] Estêvão de Liz VELHO, *Op. cit*. p. 77-78.

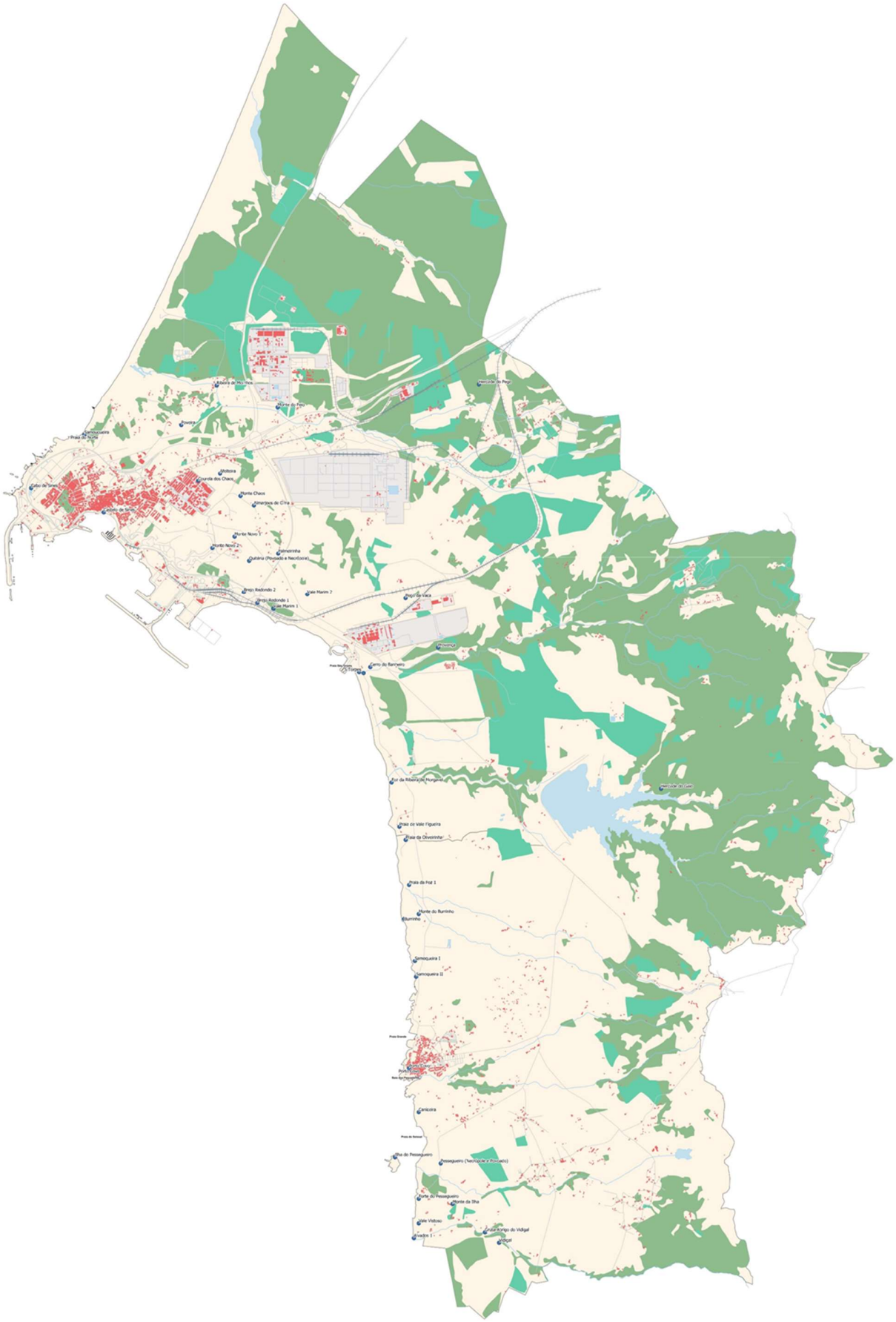
> A bahia, ainda que he capax de todo o genero / de embarcacoins [*sic*], como fica dito, raras vezes ancora / nella embarcacaõ [*sic*] de grande fundo, que como he de / pouco comercio a Terra, naõ há motivo para que a // aqui ancore embarcaçaõ de grande carga. As embarcaçoins / que mais frequentaõ este porto saõ pequenas, como caravellas, / lanchas do alto, cassilheyros, e outras semelhantes que / vem já carregar de carvaõ, já de vinhos, já de pescarias de / veraõ, e alguns annos de trigo que vem de algumas terras / deste Campo de Ourique a este porto para delle se / transportar para a Corte com mais commodo.[192]

Esta realidade manteve-se até ao século XIX, havendo meses em que nenhuma mercadoria era embarcada ou desembarcada em Sines, como aconteceu, por exemplo, em janeiro de 1820, em que «Ao todo 16 embarcações, as quaes sahirão, sem exportar nem importar couza alguma pertencente áquelle porto»[193]. No mesmo ano, a 23 de junho, a *Gazeta* informa que em Sines entraram e saíram 15 navios, «quasi todas as embarcações que entram neste porto o fazem por arribada, e só se menciona hum Caique entrado, com peixe, para a praça»[194].

O termo de Sines foi assim, no longo tempo que medeia entre a Idade Média e o século XIX, um território de baixa produtividade agrícola e com um porto subaproveitado, numa costa onde os recursos marinhos abundavam e constituíam a sua principal riqueza. Aberto ao mar e às seculares rotas da navegação de cabotagem, o porto via, no entanto, o seu crescimento comercial fortemente condicionado devido ao seu isolamento dos vastos campos agrícolas e das vilas e cidades do interior, pela falta de vias de comunicação e pelo obstáculo orográfico que a serra constituía. Este território ficou em grande parte desertificado, e em certa medida quase selvagem, também devido à instabilidade provocada pelos avanços e recuos das fronteiras da Reconquista, bem como ao corso endémico que assolou esta costa, particularmente a partir dos ataques Vikings do século X, até tempos muito tardios, e que contribuíram fortemente para desincentivar a fixação de populações e o desenvolvimento de atividades comerciais, apesar de Sines se apresentar, pelas suas condições naturais, como o ponto da costa alentejana com melhores condições portuárias. Desta realidade histórica e geográfica resultou que ainda hoje o Litoral Alentejano se mantenha como uma das regiões mais desertificadas do país[195].

---

[192] José António FALCÃO (1987) – *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758.* Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. p. 32.
[193] *Gazeta de Lisboa* (1820) – n.º 20, p. 3. 22 de janeiro.
[194] *Idem* – n.º 147, p. 3. 23 de junho de 1820.
[195] José MATTOSO; Suzanne DAVEAU; Duarte BELO (1997) – *Portugal – O Sabor da Terra; Baixo Alentejo*. Lisboa: Círculo de Leitores; Pavilhão de Portugal; Expo 98. p. 11.



5.2 Estratégias de Ocupação do Território

5.2.1 Os Primórdios da Ocupação Humana

Encontramos, no concelho de Sines, vestígios da ocupação humana ao longo de toda a Pré-História, mas para os enquadrar devidamente, temos de ter em conta as alterações que a morfologia do território sofreu. Há cerca de 18 000 anos, durante a última glaciação, o recuo do mar terá atingido o seu ponto máximo, ao que se crê aproximadamente 120 metros abaixo da cota atual[196], deixando a descoberto uma área arenosa muito extensa com formações dunares

Com o progressivo avanço do mar, os vestígios de ocupação humana que se encontravam na antiga linha de costa foram destruídos, não sendo por isso hoje possível ter a noção exata da relação mais remota do Homem com esta faixa limite do território. Não há estudos concretos que nos permitam ter dados mais exatos acerca desta realidade, para a região, mas nos fundos marinhos costeiros ainda são detetáveis sinais claros dos vales escavados na rocha, por onde corriam as antigas ribeiras, como é exemplo o paleovale da ribeira da Junqueira[197].

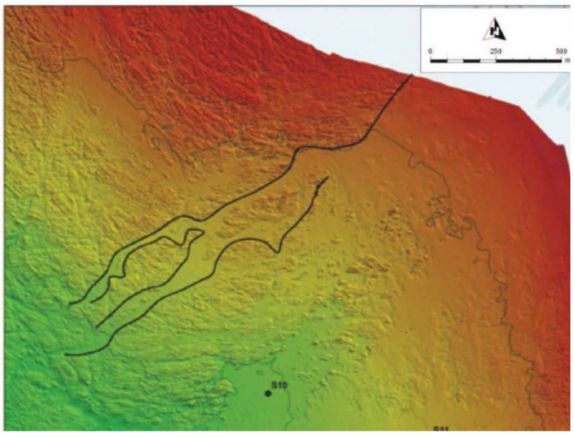


Figura 37 – *(página anterior) Carta Arqueológica de Sines,* PDM de Sines

Figura 38 – *Área deprimida dos afloramentos rochosos submarinos, correspondendo ao paleovale da ribeira da Junqueira.* NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda.; HIDROMOD, Modelação em Engenharia, Lda. (2014) – *Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases). Relatório Síntese.* APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

Um outro importante fator que há que ter em conta na análise da presença humana pré-histórica em Sines, é que apenas foram estudadas sistematicamente, principalmente ao longo dos anos 70 e 80 do século XX, as zonas destinadas à implantação de equipamentos industriais e portuários, assim como as suas vias de acesso e infraestruturas de ligação, centradas principalmente na faixa litoral do concelho, ficando em grande parte por explorar

[196] Maria da Assunção ARAÚJO (2002) – A Evolução do Litoral em Tempos Históricos: a Contribuição da Geografia Física. In *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séc. XVI-XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna. p. 76.

[197] NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda.; HIDROMOD, Modelação em Engenharia, Lda. (2014) – *Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases). Relatório Síntese*. Sines: APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A..

as terras interiores. A nossa visão é assim destorcida pela realidade da conjuntura em que se procedeu ao estudo e escavação da Arqueologia de Sines, fator que tem de ser, naturalmente, também tomado em conta.

Os vestígios escavados revelam, como é natural, uma progressiva evolução das estratégias de ocupação do território, começando pelos acampamentos temporários, de uma população com grande mobilidade, que se foi progressivamente sedentarizando. Os mais antigos encontram-se, em maior concentração, no cabo de Sines e junto do Forte do Pessegueiro, onde nos aparece, quase exclusivamente, indústria lítica muito patinada[198]. Victor Oliveira Jorge caracterizou estes vestígios como: «uma *mancha contínua* de materiais líticos, dispostos à superfície ou em camada, ao longo de praias elevadas, em vez de integrarem estações bem circunscritas»[199].

No espaço do Castelo também foram detetados vestígios da passagem destes caçadores--recoletores. Os materiais encontrados durante as sondagens prévias à elaboração do projeto de recuperação foram referidos por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares:

> Recolheram-se artefactos líticos atribuíveis ao Paleolítico inferior em uma camada de areias eólicas (presente em quase todas as sondagens por nós realizadas) que regularizava a superfície abarrancada das argilas de alteração dos gabro-dioritos do substrato. Esses seixos afeiçoados e lascas, portadores de intensa pátina eólica, muito semelhantes a outros recolhidos na praia do Norte, foram, provavelmente, remobilizados de algum acampamento existente na área, pois recolhemos, também, termoclastos sobre seixos rolados de rochas ígneas, com idêntica patina eólica, claramente resultantes do desmantelamento de estrutura(s) de combustão.[200]

Posteriormente, em 2012, Isabel Inácio encontrou um biface, numa vala de saneamento aberta no largo do Castelo, durante as obras de Regeneração Urbana. A pouca *nitidez* deste contexto arqueológico deve-se à sua preservação num terreno dominado pelas areias

---

[198] H. BREUIL; G. ZBYSZEWSKI (1943) – Les plages quaternaires et les industries préhistoriques du littoral de l'Alentejo entre Sines e Vila Nova de Milfontes. In *Actas do IV Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências.* Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 8. p. 48-62. *Idem* (1946) – Contribuition à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo Littoral. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* 27. p. 269-334. G. ZBYSZEWSKI (1943) – *La classification du Paléolithique ancien et sa chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942*. Porto: Instituto Para a Alta Cultura. *Idem* (1971) – *Carta Geológica do Quaternário de Portugal na escala de 1/100.000.* Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

[199] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines. p. 20.

[200] *Idem* (1998) – Para uma arqueologia do castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitana. Vasco da Gama e o Seu Tempo.* Lisboa: CNCDP; APS. p. 21. Catálogo.

móveis, constantemente deslocadas pelo vento que modelava e desfazia as dunas, realidade que pouco se alterou até ao século XIX[201].



Figura 39 – *Biface,* Museu de Sines, RUS/12 LC[1]6.

A maioria dos locais de ocupação humana pré-histórica identificaram-se na atual frente marítima, a Sul da cidade, onde o mar é mais calmo devido à proteção do cabo de Sines e a própria costa é pontuada pela foz de várias ribeiras e marcada por «laridos»: rochas parcialmente submersas pelas marés que, quando recuam, revelam uma grande abundância de mexilhões, lapas, caramujos, ouriços e outras espécies fáceis de recolher. O local onde se viria a erguer o Castelo teria, face a estes, uma mais fraca atratividade, devido ao desnível da «barroca» que dificultava o acesso ao mar e à maior esterilidade do terreno arenoso, desabrigado e fustigado pelo vento.

Uma ocupação do Mesolítico foi pela primeira vez identificada, na costa alentejana, em Vale Marim I e datada de finais do sétimo milénio a.C.. Este sítio ficava na base da encosta Sul de Monte Chãos, num lugar hoje destruído pelas obras portuárias. Calcularam os arqueólogos que estaria, à data da ocupação, aproximadamente a 1 km de distância da linha de costa, numa área plana, aberta e arenosa, abrigada pelo pinhal[202].

Aí os vestígios da presença humana espalhavam-se, surpreendentemente, por uma vasta área. O impacto da descoberta, a extensão, riqueza e importância deste lugar só podem ser compreendidos no vivo relato de quem o escavou:

[201] O vasto areal existente entre a igreja de Nossa Senhora das Salas e a vila era, em 1850, motivo de polémica local acerca da melhor forma de fixar o terreno, defendendo Francisco Luiz Lopes a plantação de «plantas arenáceas», canaviais e pinheiros, enquanto em oposição, Samuel propunha a libertação do terreno de qualquer obstáculo que pudesse fixar a areia e assim facilitar o seu transporte pelo vento. *Cf.* Francisco Luiz LOPES, *op. cit*., p. 50.

[202] Joaquina SOARES; Niccolò MAZZUCCO; Carlos Tavares da SILVA (2017) – Marine adaptations in the Late Mesolithic of the Portuguese southwest coast: use-wear analysis of the lithic industry of Vale Marim I. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 20, p. 31-44.

> As lareiras, os instrumentos de sílex para cortar, raspar, perfurar, caçar e pescar, as prováveis cabanas construídas em madeira de pinho, os restos esqueléticos de dourada, os carvões e as brácteas de pinhas de pinheiro manso, os milhares de fragmentos de seixos rolados estalados pelo fogo e disseminados pelo solo arenoso do povoado tornavam viva a presença desta primeira comunidade de pescadores sinienses. Neste cenário, não faltava o talhador de sílex sentado no habitual bloco lajiforme de gabro-diorito, frente a uma lareira em fossa, tendo perto de si a bolsa com os preciosos núcleos de sílex, de onde ia extraindo finas e regulares lamelas, graças ao seu prévio aquecimento e à percussão indireta, intermediada por pequenos escopros.[203]

Era um modo de vida fortemente dependente dos recursos marinhos, que também está documentado mais a Sul, no concheiro do Vidigal, onde surgiram, a par das conchas de moluscos, como o mexilhão, as lapas e os búzios, fragmentos de ossos e dentes de cação, raia e tubarão, assim como de corvina e dourada[204].

Com a Revolução Neolítica, o Homem desenvolveu ferramentas que lhe permitiram pela primeira vez *modelar* a terra, quer seja transformando terrenos florestais em pastagens para o gado e campos agrícolas, quer descobrindo os processos de modelação da argila e da sua cozedura, dando origem à cerâmica, que daqui para a frente nos dará um dos mais perenes e informativos materiais arqueológicos.

No Litoral Alentejano, os estudos de Mateus e Queiroz apontam para uma intensa desflorestação ocorrida em inícios do quarto milénio a.C.[205]. Não é de estranhar, assim, a abundância de machados e enxós de pedra polida, destinadas ao abate e trabalho da madeira, as mós manuais para farinar os cereais e os fragmentos de cerâmica, que irão apresentar uma cada vez maior diversidade de formas adaptadas à evolução das necessidades funcionais.

Terá sido nas margens das pequenas linhas de água, como as ribeiras da Junqueira, Amoreiras e Morgavel, que forneceriam água doce durante todo o ano, que terão sido feitas as primeiras experiências agrícolas neste território. O mais antigo sítio do Neolítico

---

[203] Joaquina SOARES (2021) – A Experiência do Grupo de Trabalhos Arqueológicos. In *Memórias da Praia de São Torpes.* Sines: Museu de Sines; Museu Nacional de Arqueologia; EDP Produção. p. 189.
[204] Ana Cristina ARAÚJO (2017) – Vidigal e o Mesolítico. In *Sines, a Terra e o Mar.* Sines: Arquivo Municipal. p. 101-114.
[205] José Eduardo MATEUS; Paula Fernanda QUEIROZ (1993) – Os estudos de vegetação quaternária em Portugal; contexto, balanço de resultados, perspectivas. In *O Quaternário em Portugal; Balanço e Perspectivas.* Lisboa: Edições Colibri. p. 126-127.

é Vale Pincel I, que segue a estratégia de implantação em espaço aberto e sem qualquer sinal de preocupação defensiva[206], enquadrado pela típica floresta mediterrânica[207].

Este sítio, com uma ocupação humana entre o segundo quartel do sexto milénio e o terceiro quartel do mesmo milénio, abrange uma vasta área de cerca de dez hectares, resultante de diversas ocupações sucessivas de uma população ainda com grande mobilidade, que viria explorar os recursos deste ponto da costa em determinada época do ano e depois se deslocaria para outras fontes de alimento, regressando repetidas vezes ao mesmo local. Por isso, aqui aparecem inúmeras lareiras e buracos de poste, correspondendo a estruturas habitacionais construídas em materiais perecíveis de origem vegetal. Curiosamente, os dados fornecidos pela arqueologia aproximam-se de um tipo de construção que foi comum nesta zona da costa até à década de 1960 e que hoje, apesar de já serem raros os exemplares conservados, podemos descobrir em diversos registos fotográficos.



Figura 40 – Cabana de madeira e estorno, Arnaldo da SOLEDADE (1981) – *Sines, Terra de Vasco da Gama*, 2.ª ed., Sines: Câmara Municipal, fig. 41.

Este local faria parte de uma rede, que englobaria um acampamento base e outros acampamentos temporários, de que subsistem vestígios claros, como os concheiros encontrados próximo da praia de São Torpes, onde se acumularam grandes quantidades de conchas, resultantes de uma intensa exploração dos recursos costeiros, mas onde a cerâmica e outros materiais raramente aparecem, o que confirma que esta ocupação era feita por curtas temporadas.

[206] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (2015) – Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. In *Atas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. p. 645-659.

[207] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES; Antónia COELHO-SOARES (2010) – Arqueologia de Chãos de Sines. Novos Elementos sobre o Povoamento Pré-Histórico. In *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral.* Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. p. 12.

Apesar da existência no local de diversos elementos de mó, Victor Gonçalves deu como exemplo Vale Pincel, quando sublinhou que:

> As primeiras sociedades camponesas parecem muito pouco camponesas e ainda menos agrícolas. São ainda, e pelo que sabemos, ou comunidades de caçadores--recolectores com algumas tecnologias neolíticas (como a cerâmica, a pedra polida, um específico talhe do sílex) ou provavelmente criadores de gado, sendo muito raras as evidências que se referem, por exemplo, ao corte de cereais (extrema raridade do "brilho de cereal" nos líticos) ou à farinação (número muito escasso de mós manuais) ou ainda aos próprios cereais (escassez de sementes em contextos sedimentológicos em que a sua ausência não pode ser explicada pela acidez dos solos).[208]

Até ao final do Neolítico, os diversos espaços de ocupação humana não alteraram muito as suas características: os mesmos locais planos e arenosos, sem evidentes condições naturais de defesa. Há uma clara continuidade também ao nível dos materiais líticos, sendo na cerâmica que é mais nítida a diferenciação cronológica.

Brejo Redondo terá sido ocupado no período de transição do Neolítico Antigo para o Neolítico Médio. Na Palmeirinha, a poucas dezenas de metros, surge um maior número de instrumentos em pedra polida associados a uma abundância muito relevante de recipientes cerâmicos. Em Vale Pincel II encontrou-se uma ocupação já do Neolítico Final, num local de características idênticas aos anteriores. É mais uma vez ao nível da cerâmica que se expressa a novidade, pois apresenta já um repertório formal bastante complexo, com recipientes variados, desde os pratos, passando pelas taças de bordo espessado, taças carenadas, e surgem, pela primeira vez, pesos de tear paralelepipédicos.

Na área do atual Castelo são raríssimos os vestígios de ocupação neolítica e calcolítica, destacando-se um fragmento de lâmina de sílex[209], com o característico «lustro» de cereais, que terá feito parte de uma possível foice. Duas enxós, doadas ao Museu em 1957, e um machado de pedra polida, inventariados com a localização genérica de «Sines» constituem o parco espólio desta cronologia que se conserva nas coleções do Museu, provenientes do local.

[208] Victor GONÇALVES (2000-2001) – O Trigo, o Cobre, a Lã e o Leite: um Guia Bibliográfico e uma Curta Introdução às Sociedades Camponesas da Primeira Metade do 3.º Milénio no Centro e Sul de Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. n.º 53-54, p. 274.

[209] Museu de Sines, inv. MS 704. Encontrada na cerca exterior do Castelo por José Miguel da Costa durante as escavações realizadas em 1961.



Figura 41 – *Fragmento de Lâmina com lustro de cereal,* Sílex, Museu de Sines, inv. MS 704. Recolhida por José Miguel da Costa durante as escavações realizadas em 1961 na cerca exterior do Castelo.

Por volta desta época foi implantado num ponto alto da encosta de Monte Chãos, virada a Sul, um monumento megalítico, um cromeleque, de planta oval. Esta estrutura de caráter mágico-religioso é difícil de analisar mais profundamente, pois veio a ser reutilizada em época posterior. A capacidade de mobilizar recursos para a construção de um tal recinto monumental denota já uma organização social mais complexa, bem como a existência de excedentes de produção e, acima de tudo, como sublinhou Mário Varela Gomes, uma capacidade de

> planear acções a médio e longo termo, ou seja, conceptualizar o futuro [que] é, quanto a nós, uma das grandes conquistas ideológicas da Humanidade neolítica. Só assim se pôde conceber a produção de alimentos e, sobretudo, a agricultura, baseada na forte crença da ressurreição de um ser inanimado – a semente. Aí deverá residir a génese do conceito de que sem morte não haverá ressurreição e sem esta não existirá bem-estar e progresso, nem a melhoria das condições de vida das polulações.[210]

O contraste entre estas estruturas construídas para a eternidade e as construções domésticas, em materiais perecíveis, denota a demarcação entre o tempo comum e o tempo dos antepassados, dos deuses, um outro tempo, com regras próprias, associado aos ciclos cósmicos do Sol, da Lua, das estações, com as suas pontuais oscilações que condicionavam a fertilidade dos campos e dos mares, e com as quais se procurava um diálogo profícuo, pois as fronteiras entre estes dois mundos não são rígidas, antes pelo contrário, acreditar-se-ia que ambos se interpenetravam e influenciavam.

O caráter de *Monumento* das estruturas megalíticas foi notavelmente sintetizado por Mário Varela Gomes, a propósito do cromeleque dos Almendres:

> O Cromeleque dos Almendres constitui, por certo, uma construção de carácter plurifuncional, verdadeiro monumento, criado segundo projecto preciso e propósitos objectivos, capaz de organizar, durante cerca de dois milénios, o espaço em termos físicos e psicológicos, estruturando, como "lugar central", o território em seu redor.

[210] Mário Varela GOMES (2002) – *Cromeleque dos Almendres – Um Monumento Sócio-Religioso Neolítico.* Lisboa. Dissertação para aprovação de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Técnica de Lisboa. p. 244.

> Ele foi, também, local de agregação e coesão social, dado até o esforço desenvolvido na sua edificação, e símbolo da autoridade politico-religiosa, no seio das populações.[211]

Estas são características que ainda hoje definem os nossos espaços de memória, quer sejam aqueles construídos propositadamente com esse fim, quer sejam aqueles, como os castelos, que ganharam esse caráter por um processo evolutivo pelo qual as comunidades foram ordenando o seu espaço, em termos físicos e simbólicos. É um claro testemunho da profunda alteração psicológica que aparece associada à fixação do indivíduo à terra, que não só o alimenta, mas que serve de sepultura aos seus mortos, na esperalça de tambem eles tenham uma nova vida.

É assim que, posteriormente, vemos aparecer, nas margens da ribeira da Junqueira, uma outra estrutura megalítica, desta vez um monumento claramente funerário, uma anta ou talvez mesmo um *tholos*, de que não nos chegaram vestígios, mas que foi escavada e descrita sumariamente em 1591[212], como adiante veremos em detalhe. Teria uma câmara funerária, formada por grandes esteios de pedra e um provável corredor de acesso. O espólio funerário encontrado no seu interior foi parco: apenas uma placa de xisto gravado – a primeira noticiada em Portugal – e uma taça de barro não decorada, para além de diverso material osteológico, como seria de esperar numa sepultura coletiva. É o primeiro testemunho de uma edificação com o objetivo de perpetuar a memória de uma comunidade ou grupo familiar, que manteve viva a lembrança dos mortos e valorizou uma linhagem possivelmente representada na placa de xisto gravada, como defenderam diversos autores, como Katina Lillios[213].

As placas encontradas mais recentemente, durante trabalhos arqueológicos, cujos contextos permitiram uma datação por radiocarbono, dão-nos datas compreendidas entre 3.500 a 2.750 a.C.[214] e, apesar de em Sines só ter sido encontrada uma placa, é muito frequente a existência, no mesmo contexto funerário, de diversos exemplares, que chegaram a atingir o extraordinário número de 134 na Anta Grande do Olival da Pega, próximo de Évora, ou de 167 no *tholos* de Santiago do Escoural[215], o que faz supor um

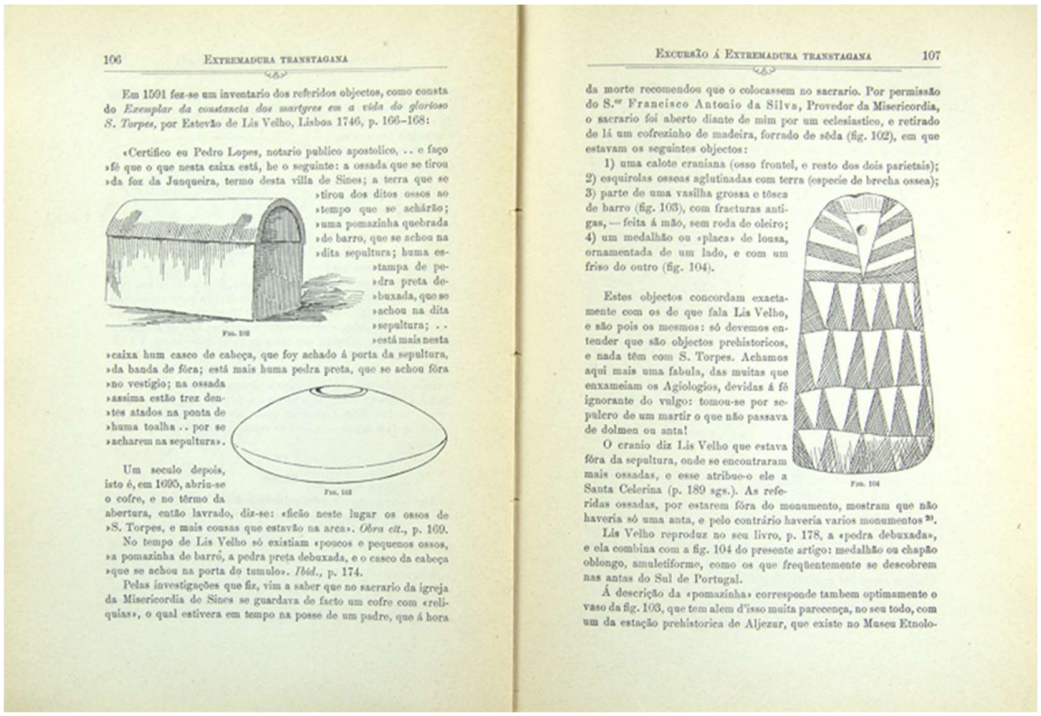
---

[211] Mário Varela GOMES, *op. cit*., p. 32.
[212] Estêvão de Liz VELHO (1746) – *Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa. p. 165-171.
[213] Katina LILLIOS (2002) – Some new views of the engraved slate plaques of southwest Iberia. *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. vol. 5, n.º 2, p. 135-151.
[214] Daniel GARCÍA RIVERO; Michael J. O'BRIEN (2014) – De Entre los Muertos; Las Placas de Pizarra Grabadas del Neolítico Final del Sudoeste de la Península Ibérica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. n.º 21, p. 81-108.
[215] M. Farinha dos SANTOS; O. da Veiga FERREIRA (1969) – O Monumento Eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série III, v. 3, p. 37-62.

número muito superior de indivíduos inumados, visto que muitos não seriam acompanhados de qualquer objeto.

A localização deste monumento, na margem sul da ribeira da Junqueira, corresponde a um tipo de implantação dos sepulcros megalíticos, em zonas baixas e junto a linhas de água[216], que poderá estar associada à força vital deste elemento e ao reconhecimento do seu papel no germinar das sementes enterradas.

Vemos, assim, que os homens que construíram estas estruturas não viviam apenas para o imediato, mas conviviam também com um passado, fosse ele genealógico ou mítico.



106 EXTREMADURA TRANSTAGANA

Em 1591 foz-se um inventario dos referidos objectos, como consta do *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Torpes*, por Estevão de Lis Velho, Lisboa 1746, p. 166–168:

«Certifico eu Pedro Lopes, notario publico apostolico, .. e faço »fé que o que nesta caixa está, he o seguinte: a ossada que se tirou »da foz da Junqueira, termo desta villa de Sines; a terra que se »tirou dos ditos ossos ao »tempo que se acharão; »uma pomazinha quebrada »de barro, que se achou na »dita sepultura; huma es- »tampa de pe- »dra preta de- »buxada, que se »achou na dita »sepultura; .. »está mais nesta »caixa hum casco de cabeça, que foy achado á porta da sepultura, »da banda de fóra; está mais huma pedra preta, que se achou fóra »no vestigio; na ossada »assima estão trez den- »tes atados na ponta de »huma toalha .. por se »acharem na sepultura».

Fig. 103

Fig. 103

Um seculo depois, isto é, em 1695, abriu-se o cofre, e no têrmo da abertura, então lavrado, diz-se: «ficão neste lugar os ossos de »S. Torpes, e mais cousas que estavão na area». *Obra cit.*, p. 169.

No tempo de Lis Velho só existiam «poucos e pequenos ossos, »a pomazinha de barro, a pedra preta debuxada, e o casco da cabeça »que se achou na porta do tumulo». *Ibid.*, p. 174.

Pelas investigações que fiz, vim a saber que no sacrario da igreja da Misericordia de Sines se guardava de facto um cofre com «reli- quias», o qual estivera em tempo na posse de um padre, que á hora

EXCURSÃO Á EXTREMADURA TRANSTAGANA 107

da morte recomendou que o colocassem no sacrario. Por permissão do Sor Francisco Antonio da Silva, Provedor da Misericordia, o sacrario foi aberto diante de mim por um ecclesiastico, e retirado de lá um cofrezinho de madeira, forrado de sêda (fig. 102), em que estavam os seguintes objectos:

1) uma calote craniana (osso frontal, e resto dos dois parietais);
2) esquirolas osseas aglutinadas com terra (especie de brecha ossea);
3) parte de uma vasilha grossa e tôsca de barro (fig. 103), com fracturas antigas, — feita á mão, sem roda de oleiro;
4) um medalhão ou «placa» de lousa, ornamentada de um lado, e com um friso do outro (fig. 104).

Fig. 104

Estes objectos concordam exactamente com os de que fala Lis Velho, e são pois os mesmos: só devemos entender que são objectos prehistoricos, e nada têm com S. Torpes. Achamos aqui mais uma fabula, das muitas que enxameiam os Agiologios, devidas á fé ignorante do vulgo: tomou-se por sepulcro de um martir o que não passava de dolmen ou anta!

O craneo diz Lis Velho que estava fóra da sepultura, onde se encontraram mais ossadas, e esse atribue-o ele a Santa Celerina (p. 189 sgs.). As referidas ossadas, por estarem fóra do monumento, mostram que não haveria só uma anta, e pelo contrário haveria varios monumentos [39].

Lis Velho reproduz no seu livro, p. 178, a «pedra debuxada», e ela combina com a fig. 104 do presente artigo: medalhão ou chapão oblongo, amuletiforme, como os que frequentemente se descobrem nas antas do Sul de Portugal.

A descrição da «pomazinha» corresponde tambem optimamente o vaso da fig. 103, que tem alem d'isso muita parecença, no seu todo, com um da estação prehistorica de Aljezur, que existe no Museu Etnolo-

Figura 42 – *O recipiente de barro e a placa de xisto encontrados no monumento funerário de «São Torpes»,* José Leite de VASCONCELOS (1927) – *De Terra em Terra,* Lisboa: Imprensa Nacional, Vol. I. Gravuras feitas a partir de desenhos realizados em Sines por Guilherme Gameiro, em janeiro de 1905.

.

5.2.2 O Primeiro Sítio com Condições de Defesa

Já no Terceiro Milénio, em pleno Calcolítico, assistimos ao aparecimento de uma inovadora estratégia de implantação de uma comunidade, desta vez no alto do maciço eruptivo de Monte Chãos, onde são claras as condições naturais de defesa e de controle do território

[216] Mário Varela GOMES, *op. cit.,* p. 246.

envolvente[217]. Monte Novo situa-se, não exatamente no topo, mas na parte superior da encosta virada a Sul, a 70/80 m acima do mar, com um amplo domínio visual da planície costeira. O topo do maciço é um lugar demasiado exposto aos ventos marinhos dominantes, de Norte e Noroeste, optando-se por um sítio mais abrigado. Talvez também não tenha sido estranha à escolha do local a existência do cromeleque, formado por monólitos que poderão ter servido de base à edificação de um muro envolvente, que talvez defendesse o local.

Esta estrutura será o mais remoto *antepassado* do Castelo, mas a área do recinto, com os seus 22 m de diâmetro, é demasiado pequena para poder ter abrigado sequer um pequeno povoado, o que é compatível com os vestígios espalhados pela área envolvente.

Sobre a base pétrea, ainda conservada, poderá ter-se elevado um muro com materiais vegetais e barro, técnica que foi utilizada na construção de abrigos nas proximidades do recinto, como atestam os inúmeros vestígios de barro de cabana, com a marcação em negativo de ramagens, encontrados a poente, junto da saibreira municipal[218].

A evolução das técnicas agrícolas veio permitir trabalhar pela primeira vez aquelas que eram as mais férteis terras de Sines, argilosas e densas, que só o arado de tração animal conseguia revolver e tornar aptas para o cultivo dos cereais. É assim que esta nova localização de um pequeno aglomerado humano resulta das novas possibilidades trazidas pela Revolução dos Produtos Secundários da Criação de Gado, ocorrida nos finais do Quarto Milénio e inícios do Terceiro[219]. O desenvolvimento tecnológico veio permitir um aumento da produção e a consequente obtenção de excedentes que há que armazenar e defender da cobiça de outros grupos.

O aparecimento de espaços com condições defensivas, algumas vezes atingindo grande complexidade arquitetónica, foi no passado vista como um sinal da chegada de povos mediterrânicos, responsáveis por uma agressiva política de controle dos recursos mineiros e pela introdução de modelos de fortificações até então desconhecidos. É clara, no entanto, uma evolução das comunidades autóctones, que podemos chamar «na continuidade», patente, por exemplo, na cerâmica, afastando-se a Arqueologia atual das teses de uma colonização vinda do oriente mediterrânico, o que não descarta totalmente

[217] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1976-77) – Contribuição para o Conhecimento dos Povoados Calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. Vol. II-III, p. 223-233.
[218] Carla Patrícia de Abreu BRUNO (2010) – *Arquitectura de terra nos espaços domésticos pré-históricos do sul de Portugal: sítios, estruturas, tecnologias e materiais*. Tese de doutoramento em História (Pré-História) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
[219] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES; Antónia COELHO-SOARES, *op. cit*., p. 10-33.

a existência de contactos que possam ter despoletado este desenvolvimento tecnológico[220].

Apesar de existirem sinais pontuais de violência em alguns dos vestígios osteológicos anteriores, é agora que surgem claros sinais de conflitos bélicos, como sublinhou Carlos Tavares da Silva:

> Não daquela Guerra quase simbólica que poderia ocorrer no Neolítico ou mesmo no Mesolítico, mas da Guerra quase como uma instituição, da Guerra socialmente institucionalizada e que nós vamos encontrar a partir precisamente do Calcolítico e daí que os povoados do Calcolítico na Extremadura, pelo menos, muitos deles, ou quase todos eles, se situarem em locais com ótimas condições naturais de defesa, locais elevados e defendidos por sistemas de muralhas, neste caso concreto, é o único povoado que se vai situar nesta zona e com alguma estrutura artificial de caráter defensivo.[221]



Figura 43 – *Vista aérea de Monte Novo durante as escavações,* fotografia de Carlos Tavares da Silva*., in* Joaquina SOARES – Tempo Histórico e Dinâmicas Patrimoniais: Uma Introdução, *Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em linha: WWW:<URL:http://atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/349 .

[220] Maria Miguel Lucas SIMÕES (1994) – *As Regiões de "Torres" e "Alenquer" no contexto do Calcolítico da Estremadura Portuguesa*. Porto. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[221] Conferência realizada por Carlos Tavares da SILVA no Museu Nacional de Arqueologia a 4 de março de 2017.

Procurando sintetizar uma definição de «guerra» que abarcasse este contexto, Michael Kunst propôs: «uma agressão, que também inclui homicídio, com a intenção de ocupar as posições de poder de um outro grupo»[222]. Mário Jorge Barroca destacou como neste contexto surgem, pela primeira vez, armas claramente de guerra e já não apenas destinadas à caça: punhais e espadas que são agora fabricados em metal fundido[223].

No caso de Monte Novo talvez o muro envolvente não seja uma verdadeira muralha defensiva, mas a delimitação de um recinto, a construção de um espaço que define uma particular relação de domínio da comunidade sobre o território, tal como definiu Maria de Jesus Sanches a propósito de outro importante sítio com raízes calcolíticas:

> Essa necessidade é a de criar conceitos novos através da "construção de espaços" estruturados de acção social colectiva. São assim construções estruturantes do pensamento e da vida individual e comunitária, não somente porque a sua construção e manutenção exige a congregação dos esforços de toda a comunidade – o que no Crasto de Palheiros atinge uma dimensão inusitada –, mas porque as práticas sociais que aí têm lugar se articulam intimamente com os planos arquitectónicos e têm sempre, como pano de fundo, mas também como objecto, o território.[224]

Comparando Monte Novo com sítios claramente fortificados, como o Monte da Tumba, no Torrão do Alentejo, com muralhas espessas e torres cilíndricas, à semelhança de outros sítios fortificados da Estremadura, é clara a fragilidade da estrutura siniense. As escavações parciais realizadas, no ano de 1975, apenas forneceram uma ponta de seta, ao contrário do que aconteceu em estruturas obviamente fortificadas, como é por exemplo o Zambujal, onde se encontraram 969 pontas de seta em sílex[225]. Mais do que um espaço de domínio militar, este é um espaço de domínio visual de uma comunidade fixa num local, centro de um território que organiza e controla cada vez mais, sobre o qual exerce já uma importante ação antrópica, abatendo a floresta que dá lugar a campos agrícolas e pastagens, *criando* o solo agrícola com a força do arado e limpando-o de pedras e obstáculos, abrindo uma rede de caminhos que conduz às fontes ou às necrópoles onde presta culto aos antepassados.

---

[222] Michael KUNST (2000) – A Guerra no Calcolítico na Península Ibérica. *Era – Arqueologia; Revista de Divulgação Científica de Estudos Arqueológicos*. Lisboa. n.º 2, p. 128.
[223] Mário Jorge BARROCA (1990-1991) – Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *Portvgalia*. Porto. Nova Série, vol. XI-XII, p. 90.
[224] Maria de Jesus SANCHES (2003) – O Crasto de Palheiros-Murça. Reflexão sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica no Norte de Portugal. In *Recintos Murados da Pré-história Recente*. Porto / Coimbra: FLUP-DCTP; CEAUCP-FCT. p 115-148.
[225] Michael KUNST; Felix ARNOLD (2011) – Sobre a reconstrução de estruturas defensivas do Calcolítico na Península Ibérica com base na Torre B de Zambujal (Torres Vedras, Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, p. 429-488.

Susana Oliveira Jorge destacou que é grande a diversidade de estruturas que se encontram a delimitar estes recintos, pelo que prefere designar como «lugares monumentalizados» aquilo que tradicionalmente se designavam como «povoados fortificados»[226].

5.2.3 O Regresso à Planície na Idade do Bronze

Assistimos na Idade do Bronze ao abandono de Monte Novo e a um regresso a locais sem quaisquer condições naturais de defesa, mais uma vez em terrenos planos e arenosos. O lado mais visível das estruturas edificadas neste período são os espaços funerários, representados por três importantes necrópoles, a que estão associados povoados. A da *Provença*, na margem direita da ribeira da Junqueira, a *Quitéria*, na base de Monte Chãos e o *Cemitério dos Mouros*, próximo do forte do Pessegueiro, também junto a uma pequena linha de água.

Esta nova estratégia não pode ser interpretada como resultante de uma pacificação geral, mas sim de uma maior organização social, mais hierarquizada, onde emergem chefes regionais que dominam territórios mais vastos a partir de um local central fortificado, rodeados de uma elite militar dedicada à proteção dos núcleos populacionais satélites.

Nas necrópoles que surgem associadas aos povoados, a tumulação é agora feita em sepulturas individuais, que atestam uma maior valorização do indivíduo no seio de uma nova estrutura social, em detrimento das sepulturas coletivas. No entanto, estas necrópoles apresentam-se organizadas como um favo, com as cistas cobertas por *túmulos* de terra que se tocavam, denotando a importância dos laços familiares que se prolongavam para além da morte. Estas cistas parecem ir-se organizando em torno de um enterramento central, talvez do antepassado fundador deste ramo familiar[227]. A diferenciação social é clara no espólio funerário: recipientes de barro, punhais de bronze e contas, até mesmo de ouro, enquanto outras sepulturas nada gurdam.

---

[226] Susana Oliveira JORGE, coord. (2003) – *Recintos Murados da Pré-História Recente*. Porto / Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 16-17.

[227] Katina LILLIOS (2008) – *Heraldry for the Dead. Memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of the Neolithic Iberia.* Austin: University of Texas Press. p. 140.

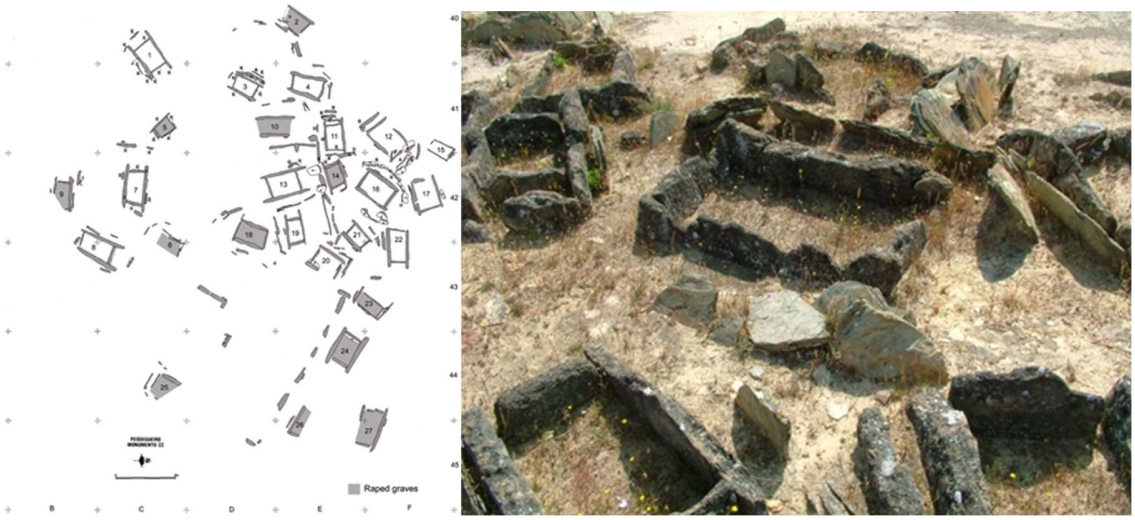


Figura 44 – *Planta do Monumento II da Necrópole do Pessegueir,. In* Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (2009) – Práticas Funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano; O Monumento II do Pessegueiro, *Estudos Arqueológicos de Oeiras,* Oeiras, Vol. 17, p. 394, Fig. 5.

Figura 45 – *Pormenor de Algumas das Cistas da Necrópole do Pessegueiro,* 2012, Foto do autor.

5.2.4. Vestígios de Atividades Portuárias da Idade do Ferro

Da Idade do Ferro ainda não foram revelados muitos testemunhos, apesar de estar documentada na ilha do Pessegueiro, que teria servido como entreposto comercial, o que revela uma inovadora estratégia de implantação de um pequeno núcleo populacional, de ocupação certamente sazonal. No entanto, os achados realizados na herdade do Gaio, a 1 de maio de 1966, são dos mais relevantes em território nacional. As diversas peças de joalharia e vidro aí achadas, documentam as trocas comerciais com o Oriente mediterrânico, nos contextos culturais fenício/púnicos[228]. Pode tratar-se de uma sepultura isolada, de que não subsistem vestígios ósseos, ou de um depósito votivo, como propôs Mário Varela Gomes[229].

Um outro curioso contexto funerário, possivelmente da mesma época, descoberto acidentalmente em inícios do século XIX, é hoje apenas conhecido por uma fonte secundária:

[228] José Miguel da COSTA (1966) – O Tesouro Fenício ou Cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-537. *Idem* (1974) – O Tesouro Púnico-Tartésico do Gaio (Sines) (Séc. VII a.C.). Novos Achados. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas.* Lisboa: A.A.P.. p. 79-120.
[229] Conferência de Mário Varela GOMES realizada no Museu Nacional de Arqueologia a 11 de fevereiro de 2017, no âmbito da exposição *Memórias da Praia de São Torpes*.

> Quando estive residente em Synes no anno de 1823 me affirmarão pessoas dignas de credito, que tinhão achado nas suas fazendas alguns sepulcros antigos onde havia urnas cheias de cinzas postas em cima de armas de ferro encruzadas, que pareciam ser huma espada e hum punhal; mas que estavão inteiramente destruídas pela ferrugem: aqui temos as sepulturas Carthaginezas de alguns guerreiros ou pessoas notáveis; pois aquelles povos costumavão queimar os mortos, como diz Virgilio, na sua elegante fabula Epica da morte de Dido.[230]

Os primeiros contactos regulares de navegadores fenícios com populações autóctones do Bronze Final terão ocorrido em finais do século VIII e inícios do século VII a.C., seguidos da criação de entrepostos comerciais, como a chamada *feitoria* de Abul[231]. Os Fenícios preferiram criar as suas feitorias em zonas de estuário, como o do Tejo ou do Sado, e em menor escala o do Mira e não em mar aberto, pelo que é nesta época que ganham importância, à escala regional, Alcácer do Sal e Odemira.

5.2.5. A Ocupação Romana na Área do Castelo

É apenas na Época Romana que se verifica uma ocupação sólida e claramente permanente, no sítio onde mais tarde se veio a erguer o Castelo de Sines. Segue-se agora uma inovadora estratégia de implantação nesta zona da costa, de que já encontrámos traços na Idade do Ferro, no Pessegueiro, ou seja, pela primeira vez são as condições portuárias o principal fator que decide a implantação de povoados no território de Sines. Surge assim uma ocupação associada à baía e outra ao fundeadouro da ilha do Pessegueiro, que justificam o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos fortemente ligados à pesca e à conservação e comercialização do pescado.

A *pax romana* e o incremento do comércio marítimo estão sem dúvida na base desta mudança. Estrabão refere a navegação comercial que se fazia em direção ao estreito de Gibraltar e que:

> se dirige para Itália e para Roma, com uma boa navegação até às Colunas – excepto se alguma dificuldade surge nas proximidades do Estreito – e na zona mais aberta do Nosso Mar. Com efeito, os percursos cumprem-se através de um clima sereno, sobretudo ao navegar-se em alto mar: e isso é vantajoso para os barcos comerciais.

---

[230] Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira GYRÃO (1833) – *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal, sua origem, antiguidade, denominação, e mudança, que tem sofrido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter.* Lisboa: Imprensa Nacional. p. 17.

[231] Carlos Tavares da SILVA (2011) – No Baixo-Sado: da presença fenícia à Imperatoria Salacia. *In* João Luís CARDOSO; Martín ALMAGRO-GORBEA, eds. – *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina.* Lisboa – Madrid: Academia Portuguesa da História; Real Academia de la Historia. p. 57-71.

> Além disso, os ventos do alto mar sopram com regularidade. E reina agora a paz, depois de liquidados os piratas, de modo que existem todas as facilidades para os navegantes.[232]

Neste contexto, compreende-se que a Sines romana não possuísse à época qualquer estrutura defensiva e que a localização das edificações no topo da falésia se deva mais às condições portuárias do local do que às suas condições naturais de defesa. A quase totalidade das estruturas escavadas corresponde a pequenas oficinas de preparados piscícolas, dispersas por uma área plana servida por uma pequena linha de água e por um poço, e onde o acesso à praia seria mais fácil[233]. Estrabão refere diversos pontos da costa peninsular onde também se produziam salgas de peixe:

> nem pouca é a salga de peixe, não apenas local, mas também de todo o outro litoral para lá das Colunas, não inferior à salga do Ponto.[234]

Dois cepos de âncora em chumbo, recuperados ao largo da praia de São Torpes, em 1967, documentam a utilização do fundeadouro nesta mesma época[235]. Avieno é outro autor latino que, no século IV, descreve a costa e poderá ter referido a ilha do Pessegueiro (doc. 1) ao escrever:

> No litoral dos Sefes encontra-se a ilha de Petânion e um amplo porto.[236]

Esta ilha é uma antiga duna consolidada, situada 14 km a Sul de Sines, e separada de terra por um canal com cerca de 250 m de largura, onde durante o verão é possível fundear algumas embarcações, situação impossibilitada durante o resto do ano pelas fortes correntes e rochas semissubmersas que a circundam.

Apesar de a área ser um rico pesqueiro[237], a ocupação da ilha foi apenas sazonal, estando dependente do abastecimento de alimentos e água do exterior, visto que possuía apenas

---

[232] ESTRABÃO (2016) – *Geografia; Livro III*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Introdução, tradução do grego e notas de Jorge DESERTO; Susana da Horta Marques PEREIRA. p. 46-47.

[233] Dias DIOGO; José Miguel da COSTA (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e transformação piscícola em Sines. In *Ocupação romana dos estuários de Tejo e do Sado*. Lisboa; Seixal: Publicações Dom Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 107-110.

[234] *Ibidem*, p. 47.

[235] *Da Ocidental Praia Lusitana*, *op. cit.*, p. 138-139; Francisco J. F. ALVES; Francisco REINER; Mário J. R. ALMEIDA; Luís VERÍSSIMO (1988-1989) – Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série IV, 6/7, p. 151-152.

[236] Rufo Festo AVIENO (1992) – *Orla Marítima*. 2.ª ed.. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade. Tradução e introdução de José Ribeiro FERREIRA.

[237] O topónimo *Pessegueiro* parece derivar do termo latino *piscarius*, de onde deriva a palavra portuguesa *pesqueiro.* Os habitantes mais velhos da zona ainda lhe chamam *Pexigueiro* ou *Pixigueiro*. A versão de Rui Veloso e Carlos Tê é, naturalmente, pura fantasia.

duas pequenas cisternas. Os vestígios mais remotos de ocupação humana datarão do século IV a.C. e documentam trocas comerciais com o Mediterrâneo. Depois de um período de abandono, voltou a ser ocupada na segunda metade do século I.

A partir de meados do século III, a ilha especializa-se na produção de preparados piscícolas, onde domina a utilização da sardinha. Escavaram-se, nos anos 1980 e 1984, dois estabelecimentos *fabris* mas poderá ter existido pelo menos um terceiro, muito destruído pela ação do mar, que terão laborado até finais do século IV, em articulação com os existentes em Sines. Posteriormente a esta data, apenas surgem parcos vestígios de um regresso muito pontual de prováveis pescadores.

Pouco a pouco vai-se sabendo mais sobre a ocupação do sítio onde se implanta hoje o Castelo de Sines, nos tempos anteriores à sua construção. Até ao momento foram escavados seis estabelecimentos de preparados piscícolas, nas proximidades da fortaleza[238]. Os primeiros foram descobertos por José Miguel da Costa nos anos 60; em 1990 e 1991 Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares escavaram uma oficina particularmente bem conservada, no largo João de Deus e em 1997 trouxeram de novo à luz do dia outro dos que foram escavados anteriormente e se encontrava em mau estado de conservação. Dois outros foram estudados por Antónia Coelho-Soares em 2002, mas revelaram-se bastante destruídos[239], em grande parte, seguramente, para reaproveitamento da pedra na construção das muralhas quatrocentistas, pois nalguns pontos detetam-se blocos de *opus sugninum*, como é o caso do topo da torre cilíndrica do canto das casas do governador.

Estes estabelecimentos, de pequena escala, estão longe da realidade que encontramos em Troia, que seria um dos maiores centros de fabricação de preparados piscícolas de todo o Império Romano. Sines deveria estar vocacionada para o abastecimento do interior, onde se encontravam importantes cidades como *Miróbriga* e *Pax Julia*, em cujas cozinhas não deveriam faltar condimentos como o *garum*[240].

[238] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1998) – Para uma Arqueologia do Castelo de Sines. *Da Ocidental Praia Lusitana*. Sines: CNCDP; CMS; DPHADB; APS. p. 21-35; Maria Luisa B. H. Pinheiro BLOT, *op. cit.*, p. 270-272.
[239] Antónia COELHO-SOARES; Carlos Tavares da SILVA (2004) – Novas Oficinas de Produção de Preparados Piscícolas na Área Urbana de Sines; Intervenção Arqueológica da Rua Ramos da Costa. *Musa; Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios*. Setúbal. n.º 1, p. 111-122.
[240] Carlos Tavares da SILVA; Antónia COELHO-SOARES (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. n.º 13, p. 101-123.



Figura 46 – *Levantamento fotogramétrico da Fábrica A do Lg. João de Deus,* Arqueohoje.

Trata-se provavelmente de um povoamento disperso localizado a sul da atual fortaleza[241], que seria rodeado por uma zona agrícola de que subsistem vestígios, muito destruídos, de uma *villa*, na encosta de Monte Chãos[242]. Desta acharam-se restos de um possível *hipocausto* e uma extensa calçada[243], ocupada entre o século I e o século VII, com predomínio para o século IV e primeira metade do século V. Os recentes trabalhos de acompanhamento arqueológico das empreitadas da Regeneração Urbana de Sines não revelaram, no entanto, vestígios significativos de uma povoação antiga sob o tecido urbano atual.

A existência, na zona, de edifícios mais destacados, com elementos arquitetónicos em mármore de Trigaches – fustes, bases de colunas, capitéis, aras, etc. –, está atestada pela sua reutilização na edificação dos panos de muralha, mas a sua localização de origem permanece desconhecida. A primeira referência aos mesmos deve-se a André de Resende[244] e desde então muitos procuraram, em vão, as ruínas de onde seriam provenientes.

---

[241] O estudo geofísico realizado no interior da cerca muralhada não revelou qualquer estrutura coerente, mas não é de excluir a sua existência em Época Romana e a posterior demolição total para reaproveitamento dos materiais pétreos na construção do castelo.

[242] Antónia COELHO-SOARES (1987) – Materiais Arqueológicos da Courela dos Chãos (Sines). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. n.º 8, p. 193-202.

[243] *Ibidem*, p. 193.

[244] André de RESENDE (1996) – *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Tradução de R. M. Rosado FERNANDES.



Figura 47- *Reconstrução conjetural da Fábrica A do Lg. João de Deus,* Nuno Farinha – Archeohoje.

Pela primeira vez aparecem-nos inscrições que nos dão a conhecer indivíduos concretos, como o augustal Cícero Juvenal, que dedicou uma estátua – de que se conserva apenas a base – a Marte Augusto[245], ou Júlia Marcela, filha de Gaio, que morreu aos trinta anos, como ficou inscrito na sua ara funerária[246]. A memória que um indivíduo pretende deixar, ou que os familiares de um defunto pretendem perpetuar, é agora individualizada, pois estas figuras ganham identidade, um nome, uma família, uma idade ou profissão. A memória já não se destina apenas a uma comunidade que partilha uma memória oral, que lhe permitia fazer uma leitura e interpretação do monumento. Agora, com uma linguagem escrita, a comunicação ultrapassa a barreira do grupo e do tempo.

5.2.6. Uma Basílica Visigótica

A povoação romana de Sines permanece, como vimos, com grandes lacunas de conhecimento. As fábricas de preparados piscícolas foram abandonadas em meados do século V e a *vila* de Monte Chãos no século seguinte. Mas este declínio, que acompanha o do Império e está patente na rudeza das estruturas edificadas – pequenas cabanas de que

[245] José d'ENCARNAÇÃO (1999) – Em Torno da Inscrição a Marte, de Sines. In *Actas do 1º Encontro de História Local*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. p. 40-42.
[246] Esta peça guarda-se hoje no Museu Nacional de Arqueologia, inv. E 5319.

subsistem as bases de fogueira – e no profundo retrocesso das técnicas cerâmicas, acontece ao mesmo tempo que se afirma o poder da Igreja num Império cristianizado.

Na Alta Idade Média – ao que se crê ao redor do século VII – teria sido edificada nas proximidades do atual Castelo uma igreja de notável esplendor. A utilização do condicional impõe-se pois, na verdade, apesar de intensamente procurada há mais de um século, nunca foi possível localizar qualquer indício inequívoco da sua localização e apenas nos chegou um *puzzle* de mais de sessenta elementos de cantaria, de grande qualidade e homogeneidade, retiradas ao longo desse tempo das muralhas e de alguns edifícios vizinhos. Mais adiante iremos explorar, em detalhe, a história recente desta coleção.

O conjunto é lavrado no caraterístico calcário fétido – muitas vezes erradamente designado mármore – oriundo das pedreiras de Trigache ou São Brissos, situadas próximo da cidade de Beja. O transporte destes blocos, alguns com mais de dois metros, terá sido difícil e dispendioso, por isso se utilizaram nos elementos mais nobres das construções, desde a Época Romana. De resto, algumas das peças em questão possuem sinais claros de terem sido reutilizadas a partir de peças mais antigas.

Nenhuma epígrafe surgiu ainda associada a esta igreja, ao contrário do que acontece com os conjuntos de Mértola e Beja. Toda a comunicação é feita através de imagens, com exceção das letras A e Ω. É provável que se sentissem ainda os efeitos da interdição imposta, no princípio do século IV, no Concílio de Elvira: «não admitir nos templos imagens pintadas; para que a alguém não pareça que se presta adoração ou culto ao que está pintado nas paredes»[247].

Subsistem diversos elementos de cancelos, que separavam fisicamente o santuário, onde estava o altar, do espaço destinado aos fiéis. Para lá desta barreira apenas era permitida a entrada dos clérigos para a comunhão[248]. Chegou-nos também a parte superior do pé do altar, com o compartimento destinado às relíquias. Este culto das relíquias, que funcionavam como elementos de ligação entre o presente e veneradas figuras históricas, é uma das bases do nosso culto dos objetos do passado e do seu poder mediador.

[247] Fortunato de ALMEIDA (1971) – *História da Igreja em Portugal*. Porto – Lisboa: Livraria Civilização – – Editora. p. 15. Nova edição preparada e dirigida por Damião PERES.
[248] *Ibidem*, p. 28.





Figura 48 – *Pilastra*, séc. VII, Museu de Sines, inv. MS 1064.

Figura 49 – *Pilastras,* séc. VII, Museu de Sines, inv. MS 1052 e MS 1053.

6. Sines Medieval Antes da Construção do Castelo

O Castelo de Sines foi construído muito tardiamente, já nos derradeiros tempos medievais, e as razões para este facto são múltiplas. Iremos analisá-las com alguma atenção, acompanhando a forma como a chegada das tropas muçulmanas, de navios vikings e, depois, dos exércitos da Reconquista, levaram à implementação de diferentes estratégias de defesa e de reorganização do território, que não passaram pela edificação de um castelo neste ponto. A descoberta de uma inscrição islâmica, em 2007, durante as obras de recuperação do Castelo, veio abrir uma importantíssima janela sobre um período de ocupação do lugar sobre o qual quase nada se sabia até então e que corresponde a um tempo de quase total abandono pelas populações das áreas costeiras. Outro achado arqueológico recente, realizado junto do Castelo, no antigo adro da igreja matriz, de diversos enterramentos acompanhados por moedas cunhadas no reinado de D. Sancho II (r. 1223-1248), veio dar-nos uma nova baliza cronológica, ao datar o tímido renascimento da povoação, cujo crescimento seria dificultado pela insegurança sentida. No entanto, o território foi defendido, a partir do século XIII, por um castelo, situado sobre o morro de Santiago do Cacém, que controlava à distância a planície costeira. Dele foi senhora D. Vataça Lascaris, entre 1310 e 1336, que é a primeira figura de que temos conhecimento a residir e a exercer um poder presente e efetivo sobre este espaço, de que nos ficou como memória a ermida de Nossa Senhora das Salas.

6.1 Uma Rábita Muçulmana

Até há bem pouco tempo quase nada se sabia sobre a ocupação do local do Castelo em Época Islâmica. A grande pilastra visigótica retirada da verga da porta da torre de menagem (MS 1064), e conservada no Museu de Sines, apresenta vestígios claros da eliminação intencional do seu mais evidente símbolo cristão: a cruz. Não se trata de um ato de vandalismo brutal e gratuito, pois respeitou-se a composição geral, o que atesta uma clara e evidente reutilização da peça e talvez mesmo do edifício onde se integrava. Mais relevante ainda foi a descoberta feita em 2007, durante as obras de recuperação do Castelo, do fragmento de uma outra pilastra, de menores dimensões, onde toda a superfície decorada em relevo fora aplanada e reutilizada, com uma epígrafe em árabe.

As forças muçulmanas terão dominado Sines a partir de 714. A invasão da península fora surpreendentemente rápida. As tropas muçulmanas aproveitaram as fraquezas do poder visigótico e atravessaram o estreito, em julho de 710, com um pequeno contingente, reforçado em grande número no ano seguinte. O rei Rodrigo foi derrotado e a capital,

Toledo, rendeu-se sem apresentar resistência. No atual território português, a cidade de Évora foi tomada em 714, seguida rapidamente por Santarém e Coimbra[249].

A antiga *basílica*, e o certamente diminuto espaço urbano a ela associado, parecem ter sido levados a um quase ou total desaparecimento, talvez não durante esta invasão, mas certamente pela instabilidade que alastrou por toda a costa em virtude dos ataques vikings que, a partir do século IX e até ao século XII, afugentaram a população da orla costeira para procurar abrigo no interior, em locais com melhores condições de defesa[250].

Estes novos intervenientes, vindos desta vez do Norte da Europa, contribuíram fortemente para a desestabilização e insegurança deste litoral Sudoeste da Península Ibérica. Hélio Pires sublinha que «segundo as crónicas asturianas, os piratas nórdicos só chegaram ao ocidente ibérico em 844, mas, de acordo com alguns estudiosos, várias passagens de textos árabes permitem colocar esse primeiro contacto na década de 790»[251]. No referido ano de 844 é descrito um ataque a Lisboa por uma frota de 45 embarcações apoiadas por igual número de embarcações mais pequenas. Ibn Hayyan, citando al-Razi, refere que o Emir Abd al-Raham II, logo que recebeu a notícia deste ataque, pôs em alerta toda a costa. Após treze dias de confrontos, os navios nórdicos seguiram para Sul, não se sabendo se terão pilhado ou não outros pontos da costa. Um mês depois estavam em Sevilha, o que daria espaço para que tais pilhagens tenham ocorrido.

Lisboa terá sido de novo atacada em 858 e, no ano seguinte, 60 embarcações voltam às nossas costas. Desta vez, a documentação refere como dois navios, que se haviam adiantado, foram capturados pela frota muçulmana que patrulhava a costa de Beja.

Em 966 há notícia de um novo ataque a Lisboa, Alcácer do Sal e Algarve, desta vez terão sido 28 navios, derrotados pela frota muçulmana junto a Silves.

Para agravar a situação de instabilidade, em inícios do século XI, o poder omíada apresentava-se enfraquecido e fragmentou-se em taifas, como as de Toledo, Badajoz, Sevilha e Silves, que muitas vezes lutaram entre si e não tiveram capacidade de fazer frente com eficácia aos exércitos cristãos que avançavam para Sul. Num golpe rápido, Toledo foi conquistada por Afonso VI, de Leão e Castela, no ano de 1085. Para travar o ímpeto cristão, entraram na península os Almorávidas, povo africano recém-convertido ao Islão, que

[249] José MATTOSO, coord. (1993) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 1. p. 321.
[250] António Rafael CARVALHO; João Carlos FARIA; Marisol Aires FERREIRA (2004) – *Alcácer do Sal Islâmica; Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-andalus (séculos VIII-XIII)*. Alcácer do Sal: Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Museu Municipal Pedro Nunes; Instituto Português de Museus – Rede Portuguesa de Museus.
[251] Hélio Fernando Vitorino PIRES (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 108.

rapidamente impôs o seu domínio sobre as taifas, restabelecendo um poder central e uma visão rigorosa do Islão.

É neste contexto que temos de enquadrar a espantosa descoberta da inscrição islâmica do Castelo de Sines, datada inequivocamente de 399, ou seja 1009 da Era Cristã. Ana Labarta fez a transcrição e tradução das seis linhas que se conservam (doc. 2) , de escrita árabe do tipo cúfico inciso, a que falta a parte superior com o começo, onde normalmente diz «Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso...» e alguma coisa mais, do tipo «foi construída» ou «foi funda



[falta]
الرابطة ليذكر ان شاء
الله فذالك في شهر
رمضان من سنة تسع و
تسعين وثلثمائة زحم
الله من كفر دينه (؟)
كسخر الله الشيطان

Figura 50 – *Inscrição Islâmica encontrada no Castelo de Sines em 2007,* Museu de Sines, Inv. MS1008.

Figura 51 – *Transcrição da Inscrição Islâmica realizada por Ana Labarta.*

O que se pode ler é:

> [... esta] rábita para que seja mencionado (o nome de Deus), se Deus quiser. E isso (foi) no mês de / Ramadão do ano 399. Pressione / Deus àquele que abjura de sua religião / como Deus subjugou Satanás

Não se encontram referências claras e inequívocas a Sines nas obras dos geógrafos muçulmanos, mas alguns autores, a exemplo de Cláudio Torres, destacam a proximidade fonética com o topónimo *Marsã Hãšim*, local onde, segundo as fontes escritas, existiu uma notável igreja[252]. Christophe Picard destacou que o termo *marsã* não parece ser utilizado na costa atlântica para indicar um porto, como habitualmente o entendemos, associado a uma povoação com atividade comercial, mas sim a um porto de abrigo, um ponto de

[252] Cláudio TORRES (1992) – O Garb-Al-Andaluz. *In* José MATTOSO, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I. p. 391.

paragem nas rotas da navegação de cabotagem[253], onde se fixara uma pequena população dedicada à pesca e por isso sem particular relevo para os viajantes e sem ligações viárias ao seu *interland*. No entanto, *Marsã Hãšim* situava-se próximo de Mértola, pelo que é mais provável que corresponda à atual Castro Marim.

Quase nada chegou até nós que possa ser atribuído à época islâmica, com a raríssima exceção de um recipiente de barro com um pequeno tesouro de moedas de prata, que foi encontrado em data incerta na herdade de Monte Mudo, de acordo com os apontamentos soltos de José Miguel da Costa, para a elaboração da *Carta Arqueológica do Concelho de Sines*[254] e de que se desconhece hoje o paradeiro.

Da presença de outras rábitas permaneceu memória, por exemplo, na toponímia, como é o caso da serra da Arrábida[255], local místico, à semelhança de promontórios e cabos, locais isolados onde a força da natureza acentua a pequenez humana e por isso foram pontos privilegiados de meditação. É, pois, natural que no cabo de Sines tenham existido sucessivamente uma igreja cristã e uma rábita, construída, em parte, com os seus materiais pétreos, ou aproveitando mesmo espaços edificados, depois de apagados alguns elementos mais explícitos da iconografia cristã. O seu aparecimento, em inícios do século XI, poderá dever-se ao desenvolvimento de um misticismo Sufi que se implantou no al-Andaluz desde o século anterior, onde os desejos de oração e de guerra santa se fundem[256], sublinhando diversos autores que o caráter defensivo é mais patente nas rábitas costeiras[257], que seriam dotadas de torres de vigia[258]. Um bom exemplo é referido por Maldonado, citando Idrisi, de uma rábita situada entre Almería e Mojácar, que não era nem um castelo nem uma aldeia, mas sim um quartel onde estavam os guardas do caminho. Esta forte interligação entre as esferas religiosa e militar vai ser uma constante, claramente patente até ao século XVI, na ação da Ordem de Santiago e dos seus comendadores e alcaides-mores, que no caso de Sines coincidem na mesma pessoa, quer

[253] Christophe PICARD (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'al-Andalus e du Maghreb Occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Éditions Maisonneuve; Larose; Éditions UNESCO. p. 210.
[254] José Miguel da COSTA (década de 1980?) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sines*. 6 folhas datilografadas, corrigidas e com acrescentos manuscritos. Arquivo do Museu de Sines.
[255] Helena CATARINO (2004) – Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa. In *La Rábita en el Islam; Estudios Interdisciplinares.* Sant Carles de la Ràpita: Ajuntament; Universitat d'Alacant.
[256] Carmen MARTÍNEZ SALVADOR (2004) – Sobre la Entidad de la Rábita Andalusí Omeya. Una Cuestion de Terminología: Ribat, Rábita y Zãwiya. Rafael AZUAR RUIZ – Fouilles de la Rábita de Guadamar. *El Ribat Califal; Excavaciones y Investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa Velázquez. p. 173-175.
[257] Basilio PAVÓN MALDONADO (2009) – *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. IV. Mezquitas (Ensayo de arquitectura religiosa). p. 107-114.
[258] O geógrafo andaluz al-Bakri (m. 1094) diz que nos arredores de Sûsa abundavam os lugares de vigilância, as rábitas.

posteriormente, em modelos de comportamento perpetuados pelas elites locais até tempos surpreendentemente tardios, como iremos ver ao longo das páginas seguintes.

Foi esta a primeira edificação com um inquestionável carater miitar erguida em Sines, apesar de, como vimos (p. 102), ter já existido um recinto calcolítico com potencial defensivo, em Monte Novo, mas sem qualquer indício de ter tido esta utilização.

6.2 O Caminho Cristão para Sul

Meio século depois da fundação da rábita de Sines (1009), Fernando I de Leão avançou decididamente para Sul, conquistando Lamego (1057) e Viseu (1058), estabelecendo depois a fronteira no Mondego com a tomada de Coimbra em 1064. Vinte e um anos passados (1085), Toledo caiu às mãos de Afonso VI (1040-1109), rei de Leão e Castela, *Imperator totius Hispaniæ,* voltando assim ao domínio cristão a antiga capital do reino Visigótico, facto de extraordinário poder simbólico. A sua filha Teresa (c. 1080-1130) consolidará o Condado Portucalense, que o neto, D. Afonso Henriques (c. 1109-1185) virá a tornar reino independente[259].



Figura 52 – *Estátua de um monarca (D. Afonso Henriques?),* Século XIII, Mármore, Antiga Ermida da Alcáçova de Santarém / Museu Arqueológico do Carmo (AAP, Lisboa), Foto: José Pessoa / DGPC, Carla Varela FERNANDES (2017) – Com a espada e a cruz. A imagem de D. Afonso Henriques na escultura medieval portuguesa. *In* Mário Jorge BARROCA, coord. – *No Tempo de D. Afonso Henriques, Reflexões sobre o primeiro século português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Instituto de Estudos Medievais. p. 87.

[259] José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO (2013) – O Nascimento do Reino de Portugal; Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300). *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. n.º 44, p. 29-58.

Este movimento de expansão para Sul não foi acompanhado apenas pela recristianização dos novos territórios, mas foi igualmente seguido de uma maior atenção por parte da restante Europa Cristã para com a Península Ibérica. O Grande *Cisma do Oriente*, que dividiu católicos e ortodoxos, em 1054, terá influenciado um novo centralismo da cúria romana, que procurou igualmente reganhar influência no Mediterrâneo Oriental. A partir de 1095 com o chamamento do papa Urbano II à cruzada pela reconquista de Jerusalém, e dos outros lugares santos em posse dos infiéis, as rotas marítimas dos exércitos, entre a Europa do Norte e a Terra Santa, passaram obrigatoriamente ao largo da costa portuguesa e certamente à vista de Sines.

É sob a forte pressão dos Almóadas, vindos do Norte de África, e dos cruzados do Norte da Europa, que os confrontos da Reconquista ganham um verdadeiro caráter de guerra santa[260], até então muito menos claro no confronto entre os reinos cristãos e os diversos poderes muçulmanos[261], que por diversas vezes se aliaram contra inimigos comuns.

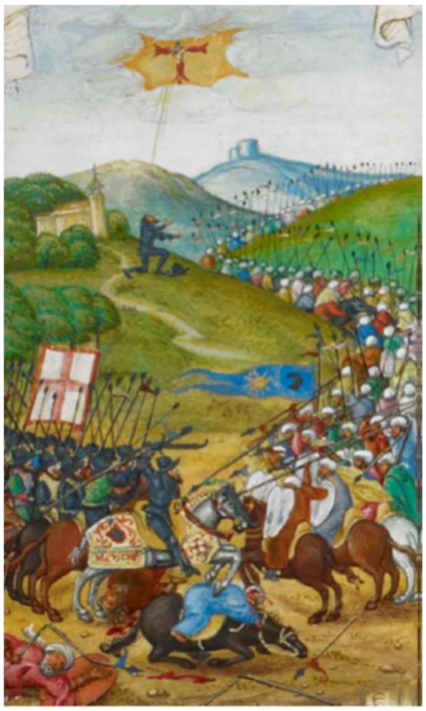


Figura 53 – Milagre de Ourique*, Genealogia dos Reis de Portugal*, Londres*:* British Library, Additional 12531, fl. 7, 1530-1534 (Pormenor). O aparecimento de Cristo na cruz a D. Afonso Henriques, tido como milagre fundador do reino, ocorrido, segundo a tradição, em terras alentejanas, ecoa o sonho de Constantino e a aliança entre a religião e as armas.

Em 1147, D. Afonso Henriques conquistou a cidade de Lisboa, estabelecendo agora o Tejo como nova linha de fronteira. Nesta campanha tiveram papel de destaque os cruzados, que estabeleceram novos contactos e um fluxo de trocas culturais entre a Europa e o

[260] *Ibidem*, p. 328.
[261] Afonso VI de Leão e Castela negociou, por exemplo, o pagamento de tributos, por parte de algumas taifas muçulmanas, em troca da paz. *Cf.* José Augusto de SOTTOMAYOR-PIZARRO, *op. cit.*, p. 31.

Próximo Oriente[262]. Estas forças voltam a participar na tentativa frustrada de tomada da estratégica vila de Alcácer do Sal, em 1157, mas regressaram e foram bem-sucedidas em 1158 ou 1160[263]. Doze anos depois, em 1172 foi esta praça-forte doada aos cavaleiros de Santiago. O alfoz da vila estendeu-se então pelo litoral alentejano, ainda desprovido de outros centros administrativos, estabelecendo o domínio da Ordem sobre estes territórios, que durou até à sua extinção em 1834. Esta conquista não foi fácil, tendo sido antecedida por duas tentativas infrutíferas, em grande medida devido ao seu bem defendido castelo, construído numa elevação de difícil acesso «fortalecida grandemente por arte & natureza»[264], e «cercado de uma paliçada, os fossos são profundos / de muro duplo e com inúmeras torres»[265].

Em 1179, o papa reconheceu a legitimidade da utilização do título régio por D. Afonso Henriques, por meio da bula *Manifestis Probatum* e o domínio cristão estendeu-se num rápido impulso até Silves, cuja conquista, por D. Sancho I, foi relatada por um dos cruzados alemães que nela participaram. Uma frota, partindo de Lisboa, navegou durante três dias – sem fazer qualquer descrição da costa alentejana – e subiu o rio até Silves, onde já a esperavam tropas portuguesas vindas por terra. No final do cerco de seis semanas e três dias, marcado por tentativas de escaladas e minagens de muralhas e torres, foi a sede que venceu os habitantes que procuraram negociar com o rei a sua liberdade. O monarca concordou com os termos propostos para a rendição, mas não os estrangeiros. D. Sancho I procurou negociar, oferencendo-lhes dez mil cruzados de ouro, quantia que depois elevou a vinte mil, mas sem sucesso pois estes recearam a demora na obtenção deste valor. No dia 3 de setembro saíram os sitiados, ficando o rei com a cidade e os cruzados com o saque. A narrativa germânica mostra claramente uma diferença de atitude dos portugueses, que procuraram negociar e salvaguardar a vida dos vencidos, que aceitaram tornar-se súbditos do rei português:

> a nossa gente miuda porêm descarada e vergonhosamente começou a rouba-los com quebra da convenção, e a maltrata-los com pancadas, no que El Rei se agastou muito, e houve desavenças entre elle e os nossos.[266]

[262] José MATTOSO (2017) – Entre Oriente e Ocidente; Contactos de Portugal com o mundo nas origens da nacionalidade. *In* Mário Jorge BARROCA, coord. – *No Tempo de D. Afonso Henriques; Reflexões Sobre o Primeiro Século Português.* Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». p. 23.
[263] José MATTOSO, coord. (1993) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2. p. 76-77.
[264] Frei António BRANDÃO (1632) – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Pedro Craesbeck. 3ª parte. p. 192.
[265] ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*. liv. I, p. 90-94, doc. 85, 28 de março de 1256.
[266] João Baptista da Silva LOPES (1844) – *Relação da Derrota Naval, Façanhas, e Successos dos Cruzados que Partírão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189.* Lisboa: Real Academia das Sciencias. p. 34.

Já em 1170, D. Afonso Henriques havia manifestado a sua vontade de proteger as populações islamizadas, para evitar que abandonassem as suas terras, emitindo um foral para os mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer – onde Sines ainda se inseria – para que ninguém lhes pudesse fazer mal injustamente. O rei chamava assim à sua guarda aqueles que se lhe haviam submetido, permitindo-lhes conservar os seus bens e evitando a desertificação do território[267]. Os mouros foram assimilados pela sociedade portuguesa, apesar de considerados um grupo à parte[268], mas havendo informações de que, em tempos de fome, alguns fugiam no Algarve para «terra de mouros»[269].

Para a Coroa revelava-se crucial manter a escassa população ligada a estes vastos territórios, que entre Silves e Lisboa levavam sete dias a percorrer, e «dentro dos quaes não havia hum só lugar seguro nem para os Christãos, nem para os Infieis, por causa da passagem contínua d'huns e outros»[270]. Em 1190, é este cenário desertificado que descreveu sumariamente Rogério de Houedene (doc. 3). Era então uma costa sob domínio cristão, mas foi uma realidade política de curta duração[271], face à poderosa ofensiva almóada de 1191, comandada por Abu Yûsuf Ya^{c} al-Mansur, que retomou Alcácer do Sal logo a 10 de junho desse ano[272], e reforçou as suas estruturas defensivas. Alcácer só viria a cair definitivamente em mãos cristãs em 1217, abrindo definitivamente a porta do Sul.

---

[267] Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.,* p. 211. Maria Filomena Barros estudou mesmo a utilização de alguns destes mouriscos como diplomatas, nos contactos com o reino de Granada; Maria Filomena Lopes de BARROS (2019) – A minoria muçulmana do reino português e os contactos diplomáticos com o dār al-islām. *In* Néstor Virgil MONTES, dir. – *Comunicación Política y Diplomacia en la Baja Edad Media* [Em linha]. Évora: Publicações Cidehus. [Consult. 26 abr. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:http://books.openedition.org/cidehus/6792.

[268] Os mouros foram assimilados pela sociedade portuguesa, apesar de considerados um grupo à parte, chegando a ser defendidos em corte pelos homens-bons dos concelhos, como aconteceu com os de Elvas, que perante D. Afonso V declaram «o muyto e muy stremado seruiço que os mouros da comuna desta ujlla tem fecta [sic] nas guerras passadas e esta ujlla por defenssom della vellando e rroldando e Indo fazer guerra a castella em conpenha dos moradores desta ujlla delles mortos e presos e comendo muyto pam de bagaço e de ljnhaça por defensom desta ujlla». *Cf.* ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 7v-10v. Publ. *Cortes Portuguesas; Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)* (2016) – Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 240.

[269] *Ibidem*, p. 267-268.

[270] Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.,* p. 42.

[271] «Sed dicitur quod predictus rex Portugalensis infra triennumproximum sequens amisit ciuitatem de Siluis et totam terram que est inter illam et Vlixisbonam per expugnationem Boyac almiramimoli Affricanorum imperatoris», Patrick Gautier DALCHÉ, ed. (2005) – "De viis maris" in *Du Yorkshire a L'Inde. Une «Géographie» urbaine et maritime de la fin du XIIe siècle (Roger de Howden?)*. Droz: Genève. p. 173-229.

[272] Manuel Sílvio Alves CONDE (2003) – Sesimbra, sobre a costa do mar (séculos XII-XIII). *Arquipélago. História* [Em linha]. 2ª série, VII, p. 254. [Consult. 26 abr. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/390

No reinado de D. Sancho II (1209-1248) foi ultrapassada definitivamente a linha do Guadiana e as tropas cristãs chegaram a Tavira, em 1242[273], factos que são contemporâneos dos mais antigos enterramentos cristãos até hoje escavados em Sines, no adro da atual igreja matriz, acompanhados por moedas cunhadas, precisamente, no reinado deste monarca, recentemente identificadas após cuidadoso trabalho laboratorial de conservação[274]. Encerradas na mão do defunto, de acordo com uma velha tradição que vinha de tempos romanos, destinava-se a pagar a viagem para o além. A pobreza desta comunidade ficou atestada na quase total ausência de outro espólio funerário, ao ponto de as próprias moedas não terem sido colocadas inteiras, mas apenas em metades[275].

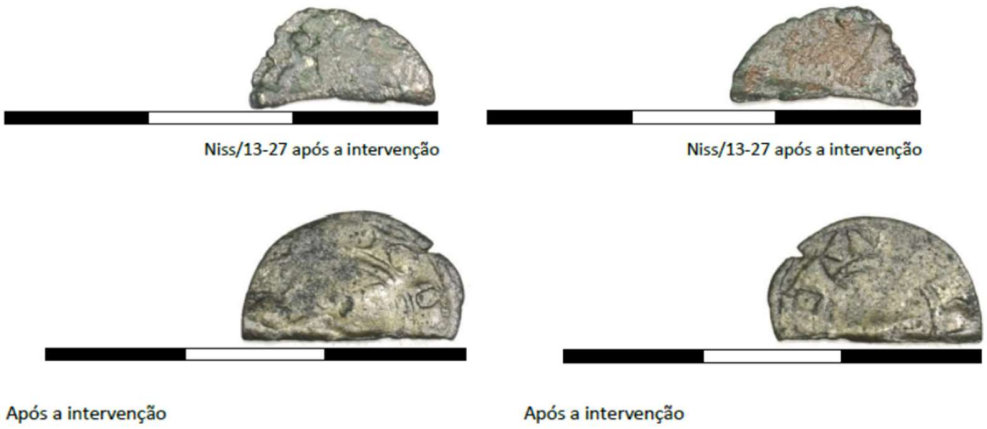


Figura 54 – *Dinheiros de D. Sancho II encontrados na necrópole do Salvador. Ficha de Conservação e Restauro,* Helena Alexandra Simões Vaz, 18 de setembro de 2015.

É quase certo que este campo santo estaria organizado em torno de uma pequena igreja ou capela, talvez associada a alguma sobrevivência do templo visigótico[276], mas de que não foi encontrado qualquer vestígio, nem menção na documentação. De facto, o arrolamento das igrejas de 1320-1321 não refere qualquer igreja em Sines, ou seja, mais concretamente, nenhuma paroquial, visto que ainda estava, à data, dependente de Santiago do Cacém, cuja importância e domínio territorial estão bem patentes na elevada verba de mil libras que

[273] José MARQUES (1986) – Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III. *Caminiana*. Braga. n.º 13 (dez.), p. 9.
[274] As Fichas de Conservação e Restauro destas peças encontram-se no arquivo do Museu de Sines. O trabalho foi realizado por Helena Alexandra Simões Vaz em 2015.
[275] Desegnadas como «mealhas», ver: Raúl Soares DUQUE (1965-1966) – Dinheiros e Mealhas dos nossos primeiros reis. *Nummus; Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática.* Porto. vol. 08, nº. 26-28. pag. 150-152
[276] Na atual igreja, construída a partir de 1730, encontram-se diversas peças de cantaria da basílica visigótica, nomeadamente um fragmento de pilastra no moderno batistério – antiga capela do Santíssimo – e da base do cunhal NO.

pagava[277]. Algum tempo depois, como veremos de seguida, D. Vataça mandou edificar a ermida de Nossa Senhora das Salas, entre 1317 e 1336, à volta da qual não foi localizado nenhum enterramento, o que prova inequivocamente a existência, já nessa data, de um templo no local da atual igreja matriz, cuja edificação podemos localizar, assim, na segunda metade do século XIII, ou pouco tempo antes.

D. Afonso III (1210-1279) conclui a reconquista do Algarve, com a tomada de Faro em 1249, provocando uma deslocação do centro de gravidade do país em direção ao Sul, acompanhado pela mudança da capital de Coimbra para Lisboa, concretizada em 1255. No ano seguinte, o monarca concedeu foral a Odemira, denotando, assim, uma preocupação com a consolidação do seu poder sobre os territórios da Costa Alentejana[278].

No próprio ano da conquista de Faro surge a primeira referência à igreja de Santiago do Cacém, a única que então existia entre Alcácer do Sal e Odemira. O documento refere-se ao acordo entre a Ordem de Santiago e a Diocese de Évora, acerca da dízima. A construção de igrejas nos territórios recém-conquistados era fundamental para a evangelização das populações, mas, num contexto de guerra, estas eram vistas igualmente como fortalezas da Fé, fundamentais para consolidar um domínio cristão do território. Na ideologia monástico-militar das ordens de cavalaria, tal paralelismo é claro, como havia definido Bernardo de Claraval no seu 3º Sermão da obra *In Dedicatione Ecclesiae*:

> Irmãos, esta casa é uma fortificação de Deus, sitiada pelo inimigo. Todos os que jurámos sua bandeira e nos alistámos na milícia necessitamos de três coisas para defender esta praça: trincheiras, armas e víveres. Quais são as trincheiras? Escutemos o Profeta: Temos uma cidade forte; estão postas para a salvar muralhas e antemuros. A muralha é a continência e o antemuro a paciência. (...). O mesmo Salvador se converteu em muralha e antemuro da sua cidade. (...). Também devemos ter bem preparadas as armas, as armas espirituais, empunhando-as com a força de Deus; não apenas para resistir ao inimigo, mas para o atacar e derrotar com bravura.[279]

Essa mesma estrutura ideológica toma forma visual numa importante iluminura de um dos livros de cantochão quinhentistas do santuário espanhol de Nossa Senhora de Guadalupe: *Officium et Missa Angelorum Custodum et Dedicationis Ecclesiae.* Aí podemos ver Deus Pai presenciando a forma como quatro anjos armados de espadas, e um deles de cruz

[277] Fortunato de ALMEIDA (1971) – *História da Igreja em Portugal*. Vol. IV. p. 137. Nova edição preparada e dirigida por Damião PERES. Lisboa – Porto: Livraria Civilização – Editora.
[278] António Martins QUARESMA (2006) – *Odemira Histórica; Estudos e Documentos.* Odemira: Câmara Municipal. p. 45.
[279] Nuno Villamariz OLIVEIRA (2006) – O Ideário de São Bernardo e a sua Influência na Arquitectura Militar Templária. *Medievalista on line.* Lisboa. n.º 2, p. 10, nota 29.

processional, defendem uma igreja guarnecida de torres ameadas, numa solução arquitetónica híbrida de igreja-fortaleza que protege clérigos e população civil.



Figura 55 – [*Anjos Defendendo uma Igreja*], *Officium et Missa Angelorum Custodum et Dedicationis Ecclesiae,* mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, Espanha.

O apoio das ordens de cavalaria às campanhas militares levadas a cabo pelos reis de Portugal tem sido amplamente reconhecido, destacando-se o papel de D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, cujas iniciativas foram premiadas por D. Sancho II com a doação de Aljustrel, em 1235, e Tavira, a 9 de janeiro de 1244[280]. D. Afonso III irá, a partir de 1255, efetuar uma série de doações que reforçaram o poderio da Ordem no Sul do País, como foram os casos de Cacela e Aiamonte, e a confirmação das doações dos castelos de Sesimbra, Alcácer do Sal, Palmela, Almada e Arruda, outrora doados por D. Sancho I e confirmados por D. Afonso II[281]. Inesperadamente, a 7 de janeiro de 1272, a Ordem renunciou às suas possessões de Tavira, Cacela, Castro Marim, e seus termos[282], num gesto que é visto por José Marques como um reforço do domínio de Afonso III sobre este território, alvo de antiga contenda com Afonso X, ao retirá-los da órbita de uma ordem com sede em Castela, o que justifica esta renúncia às terras algarvias sem que nada se tenha passado com as possessões alentejanas.

Com Castela a reclamar a posse dos territórios algarvios recém-conquistados, as atenções da Coroa viraram-se para a raia, palco de conflitos só terminados em 1267, com a assinatura do Tratado de Badajoz, que fixou a fronteira do Guadiana até à sua foz[283]. Em

[280] Joaquim Veríssimo SERRÃO (1977) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo. Vol. 1. p. 130.
[281] José MARQUES, *op. cit.*, p. 12.
[282] *Chancelaria de D. Afonso III*. Vol II-III. p. 308-309.
[283] *Ibidem*. Vol I. p. 435-441, doc. 381; 382; 383; 384.

consequência desta situação, D. Dinis pediu ao papa a autonomização do ramo português da Ordem, que lhe foi concedida por Nicolau IV em 1288, mas, por pressões castelhanas, foi esta decisão revertida por Celestino V. Arrastou--se este caso pelas chancelarias, só ficando definitivamente decidido a favor de Portugal em 1452.

A 3 de fevereiro de 1274, Sines aparece referida como povoação com uma significativa atividade piscatória, num importante documento da Chancelaria de D. Afonso III, respeitante ao tributo pago pelas mercadorias que entrassem ou saíssem pela foz do Sado e do Tejo, assim como das pescarias de Almada, Sesimbra, Palmela, Setúbal, Alcácer e Sines[284]. Neste acordo entre o rei e a Ordem de Santiago estabelece-se a forma como seriam divididos diversos direitos relativos à pesca e transportes marítimos. É o caso dos grandes cetáceos e outras espécies como:

> balea ou baleoto ou serea ou coca ou roaz ou musaranha ou outro pescado grande que semelhe alguum destes morrer em Sesimbra ou em Sines ou noutros logares da Ordim que el Rey aja ende seu direyto e de aas eigrejas da Ordim a dizima daquel dereyto que y ouver el Rey ali u os descadores sobreditos morrerem.[285]

D. Dinis (1261-1325) incentivou o aproveitamento dos recursos piscícolas da Costa Alentejana, chegando a emprestar 1.500 libras a Bonanati para se fazer uma almadrava de pescar atum e golfinhos entre Sines e Setúbal[286].

O *Lavrador* implementou um vasto programa de reforma das estruturas defensivas do reino, mas mais uma vez centrado na raia[287], permanecendo a linha costeira do Alentejo desprotegida, contando para sua segurança apenas com castelos recuados no seu interior, como o de Santiago do Cacém, de onde se dominava visualmente a plataforma costeira, ou os de Odemira e Alcácer do Sal, que controlavam importantes vias fluviais.

---

[284] ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 3, fl. 4v. *Apud* Luís Pequito ANTUNES (1993) – A Ordem de Santiago em Almada nos séculos XII a XV. In *Al-madan*. Almada. 2ª série, n.º 2 (jun.), p. 106.
[285] *Chancelaria de D. Afonso III*. Vol II-III, p. 242.
[286] ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 48v.
[287] Mário Jorge BARROCA; Luís PAVÃO (2002) – *Castelo da Ordem de Santiago*. Palmela: Câmara Municipal. p. 801-822.



Figura 56 – Simon Bening e António de Holanda, vista de Beja, com a sua torre de menagem dionisina e as vilas muralhadas que se espalham até à raia, *Genealogia dos Reis de Portugal*, 1530-43, Londres, British Library, Ma. 12531.

No reinado fernandino, mesmo no contexto de uma invasão militar castelhana, não é como posição estratégica que a vila de Sines se destaca, mas pela sua ancestral natureza de porto de abrigo nas rotas de navegação. Na *Crónica de El-Rei D. Fernando* surge assim uma curta referência a uma das galés castelhanas «que vehera alli aa costa per tormenta, quamdo per alli passavom»[288].

6.3 D. Vataça Lascaris

No reinado de D. Dinis destacou-se, como senhora dos territórios de Santiago do Cacém, D. Vataça Lascaris (c. 1270-1336), princesa de origem grega – ou seja bizantina – e dama da rainha Santa Isabel, que a acompanhou desde Aragão, em 1282. Esta senhora entrou na posse da Comenda – que só teve em vida – por escambo realizado com o mestre da Ordem de Santiago, Diogo Moniz, a 4 de outubro de 1310[289]. A Ordem ficava em troca com a povoação castelhana de Villalar, que lhe havia sido doada pelo rei de Castela, e 20 000 morabitinos, a empregar na guerra contra os mouros. Apesar de alguns autores detetarem alguma relutância do rei em autorizar esta operação[290], não podemos deixar de concluir

[288] José Corrêa da SERRA (1793) – *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo III. p. 286.

[289] Maria Helena da Cruz COELHO; Leontina VENTURA (1987) – Os Bens de Vataça. Visibilidade de uma Existência. *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 9, p. 17.

[290] José António FALCÃO; Fernando António Baptista PEREIRA (2001) – *O Alto-Relevo de Santiago Combatendo os Mouros da Igreja Matriz de Santiago do Cacém.* Beja: Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja; Câmara Municipal de Santiago do Cacém. p. 19.

que a mesma poderia ter servido os propósitos de D. Dinis, de garantir em mãos da sua máxima confiança um território chave à data detido por uma milícia cujo ramo português tentava ativamente libertar da sujeição à sede Castelhana[291].

Durante um quarto de século, esta ilustre «domna» dominou vastas terras, que abarcavam Sines, deixando marcas indeléveis da sua passagem, testemunhos de uma ação mecenática que perpetuou a sua memória, visto não ter tido filhos que dessem continuidade à sua nobre linhagem. A sua personalidade era de tal forma ímpar, para os padrões da época, que ganhou recortes míticos, estando associada a diversas lendas que chegaram a apresentá-la como comandante de exércitos e construtora do castelo de Santiago do Cacém. A realidade, se bem que distante destas narrativas, revela-se igualmente surpreendente.

O rei de Portugal casou-a com um fidalgo idoso e estéril que, ao morrer dez anos depois, a deixou rica, independente e poderosa nos cenários cortesãos[292]. Em 1297, embarcou numa nova viagem, acompanhando mais uma vez uma jovem rainha na sua instalação num país desconhecido. Desta vez foi D. Constança, filha mais velha dos monarcas portugueses, que casou com Fernando IV de Castela[293], e de quem foi camareira-mor, com um peso importante na educação dos novos infantes, tendo recebido como recompensa a doação de Villalar, em 1310, e de Pedraja, em 1311, que veio a trocar pelas vilas de Santiago do Cacém e Panóias, com os espatários[294].

Em 1317 regressou a Portugal. Tinha aproximadamente 47 anos, o que é uma idade avançada para a época, pelo que terá preferido levar uma vida mais tranquila, nas suas novas possessões, quer em Santiago do Cacém, onde redigiu o seu primeiro testamento, em 1323[295], quer em Panóias, onde as visitações quinhentistas ainda referem uns paços a ela associados[296]. Em Sines fundou a ermida de Nossa Senhora das Salas e diversas igrejas nos seus territórios, a que doou importantes relíquias e obras de arte, como a Cabeça

---

[291] Sobre os avanços e recuos que caraterizaram o processo de nacionalização da Ordem de Santiago ver, por exemplo, Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 150-152.

[292] Maria Helena da Cruz COELHO; Leontina VENTURA (1986) – *Vataça – Uma Dona na Vida e na Morte.* Porto: s.n. p. 14-15. Separata de *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval.* Vol. I.

[293] *Ibidem*, p. 16.

[294] *Ibidem*, p. 17-18.

[295] ANTT, Sé de Coimbra, 2.ª incorp., m. 5, n.º 269. *Apud* Maria Helena da Cruz COELHO; Leontina VENTURA, *op. cit.*, p. 23-24, n.º 52.

[296] «E porem achamos depois per homẽes amtigos que a dita jgreija e os pacos veelhos que abaixo della foram feias e edificadas per hũua Dona Betaça que era hũua senhora natural de Grecia». *Visitação de Panóias em 1511*. ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 152, fl. 10. *Publ.* Vitor Pavão dos SANTOS (1972) – *Visitações de Palmela e Panóias (Ordem de Santiago).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 62.

Relicário de S. Fabião[297], da igreja paroquial de Casével ou o Santo Lenho[298] e o alto-relevo de Santiago Mata-Mouros da matriz de Santiago do Cacém.



Figura 57 – *Túmulo de D. Vataça Lascaris na Sé Velha de Coimbra*, Mestre Pero. Fotografia DGPC, Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70529

Depois da construção de uma igreja ou capela, que como vimos teria ocorrido no reinado de D. Sancho II (r. 1223-1248), provavelmente na década de 1240, quando se consolidou o domínio cristão de toda a Costa Sudoeste – mas apenas referida num documento de 1371[299] – vemos surgir, entre 1317 e 1336, esta ermida, de que conhecemos apenas uma descrição feita pelos visitadores santiaguistas em 1517. Tinha uma pequena nave com apenas 7,7m x 4,4m cobertura por telha vã e no meio uma fonte de água corrente. A capela-mor, que se destacava, com um forro de madeira pintado, era encerrada por grades de madeira e tinha, sobre um altar de alvenaria, a imagem da Senhora a que se juntaram ao longo dos tempos diversas ofertas votivas[300].

[297] José António FALCÃO, dir. (2000) – *Entre o Céu e a Terra*. Beja: DPHADB. Vol. 2. p. 121-135. Catálogo da exposição.
[298] *Ibidem*, p. 204-224.
[299] *Rationes decimarum Lusitaniae*, Roma: Arquivo Secreto Vaticano, Camera apostolica, Collectoriae, 179. *Publ.* Stéphane BOISSELIER, ed. (2013) – *La Construction Administrative d'un Royaume: Registres de Bénéfices Ecclésiastiques (XIème – XIVème Siécles)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos de História Relgiosa. p. 273.
[300] *Visitação de D. Jorge de Lencastre a Sines em 1517*. ANTT, Ordem de Santiago, Convento de Palmela, liv. 164.

A pequena aldeia, que por esta altura começava a ganhar algum relevo, é então referida pela primeira vez, num documento da Ordem transcrito no *Livro dos Copos* e atribuído à primeira metade do século XIV[301].

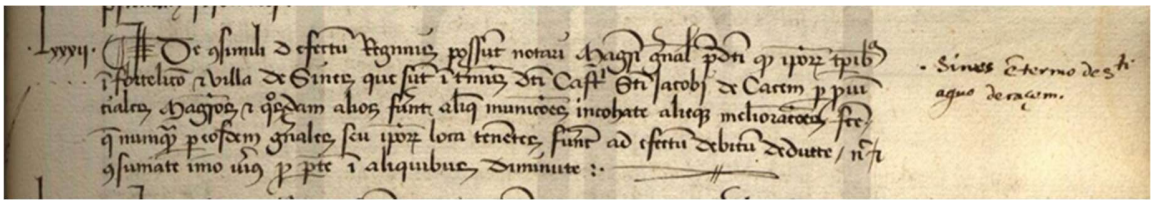


Figura 58 – *Livro dos Copos,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 272, fl. LIX [numeração antiga], fl. 89 [numeração atual].

D. Vataça viveu no castelo de Santiago do Cacém, num paço hoje muito arruinado, mas que ainda foi descrito com algum detalhe e fantasia em meados do século XIX pelo padre António de Macedo e Silva:

> No meio do castello estão as paredes das casas do commendador. Tinham a sua entrada no interior do castello por uma porta de cantaria, muito forte, de 2,2 metros de grossura, dando para um pateo de 24 passos (39,60 metros) de comprimento e 15 (24,75 metros)[302] de largura, e tendo no meio uma espaçosa cisterna. As paredes externas d'este alcaçar são ameadas, e as do lado oriental têem 8,8 metros de altura. N'este estão duas poternas, que foram tapadas ha poucos annos.
>
> Por um balcão de dois lanços de escadas, situado no fundo do pateo, subia-se para as casas, que eram oito, todas abobadadas[303], com janellas nas suas tres faces para o pateo, e algumas para a muralha do lado da villa. A ultima casa á esquerda communicava com a torre de menagem ou albarran, de 21,56 metros de altura, com dois andares, e por cima um terraço, d'onde se gosava o horisonte mais dilatado e magnifico de todo o Alentejo. Para o lado da villa lhe serviam de cantoneiras as duas torres da muralha.

Foi este, muito provavelmente, o modelo das casas da alcaidaria do Castelo de Sines, construídas posteriormente.

O Castelo de Santiago do Cacém foi considerado por Mário Jorge Barroca como «um magnífico exemplo de um castelo gótico, concebido à luz dos conceitos de *defesa activa*. Com efeito, estamos perante uma estrutura fortificada que adopta uma planta

[301] Maria Alegria Fernandes MARQUES (2017) – *Sines na Idade Média; Da Fundação do Concelho ao Foral Manuelino*. Sines: Câmara Municipal – Arquivo Histórico Municipal. p. 21, n.º 27.
[302] Estas dimensões não estão corretas. A pequena alcáçova tem na realidade 28 x 22m.
[303] Numa observação atenta da estrutura arquitetónica conservada não se conseguem descortinar quaisquer vestígios do abobadamento referido por Macedo. Poderá tratar-se de uma suposição de um espírito romântico não especializado.

geometrizada, sub-rectangular, com cerca de 140 metros de comprimento máximo e 65 metros de largura, e que apresenta um razoável sistema de tiro flanqueado. Ao todo, sobrevivem nove torreões, cinco de planta semi-circular, quatro de planta quadrangular, os primeiros centrados nas faces maiores da fortificação (orientadas sensivelmente a Nascente e Poente), os restantes nas faces menores»[304].

Este castelo está implantado num ponto estratégico privilegiado, coroando um morro[305] e dominando a plataforma costeira que se estende a seus pés até ao mar, com vistas desafogadas até à península de Troia e, em dias límpidos, à serra da Arrábida que surge com uma extraordinária nitidez, terminando em cabo Espichel. Para Sul, a visão é obstruída pela serra do Cercal. Esta estrutura militar poderia ser complementada por outras construções de menor escala, que poderiam ser atalaias, permitindo um mais eficaz controlo do território. Em Sines poderia ter existido uma, pois ainda hoje encontramos o topónimo associado a um dos pontos mais elevados do casco histórico: o largo da Atalaia.

O funcionamento destas estruturas militares, satélites do Castelo, não seria diferente daquele que vemos descrito num documento régio datado de 1366, referente ao Castelo de Sesimbra: «hũa das boas fortalezas que há no meu senhorio», lugar de onde «se guarda a mjnha terra do jmjgos que andam pello mar des o cabo sam vicente ataa as galizas pella marisma per vellas e atalayas e sinaaes certos que ante ssy ham o que se nom pode fazer se o dicto castello for deribado»[306].

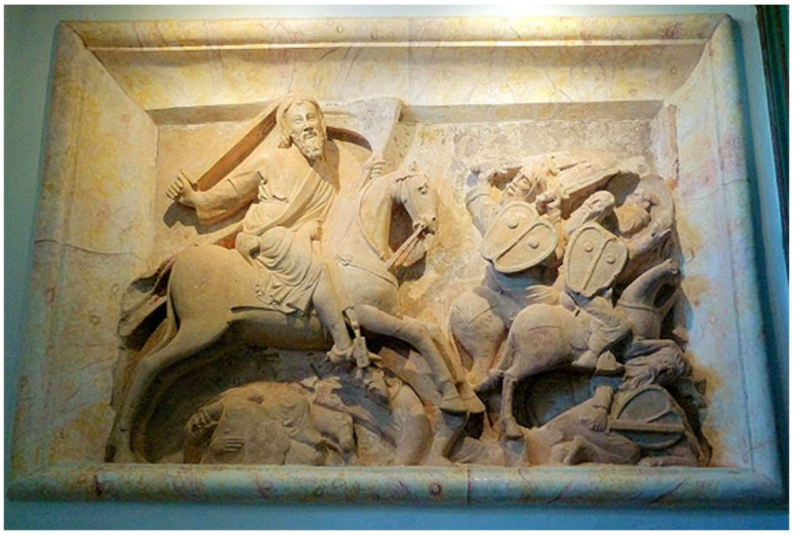


Figura 59 – *Santiago Mata-mouros,* Igreja Matriz de Santiago do Cacém.

[304] Mário Jorge BARROCA, *op. cit.*, p. 28-29.
[305] Manuel da FONSECA chamou-lhe *Cerro Maior*, com notável perspicácia, intitulando assim o seu primeiro romance, editado em 1943.
[306] *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 1002, p. 517-520. 4 de abril de 1366.

Quanto ao interior do paço onde habitou D. Vataça, de que já vimos acima uma rápida descrição, podemos reconstruir de alguma forma a sua atmosfera a partir do inventário dos bens da falecida princesa, conservado na Sé de Coimbra[307].

Destacamos, em primeiro lugar, a quase total ausência de peças de mobiliário e o grande número e variedade de arcas, especialmente de arcas de verga encouradas, de madeira chapeada ou encourada e pregada de pregos miúdos, destinadas a acomodar e transportar os pertences de uma casa com grande mobilidade territorial. Não é de estranhar, assim, a enorme quantidade e diversidade de têxteis descritos, a começar pelos tapetes destinados a cobrir os assentos e estrados, alguns dos quais «com siinaes del rey», as almofadas e os «panos razales de paredes»[308], mantas grandes de parede e «destalhos grandes de paredes»[309], alguns dos quais eram de lã e permitiam manter quentes os desconfortáveis aposentos, amplos, de espessas paredes de pedra e iluminados por janelas onde raramente existiam vidros. Algumas destas peças refletem a permanência de uma ligação cultural ao mundo islâmico, como os «tres panos de parede de valor mourisco». Como estes revestimentos têxteis não eram suficientes para manter quentes os espaços, é natural a referência a «huum lareyro sem fundo pequeno».

Quanto à escolha do repertório iconográfico encontramos apenas duas referências: «huum çeo de cama com figuras de Troha» e «huum destalho com figura d Aleysander», que não deixam de remeter para a história da Grécia Antiga, o que seria perfeitamente adequado para uma mulher que se apresentava como neta do imperador da Grécia. Há que destacar também que Vataça escolheu associar-se a um imaginário guerreiro e masculino, que não podemos dissociar do seu apoio claro à Ordem de Santiago, em detrimento de uma iconografia religiosa ou cortesã, ou outra, mais próxima da imagem feminina do seu tempo.

A riqueza e posição social da anfitriã estão igualmente espelhadas na sua mesa. Para a cobrir encontram-se inventariadas diversas toalhas e mesmo «huuns mantees francese», que nada deixariam transparecer da simples estrutura de madeira. A prata revela a opulência da casa, destacando-se as doações régias, como «hũa copa de prata dourada com sa sobrecopa que lhy deu el rey dom Affonso dourada que pessa tres marcos e sete onças e quarta» e «hũa copa com armas del rey d'Aragam que pessou tres marcos e sete onças e oytava». Inventariam-se quatro pichéis e um «bacio de prata que pesou tres marcos e meio pera agua das maos», peças essenciais num tempo em que se comia principalmente com as mãos. Três outro «bacios» destinavam-se certamente a serem

[307] ANTT, *Sé de Coimbra*, 2.ª incorp., mç. 92, n.º 4441. *Publ*. Belarmina RIBEIRO (1955) – *Para a História da Luminária em Portugal*. Dissertação datilografada.
[308] Panos de raz? Tapeçarias?
[309] «Pano, tapete com que cobriam paredes e assentos». Maria Helena da Cruz COELHO; Leontina VENTURA, *op. cit.*, p. 74.

dispostos sobre a mesa com alimentos, sobressaindo entre eles o notável «bacio de mesa que pesou cinquo marcos e sete onças», a mais pesada peça de toda a baixela, companhavado de «dous parteyros de prata». Para cortar os alimentos dispostos existiam apenas «dous cuytelhos de messas de reas com sas bayas», que seriam partilhados pelos comensais. Para comer amoras um estranho objeto talhado em coral, designado «moral», que poderia ser um pequeno garfo ou espeto, destinado a levar as amoras à boca sem tocar e tingir os dedos, pormenor de um extraordinário requinte para a época. Nove escudelas, igualmente de prata, podiam servir para beber os caldos e outros alimentos líquidos quentes, assim como uma «taça dobrada e picada de fora e de dentro».



Figura 60 – Mesa de Banquete*, Estoire del Saint Graal,* Londres: British Library, Royal MS 14 E III, fl. 151v., c.1315-25. Nesta iluminura, contemporânea de D. Vataça, podemos ver um pichel, os alimentos em bacios e uma taça ao centro. Não há talheres individuais e apenas se vê uma faca para partir os alimentos.

O sal, elemento de grande valor simbólico na mesa medieval, era apresentado em «duas salsias de jaspe vermelho» e as especiarias também não estavam ausentes, sendo cuidadosamente guardadas numa arca serrada, devido ao seu alto preço.

Todo este aparato destinava-se certamente a um universo cortesão, sendo espectável que no seu quotidiano em terras alentejanas estas peças excepcionais não fossem utilizadas, ou pelo menos a sua grande maioria.

A cama seria a outra peça central da casa, com a sua complexidade de elementos, desde o «çeo de cama» que referimos acima e que seria um dossel, que mais uma vez tinha a função

de proteger do frio, mas também uma função de aparato pelo seu impacto visual e conteúdo iconográfico, como vimos acima. O inventário refere diversos colchões: «chumaços viados d estrado» e «hũa cozedra grande chea de pena», bem como outras duas «acedronchadas cheas de pena». O travesseiro, «humm faceiroo grande de frouxel», seria igualmente cheio de finas penas ou mesmo penugem.

Para além dos diversos lençóis, as noites frias eram agasalhadas por um «alfâmbar de sobre cama»[310] e diversas mantas, de Palensa, mouriscas, assim como uma «almocelha grande viada[311] de cama». Para a cobrir existiam diversas colchas: uma branca, grande e nova, outra «como cistara» e outra designada «algodoninha».

Todos estes elementos que formavam a «cama» eram acondicionados certamente nos quatro «almafeixes grandes novos» e em dois outros, um com e outro sem «savãa»[312], para serem transportados para onde fosse necessário pernoitar.



Figura 61 – Christine de Pizan, *Collected works ('The Book of the Queen'),* vol. 1, British Library, Harley MS 4431, fl. 3, c. 1410-1414. Esta iluminura, apesar de ser um século posterior ao inventário de D. Vataça, reflete a mesma atmosfera que este deixa adivinhar: o domínio dos revestimentos têxteis de paredes e pavimentos, as almofadas onde as senhoras se sentam no chão, o leito de aparato com o seu «ceo».

Se a riqueza dos têxteis e da prataria é clara no inventário, mais surpreendentes são ainda as peças do oratório, em particular as relíquias, que surgem descritas a par das joias:

> […] hũa galeta d ouro e com religas de Sam Bras e com o sangue de Sam Francisco[313]. Item hũa cruz em que anda huum dente em que há viinte e tres dobras d ouro que dona Vetaça

[310] Cobertor.
[311] Às riscas.
[312] Espécie de colchão.
[313] São Francisco de Assis morreu em 1226, 35 anos antes da chegada da mãe de Vataça a Itália, pelo que não lhe teria sido difícil obter uma relíquia sua, que atesta o impacto da mensagem franciscana entre as elites cortesãs. A própria rainha Santa Isabel empenhou-se na construção do convento de Santa Clara, em

> manda a raya dona Issabel em seu testamento: Item humm relicairo de cristal encastuado em prata abelado d ouro. Item huum relicairo pequeno d ouro com religas e da outra parte tem camafeu e da outra tem safira com pedras d aredor. Item huum anosdey com huum coral encastoado em prata e hũa pedra de corisces encastoada em prata.

Para a rainha Santa Isabel destinou ainda, no testamento, uma caldeira de crista, com pé e com «arco de prata dourado». Este tesouro, verdadeiramente principesco, teria sido ainda maior, se a sua proprietária não tivesse distribuído em vida algumas das relíquias pelas igrejas situadas nas suas terras.



Figura 62 – *Cabeça Relicário de São Fabião*, Século XIII (finais) – Século XIV (inícios), Prata, Tesouro da Basílica Real de Castro Verde. Proveniente da igreja paroquial de Casével.

Se nos alongámos na análise deste documento, que não diz respeito diretamente ao Castelo de Sines, é porque o mesmo nos permite recriar um espaço doméstico que, sendo certamente bem mais austero, revela como se organizava a casa e o quotidiano de um nobre medieval, caracterizados pela sua grande mobilidade e frequentes deslocações entre diversas comendas. Apesar de D. Vataça ser uma figura de topo da sociedade cortesã, não podemos esquecer que o mesmo aconteceu com D. Luís de Noronha, filho do conde de Odemira, descendente do rei D. Fernando, e Jorge Furtado de Mendonça, tio do mestre D. Jorge, seu camareiro-mor e membro do Conselho dos Treze, órgão de topo da Ordem de Santiago, como adiante veremos. Infelizmente destes e de outros comendadores nenhum documento nos chegou que permita conhecer o equipamento doméstico que os terá acompanhado durante as suas estadias no Castelo de Sines.

Coimbra, onde escolheu passar os seus últimos anos, e onde está igualmente documentada a presença de Vataça, em sua companhia.

7. A Decisão de Construção do Castelo e a Elevação de Sines a Vila em 1362

A primeira referência escrita ao Castelo surge-nos a 24 de novembro de 1362, muito antes da sua efetiva edificação, na carta de elevação de Sines a vila (doc. 4), emitida pela chancelaria de D. Pedro I (1320-1367), na cidade de Évora. Aí o rei afirma que:

> os homeens boons de sines me enviarom dizer que <se> fosse minha mercee de os fazer isentos da sugeison de Santiago de Cacem cuja aldea era e que fosse villa per ssy que elles se queriam cercar e fazer aquele muro que ora hi <he> compeçado per sy[314]

Vila e Castelo são assim entendidas como duas realidades fortemente interdependentes. Só com as condições de segurança que o Castelo viria minimamente garantir, poderia a vila crescer, mas por outro lado, a construção da estrutura militar estaria dependente da existência de uma população suficiente, que pudesse realizar ou suportar financeiramente esta pesada tarefa. Na construção desta relação simbiótica entre Castelo e Vila assentou a estratégia da Coroa para, por sua vez, garantir a consolidação e o seu domínio sobre este território, como denota o mesmo documento régio:

> E eu veendo o que me e*n*njarom dizer *e* pedir *e* teendo que he *ser*ujço de d*eus e* meu E grande guarda da mjnha terra porq*ue* aquel lugar sta em aquella costa do mar E p*er*o que stando assy desçercado podia p*er* hi aa mjnha terra recrecer grande da*m*pno.[315]

Mas o Castelo, que começava então a tomar forma no papel e na mente dos homens, demoraria ainda bastante tempo a erguer-se, em pedra, sobre as areias de Sines. A vida deste edifício é assim, desde o princípio, marcada por um certo desfasamento entre o que se planeia à distância e as condições reais de implementação num território de escassos recursos, e pelo jogo entre a imagem de domínio e poder que projeta e as reais capacidades operacionais das estruturas defensivas. Existe assim um castelo real e todo um conjunto de ideias – como vimos algumas anteriores mesmo à sua construção – que se vão juntando à realidade física e também humana que ele constitui.

Logo as primeiras palavras podem revelar-se enganadoras. A leitura do documento faz-nos crer que se tratou de uma iniciativa que partiu dos homens-bons de Sines, mas a verdade é que existe um conjunto de registos que aponta para a existência de uma estratégia, por parte da Coroa, para promover o repovoamento do litoral português, que por sua vez se

---

[314] *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, 1357-1367* (1984) – Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 323-324.
[315] *Ibidem.*

enquadra numa estratégia mais vasta de repovoamento do país, como resposta à enorme mortandade provocada pela Peste Negra.

Estima-se que uma população nacional que rondaria 1 500 000 habitantes até 1347-1348 terá sido reduzida para 1 000 000, abruptamente, continuando a diminuir mais lentamente até 1364[316], ano em que parece ter-se invertido temporariamente o declínio – coincidindo aproximadamente com a data de elevação de Sines a vila. Ainda em 1480, percebemos pela visitação realizada que a população era de apenas 190 vizinhos[317], não conseguindo sequer garantir a subsistência de um pároco[318].

A estratégia de D. Pedro I foi igualmente utilizada noutros pontos da costa. Pela mesma altura, o concelho de Lagos vê a sua jurisdição reforçada, libertando-se totalmente de alguma sujeição que ainda o ligava à cidade de Silves. Os argumentos a que recorrem o concelho e homens-bons de Lagos são bastante claros:

> a d*i*cta villa estaua e*m* luga*r* mais fronteiro *e* temeroso que auja no regno do algarue que se frota algũa saya de mouros d aallem mar em hũa noyte *e* huũ dia eram no d*i*cto logo de lagos *e* que fizerom ja hi mujto da*m*pno E que entendiam que seria bem pobrada de *com*panha p*er*a defendimento delle ase[319]

Tal como Lagos, Sines e Cascais, igualmente lugares costeiros e com boas condições portuárias, estavam sujeitos aos mesmos perigos. A preocupação do rei é clara, assim como o texto que a expressa, ao elevar Cascais a vila, e que é quase decalcado na carta de elevação de Sines a sede de concelho, apenas dois anos antes, diferindo só na ausência da imposição de construção de um castelo, substituída pelo pagamento anual ao rei de 200 libras, além de todos os demais direitos reais a cobrar no território do novo concelho[320]:

> E eu veendo o que me enviaram dizer e pedir e teendo que he serviço de deus e meu E grande guarda da minha terra porque aquel lugar sta em aquella costa do mar e pero que stando assi desçercado podia per hi aa minha terra recrecer grande dampno[321]

Por estes anos centrais do século XIV, notou Mário Barroca uma alteração na estratégia construtiva da Coroa, que passa a investir mais nas cercas urbanas do que nos castelos que

---

[316] Armindo de SOUSA (1993) – Condicionamentos básicos 1325-1480. In *História de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 2. p. 334-335.
[317] ANTT, *Ordem de Santiago, Convento de Palmela*, liv. 164, fl. 41v.
[318] Luís ADÃO da FONSECA (1999) – Vasco da Gama e a Ordem de Santiago. *In* Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, coord. – *Ordens militares; guerra, religião, poder e cultura; actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Colibri; Câmara Municipal de Palmela. p. 285.
[319] *Chancelaria de D. Pedro I*, [576], p. 263.
[320] A. H. de Oliveira MARQUES (1989) – *Carta de Vila de Cascais 1364: Estudo e Transcrição*. Cascais: Câmara Municipal. p. 11.
[321] *Chancelaria de D. Pedro I*, [913], p. 422.

antes se erguiam em posições de difícil acesso e com domínio estratégico sobre o território[322].

Por Sines iniciou-se uma lenta estratégia de fixação de populações na faixa litoral do Alentejo, que não foi arbitrária, mas que se centrou nos pontos que apresentam melhores condições portuárias e onde já deveriam existir pequenas aldeias de pescadores, que se pretenderam tornar pequenos centros administrativos independentes, criando as estruturas edificadas necessárias à defesa dos seus habitantes e a potenciar o seu desenvolvimento. As populações que no passado se tinham recolhido ao interior, para pontos mais elevados e de mais fácil defesa – como eram os casos de Sintra, Palmela, o castelo de Sesimbra e Santiago do Cacém –, são agora incentivadas a repovoar a costa. Esta política levou mesmo alguns concelhos a protestar em cortes contra a criação destas novas vilas que atraíam os seus moradores[323].

Os principais portos desta área foram durante muito tempo Alcácer do Sal e Odemira, que se situavam no interior, nas margens de rios navegáveis e de mais fácil defesa que os portos abertos sobre o mar. Agora incentivava-se o desenvolvimento dos portos marítimos, também através de medidas administrativas como a isenção do pagamento de portagem, dos cereais deles provenientes, estabelecida pelo *Foral da Portagem de Lisboa*, de 1377[324].

Ao mestre de Santiago foi determinado que mandasse proceder à demarcação do Termo da nova vila, salvaguardando os seus interesses e simultaneamente os de Santiago do Cacém, que se viu amputada de parte do seu território. No entanto, a vereação da antiga sede de concelho reclamou perante o mestre da extensão das terras que lhe eram retiradas, no que foi atendida, mandando este que se reduzisse a área do novo Termo de Sines. Santiago ficava com uma área de território maior do que prevista inicialmente, mas em contrapartida teria de ajudar na construção dos muros de Sines, o que demonstra até que ponto esta obra é central também nas preocupações da Ordem. O rei, posto perante os argumentos das duas partes, decidiu a favor de Sines, repondo os limites inicialmente definidos para o seu Termo (doc. 5)[325].

---

[322] Mário Jorge BARROCA (1995) – Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422). Vol. I. p. 377. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto.

[323] Já nas Cortes de 1331 alguns concelhos se haviam queixado de que lhes estavam a ser retiradas aldeias para se criarem novas vilas, ao que o rei responde que tal é necessário para povoar e melhor aproveitar o território. Marcello CAETANO (1985) – *História do Direito Português [1140-1495]*. 2ª ed.. Lisboa: Editorial Verbo. p. 320.

[324] António Martins QUARESMA (1998) – Sines no Trânsito da Época Medieval para a Moderna. In *Da Ocidental Praia Lusitana; Vasco da Gama e o Seu Tempo.* Lisboa: CNCDP; Câmara Municipal de Sines; APS; DPHADB. p. 60. Catálogo.

[325] *Chancelarias Medievais Portuguesas; D. Pedro I* (1984) – Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 451-452, n.º 967.

A nova vila não ficou no centro do alfoz que lhe foi atribuído. Desenvolvendo-se este para Sul e cortando aí a ligação de Santiago ao mar, mas libertando para o concelho vizinho a costa do Norte, onde, como vimos, existia um porto operacional até ao século XVI – Melides – e à data provavelmente outro na lagoa de Santo André. Por outro lado, Sines chegava à serra, obtendo acesso à madeira e a melhores terrenos de pastorícia.

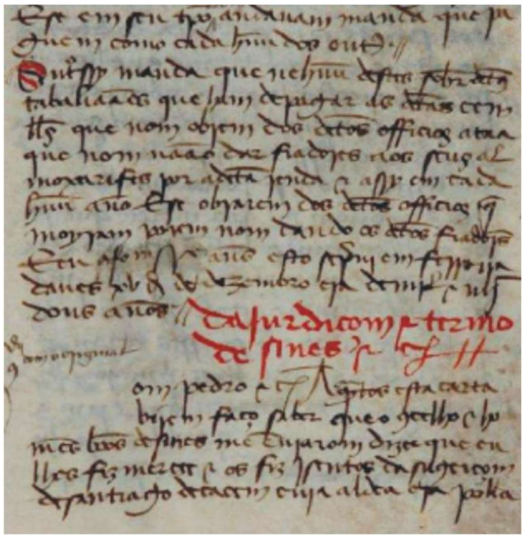




Figura 63 – Carta de Elevação de Sines a Vila (Pormenor), ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 76.

Figura 64 – *Mapa do primitivo Termo da Vila de Sines,* segundo António Martins QUARESMA.

A estratégia de repovoamento e defesa da Costa Alentejana iniciada em Sines, foi clara e de grande longevidade, prosseguindo com a criação de Vila Nova de Milfontes, na foz do rio Mira, que constituía o seu segundo melhor porto. D. João II concede a Milfontes privilégio de vila em 1486[326], confirmado por D. Manuel I em 1497, ordenando o rei que na foz do rio Mira, do lado de Sines, se fizesse uma vila e povoação para quaisquer pessoas que nela quisessem viver e morar:

> considerando nos quanto comuem a nosso seruiço e dos Rex nossos sobçessores, e bem e honrra e defenssam destes nossos Regnos e da coroa deles fazerem se pouoraçooẽs lugares e fortalezas nas fronteiras e estremos delles, mayormente nos lugares e portos de mar de que tanto seruiço honrra e proueito cada dia oos Rex destes regnuos e o pouoo deles jeeralmente reçebe[327]

[326] ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fls. 64 e 64v.
[327] ANTT, *Leitura Nova*, liv. I de Guadiana, fl. 223v., col. 1. *Apud* António Martins QUARESMA (2019) – *Vila Nova de Milfontes – História*. 2ª ed. corr. e aumentada. Odemira: Câmara Municipal. p. 31, nota 71.

Devido à dureza da vida neste lugar da costa, o seu povoamento foi incentivado com recurso à criação de um couto de homiziados. Em 1758, o pároco referia que ainda se conservava memória da vila haver sido «couto, e azylo de sincoenta culpados» de que se guardavam alguns registos no cartório da Câmara[328]. Por essa razão, estava o concelho isento de «pagar» soldados para guarnecer as fronteiras do reino, havendo assim mais gente para defender a costa dos mouros que a costumavam atacar, pondo em perigo a própria vila, «como tem barra aberta no caudelozo rio de ágoa salgada que corre junto à mesma». O moradores estavam obrigados a estar sempre prontos para acudir aos rebates do sino da fortaleza, acompanhados de um tiro de canhão que, quer de noite, quer de dia, os convocava à presença do seu comandante, acompanhados das suas armas, sob pena de rígidos castigos «como transgressores das ordens de Sua Magestade, pello governador da villa de Sines, que comanda com jurisdição superior toda esta villa e seu termo, e esta sua dita fortaleza em todas as operaçõis militares.».

Em 1499 foi a vez do lugar de Colos, situado no interior, ser elevado a vila, por D. Manuel I, separando-se da jurisdição de Sines e destacando uma área significativa do seu termo[329].

O *numeramento* de 1527 / 1532 (doc. 8) dá-nos dados fiéis que permitem reconstituir a distribuição da população pelo vasto território alentejano[330]. O mapa de síntese destes dados, realizado por Júlia Galego, permite-nos ver até que ponto o litoral permanece desertificado. Alcácer é, de longe, o mais destacado núcleo urbano, com 546 moradores[331], seguido por Santiago do Cacém com 218 moradores, Odemira com 192 e Sines com 180[332] – quatro vilas protegidas por castelos. Mesmo sobre o oceano apenas Sines se destaca.

Vila Nova de Milfontes é ainda insignificante, com apenas 10, situando-se a par de alguns lugares do termo de Santiago, como Ortiga, Rodrigue Anes e Peral, ou Benaiça no concelho de Sines. Colos já atingia os 135 moradores e Grândola, também recolhida no interior, começa a crescer, e tem já 45. Depois destas povoações situadas nos contrafortes a poente da serra de Grândola-Cercal, impõe-se o grande vazio das próprias serranias. A maior parte da população do Baixo Alentejo situa-se entre a serra e o Guadiana, afastada quer da fronteira terrestre com Castela, quer da fronteira marítima.

---

[328] ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 23, n.º 142, p. 910.
[329] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 16, fl. 85.
[330] Júlia Costa Pereira GALEGO (1982) – *A Comarca d'Amtre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; I.N.I.C..
[331] João Tello de Magalhães COLLAÇO (1931) – *Cadastro da População do Reino (1527); Actas das Comarcas Damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: Tip. da Emprêsa Nacional de Publicidade. p. 83.
[332] *Ibidem*, p. 50-51.

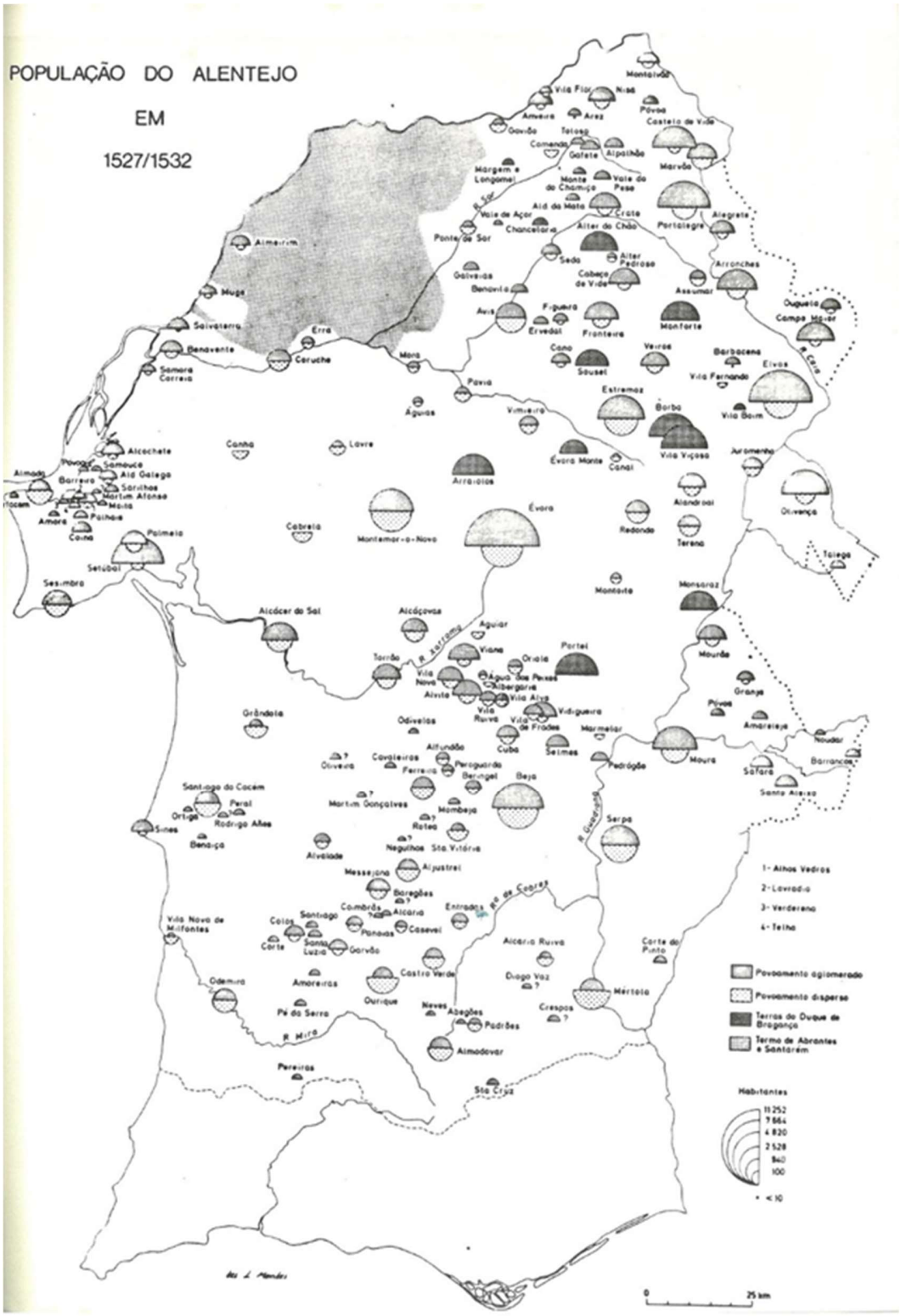


Figura 65 – *População do Alentejo em 1527/1532,* segundo Júlia Costa Pereira GALEGO (1982) – *A Comarca d'Amtre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532.* Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; I.N.I.C.

No último quartel do século XVI surgiu o projeto, nunca totalmente concretizado, de criação de uma nova povoação no Pessegueiro, assente num porto protegido pela ilha, que ao ser prolongada artificialmente poderia constituir um eficaz quebra-mar.

Até mesmo em finais do século XVIII iremos encontrar reminiscências desta estratégia de povoamento, planeado à distância, com a criação da povoação de Porto Covo, de iniciativa particular, edificada junto a uma pequena calheta, refletindo no seu desenho as experiências urbanísticas dos espaços coloniais, em particular das que foram implementadas no Brasil[333]. Podemos até enquadrar na mesma lógica o gigantesco projeto do Gabinete da Área de Sines, de 1971, que tira partido das condições naturais, que permitiam um porto de águas profundas, a que se aliava o despovoamento de uma ampla área, fácil de expropriar e planear com vista à implantação de novas indústrias pesadas, centros populacionais e vias de comunicação. Sines permanece assim como uma espécie de *ilha* no cruzamento das grandes rotas marítimas intercontinentais, mais próxima da região metropolitana de Lisboa mas com fracas ligações ao seu *hinterland*[334].

Verifica-se, desta forma, que a desertificada costa alentejana foi ao longo dos séculos um território de implementação de projetos urbanísticos e militares – ou realizados por engenheiros militares – planeados pelo poder central, como parece ser o caso do próprio urbanismo medieval de Sines, com ruas paralelas ao mar, cruzadas por travessas perpendiculares e uma praça central com o pelourinho e as casas da Câmara. O centro do poder atua assim na periferia, promovendo o povoamento, organizando o território e organizando a sua defesa, ao mesmo tempo que faz destas marcas símbolos que representam o seu domínio sobre um espaço onde a sua presença muitas vezes era mais simbólica do que operativa.

[333] António Martins QUARESMA (1988) – *Porto Covo; Um Exemplo de Urbanismo das Luzes*. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. Separata de *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, S. 2, 2.º Vol..

[334] José MATTOSO; Suzanne DAVEAU; Duarte BELO (1997) – *Portugal – O Sabor da Terra; Baixo Alentejo*. Lisboa: Círculo de Leitores; Pavilhão de Portugal / Expo 98. p. 11.

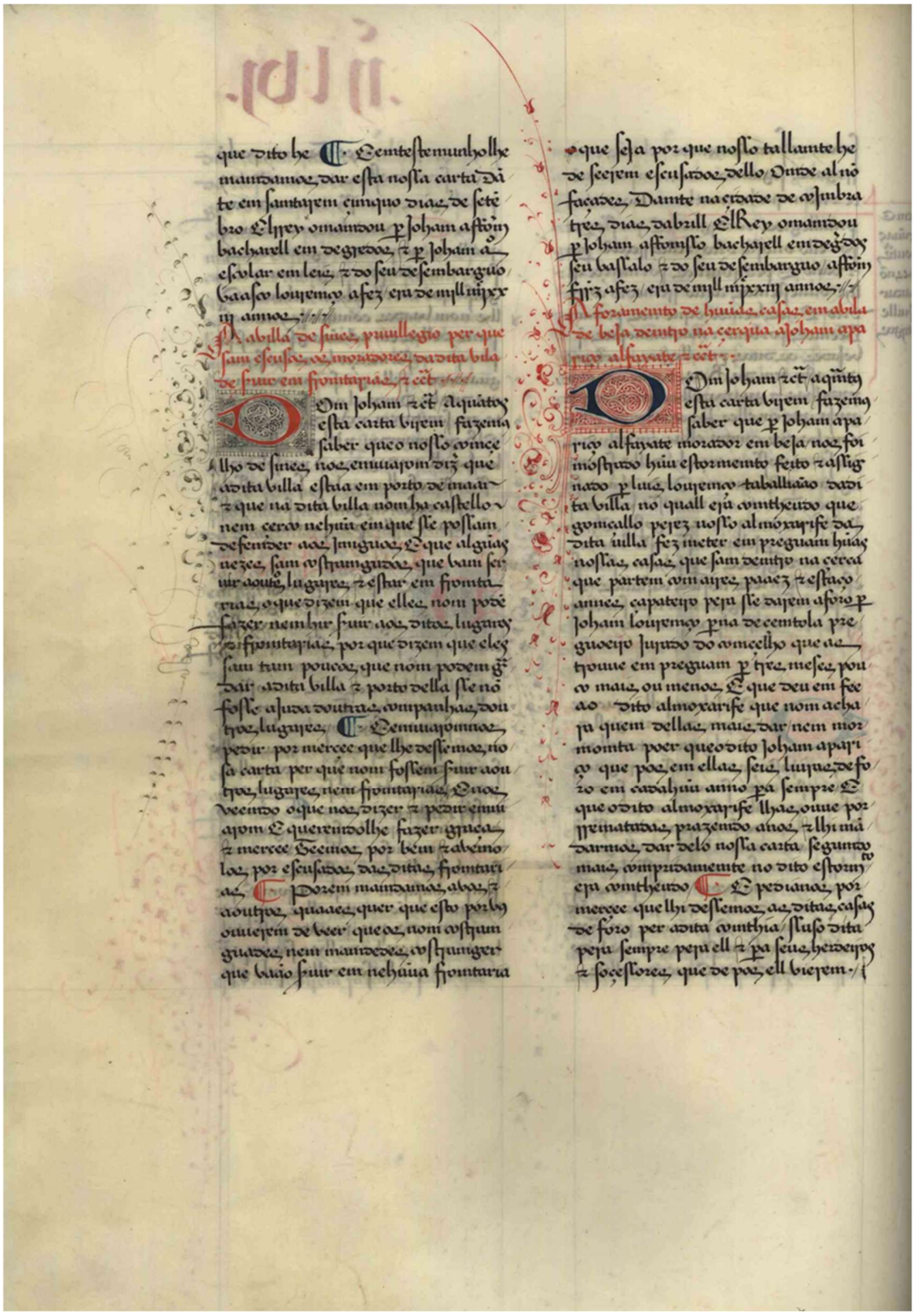


Figura 66 – *Privilégio para que os moradores de Sines não sirvam em qualquer fronteira do reino, por serem poucos para defender a vila que não tinha castelo nem cerca*, 1391, ANTT, *Leitura Nova*, liv. 6 de Odiana, fl. 256v.

8. O Tempo da Construção sob o Governo do Infante D. João

É certo que a construção do Castelo não se iniciou logo em 1362, no momento da elevação de Sines a vila – apesar de já aí ter sido começado um muro –, como comprova a isenção que D. João I deu aos seus moradores, 33 anos depois, em 1395, de servirem em qualquer fronteira do reino, em atenção ao facto de serem poucos para a defesa do porto e da povoação, destituída de qualquer fortificação, posto que:

> (…) estaa em porto de maar e que na dita Villa nom ha castello nem çerco nehũu em que sse possam defemder dos jmiguos.[335]

A escassez de população terá sido certamente a principal razão que dificultou o início, ou seguramente o avanço real da construção. Oliveira Marques assinala mesmo que terá ocorrido uma diminuição significativa do número de habitantes da vila, tendo em conta o número de besteiros do conto que, em 1385 eram 21, passando para uns meros 10 em 1422, numa diminuição de 52%[336].

A evidência arqueológica aponta também para uma construção ocorrida só a partir da primeira metade ou meados do século XV. Graças às sondagens realizadas entre 1992 e 1997 pode-se constatar a existência de ocupação humana no local, anterior à construção das muralhas, através de um nível de lixeira, rica em conchas de moluscos marinhos, ossos de mamíferos, carvão e fragmentos de recipientes cerâmicos de fabrico nacional e de importação, atribuíveis à segunda metade do século XIV ou mesmo aos inícios do século XV[337], pelo que a construção só poderá ser posterior.

Os trabalhos arqueológicos foram realizados, numa primeira fase, entre dezembro de 1992 e janeiro de 1993, por uma equipa coordenada por Carlos Tavares da Silva (doc. 143), no âmbito de uma colaboração entre a Autarquia, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a então Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – hoje Parque Natural – através do seu Centro de Documentação Arqueológica e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. Pretendia-se assim que o projeto de recuperação do imóvel classificado fosse informado de um conhecimento seguro do seu subsolo e da cronologia das diversas estruturas edificadas, à data ainda muito nebulosa.

---

[335] ANTT, *Leitura Nova*, liv. 6 de Odiana, fl. 256v.

[336] A. H. de Oliveira MARQUES (1987) – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença. p. 25.

[337] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1998) – Para Uma Arqueologia do Castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitana*. Lisboa: CNCDP; Câmara Municipal de Sines; APS; DPHADB. p. 36. Catálogo.

Foram realizadas, em primeiro lugar, três sondagens que permitiram concluir que existiam fundações subterradas, anteriores à construção do Castelo, o que levou à realização de uma campanha subsequente, no interior das casas do governador. Encontraram-se os alicerces de uma torre cilíndrica, no ângulo desta mesma construção, posteriormente identificada em diversos levantamentos do imóvel e comprovou-se que as muralhas só poderão ter sido edificadas a partir de inícios do século XV, sendo as construções interiores certamente de data mais tardua.

Trata-se de um marco importante para o conhecimento do edifício, afastando teorias infundadas, como a visão romântica de um castelo mourisco ou as descrições fantasiosas de Arnaldo da Soledade[338], que nos fala das muralhas de um antigo castro arruinadas aquando da derrota dos muçulmanos frente ao exército cristão.

Ter-se-á iniciado assim, na primeira metade do século XV, a construção da cerca defensiva, em torno da primitiva povoação – ou de parte dela – como o comprova a descrição feita em 1533 (doc. 9)[339] que nos diz que o Castelo – ou seja o atual paço dos governadores – se situava dentro da cerca da vila. As características da estrutura edificada, com poucas torres com algumas portas hoje encerradas, apontam no mesmo sentido.

No século XVI ainda existiam no interior algumas casas foreiras da Matriz que nos inícios do século XVII estavam já em ruínas, como constatou Alexandre Massai. Em 1517 os visitadores registaram que «demtro no /dito castello estão allgumas casas / terreas e sobradadas»[340] e O *Numeramento* da população realizado entre 1527 e 1532 refere ainda que «asy uiuem demtro alguns moradores que teem demtro da fortaleza casas para habitar»[341], são 17 moradores – ou seja 17 fogos – dos quais nove viúvas e duas mulheres solteiras. Quase 10% dos 180 fogos que tinha então a vila. A *visitação* de 1554 regista «detro nesta cerca moraõ doze vizinhos em casas suas proprias per q*ue* as tem per bens patrimoniais»[342] e em 1565 o tombo das propriedas da Ordem, ainda regista uma viúva que aforava uma casa com 4 x 4 varas, que confrontava com duas outras casas de sua propriedade[343], não referindo, naturalmente as que eram de propriedade privada. Podemos ter uma ideia aproximada de como seria este conjunto a partir da vista de Cascais

[338] Arnaldo da SOLEDADE*, op. cit*., p. 29.
[339] *Auto de Posse do Castelo de Sines,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Coleção Especial, cx. 158. 24 de novembro de 1533. *Publ.* Pedro A. de AZEVEDO (1905) – Autos de posse de castellos no seculo XVI. *O Archeologo Português*. Lisboa. Série 1, vol. 10, p. 100-103.
[340] ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fol. 66.
[341] *Apud* Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.*, p. 114.
[342] *Visitação e Provimento das Igrejas do Mestrado efectuada por D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela e da Ordem de Santiago*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197, fl. 37.
[343] *Visitação a Sines e Santiago do Cacém efectuada pelo prior Gonçalo Barradas e por Estêvão de Brito*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 238, fl. 1v.

contida em *Civitates Orbis Terrarum,* apesar das habitações sinienses serem consideravelmente mais humildes. A prospeção geofísica realizada pela equipa da Universidade de Évora, coordenada por Bento Caldeira (doc. 147), dá-nos uma imagem pouco nítida deste tecido edificado, o que corresponde aos testemunhos de construções em terra – taipa ou adobe – madeira e outros materiais vegetais, que, ao entrar em ruínas, rapidamente voltaram a ser *absorvidas* pelo terreno. Os alinhamentos que poderão corresponder a fundações de alvenaria não nos permitem identificar arruamentos, mas sim uma ocupação dispersa e desorganizada, correspondente a um primitivo núcleo de ocupação de génese espontânea e quase precária.





Figura 67 – Cascaes, Georg BRAUN; Frans HOGENBERG, *Civitates Orbis Terrarum,* 1572.

Figura 68 – *Fusaiola em cerâmica de pasta clara, Escavação do Quintalão do Castelo,* Foto de Paula Pereira. Museu de Sines, inv. QTL/17-673. Esta peça e a seguinte foram encontradas num nível de lixeira, juntamente com uma moeda do reinado de D. Sebastião. A fiação era uma atividade tipicamente feminina, testemunhando esta peça uma vida familiar no espaço intramuros.

Da vida diária desta população residente no espaço intramuros sabemos ainda muito pouco, pois foram encontrados (fig. 66), até ao momento, escassos elementos, nas várias campanhas arqueológicas, que nos falam mais de atividades domésticas do que duma vida castrense, que à partida seria espectável encontrar.

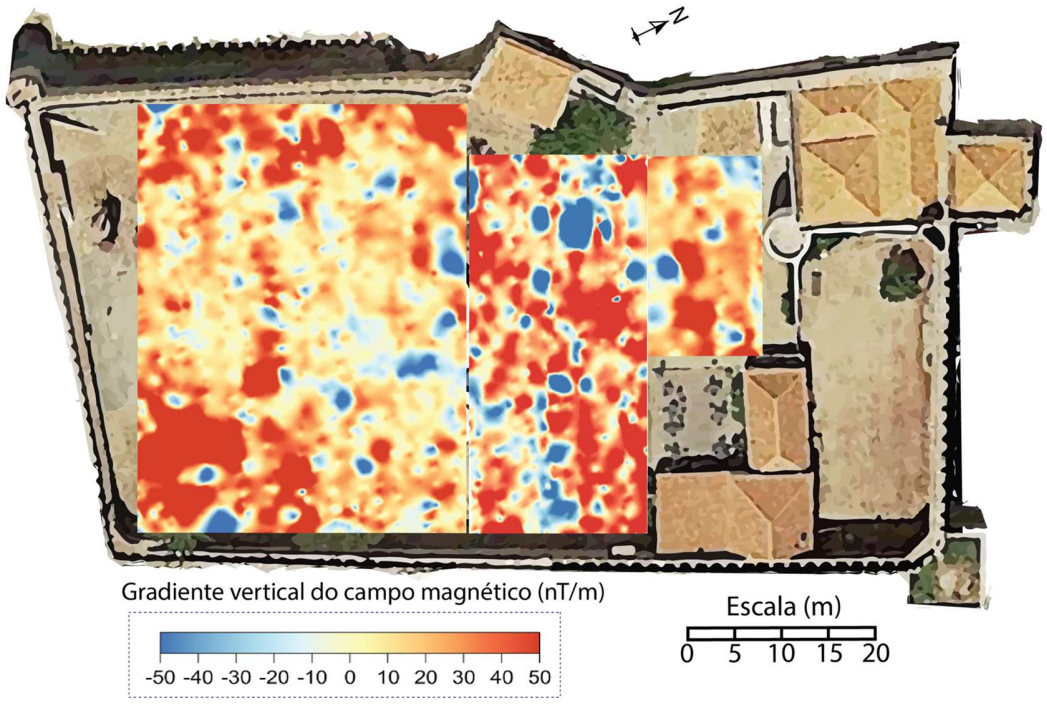


Figura 69 – *Distribuição horizontal do gradiente vertical do campo magnético, onde se destacam abundantes anomalias.* Bento Caldeira, José Borges e Rui Oliveira – Relatório de Prospeção Geofísica para deteção de vestígios arqueológicos nas áreas do interior das muralhas do Castelo de Sines. Arquivo do Museu de Sines.

.

Em 1424, o Procurador do Povo, Francisco Neto Chainho Pão Alvo, terá rogado ao rei D. João I que edificasse o Castelo. Não nos chegou o documento original, que apenas é conhecido por uma referência muito tardia, de 1856, contida no relatório de uma inspeção feita aos pontos fortificados do forte da Balieira, bateria de N. S.ª das Salas, Praça de Sines e forte do Pessegueiro, feita pelo engenheiro Antonio de Souza Menezes. No entanto, esta informação é perfeitamente concordante com as conclusões das sondagens arqueológicas atrás referidas. Sendo assim, o início das obras pode ser datado, mais precisamente, do segundo quartel do século XV.

É muito provável que tenha havido um empenho pessoal do infante D. João (1400-1442), administrador da Ordem de Santiago desde 1418, cuja passagem por Sines ficou documentada por uma carta daí enviada, a 21 de maio de 1438, ao seu ouvidor do

Mestrado[344]. Não é de estranhar esta presença, estando a Ordem sediada nesse tempo em Alcácer do Sal – onde o infante viveu por longas temporadas e acabou por morrer – antes da sua transferência definitiva para Palmela, ocorrida no ano de 1482.

A visitação de 1480 (doc. 6) refere mesmo uma construção mandada fazer pelo infante em Sines e claramente associada à edificação do Castelo:

> Item huum forno de telha junto co o castello. Diz Joham do Coouto antiigo que o fez dom Joham leixou e apropriou a metade da poya delle pera a igreja de Sam Salvador da dicta vila e a meetade pera o castello.[345]

Passados 38 anos sobre a morte do infante, ainda o velho João do Couto se lembrava desta sua iniciativa, levada a cabo num tempo em que a Ordem ainda não instituíra o cuidadoso registo escrito das suas Visitações.

Poderá tratar-se de um forno escavado por José Miguel da Costa em 1961[346], situado a nascente do Castelo, junto do seu ângulo Sudeste. A sua escavação está muito mal documentada, sem haver qualquer registo da estratigrafia e apenas algumas más fotografias e desenhos de campo. Apesar de, na altura, ter sido identificado como um forno de ânforas e associado às cetárias postas a descoberto nas proximidades, o certo é que muitos autores têm posto em causa esta interpretação, como Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que referem que a publicação tardia dos resultados não contém «uma descrição detalhada e de documentação gráfica adequada (planta e perfis) impede-nos de considerar esse achado ao tratarmos da Sines na época romana». Os trabalhos realizados por estes arqueólogos em 1997 não revelaram quaisquer indícios relacionados com esta construção, nem mesmo de entulheiras que a ele se possam associar indiretamente[347].

---

[344] BPE, Cod. CIII/2-20, fl. 24 e no Cod. CV/1-2. p. 125. Encontramos também documentada a sua ação em Sines noutras áreas, como a nomeação de Estêvão Pires como tabelião de Sines, a 4 de outubro de 1432, posteriormente confirmada pelo regente D. Pedro, por carta régia de 30 de julho de 1444. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fl. 20. *Apud* Humberto Baquero MORENO (1979) – *A Batalha de Alfarrobeira; Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra: Universidade. Vol I. p. 93, nota 73.

[345] ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, mç. 1, doc. 29, fl. 2v. *Publ.* Luís Adão da FONSECA, *op. cit.*, p. 286.

[346] A. M. Dias DIOGO; José Miguel da COSTA (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a Época Romana. *In* Graça FILIPE; José Manuel RAPOSO, ed. – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote; Câmara Municipal do Seixal. p. 106-110. Atas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado. Fernando de ALMEIDA; Georges ZBYSZEWSKI; Octávio da Veiga FERREIRA (1971) – Descoberta de Fornos Lusitano-Romanos na Região de Marateca (Setúbal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série, n.º 5, p. 155- -165.

[347] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES, *op. cit.,* p. 33.

Também Carlos Fabião constata que «as notícias existentes sobre um forno escavado em Sines no início da década de 60 do século XX, não são conclusivas quanto à sua finalidade, ainda que se não possa excluir liminarmente a possibilidade de se ter destinado a cozer cerâmica, visto apresentar características análogas às conhecidas nos centros oleiros já investigados»[348].

A localização deste forno seria, no século XV, a melhor para um forno de telha, visto estar no lado oposto à igreja Matriz, ao paço e torre de menagem, que assim estariam mais protegidos do fumo, mas ao mesmo tempo próximo para facilitar o transporte das telhas necessárias para a construção do Castelo.

Cremos assim ter aqui um dado que reforça o envolvimento pessoal do infante na construção do Castelo de Sines. Falta esclarecer porquê.

D. João I havia solicitado ao papa Martinho V, a 8 de outubro de 1418, que fizesse este infante regedor e defensor da Ordem de Santiago de Espada. Estamos em pleno rescaldo da conquista de Ceuta, empreendida em 1415, pelo que o rei fundamenta este pedido na alegada má administração de alguns dos anteriores mestres, que desviariam rendimentos daquele que eram os fins da Ordem: a luta contra os sarracenos e a dilatação da fé, sublinhando a importância da ação portuguesa no Norte de África[349].

A resposta favorável do Papa chegou por meio da bula *In Apostoloci Dignitatis Specula*, de 1420, que nomeia o jovem infante, de apenas 18 anos, como 10º administrador da Ordem[350].

O infante foi ainda condestável do Reino, cargo em que sucedeu a D. Nuno Álvares Pereira, assim como fronteiro de Entre-o-Tejo e Guadiana e nessa função surge associado a obras de recuperação realizadas em diversas fortificações. Uma *Carta de Quitação* do regente D. Pedro a Diogo Alves, escudeiro do condestável, datada de 27 de janeiro de 1443, refere que o mesmo infante havia enviado este seu escudeiro para receber pelo rei 125.272 reais brancos, destinados à reparação das fortificações da comarca de que era fronteiro. O

[348] Carlos FABIÃO (2004) – Centros oleiros da Lusitania; balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *In* D. BERNAL; L. LAGÓSTENA, eds. – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Oxford: Universidade de Cádiz; Archaeopress. Vol. 1. p. 381. Atas do Congresso, Cádiz, 2003.

[349] Maria Dulcina MEDEIROS (1999) – O Infante D. João (1400-1442): Subsídios para uma Biografia. Tese policopiada apresentada à Universidade de Lisboa para obtenção do grau de mestre em História Medieval Portuguesa. p. 49-50.

[350] Humberto Baquero MORENO (1997) – As Ordens Militares na Sociedade Portuguesa do Século XV; O Mestrado de Santiago. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série 2, vol. 14, p. 73.

infante não se limitou a distribuir o dinheiro pelas diversas obras, tendo elaborado mesmo um regimento para a gestão das mesmas.

A posição de D. João relativa à guerra no Norte de África, está bem documentada através do seu parecer de 1436[351]. Aí revela-se sempre cauteloso, «pois o dano e a perda parece manifesta e o proveito duvidoso, não he razão que este feito, por siso, hajais de cometer».

> Por ventura os que se dão agora por vossos amigos, vendo-vos sem a nobre gente e boa que quereis mandar, esforçar-se-iam como inimigos para vos darem muito trabalho, e por ventura daríeis causa a se perder o daquém, por não ganhar o dalém: a perder com tudo Portugal, por cobrar Tânger e Arzila, não seria honrado nem proveitoso escambo.
>
> E quanto ao quarto fundamento do gosto e prazer, se por êle o deveis de fazer, certo nesta guerra eu vejo muitas despesas, trabalhos, cuidados, perigos do mar e da terra, mortindade, feridas, aleijões, doenças, cativeiros, fomes, sedes, frios e quenturas demasiadas, com outras semelhantes paixões, que são cousas com que a alma, em é a casa do prazer, se entristece e enoja.[352]

O infante prossegue dizendo que, para governar o Mundo, Deus criara oradores, lavradores e defensores, e que nesta última categoria se insere o rei dizendo-lhe: «não basta defenderdes vosso povo do mal, mas ainda é necessário que defendeis e impugneis os maus: e isto por justiça e por armas.»

> grande tesouro lícito e proveitoso que um leal coração deve procurar, assim é haver terra com muita gente e nobres cidades, vilas e castelos[353]

Ao direcionar a ação militar portuguesa para o Norte de África, numa guerra onde o mar desempenha um papel central, é natural que se tenha igualmente detetado as fragilidades que a nossa costa Sudoeste apresentava, devido ao seu crónico despovoamento. A preocupação do infante em implementar medidas eficazes para contrariar o despovoamento de algumas das suas terras está bem documentada, em pelo menos dois casos: o de Mértola, para onde pede a mercê da criação de um couto de homiziados porque se despovoou nas guerras passadas, e o de Ferreira, a que são atribuídos privilégios, como medida de combate ao risco de desaparecimento.

Também na ação de seu irmão, o infante D. Henrique, encontramos a mesma preocupação em povoar os seus territórios e desenvolver portos de escala para as embarcações, expressa

---

[351] Vitorino Magalhães GODINHO (1945) – *Documentos Sobre a Expansão Portuguesa*. Lisboa: Edições «Gleba». Vol. II. p. 113-123.
[352] *Ibidem*, p. 117.
[353] *Ibidem*, p. 120. Sublinhado nosso.

numa das suas derradeiras cartas, datada de 19 de setembro de 1460, onde justifica a necessidade de criação da sua vila do infante:

> como ao cabo de sagres vinham e veem mujtas carracas naaos guallees e ouytos naujos pousar por nõ acharem tempo de ujagem onde aqueecia estare per mujtos dias se acharem ne huua consolaçom de mantimentos e doutras cousas necessárias ne isso mesmo daguaa quassy nada.[354]

Cresce a atenção com os portos marítimos à medida que se desenvolve o comércio com o o Norte da Europa, que conduziu, neste século, a um aumento substancial, não só do número de navios construídos, mas também do seu calado. O aparecimento do leme axial veio facilitar a manobra destas grandes embarcações, cuja expansão teve grande impacto certamente também na reorganização da rede portuária, favorecendo portos abertos ao Atlântico, com águas mais profundas, como Sines, em detrimento daqueles que se situavam nas margens dos rios, cada vez mais assoreados e de difícil acesso, como Alcácer do Sal e Odemira. Como sublinhou Blot, vemos, à escala nacional, o porto de Figueira da Foz substituir Coimbra; Atouguia da Baleia por Peniche; Alcácer perde claramente importância face ao crescimento de Setúbal e Silves a favor de Lagos e Portimão[355].

Sines teve até um papel ativo no abastecimento de víveres à cidade de Ceuta, como revela uma carta de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das *cousas da cidade de Ceuta e Lisboa*, e a todos os seus herdeiros e sucessores e respetivos bens, de tudo quanto recebeu e despendeu em 1451 e 1452. Neste documento, datado de 1456, descriminam-se as despesas que teve com o transporte de alimentos para Ceuta, «fretes de certa frasca e bitalhas que trouxeram de Sines a Setubal Aires Eanes e Vasco Gonçalves, pescadores, moradores nesta vila, nas suas caravelas». Alguns destes víveres poderão ser provenientes das searas do interior, como as dos concelhos de Garvão e Panóias, cujo trigo e cevada, assim como gado, mandados levar por D. João I, ainda não haviam sido pagos no reinado de seu neto, D. Afonso V[356].

Em contrapartida, as conquistas norteafricanas fizeram aumentar significativamente o corso magrebino, até aí menos ativo nas nossas costas que o de outras nações europeias, como bem notou Borges Coelho: «Dos documentos referentes à perda de navios no mar entre 1383 e 1415, reunidos por Silva Marques nos dois primeiros volumes dos

---

[354] José Carlos Vilhena MESQUITA (2000) – Sagres; Um Lugar na História e no Património Universal. *Stilus*. nº 2, p. 121.
[355] Maria Luísa B. H. Pinheiro BLOT (2003) – *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos; Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-Marítimas em Portugal.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 98-100.
[356] *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)* (2016) – Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 274.

Descobrimentos Portugueses, nenhum refere navios perdidos às mãos dos muçulmanos, mas sim de castelhanos e franceses»[357], não quer dizer que não existisse ou fosse menosprezada.

A nova importância que Sines ganhava neste contexto, em que se edificava o seu Castelo, é atestada logo após a morte do infante D. João, em 1442, quando, dois anos depois, vemos o seu irmão, o regente D. Pedro, a nomear um fronteiro para a vila e Santiago do Cacém, bem como dos respetivos termos[358]: Rui Mendes de Vasconcelos. Criado do próprio infante D. Pedro, filho provável de Mem Rodrigues de Vasconcelos, anterior mestre da Ordem de Santiago. Dentro da Ordem foi comendador de Elvas e de Alhos Vedros, tendo vindo a ocupar posteriormente o importante cargo de Capitão de Ceuta, entre 1479 e 1481. D. Duarte havia morrido em 1438 e o regente procurava consolidar o seu poder. Interfere assim nos territórios da milícia depois do conflito com a rainha viúva D. Leonor, em torno da regência e é natural que, neste contexto, tenha colocado um homem da sua confiança a liderar a defesa da Costa Alentejana.

O Castelo, ou melhor, a cerca urbana de Sines, é a primeira estrutura defensiva, de grande escala[359], erguida diretamente sobre o mar, em toda a faixa litoral do Alentejo. No entanto, a sua eficácia como máquina de guerra parece não ter sido tão grande como o seu impacto psicológico dissuasor de um ataque, como símbolo do poder e domínio sobre um território, visto do mar. A sua estrutura edificada apresenta-se bastante simples, com poucas torres e outros elementos de reforço da defesa e com a total ausência de novidades relativas à utilização da pirobalística que à época da sua construção já era amplamente utilizada, como atesta o *Regimento* que D. Duarte elaborou para a campanha de Tânger, de 1437, que refere já a «muita artelharia e bons aparelhos que levais[360].».

Podemos assim propor uma perspetiva diferente das que se têm apresentado: de que o Castelo de Sines é um dos primeiros documentos arquitetónicos do início da expansão atlântica de Portugal, surgindo depois de 1415, como reforço da retaguarda da frente de batalha norte-africana, onde o infante D. João teve um papel ativo[361]. Protege a principal porta marítima dos vastos territórios da Ordem de Santiago. É o contraponto do infante D.

---

[357] António Borges COELHO (2018) – *Raízes da Expansão Portuguesa.* 6ª ed.. Alfragide: Editorial Caminho. p. 23.

[358] Carta Régia de 16 de fevereiro de 1444. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 18. *Apud* Humberto Baquero MORENO (1980) – A Batalha de Alfarrobeira; Antecedentes e Significado Histórico. Vol. II. Coimbra: Universidade. p. 990.

[359] Não nos podemos esquecer que poderia existir uma atalaia em Sines, eventualmente uma sobrevivência da antiga rábita muçulmana do século XI.

[360] António Borges COELHO, *op. cit*., p. 60.

[361] João Ramalho COSME; Maria de Deus MANSO (1991) – A Ordem de Sant'Iago e a Expansão Portuguesa no Século XV. In *As Ordens Militares em Portugal*; *Actas do 1º Encontro Sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal. (Palmela 3, 4 e 5 de março de 1989). p. 43-55.

João, governador desta milícia, à iniciativa do seu irmão, o infante D. Henrique, governador da Ordem de Cristo, centrada no porto atlântico de Lagos – que já vimos surgir a par de Sines e Cascais nos planos de D. Pedro I. Constitui um outro nível de apoio de retaguarda, defendendo um território de um possível revés militar.

Numa visão mais ampla de todo o espaço mediterrânico não podemos ignorar o profundo impacto psicológico que terá tido o avanço das forças turcas, que pouco depois viriam a tomar de Constantinopla, no ano de 1453. As ondas de choque provocadas pela queda do Império Romano do Oriente, às mãos dos muçulmanos, terão sido sentidas também nas costas portuguesas, onde se terá tido consciência do aumento do poder otomano e do perigo que isso podia representar. Mais um fator, que poderá ter sido importante, para reforçar a urgência em acelerar as obras de defesa de Sines, que ficariam concluídas pouco antes de 1480.

8.1. A Construção e Conservação do Castelo

As muralhas são elementos fundamentais do urbanismo medieval, que definem a importância e segurança, física e simbólica, de uma povoação. A exemplo, Afonso X, *o Sábio*, definiu nas suas *Sete Partidas*, a cidade como «aquel lugar que es cercado de muros, com los arrabaldes e los edifícios que se tienen com ellos»[362]. É por isso natural que o imaginário medieval esteja tão fortemente marcado pela visão da Jerusalém Celeste, a cidade muralhada que no final dos tempos desceria dos céus. As tarefas mais terrenas de construção estão, no entanto, no contexto português, fortemente dependentes de uma vontade régia, indissociável do esforço das populações locais, sem o qual não seria possível realizar tão pesados trabalhos.

D. Pedro tinha imposto à população de Sines a construção do Castelo, como contrapartida da elevação do lugar a vila. Era a sobrevivência de uma antiga imposição, a da *anúduva*[363], que obrigava as populações a trabalhar nas obras de construção e reparação dos castelos, cavas, torres e outras obras militares, destinadas à defesa da terra, assim como os paços ali

---

[362] Maria Sofia Marques CONDESSA (1999) – *A Memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Lisboa. p. 76-77. Dissertação de Mestrado em História Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[363] Raphael BLUTEAU (1712) – *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico* […]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU. p. 411-412. Joaquim de Santa Rosa VITERBO (1865) – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão* […]. 2.ª ed.. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes. Tomo I. p. 36-37. Adua. Sinónimos: Adua, Annuduva, Anuduva, Anuduba, Annaduva, Anuda, Aduba, Anubda, Anupda, Anuguera, Anudiva e Annadua.

edificados para a estadia do rei ou dos alcaides, bem como a contribuir com dinheiro para estes trabalhos, e de que há menção desde o século IX.

A palavra é de origem árabe «na-nûdba» e significa literalmente «o apelo [para a guerra]» ou o «chamamento [para a guerra]»[364].

Esta pesada obrigação não estava isenta de conflitos, muitas vezes discutidos em cortes. Para evitá-los, D. Afonso III regulamentou a *anúduva* no concelho de Lisboa, após ouvir os seus conselheiros, em 1265[365]. Mas outras vezes são as próprias populações que a ela se obrigam, como demonstra uma carta não datada, da chancelaria do mesmo rei, onde os juízes e concelho de Abrantes se comprometem:

> de nossa livre vontade entendendo a fazer nossa prol de nossos corpos e de nossa terra e de nossos averes ficamos e outorgamos que façamos e refaçamos o muro do castelo de Avrantes cada hu for mester assy en os andamhos come nas escaadas come nos cubos come nas torres come nas outras cousas u quer que mester for.[366]

À semelhança do que aconteceu em Sines, encontramos, no reinado de D. Pedro I, amplos traços desta relação estreita entre as populações e a conservação das estruturas militares, que estão patentes também quando o despovoamento ameaça a conservação das muralhas, obrigando a rei a intervir. É o caso de Montemor-o-Novo onde a «cerca staua em ponto p*er*a se despobrar *e* cair p*er* mj*n*goa de companha q*ue* allo nom queriam hir morar». D. Pedro ordena então que todo aquele que tiver rendimentos para ter cavalo era obrigado a fazer casa no interior da cerca e a habitá-la ou fazer habitar, o que apoia mediante a concessão de certas graças e liberdades[367].

Outros documentos, elencados por João Gouveia Monteiro, revelam a mesma estratégia do monarca: em 1358, o prior do Hospital requereu ao rei que mandasse os moradores de Crato e Amieira pagar as obras necessárias nas cavas e barbacãs destas vilas, «e que aí estivessem e servissem por seus corpos, quando tal fosse necessário à defesa desses lugares»[368]. Em 1366, os moradores de Vila Marim, Vale de Cambra e Fermedo são

---

[364] Adalberto ALVES (2013) – Anúduva. *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. p. 223.
[365] Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, doc. 52, p. 128-129.
[366] Leontina VENTURA; António Resende de OLIVEIRA (2011) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. II-III. p. 264.
[367] A. de Oliveira MARQUES, ed.; Iria GONÇALVES; Maria José Pimenta Ferro TAVARES, transcrições (1984) – *Chancelaria de D. Pedro I*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. p. 171-172.
[368] ANTT, *Leitura Nova*, liv. 1 de Odiana, fls. 122v-127. *Apud* João Gouveia MONTEIRO (1999) – *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média; Presença, perfil, conservação, vigilância e comando.* Lisboa: Edições Colibri; Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 124-125.

intimados para que sirvam «nas obras dos muros da cidade do porto como serujam os outros julgados d arredor della»[369].

Diversas isenções, dadas pelo mesmo monarca, comprovam o recurso frequente à *anúduva*, como as que foram dadas às populações do reguengo da Meada, de dar «adua» para a cava de Elvas (1361)[370], aos foreiros, lavradores e povoadores do couto e honra de Souto de Rebordão de servirem nas obras do muro de Ponte de Lima (1362[371] e 1364[372]), aos moradores do julgado de Faião, quanto ao serviço de *anúduva* na barbacã de Valença[373].

A *Ata de Vereação de Loulé*, datada de 24 de dezembro de 1384, é ainda mais clara, estabelecendo que ninguém se escuse de servir nestas obras, assim por bens como por corpo, e com a maior «aguça» que puderem[374]. Em Silves, «o povo devia fazer por «adua» os repartimentos e obras da cidade, sendo dado a cada um certa medida, quantidade e tempo para fazer o que lhe fosse destinado»[375]. Em 1367, a obrigação imposta à população de diversos julgados durienses, de servirem na construção da muralha do Porto, era de 8 dias por ano, com os seus bois, o que em alguns casos era substituída pelo pagamento de 30 soldos, para quem tinha bois e 10 para quem os não tinha[376].

Quando o Castelo de Sines estava em plena construção, no reinado de D. Afonso V, encontramos inúmeras referências à mesma prática. Nas Cortes de Lisboa de 1440, os procuradores da vila de Alegrete informam o rei de que:

> esta ujlla tem do*us* ou t*re*s cubell*os* q*ue* som derribad*os* part*e* delles E estes cubell*os* estam n*os* lugares de mayor *con*bato q*ue* esta ujlla tem
>
> por q*ue* Se*nho*r esto se pode bem corre*ger* agora com pouc*os* d*inhei*ros mjlhor q*ue* sse os leixarem cajr o q*ue* se depois nom corregera com mais Pidjmos u*os* S*enho*r por m*er*cee q*ue* ma*n*dees q*ue* das Re*n*das das nossas ssisas desta villa q*ue* sse Repair*em* os

[369] João Gouveia MONTEIRO, *op. cit.,* p. 126.
[370] *Ibidem*, p. 125.
[371] *Ibidem*, p. 125.
[372] *Ibidem*, p. 126.
[373] *Ibidem*, p. 127.
[374] *Actas da Veração de Loulé*, vol. I, p. 46-47. Sessão de 24 de dezembro de 1384. *Apud* João Gouveia MONTEIRO, *op. cit.*, p. 133.
[375] BGUC, Ms. 699, p. 138-139: Cortes de Lisboa de 1404, *Cap. Especiais de Silves*, n.º 1. *Apud* João Gouveia MONTEIRO, *op. cit.*, p. 136.
[376] Arnaldo Sousa MELO; Maria do Carmo RIBEIRO (2011) – Os Construtores das Cidades: Braga e Porto (Séculos XIV a XVI). *In* Arnaldo Sousa MELO; Maria do Carmo RIBEIRO, coord. – *História da Construção; Os Construtores*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». p. 115.

> d*ict*o*s* cubell*os* ant*e* q*ue* se majs dano em elles faça E farees em ello uoso s*er*uiço *e* a nos m*er*cee.[377]

O rei mandou ao contador da comarca que se informasse acerca da obra necessária e do seu custo, para que pudesse deliberar sobre o assunto.



Figura 70 – *A Construção da Torre de Babel*, Itália Central, 1425, Londres: The British Library, *Il Tesoro*, Yates Thompson 28, fl. 51.

Quando os homens-bons da Guarda informaram o mesmo monarca que era necessário reparar o muro da cidade, que estava em grande parte caído, D. Afonso V foi claro ao mandá-los realizar essa tarefa:

> A Nos pareçe que he bem por nosso s*er*uiço *e* uossa defenssom de se o d*i*cto muro fa*zer* E Porem u*os* ma*n*damos q*ue* o façaaes logo correger E q*ua*ndo vier o t*en*po do aseentam*en*to Req*ue*ree n*os* sobr*e* ello E mandar u*os* desembargar alguũs d*inhei*ros p*er*a aluda dello[378].

Em Lamego, tendo caído um pedaço de muro da cidade, pediam ao rei as autoridades locais que o mande reparar à sua custa, mandando aos juízes que escolhessem entre si um ou dois homens para servirem de vedores da obra, e que estes busquem pedreiros e possam «constranger» os concelhos de Castro Daire e de todo o Monte de Mouro, e São Martinho de Mouros, Tarouca, Lalim e Mondim, o Couto de Salzedas e Baldigem e Armamar e todos os outros lugares cinco léguas ao redor da cidade, «q*ue* p*er* adua venham s*er*ujr». E que o

[377] ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 75v.-76. *Publ*. João José Alves DIAS; Pedro PINTO, org. (2016) – *Cortes Portuguesas; Reinado de D. Afonso V; Cortes de 1439.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 152.
[378] *Ibidem,* p. 276.

monarca ordene mantimento aos vedores e escrivão das ditas obras, e isso mande fazer ao seu almoxarife[379].

Também em Beja se trabalhava, pela mesma altura, na reconstrução das portas da vila e na reparação das cavas e barreiras[380]. Aqui até os mouros pagavam os cinco reais da *adua*, a que se tentavam escusar[381]. Em Elvas, D. Duarte havia mandado que metade das rendas do concelho fosse despendida na reparação das fortalezas da vila[382].

No *Regimento dos Contadores das Comarcas*, dado por D. Manuel a 27 de setembro de 1514, refere já as «terças», ou seja, a reserva de um terço dos rendimentos de cada concelho para as obras necessárias nas fortificações. Estipula-se no seu título 71:

> E achando que algumas Fortalezas e Baluartes hão mister qualquer repairo, e que se poderão repairar com pouca custa, o mandarão fazer, constrangendo os moradores da tal villa, ou lugar sómente; e havendo de ser de muita despesa, o farão saber ao Provedor Mór das terças;

As *Ordenações Filipinas* continuam a destacar a importância desta prática, no capítulo dedicado aos alcaides, estipulando que, quando «não tiverem os Castellos de juro serão obrigados a repairar todas as cousas sobreditas, e as entregar no estado, em que foram entregues, tirando muros, barreiras, baluartes e Torres: e quando assi repairarem as sobreditas cousas, que são obrigados, o povo lhes dará a serventia»[383].

> E o nosso Porteiro da Maça, quando der posse de Castello ao Alcaide Mor, requererá aos Juizes, que com um Tabellião vão ver o Castello, e screvam como as ditas cousas stão ao tempo, que lhe entrega a posse. E do instrumento, que o Porteiro ha de trazer, ficará o treslado no livro da Camera. E no dito instrumento virá certidão de como o traslado d'elle fica nella. E bem assi virá no dito instrumento o traslado do assento

A forma de arrecadar as *terças* é claramente regulamentada nas mesmas *Ordenações*:

> De tempo antigo he ordenado, que das rendas que todas as cidades, villas, lugares e Concelhos de nossos Reinos, se tome a terça parte para repairo dos muros e Castellos, e para outras cousas necessarias á defensão dos lugares, e as duas partes ficam aos Concelhos para suas necessidades. As quaes rendas se hão de arrecadar ás terças do anno, convem a saber, Natal, Paschoa e S. João, e a primeira e terceira terças se

[379] *Ibidem,* p. 287.
[380] *Ibidem,* p. 181-182.
[381] *Ibidem,* p. 190-191.
[382] *Ibidem*, p. 248.
[383] *Ordenações Filipinas* (1985) – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. 1, liv. 1. Edição fac-similada da edição feita por Candido Mendes de ALMEIDA, Rio de Janeiro, 1870; notas e apresentação de Mário Júlio de Almeida COSTA.

> arrecadarão para o Concelho, e a segunda será para os ditos repairos e fortificação; as quaes arrecadará o Thesoureiro, ou o Procurador do Concelho, pelo modo, que no seu Titulo 69 se contém.[384]

Até os eclesiásticos participavam voluntariamente deste esforço, naturalmente não se tratava de um esforço braçal, mas de um apoio financeiro. A título de exemplo, o bispo e o cabido de Évora concederam a D. Afonso III duas terças dos dízimos de todas as igrejas de Beja, durante dez anos, para apoio à reconstrução das muralhas desta cidade[385].

Apesar de todo o enquadramento legal que acabámos de ver, não chegou a vontade régia, mesmo impressa em forma de Ordenação, para garantir a conservação dos velhos castelos. Quando a população deixou de sentir necessidade de se abrigar sob a proteção das muralhas, e mesmo o alcaide-mor preferiu habitar noutro lugar mais cómodo, a ruína foi inevitável, a partir do século XIV, como em Santiago do Cacém[386], Ferreira do Alentejo ou Mértola.

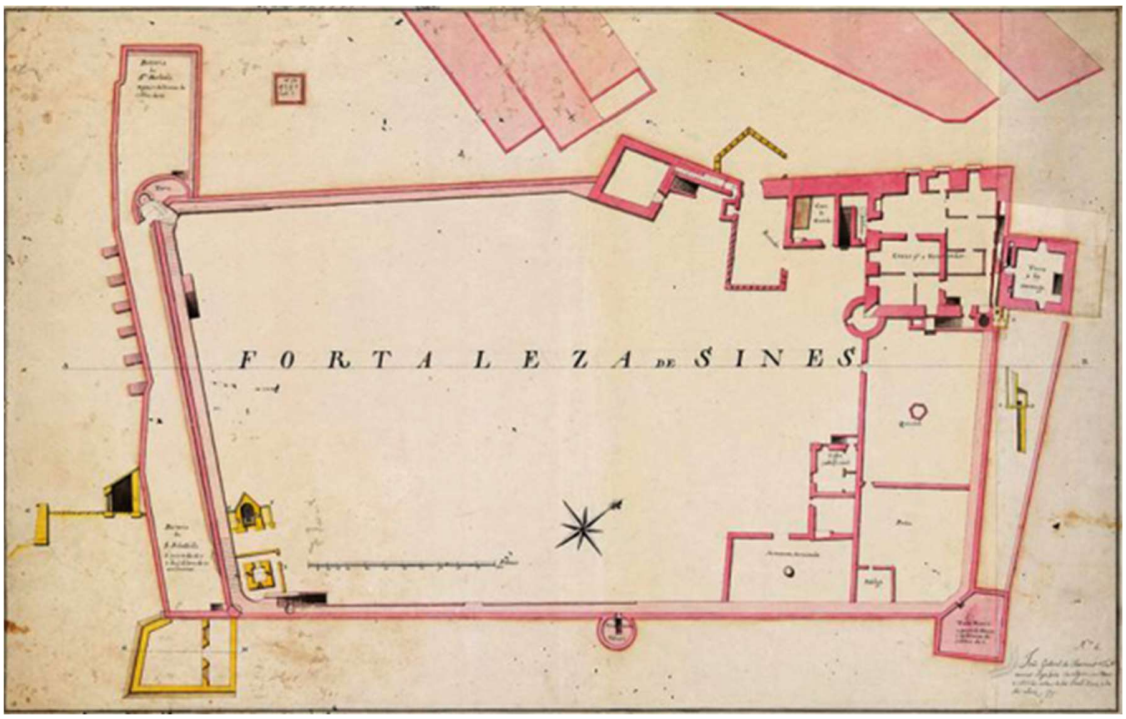


Figura 71 – João Gabriel de CHERMONT (1790) – *Fortaleza de Sines.* Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 3567/I-3-31-43.

[384] *Ibidem,* p. 170.
[385] Leontina VENTURA; António Resende de OLIVEIRA (2016) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. I. p. 29, doc. 17, 18 de novembro de 1253.
[386] José António FALCÃO; Jorge M. Rodrigues FERREIRA (1984) – *Informações Sobre o Estado de Conservação do Castelo da Vila de Santiago do Cacém no ano de 1605*. Lisboa: s.n. Separata do *Segundo Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses*, 2003.

8.2. A Estrutura Edificada no Século XV

A cerca muralhada apresenta uma planta trapezoidal, irregular, muito próxima de um retângulo – com cerca de 50 x 100 m – que se desenvolve perpendicularmente à linha de costa. No pano Norte, próximo do ângulo NO adossa-se pelo exterior a torre de menagem, de planta quadrada, com 8,95 m de lado e quatro pisos que atingem no topo das suas ameias os 15,3 m de alturra, e que, por isso, é o elemento de maior destaque de toda a estrutura edificada. As muralhas, com a espessura média de 1,60 m[387], apresentam poucos elementos de defesa, possuindo apenas uma torre de planta quadrada, de área ligeiramente inferior à da torre de Menágem[388], no ângulo NE, e um cubelo cilíndrico, com aproximadamente 5m de diâmetro, no ângulo SO, conhecido como torre de Vigia. Uma outra torre cilíndrica existiu a meio do vasto pano nascente, mas colapsou cerca de 1930, sem que tenha subsistido dela qualquer vestígio. A meio do pano poente localiza-se uma torre de planta retangular – com cerca de 9 x 7,6 m –, colocada a 45º de forma que dois dos seus lados estão no exterior e dois no interior da cerca. No ângulo SE não existe mesmo qualquer estrutura defensiva[389].

No interior do recinto, o ângulo NO é ocupado pela residência do alcaide-mor, com dois pisos, que ao longo dos tempos foi sendo designada de diferentes formas: em 1480 é referida como «os paaços»[390]; em 1533 designada por Castelo[391], dentro da cerca da vila; mais tarde como casas do governador, mas nunca como casa da alcaidaria. Apresenta uma planta trapezoidal, irregular, mas muito próxima de um quadrado, e tem ligação direta à torre de menagem.

Todo o conjunto está muito próximo de uma geometria regular, ainda mais percetível ao vivo do que em planta, afastando-se claramente das estruturas de traçado mais orgânico que dominaram a Idade Média Portuguesa.

Os panos de muralha são verticais, rematados por ameias prismáticas que protegem o adarve circundante a que se acede por escadas situadas nos ângulos SE e SO. Existia uma

[387] Com exceção do troço onde se raga a porta, que tem c. 2 m, e aquele onde se encaixa a torre de Menágem, com 1,70 m.
[388] 8,5 x 8,5 m.
[389] Apesar de nos parecer estranho as poucas torres que protegem estes panos de muralha, especialmente se compararmos com o vizinho castelo de Santiago do Cacém, a realidade é que outros exemplos existem, até mais antigos, como o castelo de Sesimbra, que apresenta ainda menos torres. Ver *O Castelo de Sesimbra, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (1943 – 1944) – Lisboa. nº 34 / 35.
[390] ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, mç. 1, doc. 29, fl. 2v. *Publ.* Luís Adão da FONSECA, *op. cit*., p. 289.
[391] *Auto de Posse do Castelo de Sines*. ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Coleção Especial, cx. 158. 24 de novembro de 1533.

outra escada a meio do pano N, mas foi obstruída para impedir o acesso ao quintal das casas do governador. Uma particularidade deste Castelo é o rebaixamento do pano de muralha virado a Sul e ao mar, para que de todo o espaço interior se possa vigiar constantemente a aproximação de qualquer embarcação. Este pormenor não enfraquece significativamente a defesa, pois este pano situa-se sobranceiro à barroca e era por isso de difícil acesso.

Inicialmente a cerca teria duas portas, encerradas pouco antes de 1480, quando se abriu a atual porta virada ao lg. Poeta Bocage. Só em 2007 se abriu a nova porta que lhe fica fronteira. A porta quatrocentista foi protegida pelo interior com uma nova construção, não prevista inicialmente, mas acrescentada pouco antes de 1480, uma espécie da barbacã de porta a que a visitação desse ano chamou «baluarte», demolida em finais do século XIX e a que à frente iremos dedicar mais atenção.





Figura 72 – *Ângulo NO do Pano de Muralha Poente* (1998).

Figura 73 – Fotografia anterior com a marcação das ameias anteriores a 1480. É notória a diferença da pedra utilizada e até da forma como esta é assente, de forma mais cuidada na zona mais antiga enquanto na obra posterior a pedra é mais irregular e com maiores preenchimentos de argamassa, em contrapartida nesta fase utilizaram-se blocos aparelhados nos cunhais, o que os torna mais resistentes.

A lentidão da construção, executada em várias fases, ainda é legível nos paramentos. No exterior da cerca, no ângulo virado a NO, identificámos, logo acima das sacadas setecentistas, os vestígios claros de cinco ameias, obstruídas pela elevação posterior do muro em cerca de 2 metros. Estão situadas a uma cota inferior à de outras, descobertas no muro do pátio durante a picagem dos rebocos, e atribuídas, como veremos à frente, à intervenção de Estêvão da Gama, pouco antes de 1480. A nossa conclusão, perante estes dados, é a de que as casas da alcaidaria foram previstas inicialmente com apenas um piso, adossadas à muralha baixa, rematada pela antiga linha de ameias. Numa fase posterior, terá sido decidida a construção de um primeiro andar, para o que foi necessário acrescentar o pano de muralha. Esta decisão terá sido tomada em meados do século XV, pois a minuciosa visitação de 1480 não a elenca entre as obras realizadas pelo alcaide-mor, que à data já habitava no piso superior do paço.

Esta necessidade de elevar os panos de muralha não é caso único na época, pois os representantes de Setúbal informam que D. João I havia mandado reformar e corrigir os muros e torres da vila, porque inicialmente eram demasiado baixos. Isto «Mandou fazer por adua aos moradores da dicta ujlla.».



Figura 74 – *Ângulo NO do Pano de Muralha Norte* (1998). Aqui são visíveis mais duas ameias que dão continuidade às identificadas no pano contíguo e vê-se claramente os blocos de cantaria do cunhal construído posteriormente.

A meio do pano de muralha poente ergue-se uma torre que chama a atenção pela sua estranha colocação, não estando as suas faces colocadas ortogonalmente face ao muro, mas sim a cerca de 45º, de forma a que dois dos seus lados ficam fora e dois dentro da cerca. Trata-se de uma situação absolutamente inusitada, que se poderia dever ao reaproveitamento de uma estrutura anterior, o que não nos parece muito provável, pois a alvenaria é idêntica, inclusivamente quanto aos cunhais e, naquele que se destaca para o exterior, a aresta foi chanfrada ao gosto tardomedieval que encontramos noutros pontos da fortaleza. Pode tratar-se de uma solução que teve em conta a vizinhança com a cabeceira da Matriz, cuja proximidade não permitia uma construção mais saliente. No entanto, temos igualmente de ter em conta que estamos num período de experimentação de novas soluções, face ao desenvolvimento da pirobalística, e que encontramos um paralelo curioso na primitiva fortaleza de Sagres, sua contemporânea, de que se conserva um desenho realizado aquando do ataque das forças de Francis Drake[392].

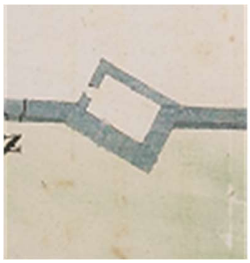
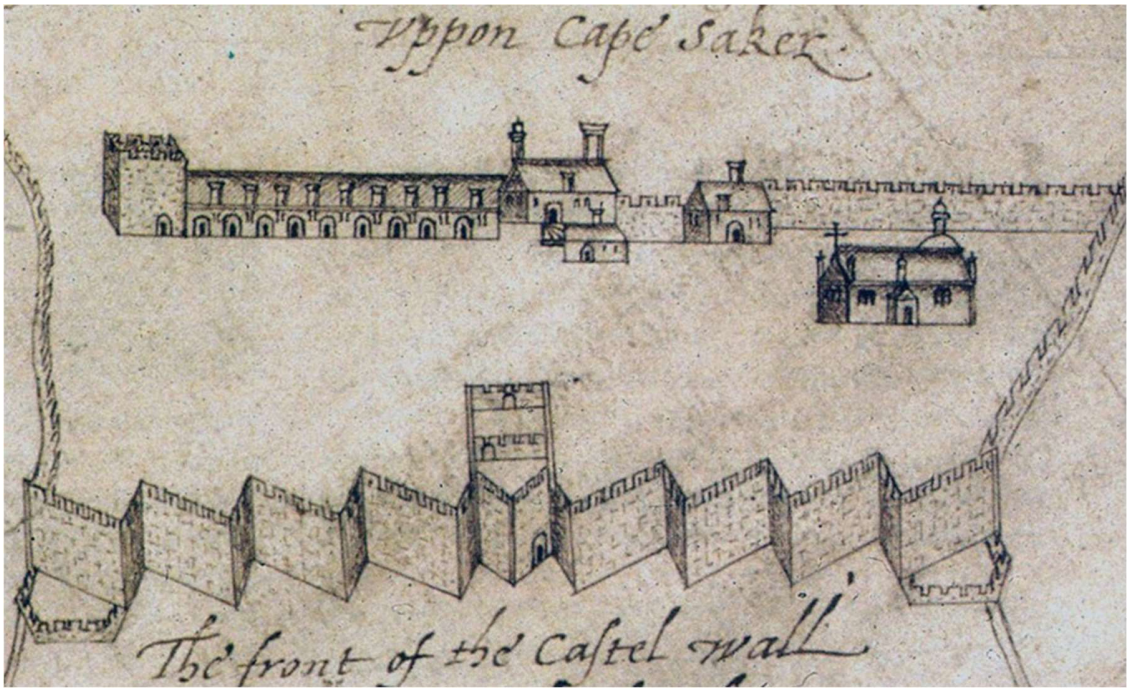




Figura 75 – *Planta da Torre do Pano Poente.* Alexandre MASSAI (c. 1621) – *Descrição do Reino de Portugal.* Museu de Lisboa.

Figura 76 – *Alçado da Torre do Pano Poente*. Alexandre MASSAI (c. 1621) – *Descrição do Reino de Portugal.* Museu de Lisboa.

Figura 77 *– Fortaleza de Sagres em 1587,* Londres: British Museum, Coleção Cotton.



[392] Desenho conservado no British Museum, Coleção Cotton.

Nos dois casos encontramos uma porta numa das faces da torre, que em Sines foi mandada encerrar por Estêvão da Gama, mas de que ainda se vê o vão entaipado no levantamento executado por Alexandre Massai no primeiro quartel do século XVII. Na praça algarvia também existia uma estrutura a defender a porta pelo interior, semelhante àquela que este alcaide-mor construiu, para defender a porta por si mandada abrir, e que iremos estudar em pormenor mais à frente.

A muralha em ziguezague de Sagres permitia defender os panos com tiro flanqueado, de forma inteligente e bastante menos dispendiosa do que se tivessem sido edificadas várias torres. Em Sines, esta solução permite abarcar a metade Sul do pano, até à torre de Vigia, mas não apresenta qualquer vantagem relativamente à outra metade do mesmo pano.

A solução de uma porta rasgada na base de uma torre foi utilizada igualmente no castelo de Terena, que estava a ser remodelado no ano de 1509, quando foi registada por Duarte d'Armas[393].

A escassez de torres lembra-nos o castelo de Aljezur, também comenda santiaguista, mais antigo que o de Sines e situado na margem de uma ribeira, se bem que próximo da costa Sudoeste, mas já no Algarve. Apresenta penas, para além de uma torre de planta retangular, uma torre cilíndrica que lembra a torre de Vigia de Sines, neste caso virada a Norte, controlando a linha de água, certamente outrora navegável e a porta de acesso.

No último piso da torre de menagem destaca-se o único vão original com moldura de cantaria. Trata-se de uma janela amainelada, com dois arcos ogivais ultrapassados. A moldura, de grande depuração formal, simplesmente chanfrada, enquadra-se dentro do gótico austero do reinado de D. Afonso V, durante o qual terá sido certamente executada. É também contemporânea da igreja de Santiago do castelo de Palmela, cuja primeira pedra foi lançada a 5 de maio de 1443, «sendo Mestre da ordem o Infante Dom Joaõ, filho do mesmo Rey D. Joaõ o I», nas palavras de Frei Agostinho de Santa Maria[394]. Os arcos ultrapassados não deixam de ter um vago sabor islâmico, lembrando-nos mais uma vez a complexidade do mundo cultural em que se ergueu o Castelo de Sines.

[393] Mário Jorge BARROCA (2006) – *Terena; O Castelo e a Ermida da Boa Nova*. Lisboa: IPPAR – Direção Regional de Évora. p. 82-83.
[394] Frei Agostinho de SANTA MARIA (1724) – *Historia Tripartida* (…). Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Galram. p. 256.



Figura 78 – *Janela do último piso da torre de menagem,* Fotografia de António Martins Quaresma, 2006.

8.3. O Castelo e a Vila

Mesmo antes da construção das muralhas, a pequena povoação de Sines ocupava um sítio naturalmente defendido, no topo de uma íngreme falésia. À volta da sua igreja, com origens ao redor de 1240, sob a proteção do Salvador, organizou-se o núcleo habitacional, enquanto que a vida marítima decorria na praia ou na pequena calheta, situada a poente, abençoada a partir do século XIV pela presença da ermida de Nossa Senhora das Salas. Entre estes dois pontos desenvolvia-se, quase em linha reta, o eixo por onde fluía a vida económica do burgo. É neste contexto que se constroem os muros, com que os homens-bons se quiseram «cercar», e não no topo do maciço eruptivo, de onde se podia dominar um território mais vasto, e que teria sido o tipo de implantação medieval privilegiada, como se pode ver pelo exemplo próximo de Santiago do Cacém ou até de Sesimbra.

A implantação e planimetria do Castelo são assim fundamentalmente condicionadas por três elementos: a barroca, junto da qual tem de ser edificado para controlar o mar – e já não a terra – e ser bem visto, como elemento dissuasor de um ataque; a igreja Matriz, também da esfera da Ordem de Santiago e por isso com uma ligação umbilical que se

encontra igualmente noutras terras da milícia[395]; e a rua Direita, que também tem de ser controlada, pois do comércio marítimo e da pesca vem uma parte significativa das rendas da Ordem. Do equilíbrio destes fatores resulta que o Castelo não tenha sido construído com o seu lado maior paralelo à falésia, o que teria mais impacto visual quando visto do mar, mas se desenvolveu a partir desta em direção ao eixo viário, em cujo ponto de encontro se ergueu a torre de menagem.

Reconhece Alexandre Massai, sublinhando a importância da falésia em que assenta a povoação como defesa natural, «Posto q̃ a Villa seja forte do sitio natural», numa estratégia de implantação tipicamente mediterrânica: «alcandorada num lugar incómodo donde se domina o recesso costeiro»[396].



Figura 79 – *Vista Aérea de Sines.* c. 1950, AMS.

[395] Mário Raul de Sousa CUNHA (2012) – *As Igrejas da Ordem Militar de Santiago; Arquitetura e Materiais.* Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em História da Arte Portuguesa.
[396] Orlando RIBEIRO (2011) – *Mediterrâneo; Ambiente e Tradição.* 3.ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 147.

Do topo da «Barroca» vigiava-se o mar, sentia-se a ameaça dos corsários, adivinhavam-se as mudanças dos ventos e do estado do tempo, esperava-se a chamada dos «calhaus» para ir recolher o peixe das redes das armações.

> Toda a vida aqui se abre e volta para o mar. No alto da arriba há esplanadas em meia-lua com seus banquinhos de pedra, onde os marítimos conversam, se aquecem ao sol, e contemplam a vastidão do oceano.[397]

> É ás rochas escarpadas, ás ladeiras, aos taboleiros de verdura impendentes, á exótica bananeira, ás casas dependuradas, a uma subida de calçada, a cannaviaes debruçados, a tudo isto, chama-se em Sines *Barrocas*. É no cimo dessas barrocas, ao longo d'uma explanada mui pouco undulada, que se estende a Villa d'oeste a leste.[398]

A atividade portuária era complementada por uma agricultura de subsistência que se desenvolvia numa densa teia de cercas e cerrados que envolviam a vila, protegidos dos ventos salinos por valados e canas descritos por Francisco Luiz Lopes em 1850:

> Os arredores da Villa são um inextricável labyrintho de cêrcas, dividido por caniçados e vallados de areia. Cerquinhas, quintalejos, vinhitas, courelinhas, aqui tudo é diminutivo. Quem de inverno vê esse areial escampado, raso, mil-partido, nu e deserto, desconheceu-o de verão ao vê-lo apavonado e loução de todas as galas da vegetação a mais variada. Um tal improviso de creação é um verdadeiro milagre de cultura. O que era areia estéril, é um tapete de verdura, de vides pampinosas, de messes unduladas, de flôres, de fructos; é uma alcatifa onde Pomona e Ceres, e as mais Divindades campestres se entrançam em mythologica choréa.[399]

O porto, mais piscatório que comercial, esteve sempre fortemente sujeito às condições do tempo, que impediam a ida ao mar nos dias invernosos e obrigava a uma forte dependência também deste território periurbano, onde se cultivava uma pequena horta e se criava um porco, que fornecia a carne necessária. Para além deste espaço, a paisagem abria-se com dunas arenosas nas proximidades da vila. Nos terrenos de melhor qualidade, como os da elevação de Monte Chãos ou da ribeira de Moinhos, as vinhas ou as searas, estendiam-se em propriedades de maiores dimensões.

---

[397] *Guia de Portugal II; Estremadura, Alentejo, Algarve* (1927) – Lisboa: Biblioteca Nacional. p. 11.
[398] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 32.
[399] *Ibidem*, *op. cit*., p. 38.



Figura 80 – *Fotografia Aérea de Sines*, meados do século XX, Coleção do Museu de Sines.

O Castelo domina a baía – delimitada a poente pela Ribeira e as formações rochosas que se seguiam ao Rebolim e a nascente pelo Pontal de Santa Catarina – impondo-se pela sua localização num lugar central e ligeiramente elevado, situado entre as duas antigas linhas de água: o barranco da Misericórdia, a poente, no local das atuais escadinhas do Muro da Praia e o barranco Detrás do Castelo, a atual rua Pedro Nunes. A Sul confronta com a *barroca* que cai abruptamente sobre a praia, a Poente quase que toca na igreja, cuja implantação é anterior. O Castelo controla as duas importantes vias comerciais: a marítima, certamente dominante, mas também a terrestre, que ligava o porto ao *hinterland*, por isso a torre de menagem e as casas da alcaidaria erguem-se sobranceiras à rua Direita e ao antigo e vasto Rossio, onde convergiam quatro importantes estradas: o caminho de São

Pedro – que conduzia a Norte, à ribeira de Moinhos e a Melides –, as estradas de Santiago, de Beja, e de Nossa Senhora dos Remédios – conduzia a Sul, ao longo da costa – e ainda o caminho que conduzia ao convento de Santo António.

Como sublinha Fernand Braudel, «a cidade é feita de movimentos que ela devora, detém em seu proveito, depois relança»[400], por isso não é de estranhar que a rua Direita seja o eixo gerador da vila, e seja mesmo anterior a ela. Quando a povoação extravasa as muralhas, organiza-se numa malha ortogonal, com ruas sucessivamente paralelas à rua Direita e ao mar, cruzadas por travessas perpendiculares[401]. Ao centro abre-se a praça, centro do poder municipal, com o pelourinho e as casas da Câmara. Comparada com a imponente massa do Castelo, os Paços do Concelho eram uma miserável construção térrea, com apenas dois compartimentos, que Francisco Luiz Lopes descreveu pouco antes da extinção do Concelho. No primeiro estava o escritório da Câmara e no segundo o seu arquivo, que não passava de «uma arca comprida com um espaldar em fórma de banco de Igreja»[402].

Não é o Castelo que organiza o espaço urbano, antes pelo contrário, é a vida do porto, com o seu vaivém de carroças e almocreves ao longo da rua Direita, que organiza a povoação. O Castelo está fora desta lógica, tem a sua razão de implantação própria, mas não deixa de espreitar e controlar atentamente tudo o que se passa.

Os vazios urbanos que surgem do encontro deste grande recinto retangular, com a malha urbana ortogonal, são espaços de grande qualidade urbanística, como o largo Poeta Bocage, de planta triangular, que destaca outro grande elemento que quebra as regras do tecido urbano: a igreja Matriz, de planta rigorosamente orientada, que conserva a implantação do antigo templo medieval, respeitando um alinhamento com a ideologia religiosa do seu tempo e não o dos principais eixos viários. A própria vizinhança do Castelo com a igreja Matriz, que quase a ele se liga na sua cabeceira, parece sublinhar o carácter simultaneamente militar e religioso que caracteriza a Ordem de Santiago, e que é base fundamental para se compreender as estratégias dos seus representantes.

---

[400] Fernand BRAUDEL (1995) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. 2ª ed.. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Vol. I. p. 351-355.

[401] Luisa TRINDADE (2016) – Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV. *In* Luís Filipe OLIVEIRA, coord. – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Colibri. p. 95-97.

[402] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 62.

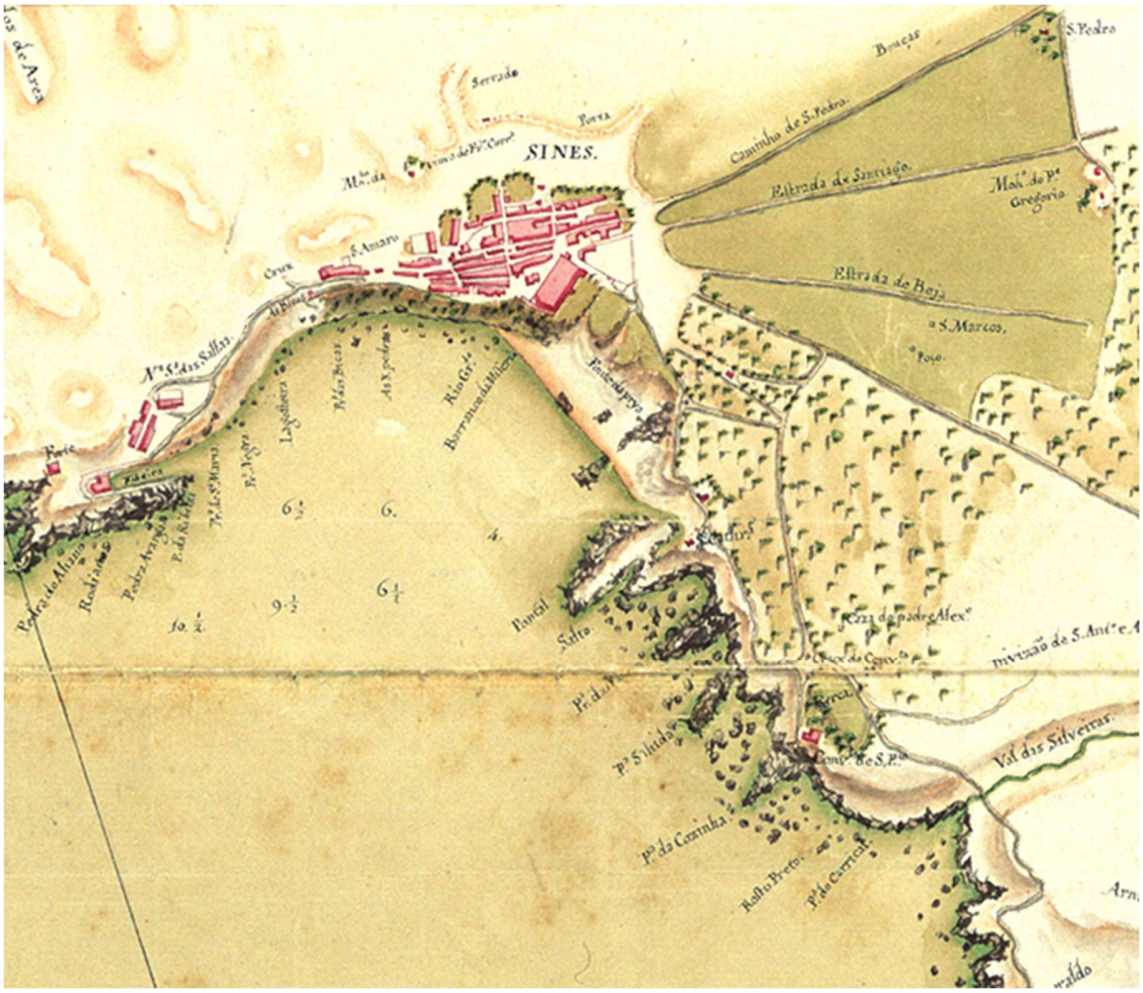


Figura 81 – João Gabriel de Chermont, *Carta da Costa do Governo de Sines*, 1790, Instituto Geográfico Português, Carta CA 282.

9. O tempo dos Alcaides-Mores

9.1. Funções e Obrigações do Cargo

O termo «Alcaide» deriva do *qâ'id* mouro, governador de uma cidade e seu território[403], função que se veio a restringir ao domínio militar na sua utilização em territórios cristãos. A noção de que este, assim como muitos outros termos, remontava ao tempo do domínio muçulmano na Península foi mantida viva pelos eruditos, como Bluteau[404], que registou ser a palavra formada pelo artigo *Al* e por *Caydum*, derivado do verbo *Cade* que significa capitanear.

Este cargo de «Alcaide» não era entregue «senão a pessoa de muita satisfação, honra, e sangue», que fosse «Cavalleiro Fidalgo, que vingasse 500 Soldos»[405], como estipularam, por exemplo, D. Afonso III, no foral de Vila Real, e D. Dinis no de Celorico de Basto.

Foi no longo reinado de D. Afonso V (r. 1438-1481) que se incrementou e terminou a construção do Castelo de Sines, obrigando, naturalmente, à nomeação do primeiro titular do cargo. O monarca dedicou, nas suas *Ordenações*, um capítulo aos alcaides-mores dos Castelos[406], o que nos permite ter uma imagem mais clara das suas funções e obrigações, tal como dos critérios que presidiam à escolha dos seus ocupantes. O normativo mantém-se, no entanto, fiel às velhas tradições ibéricas, fixadas por Afonso X, *o Sábio*, rei de Castela, nas suas *Siete Partidas*[407].

As *Ordenações* estabelecem que os alcaides deveriam ser competentes para guardar os castelos[408] e que cumprissem o seu dever, tendo aí os homens, os mantimentos e as armas necessárias. Para além disso, deviam ser sempre de boa linhagem, de pai e mãe, pois assim se pensava garantir a lealdade e uma correta atuação, que não os envergonhassem ou de

---

[403] Joan COROMINAS (1990) – *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana.* 3.ª ed. revista e melhorada. Madrid: Editorial Gredos. p. 38.
[404] Rafael BLUTEAU (1712) – *Vocabulario Portuguez e Latino* […]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. Vol. I. p. 216-217.
[405] Fr. Joaquim de Santa Rosa VITERBO (1798) – *Elucidario das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal Antigamente se Usárão, e que Hoje Regularmente se Ignorão*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. Tomo I. p. 73.
[406] *Ordenações Afonsinas* [Em linha]. Livro I. [Consult. 19 nov. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l1ind.htm
[407] Marina Ivanovna MAYOROVA (2017) – *Casas de Alcaidaria; Estruturas habitacionais nos castelos portugueses entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna*. p. 21. Dissertação apresentada ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre em História da Arte, Turismo e Património Cultural: Arte Medieval.
[408] «(…) que sejam os Alquaides taaes, como convem pera guardarem os Castellos». *Ordenações Afonsinas*, Título LXII.

alguma forma manchassem a sua descendência. Esperava-se também que fossem dinâmicos e empenhados em cumprir as obrigações do cargo:

> Ainda ha mester que seja esforçado, porque nom duvide de soportar os perigoos, que ao Castello vierem; e sabedor convem que seja, porque saiba fazer, e aguisar as cousas, que conveem aa guarda, e defendimento delle.[409]

O alcaide não deveria ser muito pobre, para que não tivesse a cobiça de enriquecer à custa do cargo. Devia viver sempre no castelo, e se dele tivesse de se ausentar teria de, «segundo foro d'Espanha, leixar hi outro em seu lugar, também fidalgo, que nunca houvesse feito traição». Se falecesse sem que pudesse designar quem o pudesse substituir, lhe sucederia o parente mais chegado, que estivesse no castelo, e quando este faltasse, se faria eleição de um alcaide, até que o rei provesse, ou no caso de Sines, a Ordem de Santiago.

Para controlar a atuação destes homens, a milícia estabeleceu os seus mecanismos próprios de fiscalização, já previstos em 1175, na sua bula de fundação[410], mas só a partir do Capítulo Geral de 1430, passou a ser obrigatória a elaboração de uma ata escrita. Um *regimento* para as visitações foi finalmente elaborado, em 1478, durante o governo do príncipe D. João, futuro D. João II, dando início a um reforçado empenho no controlo do património e da ação dos seus agentes, de que resultou um extraordinário acervo arquivístico, dos mais importantes para o conhecimento da história do Castelo de Sines, e de que o primeiro resultado material foi a ata da Visitação de 1480.



Figura 82 – D. João II, *Livro dos Copos,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 272, fl. 3.

[409] *Ibidem*, Item 2.

[410] Paula Pinto COSTA (2012) – As Visitações: As Ordens Militares Portuguesas Entre Poderes?. *In* Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, coord. – *As Ordens Militares; Freires, Guerreiros, Cavaleiros.* Palmela: Câmara Municipal. Vol. I. p. 408. Atas do VI Encontro Sobre Ordens Militares.

Em 1509, já sob iniciativa do mestre D. Jorge de Lencastre[411], são pela primeira vez impressas as *Regras, Estatutos e Definições da Ordem de Santiago*, onde são minuciosamente estabelecidas as normas para as visitações, entre as quais «De como hade ser visitada a fortaleza ou casa do comẽdador»[412]. Este ponto ocupa apenas uma página, onde se define aquilo que deveria ser inspecionado e a quem caberia efetuar as reparações:

> Itẽ veraão como estã corregidos os muros: torres: a torre da menagem: barreiras: barbaquaãs: e cauas: cisternas. as quaaes cisternas se ouuerem meester gramde despesa: isto notificaram ao Mestre pera pueer como for bem. E quãto as casas e corregimẽto dellas: e portas: e fechaduras: cadeyas: cadeados: chaues: e outras semelhamtes cousas. se acharẽ que nõ estã como deuẽ: mãdaram ao comẽdador que as faça: e corregua. asinamdo pera ello tẽpo cõuinhauel.[413]

No âmbito da reforma administrativa empreendida por D. Manuel, seguiu-se o que de longa data estava imposto aos alcaides, mas este monarca viria a estabelecer, nas *Ordenações,* regras mais desenvolvidas quanto à conservação dos castelos, onde se incluíam também aqueles que eram da jurisdição das Ordens.

O Título XVIII estabelece a forma «*De como os Castelos ham de seer repairados»*, obrigação que recaía sobre os alcaides-mores e, no caso de Sines, sobre a Ordem a que pertenciam:

> (…) todo aposentamento necessario pera a vivenda do Alcaide Moor, e assi estrebarias, atafonas, fornos, casa d'almazem, e de mantimentos, telhados de torres, portas de fortaleza, e assi barreiras, e baluartes, trancas, ferrolhos, e fechaduras, repairo de cisternas e poços, e quaisquer danificamentos de muros, e barras, e assi d'ameas, e peitoris.

No entanto, o povo continua a ser obrigado a servir nalgumas destas obras:

> E caindo torre, ou lanço de muro, baluarte, ou barreira, o pouvo lhe dará a serventia. E o mais fará o Alcaide Moor aa sua custa.
>
> E os Alcaides Moores, que nom teverem os ditos Castelos de juro, seram obrigados a repairar todas as cousas sobreditas, e de as entregar no estado em que lhe forem entregues, tirando muros, barreiras, e baluartes, e torres. E quando assi repairarem as sobreditas cousas, que sam obrigados repairar, o povo lhe dará a serventia.

[411] D. Jorge não foi eleito pelos *Treze*, órgão de cúpula da Ordem, mas nomeado pelo rei. Sendo assim, não devia ser designado como «Mestre» mas sim como «Governador», à semelhança dos anteriores príncipes que ocuparam o cargo, no entanto usou sempre, abusivamente, este título.
[412] *Regra, Statutos & Deffinções da Ordem de Santiaguo* (1509) – Setúbal: Herman de Kempis [Hermão de Campos]. Fl. 66v.
[413] *Ibidem.*

O mesmo documento legal cria mecanismos de controlo da sua aplicação no terreno, obrigando à execução de relatórios minuciosos sobre o estado de conservação das estruturas à data da sua entrega

Os juízes das cidades, vilas e lugares do reino estavam obrigados a ir inspecionar as fortalezas do seu território, até quinze dias após a sua tomada de posse, para verificarem se estavam em bom estado de conservação, e se fosse necessário repará-las, como era obrigação do alcaide-mor, não o deixariam arrecadar as rendas[414]. O desaparecimento de toda a documentação municipal anterior ao século XVII não permite, no entanto, verificar se, em Sines, tal obrigação foi minimamente cumprida.

9.2. Estêvão da Gama (alcaide-mor, c. 1470-c.1497)

O primeiro alcaide-mor de Sines, de que temos notícia, foi Estêvão da Gama, que ocupou o cargo nos reinados de D. Afonso V e de D. João II, passando a deter um poder assente no castelo, o que documenta a conclusão do mesmo.

Estêvão da Gama foi criado do infante D. Fernando (1433-1470), primeiro duque de Beja e pai do futuro rei D. Manuel I, que acumulou os governos das ordens de Santiago e de Cristo. Este era o herdeiro do Infante D. Henrique, mas também o sucessor do infante D. João à frente da milícia santiaguista, e cedo procurou a glória dos campos de batalha, estreando-se nos cenários norte-africanos em 1458, por ocasião da conquista de Alcácer Ceguer, importante base de corsários[415].

Passada uma década, encontramos Estêvão da Gama a desempenhar um importante papel nos planos militares do duque. Terá andado disfarçado de vendedor de figos, para fazer o reconhecimento da cidade de Anafé – atual Casablanca. Desta sua missão secreta, levada a cabo em 1468[416], deixou-nos o cronista Damião de Góis uma colorida descrição:

> mãdou primeiro espiar p*or* Stevão da gama, fidalgo de sua casa, q*ue* pera mor dissimulaçam foi la com hum navio carregado de figo passado do Algarve, em modo de mercador, & pera milhor conheçer ho sitio da villa elle mesmo ẽ vestidos de marinheiro andava cõ has peças de figos, & passa as costas, vendendo has pela villa,

[414] *Ordenações Manuelinas* (2006). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Livro II. p. 227. Edição Fac-similada da edição de 1792. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
[415] Damião de GÓIS (1724) – *Chronica do Principe Dom Ioam*. Lisboa: Officina da Música. XI. p. 43.
[416] Segundo Damião de GÓIS ou 1469, segundo Rui de PINA.

> pera notar ho q*ue* nella havia, & quã forte era, & há gente que era neçessaria pera ha tomarem.[417]

Graças em parte às informações recolhidas no terreno, D. Fernando avançou sobre esta praça, que conquistou e destruiu[418].

O alcaide-mor de Sines participou também na batalha de Tânger, de 1471[419], e como recompensa pelos serviços prestados, foi feito senhor das saboarias de Estremoz, Sousel, Fronteira e das Judiarias de Santiago do Cacém, e agraciado com uma tença de 7.000 reais[420]. Mais do que procurar obter o controlo das riquezas cerealíferas do comércio, o principal objetivo da conquista desta cidade terá sido, mais uma vez, o desmantelamento da base naval aí existente, onde se armavam galés e fustas que dizimavam as costas castelhanas e portuguesas[421]. Terão sido, muito provavelmente, esses seus relevantes serviços em África, a justificarem a sua nomeação como alcaide-mor de Sines, como se justificou a nomeação do novo comendador de Sesimbra, em 1488, «polos muytos e estremados seruiços que lhe them [a D. João II, ainda príncipe] fectos e asy aa dicta hordem nas guerras dos mouros […] com gramdes trabalhos e perigoos de sua pessoa e espargindo de sseu samgue e gastos e despesas de sua fazemda.»[422].

Ao reforçar as defesas do Castelo de Sines, reflete claramente o conhecimento da geografia e dos cenários de guerra do Norte de África, pois não lhe terá sido indiferente as semelhanças claras entre Sines e Anafé, que estão bem patentes na descrição que Duarte Pacheco Pereira fez desta cidade:

> *Há baya da Cidade danifee nordeste & sudeste & tem na Roota sinco léguas; & todo este caminho som barrocas de pedra ao longuo da Costa & e pouca praya*[423]

D. Afonso V passou certamente por Sines, em setembro de 1471, ano em que esteve documentadamente em Santiago do Cacém, de onde enviou duas cartas datadas de dia

---

[417] *Idem* (1567) – *Chronica do Principe Dom Ioam* […]. Lisboa: Françisco Correa. Fl. 21v.
[418] Fernando PESSANHA (2019) – A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468); Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra. n.º 19, p. 97-122.
[419] Luís Adão da FONSECA (1997) – *Vasco da Gama; O Homem, a Viagem, a Época*. Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998; Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
[420] *Ibidem,* p. 17.
[421] Fernando PESSANHA, *op. cit.*, p. 97-123.
[422] ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 2, n.º 56, 1488-1492. *Apud*. Cristina CONCEIÇÃO (2020) – Visitação da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492). *Akra Barbarios; Sesimbra, Cultura e Património*. Sesimbra, n.º 4. p. 59.
[423] Duarte Pacheco PEREIRA (1892) – *Esmeraldo de Situ Orbis.* Lisboa: Imprensa Nacional. p. 27.

26[424]. O rei chegara a Arzila a 20 de agosto, escrevendo daí as suas primeiras cartas seis dias depois, e a 17 de setembro partiu de regresso a Portugal[425] com uma frota onde poderia ter embarcado também Estêvão da Gama. A 20 estava em Lagos, a 22 na Raposeira e só a 29 chegou a Setúbal. É possível que tenha encontrado mau tempo e ventos contrários pelo caminho que o obrigassem a aportar em Sines. Se pernoitou no Castelo ou não, nada o permite afirmar, ou sequer se este teria condições mínimas para receber o monarca. A ida a Santiago ter-se-á devido à curiosidade em conhecer o território ou às melhores condições de alojamento que ofereceria o seu paço que, século e meio antes, abrigara uma dama de alta estirpe, como o fora D. Vataça?

9.2.1. O Castelo em 1480

No ano de 1480, quase uma década passada sobre a rápida visita de D. Afonso V, a Ordem efetua uma visitação[426] a Sines (doc. 6) – a mais antiga de que se conserva documentação – e nela o encontramos já como alcaide, com intervenção de vulto realizada, atestando já algum tempo de permanência no local. É o próprio Estêvão da Gama quem elenca aos visitadores as obras por si realizadas no Castelo.

As estruturas edificadas pelo alcaide-mor podem ainda hoje ser claramente identificadas a partir deste documento, sobre o qual a informação recolhida durante as recentes obras de recuperação permitiram incidir uma nova luz que clarificou muitos pormenores. Alguns pontos da edificação não estavam ainda concluídos, como era o caso de uma das torres que estava mocha, na qual «mandou fazer huum lanço de parede, alevantando a mais e a mandou toda amear. E chamasse a torre da Cegonha». Cobriu-a com um telhado argamassado, assente em grossa madeira, e em baixo instalou a adega, o que confirma o peso da vinha na economia local, que rendia ao comendador cinco a seis tonéis de vinho, consoante os anos[427]. Esta torre deve ser a que se situa a meio do pano poente, de planta retangular, pois a outra possibilidade seria a torre de planta quadrada, no ângulo NE, mas esta é um volume maciço, que nunca poderia ser utilizado no seu interior. Esta torre

[424] Maria Manuela da Silva DURÃO (2002) – *1471 – Um Ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V.* Vol. I. p. XXXV. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em História Medieval.
[425] Rui de PINA (1977) – Crónica de D. Afonso V. In *Crónicas de Rui de Pina.* Porto: Lello & Irmão. p. 820-825.
[426] As visitas episcopais às igrejas das dioceses surgem regulamentadas pelo Segundo Concílio de Braga, que se debruça, não apenas sobre a prática religiosa e a forma de ministrar os sacramentos, mas também sobre a sobrevivência material do clero, para o que se impunha a doação de património devidamente confirmada por escrito. *Cf.* Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 36.
[427] *Visitação a Sines em* 1480, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 1, doc. 29, fl. 3.

apresenta claramente duas fases de construção, com o paramento superior mais estreito, bem visível do exterior.

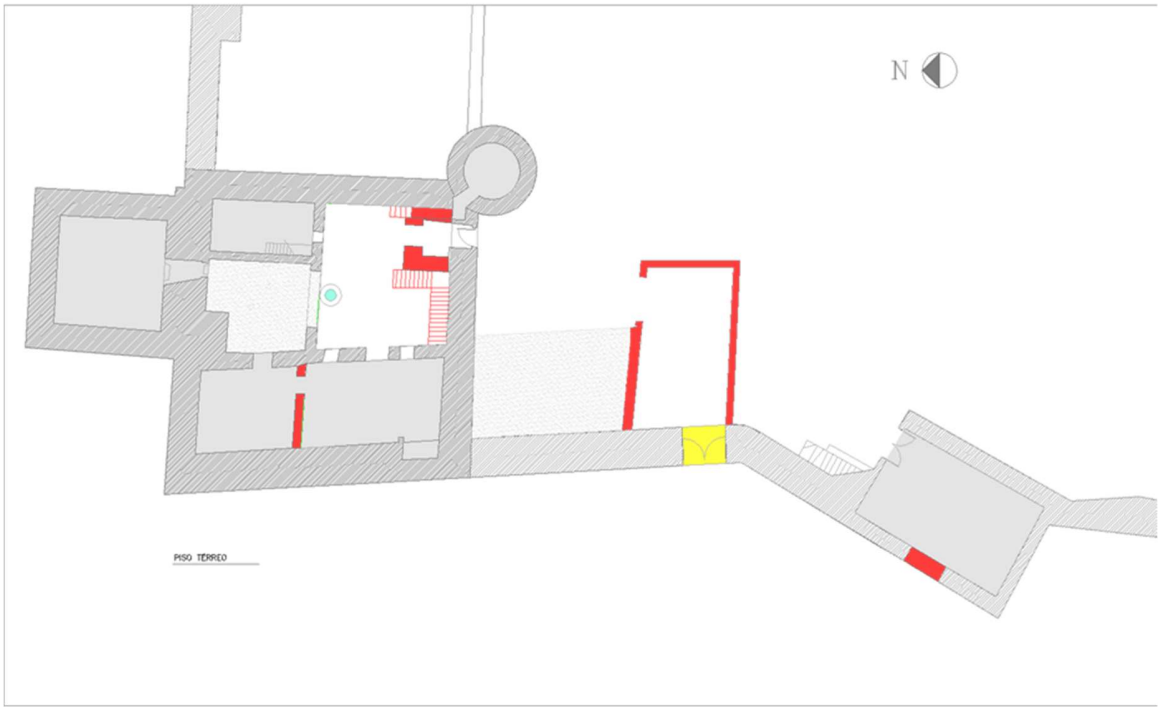


Figura 83 – *Planta do piso térreo do Paço do Castelo de Sines, com as alterações efetuadas por Estêvão da Gama, identificadas na Visitação de 1480,* desenho do autor.

A longa duração dos trabalhos de construção do Castelo fica comprovada porque, enquanto alguns pontos ainda estão por terminar, outros já apresentam problemas de conservação, informando o comendador que os panos de muralha apresentavam já «quebrradas que era muyto comesto ha logares darredor», o que obrigou à sua reparação. Certamente que um dos principais problemas de conservação desta estrutura, o da elevada concentração de sais higroscópicos nas argamassas, devido ao sal marinho, era já bem patente e será uma das constantes da história deste monumento. Um dos cubelos havia mesmo ruído totalmente.

O documento nada nos diz acerca da torre de Menagem, que deveria estar terminada, com a sua janela amainelada, a que já nos referimos, marcada pela austeridade e despojamento do gótico do reinado de D. Afonso V, e com os seus dois arcos ogivais, ultrapassados, que lhe conferem simultaneamente um ar mudéjar, que documenta os impactos culturais das conquistas Norte-Africanas.

O comendador mandou abrir uma nova porta, do lado da vila, encerrando outras duas, para tornar o Castelo mais seguro. Mandou cobrir com um telhado novo um «cubelo (…) que esta sobre o mar pera velarem delle com qualquer tenpo que faça», assente em estrutura de madeira e mandou fazer ao pé um botaréu. Trata-se da torre de planta circular que conserva o nome de «torre de Vigia». Esta cobertura foi substituída na Época Moderna por uma guarita de planta circular, coberta por cúpula de alvenaria, demolida em inícios do século XX.

Outro cubelo, também «da parte do mar que era todo por terra» foi reconstruído pelo Concelho com ajuda e «aviamento»[428], como era prática antiga já esplanada. Seria aquele que, no século XVIII, João Gabriel de Chermont designou como «Torre do Paiol» e que viria a ruir, de novo, na década de 1930, nunca tendo voltado a ser reconstruída.



Figura 84 – *Vestígios da ombreira da porta interior do «baluarte»*, fotografia do autor, novembro de 2020.

9.2.1.1 Os Baluartes

O reforço dos mecanismos de defesa foi uma das principais preocupações de Estêvão da Gama, que reforçou as portas com a construção de «baluartes». Do que foi construído para proteger a porta do Castelo, ainda subsistem as fundações e o seu levantamento gráfico realizado em finais do século XVIII, assim como a ombreira da sua porta interior, no cunhal da casa da guarnição. Esta estrutura terá sido demolida no século XIX, quando se torna mais um obstáculo à circulação do que um mecanismo de defesa.

[428] Feito executar, aprontar.

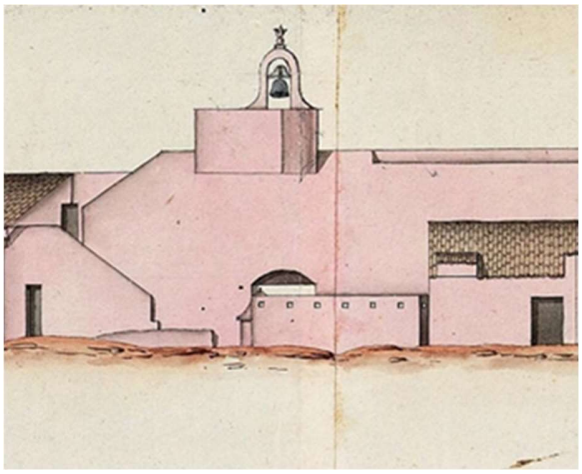


Figura 85 – João Gabriel de Chermont (1790) – *Perfil, Elevação e Vista do Interior da Fortaleza de Sines, N.º 5,* Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos, cota 3567/III-3-31-43. Ao centro vê-se ainda o «baluarte» mandado edificar por Estêvão da Gama para proteger a porta principal do Castelo e destruído na segunda metade do século XIX. No cunhal da Casa da Guarda ainda é visível parte da ombreira da porta e as fundações afloram pontualmente no terreno.

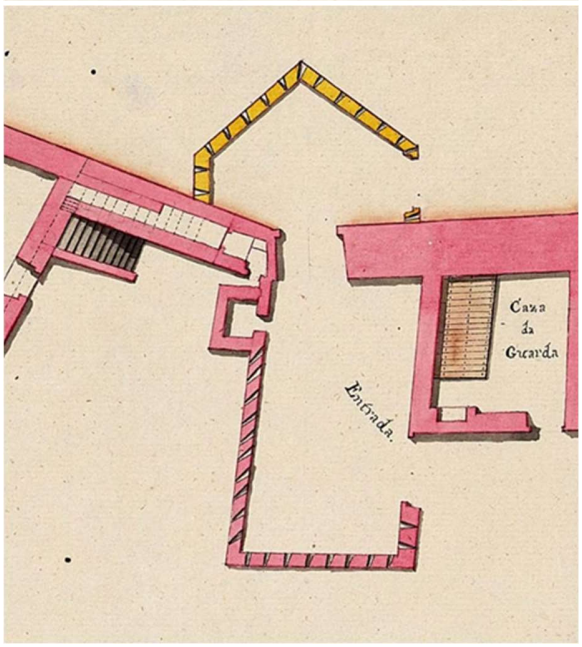


Figura 86 – João Gabriel de Chermont (1790) – *Fortaleza de Sines, N.º 4* (planta, pormenor), Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos, cota 3567/I-3-31-43. A barbacã de porta, a amarelo, nunca chegou a ser construída.

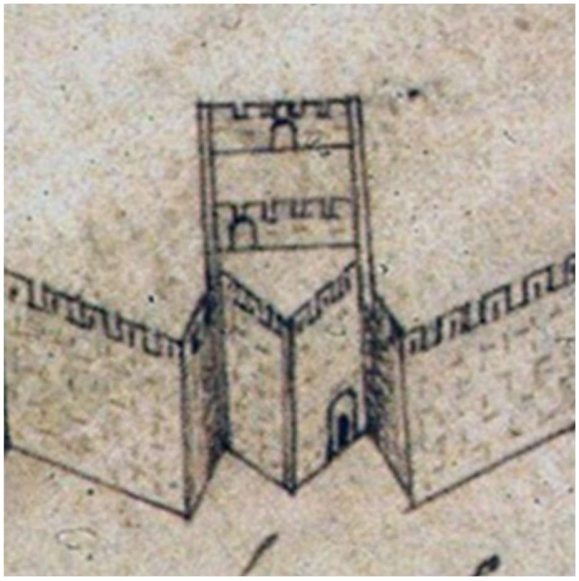


Figura 87 – *Pormenor do desenho da Fortaleza de Sagres realizado aquando do ataque das forças de Francis Drak,*. British Museum, Coleção Cotto. Nesta perspetiva cavaleira da fortaleza de Sagres é visível um «baluarte» semelhante ao de Sines mas duplo.

Quanto ao segundo «baluarte» «dentro do dicto castello, aa porta por honde se entrram os paaços»[429] conserva-se ainda hoje integralmente. É perfeitamente visível que se trata de uma estrutura adossada à espessa parede de alvenaria do paço, existindo mesmo um espaço de dois a três centímetros a separar os dois panos de alvenaria, denotando claramente a sua construção posterior. Na sua edificação foram utilizadas peças de cantaria lavrada da época visigótica: três na construção da parede, mais um fragmento de pilastra a servir de lintel à porta interior.



Figura 88 – *O segundo «baluarte» de proteção da porta de acesso ao pátio do Paço, visto do seu interior.* Fotografia do autor, 2010.

Depois de termos apresentado em detalhe a estrutura arquitetónica do Castelo, identificando as alterações nele introduzidas por Estêvão da Gama, vamos debruçar-nos sobre estas duas estruturas que, numa primeira abordagem, nos causaram a estranheza de aparecerem designadas como «baluartes», mas cuja descrição e cronologia se afastam claramente das estruturas modernas que viriam a ser assim designadas.

[429] *Visitação a Sines em 1480*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 1, doc. 29, fl. 5v.

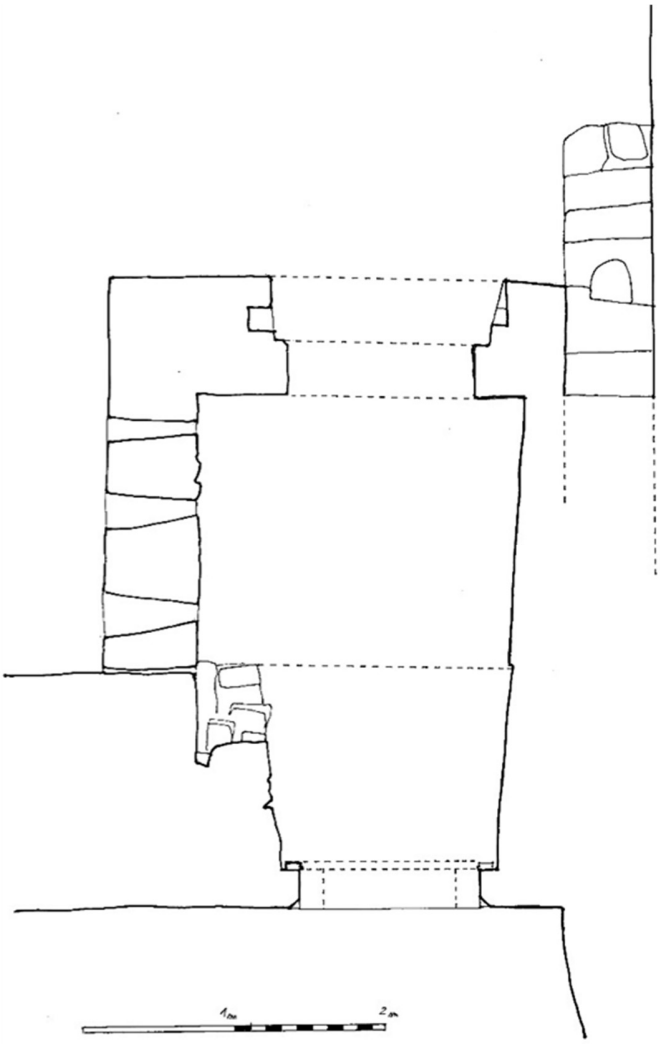


Figura 89 – *Planta do Segundo «Baluarte», «dentro do dicto castello, aa porta por honde se entrram os paaços».* Desenho do autor, 2020.

Os primeiros baluartes surgiram no século XVI, mas curiosamente esta importante inovação formal que veio revolucionar toda a arquitetura militar, não trouxe consigo um nome original, mas adotou um termo que já se encontrava amplamente espalhado no século anterior. Em França surge a palavra «bolwer» ou «boulevard» e nos Países Baixos «bolwerck, bollwerck, bollewerch» com inúmeras variações na grafia[430]. Segundo Pieter Martens, a origem de todas estas variantes seria o termo «bol-werk» que significa obra de

[430] Pieter MARTENS (2015) – Ingénieur (1540), Citadelle (1543), Bastion (1546): Apparition et assimilation progressive de termes italiens dans le langage de l'Architecture Militaire aux Pays-Bas des Habsbourg. *In* Marie Madeleine FONTAINE; Jean-Louis FOURNEL, dir. – *Les Mots de la Guerre dans l'Europe de la Renaissance.* Genève: Librairie Droz. p. 129-138.

madeira. Encontramo-lo associado a estruturas não só de madeira, mas também de terra, tijolo ou pedra, construídas para defender, pelo exterior, as portas ou mesmo alguns pontos das muralhas, mas com uma utilização bastante genérica que não implica um tipo específico de estrutura. Podemos vê-las claramente nalgumas das fortificações representadas no *Registre d'Armes* ou *Armorial d'Auvergne*[431], da BNF, executado entre 1450 e 1459[432].



Figura 90 – «Boulevard», *Registre d'armes ou armorial d'Auvergne, dédié par le hérault Guillaume REVEL au roi Charles VII*, 1450-1459, pergaminho iluminado, Bibliothèque Nationale de France, Département des Manuscrits, cota Français 22297, p. 459.

São edificações de pequena escala e de grande simplicidade, adequadas às condicionantes locais, mas apresentam as mesmas aberturas de seteira. Poderiam estar próximas daquilo que designaríamos como uma «barbacã de porta». O termo é utilizado por Duarte de Armas, que o aplica para nomear «muralhas exteriores com um alicerce mais largo e uma área livre e ampla, distando dos muros do castelo», na leitura de Paulo Pereira[433], com as que identifica nos castelos de Mértola[434], Juromenha[435] ou Castelo Rodrigo[436].

---

[431] *«Registre d'armes» ou armorial d'Auvergne, dédié par le hérault Guillaume REVEL au roi Charles VII* [Em linha]. Bibliothèque Nationale de France, Département des Manuscrits, cota Français 22297. [Consult. 2 jun. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8470455b.image
Este armorial associa as representações heráldicas habituais neste tipo de obras a vistas de diversas fortificações, algumas das quais de grande qualidade e minúcia de representação, coloridas a aguarela.
[432] Pierre-Yves LAFFONT, dir. (2011) – *L'Armorial de Guillaume Revel; Châteaux, Villes et Bourgs du Forez au XVe siècle*. Lyon: Alpara; Ministère de la Culture. p. 38.
[433] Paulo PEREIRA, *op. cit.*. Parte 2. p. 603.
[434][434] Duarte de ARMAS, *op. cit.*, fl. 121v.
[435] *Ibidem*, fl. 123v.
[436] *Ibidem*, fl. 129.

Também o castelo de Pombal teve as suas portas protegidas por «baluartes», referidos no Tombo dos bens e direitos que a Ordem de Cristo tem em Pombal, de 1508:

> (…) tem a Hordem huum castello fermoso e forte, cuja entrada he por huum baluarte que estaa junto da porta principal da egreja de Santa Maria. O qual castello he bem cercado de boom muro ameado e baluartes e logares asi aa entrada principal como aa entrada da porta nova e tem outro baluarte através da porta de treiçom e chama se o baluarte da Redinha.[437]

Ao contrário destes exemplos, os dois «baluartes» construídos em Sines não protegem as portas pelo exterior, mas sim pelo lado interior, certamente porque a consolidação de um espaço urbano extravasando as muralhas já inviabilizara esta hipótese. No entanto, temos de ter em conta que, para uma cronologia aproximada, mesmo um pouco anterior, existia um paralelo na fortaleza mandada edificar pelo infante D. Henrique em Sagres. Este caso é ainda mais curioso porque apresenta dois espaços murados no seguimento da porta.

Não nos podemos esquecer que D. Afonso V atravessou França, de Sul para Norte, em 1476 e 1477, chegando a Perpinhão a 17 de setembro[438], pelo que a presença de termos franceses neste documento não é de estranhar. A questão que deixamos no ar é se a sua utilização se deve a Estêvão da Gama ou ao escrivão da visitação.

9.2.1.2. Os Paços

Os Paços – como é designada a residência do alcaide-mor em 1480 – organizavam-se numa planta em L, em torno de um pátio, no centro do qual existia um poço. A sua descrição lembra a das casas do comendador do castelo de Santiago do Cacém (fig. 101), mais antigas, e que lhe podem ter servido de modelo, também organizadas em torno de um pátio interior, com a porta defendida por uma torre cilíndrica, um poço no meio e o piso nobre sobradado com uma sala[439], a que se acedia a partir do pátio por escadaria exterior, no entando a sua localização é diferente, a meio do pano de muralha nascente, olhando as terras do interior e não o mar. Outro paralelo a ter em conta é o castelo de Sesimbra (fig. 100), onde as casas da alcaidaria, também de maiores dimensões que as de Sines, se organizam numa planta em «U» igualmente ao redor de um pátio interior. Neste último

---

[437] *Tombo de Bens e Direitos nas Comendas de Soure, Pombal, Egas, Dornes e Redinha*, ANTT, *Ordem de Cristo e Convento de Tomar*, liv. 308, fl. 33. *Apud* Nelson Cordeiro PEDROSA (2014) – O Castelo de Pombal: da ruína à salvaguarda da sua memória. *Cadernos de Estudos Leirienses.* Leiria. n.º 2, p. 14.

[438] Saul António GOMES, *op. cit.*, p. 281-292.

[439] *Visitações a Santiago do Cacém efectuadas pelo mestre D. Jorge, Diogo Salema, Cavaleiro da Ordem de Santiago, e António Fernandes, prior de Colos, visitadores da comarca do Algarve*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 167, fol. 66. 1517.

exemplo, a torre de menagem é abobadada, mas o «lanço de casas em que o alcayde moor pousa – a saber – hũua sala booa gramde e estaa mal repayrada de janelas e portas e em alguua parte do sobrado tem a dita salla huua escada de tijolo por honde vam a ella quebrada»[440]. Apesar de poucos vestígios subsistirem desta estrutura residencial, as sondagens realizadas em 1972 por Susana e Vítor Oliveira Jorge permitem clarificar as descrições contidas nas visitações[441].

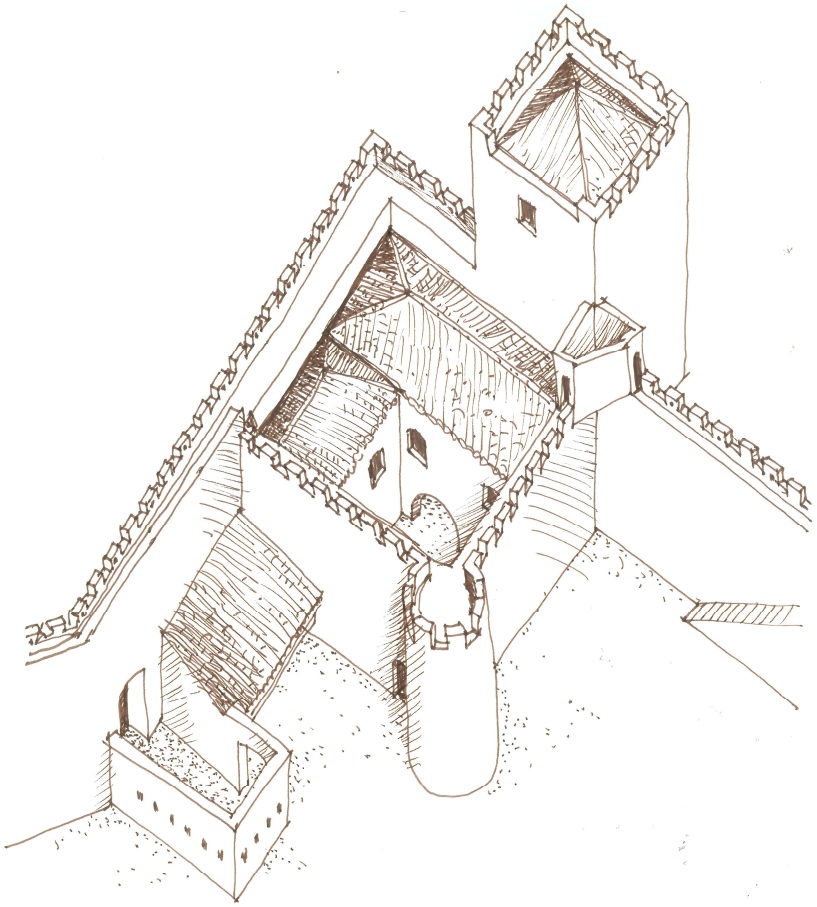
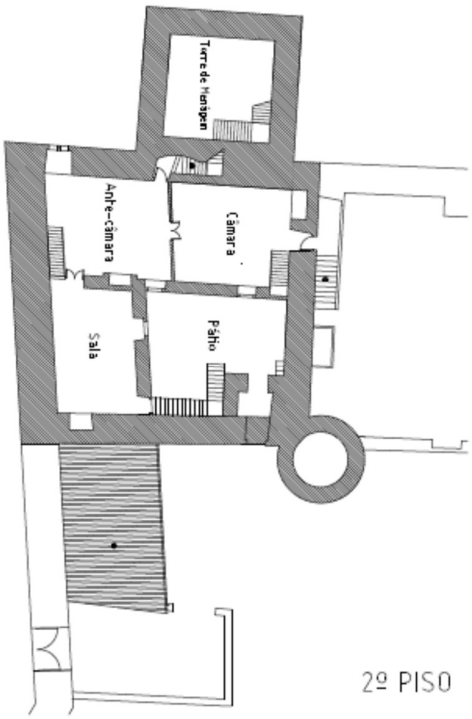
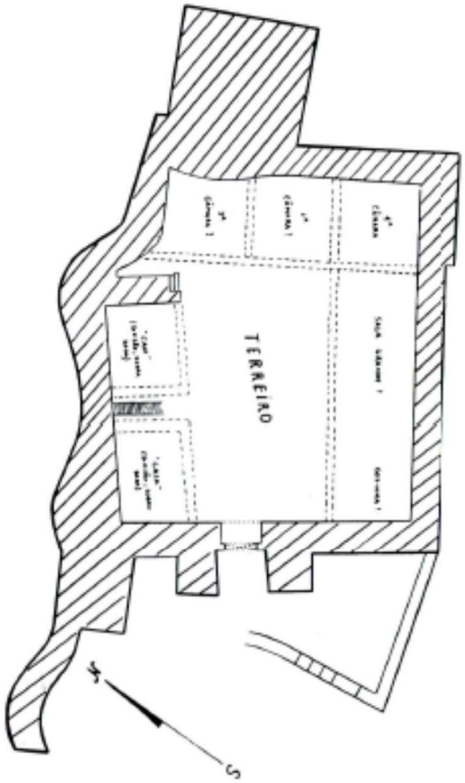


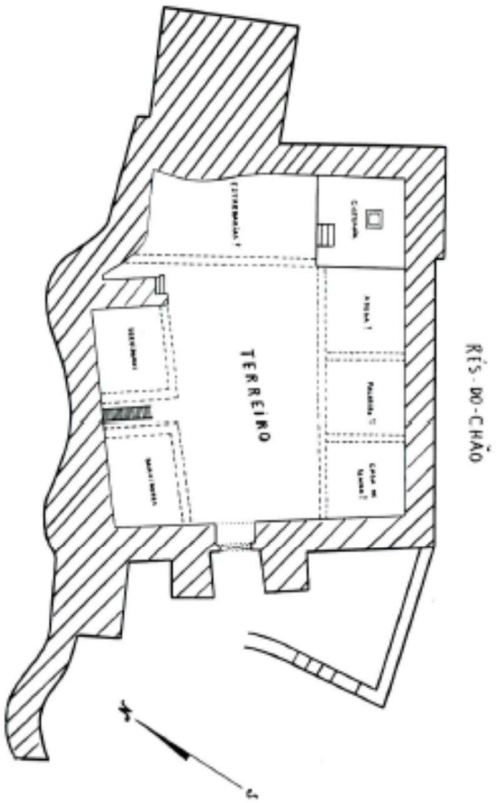
Figura 91 – *Perspetiva cavaleira de reconstrução dos Paços do Castelo de Sines a partir das informações constants da Visitação de 1480.* Desenho do autor, 2023.

[440] *Visitações a Azeitão e Sesimbra efetuadas pelo mestre D. Jorge*. IANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 163. *Apud* Eduardo da Cunha SERRÃO; Vitor SERRÃO (1997) – *Sesimbra Monumental e Artística.* 2.ª ed.. Sesimbra: Câmara Municipal. p. 92.

[441] Eduardo da Cunha SERRÃO; Susana Maria Soares de Oliveira JORGE; Vítor de Oliveira JORGE (1975) – Castelo de Sesimbra; Resultados de uma sondagem preliminar realizada na área da antiga habitação do Alcaide-Mor (Princípios do século XVI). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. 1, p. 181-197.


Torre de menagem
Ante-câmara
Câmara
Sala
Pátio
2º PISO


TERREIRO
1º ANDAR


TERREIRO
RÉS-DO-CHÃO

ESTAMPA XIV

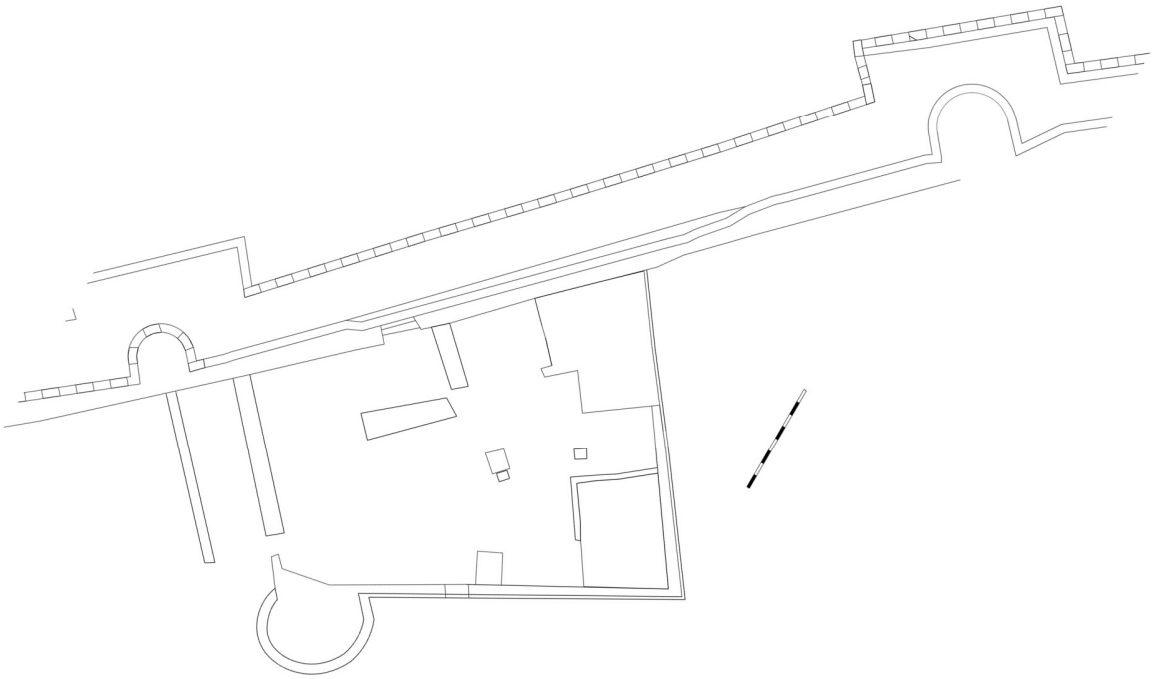


Figura 92 – *(Página anterior) Planta do piso térreo das casas da Alcaidaria do Castelo de Sines. Desenho do autor, 2023.*

Figura 93 – *(Página anterior) Plantas do rés-do-chão e do 1º andar das casas da Alcaidaria do castelo de Sesimbra, de acordo com Eduardo da Cunha SERRÃO; Susana Maria Soares de Oliveira JORGE; Vítor de Oliveira JORGE (1975) – Castelo de Sesimbra; Resultados de uma sondagem preliminar realizada na área da antiga habitação do Alcaide-Mor (Princípios do século XVI).* Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. 1, p. 181-197.*

Figura 94 – *Planta do piso térreo das casas da Alcaidaria do castelo de Santiago do Cacém. Levantamento da Câmara Municipal de Santiago do Cacém*

Nota: As plantas dos três edifícios são reproduzidas à mesma escala gráfica. Não estão orientadas, mas sim dispostas para que a porta de entrada fique paralela ao plano do observador e assim seja mais fácil comparar o seu sistema defensivo e a relação com o pátio.



Figura 95 – *Interior do Castelo de Santiago do Cacém,* Fotografia de Domingos Alvão, SIPA IPA.00003428.

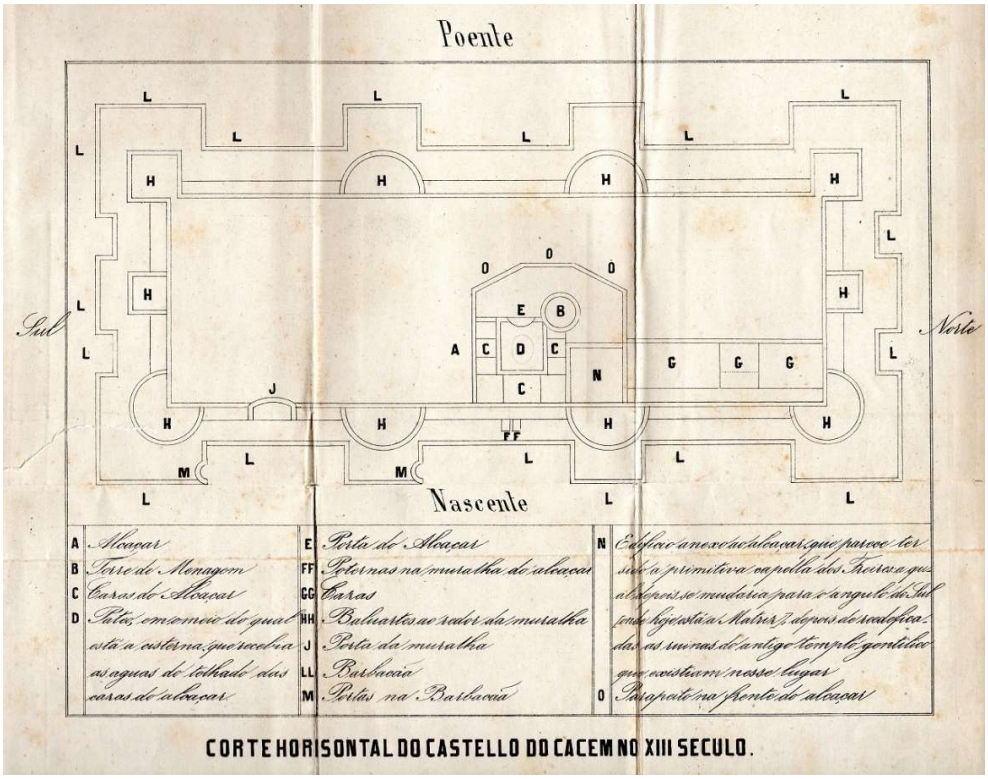


Figura 96 – Padre António de Macedo e SILVA (1866) – Planta do Castelo de Santiago do Cacém. In *Annaes do Municipio de Sant'lago de Cacem.* Beja: Typ. Sousa Porto e Vaz.

Outro paralelo que devemos destacar é o paço do governador do castelo de Beja (fig. 104), com os mesmos dois pisos, compartimento térreo aberto para o exterior por amplo arco de volta perfeita e escada de cantaria exterior, apesar de não se encerrar sobre um pátio devido à amplitude do espaço deste castelo. Pelas fotografias que se conservam no antigo arquivo da DGEMN podemos ter uma ideia de como seriam os alçados interiores do Paço de Sines, visto que as suas cronologias são muito próximas[442]. A obra de Beja será datável de finais do século XV e segundo Túlio Espanca poderá corresponder ao paço ou alcáçova mandado construir por D. João II cerca de 1485[443].

Em Sines, Estêvão da Gama mudou o sítio das escadas grandes que davam acesso ao piso superior, muito provavelmente devido à construção do «baluarte». Ainda subsistem *in situ,* nas paredes do primeiro andar, algumas das peças do portal original, de verga reta e chanfres idênticos aos que vemos em Beja.

> E as casas e torre principal, que he apousentadariia honde elle pousa, fez departimentos e mudou ho andar das dictas casas e repartyo as muyto melhor do que soyam destar e repairou as de madeeira e de telha e de call, que estom de todo muyto ordenadas.[444]



Figura 97 – *Castelo de Beja / Castelo e Cerca Urbana de Beja*, 1938, SIPA FOTO.00169836.

[442] As fachadas encontram-se hoje muito alteradas, em consequência das obras realizadas a partir de 1938, em que foi mudada a localização das escadas, foram abertos alguns dos arcos térreos e instaladas janelas amaineladas, provenientes de outros edifícios da cidade.
[443] Túlio ESPANCA (1992) – *Inventário Artístico de Portugal; Distrito de Beja; Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*. XII, vol I. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
[444] *Visitação a Sines em 1480*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 1, doc. 29, fl. 5v.

As visitações nada nos dizem sobre a forma que tomou a habitação ou do seu recheio móvel. No entanto, podemos recorrer a outras fontes documentais, que nos permitem conhecer o tipo de acomodação que seria espectável para um comendador contemporâneo de D. Afonso V. Quando os homens-bons da cidade de Lisboa pediram a este monarca que estabelecesse as regras da aposentadoria – que a partir desse momento se deveria fazer apenas nos Estaus –, este estabeleceu que cada pessoa tivesse cama segundo o seu estado. Para um cavaleiro, como Estêvão da Gama, seria disponibilizada uma «cama emcortinhada de ssarIa ou pano de linho bronjdo na q*ua*l au*er*a huũ almadraq*ue* de llaã *e* hũa coçedra *e* huũ t*ra*uesseiro *e* llençoões de ljnho delgado *e* huũa ma*n*ta da terra *e* out*ra* de ff*ra*ndes ou de Ing*rat*erra»[445]. Um escudeiro teria cama igual mas sem cortinas. Este documento diferencia claramente aquilo que é a «cama», ou seja todo o conjunto têxtil, daquilo que é o «leito» – a estrutura ou simples estrado de madeira – pois refere que «das camas q*ue* num teuerem lleytos paguem meo rreal».

Atestando a importância dos têxteis, na visitação de Mértola, de 1482, advertem-se os comendadores que, quando passassem pelas suas comendas, não podiam exigir aos conselhos que lhe dessem aposentadoria «e tragam rroupa que ouuerem mester / E o comçelho no*m* sseja obrigado a lha dar» exceto se viesse apenas por alguns dias, tratar de negócios[446].

Outro dos elementos domésticos, a que o documento lisboeta se refere, são as candeias, quer as «de mesa, emq*ua*nto çearem *e* mais nom *e* hũa q*ua*ndea geeral na ssalla *e* out*ra* q*ua*ndea p*er*a a est*re*baria». Genericamente são referidos os «mantees» – toalhas – e baixela de comer e de beber, sem que se refira os seus materiais, e a louça de cozinha.

Para melhor proteger estes paços, o Alcaide mandou subir o muro que encerrava o pátio, da torre de menagem até ao cubelo que estava junto da porta, rematando-o com ameias, para melhor o defender no caso de entrarem dentro do Castelo. Estas foram reveladas durante os trabalhos de recuperação das coberturas.

Quando se picaram os rebocos deteriorados da platibanda, nada de surpreendente apareceu, mas depois de um dia de chuva, os rebocos de épocas diferentes tiveram também comportamentos diversos, secando mais rapidamente as argamassas das ameias

---

[445] ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 87v-92, Cap. 30º. Publ. *Cortes Portuguesas; Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)* (2016) – Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 315-316.

[446] *Visitação da Comenda de Mértola em 1482*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela. Liv. 228, fl. 11. *Apud* Maria de Fátima Rombout de BARROS, Joaquim Ferreira BOIÇA; Celeste GABRIEL (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva; as visitações e os tombos da Ordem de Santiago 1482-1607.* Mértola: Campo Arqueológico. p. 51.

quatrocentistas do que as da alvenaria colocada posteriormente a preencher os seus intervalos.



Figura 98 – *Pormenor das ameias de coroamento do muro do antigo pátio do Paço,* 2007, fotografia do autor.

Este alinhamento de ameias entaipadas não foi o único descoberto durante os trabalhos, o que nos permitiu descortinar outros momentos da evolução desta estrutura arquitetónica até agora desconhecidos. Como já vimos, no exterior da cerca, no ângulo virado a NO, identificámos, logo acima das sacadas setecentistas, os vestígios claros de cinco ameias, obstruídas pela elevação posterior do muro cerca de 2 m. Estão situadas a uma cota inferior à das ameias descobertas no muro do pátio, atribuídas às obras de Estêvão da Gama. A nossa conclusão, perante estes dados, é a de que as casas da alcaidaria foram previstas inicialmente como construções térreas, adossadas à muralha baixa, rematada pela antiga linha de ameias. Numa fase posterior terá sido decidida a construção de um primeiro andar, para o que foi necessário acrescentar o pano de muralha. Esta decisão é alguns anos anterior a 1480, pois a minuciosa visitação realizada nesse ano nada refere a este propósito.

9.2.1.3. Montadas e Armamento

As estrebarias situavam-se no piso térreo, para o que se dividiu a sala grande, aí existente, com uma nova parede. Ficavam diretamente sob a sala, o que hoje nos pode parecer estranho pelo incómodo que os cheiros e insetos poderiam causar aos habitantes do paço,

mas parece ser uma situação normal, à época, que encontramos igualmente na descrição do paço do condestável D. Pedro, em Avis[447]. Nelas abrigavam-se três cavalos bons (dois de sua pessoa e um para o escudeiro), duas mulas (uma para si e outra para o escudeiro), uma azémola boa e dois asnos. Os visitadores dão-lhes mais atenção que à família do alcaide-mor, devido à sua importância para a guerra, pelo que são inventariados em conjunto com a armaria:

> Item sete corpos de gibonetes[448]
> Item tres capacetes, huum davantagem e dous arrezoados.
> Item trres babeiras.
> Item huum saco com malha fyna e rica, a saber, goucetes[449] e faldrras.
> Item hũua duzia de peytos daceiro.
> Item hũua duzia de beestas, a saber, cinquo daço e sete de paao novas e fortes.
> Item dez quaxas de paao cheas de viratõoes.

[447] «Debaixo da dita Salla grande ha duas logeas que seruem destrebaria, e seruemse por hũ portal que esta debaixo da dita escada do recebimento». Maria Clara Pereira da COSTA (1982) – A Vila de Avis, Cabeça da Comarca e da Ordem; Séculos XVI a XVIII; Tombos de Direitos, Bens e Propriedades. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral.* Lisboa. Nº 2, p. 39.

[448] «Nos el Rey fazemos saber a todollos Juyzes E ofiçiaaes das villas E lugares de nosos Reygnos aque este nosso aluara for mostrado E o conhecimento delle pertemçer que nos ordenamos que todas aquellas persoas (sic) que teuesem de comtia atee vymte mjll rrs fossem lamçadas a cada hum gibonete dos que se fazem na nosa casa das armas da villa de santarem». *Arquivo Histórico da Madeira* (1973) – Funchal. vol. 16-18, p. 360. A crónica contemporânea de D. Duarte de Menezes destaca, por exemplo, entre os feridos em Alcácer Ceguer «Gonçallo Pirez, ao qual a bondade de seu gibonete em aquelle dia deu a vida». No mesmo texto e a propósito da tentativa para resgatar as ossadas do infante D. Fernando, se enviou ao rei de Fez «hum gibonete mui rico». José Corrêa da SERRA (1793) – *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II.* Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias. Tomo III. p. 119 e 313. «E hũu gibonete posto sobre cremezim», A. J. Dias DINIS (1960) – *Estudos Henriquinos*. Coimbra: [s.n.]. vol. 1. p. 471. «GIBANETE, s. m. Armadura, espécie de gibão de ferro», António de MORAES SILVA (1813) – *Diccionario da Lingua Portugueza Recompilado* […]. Lisboa: Typographia Lacerdina. Tomo Segundo. p. 87.

[449] Goucetes ou gocetes são referidas num contrato de 1484, entre D. João II e Fernando Afonso, em que lhe concede uma tença anual de 6.000 reais brancos e uma casa, para que mantivesse sempre em estado operacional «cem guarnyçooes d armas compridas e dy pera bayxo asy como quisermos», entre as quais encontramos referidos capacetes, babeiras, fraldões e gocetes. Francisco Marques de Sousa VITERBO (1907) – As Armas em Portugal; Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal. *Extracto da História e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa.* Lisboa. Nova série, Tomo XI, parte II. p. 15-16. Trata-se de uma peça de malha metálica destinada a proteger as articulações do cavaleiro, pontos que não ficavam protegidos pelas peças metálicas, como as axilas. *Cf.* José María MARCHESI, dir. (1849) – *Catálogo de la Real Armería.* Madrid: Aguado. p. 53-55. No Portugal oitocentista regista-se que «Gorjal ou gorgel era a parte da armadura que defendia o pescoço quer fosse de malha quer compacto. Vinha este nome da palavra *gorja* que significa pescoço; e d'ahi vinham tambem as phrases militares: *mentir pela gorja* e *desdizer-se pela goja*. Gocete ou bocete parece em algumas passagens de antigos escriptores nossos, significar o mesmo que gorjal; mas o que mais commummente significa é as pregaduras ou orlas atauxiadas dos saios de malha e das couraças». *Selecta Militar. Curso da Classe de Sargentos. 1.º Anno* (1880) – Lisboa: Imprensa Nacional. p. 64. O mesmo parágrafo surge sem alterações em Christovam de AYRES (1889) – *Historia da Cavallaria Portugueza.* Lisboa: Imprensa Nacional. I. Organização da Cavallaria. p. 33.

Item mea duzia de bombardas.
Item hũua collobrreta.[450]
Item cinquo espingardas.
Item mees duzia de dargas.
Item huum saco de polvora.
Item lanças comunalmente.
Item espadas e alguuns paveses.
Item todo ataviio dos dictos cavalos e mulas, arrezoadamente.[451]

Primeiro elencaram-se as peças destinadas à proteção do corpo, como os sete «gibonetes» ou «gibanetes», espécie de «gibão» metálico destinado a proteger o tronco, a que certamente se associariam três capacetes e igual número de babeiras – formadas por uma ou várias placas metálicas, destinadas a proteger o pescoço[452]. Este equipamento destinar-se-ia ao cavaleiro e seu escudeiro, associados aos três cavalos bons, com a mesma função. Um saco continha peças classificadas como sendo de malha metálica «fyna e rica» e nele se encontravam «faldrras», destinadas a proteger o baixo ventre[453]. O termo tem a mesma origem das nossas «fraldas» das camisas, que formam uma espécie de saia ou avental.

Para proteção dos besteiros seriam certamente os peitos de aço, em número de doze, tal como as bestas, o que parece indicar um crescimento da população, relativamente a 1422, data em que existiam apenas 10 besteiros do conto[454]. Para sua utilização existiam dez caixas de pau, cheias de virotões[455].

Para defesa exterior do corpo existiam ainda meia dúzia de adargas, que é uma «arma de raízes mouras e associada aos ginetes dos contingentes muçulmanos»[456], largamente utilizada pelo exército português no Norte de África porque, sendo feita de couro, esticado numa estrutura de madeira, era mais leve que um escudo, o que facilitava o seu transporte e mobilidade. Existiam também alguns paveses, escudos de grandes dimensões que cobriam todo o corpo. Eram utilizados principalmente pelos besteiros, pois possuíam um

[450] «Collebreta, sorte d'antiga peça d'artilheria.». Gomes Eannes de ZURARA (1841) – *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*. Paris: J. P. Aillaud. p. 467. Introdução e notas do Visconde de SANTAREM. «(…) e em chegando aos navyos que jazyam ancorados, armarom seus troõs e suas colloretas, com as quaaes fazyam seus tiros». *Ibidem*, p. 249.
[451] *Visitação a Sines em 1480*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 1, doc. 29, fl. 6v.
[452] Inês Filipa Meira ARAÚJO (2012) – *As Tapeçarias de Pastrana; Uma Iconografia da Guerra*. Lisboa. p. 100-101. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História de Arte, Património e Teoria do Restauro.
[453] Paulo Jorge Simões AGOSTINHO, *op. cit.*, p. 90.
[454] A. H. de Oliveira MARQUES (1987) – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença. p. 25.
[455] Até ao momento não se encontrou um único virote de besta no Castelo.
[456] Inês Filipa Meira ARAÚJO, *op. cit.*, p. 116.

espigão na base, que podia ser espetado no solo e assim servir de proteção estável durante a preparação e disparo da arma[457]. A presença destes paveses indica que se esperava que os besteiros não se limitassem a defender as muralhas ao longo dos adarves, protegidos pelas ameias, mas que atuassem em campo aberto, eventualmente longe do castelo, onde ocorresse um desembarque.



Figura 99 – Autor desconhecido, *Soldado mouro empunhando lança e adarga, Retábulo de Santiago,* 1520 - 1530, MNAA, inv. 19 Pint, fotografia do autor.

Figura 100 – Pavês, *Tapeçarias de Pastrana,* último quartel do século XV. Fotografia Google Artes & Cultures, disponível em linha: https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw

O armamento elencado é típico do momento de transição, em que ainda surgem armas de propulsão neurobalística, como as bestas, de aço e de pau, novas e fortes, a par das novas armas de fogo, também elas em rápida evolução, desde as primeiras armas de fogo portáteis, as colobretas, «constituídas pelo tubo em ferro forjado, e um fuste ou coronha em madeira» colocado sobre o ombro no momento do disparo[458], até às mais modernas espingardas cuja primeira referência escrita no contexto nacional data de 1461[459], uma década passada sobre a primeira notícia europeia. Com as colobretas a ficarem obsoletas em finais do século XV, é natural que apenas restasse uma guardada no Castelo, quando já existiam cinco espingardas.

[457] Paulo Jorge Simões AGOSTINHO, *op. cit.*, p. 42.
[458] Mário Jorge BARROCA; João Gouveia MONTEIRO; Isabel Cristina Ferreira FERNANDES (2000) – *Pera Guerrejar; Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal. *Apud* Paulo Jorge Simões AGOSTINHO (2013) – *Vestidos para Matar; O Armamento de Guerra na Cronística Portuguesa de Quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 204.
[459] Nuno Varela RUBIM (2000) – O Armamento Pirobalístico (até finais do séc. XV / inícios do séc. XVI). *In* Mário Jorge BARROCA; João Gouveia MONTEIRO; Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, *op. cit.,* p. 226-229.



Figura 101 – Besta, *Tapeçarias de Pastrana,* último quartel do século XV. Fotografia Google Artes & Cultures, disponível em linha: https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw



Figura 102 – Duas espingardas de mecha, *Tapeçarias de Pastrana,* último quartel do século XV. Fotografia Google Artes & Cultures, disponível em linha: https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw

Mais surpreendente é a existência de «mea duzia de bombardas» visto que a estrutura arquitetónica não estava minimamente preparada para a instalação de peças de artilharia. Ou estariam desmontadas, ou instaladas fora das muralhas, apontadas ao mar, como ainda descreveu Alexandre Massai, cerca de 1621. De qualquer forma, a sua operacionalidade não seria muita, pois apenas existia um saco de pólvora e nada se refere acerca de pelouros. Encontramos, 12 anos depois, no castelo de Sesimbra, quatro bombardas «mujto velhas e dellas quebradas e desguarnecidas e pequenas que pareçiam serem de naujo» o que evidencia que a sua instalação nos castelos da Ordem não era recente[460].

[460] *Visitação de Sesimbra em 1492*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç. 2, n.º 56, 1488-1492. *Apud*. Cristina CONCEIÇÃO (2020) – Visitação da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492). *Akra Barbarios; Sesimbra, Cultura e Património*. Sesimbra, n.º 4. p. 58.



Figura 103 – Bombarda, *Tapeçarias de Pastrana,* último quartel do século XV. *Ibidem.*

Não sabemos exatamente onde eram guardadas estas armas, sendo provável que estivessem no compartimento térreo da torre de menagem, sendo possível também que aí estivessem no último piso, como acontecia em Mértola[461]. Esta listagem de armamento documenta um alcaide particularmente ativo, envolvido em cenários de guerra e empenhado em ter o seu castelo preparado para qualquer eventualidade, mas é já uma atitude rara entre os cavaleiros santiaguistas, cujo afastamento da missão inicial vai sendo cada vez mais notório.

O cenário é totalmente diferente em 1565, quando são referidas «dez ou doze peças dartelharia e dous bombardeiros»[462] e depois disso mais nenhuma *Visitação* vai inventariar o material bélico, passando a centrar-se na missão religiosa e administrativa dos seus agentes.

Os esforços construtivos de Estêvão da Gama não tiveram muitos paralelos noutros castelos da milícia, que se iam arruinando desde o *terminus* da Reconquista, como acontecia em Alcoutim, Castro Marim, Cacela, Tavira, Faro, Albufeira e Silves[463].

9.2.2 A ação de Estêvão da Gama no campo religioso

A Alcaidaria-Mor de Sines esteve até ao século XVII associada à Comenda, que exercia localmente os poderes da Ordem a nível civil, militar e religioso, e geria o património que alimentava financeiramente a sua ação. É uma responsabilidade complexa, típica das ordens militares implantadas em Portugal no tempo da Reconquista. Em finais do século XV

[461] Marina Ivanovna MAYOROVA (2017) – *Casa de Alcaidaria; Estruturas habitacionais nos castelos potugueses entre finais da Idade Média e os princípios da Época Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade. p. 56. Dissertação de Mestrado em História de Arte, Turismo e Património Cultural: Arte Medieval.

[462] *Visitação a Sines feita por Estêvão de Brito* […], ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 215, fl. 22v.

[463] *Cortes de Évora de 1475*, cap. 27, 1º dos do Algarve. *Apud* Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 348.

exitiam 61 cavaleiros, 30 dos quais comendadores: seis adstritos ao Convento; igual número ao séquito do Mestre e 18 residentes nas comendas mais abastadas. O seu número estava fixado pelos *Estabelecimentos* de 1327[464].

A gestão da vida religiosa terá sido particularmente difícil durante o mandato de Estêvão da Gama, pois os rendimentos afetos ao clero eram escassos e por isso era difícil encontrar alguém que aceitasse ficar à frente da paróquia, em 1480.

Como comendador santiaguista, não centrou, naturalmente, a sua ação apenas no Castelo, mas aparece juntamente com a sua família, ligado à esfera religiosa, estando documentada a oferta de alfaias de culto. A devoção familiar centra-se particularmente na ermida de Nossa Senhora das Salas, à qual a sua mulher, Isabel Sodré, ofereceu uma vestimenta de damasco verde com sebastos de veludo roxo franjado de retrós de cores e Aires da Gama uma outra de cetim verde, com sebastos de damasco da Índia[465], assim como uma vestidura de Nossa Senhora de cetim preto, com mangas.

Estêvão da Gama terá morrido pouco antes da nomeação de seu filho Vasco para comandar a armada que partiria em busca do caminho marítimo para a Índia. Alguns autores referem-no mesmo como a primeira escolha do novo rei, obrigando a inesperada morte do comendador a substituí-lo pelo filho; outros viram neste súbito desaparecimento um possível envolvimento nas conspirações contra D. João II, razão que estaria na base dos futuros desentendimentos entre Vasco da Gama e a Ordem de Santiago, de que a disputa do senhorio de Sines é o mais visível testemunho.

9.3. D. Luís de Noronha e os conflitos com Vasco da Gama

9.3.1. D. Luís de Noronha (alcaide-mor e comendador c.1490-c.1500)

O comendador que sucedeu a Estêvão da Gama, D. Luís de Noronha, era filho natural do primeiro conde de Odemira, D. Sancho de Noronha (†1471), que havia sido capitão e regedor de Ceuta[466], bem como comendador-mor da Ordem de Santiago, posto para que fora nomeado pelo infante D. Fernando, na sequência da campanha frustrada para a conquista de Tânger, em que ambos tiveram papel relevante[467].

---

[464] Luís Filipe OLIVEIRA (2009) – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores*; *As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. s.l.: Universidade do Algarve. p. 149-150.
[465] *Visitação de Sines em* 1517, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 10.
[466] Humberto BAQUERO MORENO (1980) – *A Batalha de Alfarrobeira; Antecedentes e Significado Histórico.* Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. Vol. II. p. 906.
[467] Saul António GOMES, *op. cit.*, p. 241.

D. Luís, que era sobrinho de D. Constança, primeira duquesa de Bragança, assim como de D. Henrique de Noronha, capitão da gente de guerra na tomada de Ceuta, era pelo lado paterno neto do conde de Grijón e de D. Isabel de Portugal, sendo, desta feita, bisneto de Henrique II de Castela e do rei D. Fernando I de Portugal. Na hierarquia da Ordem de Santiago veio a atingir um dos postos máximos, o de membro do Conselho dos Treze, órgão de cúpula da milícia a quem no passado coubera a eleição do Grão-Mestre[468].

A mais remota referência a Noronha, como comendador de Sines, surge em 1497[469] e o mais extenso testemunho da sua ação foi registado já após a sua morte, na visitação de 1517 (doc. 7). No entanto, este documento nada nos diz acerca da sua intervenção no Castelo, de que apenas encontramos uma curta referência numa carta enviada pelos homens-bons do concelho a D. Manuel I, ao que se crê por volta de 1498, quando a Coroa estava a recolher informações para a reforma dos forais. No final desta missiva referem-se «as terças do concelho que as leva o dito senhor pera outras partes e o muro do castello esta huum lanço todo derrubado»[470], requerendo-se que as mesmas fossem canalizadas para «correjer o dito castello». A situação era grave e o colapso de uma parte dos muros punha seriamente em risco os habitantes da vila, sem que o alcaide-mor, aparentemente, se importasse com o facto, desviando para seu proveito próprio as verbas destinadas à conservação da estrutura militar. O seu sucessor, Jorge Furtado de Mendonça, referiu claramente que o Castelo lhe havia sido entregue sem arma alguma[471], o que confirma o claro desinteresse do alcaide-mor pela defesa do lugar e a diminuição do papel militar da Ordem de Santiago[472].

A partir de agora, as comendas e as alcaidarias-mores das ordens militares passaram a premiar monetariamente os serviços prestados aos seus governadores – ou seja[473], a infantes ou ao próprio monarca, a partir de 1551 – passando a estar cada vez mais na mão de famílias de mais elevada posição social, como estes Noronha, família que acabou por ficar ligada, por laços de parentesco, ao Castelo, pois uma das filhas de D. Luís, D. Joana de

---

[468] ANTT, *Ordem de Santiago*, Cód. 151, fl. 2. *Apud* Maria Cristina Gomes PIMENTEL (2001) – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge*. Lisboa: Fundação Eng. António de Almeida. p. 522.

[469] *Carta do Conselho e Homens-Bons da Vila de Sines* […], ANTT, Coleção de Cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 403. 22 de novembro de 1497. *Apud* Maria Alegria Fernandes MARQUES (2017) – *Sines na Idade Média; Da fundação do concelho ao foral manuelino.* Sines: Arquivo Municipal. p. 61.

[470] *Ibiden*.

[471] *Auto de Posse do Castelo de Sines em 1533,* ANTT, Ordem de Santiago, Coleção Especial, caixa 158. 24 de novembro de 1533. *Publ.* Pedro A. de AZEVEDO (1905) – Autos de posse de castellos no seculo XVI. *Archeologo Português.* Lisboa. Série 1, vol. 10, p. 103.

[472] Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*.

[473] D. Jorge de Lencastre não foi infante mas era filho bastardo de D. João II, que terá ponderado a hipótese de o nomear seu sucessor após a morte do seu único filho legítimo, o príncipe D. Afonso.

Noronha, veio a casar com Artur de Sá[474], irmão de Isabel da Cunha, mulher de outro comendador de Sines, Jorge Furtado de Mendonça[475], tio do Mestre D. Jorge (1481-1550). Os Sá detiveram igualmente a comenda e alcaidaria-mor durante três gerações e assim começou a criar-se um complexo nó familiar que *atou* os destinos do Castelo de Sines a uma intrincada teia familiar, que o dominou até meados do século XVII, numa estrutura tão típica do Antigo Regime. Paralelamente, outro ramo a este associado, a Casa de Aveiro, dos descendentes do próprio mestre D. Jorge, veio a dominar o senhorio da vila até à implantação do Regime Liberal. Iremos ao longo dos próximos capítulos fazer incidir alguma luz sobre a forma como esta família alargada atuou no terreno, afastando mesmo um poderoso pretendente ao senhorio: Vasco da Gama.

Se é notório o desinteresse de D. Luís de Noronha pelo Castelo, este procurou deixar uma marca perene na vila, como comendador, posição onde implementou uma estratégia de afirmação, que passou pela edificação de uma pequena ermida dedicada a São Pedro, visitada pelo Mestre D. Jorge, em 1517:

> Visitamos a dita Irmida de sam pedro, Aquall
> he de pedra e caal noua e madeirada de nouo
> cuberta de telha vãa e tem huum altar de
> taboas em cyma de dous esteyos e huumas
> portas nouas com seu ferrolho e fechadura
> tem de comprido oyto varas e de larguo cimquo varas e
> quarta, E no alltar estaa huuma Imagem
> de sam pedro pymtada na parede
> (…)
> esta Irmjda fez dom luis de Noronha co-
> memdador desta villa e o povoo ajudou com
> esmollas pera jso. (…)[476]

Apesar de a ata da Visitação parecer sugerir que houve uma situação de perfeita harmonia entre o comendador e a população da vila, verificamos que desta relação não estão ausentes momentos de conflitualidade, como o que ocorreu quando D. Luís procurou aumentar as suas receitas, cobrando mais direitos de portagem do que era devido, o que motivou os homens-bons da vila a requererem a intervenção do rei D. Manuel I, por meio

[474] António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS (2008) – *Nobreza e Ordens Militares; Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*. Porto. Vol. II. p. 278. Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[475] João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e TORRES; Visconde de Canches e BAENA (1883) – *Memorias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes do Seculo XIX.* Lisboa: Academia Real das Sciencias. p. 767-768; Humberto Baquero MORENO, *op.cit.*, p. 945.
[476] *Visitação de Sines em 1517*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 14v.

de uma carta, a que já nos referimos, onde igualmente denunciam irregularidades com a cobrança da dízima do pescado[477].

O comendador terá sido ainda o fundador do Hospital do Espírito Santo, segundo refere a *Visitação* de 1554[478], o que estranhamente não encontra eco em nenhum dos anteriores documentos quinhentistas. Tratava-se também de uma construção modesta que, em 1517, tinha dois compartimentos térreos e um meio sobrado, dispondo apenas de dois leitos e uma cama para agasalho de pobres e peregrinos.

Em inícios de Quinhentos, os comendadores santiaguistas estavam obrigados a contribuir para as despesas da Fábrica da Igreja com metade dos rendimentos obtidos nas suas comendas durante os três primeiros anos[479], mas é provável que também neste ponto o comendador tenha sido negligente, pois, em 1517, o próprio mestre D. Jorge notou que os madeiramentos da cobertura estavam de tal forma podres que o telhado da igreja Matriz ameaçava ruir[480], seguramente devido à falta da necessária manutenção regular. Em contrapartida, a mulher de D. Luís de Noronha doou à mesma igreja uma sumptuosa peça de ourivesaria que devia perpetuar a sua memória ao ser utilizada nas mais importantes solenidades litúrgicas:

> Huum calliz grande de prata dourado nouo
> e Rico com seys campaynhas, e com seus esmalltes pollo cano e no meyo da patena que deu dona maria molher de dom luys[481]



Figura 104 – *Cálice da Misericórdia de Setúbal,* Museu de Setúbal/Convento de Jesus, inv. Ms/CJ 361/O.

[477] *Carta do Conselho e Homens-Bons da Vila de* Sines, ANTT, Coleção de Cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 403. 22 de novembro de 1497.
[478] *Visitação da Igreja do Salvador de Sines em 1554*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197.
[479] Breve de Júlio II *Sincerae devotionis affectus,* de 20 de fevereiro de 1508. *Cf.* Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, vol. II, p. 217.
[480] *Visitação de Sines em 1517*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 30.
[481] *Ibidem*, fl. 7.

Infelizmente, este cálice não sobreviveu à voragem do tempo e não encontramos traços dele em nenhum outro documento posterior, que nos permita saber em que circunstâncias ocorreu o seu desaparecimento. Podemos imaginar como seria pelos raros exemplares da mesma época que encaixam nesta descrição, como aqueles que se conservam nos museus de Évora, Setúbal ou Ferreira do Alentejo. Para além desta prestigiosa peça de ourivesaria, os Noronha ofereceram diversos paramentos:

> huuma vistimemta de veludo Roxo
> com savastros de bordado toda comprida
> noua e boa que deu a molher de dom luis
> (…) outra vistimemta de çetim preto toda
> comprida mujto velha que nom serue já que deu
> a molher de dom luis
> (…) huum frontal de çetjm amarelo
> com savastro no meyo de çetjm
> avelutado Roxo e com huuma bamda
> de veludo preto por baixo já usado que deu
> dom lujs[482]

As Visitações constituem-se, assim, não apenas como momentos de controlo administrativo, mas também como registos de uma memória associada a objetos e edifícios, que a Ordem se empenhava em preservar, como testemunhos da sua própria obra.

9.3.2 Vasco da Gama

Apesar de o ter desejado ardentemente, Vasco da Gama nunca conseguiu obter o senhorio da vila de Sines, nem ter qualquer poder efetivo sobre o seu Castelo. No entanto, nos primeiros anos de Quinhentos, quando ainda acalentava este sonho, promoveu um programa construtivo de autoafirmação que se aproximou das estratégias dos comendadores santiaguistas, mas numa escala claramente maior, o que foi bastante eficaz para perpetuar localmente a sua memória, a tal ponto que ainda hoje constitui o eixo privilegiado nas narrativas de uma mitologia local que acabou por conduzir à atribuição da designação de «Casa de Vasco da Gama» ao espaço museológico instalado no interior do Castelo, sobrepondo-se assim à memória de todos os alcaides e governadores militares que, efetivamente, aí tiveram assento.

[482] *Ibidem*, fl. 7-7v.

Se não podemos afirmar com absoluta certeza que o Gama nasceu em Sines, ao que se crê, ao redor de 1468/69, é certo que aí passou uma parte significativa da sua infância, nos paços do Castelo, onde, como vimos, seu pai havia realizado diversas obras de melhoramento[483], com particular incidência nas «casas e torre principal, que he apousentadariia honde elle pousa».

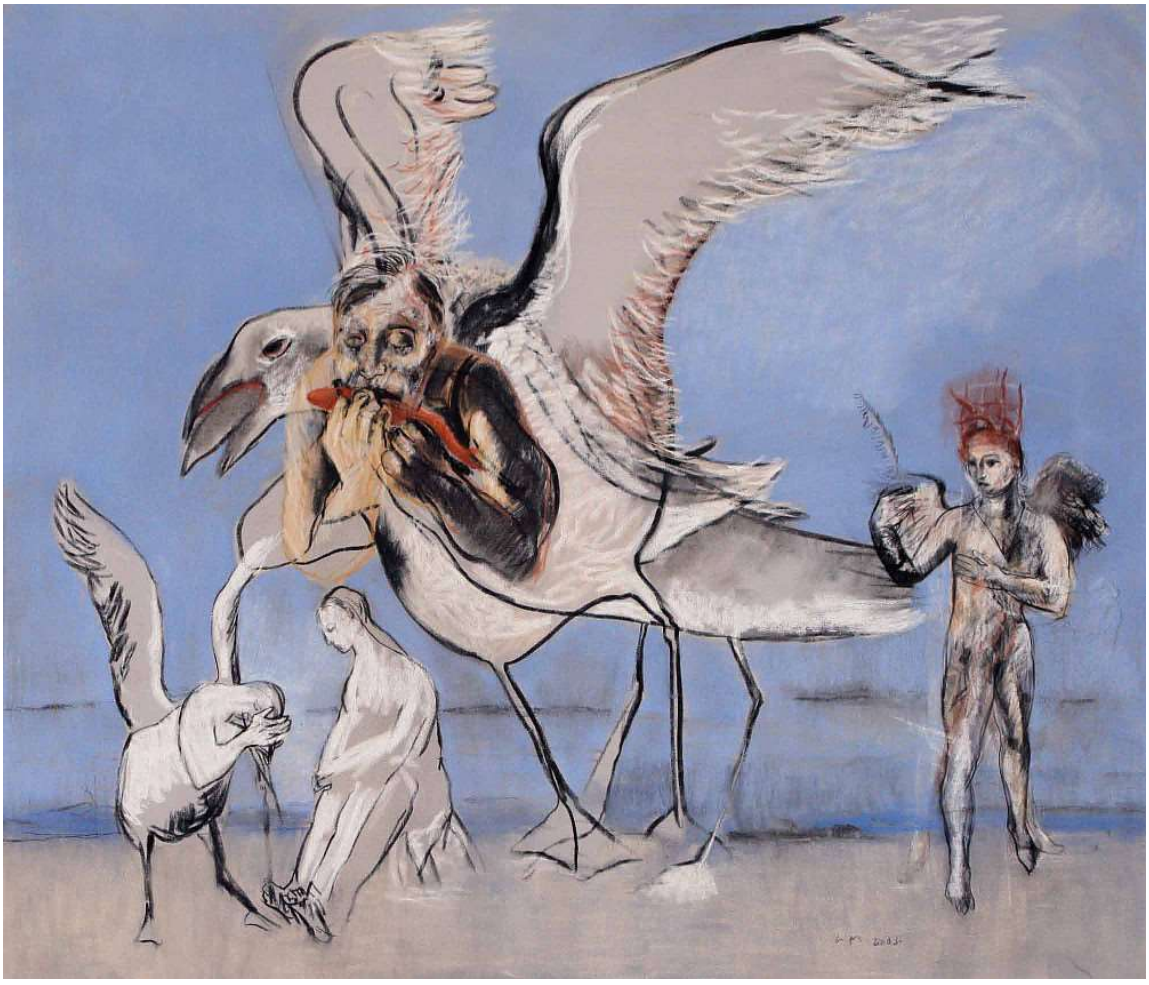


Figura 105 – Graça Morais, *Lamento da gaivota à mãe de Vasco da Gama*, 2005, carvão e pastel sobre papel, coleção da autora.

Vasco teria cerca de dez anos quando foi crismado e recebeu a *prima tonsura,* pela mão do Bispo de Safim, na antiga igreja Matriz[484], onde se apresentou juntamente com alguns dos seus irmãos, no domingo, dia 5 de novembro de 1480, poucos dias antes da visitação à vila, sobre a qual já nos debruçámos.

[483] *Apud* Luís Adão da FONSECA, *op. cit.*, p. 34.
[484] Demolida em 1730 para dar lugar ao templo atual. *Cf.* José António FALCÃO, *op. cit.*, p. 20.

São raras as informações acerca dos seus primeiros anos de vida, até ao ano de 1492, quando, segundo Garcia de Resende, foi enviado por D. João II a Setúbal e ao Reino do Algarve com a missão de apreender a carga dos navios franceses aí existentes, em retaliação pela apreensão de uma caravela portuguesa vinda da Mina, por corsários franceses:

> E mandou logo a grande pressa com grandes provisões e poderes a Setúbal e ao Reino do Algarve Vasco da Gama, fidalgo da sua casa, que depois foi conde da Vidigueira e almirante das Índias, homem de que ele confiava, e servia em armadas e cousas do mar, a fazer outro tanto a todas as que lá estivesse, o que fez com muita brevidade.[485]

Teria então pouco mais de vinte anos e viveria no círculo cortesão, pois pela mesma altura, podemos localizá-lo em Setúbal, vila portuária frequentemente visitada por D. João II, onde se envolveu numa escaramuça com o alcaide-pequeno, certa noite em que vinha embuçado e resistiu a identificar-se[486].

Apesar deste silêncio sobre qual seria a sua ação e possíveis missões «em armadas e cousas do mar», foi premiado com a atribuição das comendas de Mouguelas e Chouparia, três anos depois, a 17 e 18 de dezembro de 1495[487], recebidas das mãos de D. Jorge de Lencastre, naquele que parece ser o momento de perfeita harmonia entre o mestre da Ordem e o jovem comendador.

Passado pouco mais de um ano, foi nomeado, pelo rei D. Manuel I, para capitanear a armada que partiu, a 8 de julho de 1497, em direção à Índia, e que regressou a Lisboa, bem-sucedida, entre julho e agosto de 1499. A 24 de dezembro de 1499, poucos meses depois deste seu regresso, o rei promete-lhe a doação da vila de Sines[488]. No respetivo alvará, o monarca não deixa de sublinhar o carácter condicional desta doação, pois sendo terra da Ordem de Santiago era necessária a dispensa papal para o escambo com outra vila pertencente à Coroa, assim como dar satisfação a D. Luís de Noronha, alcaide-mor da dita vila, que como já vimos não seria figura a menosprezar.

Pelos anos de 1500/1501, Vasco da Gama casou com Catarina de Ataíde, filha do alcaide de Alvor, o que terá reforçado a sua intenção de criar uma casa senhorial com sede em Sines. É neste quadro que, a 25 de setembro de 1501, a Chancelaria de D. Manuel I confirma o alvará, emitido em Lisboa a 22 de fevereiro, em que o rei reafirmava a mercê que lhe fora feita da outorga da vila de Sines, com todo o seu senhorio e jurisdição do cível e do crime, para ele, seus herdeiros e descendentes, assim que se concluísse o escambo com a Ordem

[485] Luís Adão da FONSECA, *op. cit.,* p. 21.
[486] ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 22. 18 de março de 1490.
[487] ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 3, fls. 34v.-35v.
[488] Luís Adão da FONSECA, *op. cit.,* p. 44.

de Santiago. O rei comprometera-se a resolver o problema até ao fim de maio de 1501 e se não o tivesse feito até essa data, lhe daria 1.000 cruzados por ano, para além dos 300.000 réis que já lhe tinha dado[489].

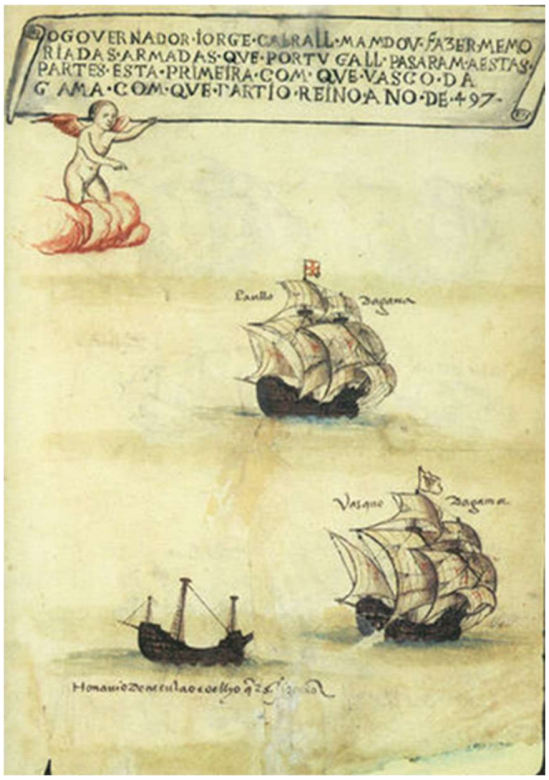


Figura 106 – Armada com que Vasco da Gama partiu do Reino em 1497, *Livro das Armadas*, Academia das Ciências de Lisboa.

Certamente para apaziguar o Almirante, o monarca fez-lhe nova doação, a 10 de janeiro de 1502, referindo sempre tratar-se de galardão pelo descobrimento da Índia, da quantia de 230.000 réis, pagos pela dízima do pescado de Sines e Vila Nova de Milfontes, sisas de Sines e Santiago do Cacém, parte dos 300.000 réis de renda anual e perpétua, com início de pagamento em janeiro de 1500. Mais uma vez assim se reforça a ligação de Vasco da Gama aos territórios de Sines[490].

É ainda feito Almirante dos mares da Índia, com todas as honras, preeminências, liberdades, poder jurídico, rendas, foros e direitos, respeitantes ao dito almirantado. É autorizado a usar o «Dom», assim como os seus irmãos, Aires e Teresa, e todos os seus descendentes, destacados ainda pela inclusão das armas reais no centro das suas armas, como de pode ver na igreja de Nossa Senhora das Salas.

[489] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 90.
[490] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 23.

9.3.2.1. A Casa de Vasco da Gama

É possível que tenha então residido em Sines, o que terá levantado grandes problemas. Impedido de se instalar nos paços do Castelo, enquanto a questão pendente do senhorio da vila não fosse definitivamente resolvida, o Almirante terá iniciado a construção de uma casa, certamente à medida da sua nova condição. Apesar de a documentação coeva nada revelar sobre esta edificação, a tradição oral associou-a a uma ruína hoje desaparecida, situada entre a vila e a Ribeira, no *caminho da Senhora das Salas*, sobre a falésia, onde se sabe que Vasco da Gama tinha uma horta aforada à Ordem[491]. Em finais do século XVIII, D. Frei Manuel do Cenáculo registou essa tradição e levou mesmo uma peça do local para as suas coleções. Teixeira de Aragão ainda aí viu umas ruínas[492], em finais do século XIX, e lamentou que «o antigo pardieiro com o portal ogival, com certa apparencia de casa nobre do seculo XV» tivesse sido demolido e as pedras do portal lançadas nas fundações de uma nova construção.

Em 1896, um artigo de primeira página do jornal *O Século*, acrescenta-nos algumas informações suplementares sobre os vestígios. Por ele sabemos que a tardoz da construção, do lado Norte, se encontravam «muitos muros sotterrados, indicio d'antigas construcções»[493]. Ainda existiam então três grades, que pertenceram à primitiva casa, e numas escavações recentes tinham aparecido uns azulejos, também muito antigos. No quintal existia ainda uma amoreira que a tradição local dizia ter abrigado muitas vezes, à sua sombra, o nobre navegador.

9.3.2.2. A Estratégia de Legitimação do Poder

Vasco da Gama, apesar de nunca ter sido comendador de Sines, seguiu o padrão de comportamento tradicional das elites da Ordem, construindo uma ermida dedicada a São Geraldo, a Sul da vila, sobre as rochas do mar[494], e uma outra, que seria a sua mais importante empreitada siniense, sob a invocação de Nossa Senhora das Salas, para

---

[491] «Dom Vasco da gama almjramte da Imdia / omde traz huuma vinha na barroca do mar, e de / que paga trjmta rreis pera fabrica // bertolameu aluarez traz huuma orta e / vjnha e de que pagua cimquoemta e / dous rreis e meio, e estaa juumto com a dita / orta do almjramte pera fabrica//». *Apud* Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.*, p. 71.

[492] A[ugusto] C[arlos] Teixeira de ARAGÃO (1898) – *Vasco da Gama e a Vidigueira*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. XIV-XV.

[493] *O Século*, n.º 5.266 de 13 de setembro de 1896, p. 1.

[494] «No termo desta villa ao longo do mar / fez dom Vasquo da gama almjramte / da Imdia huuma Irmjda de sam giraldo / que hy estaa feyta //:- Aquall nom tem ao presemte ornamemtos / nem cousa alguma». Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.*, p. 30.

substituir a já vetusta ermida, onde desde o século XIV se venerava a Virgem e que tinha uma prestigiada origem, ligada a uma princesa descendente da própria Santa Helena.

A escolha das invocações destes dois templos é particularmente relevante, não só pela sua hagiografia, mas também pela forma como surgem associadas a importantes figuras da História Nacional, como D. Vataça, a par de quem o Almirante quer ser lembrado seguramente. São Geraldo corresponde provavelmente ao arcebispo de Braga que, na transição do século XI para o século XII, foi o seu primeiro metropolita, invocação que é bastante rara no Sul do país, sendo a ermida de Sines o único templo em todos os territórios da Ordem de Santiago que lhe é dedicado. Até ao momento nenhuma justificação foi avançada para esta escolha do Almirante, que a nosso ver está associada a dois milagres atribuídos à intercessão do venerável prelado, um em que salvou do naufrágio o clérigo Honório e os seus companheiros e outro ao fazer aparecer milagrosamente uma embarcação que transportou outro clérigo, chamado Pelágio ou Paio, para que pudesse atravessar em segurança o rio Cávado e regressar a Braga depois da sua ação pastoral[495]. A localização da ermida, sobre os rochedos a Sul da vila, numa zona onde o perigo de naufrágio era sério, coaduna-se na perfeição com esta invocação, mas não podemos deixar de equacionar a hipótese de se tratar de um gesto de agradecimento pelo seu seguro regresso da dificultosa viagem à Índia.

Vasco da Gama limita assim, a nascente e a poente, a falésia de Sines, com duas ermidas que defendiam as gentes do mar nos momentos de maior perigo, como o de naufrágio ou de ataque de corsários. Esta linha de defesa será reforçada, na primeira metade do século XVI, com a edificação do convento de Santo António, cuja lenda fundacional está associada ao naufrágio de um pescador. A ermida de Santa Catarina, assente sobre o Pontal, guardava a imagem da douta mártir, também invocada para procurar os corpos dos náufragos, já no século XVII. A Sul, entre a Senhora das Salas e a vila foi edificada, no século XVIII, a ermida de Santo Amaro – também associado ao salvamento de afogamentos – de que pouco se sabe.

No centro deste conjunto, associada ao Castelo surge-nos a igreja Matriz, onde se venerava a imagem de São Pedro Gonçalves Telmo e São Cristóvão, entre outras, de clara ligação às gentes do mar.

Vasco da Gama investiu assim, claramente, na estrutura de *defesa* espiritual da vila, enquanto lhe permanecia inacessível a sua estrutura militar.

---

[495] D. BERNARDO, Arcediago de Braga (1959) – *Vida de S. Geraldo*. Braga: Livraria Cruz. Tradução, notas e posfácio de José CARDOSO. p. 20-21; 34-35; 40-41.

A implementação deste programa arquitetónico é apenas o lado visível de uma estratégia de legitimação de um poder prometido, mas ainda não efetivo, atitude inaceitável para o comendador e alcaide-mor em exercício, D. Luís de Noronha, a quem competia zelar pelos interesses da Ordem.

Rapidamente a situação descambou em conflito, com nefastos resultados, de que encontramos testemunho na Chancelaria Régia, a 29 de março de 1501[496]. Nesses distúrbios foi ferido um negro de D. Luís, com duas feridas, uma num ombro e outra num braço, de um só golpe de espada de aço, desferido por Álvaro Afonso, criado de Vasco da Gama, que com ele fora a Calecute. Apesar do perdão do comendador e do posterior perdão régio, a situação em Sines deve ter continuado explosiva nestes primeiros anos do novo século.

Parece certo que a Ordem de Santiago ter-se-á oposto firmemente à pretensão do Almirante. Esta oposição contava com figuras de peso como o seu mestre, D. Jorge, e o comendador, D. Luís, deixando o rei numa situação desconfortável e impossível de manter por muito tempo. Vasco da Gama voltou a partir para a Índia em 1502, regressando no verão de 1503. O rei retribui-lhe com novas rendas e benefícios, atingindo-se então, na visão de Adão da Fonseca, o ponto mais alto nas boas relações entre o monarca e o Almirante. Aparentemente, terá sido a questão nunca resolvida do senhorio de Sines a criar atritos graves que esfriaram esta relação.

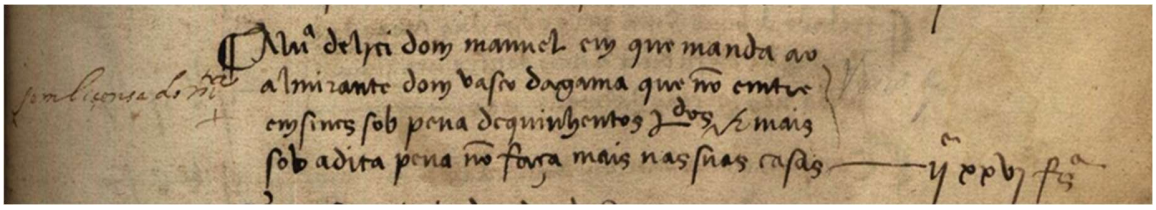


Figura 107 – ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, *Livro dos Copos,* liv. 272, fl. 21.

Por fim, em 1507, D. Manuel I deu abruptamente por encerrado este capítulo, proibindo a entrada em Sines de Vasco da Gama, de seus familiares e até mesmo dos seus criados, sem prévia autorização do mestre santiaguista. Foi igualmente imposto que se suspendessem as obras das casas que se estavam a construir. A interpretação deste ponto permanece dúbia, pois a palavra «casas» pode ser um sinónimo de «construções» e não se referir apenas a edifícios habitacionais, abrangendo igualmente as igrejas, como se vê pela própria lápide existente na fachada da ermida de Nossa Senhora das Salas, onde está escrito: «Esta ca/sa de nosa S*enho*ra das / salas».

[496] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 45, fl. 175v.

9.3.2.3. A Construção da Nova Ermida de Nossa Senhora das Salas

Vasco da Gama não se limitou a mandar edificar uma nova ermida em louvor da Virgem, mas esforçou-se para que a memória de tal gesto fosse indelével, gravando-a na pedra e pondo-a em lugar bem visível. Logo a ladear o portal destacam-se duas lápides de lioz, na da esquerda inserem-se as armas do Almirante e na da direita a inscrição fundacional, onde contam todos os seus títulos:

> Esta ca/sa de nosa S*enho*ra das / salas mandou fazer o m*ui*to / manjfico S*enho*ro dõ uasco da g/ama co*n*de da vjdjg*uei*ra al/mjra*n*te e vjso rej das / Yndias / foy f*ei*ta no ano / de nosso s*enho*ro jhesu chr*ist*o de . m*il* . *e b*^{c} *XXJX ano*



Figura 108 – *Ermida de Nossa Senhora das Salas,* 2005, fotografia do autor.

No interior repetem-se as armas, igualmente em posição destacada, na chave central da abóbada da nave. É a primeira vez que encontramos, em Sines, tal ostentação. Na documentação coeva e em particular na detalhada visitação realizada pelo mestre D. Jorge de Lencastre, em 1517, ficou registado o profundo desagrado da Ordem por tal gesto.



Figura 109 – *Lápide com as armas de Vasco da Gama, na fachada da ermida de Nossa Senhora das Salas,* fotografia do autor

Figura 110 – *Lápide da Fundação, ermida de Nossa Senhora das Salas*, 1529, fotografia do autor

O Almirante procurou afirmar-se como a figura mais poderosa da terra, promovendo um projeto que ultrapassasse em grandeza tudo o que os comendadores santiaguistas tinham até então empreendido. Iniciou rapidamente a construção desta nova ermida dedicada a Nossa Senhora das Salas, de quem, como vimos, a sua família era particularmente devota e que constituía o grande centro de devoção local e um dos mais importantes santuários da Costa Alentejana. Esta iniciativa punha-o ao mesmo nível da fundadora, uma figura de recorte quase mítico, uma princesa grega, D. Vataça Lascaris, atestando a ambição social do Gama.

Se o Almirante se viu obrigado a abandonar Sines, logo em 1507, e a suspender as obras, é bem provável que a ermida já estivesse então quase concluída, pois assim foi visitada dez anos depois pelo próprio D. Jorge. Posto perante a questão do que fazer às duas ermidas das Salas – a de D. Vataça e a recentemente edificada por Vasco da Gama –, o Mestre decide que não se deveria abandonar a mais antiga, onde Nossa Senhora havia feito tantos milagres, porque isso seria coisa escandalosa, mas que se deveria repará-la e corrigi-la. O certo é que essa posição não prevaleceu e, doze anos depois dessa visita e já cinco anos passados sobre a morte do Navegador, a nova ermida veio a ser sagrada, como atesta o cronograma de 1529 gravado na pedra.

Vale a pena demorarmo-nos nas palavras de D. Jorge de Lencastre:

> Porque esta Irmida de nosa sennhora das salas foy
> edificada no tempo que a Rajnha dona betaca de
> greçia aquj desembarcou, e ella fez a dita Irmjda,
> omde noso sennhor tem feito e faz muitos milagres

> e sera sem Rezãao e cousa escamdallosa averse
> de desfazer a dita casa, do lugar omde estaa,
> por tamto per visytaçam ordenamos e mamdamos
> que a dita casa estee pera sempre, omde ora estaa
> e se nom mude dally E mamdamos aos mor-
> domos e comfrades da dita casa que a faram majs
> comprida asy como damtes era, E aaleuamtem
> e corregam com huuma janela comtra ho mar
> aquall obra lhe emcomemdamos e Rogamos
> que faram ho mais çedo que poderem; por ser casa
> de mujta devaçam.//:-[497]

Este texto é de grande interesse porque é uma das mais remotas referências à preocupação com a conservação de um edifício como lugar de memória, em detrimento da sua substituição por um novo, maior e mais sumptuoso. Trata-se de uma atitude rara, que não correspondia à posição da Igreja durante a Idade Média, como atesta, por exemplo, a decisão papal a propósito da basílica francesa de Saint-Denis, também ela um lugar de milagres. O cronista Guillaume de Nangis registou que, desde 1229, o seu abade pensava em reconstruir a nave, mas que hesitava perante a lenda de que o templo havia sido sagrado pelo próprio Cristo, o que fazia das suas pedras verdadeiras relíquias. Consultou então o papa, que lhe respondeu que sobre a Terra tudo era corruptível, devendo reconstruir-se o templo a fim de poder servir e honrar o Senhor[498].

Mas este momento marca também o início da apropriação pela população de Sines da memória de Vasco da Gama, que veio a fazer com que as ordens de D. Jorge, para que se retirassem as armas do Almirante da fachada do templo, nunca tivessem sido cumpridas, apesar de diversas vezes repetidas pelos visitadores, como ainda atesta, em 1758, o pároco de Sines:

> na pri/meyra Visita da Ordem que se acha nos livros des/ta Matriz, que foi feita no anno de = 1605 = (…) se acha / hum Capitulo que diz assim = Mandamos que se / cumpra a Vizitaçaõ do Mestre da dita Ordem de / Santiago Dom Jorge, que Deos te, em que manda / que se tirem as armas do Conde da Vidigueyra que es/taõ sobre a porta principal da dita Ermida por / elle naõ ser o Fundador della, nem a fabricar, e o / ser a Raynha da Grecia Dona Bataça = ; mas naõ obs/tante esta determinaçaõ taõ

[497] *Visitação de Sines em 1517*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 12v.
[498] Jean-Michel LENIAUD; Philippe PLAGNIEUX (2012) – *La Basilique Saint-Denis.* Paris: Éditions du patrimoine; Centre des Monuments Nationaux. p. 74.

> antiga, que se implica / com o letreyro que se acha ainda hoje o letreyro / e armas sobre a mesma porta se conservaõ da mesma forma.[499]

Reforçando a sua posição, o mestre D. Jorge nomeou para suceder a D. Luís de Noronha, à frente da Comenda, o seu próprio tio, Jorge Furtado de Mendonça, talvez ciente de alguma fragilização do seu poder, face a um Gama intempestivo e até mesmo imprevisível, na incerteza de um futuro que lhe podia trazer um *volte-face* da decisão régia. Mostrou assim até que ponto chamava a si Sines e a questão do senhorio da vila.

A Ordem voltou igualmente a impor a sua autoridade e a conter a edificação de novos templos, carentes de autorização superior, pois verifica-se que muitos dos edifícios, em especial as pequenas ermidas periurbanas, não possuíam *Fábrica*, ou seja, não possuíam terras ou outro tipo de bens que garantissem a sua manutenção, levando a que frequentemente se deteriorassem por falta de meios, como tantas vezes se depreende das visitações. Relembra-se assim o enquadramento legal, claramente definido desde a Idade Média, como já estipulava Afonso X em *Las Siete Partidas*, que tais construções estão absolutamente dependentes de autorização episcopal, e que ninguém o deve fazer de outra maneira e se o fizer não será igreja, nem terá tal nome, nem deve nenhum clérigo nela celebrar missa, o mesmo se aplicando à reedificação de qualquer templo[500].

A nova ermida segue um formulário bastante comum no gótico final alentejano com nave única, coberta por três tramos de abóbada de cruzaria de ogivas de cinco chaves e capela-mor mais estreita. O exterior era rematado por ameias[501] e marcado nos panos laterais por contrafortes escalonados, com o registo superior cilíndrico e encimados por pináculos cónicos, que lembram as soluções de Santo Amaro de Beja ou S. Brás de Évora, erguida por vontade de D. João ao longo da década de 1480[502].

Na brancura dos panos caiados destaca-se o portal de brecha da Arrábida, que sempre impressionou quem o viu. Na *Memória Paroquial* de 1758, o padre Mimoso diz-nos que o «portado he de pedra vermelha / lavrada em redondos, e alguns torcidos»[503]. Francisco

---

[499] *Sines, Ourique*, ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 35, n.º 177, p. 1317.
[500] AFONSO X (1807) – *Las Siete Partidas.* Madrid: Real Academia de la Historia. Vol. 1. p. 358. Partida I, Título X, Lei I.
[501] «esta igreia aroda per forra he toda ameada», ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197, *Visitação e Provimento das Igrejas do Mestrado por D. António Preto, Prior-Mor do Convento de Palmela e da Ordem de Santiago*.
[502] Túlio ESPANCA (1966) – *Inventário Artístico de Portugal; Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. Vol. VII. I. p. 320.
[503] José António FALCÃO (1987) – *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758*. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. p. 27.

Luiz Lopes refere em 1850, numa pequena obra intitulada *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*:

> A entrada desta Ermida tem suas pretenções architectonicas.
> O que nella há de notavel são umas columnas – salomonias? bysantinas? De bello *pudingue*.[504]



Figura 111 – *Fachada da Ermida de Nossa Senhora das Salas*, 2005, fotografia do autor.

O portal surge-nos com uma qualidade escultórica e com uma escala que raramente encontramos numa ermida desta época. A coloração policroma da pedra contribui para o seu forte impacto visual, destacando-o na brancura geral. As formas curvas, mas sólidas e maciças, conferem-lhe um sereno dinamismo. Pelas suas características formais podemos integrá-lo numa tipologia de portais enquadrados por colunas torças, encimadas por pináculos e rematadas por cogulhos em flor-de-lis. Nesta tipologia podemos inserir diversos portais contemporâneos, como o desaparecido portal da igreja do Hospital de

[504] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 69.

Todos-os-Santos, construído entre 1492 e 1504[505]. Rafael Moreira aproximou esta obra de Boitaca e assinala que também era executado em brecha da Arrábida[506].

Trata-se de um conjunto de obras apoiadas ou patrocinadas diretamente pelo rei, onde terá intervido o referido Boitaca (c. 1460-1528) fortemente prestigiado junto da Coroa ou algum dos seus discípulos. É por isso normal que seja no Convento de Jesus de Setúbal que encontramos a mais flagrante e inquestionável proximidade formal com o exemplar de Sines, não só pela utilização da brecha da Arrábida, mas fundamentalmente pelo tratamento plástico dos seus diversos elementos, onde está totalmente ausente qualquer elemento naturalista.

Sabemos que, pelo menos no ano de 1492, Vasco da Gama passou por Setúbal, onde de resto a corte era uma presença frequente[507]. Frei Jerónimo de Belém na sua *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves,* citada por Pedro Dias[508], refere que nesse mesmo ano D. João II visitou a obra do convento, estando já construídos o dormitório e a portaria, assim como os alicerces da igreja, que o monarca achou pequenos. As primeiras freiras deram entrada na clausura a 3 de maio de 1495 e, no ano seguinte, D. Manuel I ofereceu-lhe um sino, pelo que se pressupõe que a esta data a igreja já deveria estar concluída, aceitando-se que por volta de 1500 tudo estaria terminado, o que corresponderá sensivelmente à data de início da obra de Sines.

Podemos balizar a execução do portal siniense entre o regresso do Gama (1499), com a consequente promessa de doação do senhorio de Sines (1500), e a sua expulsão, com a óbvia suspensão das obras que estava a levar a cabo, em 1507. Seguramente em 1517 a ermida encontrava-se praticamente pronta para ser sagrada, não havendo dados seguros sobre o que poderá ter ocorrido durante estes últimos dez anos. O Almirante terá assim encomendado a execução do portal cerca de 1500, aos mestres do estaleiro sadino, prestigiados pelo serviço numa obra régia e disponíveis devido à conclusão da mesma.

---

[505] Ana Cristina LEITE (1993) – O Hospital Real de Todos os Santos*. In* Paulo PEREIRA, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa; Museu Rafael Bordalo Pinheiro. p. 5. Catálogo.

[506] Rafael MOREIRA (1993) – O Hospital de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II. *In* Paulo PEREIRA, *op. cit*., p. 24.

[507] Luís Adão da FONSECA, *op. cit.,* p. 23.

[508] Pedro DIAS (1987) – *A igreja de Jesus de Setúbal na evolução da arquitectura manuelina*. Lisboa: s.n.. p. 13-21. Separata da Revista *Belas Artes*. 2ª série, n.º 32.

Vasco da Gama não nos deixou as suas intenções apenas escritas na pedra ou ostentadas na sua heráldica, mas fez do próprio portal um manifesto. Nele é clara a proximidade com as descrições do Templo de Salomão que encontramos no *Livro dos Reis* (VII, 15-22): o portal do templo era ladeado por duas colunas de bronze, executadas por um mestre vindo de Tiro, chamado Hiram e cada uma delas era encimada por um capitel ornado de romãs, encimado por uma flor de lírio.

Estes três elementos são bem visíveis no portal de Sines, onde podemos ver as esferas que adornam os turbantes como romãs estilizadas, que a fragilidade do material não permite tratar de forma mais naturalista; encontramos o remate em forma de flor-de-lis e até mesmo as colunas torsas, que lembram as *salomónicas*, conservadas na basílica romana de São Pedro e que, segundo a tradição, eram provenientes do templo de Jerusalém[509]. No mundo das representações quatrocentistas não encontramos exemplos perfeitamente miméticos, como surgirão e serão amplamente divulgados mais tarde[510]. A realidade do passado recriava-se de forma bastante livre, baseando-se nalgumas características conhecidas que forneciam o código de identificação. Da mesma forma podemos ver nas colunas torças – que nos surgem com formas variadas – uma interpretação não rigorosamente mimética das colunas salomónicas, que a aproximação ao modelo do portal do Templo de Salomão torna evidente.

Com esta obra, o Gama quer firmar as raízes de uma casa que ele visiona com grandes ambições, associando-se ao modelo do *príncipe* construtor, cujo arquétipo era à época o rei Salomão, como escreveu Francisco de Monçón, no seu livro *Libro primero del Principe Christiano*[511]*,* defendendo que a grandeza do príncipe cristão «é fazer obras cúmenes muy singulares em provecho comum de sus súbditos, y hazer sumptuosos edifícios y gastos, que no tien que aver embidia a los del rey Salomon»[512].

9.4 Jorge Furtado de Mendonça (alcaide-mor e comendador c.1500-c.1540)

Com a morte de D. Luís de Noronha, o mestre de Santiago entregou a comenda de Sines, a que permanecia associada a alcaidaria-mor, a seu tio e camareiro-mor, Jorge Furtado de

[509] Alexis GAUVAIN (2015) – La Colonna Santa della Basilica di San Pietro: storia, memorie e nuove acquisizioni. *Archivum Sancti Petri*. vol. 28-29. La Colonna Santa (s.d.) – Vaticano: Museo Storico Artistico del Tesoro di San Pitro; Edizioni Capitolo Vaticano. p. 9.
[510] Paulo PEREIRA (1990) – *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei, Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura.* Coimbra: Instituto de História de Arte; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 123-125.
[511] Francisco de MONÇÓN (1544) – *Libro primero del Espejo del Principe Christiano.* Lisboa: Luis Rodriguez.
[512] Rafael MOREIRA, *op. cit.*, p. 25.

Mendonça (c. 1463-c. 1544)[513], *puxando* ainda mais para a sua órbita os destinos desta terra e do seu Castelo. O novo alcaide-mor surge-nos registado no *Livro de Matrícula da Ordem de Santiago*, a 1 de abril de 1496[514], e como cavaleiro recebeu uma tença, com o hábito da Ordem, doze dias depois[515], seguida de uma outra mercê a 28 de outubro de 1498[516]. Também ele pertenceu ao órgão de cúpula dos espatários, o Conselho dos Treze, e nessa qualidade esteve presente no Capítulo Geral de 1508[517]. Para além da comenda de Sines, foi detentor das comendas de Entradas, Padrões e Represa, da mesma Ordem, das quais obtinha largos proventos. Só a comenda da Represa rendia-lhe anualmente a elevada soma de 240.000 réis[518].

Jorge Furtado de Mendonça era filho de Nuno Furtado de Mendonça (1437-1476), aposentador-mor de D. Afonso V, e de D. Leonor da Silva. Nasceu cerca de 1463 e era irmão mais novo de D. Ana de Mendonça, mãe de D. Jorge de Lencastre (1481-1550), fruto da sua ligação com D. João II. O comendador casou pela primeira vez com D. Isabel da Cunha, dama da rainha D. Leonor, filha mais nova de João Rodrigues de Sá[519], camareiro-mor de D. Afonso V e alcaide-mor do Porto de juro e herdade. Contraiu um segundo matrimónio com D. Maria de Souza, filha de Nuno de Souza, e, após ter enviuvado segunda vez, com D. Guiomar da Silva, filha mais nova de João Freire de Andrade, 4º senhor de Bobadela, Lagos da Beira e Ferreira.

Diversos filhos, da sua vasta prole, fixaram-se no Alentejo Litoral, sucedendo mesmo a seu pai nas comendas aqui situadas e recebendo outras da Ordem de Santiago[520]. A filha mais velha, D. Beatriz da Cunha, casou com D. Francisco de Noronha, camareiro-mor do mestre de Santiago e nesta Ordem comendador de Casével. D. Ana Mendonça casou com Francisco

---

[513] A data da sua morte não é conhecida com exatidão. Sabemos que em 1544 já estava morto e estava a ser pintado um retábulo por si encomendado, pelo que a morte não teria ocorrido há muito tempo. *Cf.* Vítor SERRÃO (2016) – Estudo das telas seiscentistas da capela de Santo António em Setúbal, com "Strus Quaestionis" sobre a Pintura Maneirista e Barroca na cidade. In *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: Santuário História; Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão. p. 208. Por outro lado, a sua laje sepulcral tinha a data de colocação de 1548: «Esta sepultura mandou fazer Antonio Furtado de Mendonça, seu filho. Era de 1548». *Cf.* Fr. Jeronymo de BELEM (1753) – *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves* […]. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora. p. 884.

[514] ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, *Coleção Especial*, Códice n.º 275, fl. 1v. *Apud* Ana Cristina PIMENTA (2001) – As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média; O governo de D. Jorge. *Militarium Ordinum Anavecta*. Porto. vol. 5, p. 506.

[515] ANTT, *Ordem de Santiago*, Códice n.º 3, fl. 74.

[516] ANTT, *Coleção Especial*, cx. 74, mç. 1.

[517] ANTT, *Convento de Palmela*, mç. 3, doc. 185.

[518] *Da Ocidental Praia Lusitana* (1998). Lisboa: CNCDP; CMS; DPHADB; APS. p. 154.

[519] Um ramo dos descendentes deste João Rodrigues de Sá veio a deter a Comenda e Alcaidaria-Mor de Sines entre 1579 e 1665.

[520] Manuel Abranches SOVERAL; Manuel Lamas de MENDONÇA (2004) – *Os Furtado de Mendonça portugueses. Ensaio sobre a sua origem* [Em linha]. S.l.: s.n. p. 85-87. [Consult. 4 jan. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.academia.edu/1034356/Furtado_Os_de_Mendon%C3%A7a_Portugueses

Corrêa, que veio a ser comendador de Colos, Alvalade e Vila Nova de Milfontes. António Furtado de Mendonça, que nasceu ou em Santiago do Cacém, ou em Entradas – como consta do processo inquisitorial de seu neto – sucedeu ao pai como comendador de Entradas e Represa, foi sepultado no convento de Sines, fundado por este, assim como o veio a ser o seu filho, nascido também em Santiago do Cacém[521] e chamado Jorge Furtado de Mendonça, como o avô, sendo casado com D. Margarida de Noronha, natural de Santiago do Cacém. D. Margarida de Souza terá casado com Pedro Pantoja, que foi comendador de Santiago do Cacém. Lopo Furtado veio a suceder a seu pai como comendador de Sines e foi também comendador de Loulé[522].

D. Jorge de Lencastre garantiu assim o controlo mais direto de uma área significativa do Alentejo Litoral por parte deste ramo da sua família, território a que parece ter prestado particular atenção. Uma filha bastarda do mestre residiu mesmo em Grândola, ao cuidado de Heitor Nunes, almoxarife da vila[523]. Este facto deu origem à lenda de que o Mestre aí teria edificado um paço onde residiria grande parte do ano, dedicando-se à caça, abundante naquele território. Fixada na *Corografia Portugueza* pelo padre António da Costa, em 1712, esta narrativa é repetida como facto comprovado por Pinho Leal, no entanto, não encontra suporte em qualquer documento, vestígio arquitetónico ou arqueológico.

Se alguns dos filhos de Jorge Furtado de Mendonça e seus descendentes permaneceram com uma forte ligação aos territórios da Costa Alentejana, o mesmo não aconteceu com os Gama, que após a expulsão de Vasco da Gama de Sines e a sua posterior saída da Ordem de Santiago, quebraram os laços que os ligavam a Sines, mantendo apenas a cobrança da receita da dízima do pescado, ainda reclamada no século XVIII[524].

9.4.1. As alterações introduzidas no Castelo em tempos de Jorge Furtado de Mendonça

O papel do tio de D. Jorge de Lencastre na história do Castelo de Sines tem sido em certa medida intencionalmente esquecido, sendo quase ignorado pelos historiadores locais ou

[521] *Diligencia de Habilitação de Afonso Furtado de Mendonça*, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Afonso, mç. 1, doc. 11.
[522] António Carvalho da COSTA (1712) – *Corografia Portugueza* […]. Lisboa: Officina Deslandesiana. p. 13; Antonio Caetano de SOUSA (1747) – Historia Genealogica da Casa Real Portugueza. Lisboa: Officina Sylviana. Tomo XII. Parte I. p. 36.
[523] Germesindo SILVA (1991) – *O Mestre de Sant'Iago D. Jorge e as Visitações do Lugar de Grandolla.* S.l.: s.n. p. 22.
[524] ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv. 23, fl. 116v.

então relegado para um lugar ensombrado pela oposição que a Ordem de Santiago protagonizou à vontade régia de entrega do senhorio da vila a Vasco da Gama. No entanto, a documentação revela-nos uma realidade bem diferente, a de um homem ativo na conservação e modernização do Castelo, onde viveu, e na construção de um novo convento, para perpetuar em Sines a sua memória.

Ao visitar o Castelo, em 1517 (doc. 7), o Mestre D. Jorge já aí encontra o tio. Antes de lhe tomar menagem descreveu sumariamente a fortaleza:

> visitamos o dito castelo, o quall tem / huuma torre de menagem muy boa, e huuma / sala gramde sobradadas, e a dita torre / he de dous sobrados[525], e demtro no /dito castello estãão allgumas casas / terreas e sobradadas, E nom há / nelle armas nem tiros de fogo alguns[526]/:-
>
> foy tomado menajem a Jorje furtado / allcaide moor do dito castelo e villa /na forma acustumada, e dise que /primcipalmemte com sua pessoa e com a dita for-/talleza, e com suas armas e cavallos / e criados, estauua prestes pera nosso / serujço de dia e de noute per maar e per terra / E asy ho prometeo e jurou per amte / mjm se privam da visitaçam e portamto /saynou aquj//:
>
> Jorge fortado memdonça[527]

Jorge Furtado de Mendonça não tem uma carreira militar conhecida, não se lhe detetando qualquer presença nos cenários de guerra norte-africanos, como era comum em muitos jovens fidalgos da sua época, ou mesmo qualquer intervenção nas operações de defesa da costa. No mesmo ano de 1517, em que foi visitado em Sines pelo sobrinho, uma armada francesa atacou a vila, sem que o alcaide-mor tenha sido capaz de organizar eficazmente a sua defesa[528]. Na visitação, ao ser-lhe perguntado se redimira cativos com o que ganhara por sua lança em terra de mouros e se estava pronto para seguir o mestre, com tantas lanças como era obrigado, responde laconicamente que o havia cumprido o melhor que podia e está pronto para cumprir, segundo as suas possibilidades[529].

---

[525] Na realidade três pisos sobradados.
[526] A mesma constatação, da inexistência de armas, verifica-se na visitação realizada no mesmo ano ao castelo de Santiago do Cacém. *Visitações a Santiago do Cacém efectuadas pelo mestre D. Jorge, Diogo Salema, Cavaleiro da Ordem de Santiago, e António Fernandes, prior de Colos, visitadores da comarca do Algarve em 1517*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fol. 66.
[527] *Ibidem,* fl. 39v.
[528] António Martins QUARESMA (2012) – Sines medieval e moderna. In *O Concelho de Sines da Fundação à Época Moderna*. Sines: Arquivo Municipal Arnaldo da Soledade. p. 89.
[529] *Visitação de Sines em 1517,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 2.

Terá centrado a sua vida na gestão dos negócios da Ordem e em particular das comendas que lhe estavam entregues. Esta realidade espelha-se no seu perfil enquanto alcaide-mor e na natureza das obras que realizou no Castelo, documentadas em detalhe numa das mais importantes fontes, que se conservam, para a leitura do edifício: o *Auto de Posse* datado de 24 de novembro de 1533 (doc. 9)[530]. Por ele percebemos que transformou os paços, já anteriormente remodelados por Estêvão da Gama e descritos sumariamente na visitação de 1480, numa residência mais sofisticada, mas sem alterar substancialmente a edificação quatrocentista. Esta apresenta todas as características de um paço tardomedieval, apesar de a historiografia nunca ter olhado para ela desta forma, escondida como permanece sob a sua atual *casca* setecentista.

As próprias características deste edifício levaram os visitadores a dar-lhe diferentes designações: é chamado de *Paços* em 1480, destacando a sua função habitacional, mas é designada como *Castelo* em 1533. É, pois, uma pequena estrutura defensiva, um pequeno castelo, dentro de uma estrutura defensiva maior, a cerca da vila – termos usados por Duarte de Armas em situações semelhantes – com uma forte componente de residência nobre, onde as necessidades de conforto foram progressivamente ganhando terreno às necessidades defensivas, mas sem as abandonar ainda, e acima de tudo com uma forte carga simbólica de domínio de um território.

Trata-se de um edifício sobradado, de planta em L, organizada em torno de um pátio murado, a que se adossa, a Norte, a torre de menagem de quatro pisos. Tem o seu piso nobre no primeiro andar, a que se subia por escada exterior de cantaria, adossada à parede Sul do pátio. Este era dominado pela sala, ainda hoje existente, com 7,8m x 4,8m, que em 1533 é já considerada «pequena». As cavalariças, instaladas anteriormente no piso térreo, foram transferidas para um novo edifício «torre», onde igualmente se instalaram os escravos, sendo o seu antigo lugar ocupado por uma ampla cozinha e despensa. No piso nobre, a organização dos espaços segue o esquema palaciano da época: sala, antecâmara e câmara, de amplas proporções e com um conforto raro para a época, patente no número de lareiras, existentes em todos os compartimentos, e nos tetos forrados a cortiça. Enquanto Estêvão da Gama se preocupou em reforçar as estruturas defensivas do Castelo, Jorge Furtado de Mendonça centrou-se no seu espaço residencial, tornando-o mais adequado à sua mais elevada posição social.

[530] ANTT, *Coleção Especial*, cx. 158, 24 de novembro de 1533.

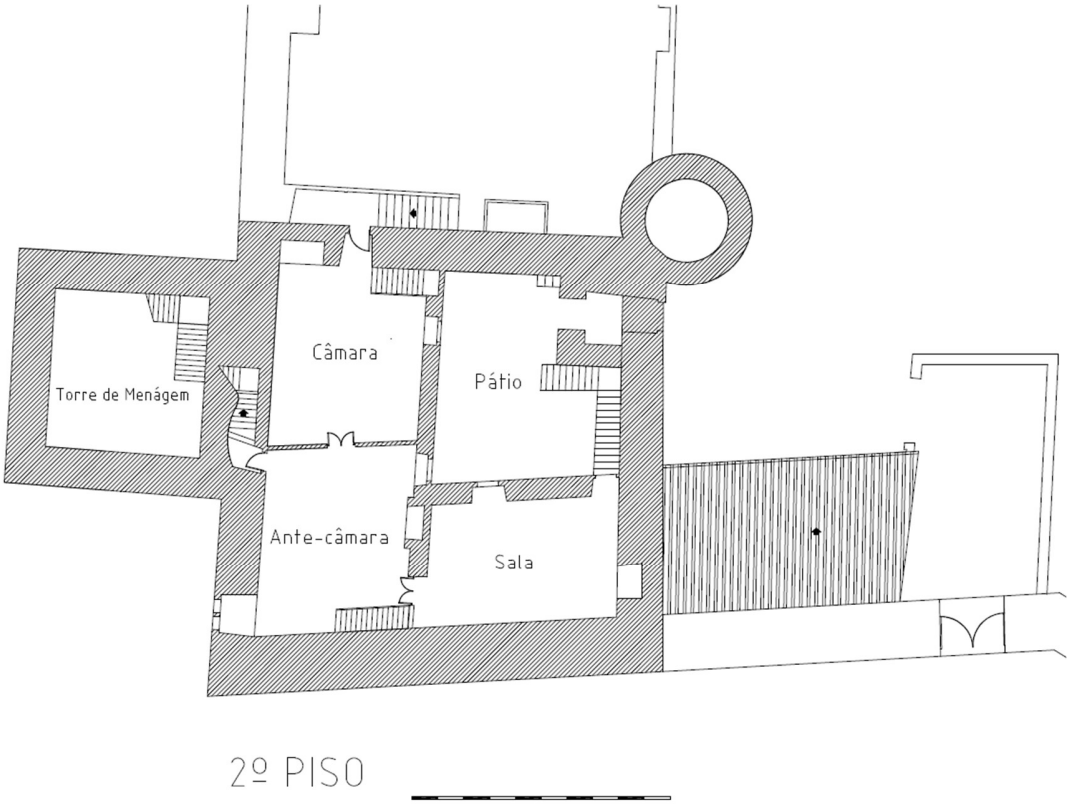


Figura 112 – *Proposta de reconstituição da planta do primeiro andar do Paço, a partir do* Auto de Entrega *de 1533,* Desenho do autor.

A descrição é de uma minúcia impressionante, quase cinematográfica, e ainda hoje nos podemos guiar por ela para percorrer os diferentes espaços.

Um dos pormenores curiosos desta descrição é que designa apenas como *castelo* a estrutura residencial a que em 1480 se chamava *Paços:*

> he hum castello dentro da cerqua da vylla cerrado sobre sy co muro a redor e tem hum portal de pedraria com baluarte de fora dameas e bombardeyras

Passando o pequeno portal de cantaria, ainda hoje existente, entrava-se no confinado espaço do «baluarte»[531], com que Estêvão da Gama o protegera pelo interior, ambos encerrados por portas novas e fortes, com seu ferrolho grande, fechadura e uma tranca forte e grossa, cujo encaixe ainda hoje pode ser visto na cantaria da ilharga. Entrava-se depois no pátio, com o seu poço de água potável, por cima do qual estava um arco, onde assentava uma câmara, e ao fundo uma porta encerrada por grade de pau que dava acesso

[531] Termo usado para o descrever na visitação de 1480.

a um compartimento grande, que correspondia ao piso térreo da torre de Menagem. Entrando no mesmo pátio, à esquerda, estava uma escada «com 15 degráos de pedra, com hũ emcosto de tijolo daluaneria» (doc. 10)[532],por onde se subia para as «casas do apousentamento», que eram compostas por uma primeira sala, pequena, ladrilhada e com chaminé, com uma janela no muro sobre a porta do dito castelo e cobertura emadeirada «dasnas de duas agoas»[533], de telha vã, argamassada por cima e pavimento «meo solhado e meo lladrillado de tijollo tosco»[534]. Em 1554 esta sala tinha já outra janela virada a poente, ou seja aberta para o interior da cerca.



Figura 113 – António de Holanda, Mês de Janeiro, *Livro de Horas de D. Manuel*, c. 1517-1551, MNAA, Inv. 14/5 Ilum.

A austeridade deste espaço, central da vida doméstica do alcaide-mor, corresponde mesmo ao que os visitadores de 1510 encontraram no castelo do Palmela, sede da Ordem, que tinha « sala terreya grande cuberta de telha vaan com hũua janela com hũuas grades de ferro e hũua chamine»[535], todos os restantes compartimentos eram cobertos da mesma forma, excepto uma câmara, que era «encaniçada»[536].

---

[532] *Visitação e Provimento das Igrejas do Mestrado efectuada por D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela e da Ordem de Santiago 1554*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197, fl. 37.
[533] *Ibidem.*
[534] *Ibidem.*
[535] ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 151, fl. 121v-122. *Apud.* Cristina Vinagre ALVES (2011) – *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela; Visitações de 1510 e 1534.* Palmela: Câmara Municipal de Palmela- Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago. p. 205.
[536] *Ibidem* p. 206.

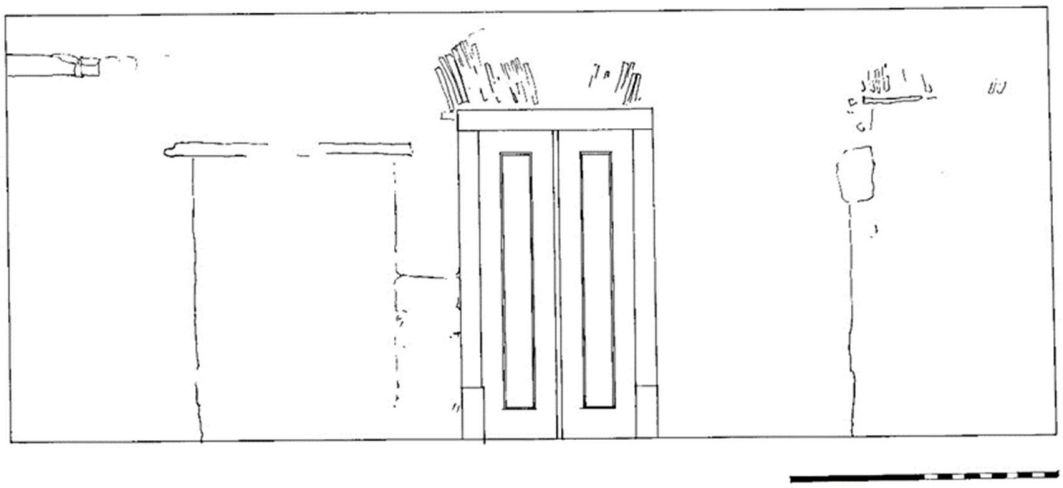


Figura 114 – *Alçado Norte da sala, vendo-se, à direita, a antiga porta quatrocentista entaipada e, à esquerda, o antigo vão da janela, acima do qual surgem vestígios de um antigo freixal,* desenho do autor.

Desta sala ia-se por uma porta para uma antecâmara grande, que tinha uma chaminé e uma ampla janela, pegada com a lareira, sobre o pátio, rasa e de alvenaria, com portas novas de castanho, trancadas, e outra janela do lado da vila, com um peitoril de pedraria com um mármore no meio, com portas de castanho novas; o teto era de quatro águas, emadeirado, e desta antecâmara ia-se por uma escada de madeira para baixo, para uma casa que estava debaixo da sala, que tinha uma chaminé e servia de cozinha, com uma porta de ligação para outra casa que servia de despensa e que ficava debaixo da antecâmara. Da antecâmara ia-se por uma porta para uma câmara, cujo teto era também de quatro águas, amadeirado e forrado de cortiça[537]. Tinha uma chaminé e uma janela sobre o pátio e daí ia-se por uma porta para uns quintais e por uma escada se descia para um compartimento térreo, ladrilhado, para as mulheres. Da antecâmara ia-se por uma outra escada de pedra, metida no muro, abobadada, ter à porta da torre de Menagem, que tinha umas portas fortes e boas, por onde se entrava para uma câmara grande, sobradada, que se situava no segundo andar da torre, com uma janela sobre o Rossio. À entrada da porta desta câmara estava uma escada, com armários debaixo, por onde se ia para a câmara de cima, da dita torre, que tinha cobertura de quatro águas, forrada de tabuado de pinho e sobre a dita escada existiam armários. Este espaço tinha uma chaminé e duas janelas, uma virada a norte e outra a sul, e tinha ainda uma porta que dava acesso às

[537] O teto da sacristia da igreja de Vila Nova de Milfontes também era revestido a cortiça. ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 165, fl. 3. *Apud* António Martins QUARESMA (2019) – *Vila Nova de Milfontes*; *História*. 2.ª ed..Odemira: Câmara Municipal. p. 71.

escadas que subiam ao cimo da torre e ao pé destas escadas estava uma janela do lado da vila.



Figura 115 – *Antiga cozinha do rés do chão do Paço*, 2015, fotografia do autor.

Os ambientes descritos aproximam-se bastante da iluminura do mês de janeiro do *Livro de Horas de D. Manuel*, onde surgem duas chaminés[538] semelhantes à que foi construída na nova cozinha térrea. Nem sequer falta o escravo negro, para o qual foram construídos alojamentos junto da nova estrebaria. A organização dos espaços segue o esquema tradicional dos paços da mesma época: sala, antecâmara e câmara, «assy ordenadas como custumam senhores», nas palavras de D. Duarte, no seu *Leal Conselheiro*[539]. Depois da sala, onde todos entram, encontramos a antecâmara «em que costumam estar seus moradores», espaço que no Castelo se diferencia da sala pelas suas menores dimensões, isolamento térmico da cobertura com recurso à cortiça, para lhe conferir maior conforto, e uma nova janela, rasgada para o exterior do recinto muralhado, dando sobre a rua Direita e assim permitindo acompanhar os movimentos de quem circulava no eixo viário mais

[538] Uma em primeiro plano, à esquerda, e outra visível através da porta situada à direita.
[539] D. DUARTE (1942) – *Leal Conselheiro*. Lisboa: Livraria Bertrand. p. 303. Edição crítica, anotada e organizada por Joseph M. PIEL.

importante da vila. Esta janela, «com um peitoril de pedraria com um mármore no meio», denota também a introdução de elementos arquitetónicos de maior requinte, visto que as antigas janelas, rasgadas sobre o pátio, eram apenas guarnecidas de argamassa. A câmara de dormir, onde só entrariam os mais chegados da casa, apresenta os mesmos cuidados de conforto da antecâmara mas não é seguida de outros compartimentos mais privados, como a «trescâmara, onde sse costumam vestir» ou o oratório, talvez pela exiguidade de espaço ou pela natural simplificação de um modo de vida afastado do rigor da etiqueta cortesã.

Os vãos exteriores, cuidadosamente descritos, tinham portadas de castanho com trancas, mas nenhuma referência é feita à existência de vidros, sendo o mais natural, no contexto da época, não terem existido, o que se coaduna com a necessidade de lareiras para aquecer os compartimentos durante o inverno[540]. O livro de Duarte de Armas mostra-nos que o mesmo acontecia noutros castelos, onde vemos duas ou três chaminés a elevarem-se acima das coberturas. Nos contemporâneos retábulos da Madre de Deus ou de Santos-o-Novo – atribuído ao pincel de Gregório Lopes c. 1540 – encontramos representações, que cremos bastante fidedignas, das portadas em uso na época.



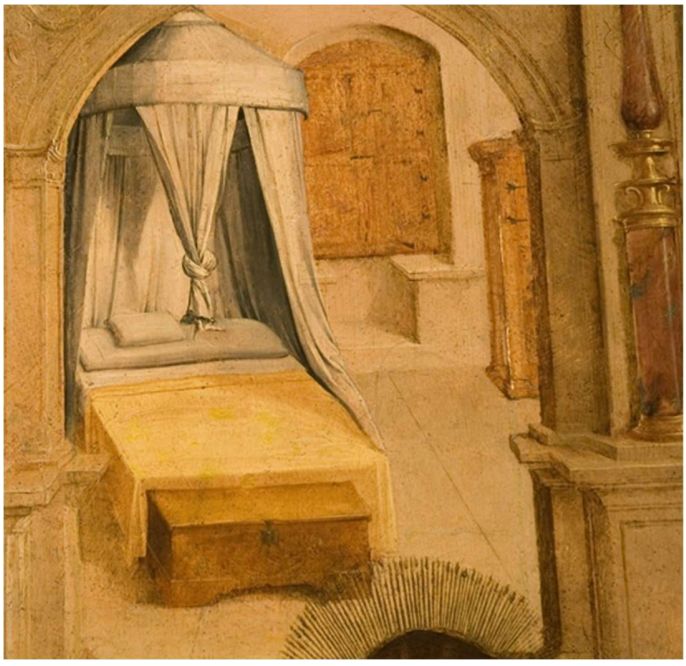


Figura 116 – Jorge Afonso (atrib.), *Aparição de Cristo à Virgem* (pormenor), Retábulo da Madre de Deus, 1515, MNAA, Inv. 1632 Pint.

Figura 117 – Gregório Lopes (atrib.), *Anunciação* (pormenor), Retábulo de Santos-o-Novo, c. 1540, MNAA, Inv. 1170 Pint.

[540] O aquecimento das câmaras com fogo de lenha aparece referido em 1440 na proposta de regulamento para os Estaus de Lisboa. *Cf. Cortes Portuguesas; Reinado de D. Afonso V (Cortes de 1439)* (2016) – Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Univesidade Nova de Lisboa. p. 316.

Os compartimentos dos pisos superiores da torre de Menagem também são denominados «camara» e é natural que neles se acomodasse a vasta prole do alcaide-mor. Não encontramos referência a qualquer capela ou oratório, talvez devido à proximidade da igreja Matriz, à qual o Castelo estava tão estreitamente ligado.

Nenhuma pista nos é dada acerca do mobiliário ou do restante património móvel da casa. Provavelmente seriam propriedade privada do alcaide-mor, escapando por isso ao controlo da Ordem, tão rigoroso até mesmo nos mais insignificantes objetos existentes nas igrejas e ermidas. Apenas nos contextos arqueológicos encontramos algumas pistas, que não vão além de alguns fragmentos cerâmicos, visto que até ao momento apenas foram realizadas sondagens pontuais. Assim, nos níveis correspondentes ao século XVI, encontraram-se fragmentos de faiança italiana com pintura a azul-cobalto sobre vidrado branco e de um alguidar esmaltado, possivelmente com decoração de reflexos metálicos, de fabrico sevilhano ou catalão, que revelam uma vivência requintada e capacidade económica para importar peças de qualidade. Para além destas peças de exceção surge-nos louça de mesa corrente, como os pratos e escudelas esmaltados a branco, ou melados, e louça de cozinha, como as panelas e os frequentes alguidares esmaltados a verdes[541].

A organização dos espaços habitacionais do Castelo, os objetos que os teriam povoado e a forma como eram utilizados, foram explanados num pequeno filme integrado no percurso de visita do Museu de Sines, produzido em 2008, e sobre o qual nos iremos adiante debruçar. Na sua maioria trata-se de peças cerâmicas de uso corrente, que pouco nos falam do modo de vida do comendador e mais dos populares que continuavam a residir no espaço intramuralhas.

A casa de Jorge Furtado de Mendonça não deveria diferenciar-se muito de D. Vataça, que vimos descrita em detalhe dois séculos antes. Deviam dominar as arcas de diferentes formas e materiais, destinadas a transportar os pertences entre as diversas residências espalhadas pelas comendas que detinha. Estes deviam ser maioritariamente têxteis, para a dar algum conforto aos espaços vazios, quer forrando as paredes nuas, quer compondo as camas, desde os colchões e almofadas, aos lenços, mantas e colchas, até ao dossel que resguardava a intimidade e protegia das correntes de ar. Os poucos móveis deveriam ser bastante simples e facilmente cobertos por qualquer revestimento de tecido mais ou menos nobre. Quanto à sumptuária, que certamente existiria numa casa desta posição social, apenas podemos conjeturar.

[541] Carlos Tavares da SILVA (1993) – *Relatório das sondagens realizadas no Castelo de Sines*. Arquivo do Museu de Sines.



Figura 118 – Gregório Lopes, *Nascimento de São João Batista (?)* (Pormenor), 1530-1540. MNAA, inv. 1069 Pint.



Figura 119 – *Pote,* Museu de Sines inv. C.SIN/07[19]1.



Figura 120 – *Tacho de barro,* Museu de Sines inv. RUS12RCR[2]1.



Figura 121 – *Prato de Faiança Vidrada*, Séc. XVI-XVII, Museu de Sines LMP(SIN11).S.1-10-6.

É nesta época que, pela primeira vez, a casa se abre timidamente ao exterior. Uma nova janela é rasgada na parede da antecâmara para o exterior da cerca muralhada, permitindo ver quem chegava e partia pela rua Direita e Rossio e uma segunda, na sala, para o interior da cerca. Outra significativa quebra de segurança ocorre com a abertura de uma ligação direta, por escada exterior, aos quintais, a partir da câmara, o que denota uma vivência destes espaços exteriores pela família do alcaide-mor.

Se olharmos para as plantas dos castelos levantadas por Duarte de Armas, pouco tempo antes, já encontramos diversos hortos e pomares[542]. O castelo de Moura tinha no seu centro um espaço retangular, aparentemente murado e designado por laranjal[543], e Monsaraz tinha um quintal com árvores[544]. Já numa cidade como Elvas encontramos um pequeno jardim encaixado, em três dos seus lados, nos aposentos sobradados[545]. Arronches tem um quintal[546], assim como Monforte[547], ambos ocupando um dos cantos do recinto, ligados à capela, e Castelo de Vide tem uma horta[548]. São espaços de vivência tipicamente mediterrânicos que desaparecem ao seguir para norte ao longo da raia, onde não encontramos qualquer espaço verde dentro dos castelos representados.

O paço dos Mestres, em Avis, descrito em 1556, possuía também um «Jardim e laranjal, carrado e cercado de paredes altas»[549] e junto do pátio de entrada «ho qual antigamente fora iardim» e à data estava separado, por um muro de taipa, da horta e de um pomar.

No caso do castelo de Pombal temos uma mais detalhada inventariação das espécies arbórias, constante do Tombo de 1508, data em que tinha «huum pomar em que estam figueiras, macieiras, pereiras, pereiros e outras arvores de fruito. E ante este pomar e a servintia do castello estaa huum baluarte pequeno em que estam dous aciprestes e huuã palmeira e cidreiras e limoeiros e alegretaes.»[550].

---

[542] Marina Ivanovna MAYOROVA (2017) – *Casa de Alcaidaria; Estruturas habitacionais nos castelos portugueses entre os finais da Idade Média e os princípios da Época Moderna*. Coimbra. p. 46-47. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

[543] ANTT*, Casa Forte*, liv. 159, fl. 122.

[544] *Ibidem*, fl. 122v.

[545] *Ibidem*, fl. 124.

[546] *Ibidem*, fl. 124v.

[547] *Ibidem*, fl. 125.

[548] *Ibidem*, fl. 125v.

[549] «No andar da Acoteia está ho Iardim e laranjal, carrado e cercado de paredes altas ameadas, ao redor das quaes tem seus alegretes de herbas cheirosas com muitos e bõs assentos per elles, he todo lageado, tem quatorze laranjeiras postas per elle por ordem e hũ limeir». Maria Clara Pereira da COSTA (1982) – *A Vila de Avis, cabeça da Comarca e da Ordem.* Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. p. 39. Separata da Revista do Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 2, setembro.

[550] Nelson Cordeiro PEDROSA, *op. cit.*, p. 15.

A cadeia da vila também estava instalada dentro do Castelo de Sines, sob a alçada do alcaide-pequeno, que em 1538 era Lourenço do Reguo, a quem está associado um curioso episódio: pouco antes, o visitador do Bispado de Évora, Luís Alvarez de Proemça, achara culpada de feitiçaria uma tal de Brytiz Alvez Ruyuana, presa em Sines e entregue à guarda do referido alcaide e carcereiro que a encerrou na prisão, de onde, apesar de muito bem vigiada, foi libertada à força, tendo sido arrombada a porta, que era muito forte, e «lhe torceram as armelas de modo que fugira»[551]. D. João III perdoou o pobre carcereiro.

9.4.2. A intervenção como comendador: a igreja Matriz e a fundação do convento de Santo António

Como comendador, Jorge Furtado de Mendonça deveria garantir que o culto divino era prestado com a devida decência e que, para isso, quer as igrejas e capelas, quer as suas alfaias e imagens devocionais, se apresentavam nas melhores condições para a celebração do sacrifício eucarístico que mantém viva na comunidade dos fiéis a memória da Última Ceia, em que Jesus Cristo disse aos seus discípulos: «fazei isto em memória de mim»[552]. Esta é a preocupação central que emerge da minuciosa inspeção realizada no âmbito da Visitação de 1517, onde, por sua vez, as preocupações militares se revelam cada vez mais reduzidas. Como consequência, D. Jorge de Lencastre alertou o tio para a crescente degradação da igreja Matriz, impondo-lhe que realizasse as obras necessárias, que ficariam a seu cargo e da fábrica. Como chovia dentro do templo, os madeiramentos da cobertura estavam podres ou de tal forma danificados, que a cobertura corria o risco de colapsar[553]. Mandou então que, da publicação da visitação a um ano, se amadeirasse, telhasse e cintasse de cal, para que ficasse como era devido a uma casa de oração, e que dali a dois anos se rebocasse a dita igreja, por dentro e por fora. Dever-se-ia ainda rasgar uma fresta na parede da sacristia, para melhorar a sua iluminação e instalar um ferrolho nas grades do altar de São João.

O Mestre ordenou ainda ao comendador que adquirisse diversas alfaias de que a igreja carecia, se a respetiva fábrica não as pudesse comprar: um turíbulo, uma caldeirinha de água benta e o respetivo hissope, castiçais de arame[554] para o altar de Nossa Senhora, uma caixa para os santos óleos, outra para corporais e outra para guardar o Santíssimo

[551] *Liv. 9 de perdões e leg. de D. João III*, fl. 47. *Apud* Pedro A. d'AZEVEDO (1899) – Superstições Portuguesas no Sec. XVI. *Revista Lusitana; Archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal.* Lisboa. V. p. 269.
[552] Lucas 22:19.
[553] *Visitação a Sines em 1517,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 30.
[554] Latão.

Sacramento, pelas Endoenças[555], e ainda um paramento preto, para a Quaresma e missas de defuntos, e três frontais para os altares. Ficou este também incumbido de mandar adquirir uma pia batismal «vidrada de Sevilha domde as há muy boas»[556]. Cabia-lhe igualmente proceder a pequenas reparações em peças de ourivesaria, como era o caso de um cálice, que se achava mal consertado, e de uma custódia, com uma vidraça quebrada.

Vitor Serrão revelou recentemente um importante documento, datado de 1544, que nos dá notícia de uma encomenda artística efetuada pelo comendador: «huum Retavollo pera a dita Igreja que Jorge furtado que D*eu*s aja dera de empreytada a hum andre gllz pyntor mºr em setuball e que lhe erão já entregues vynte e hum mil rs (…) e que o dito Retavollo esta começado em setuvall»[557]. Tal como Vasco da Gama fizera, ao encomendar em Setúbal o portal da ermida de Nossa Senhora das Salas, Furtado de Mendonça recorre à oficina de um pintor prestigiado, fixado na cidade sadina, depois de ter trabalhado na importante obra régia do tribunal da Relação de Lisboa, sob a direção de Francisco Henriques, cuja influência é notória nas obras que lhe são atribuídas, como os painéis da capela do Espírito Santo dos Mareantes, de Sesimbra[558].

É provável que esta obra nunca tenha sido concluída, pois em 1565 os visitadores constataram que ainda não havia nenhum retábulo na capela-mor, pelo que mandaram «que no alltar moor se fasa hum retavollo de bordo pintado a óleo, e dourado por partes com a jnvocação do orago da dita egreja»[559]. O mesmo mandando fazer para outros altares ainda encimados por pintura mural.

Encontramos ainda referência à intervenção de Furtado de Mendonça na execução de uma nova coroa do Espírito Santo, mas não como doador, pois para a execução desta peça haviam-lhe sido entregues seis mil réis, por Lopo Leitam, mordomo do hospital do Espírito Santo[560].

Por sua vez, a sua mulher, D. Maria, doou à matriz um frontal de sarja verde e roxa, com franja de lã das mesmas cores, um *sayo* de Nossa Senhora, de cetim pardo debruado de veludo preto, e um *sayo* do Menino Jesus, de damasco preto[561]. Ofereceu ainda, à ermida

---

[555] Quinta-feira Santa.
[556] *Visitação a Sines em 1517,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 33.
[557] ANTT*, Ordens Militares, Santiago*, 1º n.º 190, fls. 86v e 87. *Apud* Vitor SERRÃO (2016) – Estudo das telas seiscentistas da capela de Santo António em Setúbal, com "status quaestionis" sobre a pintura maneirista e barroca na cidade. *In* Albérico Afonso COSTA; António Cunha BENTO; Inês Gato de PINHO; Maria João Pereira COUTINHO, coord. – *Casas Religiosas de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão; Estatuário. p. 208.
[558] *Ibidem.*
[559] *Visitação a Sines em 1565*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 215, fl. 15.
[560] *Visitação a Sines em 1517,* ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 164, fl. 18.
[561] *Ibidem,* fl. 8.

de Nossa Senhora das Salas, uma *vistidura* do Menino Jesus, de damasco encarnado, com um barretinho de veludo.

Jorge Furtado de Mendonça foi, no entanto, mais longe do que os anteriores comendadores e até mesmo que Vasco da Gama, não se limitando a erigir uma ermida, mas sim um convento, onde instituiu o seu panteão familiar, junto do qual a pequena comunidade de franciscanos podia rezar perpetuamente pela sua alma. O seu apoio permitiu dar corpo a um projeto que tinha tido origem no voto de um pobre náufrago, que à falta de recursos e de entusiasmo os locais tinha deixado esmorecer. As obras estavam a ser finalizadas por volta de 1527-1532, aquando da realização do *numeramento*, que refere uma Casa de São Francisco «apartada da vila, ao longo do mar que o comendador agora faz que tem 4 frades» (doc. 8)[562].

Sempre foi uma casa pobre, e por isso mesmo escassa atenção foi prestada à sua descrição, louvando-se mais o seu isolamento, «muito devoto pelo retiro, e pela grande devoção, com que o povo da Villa, e das suas vizinhanças procura o patrocinio do seu Santo Titular»[563]. Se bem que a sua cerca se limitasse a uma pequena horta, regada por uma fonte, os seus horizontes eram amplos pois «da outra parte lhe fica[va] o dilatado do Oceano para recreyo da vista, com a contemplaçaõ das inconstancias da vida, para documento das almas religiosas»[564]. As construções térreas, situadas ao nível da igreja foram sumariamente inventariadas a 19 de setembro de 1834, no seguimento da sua extinção, constando que, para além da igreja e sacristia, tinha nove celas, organizadas em torno de um pequeno pátio com uma fonte, uma sala de aulas, refeitório, cozinha com dispensa e outras pequenas casas anexas, uma das quais para a lenha e cavalariças[565].

> Do mais, que pertence a este Convento, naõ ha noticia; porque parece, que até a sua mesma pobreza se communicou, ou estendeo tambem á falta de memorias.[566]

O local escolhido para a construção, no alto de um esporão rochoso, era bem visível do mar, especialmente pelas embarcações que se viam em perigo por nos grandes temporais, normalmente associados a ventos do quadrante sul e sudoeste, que as empurravam contra os perigosos rochedos, sobre os quais se erguia o Convento. Eram momentos de desespero em que a invocação de Santo António era mais fervorosa. O próprio edifício sofria durante estas tempestades, devido à sua implantação «sobre as roxas do mar nas quais está batendo continuamente, de sorte que nos temporais grandes chegaõ a entrar pela janella

[562] *Apud* Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.*, p. 114.
[563] Fr. Jeronymo de BELEM (1753) – *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves* […]. Lisboa: Mosteiro de S. Vicente de Fora. p. 888.
[564] *Ibidem*, p. 883-884.
[565] ANTT, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Convento de Sines*, cx. 2254.
[566] Fr. Jeronymo de BELEM, *op. cit*., p. 888.

conventual os salpicos, e espumas das ondas que batem nas roxas»[567].

A sepultura de Jorge Furtado de Mendonça ficava na capela-mór, com tampa armoreada e lapide funerária embutida na parede do lado do Evangelho:

> Aqui jaz Jorge Furtado de Mendonça, e Dona Maria de Souza, sua segunda mulher, Edificadores desta Casa de Santo Antonio. Esta sepultura mandou fazer Antonio Furtado de Mendonça, seu filho. Era de 1548.[568]

A família manteve a sua ligação à casa monástica, tendo um dos bisnetos do «Fundador», D. Afonso Furtado de Mendonça (1561-1630), 15º arcebispo de Lisboa, aí instituído, no ano de 1631, uma capela de vinte mil réis, por um ano, de missas pela alma de seus pais e avós, sepultados na igreja, o que ainda se pagava aquando da extinção do Convento em 1834, revelando a longa eficácia desta estratégia.



Figura 122 – *Lápide funerária de Jorge Furtado de Mendonça, neto do fundador*, Museu de Sines.

[567] José António FALCÃO (1987) – *Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758*. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana. p. 22.

[568] Fr. Jeronymo de BELEM, *op. cit*., p. 884. Está igualmente transcrita com ligeiras variações no manuscrito de António Joaquim Moreira, *Collecção de Epitaphios, Inscripções e Letteiros*, vol. 3º, p. 506, guardado na biblioteca da Academia das Ciências. A data de 1548 corresponderá à trasladação dos restos mortais do comendador para este local ou à colocação da lápide, pois Jorge Furtado já estava morto em 1544. *Cf.* Vitor SERRÃO, *op. cit.,* p. 208.

No entanto, a ligação dos Furtado de Mendonça ao convento foi-se perdendo e em 1758 já o pároco informa que o mesmo «não tem padroeiro algum»[569]. A própria laje sepulcral do «edificador», com as suas armas, fora substituída pela sepultura do Mestre de Campo Gaspar Zuzarte Louzeiro, aí sepultado em 1665[570], que, à semelhança de outros membros das elites locais – onde se incluem familiares de alcaides e governadores militares – elegera a igreja conventual para sua última morada.

Em 1525, Jorge Furtado de Mendonça requereu a D. Jorge a passagem da comenda para seu filho Lopo Furtado de Mendonça[571], mantendo a «reserva dos frutos» até à sua morte, ocorrida por volta de 1540[572]. Procurou assim, neste e noutros casos, garantir a continuidade das comendas nas mãos dos seus descendentes.

Lopo Furtado apenas recebeu carta para professar dez anos depois, em 1535[573], e no ano seguinte surge registado no *Livro de Matrículas* da Ordem. Aparece referido como comendador em 1540[574] e 1544, mas os seus raros biógrafos apenas o referem como comendador de Loulé[575]. Também ele privilegiou o reforço da ligação à Ordem e aos seus territórios, ao casar com D. Luisa da Silva, filha de Jorge Barreto, que foi capitão de Cochim e comendador de Castro Verde[576]. A sua fraca ligação a Sines reflete-se no estado em que os visitadores de 1554 encontraram «a torre / a qual tem tres casas [que] estão mal tratadas»[577], pouco depois da sua morte. No entanto a mesma visitação refere que as muralhas de encontravam em bom estado e que, inclusivamente tinha sido iniciada a reconstrução de uma torre, do lado do mar, certamente a torre de vigia, que ainda não estava terminada.

A lápide funerária do seu sobrinho, também chamado Jorge Furtado de Mendonça (fig. 122), constitui um importante *monumento* onde se documenta a plena consolidação de um gosto arqueológico «ao romano» por parte das elites locais do último quartel do século

---

[569] ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, n.º 177, p. 1313.
[570] «Aos 28 de Octubro de 1665 faleceu o mestre de / Campo Gaspar Zuzarte Louzeiro […] esta enterrado na Capella mor do Convento / desta villa». ADS, *Paroquiais de Sines, Registos de Óbitos,* liv. 1 (1604/1719), fl. 58.
[571] ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 13, fls. 181v-182.
[572] Vitor SERRÃO, *ibidem*.
[573] Maria Cristina Gomes PIMENTA (2001) – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. p. 513.
[574] *Ibidem*. ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 24, fl. 43.
[575] Veja-se por exemplo: António Carvalho da COSTA (1712) – *Corografia Portugueza* […]. Lisboa: Officina Real Deslandesiana. Tomo III. p. 13.
[576] *Ibidem*. António Caetano de SOUSA (1747) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Officina Sylviana, da Academia Real. Tomo XII. p. 36.
[577] *Visitação e Provimento das Igrejas do Mestrado efectuada por D. António Preto, prior-mor do convento de Palmela e da Ordem de Santiago em 1554*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 197, fl. 37.

XVI[578]. Apesar do seu grande depuramento formal, onde o campo epigráfico retangular é apenas limitado por uma simples moldura, revela um particular cuidado na escolha dos caracteres gravados, do tipo *capitalis monumentalis*, decalcados dos monumentos da Roma Antiga. Terá sido, seguramente, executada em Lisboa, como atesta a utilização do lioz e a perfeição da composição, que não seria possível a uma oficina regional.

Cabe aqui lembrar que, poucos anos antes, havia passado por Sines André de Resende (c. 1500-1573) a quem devemos a primeira notícia de epígrafes romanas associadas ao Castelo. Apesar do seu biógrafo Diogo Mendes de Vasconcelos referir que se fazia acompanhar sempre por ferramentas que lhe permitiam escavar[579], encontramos na sua obra uma especial atenção à localização de elementos de cantaria reaproveitados na construção de muralhas, antecipando assim uma certa *Arqueologia da Arquitetura*. Durante a sua visita localizou numa torre a inscrição:

> D(*is*) M(*anibus*) S(*acrum*)
> IVLIA C(*aii*) Fil(ia)
> MARCELLA
> AN(*Norum*) XXX (*triginta*)
> H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) S(*it*) T(*ibi*) T(*erra*) L(*evis*)

Cuja tradução será, segundo José d'Encarnação:

> Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Júlia Marcela, filha de Gaio, de trinta anos. Que a terra te seja leve.[580]

Localmente não temos notícia de ter sido prestada qualquer atenção aos achados de Resende, tendo a ara de Júlia Marcela permanecido numa das torres do castelo até 1905, ano em que José Leite de Vasconcelos a reconheceu e levou para o Museu Etnológico

---

[578] Jorge Furtado de Mendonça II terá morrido em 1575, de acordo com António Maria Falcão Pestana de VASCONCELOS (2008) – *Nobreza e Ordens Militares; Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI).* Porto: edição de autor. Vol. II. p. 156. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em História.

[579] «Resolveu habitar então em Évora (…) onde possuía uma morada de casas modestas, mas muito bem tratadas por Xisto e Hórtulo e muito aprazíveis. De tam maneira agradavam ao seu dono que não invejava as entradas mais espaçosas dos outros, e decorou-as dispondo lá dentro, à volta do jardim, antigos mármores, que conseguiu arranjar, com inscrições romanas. Dedicou-se tão entusiasticamente a esta actividade, que todas as vezes que ia de viagem, muito embora partisse para lugares bem longe, tinha sempre o cuidado de levar dentro da bagagem uma enxada e outras ferramentas, para que, se lhe aparecessem nalgum sítio vestígios da antiguidade, os pudesse mandar escavar, pagando do seu próprio bolso e por sua iniciativa, para os dar a conhecer aos seus habitantes». André de RESENDE (1996) – *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 55. Introdução, tradução e comentários de R. M. Rosado FERNANDES.

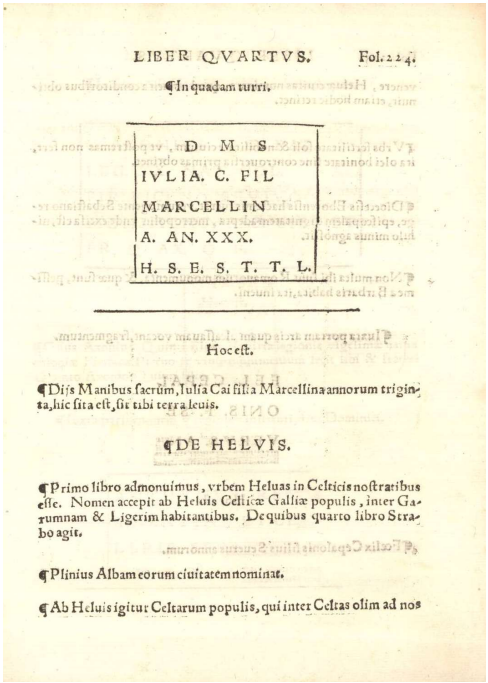
[580] José d'ENCARNAÇÃO (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis.* Coimbra: Faculdade de Letras – Instituto de Arqueologia. p. 249-250.

Português[581]. Das outras duas epígrafes transcritas pelo humanista não se encontrou o rasto.

Se na lápide fundacional da ermida de Nossa Senhora das Salas, datada de 1529, já encontramos a inscrição enquadrada por um torçal de loureiro de desenho clássico, os seus caracteres são ainda de feição gótica. Meio século passado é patente a total assimilação do vocabulário plástico da Época Romana, nas suas soluções mais austeras e simultaneamente profundamente eruditas, que ecoam um contexto cultural onde se valoriza cada vez mais a *História da Antiguidade,* como fez o mesmo André de Resende para a sua cidade de Évora, como momento de apogeu civilizacional sublimado pelo advento do cristianismo:

> se deste *e*stado *que* sem duvida era nobre, esta nossa cidade se pode gloriar, certo que com muita mais razam se deve gloriar, q*ue* recebeo há fee de nosso señor Iesu Christo ou primeiro que todas has outras cijdades de Hispania, ou aho menos entre has primeira.[582]

Numa visão mais ampla da cultura visual, estamos num momento em que triunfa aquilo a que George Kubler chamou *Portuguese Plain Architecture*[583], a que nos habituámos a traduzir por «Arquitetura Chã».


LIBER QVARTVS. Fol. 224.

¶In quadam turri.

D M S
IVLIA. C. FIL
MARCELLIN
A. AN. XXX.
H. S. E. S. T. T. L.

Hoc est.

¶Diis Manibus sacrum, Iulia Caii filia Marcellina annorum triginta, hic sita est, sit tibi terra leuis.

¶DE HELVIS.

¶Primo libro admonuimus, vrbem Heluas in Celticis nostratibus esse. Nomen accepit ab Heluis Celticæ Galliæ populis, inter Garumnam & Ligerim habitantibus. De quibus quarto libro Strabo agit.

¶Plinius Albam eorum ciuitatem nominat.

¶Ab Heluis igitur Celtarum populis, qui inter Celtas olim ad nos

Figura 123 – André de RESENDE (1593) – *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniæ*. Évora: Excudebat Martinus Burgensis. p. 224. BNP, res-3068-v.

[581] Esta peça integra-se nas coleções do Museu Nacional de Arqueologia, inv.º E 5319.
[582] André de RESENDE (1553) – *Historia da Antiguidade da Cidade de Evora*. Évora: André de Burgos. fl. 21v.
[583] George KUBLER (1972) – *Portuguese Plain Architecture.* Middletown: Wesleyan University Press.

10. O Tempo dos Capitães

10.1. A Ausência dos Alcaides-mores e a transição para uma nova estrutura militar. O primeiro duque de Aveiro, D. João de Lencastre, e seu filho D. Pedro Diniz (alcaides-mores e comendadores, 1554-c.1577)

Após a morte do mestre D. Jorge de Lencastre, em julho de 1550, D. João III obteve do Papa Júlio III a anexação do Mestrado da Ordem de Santiago à Coroa, através da bula *Praeclara charissimi*[584]. Era o culminar de um caminho em que progressivamente se foram *puxando* os destinos da Ordem para a órbita régia, depois de terem estado nas mãos do Infante D. João, filho de D. João I, dos infantes D. Diogo, D. Fernando e do filho, D. João, seguido de D. João II, enquanto príncipe, a quem sucedeu o seu filho bastardo D. Jorge de Lencastre.

Nos seus derradeiros anos, o mestre D. Jorge, consciente da imprevisibilidade de um futuro que dependeria, em grande parte, das boas graças do monarca, terá procurado garantir a fortuna da sua casa, fazendo mercê de diversas comendas a seu filho primogénito D. João de Lencastre (1501-1571), primeiro duque de Aveiro, entre as quais se encontrava Sines[585], onde sucedeu a Lopo Furtado, de quem era primo. Desta possível doação não localizámos registo nos livros da Chancelaria da Ordem. Facto seguro é que D. João III doou, efetivamente, ao duque as vilas de Sines, Santiago do Cacém, Ferreira, Castro Verde, Torrão e Sesimbra, que eram do Mestrado de Santiago, no ano de 1554. Esta doação foi feita apenas «em dias de sua vida (…) com os castellos fortalezas e alcaidarias móres das ditas villas»[586].

O Duque detinha o cargo aquando da realização da visitação de 1565[587], mas na ocasião não apresentou os títulos da Alcaidaria-mor nem da Comenda. Os visitadores tomam nota de que o Castelo e as suas casas haviam sido reparados, porque estavam em algumas partes danificados, mas as casas estavam no estado em que lhe haviam sido entregues(dic.11). Um ano após a morte do primeiro duque, em 1572, D. Sebastião fez mercê da comenda de Sines ao seu filho segundo, D. Pedro Diniz (doc. 12)[588], que já havia sido provido dela em

[584] Luís Adão da FONSECA (2001) – Ordens Militares. *In* Carlos Moreira AZEVEDO, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. p. 363; Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.,* vol. 3, p. 219.
[585] António Caetano de SOUSA (1745) – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* […]. Tomo XI. Lisboa: Regia Officina Sylviana. p. 50.
[586] ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 58, fl. 141v.
[587] «achamos por comendador e alcaide moor o duque daveiro q*ue* nan mostrou titullo da alcaidaria mor nem da comenda». ANTT, *Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, liv. 215, fl. 5.
[588] ANTT, *Chancelaria Antiga da Ordem de Santiago*, liv. 4, fl. 316, junho de 1574.

vida de seu pai. No entanto, D. Pedro Diniz teve uma vida curta e acabou por morrer com apenas 26 anos[589].

A degradação que então se verificava no Castelo, não é caso único, nem este fenómeno é meramente nacional, e deve-se a uma significativa alteração do cenário geopolítico e militar peninsular, com o desaparecimento da ameaça muçulmana no interior do território, após a conquista de Granada, em 1492, e aos desenvolvimentos da pirobalística que tornaram obsoletas as muralhas verticais. Veja-se a situação em Espanha, bem documentada devido ao inquérito mandado realizar por Filipe II em 1592: «En geral el estado de casi todos ellos [castelos] era lastimoso, cuando no de completo abandono», concluiu Julian Paz[590] da análise deste documento. No contexto regional está bem documentada a situação do castelo de Sesimbra, cujas Alcaidaria-mor e Comenda estavam igualmente nas mãos do duque de Aveiro, onde a estrutura arquitetónica e localização já não correspondiam às necessidades dos novos tempos, levando D. Manuel a mandar retirar daí as peças de artilharia, antes de 1516, deixando apenas nele as armas pessoais do alcaide-mor. Em 1570, era já claro o avanço do estado de ruína, que os visitadores procuraram travar impondo a realização de obras[591] que nunca terão ocorrido. O mesmo fenómeno de abandono registava-se no castelo de Santiago do Cacém, que em 1605 já se encontrava profundamente degradado[592] e no caso de Ferreira do Alentejo, os visitadore que em 1534 ainda encontraram o castelo em bom estado, inclusivamente referindo obras recentemente realizadas pelo mesmo comendador, D. João de Lencastre, que haviam consistido, entre outras, na reconstrução da barbacã, madeiramento da sala térrea e forro a cortiça das duas câmaras sobradadas, vão encontrar 31 anos depois um cenário de ruína, apesar de permanecer como comendador o mesmo duque de Aveiro[593].

Os comendadores e alcaides-mores são cada vez menos personalidades com experiência militar e cada vez mais figuras de elevado estatuto social. Tentando lutar contra esta

[589] António Caetano de SOUSA, *ibidem*, p. 61-64.
[590] Julian PAZ (1978) – *Castillos y Fortalezas del Reino*; *Noticia de su estado y de sus Alcaides durante los siglos XV y XVI*. 2.ª ed.. Madrid: Ediciones Atlas. p. 15.
[591] Eduardo da Cunha SERRÃO; Vitor SERRÃO, *op. cit*., p. 92.
[592] José António FALCÃO; Jorge M. FERREIRA (1984) – *Informação sobre o estado do castelo da vila de Santiago do Cacém, no ano de 1605*. Lisboa: s.n.. Separata do Segundo Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses, jun. 1983. Outro exemplo bem documentado é da ruína do Castelo de Mértola, que em 1593 já estava «m*ui*to denafiquado assim os muros Como as torres e Cazas e em muitas partes esta Caindo», como consta do Tombo das Propriedades da Alcaidaria-mor e da Comenda de Mértola. ANTT, *Conventos Diversos, Ordem de Santiago*, B-51-242. *Apud* Maria de Fátima Rombouts de BARROS; Joaquim Ferreira BOIÇA; Celeste GABRIEL (1996) – *As Comendas de Mértola e Alcaria Ruiva*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 447.
[593] Maria João PINA (2018) – Ferreira e a sua História; Da Reconquista Cristã às Visitações da Ordem de Santiago. In *Ferreira 500 Anos de História; Comemorações dos 500 anos do foral manuelino de Ferreira do Alentejo.* Ferreira do Alentejo: Câmara Municipal. p. 111-125.

corrente, a Santa Sé insistiu na manutenção do papel militar das Ordens, impondo, por exemplo, em 1568, que «as comendas que o papa Leão X concedera a D. Manuel se dessem apenas às pessoas que tinham pelejado na guerra contra os infiéis durante quatro anos, ou pelo menos três; mas podiam ser providos antes deste tempo os que se houvessem distinguido por algum feito notável»[594], e de novo em 1570, ao ordenar que os cavaleiros da milícia fossem combater nas praças africanas de Ceuta, Tânger e Mazagão. Mas todos os esforços foram infrutíferos e o rei passou a utilizar as comendas e rendas da milícia para premiar todo o género de serviços que lhe eram prestados.

Figura exemplar destes novos alcaides-mores e comendadores, o duque de Aveiro não residiu em Sines e, provavelmente, nem o seu filho por aqui terá passado sequer, o que justifica a verificada degradação do Castelo. Terão certamente nomeado um alcaide-pequeno para os representar e coordenar as operações de policiamento e, eventualmente, de defesa, como Gaspar Falcão que tomou posse do cargo em 1561[595]. No entanto, é claro que o tempo em que a Ordem desempenhava um papel central na defesa da Costa Alentejana tinha chegado ao fim e que a Coroa delineava uma nova estratégia, cuja implementação iremos seguir.

A defesa do litoral alentejado implementada pelos últimos monarcas da dinastia de Avis não se centrou nas fortificações, de demorada e dispendiosa edificação, e que apenas podiam defender um lugar específico, mas assentou, a partir de 1552, numa Armada de Guarda da Costa, com grande mobilidade, que podia contar com 300 homens de armas, prontos a intervir em qualquer ponto do litoral, tal como haviam feito as autoridades muçulmanas quando tiveram de dar resposta aos primeiros ataques vikings[596]. Era formada por «20. Navios Latinos de 25. Atè 30. Toneladas cada, que andassem sempre à vista da terra, tres delles haviaõ de estar em Cascaes, quatro na Atouguia, quatro em Caminha, quatro em Lagos, dous em Villanova de Portimaõ, tres em Cezimbra, ou Sines, que eraõ os lugares, em que os Navios armados costumavaõ vir: e àlem destes, andariaõ quatro Galeoens correndo a Costa mais ao mar»[597].

Em 1562, num momento sensível em que se vê recrudescer a atividade do corso, temos notícia de uma frota de «Turcos»[598] ter estado à vista de Sines, chegando mesmo a tomar

[594] Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 215.
[595] ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 12, fl. 4v, setembro de 1561.
[596] Hélio Fernando Vitorino PIRES (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 108.
[597] Manoel Severim de FARIA (1740) – *Noticias de Portugal* […]. Segunda ed.. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca. p. 71-72. Edição acrescentada pelo padre D. Jozé BARBOSA.
[598] Jozé Pereira BAYAÕ (1737) – *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a Vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastiaõ, o Desejado de Saudosa Memoria* […]. Lisboa: Officina de Antonio de Sousa da Sylva. p. 28.

algumas embarcações e não fazendo maior dano graças à eficaz ação desta Armada de Guarda da Costa, capitaneada por D. Fernando Alvares de Noronha. Mas, felizmente, puderam ser tomadas medidas de antecipação, pois a notícia da preparação de 18 navios, destinados a atacar Sines, Sesimbra e Cascais, havia sido trazida por um cativo que fugira de Tetuão para Ceuta.

Como destacou Rafael Moreira, o desenvolvimento de soluções arquitetónicas que dessem resposta eficaz à força destruidora da pirobalística foi lento, tendo-se verificado, no entanto, desde o reinado de D. João II, o equipamento de caravelas com «tiros grossos», concluindo o autor que «As mais antigas fortalezas portuguesas foram, assim, flutuantes»[599].

Paralelamente faziam-se as primeiras tentativas de renovação da arquitetura militar, iniciando-se a construção da Torre de Belém em 1516, onde simbolicamente se aliam dois mundos: o do passado medieval, presente na torre, próxima do modelo da torre de menagem do castelo de Beja, de que D. Manuel era duque, e o moderno baluarte equipado com canhões, mas a sua imagem, quase flutuando nas águas do Tejo, está mais próxima da de uma nau artilhada do que de uma fortaleza, como bem observou Rui Carita[600].

Foi certamente o ataque e pilhagem da cidade do Funchal, por uma armada francesa, em 1565, que teve um impacto psicológico decisivo que levou ao reforço das defesas da Costa Portuguesa, recorrendo às modernas técnicas de construção abaluartada, desviando as atenções e os investimentos que até esse momento se haviam centrado nas fronteiras terrestres, particularmente nas praças do Norte de África e no Oriente. Não deixa de ser significativo que a primeira fortificação abaluartada construída nos domínios portugueses tenha surgido em Mazagão, situada em terras da «berberia»[601].

Em 1553 já se havia iniciado a construção da fortaleza de São Julião da Barra, *o Escudo do Reino*, que terá ficado operacional só por volta de 1575[602]. Profissionais portugueses, como os Arruda – Miguel de Arruda foi mestre das obras dos muros e fortalezas do reino, lugares de além e India – trabalham então em estreita colaboração com técnicos estrangeiros, como Benedetto da Ravenna, António Ferramolino, Filipe Terzi, Leonardo Turriano, Tiburzio Spannocchi, entre outros[603], como Frei Giovanni Vincenzo Casale que trouxe

[599] Rafael MOREIRA (1986) – A Arquitectura Militar. *In* Vitor SERRÃO – *História da Arte em Portugal*. Vol. 7. O Maneirismo. p. 138.
[600] Rui CARITA (2007) – *O Escudo do Reino*; *A Fortaleza de São Julião da Barra.* Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. p. 7.
[601] Rafael MOREIRA (2002) – *A construção de Mazagão; Cartas Inéditas 1451-1542*. Lisboa: IPPAR.
[602] Rui CARITA, *op. cit.,* p. 13-14.
[603] Ver por exemplo: Jorge CORREIA (2017) – …determino mandar um destes italianos […] para melhor efectuar essa fortificação. *Estudos Italianos em Portugal.* Lisboa. n.º 12, p. 149-164.

consigo para Portugal o sobrinho Alexandre Massai, que teve relevante papel na Costa Alentejana.

Apesar de não ter sofrido obras de modernização durante o século XVI, o Castelo recebeu peças de artilharia, colocadas no seu exterior, apontadas ao mar, entre as muralhas e a crista da falésia[604]. Só assim se justifica a nomeação de um bombardeiro, a 15 de novembro de 1576[605], oferindo 12 000 réis de mantimento, à semelhança do seu antecessor no cargo, pagos pela renda da imposição. Por volta de 1620 eram já dois os bombardeiros encarregados dos 16 canhões de ferro, dos quais apenas sete estavam operacionais. Estes permaneciam instalados fora da cerca, com a grande desvantagem de apenas defenderem o lado do mar, deixando os moradores em perigo de sofrerem um assalto vindo de terra e de serem as peças tomadas quando se tivesse de recolher ao interior da praça[606].

10.2 A Implementação das Ordenanças e das Vigias da Costa

Se, ao longo do século XVI, a estrutura edificada do Castelo permaneceu estagnada, revelando-se cada vez mais inoperacional, apesar de nunca ter sido verdadeiramente posta à prova, contava para sua defesa com a projeção de uma imagem de poder e, como vimos, com alguns canhões colocados no exterior, junto da falésia. Em contrapartida, a estrutura humana associada à defesa do lugar e particularmente à vigilância, necessária a uma rápida defesa, certamente mais assente numa estratégia de fuga e refúgio no interior da cerca muralhada do que de confronto direto, foi alvo de um esforço organizativo que teve impacto de longa duração.

É por estes anos que se instituem formalmente as companhias de ordenanças[607], ou seja, as milícias locais, a que fora dado enquadramento legal pelo *Regimento dos Capitães-mores*, em 1570[608], e que teriam existência legal até 21 de fevereiro de 1816, apesar da sua real operacionalidade se haver há muito desvanecido. Este diploma estipulou que nas cidades, vilas e concelhos onde residirem os senhores dela ou alcaide-mor, serviria este de

[604] Lembramos que a visitação de 1480 já inventariara «mea duzia de bombardas».
[605] ANTT, *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 40, fl. 113, 15 de novembro de 1576.
[606] Alexandre MASSAI, *op. cit.*, fl. 70.
[607] Para os antecedentes desta criação ver Nuno Severiano TEIXEIRA, coord. (2017) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros. p. 224-230; Gonçalo Couceiro FEIO (2013) – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra*. Lisboa. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão. p. 32-42.
[608] *Leys, e Provisões, que El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor Fez Depois que Começou a Governar* (1816). Coimbra: Real Imprensa da Universidade. p. 134-157. Reedição da obra de 1570 impressa em Lisboa por Francisco Correa.

capitão-mor, sendo os capitães das companhias, alferes, sargentos e outros oficiais eleitos em Câmara pelas gentes da governança local, na presença do dito capitão-mor. No caso de não residir na terra, cabia à Câmara eleger quem ocupasse o cargo, mas regressando o senhor ou alcaide-mor, este passaria automaticamente a desempenhar estas funções.

As Ordenanças mobilizavam os habitantes do concelho do sexo masculino, que se exercitavam no uso das armas, no seu tratamento e limpeza. Deveriam realizar exercícios semanais, num domingo ou dia santo, organizadas em grupos de 25 homens, designadas «esquadras», que por sua vez se reuniam numa «bandeira», ou mais, consoante o número de habitantes:

> (…) todos com suas armas, assim arcabuzeiros e besteiros[609], com os lanceiros e piqueiros, onde estiver o Capitão de sua Companhia, e com ele na dita Ordenança irão com sua Bandeira e tambor ao lugar onde se houver de fazer exercício, que será no campo. E o dito Capitão fará fazer barreira, e cada um dos atiradores atirará um tiro por obrigação, fora os que mais quiserem atirar por sua vontade. E o que melhor atirar este tiro, entre os arcabuzeiros e espingardeiros (…)[610]

Para a realização destes «alardos» era necessária pólvora e chumbo, para os arcabuzeiros e espingardeiros poderem fazer tiro, o que era pago com dinheiro retirado das rendas do Concelho, quando não era bastante o dinheiro das penas a isto destinado. Se mesmo assim não fosse possível reunir a verba necessária poder-se-ia requerer autorização ao corregedor da Comarca ou ao ouvidor do Mestrado para «conceder imposição nos vinhos ou carnes da quantia que bastar para a dita despesa»[611].

Numa fase inicial, a implementação deste sistema não foi fácil, pela dificuldade em encontrar homens com formação militar, habilitados para comandar e dar a formação necessária aos milicianos. Cerca de 1620 estavam formadas, em Sines, duas companhias, com 150 homens cada uma delas, com seus capitães «de numero»[612], mas para a qual não havia sargento «o qual avia de ser soldado E pratico p*ar*a adestar á gente q*ue* naõ há quem o fassa»[613].

O *Regimento dos Capitães-mores* presta particular atenção à vigilância da costa, instituindo um regime de vigias, de que se conserva memória significativa nos livros da Câmara,

---

[609] É curioso este anacronismo, que demonstra a permanência em uso de armas de neurobalística em pleno terceiro quartel do século XVI, quando os Besteiros do Conto haviam sido extintos por D. Manuel I em 1498.
[610] *Leys, e Provisões, que El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor Fez Depois que Começou a Governar* (1816) – Coimbra: Real Imprensa da Universidade. p. 144. Reedição da obra impressa em Lisboa por Francisco Correa em 1570.
[611] *Ibidem*, p. 154.
[612] Alexandre MASSAI, *op. cit.*, fl. 66.
[613] *Ibidem.*

infelizmente apenas a partir de 1668[614], devido ao desaparecimento dos documentos mais antigos.

Os moradores das vilas portuárias ficavam obrigados a vigiar, durante todo o verão ou quando estivesse bom tempo, «de dia nas pontas que mais descobrirem ao mar e de noite nos portos, calhetas, praias ou pedras em que parecer que os ditos inimigos poderão desembarcar»[615]. Estes lugares deviam ser meticulosamente escolhidos, cabendo ao capitão reunir as gentes da governança local: os juízes, oficiais, pessoas do regimento e outros moradores que lhe parecesse conveniente ouvir, para decidir qual a sua melhor localização, que depois deveria ser verificada *in loco*, em companhia dos restantes participantes, ficando registada a decisão em ata, no livro da câmara, assinada pelo capitão e oficiais presentes. Seguidamente, eleger-se-iam os moradores necessários para as vigias. Para cada ponto seriam necessários dois homens, durante o dia, e três para a noite, ficando os respetivos nomes igualmente registados. Um devia chegar ao seu posto ao amanhecer, permanecendo aí até ao meio-dia, sendo então rendido pelo que ficaria até ao anoitecer:

> os quais farão sinais do que virem aos que estiverem longe da Vila com fumos, e os que estiverem perto com fachos, que lhe o dito Capitão para isso ordenará, que serão de grandura que se possam bem enxergar e assim com os fumos, como com os fachos farão tantos sinais quantos navios virem. E os que fizerem os ditos sinais com fachos os farão para a banda donde virem os ditos navios.[616]

As vigias noturnas tornavam-se mais complicadas, impondo a presença permanente de três homens, que deveriam velar «aos quartos», permanencendo durante toda a noite no seu posto de vigia, equipados com um arcabuz pronto para disparar, com fogo aceso, para de imediato dar o alerta, no caso de verem no mar algum navio suspeito. Nesse caso, um deles devia partir imediatamente, para avisar o capitão, enquanto os outros dois deveriam ficar no local:

> E quando acontecer que os homens que velarem em cada lugar vejam desembarcar alguma gente darão sinal com o arcabuz que dispararão, que para este efeito hão-de ter cevado, e todos três irão com muita diligência dar recado do que viram.[617]

Para garantir o perfeito funcionamento das vigias, e que cada homem cumpria as suas obrigações e não abandonava o seu posto, o capitão elegia pessoas de confiança

---

[614] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 1, fl. 58. 5 de maio de 1668.
[615] *Leys, e Provisões, que El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor Fez Depois que Começou a Governar* (1816) – p. 152.
[616] *Ibidem*, p. 154.
[617] *Ibidem*, p. 155.

para realizarem as «Sobre Roldas» [sic], que deviam fiscalizar, de dia e de noite, os pontos de vigia.

As penas por incumprimento dos deveres de vigia eram pesadas: a primeira infração era punida com o pagamento de quinhentos réis, a segunda de mil réis e a terceira com pena de prisão e multa de mil réis. A sua execução competia ao capitão-mor «sem lhes receber apelação nem agravo» e o dinheiro era entregue ao tesoureiro do concelho.

> E cada uma das ditas pessoas vigias, ou Sobre Roldas, que for compreendida três vezes dentro de seis meses será degradada por um ano para África, além da condenação do dinheiro, na qual pena de degredo os poderá condenar o Capitão e dará sua sentença e execução.[618]

As «Sobre Roldas» eram de tal forma importantes que chegaram a depender de nomeação régia, como aconteceu a Matias de Guimarães, «morador da fortaleza da villa de synes» que recebeu alvará régio em 1599 «havendo respeito a Informação do Provedor do Reyno do Algarve». A nomeação era feita pelo prazo de dois anos, com o ordenado anual de 10 000 réis, tendo em conta que o proprietário do ofício não tinha ainda idade para o desempenhar[619].

Como importante estímulo à participação das elites locais e incentivo para que ocupassem postos de comando, o rei concedeu aos capitães das companhias, alferes e sargentos «que cada um deles goze e use do Privilégio de Cavaleiro, posto que o não seja». Desta forma equiparava-os à nobreza, o que em localidades onde era ela quase inexistente, como era o caso de Sines, constituía uma importante distinção social.

As dificuldades em implementar eficazmente este sistema ainda eram notórias no reinado de Filipe II, como deu notícia o embaixador de Veneza na corte de Madrid, em 1595. Este monarca nomeou então cinco coronéis para exercitarem as milícias, tão necessárias numa costa ameaçada pelos navios corsários de Francis Drake[620].

Só quase um século passado sobre a publicação do *Regimento*, a 5 de maio de 1668, encontramos o primeiro «Rol das Vegias» registado no mais antigo *Livro de Vereações* que

---

[618] *Ibidem*, p. 155-156.

[619] ANTT, *Chancelaria de Filipe II*, liv. 7, fl. 58. *Apud* Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.,* p. 55.

[620] «Scrivono do Portogallo, che si continuava à far molte provisioni principal li mesi passati per dubbio d'armata inglese; essendosi nominati cinque collonelli per essercitar genti in forma di militie sicome fu altre volte principiato dal Re don Sebastiano: che attendevano ancora ad assicurar quele marine in diverse parti.». Carta de Agostino Nani, ASV, Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna, filza 27, folio 27. *Apud* Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA (1997) – *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal.* Lisboa: CNCDP; INCM. p. 609-610.

se conserva[621]. Mas Alexandre Massai já nos dava informação sobre as vigias, no seu tratado, ao redor de 1621. Por ele sabemos que na vila existiam duas companhias de gente de peleja, cada uma delas com 150 homens[622], e que se vigiava a vila e o seu termo «em seis p*ar*tes á sua propiá custa»: frente à ilha do Pessegueiro; na praia da Junqueira, onde se podia desembarcar facilmente quando estava bom tempo e que ficava a uma légua da vila; na ermida de São Giraldo, situada a meia légua da povoação e de onde se dominava a costa a oeste; na ermida de Nossa Senhora das Salas, de onde se vigiava o porto e o ancoradouro, a calheta e as suas «logeas»; nos sítios do «Castello» e da «emxoua», na costa do norte – respetivamente a meia e uma légua de distância – de onde se dominava a costa até Setúbal. Todas elas tinham «huã sobrerrolda de cauallo q̄ se / pagua com o d*inhei*ro da empossiçaõ», que custava 10.000 réis por ano, valor inferior ao que oferia o condestável da fortaleza – 18.000 réis – e o bombardeiro – 12.000 réis[623].

Em 1668 estavam isentos deste serviço, em Sines, os oficiais da Câmara e os militares aquartelados no Castelo: capitães de infantaria, alferes, sargentos e artilheiros. Ficavam ainda de fora os mandadores da armação e 30 particulares, entre os quais o boticário[624]. As vigias eram garantidas por três grupos de quatro homens, um dos quais desempenhava as funções de cabo. Eram ainda designados dois outros que realizavam as vigias.

A documentação municipal de inícios do século XVIII revela-nos uma evolução do sistema organizativo, que deixa de depender apenas da mobilização dos moradores e passa a contar também com «vigiadores» pagos. Em 1704, o Capitão Manoel Machado de Vilhena adjudicou a três homens a foz da Junqueira, por seis mil réis[625]. A eleição de oficiais para as vigias continuava a ser realizada em sessão de Câmara e registada nas respetivas atas[626], assim como a eleição de homens para as mesmas[627]. Na toponímia local ainda hoje subsiste, na margem Sul do *lago* que a ribeira da Junqueira forma antes de desaguar na praia, o «monte da Vigia», que conservou a memória deste sistema de controlo da costa.

Em 1732, as vigias que se faziam na ponta de São Giraldo «e a que chamão da bacho da vinha» foram arrematadas a seis homens: João Figueira Chaves, Pedro Gonsalves Quatorze, Manoel Lopes sapateiro, Antonio Fernandes, Antonio Mira e Xavier Pires Simão, recebendo cada um «nove mil reis, os quais se obrigou pagar-lhe o dito Capitão [Pedro Estevens Parrado] e se obrigão as ditas pessoas a dita vegia e quando não possão mandalla fazer de

[621] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 1, fls. 78-80.
[622] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit*., p. 33.
[623] *Ibidem,* p. 34.
[624] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 1, fls. 79-80.
[625] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 4, fls. 59-59v.
[626] *Ibidem*, fls. 77-78v. 10 de janeiro de 1705.
[627] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 5, fls. 28-29v. 5 de maio de 1711.

sua custa, de que tudo fis este termo que o dito capitão asignou e com elle as ditas pessoas que se obrigão asima nomeadas»[628].

Em meados da centúria, a falta de soldados pagos obrigava a que a companhia de Ordenanças de Sines tivesse de reforçar o contingente militar instalado no forte do Pessegueiro durante o «Veraõ que he o tempo de mayor perigo por ser entaõ mais infestada a Costa dos Corsarios»[629].



10.3. O Regresso dos Alcaides-mores no contexto da monarquia dual

10.3.1. Francisco de Sá, 1º conde de Matosinhos (alcaide-mor e co--mendador 1579-1582)

Figura 124 – Autor Desconhecido, *Francisco de Sá, 1º conde de Matosinhos*, c. 1750, óleo sobre tela, Coleção de Conceição de Lencastre e Távora. In *Do Tirar Polo Natural. Inquérito ao Retrato Português* (2018) – Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. Catálogo da Exposição. p. 142.

Após a morte de D. Pedro Diniz, temos notícia da nomeação, como alcaide-mor de Sines, de D. Diogo Lopes de Lima Pereira[630], no ano de 1577, que rapidamente desapareceu e a quem veio a suceder, dois anos depois, Francisco de Sá de Menezes, 1º conde de Matosinhos[631].

Francisco de Sá (c.1514[632]-1582[633]) ocupou a comenda e a alcaidaria-mor que lhe estava associada, no entanto não temos qualquer indício de que alguma vez tenha residido em Sines, o que se afigura mesmo pouco provável, tendo em conta a relevante posição que

[628] Termo de Arrematação das Vegias da Guarda <da> Costa Desta Villa. AMS, Câmara Municipal de Sines, *Arrematação das Rendas e Bens do Concelho*, liv. 1, fls. 6-6v. 19 de maio de 1732. *Apud* Sandra PATRÍCIO (2009) – Termo de Arrematação. *Documento do Mês* [Em linha]. Nov. 2009. [Consult. 2 set. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/1510/2009-11_-_Termo_de_arremata__o.pdf.

[629] ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, n.º 177, p. 1321-1322.

[630] Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.,* p. 193.

[631] ANTT, *Casa de Abrantes*, doc. 152. Trata-se do treslado de um Alvará datado de 25 de junho de 1579.

[632] *Cf.* Luís Fernando de Sá FARDILHA (2008) – *A Nobreza das Letras: Os Sás de Meneses e o Renascimento Português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. p. 103. Nota 1.

[633] *Ibidem*, p. 181. Nota 190.

ocupou na corte e o curto espaço de três ou quatro anos em que esteve na posse do cargo. Depois dos Furtado de Mendonça e dos seus primos Lencastre, duques de Aveiro, a Comenda de Sines transitou assim para a esfera de outra poderosa família, os Sá de Menezes, também ligados por laços familiares aos Furtado de Mendonça e consequentemente aos descendentes de D. Jorge de Lencastre, porque a primeira mulher de Jorge Furtado de Mendonça, D. Isabel da Cunha, era, como já vimos, a filha mais nova de João Rodrigues de Sá, camareiro-mor de D. Afonso V, alcaide-mor do Porto de juro e herdade[634].

Francisco de Sá foi por duas vezes governador do Reino, primeiro nomeado por D. Sebastião, antes de partir para Alcácer Quibir, e depois por D. Henrique, pouco antes de morrer. Nesta posição terá favorecido a pretensão de Filipe II, o que lhe valeu o título de conde de Matosinhos, dado a 20 de dezembro de 1580[635], e o de camareiro-mor. Assim se poderá explicar também a rapidez com que o capitão de Ordenanças, Pero Dias Parrado, entregou Sines ao novo monarca[636]. D. Francisco terá falecido pouco depois, por volta de 1583, sucedendo-lhe na comenda de Sines o seu sobrinho homónimo, como refere um documento de 1591, em que este novo comendador, Francisco de Sá, afirma que recebeu a comenda de seu tio, o conde Francisco de Sá, «último e jmmediato comendador» (doc. 15):

> Fr*ancis*co de saa comendador da Comenda da Villa de sines / diz q*ue* a alcaydya mor da dita Villa anda junta a dita / comenda de tempo immemorial a esta parte & naõ / presenta o titolo q*ue* della teve o Conde fr*ancis*co de saa seu tio / ultimo e jmmediato comendador porq*ue* naõ tirou / carta da dita comenda & porq*ue* na portaria q*ue* della se / passou ao sup*lican*te por pi advetencia se naõ fez mençaõ / da dita alcaydia mor Pede A S*ua* M*agestade* lhe faça merce ma/nde se lhe passe titolo della / Vioosse [sic] na meza da consiensia a certidaõ do sup*lecan*te / & assy certidoes do cartorio do convento de Palmela / de Vesitaçoes q*ue* se fizeraõ nesta Comenda Em q*ue* decla/raõ como o Duque de aV*ei*ro & jorge Furtado q*ue* foraõ / comendadores desta Comenda a possuiraõ juntam*en*te cõ / a alcajdarja mor.[637]

[634] Manuel Abranches de SOVERAL; Manuel Lamas de MENDONÇA*, op. cit*., p. 86. Humberto BAQUERO MORENO (1980) – *A Batalha de Alfarrobeira*. Vol II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. p. 940-945.
[635] Luís Fernando de Sá FARDILHA (2008) – *A Nobreza das Letras: Os Sás de Meneses e o Renascimento Português*. Porto. Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 103.
[636] AGS, *Secretarias Provinciales, Consejo de Portugal*, liv. 1457, fl. 127. *Apud* António Martins QUARESMA (2007) – *Alexandre Massai; A "Escola Italiana" de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII).* Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. p. 15.
[637] ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, n.º 95, *Consulta da Mesa da Consciência Sobre o Título da Alcaidaria-Mor de Sines* […].

O conde de Matosinhos terá nascido por volta de 1513 ou 1514 e foi um cortesão com uma carreira brilhante desde tenra idade. Era descendente de uma família que foi ganhando, passo a passo, prestígio e confiança junto do rei, lembrada pelo seu parente Francisco de Sá de Miranda:

> Dos nossos Sás Coluneses
> Gram tronco nobre coluna
> Grosso ramo dos Menezes
> Em sangue e em bens de fortuna
> Que é tudo entre os portugueses![638]

Entrou ao serviço de D. João III como pajem da companhia e recebeu uma educação esmerada, muito provavelmente, próximo dos infantes D. Henrique e D. Duarte. Em 1549 encontramo-lo como camareiro do herdeiro da coroa, D. João, cargo que desempenhou até à morte do príncipe em janeiro de 1554. Foi capitão da Guarda Real e a 6 de outubro de 1558 tornou-se membro do Conselho de Estado. A sua influência junto de D. Sebastião cresceu até ao ponto de ser nomeado, em junho de 1578, como um dos governadores do Reino que deveriam garantir os assuntos correntes quando o rei partiu para Alcácer Quibir. No curto reinado de D. Henrique atinge o importante posto de camareiro-mor devido à sua proximidade ao rei, que devia remontar à infância de ambos.

D. Francisco foi também um reconhecido poeta, que Luís Fernando de Sá Fardilha definiu como «uma personagem tão singular e, sobretudo, tão significativa da evolução da cultura portuguesa ao longo do século XVI, na medida em que representa, em Portugal, o melhor exemplo do modo como os princípios e ideais humanistas evoluíram, vindo a desaguar na figura do cortesão da época moderna, exemplarmente desenhado por Baldassare Castiglione»[639].

Com D. Sebastião a apostar decisivamente na modernização das suas estruturas militares, procurando defender eficazmente os principais portos do país, encontramos Sá de Menezes associado à construção de uma das primeiras fortificações abaluartadas erguidas em Portugal, a fortaleza de S. João da Foz do rio Douro, de que foi nomeado capitão em 1571, pouco depois do início das obras[640]. Um inquérito realizado por ordem de Filipe I, já depois de concluídos os trabalhos, refere que «a obra da fortaleza se começara per ordem de Johane Gomez da Silva & de Diogo Telles & despoes de começada por elles o Conde Dom Francisco de Saa fora com ella por diante tee fym & a leyxara no estado em que ora

[638] Sousa VITERBO (1896) – *Estudos Sobre Sá de Miranda; Mem de Sá – A sua descendência – Outras informações.* Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. III. p. 24.
[639] Luís Fernando de Sá FARDILHA, *op. cit.,* p. 198.
[640] Mário Jorge BARROCA (2001) – *As Fortificações do Litoral Portuense.* Porto: Edições Inapa, S. A.. p. 62-65.

estaa». O capitão havia mandado lajear dois baluartes e edificar mais um, para além de erguer cortinas com bombardeiras e diversas construções interiores, nomeadamente alojamentos para soldados e bombardeiros. A ele se ficou a dever igualmente o portal monumental de acesso, que foi obra dispendiosa. Mostrou assim grande capacidade de realização e empenho nos trabalhos, que no curto tempo de oito anos estavam concluídos. Não sabemos se a sua nomeação como alcaide-mor de Sines teve como intenção a aplicação ao Castelo da experiência adquirida na fortaleza da foz do Douro. O que é certo é que a morte o impediu de ter na Costa Alentejana qualquer papel de relevo.

Na ausência do comendador alcaide-mor a companhia de ordenanças da vila e sua fortaleza eram entregues por D. Sebastião a António Soares, por tempo de dois anos, a partir de 1579, enquanto durasse a ausência do detentor do cargo, Simão Teixeira (doc. 13)[641].

10.3.2. Francisco de Sá de Menezes (alcaide-mor e comendador c.1585-c.1626) e as obras de modernização

Se o conde de Matosinhos não residiu seguramente no Castelo, o mesmo não aconteceu com o seu sobrinho homónimo, também Francisco de Sá de Menezes, cuja presença em Sines está bem documentada. Aqui viveu durante largas temporadas e terá sido mesmo figura popular, apadrinhando diversas crianças da vila. A 9 de julho de 1611 foi padrinho de Martim Soveral[642], batizado na matriz de São Salvador[643], e a 19 de abril de 1615, «dia de Pascoa florida», de um filho de João Garcia, alcaide de Sines, e de sua mulher[644]. A 6 de dezembro levou à pia batismal outra criança[645], o que se repete a 7 de fevereiro de 1616[646]. A 3 de julho voltou a apadrinhar um menino, a quem foi dado o nome de João, filho de Alexandre Massai e de Vicência de Frias, sua mulher[647].

À data, o mesmo Francisco de Sá de Menezes possuía também a comenda de Santiago do Cacém juntamente com a sua mãe, mas não a alcaidaria do respetivo castelo, que estava entregue a D. Jorge Abranches. Sabemos também que foi casado com D. Maria de Lafeta[648] e pouco mais conseguimos apurar acerca da sua vida e de uma eventual carreira militar,

[641] ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 24, fl. 389-389v.
[642] Residiu em Sines e Vila Nova de Milfontes, morreu no Forte do Pessegueiro a 13 de abril de 1682, onde era militar.
[643] ADS, Sines, São Salvador, *Batismos (1604-1717)*, fl. 25.
[644] *Ibidem*, fl. 40.
[645] *Ibidem*, fl. 42v.
[646] *Ibidem*, fl. 43v.
[647] *Ibidem*, fl. 46.
[648] Antonio Caetano de SOUSA (1748) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana. Tomo XII. Parte II. p. 1116-1117.

exceto que recebeu o alvará de cavaleiro a 8 de junho de 1585[649], precedendo a entrega da comenda de Sines.

Pertencendo a uma família onde se destacaram tantos membros no campo militar, na administração e nas letras, é estranho que pouco se saiba sobre a figura de Francisco de Sá de Menezes. Nos primeiros anos em que ocupou a Alcaidaria-mor, não encontramos traços da sua presença em Sines, ficando o comando militar nas mãos de oficiais de nomeação régia, como Simão de Quental, a quem Filipe I nomeou capitão do Castelo de Sines[650]. Novo capitão foi nomeado em 1606, Francisco de Carvalho[651], que veio a morrer em 1624[652]. Mas, pelo menos a partir de 1611, como vimos, o alcaide-mor passou a residir na vila, tendo para isso remodelado profundamente as já vetustas casas da Alcaidaria.

O que terá levado o alcaide-mor a instalar-se inesperadamente na vila é uma questão que poderá ter vários motivos. Um deles pode prender-se com a entrega do senhorio da vila de Sines ao terceiro duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre, em 1594[653], o que implicou uma reconfiguração dos equilíbrios de poder. Sines teria um peso significativo nos rendimentos de Sá de Menezes, como atestou Alexandre em 1621: «Ao prezente he comendador della fr*ancis*co de sáa de / menezes E lhe rende 600 U q*ue* os mais deles lhe vem do mar, E o conde da Vidig*uei*ra tem della a Renda da dizima no mar q*ue* lhe Rende 150 U / cada anno»[654].

Em 1607, Luiz de Figueiredo Falcão, secretário de Filipe II – III de Espanha – redigiu um *Livro em que contém toda a fazenda e real património do reino de Portugal, Índia e Elhas Adjacentes (…)*, e onde refere os proventos da Comenda de Sines:

> A Comenda e Alcaidaria mor da villa de Sines com todos seus direitos Reaes de mar e terra, cõ a anexa do moynho da Ordem que val 120$000 rs.: comendador Francisco de Sá e por Alcaide mor tem a apresentação de capitão do Castelo e fortalesa e dos soldados que nella ão de assistir. Rende …….. 800$000
>
> Avalliada em 566$000.[655]

[649] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Chancelaria da Ordem de Santiago*, liv. 2, fl. 62.
[650] ANTT, *Chancelaria de Filipe I*, liv. 4, fl. 332.
[651] ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, mç. 114, n.º 150. *Apud* António Martins QUARESMA, *op. cit.*, p. 91.
[652] ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, *Registos de Óbitos*, cota 13/6395/26, fl. 71. 5 de fevereiro de 1624.
[653] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit.*, p. 32.
[654] *Apud* Lívio da Costa GUEDES (1989) – *Aspectos do Reino de Portugal nos Séculos XVI e XVII: a «Descripção» de Alexandre Massaii (1621) (II Tratado)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Separata do 58º volume do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. p. 32.
[655] Luiz de Figueiredo FALCÃO (1859) – *Livro em que se contém toda a fazenda e real património dos reinos de Portugal, Índia e ilhas adjacentes e outras particularidades*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 257.

A presença de Francisco de Sá de Menezes em Sines pode estar relacionada com a nova atenção com que se passou a olhar a Costa Alentejana durante a Monarquia Dual, agora que a fronteira com Espanha perdera razão de ser, do ponto de vista militar. Mas não foi apenas a fragilidade defensiva do litoral a focar aqui o olhar da Coroa, foram também as enormes potencialidades económicas das suas piscosas águas, reconhecidamente subaproveitadas, que se poderiam revelar uma significativa fonte de receitas. Vemos assim surgir os projetos do novo porto e povoação do Pessegueiro, devido à iniciativa do próprio vice-rei arquiduque Alberto de Áustria, cujas obras se iniciaram em 1588 e, a partir de 1604, o da calheta de Sines, em que se empenhou o vedor da Fazenda, Fernão da Silva[656]. Massai, que esteve envolvido em ambos os projetos, refere que era tão abundante o pescado neste mar, que atraía embarcações de outros portos e que havia duas armações, uma de gente da terra e outra de setubalenses. Mas a falta de abrigo era um impedimento para o crescimento da frota de pesca, pelo que os moradores da vila haviam enviado uma petição ao rei, para que se construísse uma calheta ou angra, capaz de abrigar 60 barcos, entre grandes e pequenos, uns dentro de água e outros varados. Com estas condições poderiam existir três ou quatro armações para pescar sardinhas, cavalas, corvinas e atum, de onde se obteria um significativo aumento dos proveitos, quer para o povo, quer para a Comenda:

> E dizimo nouo, E a faz.^{da} de sua Mg.^{de} E disse juntam.^{te} a comodidade q̃ se daria ás embarquaçoiš de fora q̃ de ordin.^{ro} naquela paragem pesquar, E as q̃ vaõ navegando E assim / mesmo disse o comodo e proveito q̃ a comarqua de canpo de ourique receberia cada dia de pexe por ser o tál sitio mais perto e comodo (…)[657]

Estas felizes perspetivas poderão ter motivado Sá de Menezes a instalar-se no Castelo de Sines, com vista a garantir a sua parte destes rendimentos, que, como vimos, provinham maioritariamente do mar. A verba necessária, para ambas as obras, saiu dos cofres do Conselho da Fazenda[658], criado por Filipe I no âmbito da sua reforma administrativa. Segundo Pedro Cardim, o monarca teve noção de que 60% dos rendimentos da Coroa provinham das alfândegas, o que o levou a criar, em 1591, este órgão destinado a tratar das questões fiscais, cujo impacto na melhoria das receitas públicas foi notório[659]. No entanto, no caso específico de Sines, não eram as taxas alfandegárias, associadas ao seu

[656] Fernão da Silva, conselheiro de Estado, foi nomeado vedor da Fazenda a 14 de dezembro de 1594. ANTT, *Chancelaria de Filipe II*, liv. 32, fl. 151v.
[657] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit.*, p. 34-35.
[658] *Ibidem*, p. 35.
[659] Pedro CARDIM (2001) – Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. In *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques.* Porto: Faculdade de Letras. p. 285-286. O Regimento da Fazenda pode ler-se em António MANESCAL (1718) – *Systema, ou Collecçaõ dos Regimentos Reaes* […]. Lisboa: Officina de Miguel Manescal. p. 241-246.

rudimentar tráfego comercial, a prevista fonte de receita, mas sim a pesca, como bem atesta a documentação coeva.

As novas estruturas militares surgem, consequentemente, diretamente associadas às obras portuárias. Cada vez é mais clara a forte ligação entre a Calheta e o Castelo, que é fisicamente assegurada pela rua Direita, por onde passa todo o tráfego de mercadorias e pescado, atentamente vigiado a partir da torre de Menagem, que para ela vira a sua mais destacada janela, comprovando como o Castelo quatrocentista continuava a cumprir uma parte significativa das suas funções, que, como temos vindo a observar, não eram estritamente militares.

Também na ilha do Pessegueiro foi o desenvolvimento económico de um porto, como elemento gerador de uma povoação, que antecedeu e justificou a construção de uma pequena plataforma e do posterior fortim insular, em consequência dos ataques ingleses ao estaleiro. Igualmente no projeto da calheta de Sines encontramos prevista uma plataforma destinada à instalação de sete canhões, para defesa das embarcações que aí procurassem abrigo, ideia abandonada a favor da criação de uma plataforma autónoma, mais a poente, e de um novo baluarte associado ao Castelo, mas implantado a cota mais baixa, a meio da falésia.

A partir de 1580, tornou-se urgente reforçar as defesas do país, cujas fragilidades tinham, mais uma vez, sido postas a nu durante a rápida invasão militar comandada pelo duque de Alba. No novo cenário político, a situação militar da Costa Alentejana deteriorou-se significativamente perante a agudização da situação de guerra, com a intensificação da presença hostil de navios das nações protestantes do Norte da Europa que se soma à já costumada presença dominante do corso francês e muçulmano. A frota corsária de Francis Drake assolou as costas peninsulares e chegou a bloquear o porto de Lisboa. Temia-se que o apoio da coroa inglesa ao rei deposto, D. António, conduzisse a uma tentativa de invasão, que se veio a verificar, efetivamente, em 1589, ou até que a esta aliança se juntassem forças muçulmanas como temia o embaixador veneziano:

> «Delli dissegni che li mori potessero haver de passar in Spagna per gli avisi che in particolare tiene Don Filippo de Avila figliuolo che fù di Mahamet Seriffo adinstanzadel quale onde il Rè Don Sebastiano do Portogallo in Affrica, si dubitono che possino haver qualche secreta intelligenza com la Regina d'Inghilterra aggiungendo il sudetto Don Fulippo; chedi quelle parti di piu gli scrivono, che si cominciava à preparare vesselli per embarcar la gente, et che si fabricarebbono da 500 m. cantara di Biscotti; (…)»[660]

[660] Carta de Agostino Nani, ASV, Senato Secreta, Dipacci Ambasciatori, Spagna, filza 28, fl. 80. Madrid, 8 de fevereiro de 1596. *Apud* Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA, *op. cit.,* p. 670-671.

No caso concreto da vila de Sines, verificamos, mais uma vez, que é o reforço da estrutura humana presente no Castelo que aconteceu antes da atualização da sua estrutura arquitetónica[661]. Logo em 1586, Filipe I concordou, renitentemente, com a instalação de uma companhia de 25 soldados pagos[662] «com 4 cruzados de pagua cada mez q̄ lhe saõ pagos por ordem E mandado do Conss*elh*o da faz*en*da de sua M*agesta*de e por maõ do emxecutor do campo de ourique». Estes homens foram recrutados localmente e por isso continuaram a habitar na vila, devido à falta de alojamentos no interior da cerca, e por isso a sua entrada em cena pouco terá interferido na estrutura arquitetónica do Castelo.

A importância estratégica do porto garantiu a sobrevivência do Castelo, mas o papel secundário que desempenhava na economia nacional e nas preocupações de defesa do País foram razões, mais do que suficientes, para que nunca se tenha disponibilizado as verbas necessárias para que fosse significativamente modernizado. Novas estruturas militares foram edificadas na ilha do Pessegueiro e em Vila Nova de Milfontes, e só depois se decidiu reforçar a Calheta com a já referida pequena plataforma com canhões, de que se desistiu em favor do reforço do Castelo de Sines, a que se acrescentou uma singela plataforma, apesar de se terem projetado obras mais ambiciosas. Esta renovada atividade terá levado certamente os Sá de Menezes a encararem, com uma inesperada seriedade, o cargo de alcaide-mor de Sines, instalando-se na vila, onde não tivemos notícia da presença de nenhum alcaide-mor durante cerca de 70 anos[663], e desempenhando aí as funções de capitão.

É natural, por isso, que, em 1621, Massai refira estas «cázas do Alcaide mór as quáis estaõ todas feittas de novo á custa do ditto e entendo gastou nellas mais de dous mil Cruzádos». Como os cruzados de ouro valeriam à época aproximadamente 400 réis[664], podemos avaliar os gastos nestas obras em 800.000 réis, o que corresponderia a mais de um ano de todo o rendimento da Comenda. Trata-se assim, inequivocamente, de obras executadas por iniciativa de Francisco de Sá, destinada a longas permanências, naturalmente necessárias após a negligência a que foram votadas as casas da alcaidaria pelo duque de Aveiro, por seu filho D. Pedro Diniz e pelo conde de Matosinhos, ausentes da terra. É possível que o terramoto de 1587 também tenha afetado o Castelo, situado junto de uma falha sísmica.

---

[661] Já D. Pedro I criara primeiro a vila, como forma de fixar população a quem caberia depois edificar o Castelo.

[662] AGS, *Secretarias Provinciales, Consejo de Portugal, Correspondencia com Su Majestad*, libro 1550, fls. 101-101v. *Apud* António Martins QUARESMA, *op. cit*., p. 9.

[663] O último alcaide-mor que habitou as casas da alcaidaria, Jorge Furtado de Mendonça, morreu cerca de 1540 e apenas temos notícia, como vimos, da presença em Sines de Francisco de Sá de Menezes em 1611.

[664] Ana TOMÁS; Nuno VALÉRIO (2020) – *Meios de pagamento emitidos pelo Estado português* [Em linha]. Lisboa: Gabinete de História Económica e Social – ISEG. p. 15. [Consult. 14 nov. 2021]. Disponível em: WWW:<URL:https://ghes.rc.iseg.ulisboa.pt/wp/wp672020.pdf.

Estas obras não terão alterado significativamente a estrutura edificada, visto que o primeiro levantamento gráfico do edifício, realizado após estas obras por Alexandre Massai, corresponde à descrição feita quase um século antes, em 1533. O investimento feito pelo alcaide-mor, apesar de significativo, foi austero, pois nada garantia a continuação da alcaidaria nas mãos da família.

Para além das casas do alcaide-mor, D. Francisco mandou ainda construir uma casa, por cima da estrebaria, e «terraplanar» uma torre[665], provavelmente para nela poder instalar canhões. No entanto, intervenções mais significativas, de atualização das estruturas militares, implicavam a execução de um projeto por um engenheiro, papel notavelmente desempenhado por Massai, cuja ação em Sines é de tal forma significativa que merece ser aprofundada em capítulo autónomo.

O estado de abandono e ruína, antes destas obras, transparece numa carta, enviada em 1606, pelo Capitão Francisco de Carvalho – um velho militar natural de Évora[666] – ao Vice-Rei de Portugal, pedindo setenta mil réis para acabar o muro do Castelo, assim como para pólvora e chumbo (doc. 17)[667].

A carta, datada de 10 de abril, antecipa a chegada do verão e o previsto ataque de uma armada holandesa para a qual o Castelo não estava preparado. Também os *turcos* eram temidos, estando Argel no auge da sua prosperidade de 1580 a 1620[668]. Já anteriormente o capitão tinha escrito, alertando para o estado de ruína dos muros do Castelo, «recolhimento deste povo», pelo que a obra já estava arrematada a um oficial, pelo valor de setenta mil réis, sem que se tivesse tomado a decisão final de mandar iniciar os trabalhos.

Como vimos anteriormente, na década de 1470, Estêvão da Gama havia concluído algumas obras, vendo-se obrigado a reparar áreas já danificadas e a introduzir algumas alterações arquitetónicas no Castelo, com vista a reforçar a sua estrutura defensiva, no entanto a rápida evolução da pirobalística impôs enormes inovações no campo da arquitetura militar, tornando obsoleta a estrutura edificada em Sines. Torná-la mais eficaz implicava obras de vulto, não apenas de construção, mas também de demolição das construções envolventes que resultavam do crescimento da vila, extravasando a cerca muralhada. O resultado seria sempre pouco satisfatório, com as suas muralhas a revelarem uma grande fragilidade defensiva perante a artilharia, e o tiro dos seus canhões, situados demasiado elevados

[665] Alexandre MASSAI (1621) – *Descripçaõ do Reino de Portugal*; *Segundo Tratado*. Lisboa: Museu de Lisboa. fls. 67v-68.
[666] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit.,* p. 37.
[667] ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 114, n.º 150.
[668] Fernand BRAUDEL (1995) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. 2ª ed.. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Vol I. p. 238.

relativamente ao mar, pouco preciso e eficaz. Por agora apenas se gastavam setenta mil réis, o que certamente apenas terá permitido a reparação dos muros. Note-se que só na reparação das casas da Alcaidaria, Sá de Menezes gastou mais de dez vezes essa soma: oitocentos mil réis.

Como já observámos, não havia alojamentos para os 25 soldados, que a partir de 1586 haviam sido colocados em Sines. As antigas casas de taipa, existentes dentro da cerca, encontravam-se arruinadas, obrigando a maior parte deles a morar fora do Castelo, o que trazia grandes inconvenientes. Raramente encontramos outras referências à vida destes homens, ao contrário daquilo que temos visto para os alcaides-mores e até para alguns capitães, no entanto encontramos alguns dos seus nomes nos registos de óbitos, como o de João Gouveia, a quem morreu um filho em 1618[669]; Simão Manuel Correia, morto em 1624[670], no mesmo ano que Afonso Gonçalves[671]; António Viegas[672], a quem morreu uma filha em 1634[673], vindo o próprio a falecer em 1638, no mesmo ano que António Mendes[674].

Nos mesmos registos encontramos bombardeiros como Pedro Garraz, cuja mulher morreu em 1633 e foi enterrada na igreja da Misericórdia[675], acabando ele por morrer menos de um mês depois[676]. Também aí achamos os nomes de condestáveis de artilharia como Augusto Vitalhamo[677] e Filipe Dias (†1672)[678]. São raros os registos que nos dão mais pormenores, como o de Pedro Vaz, filho de Mateus de Fari, morto a 10 de janeiro de 1645, «d'huã peça que arrebentou»[679].

Apenas a Arqueologia tem trazido à superfície alguns materiais que permitem lembrar a sua vida quotidiana, como as pederneiras, utilizadas nas suas espingardas, ou as peças associadas aos jogos que terão preenchido os seus tempos mortos: o dado de osso e as peças de jogo em xisto e cerâmica, de diferentes épocas.

[669] ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, *Registos de Óbitos*, cota 13/6395/26, fl. 53v.
[670] *Ibidem*, fl. 71.
[671] *Ibidem*, fl. 71v.
[672] *Ibidem,* 2.º caderno, fl. 12.
[673] *Ibidem*, 2.º caderno, fl. 20v.
[674] *Ibidem*, 2.º caderno, fl. 20.
[675] *Ibidem*, fl. 8v.
[676] *Ibidem*, fl. 9.
[677] *Ibidem*, fl. 12v.
[678] *Ibidem*, fl. 72.
[679] *Ibidem*, fl. 32v.



Figura 125 – *Pederneira,* Museu de Sines, inv. C.Sines/[24]1.

Figura 126 – *Peças de jogo em xisto e faiança, dado de oss,*. Museu de Sines inv. C.Sines/07[1]1; C.Sines[3]1; C.Sines/07[10]1.



Figura 127 – Alexandre Massai (1621) – Vila de Sines, *Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado*. Museu de Lisboa. fl. 67v-68.

10.3.3. Alexandre Massai

10.3.3.1 Os projetos para o Pessegueiro

No momento em que Filipe II era aclamado rei de Portugal, nas cortes de Tomar, o monarca deposto, D. António Prior do Crato, percorria em segredo o país em busca de uma oportunidade para escapar por via marítima. Em Tomar acreditava-se que estaria no Algarve, onde a intervenção de alguns espiões teria feito malograr a sua tentativa de embarque numa fragata[680], mas, na realidade, encontrava-se em Vila Nova de Milfontes, intentando uma terceira tentativa de fuga, igualmente sem sucesso, acerca da qual pouco se sabe[681]. Alexandre Massai diz-nos que foi no Pessegueiro que embarcou para fora do Reino, afirmação que não está correta, mas que denota como localmente permanecia alguma memória desta tentativa frustrada de embarque no desertificado Litoral Alentejano, trinta anos passados sobre o evento. D. António acabou, no entanto, por rumar a norte, embarcando a 10 de maio de 1581, num porto isolado da costa, perto de Setúbal, num navio holandês que o conduziu a França.

Filipe I entrou solenemente em Lisboa pouco depois, a 29 de junho de 1581, permanecendo na capital cerca de dois anos. Ao regressar a Espanha, deixou como vice-rei o sobrinho, cardeal arquiduque Alberto de Áustria (1559-1621), de apenas 23 anos, que os embaixadores extraordinários da República de Veneza descreviam como:

> Benché sai giovane d'anni e però de tanto seno et di tanta prudenza, che potrà Sua M.tà confidar molto nel giudicio del valor suo. [682]

A escolha deste jovem e dinâmico príncipe teve um importante impacto na Costa de Sines, pois a ele se deve a aposta num dos mais ambiciosos e inovadores projetos filipinos: a construção de um porto artificial no Pessegueiro, aproveitando o canal existente entre a ilha e terra, cujas condições naturais de fundeadouro[683], reforçadas pelo prolongamento artificial da ilha, seria a base para a criação de uma nova povoação. Mas este projeto teve

---

[680] Novas de Tomar de 24 de abril 1581, Biblioteca Nacional de Paris, *mss. portugueses*, 66, fl. 36. *Apud* Joaquim Veríssimo SERRÃO (1956) – *O Reinado de D. António Prior do Crato.* Coimbra: Instituto de Alta Cultura. p. 219 e 603.

[681] Christophe PLANTIN (1585) – *Justification de Sérénissime Don Antoine, roi de Portugal, premier de ce nom, touchant la guerre qu'il faict à Philippe, roi de Castille, ses subjectz et adhérents, pour estre remis a son roiaume; Avec une histoire summaire de tout ce qui sést passé à ceste mesme occasion, jusques à l'an 1583 inclusivement*. Leyde: a l'impremerie de Christophe Plantin. *Publ.* Jorge PEIXOTO (1962) – Relações de Plantin com Portugal. *Revista Portuguesa de História.* Coimbra. Tomo X, p. 320.

[682] Carta dos embaixadores extraordinários em Madrid. ASV, Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna, filza 14, fl. 41. *Apud* Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 266.

[683] Sobre o fundeadouro do Pessegueiro anterior ao século XVI, com destaque para a Época Romana ver Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1993) – *Ilha do Pessegueiro; Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.

de bater-se contra dois poderosos obstáculos: a força destruidora do mar e os ataques ingleses ao estaleiro.

Como vimos, a elevação de Sines a vila e a posterior criação de Vila Nova de Milfontes integraram-se numa estratégia de longa duração que promoveu a fixação de população, como meio mais eficaz de defesa do território costeiro, assente nos locais com melhores condições portuárias. Depois da baía de Sines e da barra do Mira, os esforços de povoamento centraram-se na ilha do Pessegueiro, onde o canal que a separa de terra era já um conhecido fundeadouro desde a Antiguidade[684].

Nesta altura, o Castelo de Sines era a única estrutura militar existente em toda esta costa, onde pontuavam alguns moradores dispersos, uns quantos moinhos nas margens das ribeiras e raras ermidas. As pequenas linhas de água, que desaguavam na praia, eram apetecíveis pontos de abastecimento para as galés, cujos remadores consumiam largas quantidades de água, devido ao esforço físico que realizavam, pelo que é normal que as fontes assinalem a existência de «hũ Ribeirinho de ágoá dosse q̃ tanbem nelle os cossarios fazem aguada, por aver boa praja na costa E naõ terem quem os estor/ve».

O aproveitamento dos ricos recursos piscícolas desta costa seria a base económica da nova povoação, mas, se as condições portuárias eram boas durante o verão, dificilmente o eram durante o inverno, onde as perigosas correntes e os ventos tempestuosos de Sul se juntavam às rochas submersas para criar um cenário de grande perigo, mesmo para os bons conhecedores da costa. Assim, só seria possível uma ocupação permanente com uma significativa melhoria das condições do fundeadouro.

Os trabalhos iniciaram-se em 1588, «por ordem e traça de Phelippe terssi», mas sem grande sucesso, pois verificou-se que a pedra utilizada nas fundações das obras marítimas era demasiado pequena, sendo por isso arruinadas pela força do mar, com grande perda e despesa. Por isso, no ano de 1590, foi enviado ao local Alexandre Massai, até então ocupado nas obras do forte de Santo António, junto da vila de Cascais. O engenheiro empenhou-se na construção de nova maquinaria, capaz de mover blocos de pedra de maiores dimensões:

> Estrumentos E maquinas que com facilidade se cortauaõ conduziaõ / E deitauaõ no ditto seramento pedras de 20. E 25. E mais palmos cúbicos E de pezo de 1200 ate 1500 quintais E com o ditto / modo fassil E nunqua visto fis 28 brassas do ditto seramento e 15 em larguo fiquando por serar 57 E isto / áte todo o anno de 1593[685]

[684] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES, *op. cit*..
[685] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit*., p. 29.



Figura 128 – *Fotografia aérea da ilha do Pessegueiro,* A Terceira Dimensão, disponível em linha: WWW:<URL:https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/search/label/Ilha%20do%20Pessegueiro.

O estado de guerra em que nos encontrávamos com o nosso antigo aliado britânico ficou a dever-se a uma complexa teia de ambições, exacerbadas pela clivagem religiosa entre Protestantes e Católicos, que apesar de ter por palco principal a Europa Central não deixou de fazer sentir os seus efeitos na costa de Sines, obrigando a erguer defesas mais eficazes, fossem elas obras de arquitetura militar ou armas ideológicas e religiosas, como adiante veremos. A própria conjuntura política nacional era instável, com D. António Prior do Crato a obter o apoio de Inglaterra para a sua causa, levando a uma malograda tentativa de invasão.

Para o Pessegueiro foi projetado por Terzi um imponente forte, assente em terra firme, na falésia sobranceira à ilha, mas tratava-se de uma máquina demasiado ambiciosa, pelo que apenas foi possível construir uma pequena plataforma riscada já por Alexandre Massai. Como as embarcações inglesas se refugiavam por detrás do ilhote, tornando inútil o fogo desta plataforma, o engenheiro militar conseguiu construir um outro pequeno forte na ilha,

chamado *de Santo Alberto* em homenagem ao vice-rei, e terminado em 1598. Mas esta fortaleza insular era inoperacional durante grande parte do ano, quando as fortes correntes impediam o acesso por barco, e o consequente abastecimento de água e víveres à sua diminuta guarnição.

Como a violência do mar foi desbaratando os grandes blocos de pedra atirados à água, apesar de se ter aumentado as suas dimensões e o Arquiduque a terminar o seu mandato em 1593, os administradores do reino que lhe sucederam abandonaram este dispendioso projeto, dez anos após o início dos trabalhos, em 1598, centrando as atenções na defesa de Vila Nova de Milfontes, alvo de um devastador ataque no ano anterior, em que os hereges profanaram igrejas e imagens sacras[686]. Em 1603 reiniciaram-se os trabalhos no Pessegueiro, com o corte de novas pedras, que ainda hoje aí se encontram, sem terem sido lançadas ao mar. Massai deixou-nos o balanço dos gastos realizados até essa data, que coligiu dos livros dos três almoxarifes que nela serviram, e somaram 114.055.000 réis. Estimou que faltariam apenas 17.022.400 réis para que se pudesse concluir com segurança a obra, estimativa seguramente irrealista e que não conseguiu convencer os governadores do reino.

Grande parte da informação que temos sobre a ação de Massai na Costa Alentejana foi-nos deixada pelo próprio, num tratado manuscrito datável de c.1621: *Descrição do Reino de Portugal.* Nesta obra são compilados os seus projetos, quer realizados quer sonhados, tanto nesta costa como no Algarve e na barra do Tejo, ao longo dos seus, até então, 32 anos de trabalho em Portugal. A sua elaboração terá decorrido durante o tempo de residência em Sines, onde está bem documentada a sua presença, e da sua família, por estes anos. A 10 de março de 1619 apadrinhou um filho de Jacome Tercio e a 20 de abril do mesmo ano é a sua própria filha, e de Vicência de Frias, que é batizada tendo por padrinho Pedro Massai, seu irmão. A 26 de novembro de 1621 foi de novo padrinho de batismo, e neste assento é designado «engenheiro de S*ua* M*agesta*de»[687]. Aqui veio a morrer, no primeiro dia de abril de 1638, e a ser sepultado na ermida do Espírito Santo, anexa ao hospital da vila, como «Architecto, e Engenh*ei*ro maior de S*ua* M*agesta*de»[688].

---

[686] Padre António FRANCO (1714) – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora no Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana. p. 396-397.

[687] ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, *Registos de Batismos,* liv. 1, cota 13/6385/27, fl. 77.

[688] «Em o prim*ei*ro dia do mez de Abril de 1638. anos faleceo nesta villa de / Sines Alexandre Massay Architecto, E Engenh*ei*ro maior de S*ua* M*agesta*de estaa / enterrado na Ermida do Spirito Sancto», ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, Registos de Óbitos (1604-1719), cota 13/6395/26, fl. 20v. A ermida do Espírito Santo foi demolida pouco antes de 1850, para ampliação do hospital, edifício onde está hoje instalado o Centro Cultural Emmerico Nunes.



Figura 129 – Alexandre Massai, Ilha do Pessegueiro, *Descripçaõ do Reino de Portugal,* c. 1621, Museu de Lisboa.

10.3.3.2 A Calheta de Sines

O sonho acalentado pelos marítimos de Sines, de terem um porto de abrigo que desse segurança às suas embarcações, atravessa toda a história da vila. Já no início do reinado de D. Manuel I haviam informado o monarca de que «esta he costa brava que nom há porto menos de XIIII legoas que he Setuvall e nom temos nesta villa salvo huua fasca muyto estreyta em que se podia fazer huum porto muy boom pera acrecentamento desta villa e vosos reynos»[689]. Repetindo o pedido a Filipe I, foram melhor sucedidos, pelo empenho do vedor da fazenda, Fernão da Silva – o mesmo que mandou construir a fortaleza de Vila Nova de Milfontes[690] –, que enviou Alexandre Massai a Sines, para estudar o sítio e redigir um relatório, acompanhado por peças desenhadas. No entanto, o projeto que veio a ser aprovado é da autoria de outro importante técnico italiano: Leonardo Turriano, que foi o primeiro engenheiro-mor do reino de Portugal, sucedendo na direção das obras militares a Filipe Terzi, falecido em 1597. Turriano chegou a Portugal cerca de oito anos depois de Massai, no ano da morte de Terzi, e aqui desenvolveu intensa atividade até à sua morte, ocorrida já com avançada idade, em 1629[691].

De Turriano conservam-se três desenhos, no códice n.º 28 da Casa Cadaval:

> Sam tres papéis primeiros seguintes assinados pello engenheiro mór sobre os quáis se rematou a óbra da Calheta como constã pello contrato délla, tem se mandado e acressentádo muittas couzas por mandádo do conss*elh*o da fazenda e por ser assi neçess*ari*o de que adiante vai tráça do modo que fiqua a ditta Calhetta acabáda em sua perfeissam com o mais que se segue.[692]

Ao projeto inicial foram-se introduzindo alterações, mudando e acrescentando muitas coisas, por ordem do mesmo Conselho, ouvindo as opiniões locais e tentando reduzir os custos, acabando por adotar-se, em 1617-19, um projeto mais pragmático de Massai[693].

Foram longas as disputas entre Massai e Turriano. Massai enviou uma «Relação» a 5 de fevereiro de 1613 ao referido Conselho da Fazenda[694], em que apenas informou sobre o estado em que se encontrava a obra, acompanhada de uma planta geral da baía onde se incluía o levantamento da edificação em curso[695]. Três anos depois, a 30 de março de 1616,

---

[689] ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, n.º 304. *Apud* Maria Alegria Fernandes MARQUES (2017) – *Sines na Idade Média; Da fundação do concelho ao foral manuelino.* Sines: Arquivo Municipal. p. 60.
[690] ANTT, *Casa de Cadaval*, n.º 29, fl. 50.
[691] Rafael MOREIRA (2010) – Leonardo Turriano en Portugal. *In* Alícia CÁMERA; Rafael MOREIRA; Marino VIGANÒ – *Leonardo Turriano ingeniero del rey.* Madrid: Fundación Juanelo Turriano. p. 122.
[692] *Ibidem*, fl. 59v.
[693] Rafael MOREIRA, *op. cit*., p. 151.
[694] ANTT, *Casa de Cadaval*, liv. 29, fl. 65v.
[695] *Ibidem*, fls. 65v-66.

enviou uma «traça» de sua autoria, que não foi aprovada[696], mas voltou a insistir, com uma versão revista, apresentada a 29 de fevereiro de 1617 e que mereceu a consideração do Conselho logo a 3 de março. Confrontaram os projetos de Turriano e de Massai com as informações recolhidas em Sines por António Lopes de Almeida, executor de Campo de Ourique, e foi aprovada a alteração do projeto inicial, «que ficou registada no livro do secretario Luis de figueiredo a folhas 331».

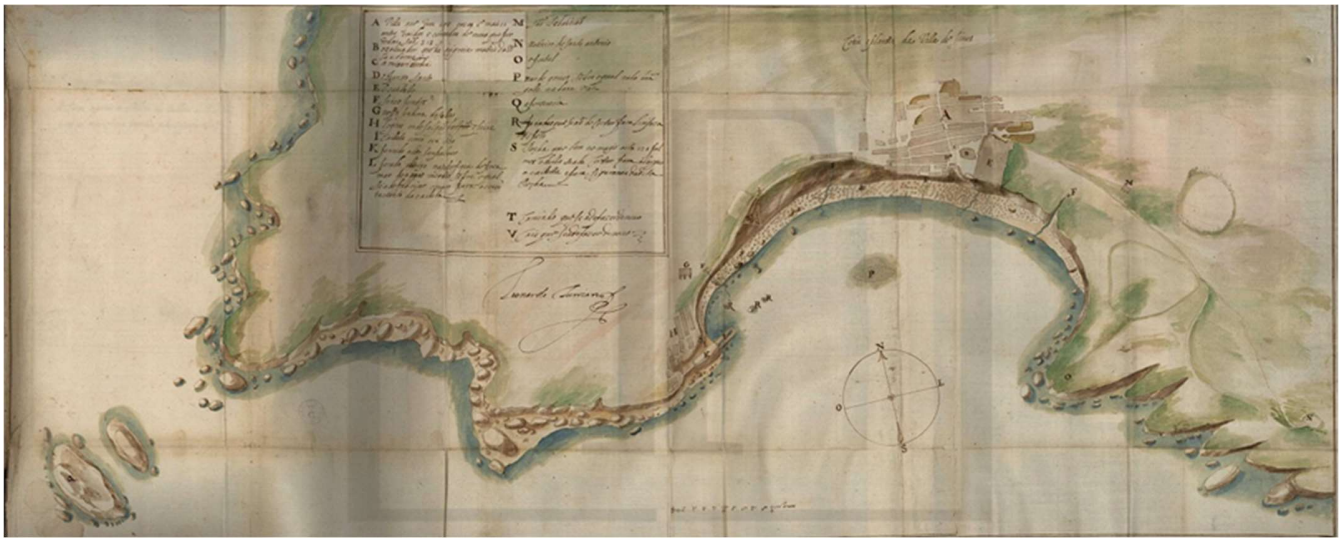


Figura 130 – Leonardo Turriano, *Costa e Planta da Villa de Sines*, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 60. 1607-1617.

A carta da «Costa e Planta da Villa de Sines» é uma extraordinária peça desenhada e aguarelada, assinada em grande destaque por Turriano. É a primeira representação gráfica pormenorizada da baía; da linha de costa, com o cabo de Sines, frente ao qual se destacava a Perceveira; da vila e da Ribeira, assim como dos terrenos periurbanos. Aqui fica patente a localização central do Castelo, alinhado pelo eixo da baía. Na planta seguinte, que corresponde ao projeto da calheta, percebemos o grande rochedo, conhecido como o «Rebolim», que protegia a pequena praia onde varavam os barcos de pesca e em cujo prolongamento se pretendia construir o muro, sobre alguns rochedos semisubmersos, para proteger a pequena angra das ondas mais agitadas. Sobre esta obra previa-se uma plataforma com sete canhões.

Esta plataforma, pouco elevada relativamente ao nível das águas, permitiria um tiro mais preciso contra as embarcações inimigas, que o Castelo, demasiado elevado sobre a falésia, não permitia. No entanto, esta solução apresentava as suas desvantagens, pois ficava completamente desprotegida de um ataque vindo de terra ou de um bombardeamento a partir da Ribeira de Cima.

[696] *Ibidem*, fls. 67v-68.

A proposta de Massai vai no sentido da colocação dos canhões sobre o rochedo alto, mas acabou por ser também ela abandonada pelos membros do Conselho, que optaram por instalá-los num terreno a poente da Calheta, «onde / éllas fássaõ melhór efeito pérto do ditto sitio onde se fará hú reduto de quátro / Paredes sómente para que as ditas Péssas estejaõ fecjádas e se abaixará a Artilharia / do Castello para que élla defenda melhór o surgidouro e Calheta tendosse consside=/raçaõ ao que convem e ao pouquo gásto»[697]. Esta plataforma só veio a ser edificada mais de seis décadas depois, em 1680, sendo hoje conhecida como Forte de Nossa Senhora das Salas ou do Revelim[698], implantada um pouco mais a poente do sítio proposto.

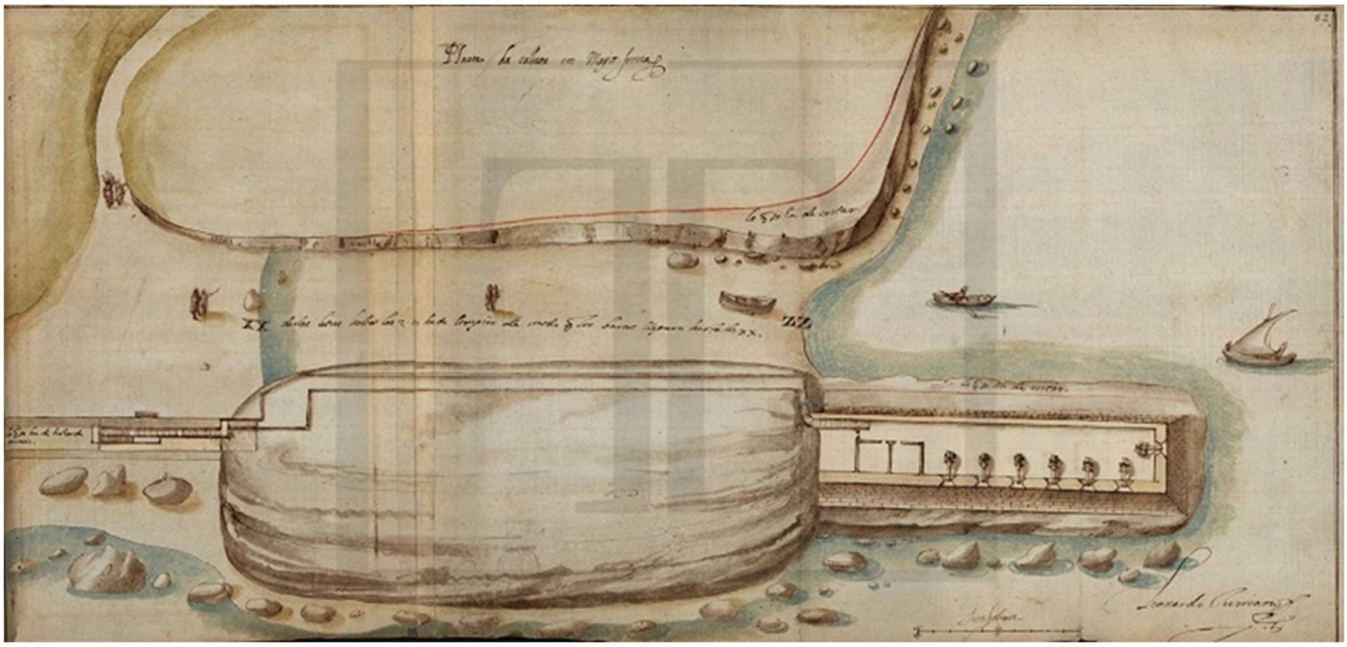


Figura 131 – *Planta da Calheta e Mayor Forma*, Leonardo Turriano, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 62. 1607--1617.

[697] *Ibidem,* fl. 69v.
[698] ANTT, *Casa de Cadaval*, códice n.º 28, fl. 4.

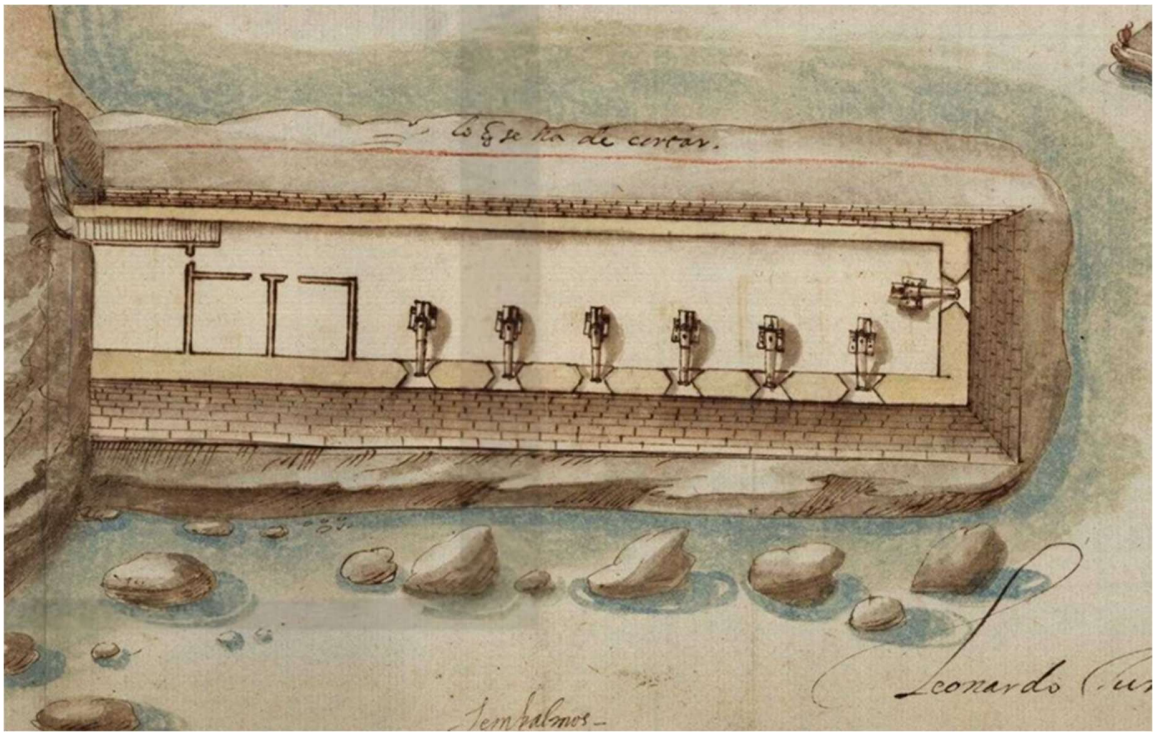


Figura 132 – *Pormenor da figura anterior.*



Figura 133 – *Perfil da calheta em mayor forma* (pormenor), Leonardo Turriano, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 64. 1607-1617.

10.3.3.3. O Castelo de Sines

O levantamento do Castelo de Sines realizado por Alexandre Massai[699] é a mais antiga imagem gráfica que temos desta fortificação até então apenas dada a conhecer pelas descrições constantes das já analisadas visitações e *Auto de Posse* de 1533 (doc. 9). Terá sido executado, muito provavelmente, entre 1616 – data em que o Conselho da Fazenda abandonou a ideia de fortificar a Calheta em detrimento da construção de uma nova plataforma abaixo do Castelo – e 1621, data ao redor da qual foi elaborado o *Tratado* em que se encontra incluído. Trata-se de um único fólio, com a planta geral e os alçados colados em pequenas folhas recortadas e rebatíveis. Os dois fólios seguintes apresentam projetos diferentes, apenas em planta, conhecendo-se outras versões do segundo projeto, integradas no códice n.º 29 da Casa de Cadaval[700], guardado hoje na Torre do Tombo, assim como outros importantes documentos na Real Academia de la Historia, em Madrid[701].

As peças guardadas na Torre do Tombo estão associadas num conjunto, sendo precedidas de um texto de introdução que as enquadra e data o projeto de alterações:

> Diligensias que em o mês de majo passado deste prezente / anno de [1]617 mandou fazer nas obras e fortalezas / e calheta de Sines, e do Reino do Algárve a Alexandre massaj / Eng*enhei*ro de Sua Mag*esta*de (…)[702]

Era premente a necessidade destas «diligencias», como constata o engenheiro, perante o anacronismo da estrutura edificada (doc. 19):

> Ô Castello da ditta Villa he fabriquado áo vzo antiguo E os muros delle saõ carcomidos e m.^{to} danifiquados com amostra de ruinas E dentro delle naõ / há sitio em q̃ possa estar huã só pessa de Artelharia E a q̃ de prezente ha q̃ saõ 16 pessas de ferro das quaiſ estaõ som.^{te} 7 emcarretadas E ás ma-/is postas por terra E fora do ditto Castello[703]

---

[699] Alexandre MASSAI (c. 1621) – *Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado*. Manuscrito. Museu de Lisboa. fl. 71.
[700] ANTT, *Casa de Cadaval*, Códice n.º 28, fl. 72.
[701] Real Academia de la Historia, Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas, C-003-070. [Em linha]. [Consult. 20 de jun. 2019]. Disponível em: WWW:<URL:https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/resultados_busqueda.do?autor_numcontrol&materia_numcontrol&id=2247&forma=ficha&posicion=4.
[702] ANTT, *Casa de Cadaval*, Códice 28, fl. 25.
[703] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit*., p. 36.

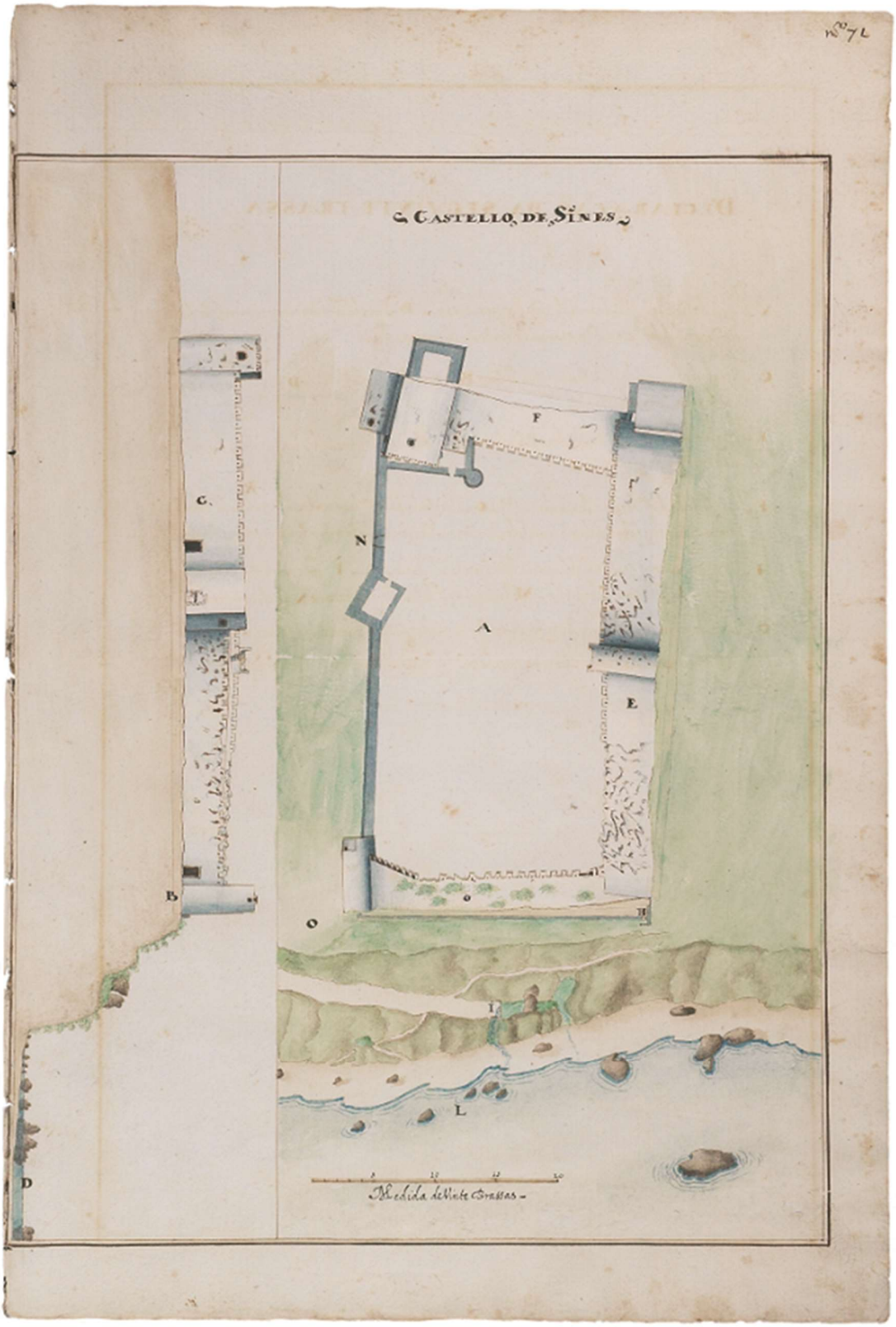


Figura 134 – Alexandre Massai, Castello de Sines, *Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado*, c. 1621, fl. 71, Museu de Lisboa.

As peças desenhadas, que chegaram até nós, dão-nos informações muito mais ricas do que as curtas linhas que as acompanham, com exceção das medições e orçamento conservadas em Madrid. A sua grande variedade e estado de acabamento dá-nos uma interessante perspetiva sobre o trabalho dos engenheiros militares da época Filipina, desde os primeiros estudos em planta, os desenhos de trabalho que acompanham a elaboração dos orçamentos, às peças finais de apresentação, com destaque para os desenhos cuidadosamente acabados e aguarelados, destinados à ilustração do *Tratado*.

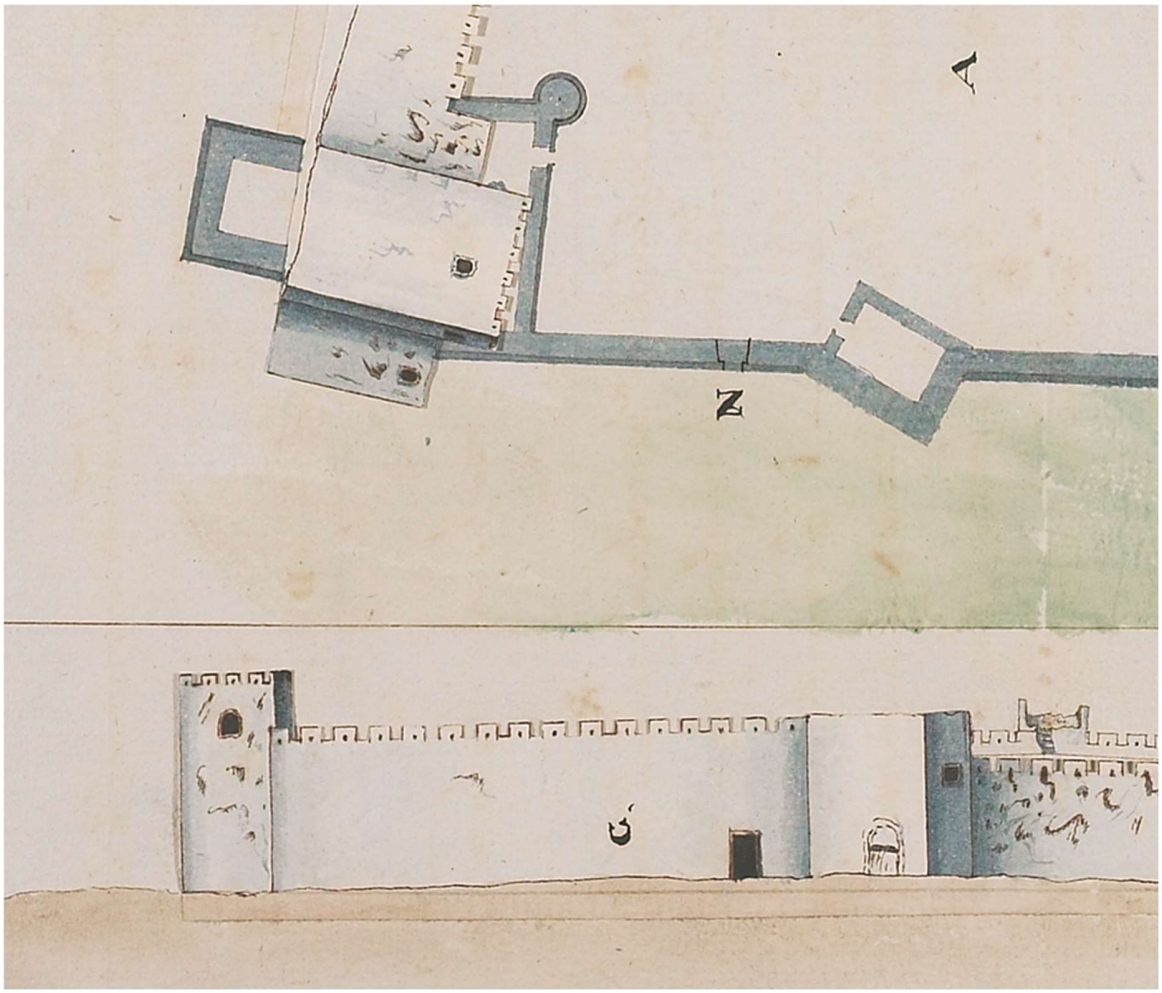


Figura 135 – Alexandre MASSAI, pormenor da planta das Casas da Alcaidaria e dos alçados Poente e Norte do Castelo, *Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado.*, c.1621, fl, Museu de Lisboa.

As diferenças mais significativas, entre o levantamento e o que vemos hoje, situam-se no alçado Poente, na zona das casas da Alcaidaria, que não apresenta as janelas de sacada, rasgadas no século XVIII, e é rematado superiormente por ameias, desaparecidas em data incerta, pois esta foi a área do Castelo mais intervencionada ao longo dos tempos. É notória a ausência da torre do Relógio, mandada edificar no século XVII pela Câmara Municipal. Na

torre situada a meio deste pano vê-se uma porta entaipada, que pode corresponder a um dos vãos mandados encerrar por Estêvão da Gama. Outra porta, aberta junto da torre de Vigia, pode corresponder apenas ao projeto de alterações e dela não se encontram vestígios. Os paramentos apresentam-se bastante degradados, devido à deterioração das argamassas que havia conduzido já à queda de algumas das ameias dos alçados Nascente e Poente.

Infelizmente não nos é apresentada a planta do interior das casas da Alcaidaria, cujos elementos representados em alçado correspondem à descrição constante do *Auto de Posse* de 1533, incluindo o poço, único elemento interior representado na planta.

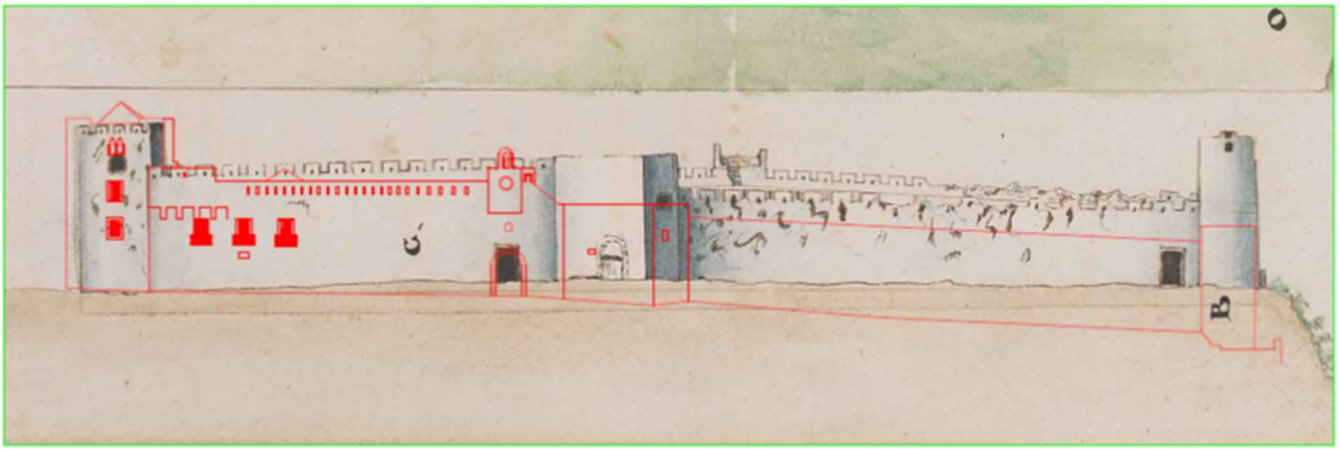


Figura 136 – *Sobreposição do levantamento atual do Alçado Poente ao levantamento de Alexandre Massai.*

Sobrepondo ao alçado Poente desenhado por Massai o levantamento atual, percebemos que o engenheiro teve dificuldade em fazer o levantamento rigoroso das cotas do terreno, tendo representado o Castelo como se fosse assente num chão quase plano, quando na realidade este tem uma significativa pendente em direção ao mar (fig. 136). Apesar desta falha, é notória a busca de rigor no desenho, ferramenta cada vez mais imprescindível de trabalho, desde o Renascimento, quando sofreu um considerável desenvolvimento, enquadrando-se numa prática projetual mais rigorosa e exigente, que envolvia o planeamento à distância e a tomada de decisão pelo poder central cada vez mais fixo na Corte.

A grande preocupação da época prende-se com a colocação da artilharia, como comenta também Massai a propósito das povoações algarvias: «Por serem á major p.te serquadas de muros,/ áo Vso antiguo á cujo faltou o conheçim.to da Artilharia»[704]. Não só a estrutura

[704] Lívio da Costa GUEDES, *op. cit.*, p. 92.

quatrocentista não tem espaço para colocar as novas peças, como a sua eficácia seria pouca. O Castelo, situado sobre a falésia, que servia de primeira barreira defensiva, e ao mesmo tempo de *plinto* que enfatizava a sua imagem dominadora do território, tem agora o inconveniente de estar demasiado alto para garantir a precisão do tiro da artilharia.



Figura 137 – Alexandre Massai, *Planta da vila de Sines, Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, Desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache,* ANTT, Casa de Cadaval, n.º 29, fl. 66. Pormenor do Castelo onde ainda são visíveis os canhões colocados no exterior antes da construção da plataforma.

No desenvolvimento do seu projeto, Massai está condicionado pela localização da fortaleza no centro da povoação, rodeada por edificações como a igreja Matriz que influenciam fortemente, ou até impossibilitam, qualquer alteração de fundo. De forma muito pragmática irá acabar por propor uma intervenção mínima:

> A Trássa que se ségue hé a Planta do Castéllo da Villa de Sines / do módo que ao prezente está e do módo que se deve fortifiquár o qual / não se fortifiquando nem a Villa nem a gente délla estaõ seguros por / estár o ditto Castéllo mui desbaratádo e sem apozentos pera nelle morárem / os vinte sinquo soldádos que de ordinario nelle prezidem o mais de declára / abaixo como de ve - [705]

[705] ANTT, *Casa de Cadaval*, Códice n.º 29, fl. 71v.

Massai projeta uma nova porta, rasgada no alçado Poente, junto da torre de Vigia. Esta seria munida de uma ponte levadiça, antecedida por um pequeno fosso (fig. 138 e 139). No interior do recinto muralhado é protegida por muros, que lembram, curiosamente, as soluções implementadas por Estêvão da Gama, cuja porta – ainda hoje utilizada – seria encerrada. O engenheiro propõe dotar os quatro ângulos do Castelo com baluartes – um deles impossível de contruir, junto da torre de Menagem, pois viria a cortar a rua Direita (fig. 140) –, sendo os dois virados a Sul unidos por uma praça baixa. O desenho conservado em Madrid (fig. 140) parece corresponder a uma solução posterior, menos dispendiosa, onde esta praça baixa não existe e o baluarte situado junto da torre de Vigia é um pouco maior e instalado a uma cota inferior, tendo por isso escadas de acesso, o que permitiria obter melhor precisão de fogo. É uma solução menos harmoniosa em termos de desenho, mas mais eficaz e pragmática, como se verifica em muitos dos trabalhos que foram confiados a Massai.

Uma das principais preocupações do engenheiro foi o alojamento dos 25 soldados pagos, de que o Castelo passou a dispor, porque constate que «não há casas nem almazéns em q*ue* se possaõ agazalhár os 25 soldados». Conserva-se na biblioteca da Real Academia de la Historia, em Madrid, algumas peças que integraram o projeto dos aquartelamentos que nunca chegaram a ser construídos dentro da cerca do Castelo de Sines (doc. 18). Seriam dois conjuntos de habitações térreas, em banda, paralelas às muralhas e separadas delas por pequenos quintais (fig. 140). Ao meio ficava livre uma ampla rua, quase uma praça, como no castelo de Palmela. Para os soldados solteiros estavam projetados alojamentos de um só compartimento, que passavam a dois no caso dos casados. As plantas de Lisboa apresentam o bloco dos casados a Nascente e a de Madrid a Poente, com outras pequenas divergências, pois são oito casas em Madrid e dez em Lisboa (fig. 138), ligeiramente maiores, sendo o alojamento dos militares solteiros em número idêntico em ambos os casos. Em qualquer deles, sete ou nove dos soldados teriam de permanecer alojados fora das muralhas.

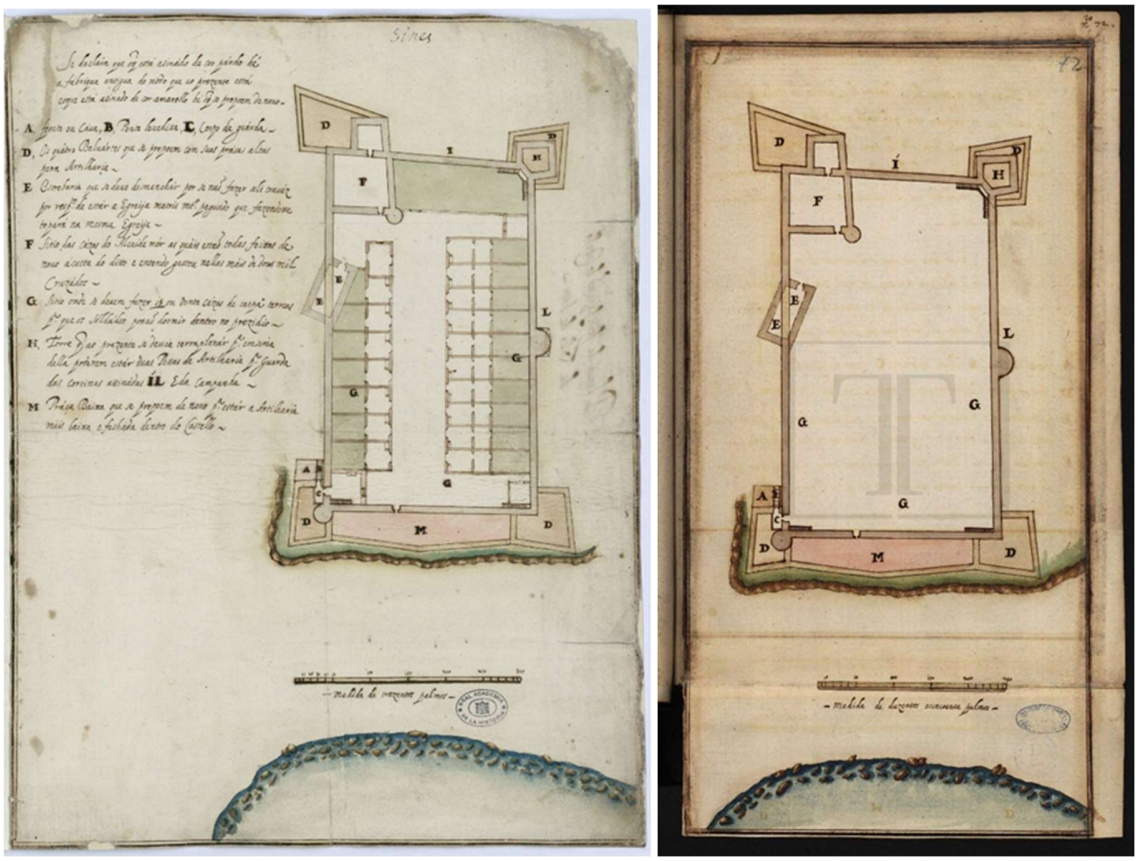


Figura 138 – Alexandre Massai, *Planta de Alterações do Castelo de Sines,* Madrid: Real Cademia de la Historia, Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas, C-003-071, c. 1721, disponível em linha: WWW:<URL:https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/resultados_busqueda.do?autor_numcontrol&materia_numcontrol&id=2247&forma=ficha&posicion=3.

Figura 139 – Alexandre Massai, Planta do Castelo de Sines, ANTT, *Casa de Cadaval*, Códice n.º 28, fl. 72, c. 1621.

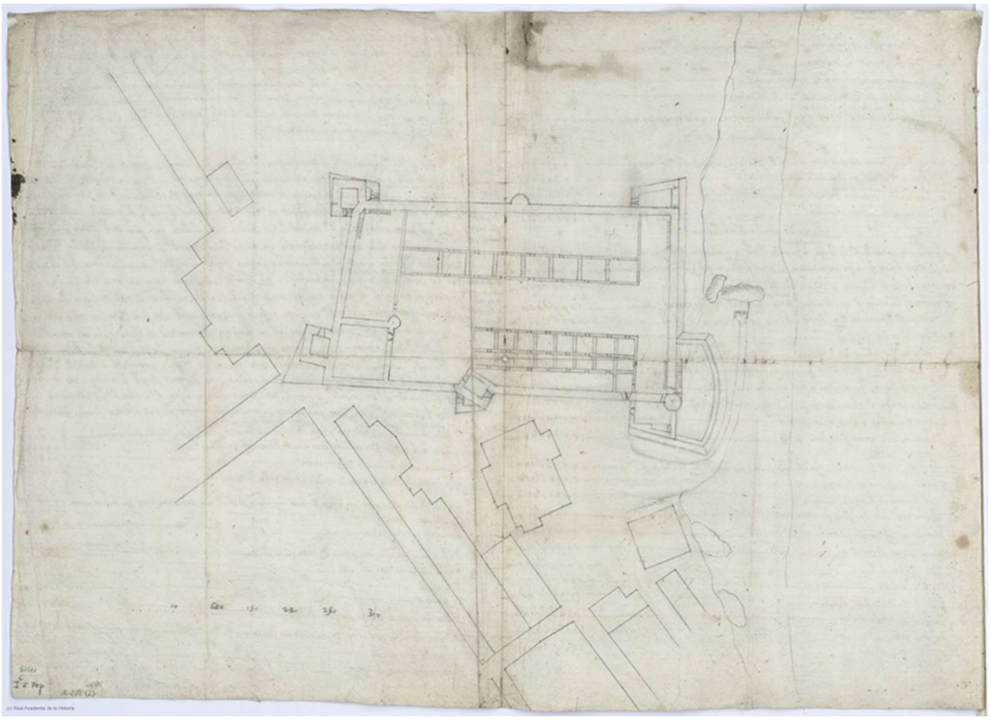


Figura 140 – Alexandre Massai, *Planta de Alterações do Castelo de Sines,* Madrid: Real Cademia de la Historia, Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas, C-003-070. c. 1621, disponível em linha: WWW:<URL:https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/resultados_busqueda.do?autor_numcontrol&materia_numcontrol&id=2247&forma=ficha&posicion=4.

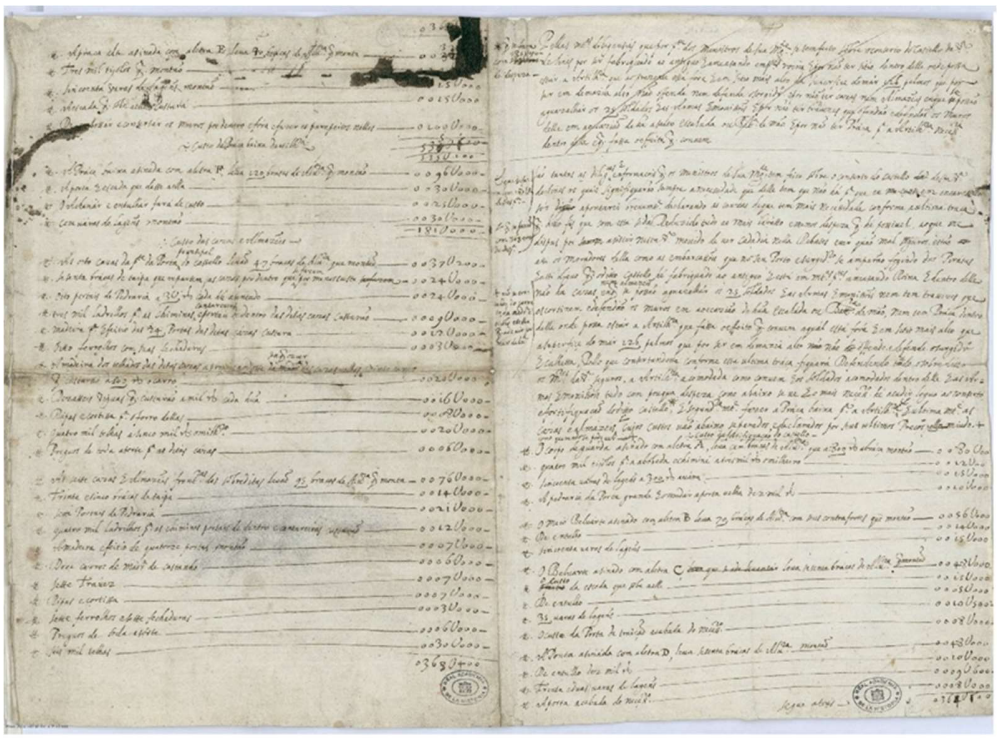


Figura 141 - Alexandre Massai, *Ibidem.*

É da máxima importância o orçamento elaborado pelo engenheiro (doc. 18), onde descreve os materiais e técnicas construtivas e o custo de cada um dos elementos. Documento raríssimo para a época.

As casas seriam, por fora, construídas em alvenaria, com as paredes interiores em taipa. Cada uma teria o seu portal de cantaria com portas de madeira guarnecidas de ferrolhos e fechaduras. O ladrilho seria utilizado para a construção das chaminés, vãos interiores e cantareiras, a madeira nas estruturas das coberturas e ripado onde assentaria a telha, sendo o forro a executar em cortiça. A utilização de madeira de castanho também é referida, mas nada se diz quanto ao pavimento que se subentende ficar em terra batida.

O autor diz-nos que diversos projetos anteriores não haviam tido seguimento, pelo que neste «será Reduzido tudo ao mais barátto e menos despeza». Recorre-se a técnicas ancestrais com materiais de baixo custo, como a taipa, fabricada certamente com terra do local, visto existir bastante barro nas imediações. Das casas existentes e arruinadas aproveitar-se-iam mesmo algumas vigas de madeira.

Num segundo momento – ao que se crê ao redor de 1521 – é produzido um conjunto de desenhos que já não se destinam diretamente à execução da obra de construção civil, mas sim à construção de obra intelectual perdurável, ou seja, do *Tratado*. São por isso peças realizadas com particular cuidado. A minúcia dos desenhos dos alçados, aguarelados, vai ao ponto de revelar os locais de maior degradação das alvenarias dos panos de muralha, que será uma constante na história da conservação desta estrutura, devido à rápida desagregação das argamassas em presença da grande quantidade de sais.

Toda esta atividade de planeamento e construção corresponde a um momento de grande instabilidade a nível internacional. Portugal liga-se a Espanha depois de uma rápida invasão militar. França está envolvida numa guerra civil, mas, num cenário mais amplo, a Turquia depois de assinar a paz com a Pérsia reforça a sua atividade no Mediterrâneo[706]. Na costa de Sines renova-se a necessidade de reforço das defesas, face a um novo contexto de união ibérica, mas não nos podemos esquecer que esta ocorre no mais vasto cenário da Contrarreforma, em que se enquadram importantes inovações no campo patrimonial, ocupando Sines, neste momento, também um relevante lugar na história da Arqueologia em Portugal, com a descoberta do *Túmulo de São Torpes,* onde curiosa e inesperadamente o mesmo engenheiro militar aparece a pronunciar-se, validando as *relíquias* encontradas, face ao seu conhecimento da realidade italiana.

[706] Fernand BRAUDEL (1995) – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote. p. 604.

Esta relação entre as relíquias e a defesa militar de um território havia encontrado fértil campo de desenvolvimento na mentalidade medieval, como sublinhou Carlos Alberto Ferreira de Almeida: «Mais do que a fuga com as relíquias era salutar a resistência que as próprias relíquias ajudariam»[707]. São Torpes será, por outro lado, o grande tema erudito da história de Sines e estará curiosamente sempre ligado ao Castelo porque está associado ao prestígio da terra, é um símbolo da sua antiguidade e grandeza, que prestigia quem o defende e se ilustra pelas letras ao defendê-lo.

A guerra não se restringia aos campos de batalha, às edificações militares ou às frotas navais; entrava pelo templo, como na igreja Matriz de Vila Nova de Milfontes, profanada por «hereges» que destruíram os retábulos e quebraram as imagens, a 14 de julho de 1597[708]. Ao que se crê, o ataque foi perpetrado pela esquadra anglo-holandesa do conde de Essex[709]:

> Fizeraõ innumeraveis, & execrandas insolências, roubaram aos moradores, profanáraõ as Igrejas, deformàram as Santas Imagens: levaram publicamente pelas ruas a Imagem da Senhora atada ao pescoço de hum vil jumento depois de lhe darem muytas punhaladas.

10.4. A defesa de uma identidade histórica e religiosa: a escavação do *Túmulo de São Torpes*

Alexandre Massai chegou a Sines em 1590 para dirigir, como vimos, as obras do Pessegueiro. No ano seguinte fez-se a escavação de um arruinado monumento funerário, de que restavam alguns esteios de pedra e delimitar a câmara, onde se achou uma taça de barro e de uma placa de xisto gravada, acompanhando materiais osteológicos identificados logo como pertencentes a São Torpes. Este extraordinário acontecimento deu-se na foz da ribeira da Junqueira, situada a meio do caminho entre a vila e a ilha do Pessegueiro. Estes dois sítios não estão apenas ligados pela mesma estrada e pela coincidência temporal, pois em ambos encontramos claramente documentada a presença de Massai, o que não nos

[707] Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*. Porto. p. 45. Trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte. No mesmo lugar, o autor refere, a propósito das fortificações construídas para defesa das invasões de vikings e árabes: «bispos como S. Rosendo, D. Pedro de Braga e Gelmires fomentaram, por isso, as obras defensivas e ensinaram aos povos a arte de as defender.».

[708] Padre António FRANCO (1714) – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus do Real Collegio do Espirito Santo de Evora no Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana. p. 396-397.

[709] António Martins QUARESMA, *op. cit.*, p. 106.

parece ser uma simples coincidência, pelo que vale a pena fazer uma leitura mais profunda do significado desta escavação *arqueológica* no contexto da defesa da costa de Sines.

A estrutura escavada seria um monumento megalítico do Neolítico Final/Calcolítico, uma anta ou *tholos*[710], que os descobridores erradamente identificaram como sendo um monumento do século I. Mas não deixa de ser surpreendente que, apesar dos erros de interpretação, os intervenientes tiveram consciência que estavam perante uma sepultura de alguém excepcional, e que a presença do ídolo-placa era um claro elemento de distinção, imbuído de um significado religioso. A capacidade de comunicação destes objetos e da estrutura edificada sobreviveu, em parte significativa, à passagem do tempo e ao desaparecimento da memória mais diretamente a eles associada, não se tendo perdido totalmente a sua aura e capacidade de comunicação.

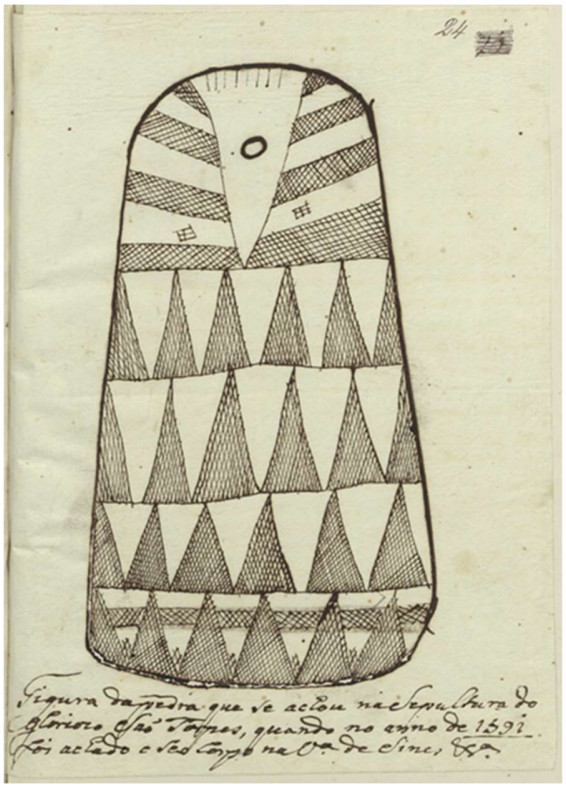




Figura 142 – *Figura da pedra que se achou na sepultura do gloriozo Saõ Torpes, quando no anno de 1591 foi achado o seo corpo na Vila de Sines,* Biblioteca Nacional de Portugal.

Figura 143 – *Placa de Xisto Gravado,* Museu Nacional de Arqueologia, Álbum de desenhos de Saavedra Machado.

[710] Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1981) – *Pré-História da Área de Sines.* Lisboa: Gabinete da Área de Sines. p. 23-25. Carlos Tavares da SILVA (2021) – A Pré-História Holocénica da Baía de São Torpes. In *Memórias da Praia de São Torpes.* Sines: Museu de Sines; Museu Nacional de Arquologia. p. 196-197.

Mas como surge a associação deste monumento megalítico ao mártir cristão São Torpes? E que ligações poderão ter existido entre as obras do Pessegueiro e esta descoberta?

São Torpes, depois de sofrer terríveis tormentos, que se arrastaram por longos dias sem conseguirem vergar a sua vontade, foi decapitá-do nas margens do Arno, onde finalmente sucumbiu a 29 de abril de 64. Como último gesto de desprezo, os seus despojos foram tratados como os de um parricida, cujo crime hediondo justificava o total apagamento da memória, recusandose-lhes mesmo um lugar de sepultura. O corpo foi assim colocado numa barca velha, em companhia de um cão e de um galo, abandonada à corrente do rio. A cabeça foi, no entanto, recolhida por piedosas mãos e conservada na cidade, sempre com grande devoção, sendo ainda hoje aí venerada num precioso relicário de prata.

Mas a sua *passio* não acaba aqui. Passados 18 dias sobre as águas, a barca com o santo corpo foi conduzida miraculosamente a uma praia, situada numa baía, onde foi encontrada por Santa Celerina, a quem um anjo havia avisado em sonhos, e onde foi sepultado piedosamente, no lugar onde mais tarde veio a ser edificada uma sumptuosa igreja. Esta última parte da narrativa omite, no entanto, o nome e localização da praia, o que levou diversos portos do Mediterrâneo a reivindicarem para si tal honra.

Maria Luisa Lemut, que estudou a documentação meticulosamente, faz remontar a *Passio S. Torpetis* ao século VI ou inícios da centúria seguinte[711]. Terá sido redigida na Toscânia, centrando-se a narrativa do martírio na cidade de Pisa. E é neste lugar que se cruzaram os seus caminhos com os de Alexandre Massai, que afirmou ser possível que os ossos encontrados dentro do monumento siniense fossem mesmo de São Torpes, porque entre eles não existiam fragmentos do crânio, o que era natural, pois ele havia visto a cabeça na cidade de Pisa, onde tinha sido decapitado. Este parecer está documentado numa carta do Padre Bernardo Sobrinho (†1649[712]), prior de Sines, enviada ao carmelita Frei Manoel Ferreira, e datada de 18 de março de 1640 (doc. 20)[713], mas só publicada por Jorge Cardoso

[711] Maria Luisa Ceccarelli LEMUT (2009) – Mare Nostrum Mediterraneum. Pisa e il Mare Nel Medievo. *Pisa Crocevia di Uomini, Lingue e Culture*. [Em linha]. Pisa: Aracne. [Consult. 10 jan. 2015]. Disponível em: WWW:<URL:https://www.academia.edu/28531844/MARE_NOSTRUM_MEDITERRANEUM_PISA_E_IL_MARE_NEL_MEDIOEVO. A redação tardia da *passio*, pelo menos cinco séculos depois dos acontecimentos que ela narra, tornam-na pouco credível. No entanto é possível que, tal como tantas outras, assente em memórias remotas de alguns acontecimentos do passado.

[712] «Aos 9 dias do mez de Agosto de 1649/ faleceo o […] p*adr*e prior Bernardo Sobrinho / prior q*ue* foi desta villa de Sines», ADS, Paroquiais de Sines, *Registo de Óbitos*, liv. 1, fl. 42.

[713] Jorge CARDOSO (1666) – *Agiológio Lusitano*. Lisboa: Oficina de António Craesbeeck de Mello. Tomo III. p. 299.

em 1666. Teve certamente oportunidade de recolher, em primeira mão, o testemunho direto de Massai, morto apenas dois anos antes da redação da carta[714].

Os relatos oficiais (doc. 14) dizem-nos que a iniciativa havia partido do Papa Sisto V (r. 1585-1590), que enviara um breve ao arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança (1530-1602), incitando-o a procurar o túmulo. O prelado enviou então o vigário-geral da cidade de Beja, Simão Marques, acompanhado pelo protonotário apostólico Pedro Lopes, em busca da perdida sepultura de São Torpes. Ao chegarem a Sines, os enviados do arcebispo inquiriram as autoridades locais e os homens mais velhos, detentores naturais de um conhecimento mais profundo do território, acabando por seguir a pista dada por uns velhos vaqueiros, que lhes falaram do local onde o seu gado se costumava abrigar, nas horas de maior calor, à sombra de um fechado zimbral, que crescia junto da foz da ribeira da Junqueira. Para aí se dirigiram, no dia 7 de junho de 1591, e escavaram as dunas que bordejavam a praia, no sítio onde, muito provavelmente, as pesadas patas das vacas haviam desenterrado alguns ossos ou outros vestígios do remoto passado.

Teria sido Massai a ver na praia siniense um possível local para a deposição do corpo de um mártir cuja história ele bem conhecia e que lhe trazia memórias da sua infância italiana? É possível, mas é apenas uma prova circunstancial que precisa de ser melhor comprovada. O engenheiro militar, que terá nascido em Florença em princípios da década de 60 do século XVI[715], chegou a Portugal em 1589, em companhia de seu tio, Frei João Vicenci Casale, que foi engenheiro e arquiteto ao serviço do arcebispo D. Teotónio na sua principal obra: o convento da Cartuxa de Évora. Este poderá ter sido o canal de comunicação direto entre Massai e D. Teotónio, homem de vasta cultura, que conhecia bem Itália e as suas vanguardas culturais da Contrarreforma.

Voltemos ao texto latino da *Passio*, que descreve o local de chegada da barca como: «portus sinus», ou seja, um porto situado numa baía. Facilmente terá ocorrido uma corrupção que passa a constar das versões impressas em Portugal onde «portus sinus» passa a «portus sinis», uma quase insignificante gralha que altera completamente o sentido do texto que legitimiza a pretensão de que foi ao porto de Sines que veio varar a barca de São Torpes. Terá sido um lapso, uma gralha? Ou uma leve mas segura mão erudita que sabia o peso que poderia ter?

O que é certo é que a revelação das relíquias de um santo nas dunas de Sines não poderia ter acontecido em momento mais propício, em que se afigurava urgente mobilizar todas as

[714] Alexandre Massai morreu a 1 de abril de 1638, de acordo com o seu registo de óbito. ADS, Paroquiais de Sines*, Registo de Óbitos*, liv. 1, fl. 20v.
[715] António Martins QUARESMA (2007) – *Alexandre Massai; A "Escola Italiana" de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. p. 12-33.

forças, quer militares, quer divinas, para a luta contra os hereges que, de forma cada vez mais ousada, atacavam a Costa Alentejana.

A alteração da geopolítica europeia, devido à recente união ibérica, fez também de Portugal cenário de outras guerras, não só religiosas, com que o Sul católico procurou travar a reforma protestante que alastrava no Norte da Europa, trazendo até estas costas novos inimigos. Os ingleses passaram a ser uma presença frequente, com ataques que procuraram desorganizar e criar instabilidade, depois de terem mesmo tentado invadir o País, em apoio ao rei deposto D. António, prior do Crato. Num cenário mais complexo da guerra, onde já não se combatiam apenas os muçulmanos, mas agora também os ingleses e holandeses, não bastou erguer muralhas e instalar canhões, houve que procurar outras armas para defender uma identidade, que em grande parte assentava na fé católica.

Não estamos longe do contexto ideológico em que Francisco de Holanda havia escrito em *Da Fabrica que Falece há Cidade de Lysboa,* vinte anos antes da escavação siniense: «Havendo de tratar da fortificação da cidade material de Lisboa, parece razão dizer alguma coisa primeiro do que mais releva, que é a reedificação da cidade espiritual de nossa alma; porque sem esta estar fortalecida e guardada, em vão trabalha que vela e guarda Lisboa.»[716].

Em 1638, D. Francisco Manuel de Melo, na obra *Politica Militar en Avisos Generales*, dada à estampa em Madrid, ainda sob o domínio filipino, define as qualidades de um militar: «el celo de la religión es el primer dote de un tal sujeito; después, el servivio del príncipe; luego el valor, la ventura, la ciencia, la constancia, la experiencia, la liberalidade, la limpieza, la humanidade, la salud; y esto de tal manera organizado com la prudencia, que ni solo trabaje una de estas virtudes ni todas sempre, sino que se destribuya ellas según lo pidieren las acciones»[717].

Alguns anos depois da escavação do suposto túmulo de São Torpes, a 14 de julho de 1597, os «hereges» desembarcaram em Vila Nova de Milfontes e, devido à inexistência de defesas eficazes, pilharam a vila e vandalizaram a igreja matriz e as suas imagens, arrastando pelas ruas a da Virgem, atada ao pescoço de um «vil jumento».

D. Teotónio ficou profundamente impressionado com estes sacrilégios e, impossibilitado de se deslocar ao local por motivo de doença, enviou um seu representante, o padre jesuíta

[716] Francisco de HOLANDA (1984) – *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte. Introdução, notas e comentários de José da Felicidade ALVES.
[717] Aviso III. De Las Calidades. *Apud* João Vieira BORGES (2006) – *Pensamento Estratégico Português. Contributos (Séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio. p. 111-112.

Bartolomeu Guerreiro, para consolar os moradores, levando uma provisão do arcebispo, onde lhe delegava todos os seus poderes e uma avultada esmola.

> Chegou o Padre a Villanova, achou a Igreja cousa lastimosa, retabolos quebrados, Imagens feytas em pedaços, & outras indecências. Varreo o Padre a Igreja, compoz o retabolo, enramou toda a casa, & poz a imagem da Senhora com decência; tudo com o aceyo, que a occasiaõ dava de si. Estas cousas fez de manhã, & ouvio confissoens atè à noyte. Estava a Villa quasi erma, por causa das muytas vezes, que fora roubada; & nos tempos de hoje tem pouco mais que o nome de Vila.[718]

Na busca do local de depósito do corpo de São Torpes encontramos também traços de uma nova procura de racionalidade e rigor na identificação das fontes, fruto do Renascimento, também presente na busca dos vestígios materiais que pudessem comprovar as antigas narrativas. Isto acontece no momento em que, em Roma, começava a tomar corpo a Arqueologia Cristã, na obra de homens como Onofrio Panvinio (1529-1568) e particularmente o cardeal Cesar Baronio (1538-1607), cujos *Annales Ecclesistice* são um marco fundamental neste movimento, em que tem um peso significativo a descoberta das antigas catacumbas e das inscrições nelas conservadas[719].

Por isso, o protonotário foi particularmente cuidadoso na ata que realizou na ocasião e cuja transcrição foi guardada no interior do cofre. Sabia seguramente que do rigor das provas recolhidas dependeria em grande parte o reconhecimento das relíquias. Por este documento podemos ter uma ideia da forma do monumento funerário e da localização dos objetos nele encontrados. As provas materiais foram acondicionadas e descritas com todo o cuidado para que não se perdesse a relação dos objetos com o contexto, o que tornam a nosso ver este momento especial, pois estamos perante um claro percursor dos modernos relatórios de trabalhos arqueológicos. Tiveram a intuição de que o trabalho arqueológico é um processo destrutivo e que o contexto só se lê uma vez.

Outro pormenor que merece destaque foi a surpreendentemente rápida divulgação dos achados, de que é dada notícia no próprio ano da descoberta no *Martyrologio dos Santos de Portugal*, dado à estampa em Coimbra. A partir deste momento vamos encontrar frequentes menções a eles, mais ou menos desenvolvidas[720], o que teve significativo impacto e conduziu a Sines diversas figuras de relevo, interessadas em ver ao vivo o local e

---

[718] Padre António FRANCO, *op. cit.*, p. 397.

[719] Lucrezia SPERA (2012) – Cesare Baronio, peritissimus antiquitatis, e le origini dell'archeologia Cristiana. *In* Giuseppe Antonio GUAZZELLI; Raimundo MICHETTI; Francesco Scorza BARCELLONA, dir. – *Cesare Baronio tra santità e scrittura storica*. Roma: Viella. p. 393-423.

[720] Antonio Carvalho da COSTA (1708) – *Corografia Portugueza e descriçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes. Tomo 2º. p. 506-507. Juan Tamayo SALAZAR (1655) – *Martyrologium Hispanum*. Lyon: Phil. Borde; Lavr. Arnaud; Cl. Rigaud. p. 213-224. Francisco da FONSECA (1728) – *Evora Gloriosa*. Roma: Officina Komarekiana. p. 196-198.

as «relíquias» nele encontradas[721]. Até emergir uma nova visão romântica e liberal da História Local, Sines foi, para a *República das Letras*, a terra de São Torpes.

O interesse de D. Teotónio por Sines revela-se assim polifacetado: como pastor procura defender o seu rebanho dos perigos espirituais e físicos de um ataque que os poderia levar à morte ou ao cativeiro – realidade ainda mais temível pois punha em perigo a própria alma –, tentava remediar as profanações das igrejas e imagens sagradas, que por certo ofendiam os céus, alimentava os famintos em tempos de crises, secas e pilhagens, ao mesmo tempo que se interessava pelo estudo da Antiguidade Cristã, como erudito viajado e bibliógrafo apaixonado, em cuja biblioteca encontramos ampla representação dos autores clássicos[722]. Mas o prelado também integrou um movimento de reforço do poder da Igreja face ao poder civil, que vinha a ganhar terreno desde o reinado de D. Sebastião. O papel interventivo de Roma ficou estabelecido na *Concórdia,* mais tarde incluída nas *Ordenações Filipinas*[723]. A Santa Sé chegou mesmo a conseguir que as Ordenações do Reino ficassem sujeitas à sua aprovação, no que diz respeito às liberdades do Clero, mas a bula *In Coena Domini*, que estabelecia este regime, nunca foi pacífica e Filipe I tentou mesmo anulá-la, ao que D. Teotónio responde mandando reimprimi-la ostensivamente[724].

10.5. Frei Paulino da Apresentação, Redentor-Geral dos Cativos

Outra figura que nos ajuda a compreender o contexto militra do Castelo de Sines é a de Frei Paulino da Apresentação. A historiografia tradicional apresentou-nos quase sempre dois campos antagónicos – nós e os outros – que se confrontam em combates mortais, onde o inimigo é sempre bárbaro, destruidor, impiedoso, ganancioso, e é mesmo uma figura sem quaisquer traços de humanidade, situado a uma distância que não permite qualquer contacto a não ser o da espada ou do tiro de canhão. Mas mesmo nos conflitos mais renhidos existem sempre figuras que procuraram construir pontes, sarar feridas e

[721] «Levou-me a esta vila principalmente o desejo de verificar se ainda existiam uns objectos arqueologicos que, tendo aparecido na Foz da Junqueira em 7 de Junho de 1591, foram transportados para Sines, e guardados lá religiosamente em uma caixa, ou arca ou cofre, num templo, por se supor que pertenciam á sepultura de S. torpes.». José Leite de VASCONCELOS (1927) – *De Terra em Terra; Excursões Arqueologicò-Etnografica*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I. p. 105.

[722] A sua biblioteca foi legada à Cartuxa de Évora, por si fundada, encontrando-se hoje, em grande parte, na Biblioteca Nacional de Portugal. *Cf.* Belmiro Fernandes PEREIRA (1995) – Duas Bibliotecas Humanísticas: Alguns livros doados à cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança. *Hvmanitas*. Coimbra. XVVII, p. 845-860.

[723] Pedro CARDIM, *op. cit.*, p. 289. Marcelo CAETANO (1965) – Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa. XIX, p. 400 e seguintes.

[724] Frederico PALOMINO DEL BARRIO (1994) – *Poder y Disciplinamento en la Diocesis de Évora; El Episcopado de D. Teotónio de Bragança (1578-1602)*. Madrid: Universidad Complutense. p. 99.

reconduzir a casa os prisioneiros de guerra. Também em Sines encontramos uma dessas figuras: Frei Paulino da Apresentação (1557-1629), redentor-geral dos cativos, que tendo morrido rodeado de prestígio e de uma aura de santidade, foi alvo da particular atenção dos Trinitários, ordem a que pertencia. Estes recolheram cuidadosamente os testemunhos dos seus atos, onde muito se revela sobre a terrível vida dos cativos levados pelos corsários e se subentende o terror em que vivia a população de Sines, insegura mesmo à sombra do seu Castelo.

Frei Paulino foi contemporâneo de Alexandre Massai e a sua obra está centrada na minimização dos impactos do corso magrebino. Nascido em Sines ao redor de 1557 e batizado com o nome de Manuel Estaço, era filho de um dos homens da governança local, Pero Gomes Estaço, que foi juiz dos órfãos e da alfândega, e de Isabel Luiz, sua mulher[725], pelo que desde tenra idade deve ter tido um contacto muito direto com os dramas daqueles que, mortos ou aprisionados, haviam deixado para trás filhos desamparados. Talvez tenha sido esta a principal motivação para o seu ingresso na Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos, no ano de 1574, a qual serviu até à sua morte, ocorrida em Lisboa a 2 de julho de 1629, nove anos antes da de Massai.

No antigo cartório do convento da Trindade encontramos um relato pormenorizado da sua vida e feitos, destinado certamente a um possível processo de beatificação, incluído no *Livro de Óbitos*. Fr. Jerónimo de S. José baseou-se nestes documentos para redigir as 12 páginas a ele dedicadas, onde se inclui uma curta descrição física, na *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção dos Cativos, da Provincia de Portugal*, dada à estampa em Lisboa no ano de 1789:

> Era homem de grandes forças, e natureza robusta, mas bẽ acondicionado, liberal, compassivo, e grande amigo de seus amigos (q*ue* em poucos se acha neste tempo) e por ser homẽ taõ robusto soo ele podia aturar os trabalhos q*ue* padeceo, e jornadas q*ue* fez por ordé da obediencia, por q*ue* quatro ou sinco vezes foy mandado a Madrid, e hua pela posta q*ue* o tratou muito mal; hua a Pariz, outra a Roma sobre megocios da Religiaõ, e de m*ui*ta importância e honra, q*ue* todos fez e acabou felizm*en*te, Sinco vezes a Seita sobre negocios de Cattivos;[726]

Os trinitários não estavam apenas preocupados em resgatar os homens e mulheres do seu pesado cativeiro, temiam acima de tudo a perda das suas almas, sempre pressionadas a uma conversão ao islamismo. A Coroa, partilhando das mesmas preocupações, entregou-lhes o monopólio das redenções, para evitar que se especulasse com os valores em causa.

[725] Fr. Jerónimo de S. JOSÉ (1789) – *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira. I. p. 570.
[726] *Ibidem*, fl. 66v.

A dimensão humanitária e religiosa associada a esta realidade ancestral havia merecido a atenção dos mais remotos pensadores cristãos, como Santo Ambrósio, que no século IV escrevia que a redenção dos cativos «era a virtude mais sublime, porque livrava aos nossos próximos dos perigos anexos aos cativeiros, que são a morte da alma na perda da Fé; e a morte do corpo na privação da vida».

Frei Paulino foi um dos mais célebres redentores-gerais dos cativos, tendo realizado oito redenções gerais, em que se resgataram 1365 ou 1559 pessoas, dependendo das fontes, de onde se destacam 12 franciscanos da ilha da Madeira e 250 crianças, chegando ao posto máximo de provincial da Ordem em Portugal, no triénio de 1605-1608[727].

Pouco-a-pouco vamos descortinando alguns dados sobre sinienses que conheceram o cativeiro, nomeadamente aqueles aprisionados na batalha de Alcácer Quibir, como «Joaõ mol*ei*ro morador em Sines Cativo em / Marrocos. dotado da mesa coforme / ao Regimento dado em Lixboa a 6 de julho / de 1581»[728] ou «Francisco pessoa filho de Simão teixeira capitão / de Sines já defunto, cativo em fez dotado / por huã provisaõ de Sua Magestade que o padre frei / roque o mande resgatar & que como for res=/gatado Christovão pacheco thesoureire / geral da bulla da cruzada pague o dinheiro / de seu resgate. dado em Lixboa a . 12 . de julho / de 1581»[729]. Outro prisioneiro feito na batalha foi «Andre miz de Sanctiago de / cacem filho de gomes Eanes E mar/garida andreza lavradores Irnaõ / de Catarina andreza Casada em benaiça / aldea no termo de Synes Cativo / Sude hamete roide oleiro em / bebeluete he da batalha.».

Estes cativos acabaram por ter um conhecimento direto dos dois lados em conflito. Alguns converteram-se, outros fingiram-no, enquanto em Portugal ocorria fenómeno idêntico com prisioneiros de guerra ou cativos pelos nossos navios. Neste mundo complexo, a Inquisição estava atenta e os seus preciosos registos não deixam de nos surprender com uma atitude, por vezes benevolente, para com os resgatados, como se vê no processo do madeirense António Afonso, que estando guardando vacas foi levado a bordo de um bergantim, passando 12 anos no cativeiro, durante os quais se comportou como muçulmano, mantendo-se cristão no coração, razão pela qual foi perdoado[730]; o algarvio Vasco Pinto, cativo 17 ou 18 anos[731]; ou ainda o siniense André Dias, feito cativo

[727] Frei Jerónimo de S. JOSÉ, *op. cit.*, p. 571.
[728] ANTT, *Livro dos Cativos que tinham provisoes e despachos da Mesa da Consciência e Ordens, do Reino de Fez e do de Marrocos,* Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos, Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, liv. 28, p. 7.
[729] *Ibidem*, p. 29.
[730] ANTT, Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa*, proc. 5563.
[731] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 7067.

juntamente com seu pai e irmão quando vinha de Vila Nova de Milfontes para Sines «e o levaram à dita cidade de Argel»[732].

Para além de ter conhecido a fundo a realidade dos resgatados e dos poderosos com quem negociou a sua redenção, Frei Paulino esteve próximo de conhecer na carne os grilhões do cativeiro. Como viajava preferencialmente por mar, mesmo quando transportava grandes quantias de dinheiro, porque assim chegar mais depressa ao seu destino, ignorando os seus perigos, viu-se, quando seguia de Lisboa para Ceuta, atacado à vista de Troia por corsários ingleses[733]. Reconhecendo os «hereges», rapidamente atirou à água o seu escapulário para que não o reconhecessem como religioso. Como é frequente nestas narrativas, o mesmo veio a ser miraculosamente recuperado quatro meses depois por pescadores setubalenses[734]. Depois de pilhado o navio, foi abandonado no areal deserto juntamente com os seus companheiros de viagem, nus e muitos deles feridos, de quem o religioso cuidou, recorrendo a unguentos cujas receitas conhecia de cor.

As qualidades de negociador de Frei Paulino chegaram a ser reconhecidas pelo vice-rei de Portugal, cardeal-arquiduque Alberto de Áustria, que a ele recorreu, em 1589, para negociar com D. António, Prior do Crato, e com os seus aliados ingleses, que se encontravam na vila de Cascais, prontos a marchar sobre Lisboa, aquando da sua malograda tentativa de invasão do país[735].

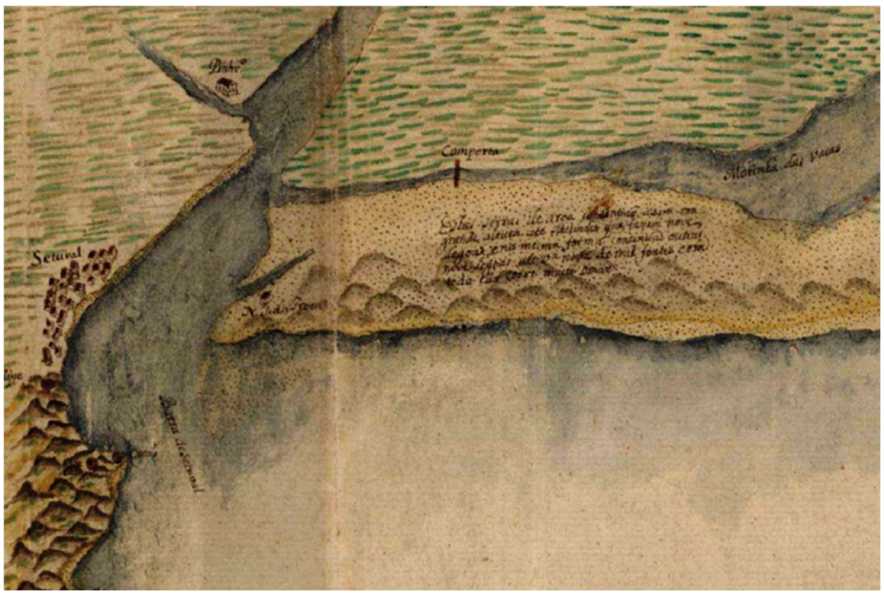


Figura 144 – Leonardo Turriano, *A Península de Troia*, 1607-1617, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 60.

[732] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 1058A.
[733] ANTT, Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, liv. 22, fl. 96v.
[734] Frei Jerónimo de S. JOSÉ, *op. cit.*, p. 576.
[735] Frei Jerónimo de S. JOSÉ, *op. cit.*, p. 578.

11. O Tempo dos Governadores Militares

11.1. A Restauração e Consolidação da Independência, um tempo de falta de recursos

11.1.1 Sebastião de Sá de Menezes (alcaide-mor e capitão, 1626-1665)

Em junho de 1626, Francisco de Sá de Menezes já havia morrido quando foi nomeado como novo comendador e, consequentemente, alcaide-mor, o seu filho Sebastião de Sá de Menezes[736]. Logo no dia 9 de junho do ano seguinte encontramo-lo em Sines a apadrinhar uma criança da vila, tal como o havia feito seu pai[737], iniciando uma presença ativa que dominou a vida castrense durante quase quarenta anos, e que foi particularmente relevante e intensa durante os anos da Guerra da Restauração.

Pouco tempo antes de tomar posse da comenda, nos anos de 1623 e 1624, Sebastião serviu na cidade de Ceuta com dois criados e cavalos, à sua custa, e depois prosseguiu o seu *cursus honorum* embarcado nas armadas da Coroa de Portugal, tendo servido na nau capitânia em companhia de D. Manuel de Menezes, general da armada que reconquistou a Baía aos holandeses em 1625[738], factos que não deixaram de ser lembrados pelo rei, no momento em que lhe fez mercê da comenda siniense[739].

Para receber esta comenda, Sebastião ingressou na Ordem de Santiago e Filipe II passou-lhe alvará, a 30 de abril de 1626, para que fosse armado cavaleiro «dentro na minha cappella dos paços da Rib*ei*ra ou no most*ei*ro de Santos da ditta ordem extra muros desta cidade»[740] e, no mesmo dia, informou o prior-mor do convento de Palmela[741].

Mais de uma década depois, perante o novo cenário político e militar que a Restauração Brigantina impôs, Sá de Menezes aderiu à causa de D. João IV e tomou a seu cargo a defesa de Sines, onde encontramos traços da sua presença, logo a 6 de outubro de 1643, quando

[736] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria da Ordem de Santiago, *Chancelaria Antiga*, liv. 12, fl. 14, julho de 1626.
[737] ADS, *Ibidem*, fl. 105v.
[738] «Êste Sebastião de Sá de Meneses foi filho de Francisco de Sá de Meneses, Comendador de Sines, e de D. Maria de Lacerda (ou de Lafetá). Foi Alcaide-mor de Sines, achou-se na restauração da Baía em 1625, por aventureiro, e casou em 1635 com D. Violante da Silva, filha de D. Pedro Mascarenhas, Governador que foi da Mina, e de D. Mariana da Silva.». Júlio de CASTILHO (1955) – *Lisboa Antiga*; *O Bairro Alto* 3.ª ed.. Lisboa: Câmara Municipal. p. 29-30. Edição dirigida, revista e anotada por Gustavo de Matos SEQUEIRA. O autor adverte em nota de rodapé que estas informações lhe foram dadas pelo conde de Bertiandos.
[739] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria da Ordem de Santiago, *Chancelaria Antiga*, liv. 12, fl. 14, julho de 1626.
[740] *Ibidem*, fl. 108v.
[741] *Ibidem*, fl. 109.

foi sepultado um «creiado do S*enho*r Sebastiaõ de Saa[742]» e a 12 de outubro de 1645, quando morreu um escravo seu, de nome Sizenando Peçanha[743]. Em 30 de janeiro de 1663 faleceu um outro criado do alcaide-mor[744], o que atesta a presença em Sines de uma casa senhorial com um amplo número de criados e escravos.

Ao contrário dos tempos de seu pai em que a união das coroas ibéricas havia permitido centrar os esforços de defesa e edificação militar na linha costeira, favorecendo Sines, porque a fronteira com Espanha perdera toda a relevância militar, agora a situação invertia-se a tudo se focava na raia, bem como na defesa da capital, não sobejando recursos para portos secundários, como o de Sines. Perante este cenário a dedicação de Sebastião de Sá à defesa da vila e do seu Castelo foi extrema e está bem patente nas várias cartas que enviou ao monarca e que foram levadas perante o Conselho de Guerra, como de seguida veremos. Terá ainda estado presente nas Cortes de 1646, pois o seu nome consta da lista dos alcaides-mores do Mestrado de Santiago que haviam sido chamados a tomar parte nesta reunião magna, em que se organizou a defesa do reino[745].

O cenário de guerra era complexo e o perigo não se temia vir apenas de Castela, pois os navios ingleses fiéis a Cromwell, os temíveis «pechelins», continuava a ameaçar perigosamente as nossas águas, como informou D. João IV através de uma carta circular em que alerta os governadores das fortalezas e praças marítimas para que deveriam abastecer-se do necessário para se defenderem, e estarem atentos[746]. Em 1654, Sebastião de Sá de Menezes teve de enfrentar uma situação difícil, quando uma armada inglesa ameaçou dois navios franceses refugiados na baía de Sines, um deles um navio de guerra e o outro, apresado por ele, que transportava peças de artilharia para Castela. Vendo-se sem os necessários meios de defesa, rapidamente informou o rei (doc. 21)[747]. Pela sua carta, enviada a 16 de junho, e que foi logo levada a 20 perante o Conselho de Guerra, sabemos que os dois navios franceses, perseguidos por nove embarcações inglesas, haviam entrado na baía, onde julgavam estar sob a proteção do Castelo. No dia seguinte, conseguiram iludir a vigilância dos britânicos e escapar, quando o número dos seus navios já se elevava a 18, deixando em pânico toda a população. O alcaide-mor procurou organizar a defesa com os 25 soldados de que dispunha, mas por entre os quais não havia nenhum homem com experiência de guerra, nem sequer o havia em Santiago do Cacém. O socorro vindo desta

[742] ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, *Registos de Óbitos*, cota 13/6395/26, fl. 32v. 6 de outubro de 1643.
[743] *Ibidem*, fl. 43. 12 de outubro de 1645.
[744] *Ibidem*, fl. 53. 30 de janeiro de 1663.
[745] ANTT, Conselho de Guerra, *Decretos*, mç. 6, n.º 45.
[746] ANTT, Conselho de Guerra, *Registo de Patentes, Alvarás, Cartas e Ordens*, liv. 14, fls. 74-74v.
[747] Carlos Pereira CALLIXTO (1989) – O Castelo de Sines após a Restauração. *Diário de Notícias.* 6 de Setembro de 1989. Suplemento *Sábado Património*.

vila fora desorganizado e pouco motivado porque o rei não os havia isentado de servirem na fronteira terrestre.

O capitão-mor pediu, insistentemente, ao monarca o envio de quatro peças de bronze de maior alcance que as existentes no Castelo, que eram de ferro fundido, pouco eficazes e, ainda por sima, enferrujadas. Apesar da concordância do Conselho de Guerra quanto ao envio deste equipamento, tal não veio a verificar-se porque não o havia disponíveis, nem para esta, nem para outras fortalezas, até de maior importância[748].

No ano de 1655, os oficiais da Câmara, o capitão-mor e o sargento-mor da Comarca de Campo de Ourique bem como os sargentos-mores de Sines e Santiago do Cacém voltam a insistir na necessidade de dotar a praça de Sines de artilharia de bronze, não só para sua defesa, mas de todo o Campo de Ourique (doc. 22)[749]. A resposta dada pelo tesoureiro real de artilharia, Rui Correia Lucas, é um extraordinário documento, onde se lê o seu desespero e até alguma raiva não contida, porque de todo o lado lhe pediam artilharia – «de Vianna, da Berlenga, de Setuval, e de Sezimbra tudo he gritar por artelharia» – que naturalmente não tinha possibilidade de fornecer porque «pedir he muito mais facil q*ue* o prover», e nem julgava ser efetivamente necessária, pois constatava a enorme falta de conhecimentos técnicos existente nestas fortalezas, onde nem sequer conseguiam utilizar, nem conservar corretamente, a artilharia instalada. Julga mais útil enviar para Sines trinta mosquetes e vinte arcabuzes, a que juntaria também pólvora, balas de chumbo e cordas, bem como balas do calibre das peças de ferro existentes. Sugere mesmo aos moradores que se equipassem com piques, ao alcance de cada um pelo seu baixo preço de apenas trinta vinténs.

O que, no fundo, está a dizer é que mantenham uma tática de defesa quase medieval, que não acarretava significativos conhecimentos técnicos nem equipamentos dispendiosos, acessível a qualquer popular, que devia estar pronto para uma guerra corpo a corpo e não para uma guerra moderna que a Coroa apenas podia financiar nos pontos mais sensíveis.

Os oficiais da Câmara voltam a insistir no pedido de artilharia, que é levado novamente ao Conselho, a 7 de dezembro de 1655, informando do deplorável estado de conservação das peças de ferro fundido:

> porque as que / há saõ de tres, quatro, e cinco libras de bala, e taõ / repaçadas de ferrugem, que com lhe darem a metade / da sua carga arrebentaõ cada dia, e matão os atilhei/ros como já succedeo a tres, cegando outro[750]

[748] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 61, mç. 14-A. 1654.
[749] ANTT, Conselho de Guerra*, Consultas*, cx. 64, ms. 15, doc. 162. 7 de outubro de 1655.
[750] *Ibidem.*

Um dos mortos referidos será Pedro Vaz, filho de Mateus de Faria, morto a 10 de janeiro de 1645, «d'huã peça que arrebentou»[751]. Em 1661, o alcaide-mor volta a escrever para Lisboa, sem sucesso[752].

Por esses anos já havia sido feito um projeto de fortificação do Castelo, elaborado pelo engenheiro francês Pierre de Sainte-Colombe[753], cuja ação no Alentejo e Algarve está bem documentada[754]. Infelizmente, não chegou até nós nenhuma peça desenhada ou escrita do seu projeto, e deste, nada foi executado, a não ser umas trincheiras, já concluídas em 1655[755]. Sá de Menezes procurou convencer o monarca a dar início a obras de maior vulto, e que estimava serem de pouco custo, num esforço inglório, não subsistindo em Sines, qualquer vestígio do trabalho deste engenheiro a que localmente «chamavaõ fulano de S. Colonba»[756].

Também a ilha do Pessegueiro não foi esquecida, e também para ela não chegaram os recursos disponíveis. O notável projeto de Terzi e de Massai permanecia, de alguma forma vivo, tendo sido lembrado, em Setúbal, aos ministros do Conselho de Guerra, notando que o porto existente, no canal entre a ilha e terra, havia sido visitado por navios de reconhecimento do inimigo, que poderia aproveitar esta «comodidade» para local de aguada. Imediatamente foi dada ordem a João Nunes da Cunha (doc. 23)[757], homem culto e dinâmico, para se deslocar ao local com os oficiais, materiais e abastecimentos necessários para o fazer habitar:

> levando / em sua companhia ao g*overnad*or da comarca de / Campo de Ourique Lucas Barroso que se / acha nesta Corte para que fique assestin-/do e executando o que Joaõ Nunes Assentar / e presidie com os auxiliares mais vesi-/nhos a aquelle porto a fortificaçaõ inclusa que / esta feita no caso que o sitio e porto / seya o conteúdo na

[751] ADS, Sines, Paróquia de São Salvador, *Registos de Óbitos*, cota 13/6395/26, fl. 32v. 10 de janeiro de 1645.
[752] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 76, mç. 21, 17 de fevereiro de 1661.
[753] Pierre de Massiac, Senhor de Sainte-Colombe, esteve ao serviço da Coroa Portuguesa entre 1649 e 1669. Trabalhou bastante no Alentejo, na fortificação de Évora – onde se travou de argumentos com Luís Serrão Pimentel –, Estremoz, Serpa, Moura, e também no Algarve, como em Castro Marim.
[754] Antoine de Sainte Colombe, a que Sebastião de Sá de Menezes se refere como um tal «fulano de S. colonba».
[755] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 64, mç. 15, doc. 162, 7 de outubro de 1655.
[756] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 85, mç. 23. 28 de maio de 1663.
[757] João Nunes da Cunha conhecia bem a realidade da Costa Alentejana pois havia sido governador da vila de Setúbal. ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, mç. 15. 25 de maio de 1655. Barbosa Machado refere ainda que «Ao exercicio das letras correspondeo o das armas pois havendo sido Governador da Cidade de Evora, e da Praça de Setubal em que mostrou a sciencia militar, que professava, foy nomeado Vicerey da India para onde partio no anno de 1666». Diogo Barbosa MACHADO (1747) – *Bibliotheca Lusitana* […]. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues. Tomo 2. p. 712-714.

> relaçaõ inclusa que / conforma bem a que o Cons*elh*o tem per m*ui*tas / e diferentes pessoas[758]

Sendo o local dependente do governador de armas do Alentejo, deveria este ordenar ao seu sargento-mor que durante o verão se deslocasse àquela fortaleza, enquanto não fosse possível nomear outro militar capaz de ocupar o posto e defender o porto. Nada teve, aparentemente, seguimento, apesar de se ter feito um primeiro reconhecimento do local.

A sensação de abandono que as populações sentiram neste momento também transparece da documentação, como quando pela primeira vez se temeu um ataque vindo por terra, no ano de 1663, depois da tomada da cidade de Évora e do avanço das tropas espanholas pelo interior do Alentejo, que chegaram a estar, supostamente, a uma légua de Grândola, ou seja, apenas a oito léguas de Sines, com três mil infantes e dois mil cavalos (doc. 24). A população da vila, apesar de já contar com duas meias colubrinas de bronze com calibre de doze libras, estava desencorajada, ameaçando não combater e entregar a praça ao inimigo, com medo de serem degolados, e, mal sentiu o perigo a aproximar-se, meteu os seus haveres no interior do Castelo[759], como certamente sempre havia feito.

A guarnição militar da Praça também devia ser pouco eficiente, apesar da documentação local não referir pormenores a este propósito. A situação não deveria ser muito diferente da que descreveu o governador da vila de Setúbal, João Nunes da Cunha, em 1655:

> os que / há saõ taõ inúteis, p*e*lo pouco exercicio que tem / das armas, naõ havendo nunca visto o rosto do ini=/migo, que sera cousa impossivel ajudarem a deffen/der as praças em que assistem, e os Artilheiros / com pouco exercicio, e prestimo estaõ em peor / estado; (…) hús e outros como estaõ de assento nas fortalezas / vsaõ de todos os officios, por baixos que sejaõ, para / sustento de suas casas, em q*ue* ordinariamente / vivem do seu trato ainda que seja dentro das mesmas fortalezas, com pouca attençaõ ao ex/ercicio militar; [760]

Para a conservação das fortificações não bastavam apenas as *Terças do Concelho*, recorrendo-se, como se vinha a fazer desde tempos medievais, à mão de obra das populações. Tal prática é atestada, por exemplo, no relatório da inspeção realizada pelos ministros do Conselho de Guerra à Praça de Setúbal, em 1661[761]. Apesar dos recursos financeiros nunca terem sido suficientes para a melhoria da fortificação de Sines, abriram-se trincheiras, recorrendo-se às ordenanças, que pouco entusiasmo demonstraram nesta tarefa, comentando a propósito o capitão-mor:

---

[758] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 64, mç. 15, doc. 1627, fevereiro de 1661.
[759] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 85, mç. 23, 20 de junho de 1663.
[760] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 61, mç. 15, 25 de maio de 1655.
[761] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 76, mç. 21. 15 de março de 1661.

> que a fortificaçaõ está feita, como se ordenou / ao Engenheiro Pedro de Santa Colomba, cuja planta / enviaraõ, e assi hum papel do mesmo Engenheiro em que / descreve o sitio da Villa, e sua fortificaçaõ[762]

A presença do alcaide-mor em Sines fez com que descurasse outros assuntos pessoais. Em 1652, Sebastião de Sá de Menezes tinha casa em Lisboa, ao lado da igreja do Loreto, «ao longo e dentro do muro da cidade às Portas de Santa Catharina na Travessa que ia para a Trindade, e contíguas à Igreja do Loreto, as quaes pagavam de juro annual ao Senado de Lisboa 547 rs.»[763]. Esta casa tinha acesso direto, por meio de umas escadas, à tribuna da capela-mor desta igreja, de que detinha o padroado e cuja reconstrução se recusou pagar depois de destruída por um terrível incêndio ocorrido em 1561. Como o alcaide-mor passava largas temporadas em Sines, escapou-lhe, por exemplo, a venda do foro do terreno onde estava a reedificar a sua casa:

> Depois d'este contrato celebrado chegou Sebastião de Sá da fortaleza de sines, e, sabendo que estava vendido o fôro das suas casas aos italianos, seus émulos e contendores, com quem tinha travadas semandas sobre o padroado da capella-mór da mesma egreja, e sobre a posse ou uso do muro da cidade, se queixou ao senado (…) que elle não podia ter noticia dos editaes que se puzeram n'esta côrte, estando em distancia de vinte leguas, em serviço de V. Mag.de, na fortaleza e alcaidaria-mór de Sines, de que tinha dado homenagem e não podia sair sem licença.[764]

Paralelamente decorriam outros importantes acontecimentos no vasto cenário da Restauração que envolviam o senhor de Sines, D. Raimundo, 4º Duque de Aveiro, que tinha cerca de vinte anos quando D. João IV foi aclamado rei de Portugal. Durante a regência de D. Luísa de Gusmão foi chamado a desempenhar um papel importante como conselheiro de estado e, em 1659, como Governador de Armas da Província do Alentejo, mas abandonou tudo pouco depois, passando a Castela[765]. Foi condenado por traição e executado em estátua, sendo os seus bens confiscados em 1663, o que se refletiu naturalmente no confisco do senhorio da vila pela Coroa. Não deixaram, por isso, de existir suspeitas de que os seus agentes procuraram instigar a população de Sines a entregar-se sem resistência aos castelhanos.

Durante a guerra da Restauração não encontramos em Sines outros registos de confrontos militares, a não ser os já referidos, nem sequer identificámos intervenções significativas

---

[762] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, cx. 61, mç. 15, doc. 162. 7 de outubro de 1655.
[763] ANSL, cx. XIX, doc. 118. *Apud* Nunziatella ALESSANDRINI (2015) – Italianos em bairros de Lisboa (século XVII. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2ª Série, n.º 3 (janeiro – junho), p. 117-118.
[764] Eduardo Freire de OLIVEIRA (1891) – *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa.* Lisboa: Typographia Universal. p. 485.
[765] D. Antonio Caetano de SOUSA (1745) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Officina Sylviana. Tomo IX. p. 123-143.

nas suas fortificações, esforço que se centrou, obviamente, na raia e na defesa da capital. O principal perigo local continuou a ser o corso, que foi deixando traços nos diversos registos de óbito:

> Em o prim*ei*ro dia do mez de Oct*ub*ro de 1642 foi trazido a esta villa / de Sines o corpo defũcto de Nuno Ruiz m*orad*or q*ue* foi na Bẽposta termo / d'ella, q*ue* os Mouros mataraõ[766]

> Em 14 dias do mez de Agosto de 1645 vieraõ a esta Villa de Sines mortos / de mouros Franc*is*co F'z mestre d'hũ barco, e M*anu*el Lopes, e Jeron*im*o Luiz / todos da villa de Cascaes[767]

Também as ausências deste comendador foram prolongadas, como atesta a mercê de 6 de fevereiro de 1662 feita a Luís Lourenço, de 40.000 réis de renda efetiva, com o hábito de Cristo, e para o dote de uma sua filha a promessa de um ofício de justiça ou fazenda, casando com pessoa idónea, pelos serviços prestados nas guerras, como pelo governo da Praça de Sines, enquanto durou a ausência do alcaide-mor Sebastião de Sá de Menezes, procedendo em tudo como bom soldado[768]. Por estes anos, o alcaide-mor já estava doente, pois veio a falecer três anos depois, em 1665[769], sendo substituído logo a 4 de agosto do mesmo ano por Fernão Mascarenhas[770]. Também sua mulher, Dona Violante, padeceu de grave enfermidade, cujo tratamento foi dispendioso, a que acresciam as maleitas de vários criados da sua Casa. Tudo isto o prendeu na capital, a par da necessidade de pôr ordem na administração dos seus bens, especialmente do gado, que havia sofrido grande perda devido à negligência dos pastores, dando lugar mesmo a conflitos com a vereação por invadir a vinhas de Sines[771]. Mesmo assim reuniu as suas últimas forças para enfrentar o momento mais perigoso para a Praça da Sines, quando as tropas espanholas entraram em força pelo Alentejo, tomaram Évora e, como vimos, chegaram quase às portas de Grândola, espalhando o boato que se dirigiam para conquistar Sines.

---

[766] ADS, Paroquiais de Sines, *Registos de Óbitos*, liv. 1, fl. 28.
[767] ADS, Paroquiais de Sines, *Registos de Óbitos*, liv. 1, fl. 34.
[768] ANTT, *Portarias do Reino*, liv. 4, fl. 387. *Apud* Arnaldo da SOLEDADE, *op. cit.*, p. 58.
[769] Antonio Caetano de SOUSA (1748) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza.* Lisboa: Regia Officina Sylviana. Tomo XII. Parte II. p. 1117.
[770] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 12, fls. 369v.-370.
[771] MAS, CMS, *Registo de Leis e Ordens*, liv. 1, fl.52-56v, 22 de setembro de 1662. *Apud*. Sandra PATRÍCIO, *op. cit.* p. 83.

11.1.2. João Ribeiro do Couto (governador militar, 1665-c.1679)

Só nos derradeiros anos da guerra, e poucos dias após a morte do último alcaide-mor que desempenhou as funções de capitão-mor, foi criado o cargo de governador militar da Praça de Sines, cujo primeiro titular foi João Ribeiro do Couto, nomeado a 4 de junho de 1665[772]. Em 1700 já havia morrido, data em que a sua viúva pediu auxílio ao rei, por ser pobre e sem bens, apesar de pessoa nobre[773]. Em 1659 recebera uma Carta de Padrão, fazendo-lhe efetivos 80.000 réis que estavam por cumprir de 140.000 réis, que lhe haviam sido prometidos[774] e, no ano seguinte, um assentamento de 20.000 réis, pelos seus serviços no Alentejo, enquanto não vagasse uma comenda da Ordem de São Bento de Aviz, a que pertencia[775]. Em 1661 consta de uma lista de oficiais de cabos que efetivamente estavam na corte «para q*ue* recolhaõ exercitar seus postos»[776]. É logo o primeiro lugar da lista. No mesmo ano, a 10 de março, era «Capitão de Courasas e Cavalleiro da Ordem de Aviz», sendo então nomeado pelo conde de Vila Flor, governador de Estremoz, pelos serviços prestados, onde permanece um curto período, pois em 1663 é nomeado para o mesmo posto Afonso Furtado de Mendoça[777]. Seguidamente, por portaria de 16 de maio, foi-lhe prometida uma comenda de 200.000 réis[778]. Em 1664 era marechal de campo interino e no ano seguinte foi nomeado governador militar da Praça de Sines, onde termina a sua carreira militar.

É assim um militar com vasta experiência que D. Afonso VI coloca à frente do Castelo, certamente para colmatar a grave lacuna de falta de preparação militar das suas forças. Não seria de esperar grande ajuda da Coroa, nem para reforço dos equipamentos, muito menos das fortificações, nem o novo governador teria já a energia para sonhar projetos audaciosos ou de fazer provavelmente mais do que simples obras de conservação nas casas que habitou. Para estas obras podia contar com a magra renda da imposição[779], então arrematada anualmente por 90 000 réis (doc. 26), valor considerado baixo pela vereação que, em 1669[780], pediu a aprovação prévia da governado, que a aceitou, aparentemente sem objeções. Curiosamente associado a este valor o arrematante ficava obrigado a

[772] ADS, Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho, *Tropa de Setúbal*, cota 12/448/pt. 63/43.
[773] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 13, fl. 269.
[774] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI*, liv. 3, fl. 153v.
[775] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 13, fl. 81v.
[776] ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas,* cx. 76, mç. 21. 25 de fevereiro de 1661.
[777] Teresa FONSECA (2003) – *António Henriques da Silveira e as "Memórias Analíticas da Vila de Estremoz".* Lisboa: Colibri. p. 277.
[778] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de Afonso VI*, liv. 3, fl. 397.
[779] A imposição do real de água foi reintroduzida a 18 de julho de 1669, para financiar as obras das fortificações. *Cf*. Amoel Fernandes THOMAZ (1825) – *Repertorio Geral ou Indice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal* […]. Lisboa: Imprensa Regia. Tomo segundo. p. 241-244.
[780] AMS, CMS, Vereações, liv. 1, fl. 130. No ano seguinte o valor manteve-se como consta do respetivo auto de arrematação. *Ibidem*, 2.º caderno, fl. 45v-46.

fornecer uma cama a «qualquer julgador que viesse à terra», numa surpreendente sobrevivência do dever medieval de «aposentadoria», assim como «dous mil reis e hũ alqueire de azeite e hũ aratel de vellas para quem tempera o rellojo» certamente por este estar situado numa torre construida sobre a porta principal do Castelo.

11.1.2.1. Alcaides-mores e Comendadores

Apesar da criação do novo posto de governador militar da Praça de Sines, o cargo de alcaide-mor manteve-se, mas esvaziado de muito do seu poder efetivo. O novo titular é o mestre de campo Fernão Mascarenhas, nomeado por carta de 4 de agosto de 1665[781], militar com relevantes serviços prestados nas praças de Portimão e Setúbal, bem como nas campanhas do Alentejo. A 20 de junho de 1669, D. Pedro, regente e governador da Ordem de Santiago, fez mercê da Comenda de Sines a D. Francisco de Sousa (1651-1674), conde do Prado (doc. 27)[782], nas vésperas da sua partida para Roma como embaixador junto da corte pontifícia. Pela primeira vez a Alcaidaria-mor foi separada da Comenda, passando esta, de novo, a remunerar serviços prestados por figuras de relevo que não tiveram qualquer ligação especial à terra. Esta embaixada é de grande importância, pois representa o reatar das relações diplomáticas com a Santa Sé após o reconhecimento da independência de Portugal, e terá certamente acarretado pesadas despesas para o embaixador, a quem não seriam indiferentes os 700.000 réis anuais provenientes da Comenda de Sines.

Só a 10 de abril de 1671, foi passada a carta da respetiva Comenda ao dito conde do Prado, agora também 1.º marquês de Minas[783], na qual o rei não deixou de lembrar a antiga função militar da Ordem ao levantar-lhe o impedimento legal por «não ter os serviços de África». Como D. Francisco possuía à data outras comendas, mas que eram da Ordem de Cristo, foi necessária uma autorização especial, que chegou de Roma por um breve pontifício. Quatro anos depois, o seu filho[784], D. António Luiz de Sousa (1644-1721), que foi o 2º marquês de Minas e conde do Prado, obteve do rei a Comenda, que vagara por morte de seu pai. Apesar de também ele nunca ter combatido em África, desde muito novo acompanhou seu pai na guerra e foi capitão, mestre de campo e general de batalha. Feita a paz com Espanha em 1668, quando era mestre de campo general, foi governador da província do Minho e, em 1684, governador e capitão general do Brasil. Foi ainda presidente da Junta do Tabaco, Estribeiro-Mor da rainha D. Maria Ana de Áustria, e

[781] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 12, fls. 369v.-370.
[782] *Ibidem*, fls. 435-435v.
[783] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 14, fl. 26.
[784] *Ibidem*, liv. 14, fls. 68v-69v e 102-103.

membro do Conselho de Estado e Guerra dos reis D. Pedro II e D. João V. Em 1704, como governador de armas da província da Beira, enfrentou o exército espanhol, que derrotou, num confronto em que ficou ferido no braço direito, avançando por Espanha até à cidade de Salamanca. Teve uma vinda longa, que o levou por muitos e distantes caminhos, todos arredados de Sines, onde nenhum traço encontramos da sua passagem, vindo a falecer a 25 de dezembro de 1721[785].

11.1.2.2. O Senhorio dos Duques de Aveiro

A paz com Castela coincide também com o regresso dos duques de Aveiro à posse do senhorio da vila. A 19 de julho de 1668, o 5º duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre (1608-1673), tomou posse do senhorio, por meio do seu procurador João Ascenso Raposo, capitão-mor da vila de Santiago do Cacém[786]. A Casa havia sido confiscada pela Coroa, quando o seu sobrinho D. Raimundo, 4.º duque de Aveiro, fugira para Espanha. Após uma longa e dura batalha legal, D. Pedro conseguiu ser reconhecido como 5.º duque, restaurando assim a Casa Ducal e reconstruindo o seu património. Enviou então uma carta à Câmara de Sines, a cuja abertura foi dada toda a solenidade e da qual foi feito termo de «abrição», que todos os presentes assinaram[787]. Estava presente o procurador do duque, que na ocasião apresentou a respetiva procuração perante os oficiais da Câmara e do Senado municipais, que lhe deram posse, assim da Câmara como dos lugares públicos dela. A partir desse momento ficaram suspensos os ditos oficiais da jurisdição régia, e deste dia em diante passaram a reconhecer o duque como seu senhor efetivo. De seguida mandaram chamar todos os oficiais de Justiça, que pelo procurador do duque foram suspensos dos seus cargos.

Com a morte de D. Pedro, menos de cinco anos passados, o senhorio da vila passou para as mãos de D. Maria de Guadalupe (1630-1715), 6.ª duquesa de Aveiro. Por sua morte herda-o D. Gabriel de Lencastre (1667-1745). Apesar da morte de sua mãe ter ocorrido em 1715, surgiram contestações à sua sucessão, pelo que só em 1720 houve sentença favorável, porém, só obteve carta em 1732, tornando-se senhor, comendador e alcaide-mor das vilas de Sesimbra, Barreiro, Arrábida, Samora Correia, Torrão, Ferreira, Castro

[785] António Caetano de SOUSA (1748) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* […]. Lisboa: Regia Officina Sylviana. Tomo XII, parte II. p. 977-1064.
[786] A Câmara Municipal de Sines foi informada desta devolução do senhorio por uma provisão datada de 8 de abril de 1668. Transcrita no seu mais antigo livro de atas: AMS, *Vereações*, liv. 1, fl. 72-73. A acta da tomada de posse encontra-se no mesmo livro, fl. 92-95.
[787] *Ibidem,* fls. 92-93.

Verde, Aljustrel, Arruda, Santiago do Cacém e Sines[788]. A 6 de agosto de 1732 foi-lhe passado alvará do senhorio da vila de Sines[789] e, três anos depois, carta de alcaide-mor[790]. O senhorio da Casa de Aveiro foi assim marcado por longas ausências provocadas pelas contestações judiciais à sua sucessão e pela lenta resposta da chancelaria, caraterizando-se igualmente por uma flutuação na extensão e natureza dos seus poderes, que se focaram no seu papel administrativo e burocrático, sem deixar marcas visíveis na povoação. Não nos iremos alongar nesto ponto que foi estudado em profundidade na tese de doutoramento de Sandra Patrício: *Sistemas de Informação Local, Sines 1655-1855*[791].

É surpreendente não termos conseguido identificar qualquer ação mecenática dos duques de Aveiro em Sines, porque a perda da quase totalidade do arquivo paroquial não nos permite documentar localmente a origem do rico património artístico das suas igrejas, capelas, irmandades e confrarias, que ultrapassa aquilo que seria espectável de uma comunidade piscatória de fracos recursos. Um dos raros livros de inventário que sobreviveram, o da irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais rica da vila, regista seis castiçais de prata, um lampadário, custódia, seis varas do pálio e outras peças argênteas, desaparecidas durante a ocupação das tropas francesas, em 1807. Não podemos pois afastar a hipótese de que algumas destas peças tenham resultado de um gesto mecenático dos senhores da terra e seus comendadores, tal como se verificou com a doação de uma custódia de prata dourada à igreja paroquial de Figueira de Cavaleiros, pelo 7.º duque, comendador e alcaide-mor de Ferreira do Alentejo[792]; ou a oferta feita por sua mãe, a 6.ª duquesa, de uma sumptuosa imagem de São Tiago à catedral de Compostela, em 1677[793]. A generosidade de D. Maria de Guadalupe estendeu-se ao santuário mariano homónimo, de que era devota, ao qual doou um ceptro de ouro esmaltado, cravejado de pedras preciosas, destinado à imagem da Virgem[794].

A eventual oferta de peças de prata à principal irmandade, que agrupava as elites sinienses, seria um natural gesto de reforço dos laços de clientelismo, que as faziam dependentes do favor da Casa Ducal para as nomeações para cargos da governança local.

---

[788] António Caetano de SOUSA (1742) – *Memorias Historicas, e Genealogicas dos Grandes de Portugal* […]. Lisboa: Officina de Antonio Isidro da Fonseca. p. 9.
[789] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V*, liv. 23, fl. 299.
[790] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V*, liv. 26, fl. 521v.
[791] Sandra PATRÍCIO (2021) – *Sistemas de Informação Local; Sines 1655-1855*. Lisboa: Edições Colibri; FLUL. p. 23-31.
[792] José António FALCÃO, dir. (2012) – *No Caminho sob as Estrelas; Santiago e a peregrinação a Compostela*. Santiago do Cacém: Câmara Municipal; DPHADB. Vol. II. p 180-183.
[793] *Ibidem*. Vol. I. p. 246-251.
[794] Nuno Vassallo e SILVA (2012) – Encomenda, Uso e Coleccionismo de Ourivesaria do Século XVIII: A Mantearia da Casa de Aveiro em 1752. *Revista de História de Arte*. Lisboa. n.º 9, p. 68-91.

11.2 Um novo impulso construtivo na dependência da Praça de Setúbal

Em 1678, após dez anos de paz com a Espanha dos Áustrias, a Praça de Sines entrou num novo ciclo, em que deixou de depender militarmente do Alentejo, que praticamente a havia abandonado à sua sorte, para passar a depender da Praça de Setúbal (doc. 29 e 30)[795]. Esta nova situação foi-lhe fortemente favorável, pois ambas partilhavam uma realidade centrada na defesa da linha de costa, enquanto o Alentejo olhava em sentido contrário, para a Raia, em particular durante o difícil período da Guerra da Restauração, em que foi o principal cenário de guerra, consumidor de gentes e recursos.

É assim natural que as estruturas militares de Sines tenham finalmente merecido a atenção que durante os passados 38 anos lhe tinham sido recusadas. Imediatamente dá-se início a um novo ciclo construtivo, em que se destacou o papel do engenheiro militar João Rodrigues Mouro, documentado a elaborar projetos para Sines, pelo menos desde 1680.

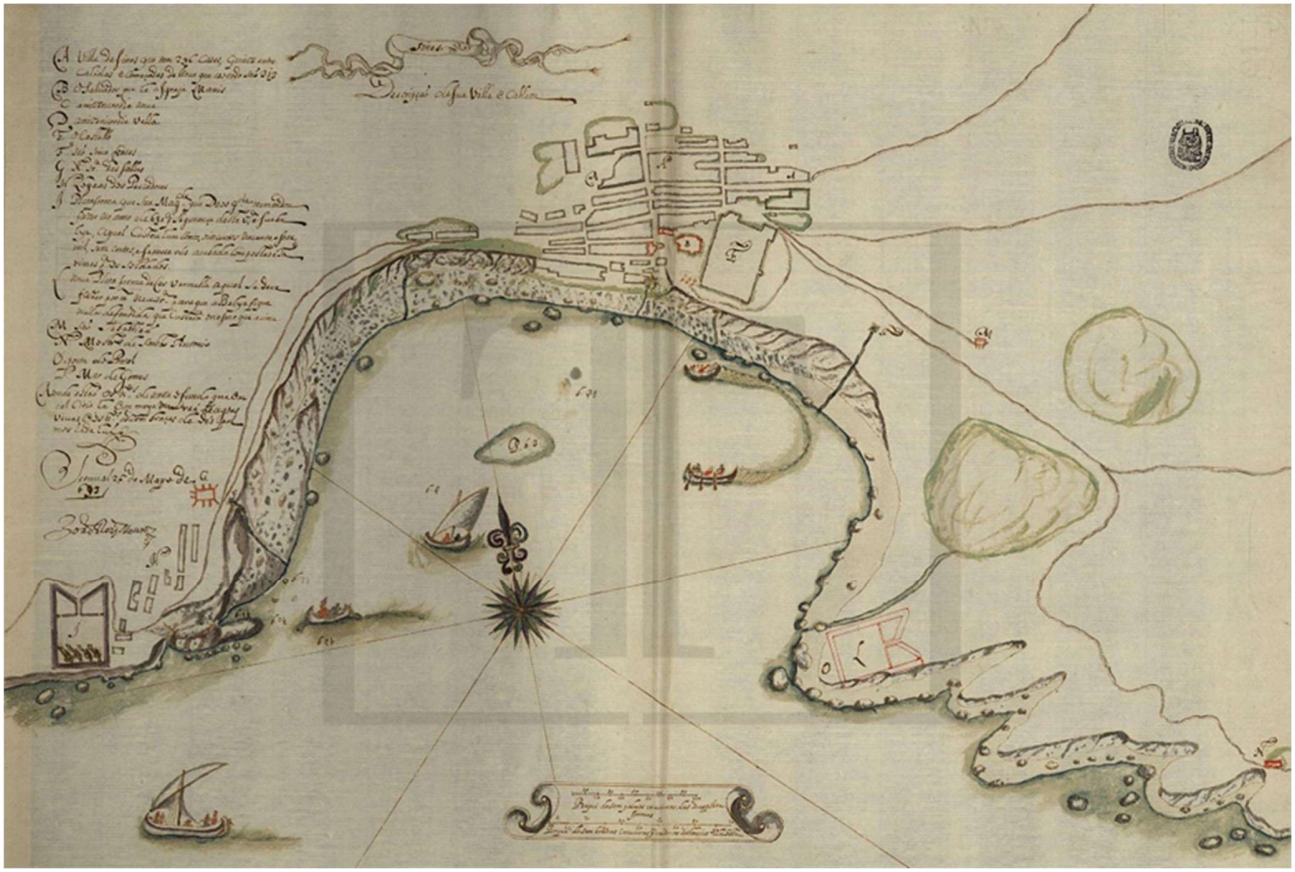


Figura 145 - João Rodrigues Mouro, *Descripçaõ de sua Villa e Calhetta*, 1683, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 28. Disponível em linha: WWW:<URL: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908670.

[795] AHM, 1ª Divisão, 3ª Secção, cx. n.º 1, doc. 16. Claudio de CHABY (1872) – *Synopse dos Decretos Remetidos ao Conselho de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3. p. 103.

11.2.1. Belchior de Torres de Siqueira (governador militar, c.1679-c.1696)

A chegada de Belchior Torres de Siqueira ao governo da Praça de Sines coincide com a passagem da sua dependência para a da Praça de Setúbal. Terá sido, por isso, o homem responsável pela implementação local das suas novas diretrizes. Mais uma vez é um militar forjado nos campos de batalha, que é referido na *História de Portugal Restaurado* do conde da Ericeira, pelo curioso feito de, no ano de 1658, ter sido o único português a ficar prisioneiro dentro do quartel da Corte, quando era soldado de D. Luís de Menezes, durante a batalha das Linhas de Elvas. Depois conseguiu ser capitão de cavalos das companhias de Lisboa com o título de «guardas de El Rey»[796]. A 17 de dezembro de 1665 recebe uma tença de 100.000 réis (doc. 25)[797] e no ano seguinte, a 8 de maio de 1666, o hábito de noviço[798]. Em 1674 obtém o cargo de juiz dos órfãos da vila de Messejana[799]. Em 1684 já era governador da Praça de Sines, quando, a 10 de janeiro, aí morreu a sua sogra, que foi sepultada no convento da vila[800].

Em 8 de fevereiro de 1696 obteve alvará para que pudesse renunciar a tença de 180.000 réis em filho ou filha[801] e, a 20 de maio de 1700, uma carta de padrão de tença de 18.000 réis[802]. Poucos dias depois, nova carta padrão da tença de 12.000 réis e hábito para o seu filho Leonardo Torres de Siqueira[803].

Neste tempo não é detetada qualquer alteração no cenário de guerra, continuando o corso a constituir o principal perigo, contra o qual se tinham de mobilizar todos os homens ativos, como é caso documentado de Simão Dias, natural da vila, onde ocupou os cargos de escrivão da Câmara, dos Órfão, da Almotaçaria, Judicial e Notas «desde o anno fr 677. the o de 685, em q*ue* os servio, / acudindo tambem no discurso do referido tempo a todas as occasioes' de rebates / assim por mar como por terra embarcandose duas veses com o Govern*ad*or em busca / de huãs embarcaçoẽs inimigas»[804].

À semelhança do que se ocorreu com outros detentores do cargo e com antigos alcaides-mores, detetaram-se tentativas de intervenção fora da sua esfera de competências, nomeadamente quando pediu para ser eleito procurador às cortes de 1679-80, às suas

[796] D. Luís de MENESES (1759) – *Historia de Portugal Restaurado*. Lisboa: Officina de Joseph Filippe. Tomo III. p. 152.
[797] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 7, fl. 15.
[798] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 7, fl. 65.
[799] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 14, fl. 60v.
[800] ADS, Paroquiais de Sines, *Registos de Óbitos*, liv. 1, fl. 96.
[801] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 8, fl. 139.
[802] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 8, fl. 171v.
[803] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 8, fl. 471.
[804] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra V, mç. 5, n.º 27, Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Veríssimo Cardeira da Costa, 1717.

próprias custas, ocupando o lugar destinado ao concelho de Santiago do Cacém, na fila 16, já que Sines não tinha aí lugar[805].

Não conseguimos estabelecer com rigor o papel que terá tido no desenrolar das obras que decorreram em Sines e no Pessegueiro durante o seu governo, mas sabemos que foi louvado, logo em 1680, «fazendo a sua obrigação com todo o cuidado, Lançando as Rendas e fazendo as obras, como tudo o mais conveniente â defença da Praça e utilidade publica.»[806] (doc. 26).

11.2.2. João Rodrigues Mouro, engenheiro militar

Coube a João Rodrigues Mouro projetar a tão desejada fortificação de Sines e da ilha do Pessegueiro (doc. 31)[807]. Apesar de já andar pelos 60 anos, fez-se ao caminho, informando o rei de que tinha de fazer as viagens a Sines, ao Pessegueiro e a Sesimbra, em liteira, devido à sua avançada idade, que não lhe permitia deslocar-se a cavalo. O duque de Cadaval, à data governador da praça de Setúbal, confirmou as declarações de Mouro, informando que o engenheiro servia bem e «com toda a verdade, circunstância muito necessária a sua ocupação». Certamente, o titular terá tido um peso importante nas decisões tomadas e o seu interesse está documentado no rico espólio de documentação que guardou e que hoje se encontra incorporado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Logo em 1680 foi projetada, e consequentemente construída, a pequena plataforma conhecida como forte do Revelim ou de Nossa Senhora das Salas (FIG. 146). De acordo com a legenda da planta da vila, executada por Rodrigues Mouro em Setúbal, no mês de maio de 1683: «Plataforma que Sua Ma*gesta*de que Deos g*uar*de mandou fazer no anno de 680 p*ar*a segurança desta v*ila*; e sua bahya, a qual custou hum conto, oitocentos noventa e sette mil, sette centos, e settenta réis acabada com portas e Ta/rim[b]as p*ar*a os soldados»[808].

Este projeto acaba por concretizar o que havia decidido o Conselho da Fazenda em 1617, quando abandonou a intenção de colocar artilharia sobre o «rebolim» da Ribeira – de onde

[805] Padre António Macedo e SILVA, *op. cit.*, p.34
[806] AHU, Concelho Ultramarino, *Serviço de Partes*, Cx. 3, doc. 358, Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços de Belchior de Torres de Siqueira, de [1650] a 1680, como soldado, alferes, tenente e capitão, na guerra da restauração no Alentejo e governador da praça de Sines.
[807] ANTT, *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra P, mç. 11, doc. 152.
[808] João Rodrigues MOURO, Plataforma do Revelim, pormenor da *carta de Sines, Descripçaõ de sua Villa e Calhetta,* 1683, ANTT, Casa de Cadaval, Códice 28.

deve derivar o nome da nova plataforma – instalando-a mais a Poente, de onde seria mais eficaz a abranger uma maior área de costa.

Rodrigues Mouro poderá ter-se debruçado igualmente sobre a questão central da modernização do Castelo, mas nenhuma prova documental nos chegou que o possa provar. A estratégia de defesa do porto e da vila passou, assim, pela construção de duas plataformas, de que apenas uma chegou a ser edificada, como vimos, e a outra apenas assinalada na planta geral, sobre o Pontal de Santa Catarina: «a qual se deve / fazer por m*uito* necessária para que a Bahya fique / melhor defendida que custava o mesmo que acima». Estes dois pontos poderiam ser equipados com artilharia de maior alcance, que permitiria cruzar fogo e impedir a entrada na angra, pelo que na plataforma edificada foram instaladas quatro peças de bronze, de calibre 10.

Apesar de a segunda plataforma nunca ter sido edificada, no local previsto foram instalados canhões, sem qualquer proteção aparente, como se vê na *Carta da Costa do Governo de Sines*, de João Gabriel de Chermont, datada de 1790[809].



Figura 146 – João Rodrigues Mouro, *Plataforma do Revelim*, pormenor da carta de Sines, Descripçaõ de sua Villa e Calhetta, 1683, ANTT, Casa de Cadaval, Códice 28. Disponível em linha: WWW:<URL:http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908670.

Igualmente dando continuidade a projetos anteriores, os olhares voltaram-se de novo para o Pessegueiro, onde irá ser edificada a maior fortaleza moderna do concelho, no local onde Filipe Terzi desenhara uma obra demasiado ambiciosa, de que apenas se construíra uma

[809] João Gabriel de Chermont, *Carta da Costa do Governo de Sines*, IGP, Carta CA 282.

parte da cortina, adaptada a plataforma de artilharia por Massai e rapidamente abandonada. Desta vez, os trabalhos correram rápidos e logo em 1684 estariam quase terminados, em parte devido à facilidade de corte da rocha arenítica, extraída do próprio local. Ao escavar-se o fosso obtinha-se a pedra que, imediatamente ao lado, construía as paredes.

O duque de Cadaval pediu ao rei a instalação de uma guarnição de 20 soldados e 5 artilheiros, bem como das necessárias peças de artilharia, no entanto, sabemos que quatro anos depois ainda os trabalhos não estavam totalmente terminados, nem a guarnição instalada, acabando por ser reduzida a 6 soldados, deslocados de Vila Nova de Milfontes. Tal como aconteceu com o Castelo de Sines, o forte do Pessegueiro foi eficaz como elemento dissuasor, impondo a sua massa dominante na paisagem, mas faltando-lhe os meios humanos e o equipamento bélico necessários para uma verdadeira operacionalidade num contexto de guerra.

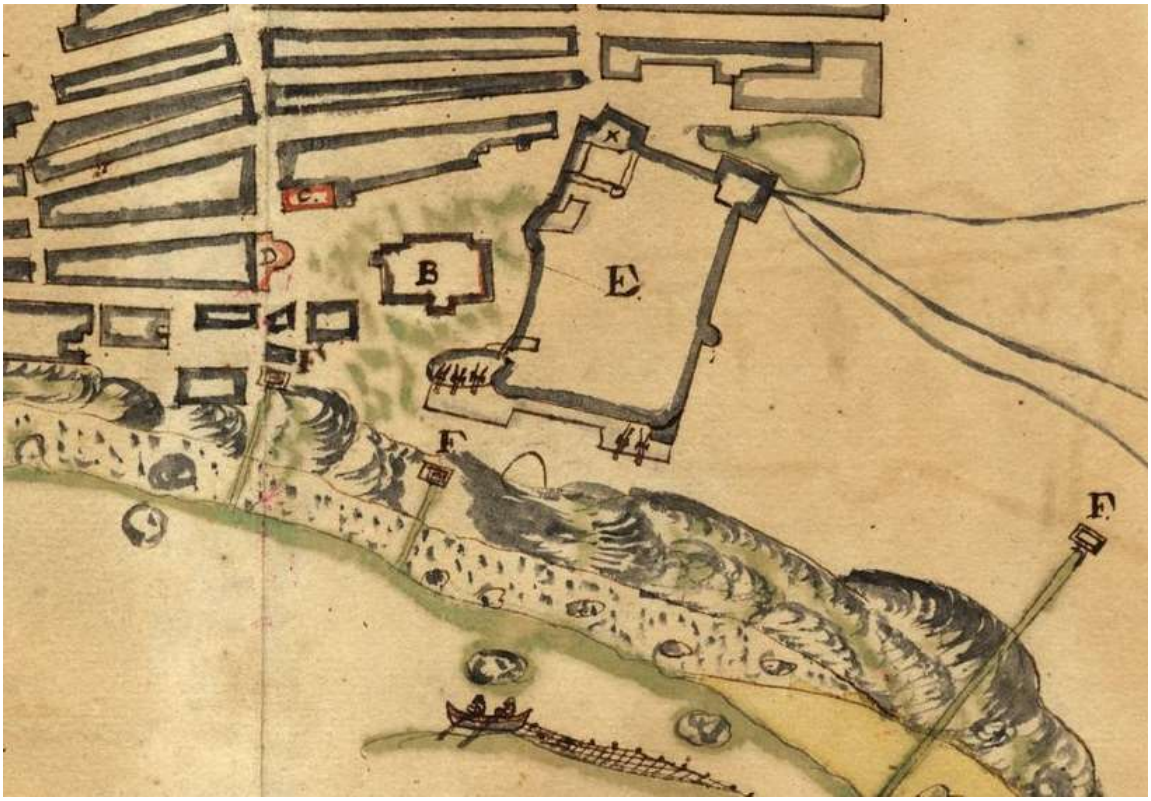


Figura 147 – Joaõ Thomas Correa, *Livro de Várias Plantas Deste Reino e de Castela*, c 1699-1743, BNP, Reservados, D.A. 7 A. Disponível em linha: WWW:<URL:https://purl.pt/12158. Pormenor com o Castelo de Sines já equipado com os dois baluartes e ainda com o pátio das casas do governador bem visível.

Depois deste ímpeto inicial, que marcou decisivamente a linha de costa, a rotina veio a instalar-se, perante o desaparecimento de um perigo concreto e iminente, o que foi acompanhado pela diminuição da atividade de corso, entrando as estruturas militares numa progressiva letargia, como iremos ver nos próximos capítulos.

João Rodrigues Mouro veio a morrer, já bastante idoso, em 1707, e o seu sucessor foi João Tomás Correia de Brito, de quem se conserva um *Livro de Varias Plantas deste Reino e de Castela,* em cujo interior existe um levantamento da barra do Sado datado de 1736. Trata-se de uma obra que reúne diversas peças desenhadas, algumas das quais claramente copiadas dos desenhos de Rodrigues Mouro, como é o caso da vila de Sines e do Pessegueiro. Para o conhecimento do Castelo é fundamental este material porque aqui nos surge a única planta com a clara representação do pátio interior do Paço (fig. 147).

11.1.4. Bartolomeu Viegas (governador militar, 1696-1715)

Bartolomeu Viegas foi nomeado governador da Praça de Sines, por mercê de D. Pedro II, com soldo fixado a 2 de maio de 1696 em 6.500 réis por mês, assente no Almoxarifado de Ourique (doc. 32)[810], visto que os anteriores ocupantes do cargo, João Ribeiro do Couto e Belchior de Torres de Siqueira venciam o soldo que tinham enquanto mestre de campo reformado e capitão de cavalos, respetivamente, pagos como o costumavam ser pelo pagador geral do Alentejo.

As ondas de impacto da Guerra da Sucessão de Espanha fizeram-se sentir por estes dias em Sines e o Governador reúne-se com as autoridades municipais, em reunião alargada, e aprovam a participação nas campanhas régias[811]. À região vieram recrutar-se soldados, como se verificou em 1698, quando Caetano Ávares Rodrigues veio «Levantar soldados» para a guarnição da Praça de Cascaes[812].

O novo Regimento do Conselho de Guerra, promulgado por D. João V, impos que trimestralmente se desse informação acerca do estado das fortalezas do reino[813] e, mais adiante, que «A pessoa, que estiver encarregada das fortificações de cada Praça, me dará conta do estado dellas, declarando o que falta por fazer; que obras seraõ necessárias

[810] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 10, fl. 261v.
[811] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 4, fls. 81v-83.
[812] ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra C. Mç. 12, n.º 6. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Caetano Álvares Rodrigues.
[813] *Regimentos Militares* […] (1747) – Lisboa: Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo. p. 9

augmentar, e que dinheiro poderaõ custar»[814], no entanto não conseguimos localizar nenhum documento elaborado segundo essas diretrizes.

Em finais de 1708, o governador ausenta-se para Lisboa, sem nomear quem o substituísse interinamente, o que levou o senado municipal a reunir a 31 de dezembro com o objetivo de suprimir esta falta. Em primeiro lugar, mandaram chamar o capitão dos Auxiliares, Jorge Viegas de Reboredo, a quem entregaram o governo da fortaleza, por ser o mais antigo. Perante a sua recusa, entregam-no ao capitão segundo, Pedro Estevam Parrado, «que ho aseitou e fés pleitto e omenagem de ser e manter esta fortaleza e defender com sua pessoa e mais soldados e a fazer o mais que pertemçeçe a obrigassão de governador emquanto durace o impedimento e falta do propriatario».

Após esta data, o governador terá voltado temporariamente ao seu posto, pois a 8 de agosto de 1714 volta a reunir-se o senado da Câmara porque o governador «avia-se ausentado com sua Familia e fatto» (doc. 35)[815]. Desta vez havia deixado como seu substituto Jorge Viegas, «de quem todos temos tam ma con/sidrassam q*ue* he capaz de vender / os bens de Sua majestade».

> E Sendo em o dito Senado da Camara o Ju=/is e mais officiais da Camara logo mandaraõ / vir perante si aos capitais e os mais officiais / de guerra que cervem em esta prasa pera / votarem em quem hade cervir em esta pra/sa pera o governo militar q*ue* seja pessoa I=/donia e capaz do d*i*to g*overnad*or a quem todos obe/desam e logo todos votaraõ pella maneira / seguinte de que se fez este termo de votos / que cada hũ asinou o seu voto /

O processo eleitoral que se segue é inesperadamente democrático, participando todos os militares de alguma forma ligados à Praça, desde o capitão e alferes, sargentos, almoxarife, condestável, até aos soldados e artilheiros, muitos deles assinando de cruz. Foi então eleito o ajudante Jerónimo da Cunha e Vasconcelos, que tomou posse do cargo e fez menagem perante o senado da Câmara.

Apesar das longas ausências o governador não descurou totalmente as suas funções, nomeadamente no que dizia respeito à alimentação dos cerca de 50 homens a seu cargo, tendo inclusivamento requerido à vereação que não deixassem sair da vila o trigo que lhes era necessário (doc. 33)[816]. Sandra Patrício detetou, na documentação do Arquivo Municipal de Sines, traços da sobrevivência do antigo privilégio defendido pelos governadores militares, de poderem escolher os produtos alimentares de que

[814] *Ibidem*, p. 99.
[815] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 5, fl. 126.
[816] *Ibidem*, fl. 30-30v.

necessitavam para as suas guarnições[817], logo que estes fosses almotaçados, com destaque natural para o trigo e outros cereais, incluindo os que vinham «a caza a que chamão Passo» do trigo. Dever que a vereação e os almotacés frequentemente incumpriam. Cabia esta função ao porteiro do concelho, sob pena de uma multa de 500 réis.

11.1.5. João Pereira Fidalgo de Silveira (governador militar, 1715-1730)

O impedimento de Bartolomeu Viegas verificou-se ser definitivo, pelo que, a 8 de abril de 1715, foi nomeado para o mesmo cargo João Pereira Fidalgo da Silveira, por incapacidade do anterior governador[818]. A 12 de maio, o seu ordenado anual é fixado em 78.000 réis[819] e, a 15 de agosto, tomou posse perante o senado da Câmara de Sines (doc. 36)[820].

A 21 de março de 1725 ainda era governador da Praça[821], mas a 23 de outubro de 1730 foi registada a sua baixa, por morte, à margem do termo de posse[822]. Pouco se sabe da vida deste governador, filho de João Pereira Fidalgo e irmão de Gregório Pereira Silvestre da Silveira, que terá partido para a Índia em 1689[823] e em 1702 foi nomeado conselheiro do Conselho do Ultramar[824] com 300.000 réis de ordenado[825]. Foi casado com D. Jerónima Maria de Vasconcelos, que morreu em Sines e foi sepultada no Convento de Santo António, a 8 de novembro de 1720[826], revelando como este se mantinha como espaço sepulcral de eleição das elites locais.

O seu prestígio junto das autoridades locais, bem como da nobreza e povo da vila, levou a que, todos reunidos, deliberassem pedir o seu parecer acerca de quem seria a pessoa certa para levar junto do rei um requerimento a pedir a diminuição do valor das sisas cobradas, tendo em conta a pobreza geral da povoação[827]. Para custear as despesas dessa

[817] AMS. CMS. *Provimentos*, liv. 2, fl. 63-64v, 8 de Setembro de 1782, Apud. Sandra PATRICIO (2018) – *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines; 1655-1855*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 129. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea.
[818] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V*, liv. 9, fl. 60.
[819] *Ibidem.*
[820] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 5, fl. 246.
[821] ADS, Sines, São Salvador, *Baptismos (1720-1749).*
[822] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 5, fl. 246.
[823] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro II*, liv. 4, fl. 402.
[824] *Ibidem*, fl. 435v.
[825] *Ibidem*, fl. 435.
[826] ADS, Paroquiais de Sines, *Registo de Óbitos (1720-1749)*, fl. 6.
[827] AMS, CMS, Vereações, liv. 6, fl. 71v-72.

deslocação, todos se obrigaram a contribuir, caso fosse alcançado o objetivo, com o valor da respetiva redução, de que se lavrou termo (doc. 38).

Para a conservação das edificações este governador parece ter encontrado dificuldades, chegando a reclamar perante a vereação do diminuto valor por que foi arrematada a Renda da Imposição para o ano de 1719, uns meros 36 500 réis (doc. 37)[828], quando vinte anos antes o fora por 90 000 réis[829], valor claramente insuficiente para fazer face às despesas ordinárias em que se aplicava. Nesta situação propôs o governador não proceder à arrematação, e que era mais conveniente «correrse por fiel», tendo a vereação elegido o condestável da praça, Pascoal Gonçalves Monteiro para essa função.

11.1.5.1. António Dias Borralho, capitão de ordenanças, e o Retábulo do Senhor do Vencimento

Se os governadores militares de Sines em finais do século XVII e inícios do século XVIII foram militares idosos, em fim de carreira, cuja intervenção na vila foi, aparentemente, pouco significativa, coube aos capitães das Ordenanças apropriarem-se de alguns aspetos comportamentais típicos dos antigos alcaides-mores-comendadores, nomeadamente reforçando o seu prestígio, financiando obras de arte destinadas a locais de culto.

Um exemplo paradigmático é o do alferes e, depois, capitão António Dias Borralho que, a 25 de agosto de 1721, firmou um contrato notarial com o entalhador local Joam Joanes, para a execução do retábulo para a capela do Senhor do Vencimento, na ermida de Nossa Senhora das Salas (doc. 39)[830].

Surge-nos em 1714 a assinar o contrato de arrendamento da Alcaidaria Mór de Sines, detida por António Albuquerque Coelho de Carvalho, comendador da Ordem de Cristo e do Conselho de Sua Magestade, pelo prazo de de três anos e meio, a 61.000 réis cada ano (doc. 34)[831].

A 14 de agosto de 1726, já com a patente de capitão, fez novo contrato, desta vez com o pintor Manuel de São Tiago, ermitão da igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer, para o douramento da tribuna do mesmo Senhor do Vencimento, por 85.000 réis (doc.

[828] *Ibidem,* fl. 42v-43. 4 de fevereiro de 1719
[829] MAS, CMS, *Vereações*, liv. 1, fl. 130-131. 1 de janeiro de 1669.
[830] ADS, Cartório Notarial de Sines, *Notas para Atos e Contratos Entre Vivos*, livro 2, cota 13/5441/5, fl. 73v-74v. Documento 39.
[831] ADS, Cartório Notarial de Sines, *Notas para Atos e Contratos Entre Vivos*, livro 3, cota 13/5442/6, fl. 21v-24. 14 agosto 1725.

40)[832]. Este ficou sem efeito, pelo que a 2 de setembro do ano seguinte recorreu ao pintor Manuel Pereira, morador na Vila do Torrão, para o douramento do retábulo, mediante igual quantia e o sustento do pintor enquanto durasse o trabalho (doc. 41)[833].

Dias Borralho é uma das figuras mais dinâmicas da vila na primeira metade do século XVIII, surgindo-nos o seu nome em diversos contratos notariais e ocupando cargos públicos, como o de almotacé[834]. Foi figura igualmente ligada ao Castelo, surgindo como arrematante da renda da Alcaidaria Mór, em 1729[835], como vimos, e tendo sido eleito para o cargo de almoxarife das munições, em 1735. Na ata de tomada de posse consta que substituía com frequência o governador da Praça[836].

11.2. Ao serviço de Marte e de Minerva – Os Governadores Militares nos Tempos do Iluminismo

Com um longo tempo de paz, o papel ativo dos governadores militares foi-se apagando, mantendo, no entanto, um importante poder simbólico. A par do serviço prestado às armas vemos alguns deles desenvolver o cultivo das letras, entre outras rasões, para o prestígio da terra, com a exaltação das suas raízes históricas.

11.2.1. Tomás de França e Liz (governador militar, 1731-1738)

Em 1731 foi nomeado governador Tomás de França e Liz (doc. 42)[837], filho de Estêvão Liz Velho[838]. Pertence a uma família que, ao longo do século XVIII, deu três governadores à Praça de Sines: este mesmo Tomás de França e Liz, Estêvão de Liz Velho – não o pai do anterior, mas um seu familiar homónimo – e Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas, filho do segundo. Pertencem os três a uma destacada família setubalense.

Apenas conseguimos encontrar alguns fragmentos dispersos da biografia deste governador. Da sua carreira militar sabemos que a 6 de julho de 1702, quando era capitão

[832] ADS, Cartório Notarial de Sines, *Notas para Atos e Contratos Entre Vivos*, livro 2, cota 13/5442/6.
[833] *Ibidem*, fl. 262v-263. 2 set 1726
[834] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 6, fl. 45. Documento 36.
[835] ADS, Cartório Notarial de Sines, Notas para Atos e Contratos Entre Vivos, livro 3, cota 13/5442/6, fl. 52v.
[836] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 7, fls. 22-23. 5 de janeiro de 1735.
[837] Tomás de França e Liz e não Tomás de Franca Olos, como erradamente foi transcrito na descrição da sua nomeação
[838] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. João V*, liv. 22, fl. 410.

do Terço, foi nomeado ajudante da Praça de Setúbal[839]. Existe o seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, contendo documentação entre os anos de 1697 e 1705[840]. Em 1720 era sargento-mor do regimento de Setúbal, quando consegue obter o hábito da Ordem de Cristo, apesar de a sua avó ter trabalhado na loja de mercador que havia sido de seu pai[841].

Em 1703 encontramo-lo como signatário da petição para que S. Francisco Xavier fosse declarado padroeiro de Setúbal. Nesta data era já capitão de infantaria pago, da guarnição da vila de Setúbal[842]. Este mesmo documento é assinado por Luís de Liz Velho, cavaleiro da Ordem de Cristo, juiz do Paço de Trigo da vila de Setúbal e pai de Estêvão Liz Velho que iremos encontrar mais à frente, também como governador da Praça de Sines, bem como pelo engenheiro João Rodrigues Mouro, que encontrámos nas obras da plataforma do Revelim e do forte do Pessegueiro.

Este governador permaneceu apenas pouco mais de seis anos no seu posto, pois faleceu a 16 de janeiro de 1738, sendo sepultado, no dia seguinte, no cruzeiro da capela-mor da igreja Matriz de Sines, no local onde ainda se conserva uma grande lápide de pedra gravada com uma inscrição já muito apagada e hoje de impossível acesso por lhe ter sido construído em cima um maciço de betão em que assenta o altar da igreja[843].

11.2.2. Estêvão de Liz Velho (governador militar, 1738-1748)

Estêvão de Liz Velho foi governador da Praça, durante dez anos, iniciados em 1738, tendo substituído no cargo o tio, entretanto falecido. Havia nascido em Setúbal em finais de 1691, e era filho de Luiz de Liz Velho e de Violante Rebello de Faria[844], «o qual vivia de suas fazendas como pessoa nobre e cavaleiro que era do hábito de Christo e vereador que foi muitas vezes na câmara da vila onde quase sempre foi morador»[845], homem proveniente de uma família que se enobrecera no serviço das armas e da governança local, apesar de algumas *falhas* encontradas em antepassados que exerceram profissões ligadas ao

[839] Claudio de CHABY (1872) – *Synopse dos Decretos Remetidos ao Conselho de Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3. p. 334.
[840] ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações Incompletas*, doc. 5325.
[841] Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Tomás de França e Liz. ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, *Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra T, mç. 6, n.º 35.
[842] ADS, *Arquivo Pessoal de Almeida de Carvalho*, 12/440pt. 32ª/21, p. 35-41.
[843] ADS, Sines, São Salvador*, Óbitos (1720-1749*), fl. 76v.
[844] Diogo Barbosa MACHADO (1759) – *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Tomo IV. p. 114.
[845] *Diligência de Habilitação de Sebastião Luiz de Liz Velho Mascarenhas*, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, mç. 13, doc. 218.

comércio e que chegou a deter dos importantes cargos de vedor das fortificações da Praça de Setúbal e de juiz do Paço do Trigo[846] que o filho veio a requerer[847].

Liz Velho é uma personalidade exemplar da vida cultural joanina. «Foy instruído em a liçaõ da Historia sagrada, e profana, Filosofia antiga, e moderna, Geografia, e Cosmografia», segundo Barbosa Machado[848] e para os seus contemporâneos, destacou-se, mais do que como militar, por ter fundado a *Academia Problemática*, de que foi secretário perpétuo, e cuja primeira sessão se realizou na sua casa de Setúbal, a 30 de maio de 1721[849]. Este mesmo ano constituiu um ponto de viragem para a proteção dos vestígios materiais do passado, pois ficou marcado pela publicação da primeira legislação que protege o património arqueológico português.

Ocupou o lugar de governador da Praça de Sines, em 1738[850], que alguns anos mais tarde acumulou com o de juiz dos Orfãos da mesma vila[851]. Morreu em 1748[852], no ano anterior à sua morte, ainda viveria em Sines, pois a 3 de abril encontramos nos registos paroquiais que foi sepultada no adro da Matriz, por sua última vontade expressa, Dona Catarina de Almeida Mascarenhas, mulher do capitão tenente da Praça[853].

Para além da sua carreira militar, de que efetivamente pouco se sabe, bem como dos cargos públicos que ocupou, destacou-se como homem de letras, que nos legou uma obra fundamental para a construção da memória erudita de Sines. O seu *Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes* é o único livro que nos deixou impresso, no entanto, há notícia de ter redigido duas outras obras, que ficaram em manuscrito e de que se desconhece o paradeiro, uma das quais de instrução militar[854]:

> *Artilheiro instruído pelo seu Condestavel, ou modo facil para os artilheiros conhecerem o uso da artilharia, em todas as suas operações*

A outra obra, continua a ser um mestério escondido atraz do seu título:

> *Microcosmografia, ou Mappa do mundo pequeno descrito em hum Diccionario Geografico do composto humano, que comprehende o constitutivo do homem Physico,*

---

[846] *Carta de Juiz do Paço do Trigo da Vila de Setúbal*, ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, liv. 18, fl. 492.
[847] *Ibidem*.
[848] Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit.*, p. 114.
[849] Fr. Claudio da CONCEIÇÃO (1820) – *Gabinete Historico*. Lisboa: Impressão Regia. Tomo VII. p. 107.
[850] Não sabemos a data exata em que tomou posse porque o respetivo livro de Atas da Vereação está desaparecido.
[851] ANTT, *Juízo dos Órfão de Sines*, Liv. 3, fl 19v.
[852] ADS, Paróquia de Santa Maria da Graça, *Registos de Óbitos (1713-1754)*, fl. 153v.
[853] ADS, Sines, São Salvador, *Óbitos* (1720-1749), fl. 104.
[854] Diogo Barbosa MACHADO, *op. cit*., p. 114.

e Moral. Obra util para cada hum se conhecer a si proprio, e alcançar huma larga noticia da Filosofia antiga, moderna, e moral, da Medicina, e Anatomia,

O círculo cultural em que se movia pode ser identificado, em parte, pelos nomes que encontramos a assinar pequenas obras laudatórias no início do livro. A sua morte, foi mesmo *chorada* num epicédio impresso (doc. 46), da autoria de Francisco Manuel de Brito Mascarenhas, imbuída de todo um espírito rebuscado e hiperbólico.

Para os que o rodearam, a admiração chegou ao exagero, como o fez, ainda em vida, Frei Simão de Santa Catarina, no seguinte soneto:

Foi celebre Louvaina, ainda bém!
Por ter huma Academia, que a illustrou,
Assim hoje he Coimbra, e bem custou
A Dom João Terceiro, que Deos tem.

Famosa foi Pariz, e ainda retem
O esplendor, que a Academia lhe deixou,
O Rei ando buscando que a fundou,
E lembrar-me não posso de foi quem.

Sendo erecta Setubal por Tubal,
E fundando a Academia o grande Liz,
Se eu falto a ambas, a ambas falta o Sal.

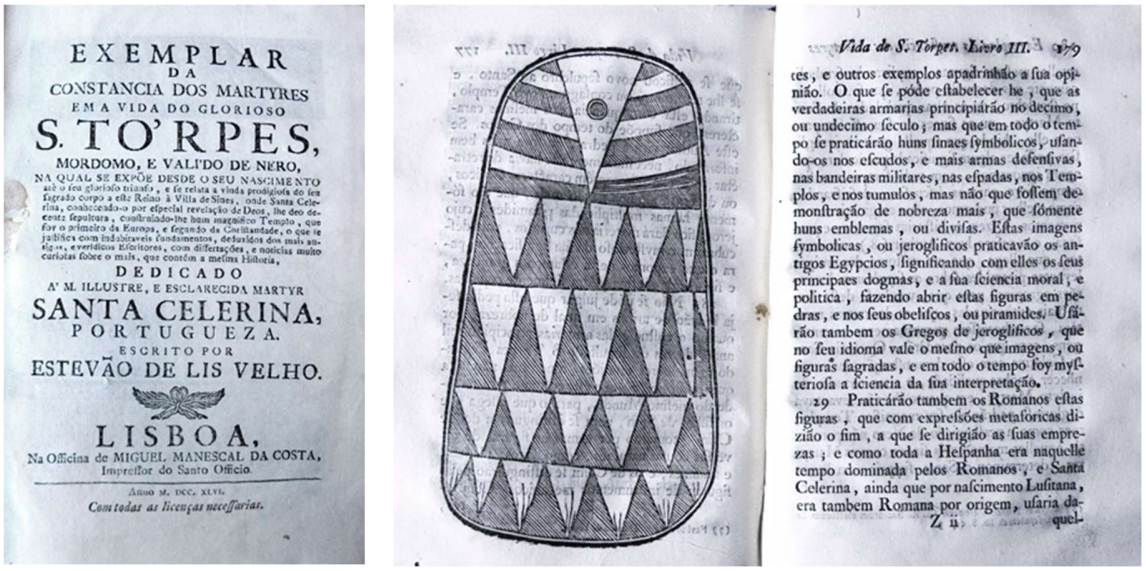
Setubal, si eu lá vou serás feliz,
Porque Academia tens mais principal
Que Coimbra, Louvaina, e que Pariz.[855]

A obra dedicada a São Torpes teve uma curiosa fortuna[856], por conter interessantes descrições de Sines e do seu território, ao mesmo tempo que reconstrói com fidelidade os acontecimentos ocorridos em 1591, aquando da descoberta do túmulo. Estas preciosas informações despertaram mesmo o interesse de figuras destacadas da cultura portuguesa, como D. Frei Manuel do Cenáculo[857] ou Leite de Vasconcelos[858], como adiante iremos mostrar, que não só vieram a Sines estudar os objetos e o local da sua descoberta, como nos deixaram registos escritos e gráficos, que nos permitem constatar a evolução das ideias

[855] José Maria da Costa e SILVA (1855) – *Ensaio Biographico-Critico Sobre os Melhores Poetas Portuguezes.* Lisboa: Imprensa Silviana. Tomo IX. p. 316-317.
[856] D. Frei Manuel do Cenáculo, Francisco Luís Lopes, Leite de Vasconcellos, Dagoberto da Cruz e Silva, Carlos Tavares da Silva, Paulo Pereira, entre outros.
[857] BPE, Cenáculo, *Diário Manuscrito de D. Frei Manuel do Cenáculo*, Cod. CXXIX / 1-20.
[858] José Leite de VASCONCELOS (1927) – *De Terra em Terra*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 105-108.

e do conhecimento científico, face às diferentes leituras que fazem dos mesmos objetos e das informações contidas no livro de Liz Velho.

As descrições minuciosas contidas na obra (doc. 43) são acompanhadas por uma importante inovação no panorama editorial português: uma gravura, que reproduz a placa de xisto gravado[859] encontrada no túmulo, e que é a primeira de que temos conhecimento em Portugal de um objeto arqueológico, o que singulariza esta obra num país onde quer a iconografia, quer mesmo as descrições, são escassas.



EXEMPLAR
DA
CONSTANCIA DOS MARTYRES
EM A VIDA DO GLORIOSO
S. TO'RPES,
MORDOMO, E VALIDO DE NERO,
NA QUAL SE EXPÕE DESDE O SEU NASCIMENTO
até o seu glorioso triunfo, e se relata a vinda prodigiosa do seu sagrado corpo a ella Reino à Villa de Sines, onde Santa Celerina, conhecendo-o por especial revelação de Deos, lhe deo decente sepultura, confrontando-lhe hum magnifico Templo, que foy o primeiro da Europa, e segundo da Christandade, o que se jubilou com indubitaveis fundamentos, deduzidos dos mais antigos, verdadeiros Historiores, com differações, e noticias muito curiosas sobre o mais, que contém a mesma Historia,
DEDICADO
A' M. ILLUSTRE, E ESCLARECIDA MARTYR
SANTA CELERINA,
PORTUGUEZA.
ESCRITO POR
ESTEVÃO DE LIS VELHO.
LISBOA,
Na Officina de MIGUEL MANESCAL DA COSTA,
Impressor do Santo Officio.
Anno M. DCC. XLVI.
Com todas as licenças necessarias.

Vida de S. Torpes. Livro III. 179

tes, e outros exemplos apadrinhão a sua opinião. O que se póde estabelecer he, que as verdadeiras armarias principiárão no decimo, ou undecimo seculo; mas que em todo o tempo se praticárão huns sinaes symbolicos, usando-os nos escudos, e mais armas defensivas, nas bandeiras militares, nas espadas, nos Templos, e nos tumulos, mas não que fossem demonstração de nobreza mais, que sómente huns emblemas, ou divisas. Estas imagens symbolicas, ou jeroglificos praticavão os antigos Egypcios, significando com elles os seus principaes dogmas, e a sua sciencia moral, e politica, fazendo abrir estas figuras em pedras, e nos seus obeliscos, ou piramides. Usárão tambem os Gregos de jeroglificos, que no seu idioma vale o mesmo que imagens, ou figuras sagradas, e em todo o tempo foy mysteriosa a sciencia da sua interpretação.

29 Praticárão tambem os Romanos estas figuras, que com expressões metaforicas dizião o fim, a que se dirigião as suas emprezas; e como toda a Hespanha era naquelle tempo dominada pelos Romanos, e Santa Celerina, ainda que por nascimento Lusitana, era tambem Romana por origem, usaria da-

Z ü quel-

Figura 148 – Estêvão de Liz Velho (1746) – *Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes* […]. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa. Frontispício e p. 178-179.

São inúmeros os autores que se queixam desta importante lacuna, como por exemplo António Caetano de Sousa:

> Todas as cousas antigas padecem duvidas, porque houve muy pouca curiosidade de se escrever o que passava; e sendo geral este sentimento nos Escritores modernos de todas as nações, na nossa ainda deve ser mayor; porque nesta parte foraõ os nossos Portuguezes mais descuidados, parecendolhes, que as acções gloriosas, que os fizeraõ famosos no Mundo, durariaõ sempre na memoria dos homens, sem reparar de que só na Historia se faz eterna a duração.[860]

[859] Estêvão de Liz VELHO, *op. cit.*, p. 178.
[860] António Caetano de SOUSA (1735) – *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* […]. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva. Tomo I. p. 32.

Neste campo, a gravura, que representa a placa de xisto gravado, desempenha um papel pioneiro, não só por ser a primeira que conhecemos, mas também pelo rigor da representação, que podemos constatar pelo confronto com o desenho e a gravura da mesma peça mandados realizar por Leite de Vasconcelos já em inícios do século XX.

Olhando para a obra impressa, vemos que ela começa a tomar forma logo nos primeiros tempos da sua instalação no Castelo de Sines, quando é muito provável que sentisse saudades da animação e troca de ideias das sessões académicas e que, por isso, tivesse necessidade de um novo desafio intelectual.

Ele próprio nos relata o momento em que decide escrever a obra:

> *Confesso ingenuamente, que não tinha notícia deste grande Santo; mas depois que vim para esta praça de Sines, de cujo governo estou encarregado há sete anos, e sendo preciso, por obrigação do meu posto, ir visitar as fortalezas de Villa-Nova de mil fontes, e Ilha do Pessegueiro da repartição da mesma praça, e fizesse caminho pela foz da Junqueira, me advertirão os que me acompanhavão, que naquele lugar estava a sepultura de S. Torpes, contando-me o successo miraculoso da vinda do seu corpo àquelle sitio. Fuy logo veneralla; e quando esperava achar hum obelisco, ou monumento famoso para memoria daquelle prodígio, não encontrey mais, que duas pedras toscas, que levantadas sinalavão o comprimento da dita sepultura com huma pequena Cruz de páo, como aquellas, que nas estradas denotão a morte de alguma pessoa, que por algum successo acabára alli violentamente a vida.*
>
> *Esta Cruz faz naquele memoravel lugar a mesma demonstração, pois dá a conhecer que alli também acabára à violência do esquecimento a veneração de hum lugar,* […][861]

A obra constitui-se assim, ela própria, como o *monumento* possível, para lembrar e manter viva a memória do santo e dos acontecimentos que rodeiam o seu culto, enquanto se espera que o rei, sensibilizado pelo livro, se empenhasse pessoalmente na promoção do culto do mártir ena edificação de um obelisco.

O autor procurou também reavivar esse culto, afirmar a importância de Sines pela presença das relíquias sagradas, valorizar a História como manifestação da vontade divina e reclamar para Portugal a glória de possuir o primeiro templo cristão da Europa, tese que constitui a sua grande inovação, em termos de interpretação do mito.

Com a gravura que reproduz a placa de xisto, é ao aparecimento de uma nova preocupação com a cultura material que estamos a assistir. Até aqui, mesmo homens como André de Resende, que percorreu o país e contactou diretamente com os vestígios existentes, são parcos em descrições; referem vagamente a existência, por exemplo, de um templo, e

[861] Estêvão de Liz VELHO, *op. cit.*, Prólogo [sem número de página].

nestas curtas palavras se ficam, centrando-se depois na transcrição das epígrafes encontradas[862]. É um universo cultural puramente centrado na palavra escrita, ainda longe dos novos instrumentos que em França e Itália tiveram grande expansão ao longo dos séculos XVII e XVIII, em obras onde, através da gravura, se constituem verdadeiros *Museus de Papel*, título de uma exposição realizada no Museu do Louvre em 2011[863].

A ausência de informação gráfica anterior sobre as *relíquias* levara alguns autores anteriores a caírem em descrições fantasiosas dos achados, como aconteceu com Fonseca, que na sua *Évora Gloriosa* nos descreve «o Sepulcro do Santo formado de formosos mármores» e «huã pedra (sem duvida elogio, e noticia da vida do Santo) escrita com taes letras, que ninguem a pode decifrar.»[864].

Esta gravura, só por si, tem um lugar especial na História da Arqueologia Portuguesa, ao inaugurar uma nova categoria de *documento*, que iria revolucionar a forma de transmissão de conhecimento. Apesar de Estêvão de Liz Velho não ser um arqueólogo – nem mesmo um precursor da arqueologia –, porque nunca fez qualquer escavação, teve uma notável intuição para a importância que a reprodução gráfica das peças viria a ter no futuro para o avanço do conhecimento histórico.

O seu mundo é ainda fundamentalmente o da palavra escrita, valorizando acima de tudo a importância da documentação para validar o conhecimento, como se pode ver pela descrição que faz dos seus próprios esforços para encontrar esses mesmos documentos:

> Quando as Reliquias do Santo passárão da sua Capella para casa do Beneficiado, he constante em todos, que o presenciárão, que com ellas havia huma caixa de latão, na qual se guardavão huns papeis de letra antiga, mas ignoravão o que eles continhão. Justamente nos persuadimos que devião ser documentos authenticos da sua gloriosa invenção, ou noticia dos seus prodígios, a qual se fazia muito precisa para authorizar esta Obra, e acreditar a verdadeira existência do sagrado corpo deste Santo. Fizemos as mayores diligencias por descobrir estes papeis; mas não foy possível achar delles a menor noticia, ficando com a inconsolável magoa desta grande perda; mas Deos, que quis manifestar as Reliquias do inclyto Martyr, occultas, e esquecidas tantos séculos, permittio descubrir, como miraculosamente, aquelles documentos, que se julgavão perdidos; porque passados dous annos, estando em visita na mesma Villa o Juiz da Ordem da Comarca, indo com os clavarios abrir o cofre da fabrica da mesma Igreja, se encontrou casualmente entre vários papeis o mesmo instrumento authentico, que segura a existência do sagrado corpo do Santo na sua Capella, e o que se achou na sua

[862] R. M. Rosado FERNANDES (2009) – Introdução. *In* André de RESENDE – *As Antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
[863] Elisabeth DECULTOT, dir. (2010) – *Musées de Papier*. Paris: Louvre Éditions.
[864] Padre Francisco da Fonseca (1728) – *Evora Gloriosa*. Roma: Officina Komarekiana. p. 304.

> sepultura, e vestígios do Templo, cujo documento fizemos reconhecer pelos Tabeliães da mesma Villa, e aqui fielmente copiados do original.
>
> (segue-se a transcrição dos documentos)[865]

Este reconhecimento notarial do rigor da transcrição mostra os escrúpulos do autor, que continua a obra com a análise de cada uma das peças – a poma de barro e a pedra preta debuxada – e a respectiva gravura.

A obra, depois de menosprezada ao longo do século XIX, veio a ser *ressuscitada* por Leite de Vasconcelos, como adiante veremos, que dela soube extrair o fundamental, e nos deixou um relato da sua própria *descoberta* das relíquias[866]. O arqueólogo desfez o mito de São Torpes, que tão arduamente Estêvão de Liz Velho procurou justificar e perpetuar, ao declarar tratarem-se de vestígios de um monumento funerário do Neolítico. Os testemunhos materiais encontrados em 1591 desapareceram na voragem do tempo, acrescentando assim mais um mistério à história. Resta-nos quase só este livro, que com as suas descrições, transcrições e a sua gravura pioneira, nos permite recriar acontecimentos, estruturas e objetos, e dar-lhes novas interpretações face ao nosso conhecimento científico atual.

11.2.3. O Pós-Terramoto de 1755

A enorme destruição causada pelo terramoto de 1 de novembro de 1755 e pelas suas inúmeras e fortes réplicas, particularmente sentidas no Sul do país, marca um momento incontornável na história do património edificado nacional, não apenas pelas irreparáveis perdas que ocorreram, mas também pelo colossal esforço que foi feito para recuperar ou reerguer o possível, a par da demolição e construção de raiz do que era absolutamente necessário. Neste momento encontramos já algumas muito pontuais preocupações com a preservação das vetustas estruturas carregadas de memória, claramente em continuidade com o quadro ideológico dos intelectuais joaninos, apesar de serem raras as novidades na abordagem das intervenções de recuperação de imóveis mais destacados.

[865] Estêvão de Liz VELHO, *op. cit.*, p. 164-165.
[866] José Leite de VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 105-108.

11.2.3.1. D. Bruno de Sousa Henriques de Almeida (governador militar, 1749-c.1762)

À data do terramoto, Estêvão de Liz Velho já havia falecido, tendo sido substituído a 13 de outubro de 1749 por D. Bruno de Sousa Henriques de Almeida[867], que terá permanecido no cargo de governador militar até próximo de 1762, quando no seu lugar encontramos Francisco Mendes de Carvalho. Terá sido D. Bruno a confrontar-se com os graves estragos causados pelo sismo nas estruturas edificadas do Castelo, seis anos após a sua chegada a Sines.

Nascido em Aljezur, a 6 de outubro de 1713 (doc. 57)[868], era filho de Luís de Abreu de Souza, capitão-mor desta vila, de que era também natural, e de D. Maria Josefa Henriques de Almeida, nascida na freguesia dos Anjos, em Lisboa, onde foi batizada em 1691[869] e onde ambos casaram a 29 de abril de 1705[870]. Era neto paterno de outro capitão-mor de Aljezur e também aí nascido, João de Abreu e Souza e de D. Violante de Freitas, nascida em Alvor, casados na mesma vila em 1665. Pelo lado materno era neto de D. Henrique Henriques de Almeida, natural de Castelo de Vide e que foi governador do castelo de Setúbal, carreira também seguida por seus antepassados, e de D. Guiomar Maria Pães, natural de Lisboa.

Com a prematura morte do pai veio viver para Lisboa, na companhia da mãe, que se recolheu à casa paterna, situada na calçada de Arroios. Casou aí a 10 de novembro de 1731, na igreja dos Anjos, com D. Hilda Teresa de Azevedo Coutinho, filha de João de Campos de Andrade, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, e de D. Margarida Freire de Andrade.

Pouco sabemos sobre a sua passagem por Sines, de que nada consta no seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, de inícios da década de 1770, e que inclui diligências realizadas em Aljezur, Alvor, Faro, Castelo de Vide e Lisboa, mas estranhamente nenhuma em Sines, que nem sequer é referida na documentação. À data era já coronel de Infantaria e governador da Praça de Faro.

Foi figura de relevo no seu tempo, havendo notícia de ter sido governador de Castro Marim[871], de Faro[872] e, por fim, governador das armas do Algarve[873]. Nada nos indica na sua biografia que tivesse particular interesse pelo mundo da História e da Cultura, pelo que dele

[867] AMS, CMS, *Vereações*, livro 9, fls. 65-66.
[868] *Diligências de Dom Bruno de Souza Henriques*, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, *Habilitações*, mç. 1, doc. 3, fl. 18.
[869] *Ibidem*, fl. 20.
[870] *Ibidem*, fl. 20v.
[871] AHM, 1ª Divisão, 6ª Secção, cx. 14, doc. 28.
[872] AHM, 1ª Divisão, 6ª Secção, cx. 26, doc. 52.
[873] AHM, 1ª Divisão, 9ª Secção, cx. 01, doc. 11.

esperamos uma atitude pragmática e eficiente de resposta aos graves problemas causados pelo terramoto.

São escassas as informações sobre o impacto do megassismo de 1 de novembro de 1755 em Sines. Na *Memória Paroquial* redigida pelo padre Alexandre Mimoso e datada de 28 de maio de 1758 (doc. 47), encontramos a nossa fonte mais rica e detalhada. Por ela sabemos que:

> Padeceu esta Villa bastante ruina no / Terremoto de 1755, arruinando se varios edificios de / cazas, e Jgrejas, e athe o mesmo Castello a padeceu / grande nas suas Torres que saõ sete / entre todas, e / as mais dellas ficaraõ abertas com grandes fendas; / como tambem a Fortaleza da Jlha do Pixigueyro, / que se lhe arruinou a Capella, e as duas pracas [*sic*] altas.
>
> Algumas destas ruinas se achaõ já reparadas, / especialmente algumas Jgrejas, e algumas cazas de / particulares que tiveraõ meyos para efectuarem / o seu reparo. Outras estaõ ainda no mesmo estado / por naõ terem os donos meyos para isso. Tambem / naõ tem tido reparo algum as Fortalezas da rui/na que tiveraõ, e na Fortaleza da Jlha por se ar/ruinar a Capella se está dizendo Miss no / campo aos soldados em huma pequena, e tosca bar/raca que se fez, e benzeu para este ministerio com / licença do Prelado Diocezano

O Castelo está situado sobre uma falha:

> Uma falha importante divide o maciço em dois compartimentos. Esta falha, também assinalada pelo levantamento geomagnético, observa-se nas arribas da Praia de Sines. Em relação com este acidente há rochas brechóides, rochas esmagadas e, na / zona afectada, algumas nascentes, como a conhecida fonte de St.ª Luzia. Coincidindo com o traçado da falha assinalou-se acentuada actividade sísmica durante o tremor de terra de 1969.[874]

Se em 1758 parece que ainda não se tinha dado início à recuperação das fortalezas, é muito provável que D. Bruno de Sousa Henriques de Almeida tenha realizado estes trabalhos antes da sua saída de Sines em 1762, visto que em 1766, já durante o mandato do governador seguinte, Francisco Mendes de Carvalho, o Castelo parece estar já reparado, pelo menos no que diz respeito à casa do governador, que nela habita, o que se subentende das suas palavras, quando o juiz de Fora pretende que pague décima da mesma:

[874] Maria Helena CANILHO (1972) – Estudo Geológico-Petrográfico do Maciço Eruptivo de Sines. *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências.* Lisboa. Vol. 12.

> lhe mandey por resposta que as Cazas / estavão setuadas dentro do Castelo desta Praça, e que não de/via pagar desima, por cauza dos Outros Governadores tão bem / a não pagarem, das cazas onde rezidem

Fica-nos assim a dúvida sobre qual dos governadores citados terá efetivamente promovido as obras de recuperação das casas em que habitavam no Castelo, dos graves estragos causados pelo terramoto.

A estrutura arquitetónica, ainda hoje conserva as profundas cicatrizes causadas pelo megassismo, debaixo das recentes camadas de reboco. Foi possível registá-las em 2006. Os vãos estão profundamente afetados. Se tivessem sido apenas entaipados ter-se-iam conservado em bom estado.

As obras que se seguiram ao terramoto não se limitaram a repor em condições de habitabilidade a estrutura residencial. Pela primeira vez, uma profunda alteração foi realizada. A defesa já não era uma prioridade, o que permitiu a abertura de amplas janelas de sacada para o exterior, perfurando paredes com mais de dois metros de espessura. Os espaços foram invadidos pela luz natural e cobriu-se o antigo pátio interior, ampliando-se assim a área coberta. Duas amplas escadas exteriores, com degraus de cantaria, adossaram-se às fachadas, permitindo o acesso direto ao primeiro andar. Uma de dois lanços conduz diretamente à sala e a outra liga a cozinha ao quintal.

O antigo pátio foi coberto e, ao nível do primeiro andar, dividido ao meio por uma parede de frontal, típica da arquitetura pombalina. Apesar da sua execução abastardada e um pouco tosca, a estrutura de madeira, com as típicas cruzes de Santo André, permita encaminhar as forças na diagonal aliviando o peso sobre o barrote em que se apoia, sobre o antigo pátio. Um dos novos espaços assim obtidos serviu de sala dos conselhos e foi coberto por um teto plano, que mais tarde recebeu uma interessante pintura decorativa, e o outro de casa de jantar, grande novidade à época.



Figura 149 – *Parede de frontal construída após 1755*, SIPA Foto.00151993.

11.2.3.2. A Recuperação da Ermida de Nossa Senhora das Salas

Neste contexto, a ermida de Nossa Senhora das Salas volta a mereceu uma atenção muito especial[875], certamente pela grande devoção de que era centro. O sismo provocara a queda do primeiro tramo da abóbada, junto da porta, e como era de «de arcos de alvenaria», como descreveu o pároco:

> não se tem / descoberto nestas partes oficial que se atreva a com/tinua la com a mesma formalidade, e alem disto / se tem estado observando a segurança da parte que ficou / para se ver se ha de continuar se só a parte que cahiu, / ou se há de fazer se toda de novo para o que naõ che/gaõ as pequenas rendas da Senhora, e algumas esmollas / que se tem offerecido, mas sem embargo disto de faz / diligência pelo seu reparo. [876]

[875] Madalena Costa LIMA (2014) – *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Lisboa: tese apresentada à Faculdade de Letras de Universisade de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em História de Arte, variante História de Arte, Património e Teoria do Restauro.
[876] José António FALCÃO, *op. cit.*, p. 35.

Acabou por se conseguir reconstruir o tramo da abóbada que tinha ruído, para o que se teve de recriar uma técnica construtiva que há muito não era utilizada, o que não aconteceu sem que tivessem ocorrido falhas construtivas. Assim, as nervuras foram executadas com os tijolos colocados na vertical e não acompanhando perpendicularmente a curva do arco, o que provocou a queda de um fragmento durante as últimas obras realizadas, por falta de compressão de toda a estrutura. Certamente, aquando da queda do tramo de abóbada, pelo menos uma das chaves de cantaria ficou danificada, pelo que houve que refazê-la, não copiando as chaves existentes mas recriando o seu espírito. Encontramos igual preocupação na reconstrução da igreja do Convento do Carmo, em Lisboa, onde se procurou recriar o vocabulário construtivo do gótico, assim como no Paço de Sintra.

A devoção à Senhora das Salas estava fortemente arreigada nas populações de Sines e a sua festa, a 15 de agosto, era o grande ponto de encontro e de quebra das rotinas do quotidiano. Por vezes aconteciam distúrbios, o que justicava a presença das forças militares instaladas no Castelo, a quem competia manter o «socego publico» nestas ocasiões, como se pode ver, por exemplo, numa Ordem da Praça de 14 de agosto de 1837:

> Ordeno que do Destaca/mento de Infantaria N.º 7 marche hoje d'aqui ás 6 horas da tarde / hum Interino com hum cabo, e nove soldados – que formaraõ / o Corpo de Guarda na Caza que os Festeiros lhe destinarem: / ahi conservaraõ huma sentinella á porta da caza da guarda, / e haverá sempre huma patrulha rondante pelo Arraial. /
>
> Esta guarda, e a patrulha della observaraõ as ordens / que sobre a Policia lhes dér o S*enho*r Administrador do Concelho, / ou os seus officiaes, que o mesmo S*enho*r fará conhecer á / guarda.Com toda a prudencia fará a guarda, e sua pa=/trulha manter o socego; e sem ser em flagrante de=/lito, ou por ordem expressa do sito S*enho*r Administrador, / ou dos officiaes do mesmo – naõ poderaõ prender Cidadaõ / algum[877].

Como o dia 15 era também o dia do nome da rainha, D. Maria II, o Castelo e o forte das Salas «deitaraõ bandeiras» e a guarnição deveria apresentar-se no seu melhor, com os seus uniformes brancos. Pelas 6 horas da manhã deviam marchar em direção ao arraial de Nossa Senhora das Salas: um alferes, um seu inferior, um tambor, dois cabos e dez soldados. Para além das tarefas de policiamento a desempenhar à semelhança do dia anterior, deveriam acompanhar a procissão e retirar-se «meia hora depois de concluído o fogo artificial». Ao meio-dia, a fortaleza disparava uma salva de 21 tiros[878].

[877] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fl. 47.
[878] *Ibidem*, fl. 47v.

11.2.3.3. Francisco Mendes de Carvalho (governador militar, antes de 1762 – antes de 1773)

Não temos o auto de posse de Francisco Mendes de Carvalho como governador da Praça de Sines, por estar em falta, no Arquivo Municipal, o livro de atas das vereações de 1754 a 1766. O primeiro documento que o mostra neste posto é uma carta datada de 10 de março de 1762 (doc. 48)[879], onde se queixa das «faltas de aprestos e munições», denotando a inquietação típica de um primeiro impacto perante uma realidade inesperda, sinal da sua provável recente chegada a Sines e do confronto com uma situação de penúria de materiais, na falta dos quais desabafa: «nem nos podemos / defender nem amparar os que se vierem refugiar / nestes portos». Perante a ausência de resposta, enviou como emissário à corte o tenente da praça para expor a gravidade da situação (doc. 49)[880].

O *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos* […] do conde Lippe, que entrou em vigor em 1763, passou a impor aos governadores militares o envio de um relatório mensal com o inventário e as necessidades equipamentos e munições[881] (exemplos doc. 50 e 51). Logo nesse ano, a situação reportada é bastante precária pois apenas 13 das 36 peças de artilharia do Castelo estavam operacionais. Destas, apenas nove eram de bronze e as restantes de ferro. Na fortaleza do Pessegueiro apenas duas das sete peças de ferro estavam operacionais, tal como em Vila Nova de Milfontes, onde também só duas peças de ferro estavam em condições, num total de 12 existentes.

A situação era tão má que, em 1764, teve mesmo de enfrentar um motim entre os soldados devido ao atraso de pagamento do soldo[882].

O conde Lippe sublinhou igualmente a obrigação que os governadores tinham de garantir a conservação dos armazéns onde se guardavam a pólvora e as munições. Estabeleceu ainda que «Havendo na Praça alguma obra de novo para fazer, mandará tirar hum plano, e hum orçamento exacto, e com eles informará a Sua Magestade, e lhe pedirá o seu consentimento sobre esta matéria.»[883]. Não encontrámos nos arquivos do exército qualquer traço deste procedimento, que deverá ter ocorrido, pois, pouco tempo depois

---

[879] *Ofício de Francisco Mendes de Carvalho, Governador da Praça de Sines, para D. Luís da Cunha Manuel, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o alistamento de soldados e pagamento da Décima da casa onde reside*, AHM, 1ª Divisão, 6ª Secção, cx. n.º 5, doc. 04.
[880] AHM, 3.ª divisão, 9.ª secção, cx. 86, doc. 1.
[881] LIPPE, conde Reinante de Schaumbourg (1794) – *Regulamento para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos* […]. Lisboa: Regia Officina Typografica. p. 185.
[882] *Carta de Francisco Mendes de Carvalho, Governador da Praça de Sines, para D. Luís da Cunha Manuel, Ministro da Guerra, pedindo o castigo e a autuação dos cabecilhas do motim que estalou entre os soldados devido ao atraso de pagamento do soldo*, AHM, 1ª Divisão, 6ª Secção, cx. n.º 14, doc. 10.
[883] LIPPE, conde Reinante de Schaumbourg, *op. cit.*, p. 185.

encontramos duas obras documentadas nos livros municipais de *Arrematações* (doc. 52 e 54).

Em 1766 ainda eram visíveis nalguns pontos da fortaleza os estragos causados pelo terramoto, ocorrido há pouco mais de uma década. Muitos dos trabalhos teriam certamente vindo a ser pagos com as verbas da Renda da Imposição, à medida do que se ia arrematando em cada ano. Nesse, de 66, a Câmara procedeu à «arematação da [obra da] plataforma do castello desta villa» (doc. 52), mas tratou-se de obras de pouca monta que abarcaram apenas a reparação de buracos e do lajedo desta plataforma bem como do armazém, pelo valor de 130.000 réis[884].

Apenas encontramos outra obra adjudicada pela Câmara, no mais antigo livro de *Arrematações* conservado, a da empreitada das obras do poço, realizada a 14 de setembro de 1772 (doc. 54), de acordo com uma provisão régia, pelo valor de 60.000 réis. Esta poço, situado a meio do antigo pálio interior do paço, era da maior importância na estrutura quatrocentista, garantindo o abastecimento de água em caso de cerco. Apesar de ter perdido essa relevância, continuava a ser um elemento central da vida diária do Castelo, pelo que o respetivo termo de arrematação é bastante detalhado na descrição dos trabalhos e matérias:

> Ser to/ do o posso desmanchado, e feÿto de novo e com / gráde de pinho, sendo nesseçaria, ficando o / mesmo mestre obrigado tambem a soprir / com a pedra que para a ditta obra faltar / e que seja pedra grossa; e a parede tam/bem grossa; e naõ importa que o mesmo pos/so lhe ficasse o bocal mais extreÿto; e ha / obrigaçaõ tambem que de doze palmos / para sima ser feÿtto de pedra e cal e tu/do a sua custa na forma dos apontamen/ttos[885]

Entretanto a vida foi correndo dentro da normalidade e, a 19 de janeiro de 1768, o governador da Praça apresentou-se perante o senado da Câmara, requerendo que pela morte do capitão das ordenanças do termo, Faustino Mendes de Delgado, elegessem para o lugar o alferes da mesma companhia, Manuel Craspim de Figueiredo[886]. Não encontrámos mais nenhuma referência sua nos documentos municipais, até que, a 18 de maio de 1773, tomou posse do cargo de governador Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas.

[884] AMS, CMS, *Arrematações*, liv. 2, fls. 136v-137v. 16 de novembro de 1766.
[885] *Ibidem*, fl. 192v-193, 14 de setembro de 1772.
[886] AMS, CMS, *Vereações,* liv. 10, fls. 30-31.

11.2.4. Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas (governador militar, 1773-1786)

Depois de dois governadores que tiveram de enfrentar situações difíceis, devido às destruições causadas pelo terramoto e às graves dificuldades financeiras que se lhe seguiram, o que trataram de remediar de forma muito pragmática, vamos encontrar numa situação mais favorável, ser colocado à frente da Praça de Sines um homem de letras, Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas, filho do antigo governador Estêvão de Liz Velho e de Dona Catarina da Costa de Almeida (ou de Almeida Mascarenhas), nascido em Setúbal a 7 de novembro de 1721.

> Ainda que seguio a vida militar, nunca deixou de aplicarse ao estudo da Historia, e Poezia, e como he perito na intelligencia da lingoa Franceza traduzio della em a materna a *Historia de Luiz de Borbon II. do nome Principe de Condè, e primeiro Principe do sangue*. Tinha sido impressa esta obra [em] Colonia [no ano de] 1693.[887]

Não temos a certeza se terá vindo viver para o Castelo de Sines quando seu pai ocupou o posto de governador, em 1738, pois à data já teria dezasseis anos de idade e poderia estar a realizar os seus estudos. No entanto, veio, em vida do progenitor, a ocupar diversos cargos públicos na vila, aparecendo-nos no *Livro de Registo dos Termos de entrada de Dinheiro do Cofre dos Órfãos de Sines (1733-1764)*, como juiz dos Órfãos[888], mas parece ter ocupado este cargo em substituição de seu pai, pois só após a morte deste, D. João V lhe passou carta deste ofício. De 30 de julho de 1745 data uma provisão de confirmação dos ofícios de escrivão do Judicial, inquiridor, contador e distribuidor da vila de Sines[889] e mais informação sobre a sua vida, assim como da dos antepassados, pode ser encontrada nas *Diligencias de Habilitação*[890] do Tribunal do Santo Ofício.

Sebastião Luís ocupou o mesmo cargo de governador militar da Praça de Sines, que fora de seu pai[891] e apresentou-se para tomar posse do mesmo perante a vereação, no dia 18 de maio de 1773 (doc. 55). A vida na fortaleza continuava a ser rotineira, pontuada por raros acontecimentos relevantes, louvando Sebastião Luís o seu socego em missiva enviada ao bispo de Beja em setembro de 1777.

A 7 de abril de 1781, apresentou vereação a recusa de Pascoal da Costa Camarão do cargo de almoxarife das munições desta Praça e suas anexas, devido à sua avançada idade e

---

[887] Diogo Barbosa MACHADO (1752) – *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues. Tomo III. p. 691.
[888] ANTT, Juízo dos Orfãos de Sines, *Livro de Registo dos Termos de entrada de Dinheiro do Cofre dos Órfãos (1733-1764)*, liv. 3, fl. 44v-45.
[889] ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 108, p. 334.
[890] *Habilitação de Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas*, ANTT, Tribunal do Santo Ofício, *Conselho Geral*, mç. 13, doc. 218.
[891] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 10, fls. 122-122v, 18 de maio de 1773.

diversos achaques, requerendo aos mesmos que nomeassem um seu substituto, e logo os vereadores votaram e elegeram Francisco Joaquim da Paula[892]. A 30 de outubro de 1782 elegeu-se o novo capitão das ordenanças da vila, na conformidade do alvará de 18 de outubro de 1709. O governador propôs três pessoas a serem votadas em Câmara para o referido posto: o alferes da mesma companhia, José Bruno da Fonseca Sobral, Rodrigo Afonso Cotta e Joaquim José Maxado, sendo eleito o primeiro deles[893].

Em 1786 o governador deixou Sines, para ir ocupar o posto de tenente da Torre do Outão e, a 5 de setembro desse ano, foi emitido o alvará em que lhe é fixado o respetivo soldo[894].

11.2.4.1. Intervenções no Castelo

Passados cerca de mês e meio da sua tomada de posse, a 30 de junho de 1773, o novo governador faz apresentar, perante a vereação da Câmara de Sines, uma proposta para recuperação da sua residência (doc. 56):

> No mesmo Senado pareceu presente Sebastião / Jose de Almeiÿda [*sic*]; e por elle nos foÿ apresentado / e por parte de Sebastião Luiz de Lix Velho Mascare/nhas Governador desta Prássa [*sic*], huns Apontamenttos / de que nessecitão as Casa do mesmo / Castello; Requerendo que se lhe mandassem / reteficar a custo da Renda da imposição; / Cujos apontamenttos vem ja com hum despa/cho do D*out*or Ouvidor desta Comarca: que dis / abonará em correÿção; a ditta despeza cujo sinal e Letra eu Escrivão bem recunheço; e ficam / os dittos Apontamenttos em meu puder - / O que ouvido pellos ditos Vereadores // Vereadores determinarão se fi/zece a ditta Retefi[ca]ção pellos / Rendimenttos da imposição[895]

Não possuímos mais dados que nos permitam descortinar que obras foram então realizadas, mas podemos concluir que terão sido de pouca monta, visto a Renda da Imposição ter sido arematada nesse ano por apenas 50 000 réis e nos anterior por 66 000. No entanto conhecemos bastante bem o interior da casa em que habitava o governador oito anos depois, por se conservar no gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar uma planta com a seguinte legenda:

> Planta Ichonographica da Fortaleza de Sines / tirada por ordem de S*ua* Mage*sta*de; em Fev*erei*ro de 1781 / Sendo Governador Sebastiaõ Luiz de Liz velho e Mascaranhas; /

[892] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 10, fls. 231-231v, 7 de abril de 1781.
[893] *Ibidem,* fls. 246-246v, 30 de outubro de 1782.
[894] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Maria I*, liv. 20, fls. 243.
[895] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 10, fls. 123v.-124, 30 de junho de 1773.

> f*eit*o Pello S*argent*o M*or* de Inf*antaira* com Exerc*ício* de Eng*enheiro* Joaõ Gabriel de chermont, / e o Ajud*ant*e de Inf*antaria* com o d*it*o Exerc*íci*o D. C. da Mota[896]

Por ela podemos ter uma imagem bastante precisa de como se organizava a casa, sem, no entanto, termos dados que nos permitam saber se esta reorganização dos espaços de deveu a Sebastião Luís ou a um dos seus antecessores. Na nova distribuição espacial manteve-se como principal divisão a «Salla», nas suas dimensões quatrocentistas, à qual se acede diretamente da rua por uma nova e confortável escadaria exterior de dois lanços com degraus de cantaria, agora adossada à fachada Poente, e que veio substituir as escadas mandadas construir por Estêvão da Gama no interior do pátio. É claro neste levantamento o total abandono de qualquer preocupação defensiva face a uma ameaça vinda de terra, mantendo-se apenas com funções militares o baluarte adossado a Sul, com os seus canhões apontados ao mar, e a antiga «torre moxa». Esta característica era perfeitamente óbvia para os contemporâneos, como José Cornide que descreveu o Castelo como sendo uma casa que tem anexo um baluarte (doc. 71). Os espaços interiores são compartimentados, mantendo-se a sala primitiva a que se acrescenta ao lado uma outra quase do mesmo tamanho, sobre o antigo pátio, ligadas a seis compartimentos mais pequenos: uma «Caza de Jantar», separada da cozinha por um «camarim» e ligada a uma «copa» que ocupa o interior da torre cilíndrica. A antiga antecâmara é também dividida em dois compartimentos a que se acede a partir da primeira sala: uma antessala e uma «caza», ligada à cozinha por um corredor que contorna uma «caza escura». A cozinha tem chaminé e forno e ligação ao quintal por meio de escadas exteriores.

Estes compartimentos apresentam dimensões significativamente inferiores às da antecâmara e câmara quinhentistas. É também significativo o desaparecimento das lareiras, talvez pela diminuição da dimensão dos compartimentos que se tornam mais fáceis de aquecer com braseiras móveis, ou pela melhoria da qualidade das caixilharias com a provável instalação de vidros.

A «Caza de Jantar», um compartimento específico para as refeições, impõe-se no século XVIII. Já é referido por Bluteau em 1712 como uma casa ou sala onde se come, que em António de Morais Silva toma já a designação de «Casa de Jantar», separando-a da Sala «com cadeiras para tomar visitas & para conversação», mas onde também se podiam «dar banquetes». Mantinha-se ainda a expressão «dar sala franca» como sinónimo de «banquete a quem quiser ir comer». Assim se explica as reduzidas dimensões da casa de jantar da residência do governador, certamente destinada a um uso diário e restrito, sendo os repastos em que participava maior número de comensais realizados numa das duas salas. Em redor desta casa de jantar encontramos uma copa, ocupando o interior da torre

[896] Gabinete de Estudos Arqueólogicos de Engenharia Militar, Cota 3567/II-3-31-43.

cilíndrica e um «Camarim» que a separa da cozinha. Se o termo «copa» é ainda hoje corrente e com um significado muito próximo do que tinha na época, o de «lugar onde se poem todo o paramento de mesa, ou os vasos de prata, ou de ouro que servem para a mesa, postos em ordem, & por degraus», evolui em finais da centúria para «lugar onde estão os pratos, e outros vasos, de mesa, doces, conservas, compotas, bebidas, etc. copeira & vasos de serviço de mesa, pratos, terrinas, etc.». Já o termo «camarim» tinha então um significado bastante próximo do de «copa», ou seja, «aposento que em que se tem as peças mais raras e mais preciosas» evoluindo para «abinete, retrete, asseyado». Esta possível função de instalação sanitária não será de excluir à partida, apesar de nos parecer hoje estranho encontrá-la num espaço que liga a cozinha à sala de jantar, pois o projeto de Chermont contempla como única alteração à residência a construção de latrinas ligadas justamente à cozinha.

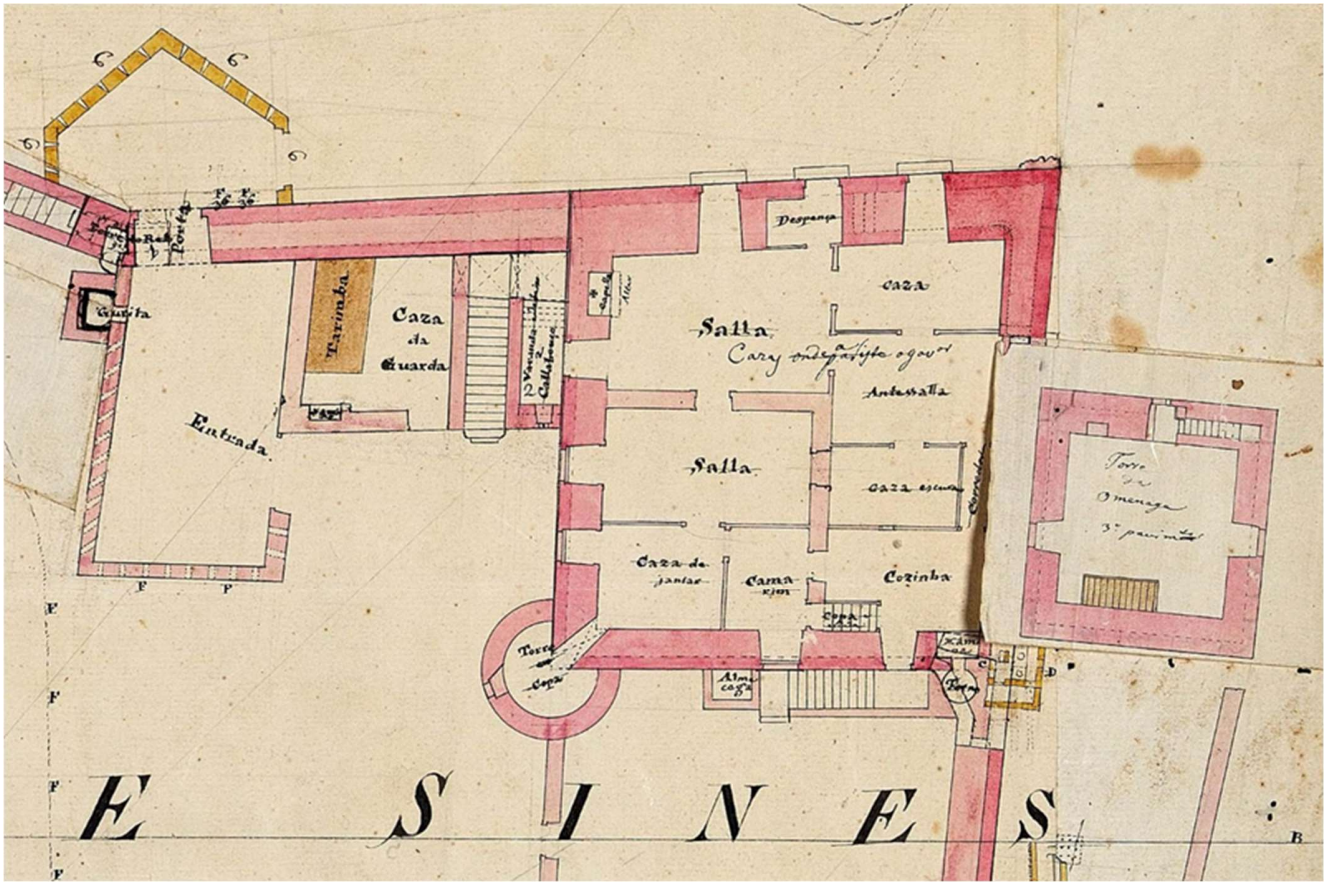


Figura 150 – João Gabriel de Chermont, *Planta Ichonographica da Fortaleza de Sines* (pormenor), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 5367/II-3-31-43.

Não encontrámos qualquer referência a câmaras ou quartos de dormir, pelo que se pode subentender que esta poderia ser a função dos compartimentos da torre de Menagem, cujos usos não são discriminados.

Este aumento da complexidade da habitação, com mais compartimentos, com funções mais específicas e uma escala mais confortável, corresponde a uma sociedade que se renova, numa nova convivialidade, onde a mulher tem um papel mais presente. É à luz desta nova sociabilidade que temos de ler uma curiosa carta do governador, enviada ao bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo, a 30 de janeiro de 1783 (doc. 64)[897]. Nela dá notícia de um grave desentendimento com o pároco, que se recusara a realizar a festa de São Sebastião. Esta inaceitável atitude do sacerdote fora antecedida por uma primeira ofensa, quando este deixou de frequentar a sua casa do Governador:

> Com efeito, ele, / dias antes, se tinha retirado do uso da minha / Caza, sem disso deixar sentidos os que me / fazem a cortesania de frequentala; e achou / que o desatenderme publicamente devia / despicar o voluntario motivo que delas retirou.
>
> Naõ me custou pouco a conter os Soldados / compor, a disciplina na presença daquela dis=/cortesia. Mas ainda que dentro das minhas / paredes dissimulei a aquelle Eclesiastico mun/tas coisas que nunca lhe faraõ gloria, naõ me / atrevo a ter esta tolerancia em hum aconte=/cimento publico, e em que a minha devoçaõ, / e a de todo hum Povo foi taõ ultrajada como / a minha autoridade.

O governador organizava assim à sua volta uma pequena *corte de aldeia*, onde se esperava a participação das elites locais. A casa reflete este mesmo modelo de sociedade, onde se representava a hierarquia social, no entanto não nos foi possível encontrar mais traços da vida que se desenrolava dentro das suas paredes, nem dos objetos que as mobilavam.

O Projeto de Chermont introduz poucas alterações à estrutura edificada, assinaladas a amarelo (fig. 151). É curioso vermos a proposta de um pequeno *baluarte* – voltando à terminologia de 1480 – ou barbacã de porta a defender pelo exterior a porta do Castelo, muito semelhante àquele que Estevão da Gama edificou 3 séculos antes no seu inteiro, rasgado por espingardeiras e também com uma entrada em cotovelo.

Assinala-se, no que diz respeito às casas do Governador, uma maior preocupação com a higiene, propondo-se a construção de latrinas junto da torre de Menagem, não sendo bem claro por onde se faria o acesso – talvez a partir das escadas, com uma tubagem que faria a redcarga vertical para o exterior das muralhas.

[897] BPE, cod. CXXVII/2-14, fl. 136.

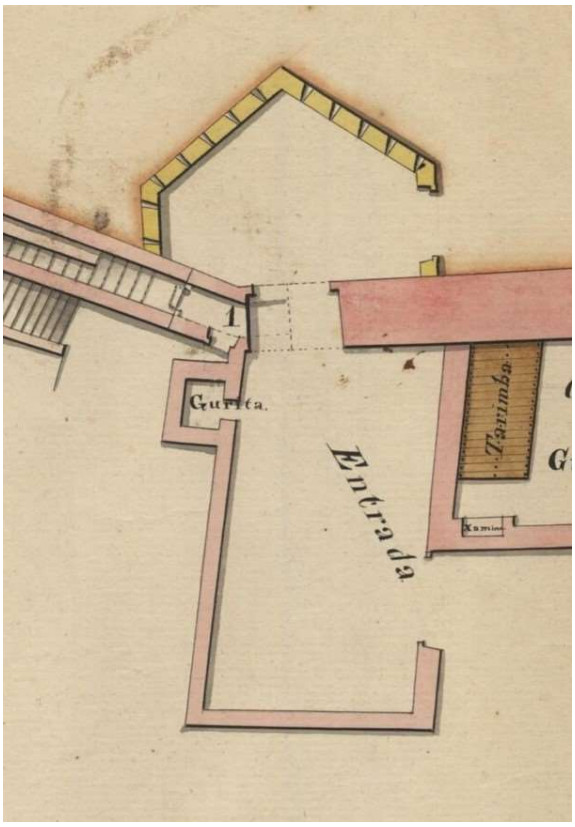
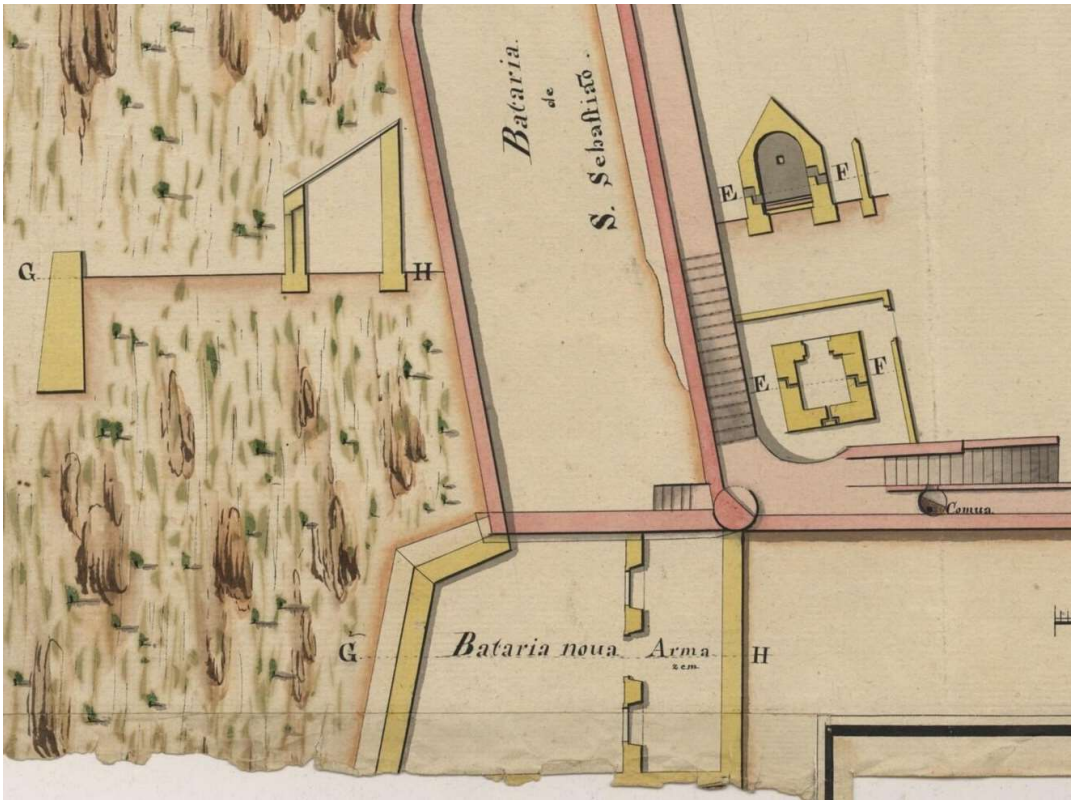


Figura 151 – *João Gabriel de Chermont*, Planta Ichonographica da Fortaleza de Sines *(pormenor), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 5367/I-3-31-43, montrando a defesa da porta principal, com o «baluarte» mandado contruir por Estêvão da Gama antes de 1480, em baixo, e a nova barbacã de porta, proposta por Chermont em 1781, a amarelo.*

Figura 152 – *Pormenor da mesma planta, com a bataria nova e o seu armazém, assom como a planta e corte do paiol.*



No canto Sudoeste, é proposto o prolongamento da bataria de São Sebastião, com uma bataria nova, situada a uma cota ligeiramente mais baixa e um armazém. Do lado interior surgiria um novo paiol, com a vantagem de ficar mais afastados dos aquartelamentos e menos exposto a ser explodido por um tiro do que o existente no topo da torre cilíndrica do pano Nascente. Este novo «armazém da pólvora» seria uma construção abobadada de alvenaria maciça, rodeado por um muro e com pequenas frestas de ventilação de planta em «z» para minimizar o perigo de entrada de qualquer fagulha.

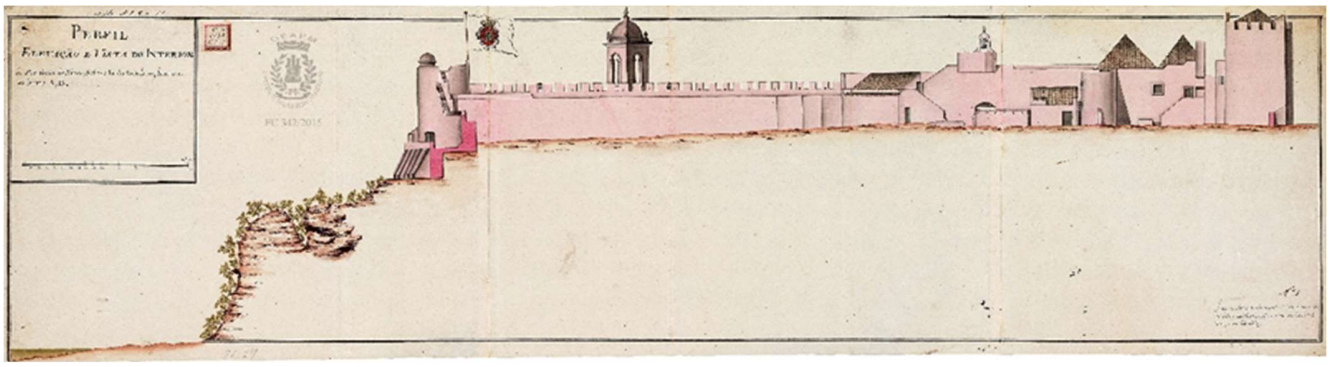


Figura 153 – João Gabriel de Chermont (1791) – *Perfil, Elevação e Vista do Interior da Fortaleza de Sines, N.º 5.* Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Cota 3567/III-3-31-43.

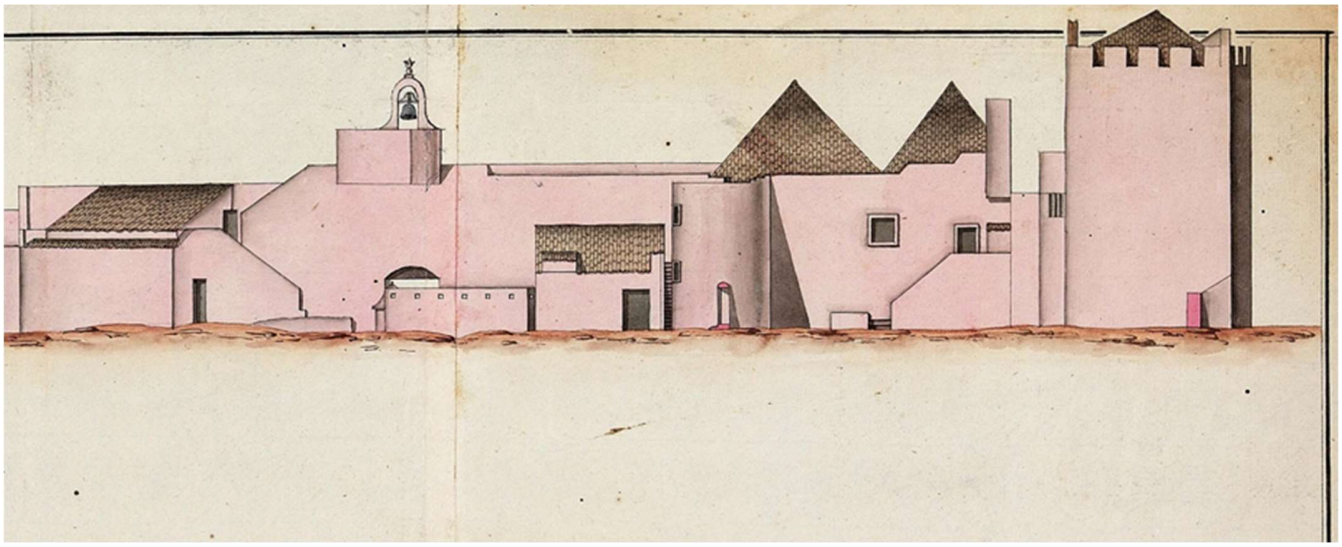


Figura 154 – *Pormenor do desenho anterior.*

11.2.4.2. Outras intervenções

A vinda a Sines de João Gabriel de Chermont foi feita com o pretexto de estudar a reconstrução da ermida de Nossa Senhora do Queimado. Efetuou então o levantamento da ilha e dos fortes do Pessegueiro, propondo que fossem reparados os estragos causados pelo

terramoto de 1755 na capela do forte, com vista a transferir para aí a antiga imagem da Virgem, entretanto recolhida à Matriz de Vila Nova de Milfontes.

O governador procurou talvez fazer renascer este culto local, associado à memória dos ataques de corsários e à defesa heroica de um antigo ermitão, coroada por um milagre, lembrado em detalhe por Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) no *Santuário Mariano*, como seu pai havia feito com o culto de São Torpes, mas a interferência do governador em questões religiosas nem sempre foi pacífica, como vimos pelos conflitos atrás relatados, ocorridos em 1783, e que motivaram a reclamação junto do bispo.

Sebastião Luiz foi igualmente juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais rica da vila e que reunia as elites locais, atuando assim igualmente no campo religioso, e refletindo um pouco do comportamento dos antigos comendadores alcaides-mores. Ocupa o cargo no ano de 1778, quando se faz o respetivo inventário (doc. 60). A quantidade de peças de ourivesaria é surpreendente: um pálio com seis varas de prata, a vara de prata do juiz, uma cruz processional, uma caldeirinha e hissope, a custódia, seis castiçais e o lampadário do altar-mor. Tudo viria a desaparecer «no tempo dos franceses».

Mesmo depois de ter deixado o posto de governador da Praça de Sines, Sebastião Luís continuou a interessar-se pelo que aqui se passava, como o comprova outra carta que enviou ao prelado pacense, a 17 de setembro de 1788 (doc. 66), informando-o de que já tinha enviado as bucetas de Mr. de Chermont e do seu ajudante, por um criado seu, lamentando não o ter feito pessoalmente devido à sua moléstia.

Ainda era vivo a 5 de maio de 1792, quando obtém de D. Maria I um alvará para poder renunciar a uns ofícios.[898]

11.2.5. Sebastião António Quartim (governador militar, 1786-1804)

A 21 de junho de 1786, apresentou-se perante a vereação Sebastião António Quartim, com a sua patente, por onde Sua Majestade Fidelíssima lhe fizera mercê do posto de governador da Praça e das fortalezas a ela anexas, pedindo que lhe dessem posse do dito posto[899].

Sebastião António Quartim era filho de Estêvão Quartim e havia nascido em Lisboa. Em 1740 partira para a Índia, onde passara dezasseis anos ao serviço do Exército Português, como soldado, cabo de esquadra e sargento, até regressar à Corte, em 1756, já com o posto de alferes do regimento de infantaria, de que foi coronel o marquês de Louriçal. Pelos

[898] ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria I*, liv. 23, fl. 140.
[899] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 10, fls. 279-279v.

serviços prestados, D. José fez-lhe mercê do hábito de Cristo, com uma tença de 20.000 réis, de que renunciou a favor de Manuel Francisco Serra, em 1776 (doc. 58)[900]. O governo militar de Sines parece ser assim o coroar de uma carreira que o levou a navegar pelos mares de quatro continentes:

> sendo Capitaõ de Arttelharia fez sinco / embarques com a sua Companhia aos Portos / da India Reino de Angola, America, em combo-/yo, ultimamente de esquadra, portando-se // sempre com muita actividade e Zelo do Real Servi-/ço dando inteira conta das muitas comissões de / que foi encarregado e sem nota alguma em seos / acentos[901]

Permanecendo à frente da Praça de Sines, foi feito tenente-coronel, a 11 de maio de 1792[902].

Repetem-se as mesmas rotinas. A 3 de fevereiro de 1787, o novo governador solicitou à Câmara a eleição de um capitão para a Companhia de Ordenanças do Termo, devido ao falecimento de Manoel Crispim de Figueiredo que ocupava este posto, em conformidade com o alvará de sua Magestade, de 18 de outubro de 1709, que o incumbia de propor três pessoas para serem votadas. Foram elas: Gil Lourenso, da Cabeça da Cabra, Manoel Mendes Delgado e Manoel Gonsalves, de Banaissa, tendo sido eleito Gil Lourenso[903].

Aparentemente, poucas memórias se conservam da passagem deste governador pela Praça de Sines, posto que ocupou até à sua morte, ocorrida em fevereiro de 1801, após quarenta e cinco anos de serviço à Coroa[904]. Em 1796, ainda assinou o inventário de artilharia e munições[905]. Cremos, no entanto, que o papel de Quartim terá sido bem mais relevante do que à primeira vista pode[906] parecer, impulsionado na sua ação pelo convívio estreito que teve com D. Frei Manuel do Cenáculo, que a partir de 1788 elegeu o Castelo de Sines como retiro estival. Infelizmente, poucos documentos nos permitem adivinhar o diálogo entre ambos, conservando-se apenas uma carta de Quartim endereçada ao bispo, datada de 21 de abril de 1798. Nos seus diários das *Jornadas de Sines*, Cenáculo costuma designá-lo apenas como «o Governador», nunca o referindo pelo seu nome, como se vê, por exemplo,

---

[900] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. José I*, liv. 28, fl. 307v.

[901] *Ibidem.*

[902] *Supplemento á Gazeta de Lisboa* (1792) – Lisboa. XXI. 25 de maio.

[903] AMS, Câmara Municipal de Sines, *Vereações*, liv. 10, fls. 283v.-284.

[904] ANTT, Ministério do Reino, Expediente Geral, Requerimentos, 0268, doc. 00014; O *Almanach para o anno de 1800* ainda o refere como tenente-coronel de infantaria e governador da Praça de Sines. *Almanach para o anno de 1800* (1800) – Lisboa: offic. de Antonio Rodrigues Galhardo. p. 139 e 186.

[905] AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, cx. 86, doc. 7.

[906] Carta de provimento do Marquês de Marialva D. Diogo, na dignidade de grã-cruz da Ordem de Santiago da Espada na comenda e alcaidaria-mor de Sines. 1789-11-14. ANTT, Casa de Lafões, NP 24, n.º 54.

na carta de 24 de agosto de 1788, escrita durante a sua primeira estadia em Sines, onde solicita a Frei Vicente Salgado que «Vá á Livraria Publica na estante por cima da janella que cahe para o Salvador achará hum Livro de 4º frances Instituições Astronomicas» que pretende dar como presente ao sobrinho do governador.

Por esses mesmo anos o Marquês de Marialva, D. Diogo, foi provido na comenda e na alcaidaria-mor de Sines, acompanhadas da grã-cruz da Ordem de Santiago, a 14 de novembro de 1789, atestando o peso simbólico que estas mercês régias mantinham, apesar de desprovidas de qualquer poder militar efetivo.

No último quartel do século XVIII ainda seriam visíveis na vila algumas marcas da destruição causada pelo terramoto de 1755. Apesar de, três anos depois da catástrofe, o pároco ter informado que quase todas as igrejas tinham sido reparadas, verificamos que só em 1791 ficou concluída a recuperação da ermida de São Sebastião, como se lê no diário do bispo, no dia 11 de setembro: «Benzi solenemente a nova capela de S. Sebastião desvelo deste governador [Sebastião António Quartim]. Celebrei rezado e fiz homilia ao Evangelho»[907]. O empenho do governador na recuperação da ermida deveu-se seguramente ao facto de esta ser sede da confraria dos soldados da Praça. Podemos associar a esta ocasião um pequeno relicário em forma de custódia, de prata dourada, inventariado em 1887 por entre as «Joias pertencentes a S. Sebastião»:

> Huma Reliquia com vidro e pé dourado, pesando duzentas / setenta e cinco gramas, no valor de réis cinco mil e quinhentos[908]

Conserva-se hoje no *Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas* e apresenta, na base, a marca do ourives lisboeta Felizardo José Gorjão, citado entre 1788 e 1809[909], o que enquadra perfeitamente a data de sagração da ermida. No reverso está autenticada com um selo de lacre com armas episcopais ilegíveis, que podem corresponder às de D. Frei Manuel do Cenáculo. A ligação do bispo a este pequeno templo está também patente nas contas do ano seguinte, 1792, onde consta a verba a entregar ao governador: 44.800 réis, na sua maioria destinada a pagar a palha e a cevada, para alimentação dos animais que transportaram a comitiva, «e o sobejo onze mil e / novecentos p*ara* S. Sebastiaõ da sua Capella»[910]. É clara a vontade do prelado de apoiar a recuperação da ermida, recém-terminada, a que estava associado o seu anfitrião e os outros militares da Praça, no entanto, temos de recordar que S. Sebastião é frequentemente invocado como protetor contra a

[907] Francisco VAZ, coord. (2009) – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. p. 598.
[908] AMS, *Livro B. Discripção de todos os bens e rendimentos pertencentes a Parochia.*
[909] Fernando Moutinho de ALMEIDA (1995) – *Marcas de pratas portuguesas e brasileiras; Século XV a 1887*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. p. 119.
[910] BPE, Cod. CXXIX/1-20, fl. 97.

peste, o que poderá ter estado presente no pensamento do prelado, que em Sines recebeu a notícia da morte do príncipe D. José, causada por varíola, vulgarmente designada, à época, por bexigas.

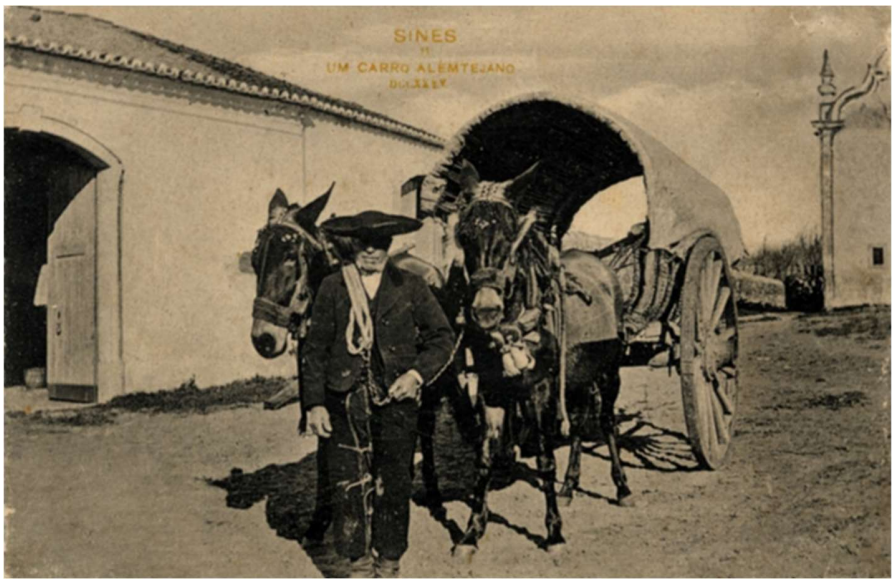


Figura 155 – *Um Carro Alentejano.* Postal, mostrando ao fundo, à direita, parte da fachada da ermida de São Sebastião.

Esta ermida fora fundada pelo concelho em data anterior a 1517 e, nesse ano, os visitadores santiaguistas constataram que já estava de alguma maneira danificada. Era, então, uma construção de pedra e cal, com a capela ladrilhada de tijolo e encerrada por grades de madeira de castanho. A ousia tinha de comprimento três varas e meia por três de largura e a nave sete varas e três terços de comprimento por quatro varas e quarta. Em cima do altar estava a imagem de São Sebastião, provavelmente a que ainda se conserva hoje na igreja Matriz.

Este não foi o único templo que o governador se empenhou em recuperar, pois à sua ação se deve ainda a instalação da ermida de Nossa Senhora do Queimado num dos espaços do forte do Pessegueiro, em virtude do desmoronamento do seu edifício primitivo, projeto que Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas tinha delineado mas não havia chegado a concretizar. No *Diário* de Cenáculo encontramos curiosos pormenores relativos a este empreendimento: «este governad*o*r cuidou de q*ue* se lhe preparasse a capela necessária / para terem Missa aqueles moradores, da S*enhor*a da Assunção / que era o orago, cham*ad*a da queimada, porq*ue* dalí a meia logoa está / hum cercado e monte onde havia huma capela com a Imagem / da Senhora da Assunção q*ue* hoje está na Capella da parte direita da Igreja / de Villa nova de mil fontes: he grosseira, a cara agradável […] Há tradição de q*ue* apparera

em hum silvado com algum sinal de queimado, / … no tempo em q*ue* os mouros infestavam estes sítios ali». Na quinta-feira, 30 de janeiro de 1794, sagrou no seu oratório um cálice e uma patena destinados a esta pequena capela[911], que era servida por um capelão, elogiado pelo bispo pelo bom serviço que prestava e que era pago pelos militares com três tostões por dia e «Tensa livre».



11.2.5.1. As Jornadas de D. Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja

Figura 156 – Autor Desconhecido, *Retrato de D. Frei Manuel do Cenáculo como Bispo de Beja*, 1770-1777, óleo sobre tela, Biblioteca Nacional de Portugal, Inv. 10936.

Apesar de não se tratar de um governador militar, D. Frei Manuel do Cenáculo destaca-se como a figura dominante do Castelo, e do seu contexto alargado, pelo menos nos catorze anos que medeiam entre 1788 e 1802, coincidindo, quase exatamente, com o governo de Sebastião António Quartim. Ao escolhe-lo como residência estival, veio reforçar a sua função de espaço de cultura, ao qual confluíram eruditos e curiosos, dando um significativo incremento a um programa já anteriormente iniciado por Estêvão de Liz Velho e com raízes na escavação realizada na praia de São Torpes por ordem do arcebispo D. Teotónio de Bragança, no distante ano de 1591. Isto num momento em que a função militar do Castelo e do seu governador era cada vez menos relevante.

Esta figura maior do Iluminismo português elegeu as casas do governador como seu refúgio de escrita, onde se entregou à redação de algumas das suas principais obras, graças à tranquilidade que aqui conseguia encontrar e aos efeitos benéficos do ar marinho, e até mesmo dos banhos de água salgada, que tanto o revigoravam.

A leitura da obra de Liz Velho conduziu-o também até à foz da Junqueira, onde promoveu escavações arqueológicas, que alimentaram a sua curiosidade pelo passado e lhe

[911] BPE, Cod. CXXIX/1-20, fl. 43.

forneceram interessante material de reflexão para a obra escrita. Ao escolher como local de vilegiatura o Castelo, onde hoje está instalado o Museu de Sines, o bispo predestinava, de alguma forma, este espaço como lugar de Cultura e de História. Por isso cabe-nos honrar a sua própria memória, chamando a atenção para alguns importantes vestígios materiais que ainda subsistem da sua passagem e para o relevante legado imaterial a que nos cabe dar continuidade.

No auge do poder de Pombal, D. Frei Manuel do Cenáculo centrou em si as principais responsabilidades no campo da educação e, após a sua queda, foi ocupar o seu lugar como primeiro bispo de Beja e depois arcebispo de Évora, desenvolvendo no Alentejo uma notável ação cultural, de que ainda hoje são notórias as marcas (doc. 61) ao fundar a Biblioteca Pública de Évora, ao reunir as coleções que estiveram na origem do Museu de Évora – ainda hoje duas das mais importantes instituições culturais do Sul do país – e ao promover escavações arqueológicas em sítios como Miróbriga, Troia e Sines, que ainda hoje continuam a ser importantes objetos de estudo.

Este homem pequeno, alegre, de grandes olhos abertos – nas palavras de Robert Southey[912] – que tinha a fama de santo homem, podia, por vezes, ser encontrado na praia de Sines, a respirar o vapor salino que se libertava da rebentação das ondas (doc. 69)[913] e que tanto revigoravam o seu corpo cansado e o espírito sobrecarregado de preocupações com a organização da sua nova e vasta diocese, das suas instituições, com a formação do clero e com a situação política internacional, fortemente agitada pelas ondas de choque da Revolução Francesa. Neste aspeto revela uma curiosidade pelas novidades no campo da medicina e saúde, mostrando o enciclopedismo dos seus conhecimentos. É curioso notar que na toponímia local conservou-se a memória dessa passagem, ficando conhecida como Ladeira do Bispo o antigo caminho que conduzia da Bica de São Sebastião, nas proximidades do Castelo, até à praia. Em agosto de 1788 escreveu: «Para a outra semana se Deos quizer entrarei nos banhos: já este ar me tem enrijado»[914]. Trata-se assim do primeiro banhista documentado a frequentar a praia de Sines, o que assinala uma significativa mudança na relação com o mar que, durante o verão passa ser local de lazer e recreio, quando durante tantos séculos fora, na mesma época do ano, temido pelo perigo do corso.

A presença de tão ilustre figura na praia de Sines era facto bem conhecido, até celebrado pelo poeta João Xavier de Mattos[915], num longo poema laudatório, incluído no volume

[912] W. A. SPECK (2006) – *Robert Southey; Entire man of letters.* New Haven; London: Yale University Press. p. 87.
[913] BPE, Cod. CXXIX 1-21.
[914] *Apud* Francisco VAZ, *op. cit.*, p. 424.
[915] O seu curioso epitáfio, gravado na laje sepulcral conservada na igreja Matriz de Vila de Frades, designa-o como «o segundo Camões» (doc. 68).

manuscrito de *Rimas de João Xavier Mattos*, Tomo IV (doc. 62), que se conserva inédito na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia onde terá sido depositado por Leite de Vasconcelos[916]:

Ao Ex.mo e R.mo Snr. Bispo de Beja
Estando dos distritos da vila de Sines tomando banhos de água salgada

Epístola

Magnânimo Pai dos pobres,
Em cujo bom coração
Os virtuosos estão
Ainda primeiro que os
Nobres.

(…)

Mas sei que justa razão
Senhor a Sines te chama:
Vai porque só quer quem te
ama
Ver-te vivo, e ver-te são

Na praia piscosa e rude
Desse mar, não se duvida
Que a troco da nossa vida
Se te restaure a saúde.

Formem-te as nuvens do
céu,
Os anjos te cantem hinos,
Rodeiem-te ares benignos
Sejam-te os Homens fiéis.

Respeitando quem tu és
De todo os teus males
cessem
E as mesmas ondas se
apressem
Por irem beijar-te os pés.



Figura 157 – Autor desconhecido, *Retrato de João Xavier de Mattos, óleo sobre tela*, Museu de Évora, Inv. ME828. Pertenceu à coleção de D. Frei Manuel do Cenáculo.

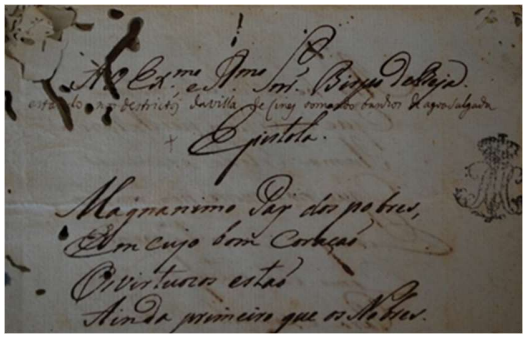


Figura 158 – *Rimas de João Xavier de Mattos*, Tomo IV, Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, cota MS / COD / 104., Inédito, Fotorafia do autor

[916] MNA, Biblioteca, Inv. MS / COD / 104.

Um dos principais estudiosos da vida e obra de Cenáculo, J. Marcadé, sublinhava, em 1978, que Sines era a povoação mais referida no seu diário[917] e encontram-se diversas referências à vila em vários artigos, particularmente nos que são dedicados aos trabalhos arqueológicos que empreendeu, onde sempre se destacam os que se realizaram junto da praia de São Torpes, estudados por autores como Carlos Fabião[918] ou Joaquim de Oliveira Caetano[919]. Apesar disso, a historiografia local pouco o lembrou, estando totalmente ausente das suas primeiras monografias, como na de Francisco Luiz Lopes, publicada em 1850, e na de Arnaldo da Soledade, impressa pela primeira vez em 1973.

O prelado teve origens humildes e cedo deu entrada na vida religiosa, que lhe abriu caminho para uma educação superior. Graças ao apadrinhamento do seu mestre, Frei Joaquim de São José, que cedo viu nele a centelha do génio, pôde empreender uma viagem a Roma por ocasião do Jubileu de 1750, atravessando Espanha, França e Itália, tendo contacto com algumas das mais prestigiadas instituições culturais do seu tempo.

Foi nomeado confessor do príncipe da Beira em 1768, presidente da Real Mesa Censória em 1770, bispo da recém-criada Diocese de Beja e, ainda no mesmo ano, preceptor do Príncipe. Reconduzido por duas vezes na presidência da Real Mesa Censória – 1773 e 1776 – viu mesmo esta instituição alargar a sua área de intervenção ao Colégio dos Nobres, em 1771, e às escolas menores (o nosso básico e secundário), tornando-se num verdadeiro ministério da Educação, a cuja tutela apenas escapava a Universidade de Coimbra. Atingiu, assim, um pico de influência e prestígio que iriam durar até à morte do rei D. José, em 1777, e à consequente queda de Pombal e dos que lhe estavam mais próximos. Cenáculo passou então a dedicar-se mais diretamente à sua diocese onde acabou por se instalar.

A admiração que o príncipe continuou a tributar ao seu mestre, mesmo depois da partida deste da corte, está patente em diversos relatos, como aquele que João Gabriel de Chermont incluiu numa carta enviada ao prelado[920] em 1785. Falando em público em Queluz, D. José afirmou que, se adquirira algum mérito, era a Cenáculo que o devia, esse grande homem, que considerava o maior bispo de Portugal e o mais perfeito da cristandade. Preceptor e pupilo partilhavam assim uma admiração mútua.

---

[917] «La fréquence des déplacements à Sines peut, à juste titre, surprendre quelque peu: aucun autre nom de paroise ne revient à un rythme pareil dans le *Diário*». J[acques] MARCADÉ (1978) – *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas*; *Évêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814).* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português. p. 279.

[918] Carlos FABIÃO (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope; Fazer e Desfazer a História.* Lisboa. 2. p. 21.

[919] Joaquim de Oliveira CAETANO; Trinidad NOGALES BASSARRATE, coord. (2005) – *Imágens e Menságes*; *Escultura Romana do Museu de Évora.* Évora: Instituto Português de Museus. p. 52-53.

[920] Jacques MARCADÉ, op. cit., p. 66.

Como bispo de Beja terá visitado Sines, com grande probabilidade, em inícios da década de 1780, quando refere, por diversas vezes, a vontade de aí se deslocar. No entanto não se encontra no seu diário o relato ou a data exata dessa visita inicial[921]. Só a 17 de agosto de 1788 chegou para a sua primeira estadia documentada[922]. Estranhamente não refere a realização de crismas, que era uma das principais razões das visitas episcopais, o que dá a entender que já havia sido realizada anteriormente. Em 1790 pensou voltar, o que teve de adiar para o ano seguinte, devido aos seus inúmeros afazeres. Desta vez, prolonga a estadia por nove semanas, devido às obras de adaptação do antigo colégio dos Jesuítas de Beja a Paço Episcopal. Regressou em agosto de 1792 e em 1794, como etapa de uma longa visita pela Diocese, que decorreu entre junho e setembro (doc. 69). Quis voltar em 1795, mas mais uma vez teve de abandonar o projeto pois o dever prendia-o em Beja, de forma que só em 1798 conseguiu voltar ao sossego de Sines, onde regressou de novo em 1799, 1800 e 1801, até que a sua nomeação como arcebispo de Évora o levou para demasiado longe.

A primeira jornada encontra-se descrita num caderno destacado do corpo do *Diário* (doc. 67) :

> Jornada de Sines em 17 de Agosto de 1788.
>
> Chegámos a Sines em 3ª f*eir*a ao jantar, e vim assistir Para o Castello. Celebro no Ora-/tório da Fortaleza: mas era necess*ári*o visitar o Santíssimo Sacramento, e portanto / Celebrei da Matriz no dia oitavo de Nossa Senhora da Assumpção em 6ª f*eir*a / 22 do corrente mês de Agosto. [923]

Como mais tarde escreveu ao segundo marquês de Pombal: «heide aqui demorarme pois há que fazer e tenho neste delicioso retiro mais liberdade do que em qualquer outra parte»[924]. A paz de que desfrutava nas luminosas salas das casas do governador militar, com o mar a cintilar ao fundo, longe dos problemas que diariamente lhe chegavam a Beja, e muitos dos quais não conseguia resolver por falta de meios humanos e financeiros, permitiam-lhe dedicar-se a alguns projetos pessoais, mas, como reconhece «nem ali mesmo retirado deixei de attender a mil impertinências do meo officio»[925]. Numa das suas cartas esclarece-nos acerca do que tinha em mãos:

> Era tempo de escrever as Memórias relativas ao meu Santo Mestre com todas as circunstâncias que devem ficar muito claras tanto nas letras como nas virtudes dele e de outros. Para este fim não havendo em Beja horas seguidas […] resolve-me vir

[921] MARCADÉ refere que estranha que a primeira visita ocorra apenas em 1787 – trata-se de uma gralha, pois a cota do documento remete para 1788.
[922] BPE, Cod. CXXIX/1-19, fl. 81.
[923] *Ibidem.*
[924] *Apud* Francisco VAZ, *op. cit.,* p. 626.
[925] *Carta a D. Filipe Scio de S. Miguel*, BPE, Cod. CXXVIII 2-9, fls. 447-447v. 26 de setembro de 1788.

> a esta Fortaleza de Sines onde em liberdade disse o que é necessário ficar sabido: e ao mesmo tempo dispusesse algumas Providências sobre o Bispado não enquanto constituições mas enquanto a um Regulamento Provisional que o deixe independente das Constituições da Metrópole, ficando as constituições para depois que se publicar o Código do reino que se está formando[926]

Outra das suas paixões, a Arqueologia, também encontra em Sines um espaço privilegiado. Em 1791, guiado pelo livro de Estêvão de Liz Velho, com cujo filho teve contacto direto, iniciou escavações nas dificultosas dunas de São Torpes, talvez com o objetivo de encontrar provas materiais dos primeiros tempos da sua diocese, que lhe pudessem fornecer dados suplementares para a obra a que nesses mesmos dias também se dedicava, pois o tempo mais alargado em que permaneceu em Sines[927] permitiu-lhe avançar bastante no *Elogio de S. Sisenando*, mártir natural de Beja e seu padroeiro[928], um dos livros mais importantes e ambiciosos a que se dedicou, mas que, infelizmente, deixou inédito, apesar de três anos depois, em 1794, ter considerado a obra como terminada, durante mais uma das suas visitas a Sines. O seu trabalho só veio a conhecer forma impressa em 1949, quando foi publicado, em três partes separadas, na revista *Arquivo de Beja*[929].

É nesta obra que descreve pormenorizadamente as escavações, iniciadas no dia 9 de outubro de 1791, em que percorreu as dunas em busca do melhor local, acabando por «determinar o sítio das escavações que mandei fazer no barranco das Amoreiras por ser sítio vizinho à Foz da Junqueira, onde diz se acharam as relíquias de S. Torpes»[930].

A notícia dos achados feitos em Sines chegou até José Cornide e Saavedra, secretário da Real Academia de la Historia, de Madrid, que, nos últimos dias da sua *Viagem Literária* a Portugal, escreve ao bispo:

> *Vi en la estimada de V. e. los descu/brimientos hechos en Sines; aql extremo de la / costa de Portugal no hay duda que estubo po/blado de muy antiguo; el sepulchro descub.to / lo prueba, y quantos otros se hallarian si se / removiesen esas Dunas o Medos? Pero este / trabajo es casi imposible en una maeéria tan / movible, contentemonos com lo que descubra el / acaso, y la cuidadosa dilig.a de V. e. cuia descrip/cion, y dibujo me ponem en estado de conocer esa / obra, que acaso habra sido algun Segrundario (?) / ô sepulchro de una família.*[931]

---

[926] *Ibidem,* p. 598.
[927] A demora em Sines ficou a dever-se à campanha de obras que decorria no Paço Episcopal de Beja.
[928] Francisco VAZ, *op. cit.*, p. 183.
[929] Frei Manuel do CENÁCULO (1949) – Sisenando Mártir e Beja sua Pátria*. Arquivo de Beja. Boletim da Câmara Municipal.* Beja. Vol. VI, Fascs. III e IV, jul-dez. Transcrição de Manuel Joaquim DELGADO.
[930] Francisco VAZ, *op. cit.,* p. 598.
[931] *Carta de José de Cornide e Saavedra a D. Frei Manuel do Cenáculo*, BPE CXXVII/2-3, fl. 200.

Em Cenáculo não podemos separar uma leitura arqueológica dos objetos e do seu contexto de uma leitura religiosa:

> Neste Sab*a*do de tarde fui orar ao S*enho*r do Vencim*em*to e S*enho*ra das Salas na / Sua Igreja, e visitar e orar a S. Torpes e oscular a Reliquia na Matriz, / e fazer as despedidas pela Villa./[932]

O seu pensamento e o interesse pela Arqueologia integram as suas preocupações pastorais, no âmbito de uma visão pluridisciplinar da educação. Se, por um lado, privilegia a educação integral do indivíduo, por outro, tem uma leitura cristocêntrica da História e privilegia a investigação dos mártires locais, como São Torpes ou São Sisenando, cujas relíquias leva em procissão logo nos primeiros tempos de residência em Beja, dando assim continuidade ao trabalho de figuras como André de Resende ou D. Teotónio de Bragança. A *Oração* inaugural do seu museu, proferida por Frei José de São Lourenço do Valle, refere que Deus mandou guardar a vara de Arão e as *Tábuas da Lei*, demonstrando o Seu interesse na preservação dos objetos que testemunhassem a História da Salvação. No museu constata que «nas produções da natureza me representa a grandeza do seu criador. Nos ídolos a falsidade dos gentios e a verdade da nossa religião, nas inscrições profanas, a erudição das línguas, a história dos séculos passados, e a notícia da fábula. (…) Que bom! Que utilidade santa!»[933].

Cenáculo também terá prestado algum interesse à casa de Vasco da Gama, apesar de não a referir nos seus escritos, mas legou-nos o desenho n.º 110, que representa um objeto encontrado no local.



Figura 159 – *Desenho da peça recolhida por D. Frei Manuel do Cenáculo na Casa de Vasco da Gama,* Biblioteca Pública de Évora.

[932] Por essa altura, as relíquias guardavam-se «em hum cofre antiquíssimo» na Matriz de Sines, onde foram vistas por Fr. Manoel de S. Caetano Damasio, conforme afirma na sua *Thebaida Portugueza*, dada à estampa em 1793 (p. 61). Na mesma obra, Cenáculo é considerado «um dos maiores Sábios do nosso seculo» (p. 70).
[933] *Discurso na Inauguração Pública do Museu Sisenando Cenaculano Pacense, em Beja*, BPE, Reservados, Manizola, Cód. 75, n.º 19. *Publ.* João Carlos BRIGOLA, coord. (2009) – *Coleccionismo no Século XVIII; Textos e Documentos*. Porto: Porto Editora. p. 43-44.

A rede de eruditos locais incentivada por Cenáculo produziu um relevante trabalho, destacando-se em Santiago do Cacém o trabalho do padre Frei Bernardo Falcão Murzelo (1746-1824), *Memorias Sobre a Antiga Miróbriga.* O padre Bonifácio Gomes de Carvalho, prosseguiu as escavações em Miróbriga e levou a cabo a recuperação da igreja Matriz, parcialmente colapsada em 1755, salvaguardando grande parte da estrutura gótica, com destaque para o alto-relevo que outrora servia de retábulo do altar-mor, obra-prima da escultura gótica nacional.

Outras figuras com interesses culturais podem ter existido, num porto de mar já com algum cosmopolitismo, onde figuravam vice-cônsules de nações estrangeiras, como Espanha ou até a distante Rússia, e engenheiros militares, como João Gabriel de Chermont (doc. 66). No entanto, não é fácil reconstituir este mundo, onde após a implantação do regime liberal, os arquivos das velhas instituições foram votados ao abandono[934].

Temos de ter presente que apesar de, em Sines, Cenáculo se ter focado na escrita e na Arqueologia, não negligenciou o seu trabalho pastoral, realizando centenas de crismas, muitos dos quais no oratório do Castelo. A sua pregação foi recebida com entusiasmo, como testemunhou o antigo governador da Praça, Sebastião Luís de Liz Velho Mascarenhas.

Como bispo, presidiu às principais festas religiosas, como a do Corpo de Deus, em que celebrou de pontifical, fez sermão e depois levou o Santíssimo Sacramento na sua custódia de prata dourada, sob o pálio[935]. «Salvou o Castello: acompanhou a companhia com descar-/gas»[936]. Apesar da conhecida escassez de pólvora e munições, assim como de peças de artilharia operacionais, a fortaleza não deixou de marcar presença nas principais festividades religiosas da vila.

Os dias passados por D. Frei Manuel do Cenáculo, no Castelo de Sines, não foram, no entanto, de total isolamento, entregue à escrita e ao estudo do passado. Foi também um tempo de reflexão sobre a situação da Europa, agitada pelos ventos da Revolução Francesa, de que fez uma lúcida análise, em carta enviada a 8 de junho de 1794 a um dos seus mais assíduos correspondentes, Frei Plácido Barroco:

> Aqui me acho [no Castelo de Sines] lendo o mundo e ouvindo o que chegou de Lisboa há 24 horas. He tudo para sentir seja daqui seja de acolá. Vai do século, mas este começa agora. Os Planos de Luís 14.º rendêrão todo o seculo que acabou há pouco: agora a ssena começa e requinta, e ainda se buscão os eixos: esta lida levará anos depois estrará a bulla sobre o movimento da maquina nova. O mais he que

[934] Por exemplo, nada sobreviveu do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Sines.
[935] BPE, COD CXXIX/1-21, *Diário de Cenáculo,* fl. 76, 19 de junho de 1794.
[936] *Ibidem.*

> não ha cabeças para a coisa, e este he o maior mal: estão desavindos, e desentendidos, e em Nós hade quebrar escudo e lança externos.[937]

É uma leitura quase profética do tempo, prevendo as invasões francesas que tanto irão atormentar os seus derradeiros anos.



Figura 160 – *Teto da segunda sala da casa do governador,* fotografi do autor.

11.2.5.2. Os Tetos Pintados das Casas do Governador

Cremos que os dois tetos pintados do Castelo poderão ser o mais importante testemunho material da passagem de D. Frei Manuel do Cenáculo por Sines, pois, apesar de não estarem minimamente documentados, podem ser atribuídos ao último quartel do século XVIII, como adiante iremos tentar comprovar, quando ainda se mantinham em plena utilização os formulários do rococó nos territórios mais periféricos. Dever-se-ão, por isso, à iniciativa do dinâmico governador militar que foi Sebastião António Quartim, constituindo um eloquente

[937] Biblioteca da Academia das Ciências, Cod. 802V, fl. 96, *Carta de Frei Manuel do Cenáculo a Frei Plácido Barroco*, 8 de junho de 1794.

testemunho do mundo cultural que Cenáculo promoveu e apoiou, como procuraremos demonstrar.

A principal sala do edifício apresenta um teto de masseira, com o centro preenchido por uma ampla cartela rococó, com as armas reais, ladeada nas quatro faces, por troféus militares organizados em torno de couraças de inspiração romana. Nada de mais apropriado para um espaço castrense e com diversos paralelos conhecidos[938]. Na parede Sul desta sala situa-se o oratório – tantas vezes referido no diário do prelado – embutido na espessura do muro e encerrado por uma porta de três folhas, onde Cenáculo realizava frequentemente crismas, por vezes de duas ou três pessoas, o que não justificava uma deslocação à Matriz.



Figura 161 – *Cartela rococó com o cronograma de 1788, teto da Igreja Matriz de Foz Côa.* Este teto de complexa composição de asas de morcego, concheados, flores e anjos, enquadrando as armas reais agigantadas, foi executado no ano da primeira deslocação estival de Cenáculo a Sines e da morte do príncipe D. José.

Se as armas reais, de dimensões agigantadas, assinalam o domínio do monarca português sobre toda esta estrutura e, consequentemente, sobre o território envolvente, os troféus lembram que esse poder assenta nas armas e na organização militar de que o governador é o representante máximo local. A forma como se organizam remonta à antiguidade e assim sublinha a rica herança da história militar e dos conhecimentos teóricos que reforçam e ilustram esse mesmo poder. O termo troféu deriva do latim *tropaeum*, e por sua vez do grego τρόπαιον, que designavam no mundo greco-romano um tipo de monumento que consistia num tronco de árvore onde se suspendia uma armadura e as armas do inimigo derrotado. A complexidade do seu significado foi sublinhada, entre outros, por Lauren Kinnee:

[938] Veja-se, por exemplo, os tetos da Sala dos Archeiros do Palácio Nacional da Ajuda, do Museu Militar de Lisboa e da escadaria do Paço Ducal de Vila Viçosa.

> The ancient trophy was not only a statement of victory: it was also a magical talisman, a metaphor for power, and a tool for empire-building. The trophy was truly a complex and fascinating aspect of the Greco-Roman visual landscape.[939]

No mundo grego, estes monumentos eram estruras efémeras, erigidas em pleno campo de batalha, preferencialmente no local onde a sorte tinha virado a favor do vencedor, sendo formadas com os despojos dos vencidos. Crê-se que teriam uma função religiosa, de purificação do terreno, para além da afirmação do poder do vencedor. Para os romanos, seu caráter religioso esbate-se, sem, no entanto, nunca ser abandonado, elevando-se a sua função celebrativa e de afirmação de domínio, surgindo amplas composições em pedra, como os *troféus de Mário*, hoje colocados no Capitólio, erigidos no centro das cidades, ao mesmo tempo que se continuam a erguer nos campos de batalha. Também no campo formal, o troféu romano apresenta interessantes inovações, como a colocação de prisioneiros acorrentados à sua base, tal como aparecem representados nalgumas moedas.



Figura 162 – Giambattista Piranesi, *Trofei de Ottaviano Augusto* (…), 1753, gravura sobre papel, Biblioteca da Universidad Complutense. Disponível em linha: http://dioscorides.ucm.es/proyecto_digitalizacion/index.php?doc=b19844426&y=2010&p=6



Figura 163 – Luís Serrão Pimentel, *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares*, 1608, Biblioteca Nacional de Portugal, cota sa-1138-a.

[939] Lauren KINNEE (2020) – *The Greek and Roman Trophy*; *From Battlefield Marker to Icon of Power.* London; New York: Routledge.



Figura 164 – *Primeira sala da casa do governador, com o seu teto pintado,* fotografia do autor, 2010.

Nos quatro troféus de Sines destaca-se, ao centro, as já referidas couraças de inspiração romana, no entanto, todos os restantes elementos, reunidos à sua volta, correspondem a equipamentos militares modernos, como canhões, pistolas, tambores, bandeiras, lanças, espadas, etc. No caso das bandeiras, que são os elementos representados em maior profusão, não se trata de representações específicas das de qualquer nação, mas sim de composições fantasiosas, amplas manchas de cor – encarnado, verde, branco, azul e amarelo –, por vezes às riscas, de grande impacto visual.

A nossa atenção vai, no entanto, centrar-se no teto plano da sala do lado – criada só após 1755 –, onde num grande medalhão central se apresenta uma cena mitológica bastante complexa e até agora nunca desmontada, rodeado por outros quatro medalhões, mais pequenos, com pares amorosos, tudo isto enquadrado por sofisticadas molduras, concheados e flores de uma surpreendente graça e frescura.

Neste medalhão central, com moldura quadrilobada marcada por quatro braçadeiras com concheados, surge uma curiosa composição: uma figura masculina, com a nudez apenas parcialmente coberta com um manto encarnado, está reclinada num maciço de nuvens, apoiando a mão direita num capacete emplumado e elevando a direita num gesto de surpresa. Olha uma figura feminina que se reclina igualmente, a um nível superior. Esta enverga uma túnica rosa, que lhe deixa os seios a descoberto, e um amplo manto azul. Calça sandálias de modelo antiquizante – cáligas – e tem sobre a cabeça um crescente lunar. A mão direita apoia o rosto que contempla a figura masculina e a esquerda empunha, em destaque, um facho ardente. Encima a cena, sob um céu azul, uma águia em voo, de cujo bico irradiam chamas e que nas patas segura uma tarja onde se lê «Experientia Aliquid Somno Nihit». À esquerda da composição vê-se uma criança alada que impõe uma coroa de louros à figura masculina e na mão direita eleva um escudo e uma espada ensanguentada. Do lado oposto, outras duas crianças aladas surgem por detrás da mulher, uma contempla a águia, enquanto uma terceira mostra um livro aberto e uma palma.

Nos quatro pequenos medalhões circulares que centram os campos laterais vemos pares de figuras amorosas. Um mostra uma figura masculina apenas coberta por um manto encarnado, que persegue a figura feminina que se transforma em árvore, noutro vemos um par sobre um carro puxado por cisnes. Quanto aos outros dois, a leitura é difícil, estando um praticamente perdido e o outro muito deteriorado, mas onde se apercebe um par entrelaçado entre mantos esvoaçantes.

De todas as possíveis leituras da cena representada no medalhão central, a que nos afigura mais provável, é a de estarmos perante a representação da deificação, ou do triunfo, de Eneias. Um tema também ele apropriado ao espaço castrense onde nos encontramos.

Aceitando que a figura masculina possa ser Eneias, filho de Vénus e do príncipe troiano Anchises, fundador do povo romano e deificado no final da sua longa e atribulada vida terrena, faz todo o sentido a presença da coroa de louros e da palma da vitória, que não surgem na descrição da cena da *deificação* encontrada nas *Metamorfoses* de Ovídeo, mas que têm lugar numa composição que remete para vários tempos da história em simultâneo. Vénus pediu esta graça e obteve-a de Júpiter que comanda os acontecimentos sob a forma de águia que emite raios de fogo. Os amores alados, acompanhantes tradicionais da deusa, empunham as peças fundamentais do puzzle: a referida coroa de louros e a palma da vitória, as armas fabricadas por Vulcano, que Vénus deu a seu filho, com o escudo onde estava representada a história futura de Roma e a espada com que matou Turmo, ainda ensanguentada, e o livro que conta tudo isto: a *Eneida* – representação que não encontramos noutras pinturas do mesmo tema.

Mas nesta história a presença do crescente lunar – tradicional atributo de Diana – não faz sentido. O que seria natural era encontrarmos uma estrela. Se procurarmos a fundo na *Eneida* de Vergílio, a mais popular fonte desta narrativa, vemos que a primeira vez que Vénus aparece a seu filho vem disfarçada de caçadora, tal como Diana, e daqui pode derivar a presente representação, o que é mais provável do que se tratar de um engano do pintor, numa época em que as representações da mitologia clássica eram amplamente conhecidas. Por outro lado, Vénus pode ser representada coroada pela estrela que tem o seu nome. A confusão entre a estrela e o crescente lunar já seria um erro mais natural.

Esta sofisticada composição vai além do que é habitualmente representado na pintura da época, denotando uma natural atenção e conhecimento dos detalhes do poema virgiliano, o que em nosso entender não deve corresponder aos conhecimentos do pintor, que se revela um pouco limitado nos seus recursos, mas sim ao papel ativo do comendatário, certamente pessoa de profunda cultura livresca e que terá acompanhado – e orientado – a execução da pintura, realizada no próprio local.

Os temas retirados da *Eneida* constituíram uma das principais fontes para os artistas desta época e surgem-nos nos ambientes palacianos em tetos ou composições azulejares, como adiante mostraremos.

Mesmo a nudez de Vénus é perfeitamente aceite na época. A propósito das estátuas encomendadas em Inglaterra para os jardins de Queluz escreve D. Luís da Cunha:

> a de Vénus, ainda q' hé totalmente nua não tem descompustura, e VEx.ª sabe m^to^ bem q´todos os palacios do mundo estão cheyos de similhantes pinturas[940]

Voltemo-nos agora para os quatro medalhões mais simples.

O primeiro medalhão representa inequivocamente Apolo e Dafne, a ninfa transformada em loureiro para fugir à perseguição amorosa de Apolo, tal como descrito nas *Metamorfoses* de Ovídeo[941].

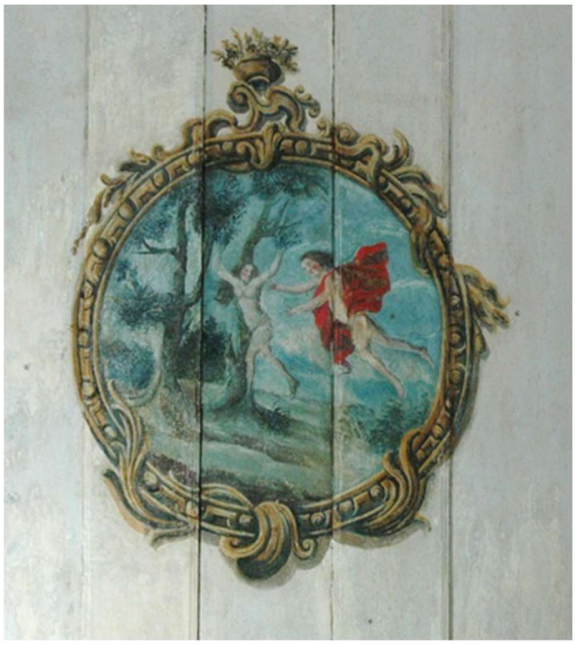


Figura 165 – *Apolo e Dafne, f*otografia do autor, 2010.

O segundo medalhão contém uma inquestionável representação de Vénus, desnuda no seu carro puxado por cisnes – a sua ave identificadora a par das pombas brancas. Acompanha-a um dos seus amantes, apenas coberto por um manto encarnado e sem outros atributos que o permitam identificar. Poderá ser Adónis, mas, da extensa lista de ligações amorosas, outras figuras não são de excluir, como Marte, que seria natural no contexto do Castelo, ou mesmo o príncipe Anchises, pai de Eneias.

Adónis foi um dos grandes amores da deusa. Saindo um dia para caçar, foi ferido mortalmente por um javali. Vénus transformou-o numa flor – a anémona – que tem uma vida curta. Mais uma vez, é nas *Metamorfoses* que vamos encontrar um detalhado relato

[940] Maria João Baptista NETO; Fernando GRILO (2005) – O restauro dos jardins do Palácio de Queluz; Novos contributos documentais sobre as esculturas de chumbo. *Artis. Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. n.º 4, p. 481.
[941] Ovídeo – *Metamorfoses.* I.452-567.

desta história, onde é cantada por Orfeu a um auditório de animais e aves no fim do décimo livro.



Figura 166 – *Vénus e Adonis (?) no seu carro puxado por* cisnes, fotografia do autor, 2010

A fragilidade da vida humana parece ser o fio condutor deste programa, complementado pelas braçadas de flores, cuja beleza é de curta duração.

O terceiro medalhão está bastante deteriorado e é de mais difícil interpretação. Nele duas figuras enlaçam-se seminuas, a masculina envolta num manto encarnado e a feminina num manto azul esvoaçante. O homem empunha uma seta e uma trompa, que são os únicos elementos iconográficos que nos poderão ajudar na sua identificação. Poderá ser uma representação de Amor e Psiché, sendo a seta o atributo por excelência do filho de Vénus, ou mais provavelmente de Céfalo e Prócris, devido à presença da trompa que alude à caça. Ovídio desenvolve a história deste par amoroso no livro VII[942], pondo-a na voz do próprio Céfalo «apaixonado pelos bosques e pela caça de feras»[943], casado com Prócris, que lhe ofereceu o dardo fatal. Um dia em que o caçador saudava a aurora: «Vem, brisa, traz-me alívio às canseiras! (…) Vem minha querida!», ouve o barulho de folhas a serem pisadas por entre o arvoredo e crê tratar-se de algum animal, a que atira prontamente a sua arma. Inesperadamente vê-a trespassar o peito da mulher amada, que o espiava ciumenta.

Quanto ao quarto medalhão está irremediavelmente perdido.

[942] OVÍDIO (2014) – *Metamorfoses*. Lisboa: Livros Cotovia. Tradução de Paulo Farmhouse ALBERTO. p. 189-195.
[943] *Ibidem,* p. 189.



Figura 167 – *Céfalo e Prócris.*, fotografia do autor, 2010.

A mais antiga tradução portuguesa da *Eneida* está datada de 10 de março de 1633, e é da autoria de D. Marcos de S. Lourenço, abrangendo apenas o primeiro Canto, e precede os Comentários a *Os Lusíadas.* Apenas outra obra se encontrou, do século XVII, tendo-se, no século XVIII, assistido a uma proliferação de traduções. A propósito da fortuna desta obra no contexto setecentista, refere Aires Augusto Nascimento:

> O objectivo último tem a ver com a formação humanística integral, cujos padrões se consideram ainda reflectidos e possibilitados pelo estudo da *Eneida*. É elucidativa, só por si, a dedicatória endereçada por Leonel da Costa a D. Francisco Mascarenhas: «E querendo dar-lhe [a esta tradução] hum protector de animo também invicto nos trabalhos, de sangue real, e bem experimentado nas perseguições injustas da fortuna, não achei pessoa a quem com mais conveniência pudesse oferecer e dedicar este meu pobre trabalho que a V. S. que em nenhuma cousa considero desigual do Troiano Eneas.»[944]

O prólogo da *Eneida Portuguesa,* de João Franco Barreto, dá-nos importantes esclarecimentos sobre o significado que este tema tinha para os eruditos da época em que foram pintados os nossos tetos:

> (…) hũa obra, tam nomeada de todos em todo o mundo; como aquella, que, se for bem entendida, para todos os estados, & condiçoẽs de homens, será de muito proveito: porque a alegoria deste Poema, he verdadeiramente hum Epilogo, ou Compendio de tudo quanto Platam, Aristoteles, Seneca, Plutarcho & outros Philosophos antigos, em

[944] Aires Augusto NASCIMENTO (1986) – *Manuscritos virgilianos de bibliotecas portuguesas, traduções portuguesas da Eneida em manuscritos.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

> razam de moralidade, nos deixàram escrito. Pella qual razam aquelles dous sagrados lumes da Igreja, S. Hieronymo, & S. Agostinho, faziam delle estimaçam tanta, que em tudo o que escrevèram, foram enxerindo, ou engastando versos seus, como em fino ouro pedras preciosas.[945]

Vemos, assim, Eneias ser apresentado como o modelo perfeito do herói militar, simultaneamente corajoso e invencível no campo de batalha e devoto no culto religioso. É por isso o herói da mitologia clássica mais compatível com o modelo do guerreiro cristão, denotando uma preocupação em encontrar pontos concordantes entre o mundo da Antiguidade Clássica e o do Cristianismo, constante desde o Renascimento. Como escreveu George Steiner: «a herança dupla de Atenas e Jerusalém. Esta relação, simultaneamente conflituosa e sincrética, ocupou o debate teológico, filosófico e político desde os Doutores da Igreja a Leon Chestov, de Pascal a Leo Strauss. O *topos* é agora tão rico e premente como sempre. Ser europeu é tentar negociar, moralmente, intelectualmente e existencialmente, os ideais, afirmações e *praxis* rivais da cidade de Sócrates e da cidade de Isaías»[946].

O tema também é abordado na pintura, apesar do conhecido domínio que entre nós tem a temática religiosa. Tem particular fortuna após a Restauração, quando D. João IV é visto como o novo Eneias, construtor de um novo império sobre as ruínas do passado. Assim poderão ser interpretadas as inúmeras representações de Eneias abandonando Troia incendiada, saídas das mãos de Diogo Pereira e que tiveram destaque nas principais coleções nacionais do tempo[947].

A sofisticação do universo cultural que acabámos de analisar não deixa de nos surpreender, particularmente em Sines, onde nada o faria esperar, apesar de haver, como já frisámos, um pequeno mundo cultural e literário, com pontos de ligação a figuras destacadas como Cenáculo, onde ela encaixa na perfeição. Mesmo o mestre regional que executou as pinturas, mais à vontade nos elementos decorativos que no rigor anatómico das composições figurativas, revela capacidade de resposta ao desafio de traduzir em imagens uma história escrita.

A exibição das armas de Eneias, a par do livro que narra os seus feitos, evoca a harmonia possível e desejada entre as armas e as letras – campos tradicionalmente vistos como opostos e até antagónicos –, aparecendo como a manifestação visual de um *programa* que

---

[945] João Franco BARRETO (1664) – *Eneida Portugueza*. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck. Vol 1. Prólogo. A obra teve diversas edições, nomeadamente em 1763, na oficina de António Vicente da Silva e em 1808.
[946] George STEINER (2006) – *A Ideia de Europa.* 3.ª ed. Lisboa: Gradiva. p. 36.
[947] *Rouge et Or* (2001) – Paris: Gabinete de Relações Internacionais – Ministério da Cultura. p. 66-75.

norteou a ação do governador militar que encomendou a obra. A propósito, lembramos um excerto de um poema de Nicolau Tolentino:

> Homens são e sem reservas,
> que pondes sangue de parte,
> que vãos respeitos conserva,
> nutridos aos braços de Marte
> com o leite de Minerva, [948]





Figura 168 – Pietro de Cortona (pintor) e Gérard Audran (gravador), *Vénus recebe de Vulcano as armas de Eneias,* Século XVII (terceiro quartel), gravura a água forte sobre papel, Pinacoteca Nazionale di Bologna: Gabinetto dei Disegni e delle Stampe. Disponível em linha: WWW:<URL:https://catalogo.beniculturali.it/detail/HistoricOrArtisticProperty/0800083405.

Figura 169 – *Pormenor do medalhão central do teto da segunda sala da casa do governador militar da Praça de Sines*, fotografia do autor, 2010.

[948] Nicolau TOLENTINO (1969) – *Obras Completas de Nicolau Tolentino de Almeida*. Lisboa: Empresa de Publicidade Seara Nova. p. 42.





Figura 170 – *Vénus Recenbendo de Vulcano as Armas de* Eneias, teto da sala de jantar do palácio do Correio Mór em Loures.

Figura 171 – Merry-Joseph Blondel, *Deificação de Eneias*, c. 1820, Museo del Prado, inv. P006075. Disponível em linha: WWW:<URL:https://www.museodelprado.es/en/the-collection/art-work/venus-healing-aeneas/258ed73a-2921-4f35-8fe4-f85463254f79

A fonte iconográfica em que o artista se terá baseado parece-nos ser uma das gravuras de Carlo Cesio que divulgara as pinturas que Pietro da Cortona realizou num dos tetos do palácio romano da família Pamphili, amplamente divulgadas em Portugal, onde foram muito utilizadas[949], desde a azulejaria do Palácio Belmonte, na 1ª metade do século XVIII, até ao teto da sala de jantar do Palácio do Correio-mor, em Loures, já da segunda metade da centúria. A gravura representa Vénus recebendo as armas fabricadas por Vulcano o que terá obrigado a realizar as necessárias alterações, mantendo-se, no entanto, algumas incongruências, como a manutenção da nudez da figura masculina, parcialmente encoberta por um manto vermelho, natural num Vulcano que trabalhava sob o intenso calor da forja, e não num Eneias, habitualmente representado com armadura guerreira,

[949] Ana Paula Rebelo CORREIA (2001) – Questões de Iconografia e fontes de inspiração; As "Metamorfoses" de Ovídio e a "Eneida" de Virgílio. In *Barroco; Actas do II Congresso Internacional.* Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 81-86.

exceto em algumas representações do final da sua vida terrena, como se vê na tela de Merry-Joseph Blondel, de cerca de 1820 (fig. 174).
A chave para a compreensão desta obra pode estar na legenda escrita na tarja que a águia transporta no bico: *«Experientia Aliquid Somno Nihil»,* que na douta leitura de Ana Loios, poderá ser traduzida como:

> Alguma coisa / qualquer coisa (aliquid) pela experiência (experientia), nada (nihil) pelo sono (=indolência, inactividade)/ sonho (=imaginação). A frase está construída com base num paralelismo: experientia e somno em ablativo, sugerindo oposição ou diferenciação; aliquid e nihil no nominativo, e em ambos os casos neutro (para dar a ideia de que qualquer coisa lá cabe).



Figura 172 – *Pormenor do medalhão central do teto plano da segunda sala do* Castelo, fotografia do autor, 2010.

A leitura desta frase, a par da leitura iconográfica que realizámos anteriormente, permite-nos validá-la, pois valoriza o caminho da experiência e nunca o da indolência ou da inação. A vida de Eneias é exemplo desse conhecimento adquirido com esforço, ao ser arrastado pelo Mediterrâneo à mercê dos deuses, estando-lhe reservado um destino com que nunca sonharia: ser o fundador de Roma e do seu imenso império, acabando no final por ser deificado em recompensa pelo mérito e esforço revelado.

11.2.5.2.1. O Herói que nunca o chegou a ser

Esta composição de tema mitológico poderá, no entanto, esconder uma outra mensagem. Ao que cremos, estamos perante uma glorificação do príncipe D. José que, morto em data próxima, era aqui elevado ao nível dos heróis da Antiguidade. Foi em Sines que Cenáculo recebeu a devastadora notícia da morte do seu pupilo, em quem depositava todas as

esperanças, não só do futuro do país, mas também do seu próprio regresso à corte. Aqui morreu o sonho de Cenáculo e de Pombal, de verem no trono um príncipe por eles educado sob as novas diretrizes, onde a experiência prática das ciências se vinha sobrepor ao puro conhecimento livresco. Este seria o *herói* de um novo tempo, centrado na ação, de quem se esperava vir a quebrar a *letargia* em que Pombal via o país emerso. O prelado registou no seu diário a chegada da trágica notícia ao Castelo de Sines:

> No Sábado 13 de Set*embr*o começarão as vozes de ter falecido o Príncipe das bexigas: / Com efeito no Dom*ing*o pelas nove horas me chegou o correio de Lxª com carta dando / certo de haver fallecido na quinta f*eir*a onze pelas quatro horas e tres quartos da / tarde. Louvado seja Deos.[950]

Cremos, por isso, que o teto pintado esconde, por trás de uma cena mitológica, uma alegoria à morte deste príncipe, visto como o sonhado *novo Eneias*, tal como o fora anteriormente D. João IV, esperança de um novo império que a morte prematura não deixou passar de um sonho. D. José já está nos céus, por entre as nuvens, de onde Diana o contempla – curiosamente não é Vénus, sua mãe, que ainda está viva e assim se compreende, talvez, a *incorreção* iconográfica atrás referida. Abre as asas para o receber o seu avô, o rei D. José, à data já morto, que por isso nos surge sob a forma de águia, como Júpiter, rei dos deuses, mas também como a alma dos imperadores romanos, que subia para os céus sob a forma desta ave de rapina.

Esta morte do sonho encontra eco na ode composta *À Morte do Serenissimo Senhor D. Joseph Principe do Brazil*, publicada por Domingos Maximiano Torres (1748-1810), em 1788:

> Como em sonho as imagens se tornaraõ
> Do anhellado vindouro
> Luso seculo de ouro!
> Tito imperando com Minerva, e Astreia
> Foi illusaõ da ideia?[951]

Este universo alegórico encaixa perfeitamente na mentalidade e nos formulários eruditos desses dias, encontrando-se também espelhado num curioso livro dedicado à morte do príncipe: *Noites Josefinas*, que o bispo bejense comentou ter lido e apreciado logo em 1791[952], apesar de não encontrarmos na obra literária nenhuma cena alegórica que corresponda exatamente à representada no teto de Sines. Outras surpreendentes alegorias

[950] BPE, Cod. CXXIX/1-19, fl. 81.
[951] Domingos Maximiano TORRES (1788) – *À Morte do Serenissimo Senhor D. Joseph Principe do Brazil; Ode.* Lisboa: Officina de Jozé de Aquino Bulhões. p. 6.
[952] Francisco VAZ, *op. cit.,* p. 246.

a «D. José II futuro Imperador Maximo» sobrevivem numa curiosíssima obra manuscrita, da autoria do beneficiado Nicolau José Barbosa, conservada na Biblioteca da Ajuda, onde o príncipe é associado a outro tema messiânico caro a Cenáculo: o *Milagre de Ourique*[953].

Temos conhecimento de Cenáculo ter encomendado pelo menos uma alegoria, ainda em vida do seu pupilo, a quem a ofereceu durante a viagem a Vila Viçosa, em 1785, juntamente com algumas raridades:

> Huma cristalização amarela, capaz de hum anel / com o contento de huma aranha perfeita; hum camafeo anti-/go certamente, com huma figura nua gravada com m*ui*toa perfei-/ção em pedra de tres cores preta, branca e amarela transpa-/rente; hum Anel tambem antigo de pedra verde todo, q*ue* pode ser Deospero (?) ou Agata; e huma bellissima Lamina de // Palmo, e meio em quadro, com vidro, e moldura dourada. He / hum Dezenho de Joaq*ui*m Carneiro, executado por Joaq*ui*m Macha-/do [de Castro] com m*ui*ta perfeição. He huma Alegoria de figuras em rele-/vo. Huma Figura principal acompanhada da Justica, q*ue* a co-/bre com hum umbrella, e tendo junto a si a Virtude, q*ue* offe-/resse huma bandeja de coroas, q*ue* a pr*imeir*a figura esta na / acção de receber, e coroar com ellas as Sciencias, e as Artes q*ue* / d'outro lado estão reprezentadas em figuras, e jeroglíficos. / Q*uan*do o Principe a estava vendo disse o S*enho*r Bispo, q*ue* / como aquella era huma pessa moderna devia ser explica-/da, e continuou = Esta he huma grande personagem pro-/tegendo as Artes, e as Sciencias as annima e recompensa = Ouvin-/do isto a Princeza fez gestos de m*ui*to agrado p*ara* o Principe, e / disse = Está intendido = [954]

Estava presente o Marquês de Penalva que comentou, com graça, que se aquela era uma peça moderna, não deixava de ser do «tempo do Cenaculo», ao que o prelado respondeu engenhosamente: «Disso da antiguidade não digo eu nada, o q*ue* sei he q*ue* he do tempo do Amor = Foi m*ui*to celebrado este dito; e a respeito da Allegoria fez o Marquez de Penal-/va esta Decima»:

> Com fundamento formal,
> Hoje dizer-vos podia,
> Que era a vossa Allegoria,
> Copia a hum tempo e Original:
> O Conceito he universal,
> Que chegaste a merecer,
> Porque o Principe a meo ver
> Depois das vossas licções
> Mostra nas suas acções

[953] *Cf*. Ana Isabel BUESCO (2013) – Utopia e profetismo no Século das Luzes: D. José (1761-1788), Príncipe do Brasil, Imperador do Mundo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura.* Coimbra. p. 291- 318.
[954] BPE, Cod. CXXIX/1-19, fls. 113v-114.

O q*ue* he, e o q*ue* deve ser.[955]

Este excerto do *Diário* não se deve à mão de Cenáculo, mas sim à de outro autor – tal como noutros momentos importantes –, provavelmente um seu secretário. Trata-se de relatos minuciosos, que descrevem momentos onde a ligação do bispo à Família Real é destacada e dessa forma se consolida um mito que sentimos que o próprio se preocupa em promover. É claramente criado um *monumento* escrito sob a forma aparente de *documento*.

Em Beja, o prelado esforçou-se por organizar festejos para celebrar os momentos mais importantes da monarquia, como o nascimento de príncipes ou as exéquias do próprio príncipe D. José, de que nos chegaram descrições das sumptuosas armações, repletas de alegorias, e os elogios fúnebres por si proferidos. Estas celebrações seguiam os modelos da corte, onde é natural encontrar o recurso às mesmas alegorias mitológicas para exaltação dos membros da família real, surgindo no mundo das imagens como no da música, com destaque para o da ópera, onde encontramos, por exemplo, para comemorar o aniversário do mesmo príncipe D. José, em 1783, a criação de uma ópera intitulada *Teséo*, com música de Jerónimo Francisco de Lima (1741-1822) e libreto de Gaetano Martinelli, que termina com Minerva e o coro a entoarem um hino de louvor ao príncipe, evocado em apoteose entre coroas de louros e palmas, como o vemos representado no teto do Castelo de Sines.

Deste contexto chegaram-nos poucas obras pictóricas, sem dúvida devido à escassez de bons profissionais do ofício, o que levou Cenáculo a pedir a Machado de Castro que lhe arranjasse um professor de desenho, ao que o escultor respondeu que ninguém quereria ir instalar-se em local tão remoto[956]. No entanto, na casa fronteira à atual Sé de Beja existe, em posição de destaque, numa sala do piso nobre, um conjunto de quatro retratos ovais: D. Maria I, D. Pedro III, o príncipe D. José e o bispo – de fraca qualidade pictórica, mas de enorme interesse para o nosso estudo. Aqui se revela como o prelado foi feliz na sua estratégia para surgir aos olhos dos seus diocesanos como alguém que estava lado a lado com a família real. O seu poder não vinha apenas de Deus, mas também do rei – neste caso da rainha –, revelando até que ponto o regalismo dos tempos de Pombal influenciara as suas ideias e estratégias, patentes também numa obra plástica ignorada, mas que pouco a pouco se vai revelando do maior interesse.

O príncipe D. José rapidamente caiu no esquecimento, não sendo herói que interessasse nos dias que se seguiram, nem para absolutistas, nem para liberais e muito menos aos futuros republicanos. Se a memória deste novo Eneias rapidamente foi esquecida, em

[955] *Ibidem.*

[956] Henrique de Campos Ferreira LIMA (1989) – *Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense; Notícia bibliográfica e compilação dos seus escritos dispersos.* 2.ª ed. Coimbra: Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra.

breve outro herói iria dominar os tempos românticos: «Aquele ilustre Gama, que para si de Eneias toma a fama»[957].

É curioso reencontrá-lo em 1953, na obra da poetisa brasileira Cecília Meireles, num momento de exaltação do modernismo, em que se opõe ao academismo *Beaux Arts* uma redescoberta das raízes primitivas do Brasil e de um tempo de esplendor barroco onde emergiram já sonhos de independência. Aqui o príncipe ressurge como herói desejado de um mundo que morreu antes de ter germinado: a *Inconfidência Mineira.* O resultado é um *monumento* poético, que separado pelo oceano e pelo tempo se unem num mesmo sonho:

> Romance XXIII ou
> Das exéquias do Príncipe
>
> Já plangem todos os sinos,
> pelo Príncipe, que é morto.
> Como um filho de Rainha
> pode assim morrer tão moço?
> Dizem que foi de bexigas;
> de veneno - dizem outros -
> que lhe deram os ministros
> para o não verem no trono.
> Triste ano para a esperança,
> este ano de 88!
>
> Triste ano por estas Minas,
> onde existem vários loucos
> que do Príncipe esperavam
> governo mais a seu gosto:
> mações de França e Inglaterra,
> libertinos sem decoro,
> homens de idéias modernas,
> coronéis, vigários doutos,
> finos ministros e poetas
> que fazem versos e roubos.
>
> […]
> Já plangem todos os sinos!
> Cobri-vos, montes, de roxo!
> Calai, mulheres e crianças,
> que o vosso é mal sem socorro!

[957] Luís Vaz de CAMÕES – *Os Lusíadas*. Canto I, 12.

Exéquias hoje rezadas
serão vossas, dentro em pouco.
Morto o Príncipe, já tudo
é loucura e desacordo...
(Perdeu-se a oportunidade,
neste ano de 88!)[958]

11.2.5.3. José Cornide: um instantâneo de Sines no ano de 1799



Figura 173 – *Retrato de Joseph Cornide*, *In* Carlos PIÑEIRO RIVAS (2017) – *José Cornide; Um Historiador Ilustrado.*

Chegaram até nós escassos relatos de viajantes que tenham passado por Sines, situada fora das principais rotas terrestres devido ao seu carácter de *finis terra.* Uma das raras exceções foi a de José Cornide Saavedra (1734-1803). Num momento em que Espanha sonhava com uma anexação de Portugal, dando seguimento a uma estratégia que fora iniciada por Carlos III, este realizou um levantamento das infraestruturas militares, camuflado sob o pretexto de estudar os vestígios da Antiguidade. A situação militar, por esses dias, era tensa ao ponto de se recrutarem homens em Santiago do Cacém para o Regimento de Infantaria de Setúbal e, em Lisboa, se fazerem prisões para as embarcações de guerra, enquanto entravam pela barra navios ingleses trazendo apresados corsários, espanhóis e franceses, como comunicou Sebastião António Quartim a Cenáculo no dia 28 de abril de 1798 (doc. 70)[959].

O pretexto da viágem era a edição completa das obras de Afonso X, *o Sábio*, para a qual decidiram os académicos procurar em Lisboa um manuscrito, supostamente tomado a D. João I de Castela na batalha de Aljubarrota e conservado na Torre do Tombo. Ao fim de uma aturada pesquisa localizou-se a tradução portuguesa da *Terceira Partida*, vinda do convento de Santo António de Merciana no reinado de D. José, e da *Primeira Partida* existente no mosteiro de Alcobaça e que a seu pedido foi transferida para a Torre do

[958] Cecília MEIRELES (2005) – *Romanceiro da Inconfidência*. 3.ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. p. 70-72.
[959] BPE, cod. CXVII / 2-14, doc. 97.

Tombo, onde foram executadas cópias de ambas, enviadas para Madrid a 12 de fevereiro de 1800[960]. A obra viria a ser publicada pela Real Academia de la Historia em 1808[961].

Cornide não deixou de aproveitar a ocasião para inspecionar as defesas militares portuguesas, nas vésperas da *Guerra das Laranjas*[962]. No entanto, os fins científicos do seu labor estão bem patentes nas centenas de inscrições que transcreveu, assim como nos desenhos de Melchor de Prado, que incluem o levantamento do teatro romano de Lisboa. As suas prioridades refletem os cânones do seu tempo: em primeiro lugar os grandes monumentos antigos, como o teatro romano de Lisboa ou o templo de Évora, levantados pelo arquiteto que o acompanha, e depois as inscrições, que na realidade constituem o grosso do trabalho. Pontualmente algumas esculturas, como as da coleção de Cenáculo.

A 20 de outubro de 1799 chegou a Sines e começou a descrever pormenorizadamente as estruturas defensivas e as suas guarnições (doc. 71):

> *Los soldados tienen cuarteles en Lisboa y en todas las plazas del reino y, si alguno vive fuera, es com licencia de sus jefes; los que casi todos son casados son los de ciertos regimentos y compañías fijos como el de Lagos, Faro, Tavira, Sines, Sagres, etc.* [963]

Cornide passou apenas um dia em Sines, como era seu hábito, num reconhecimento rápido do território. Começa por descrever sumariamente a geografia e nada refere sobre os vestígios arqueológicos aí encontrados.

Observou que a baía era defendida por um forte, que ficava na vila, e que era apenas uma casa fortificada com uma bateria de doze canhões virada para o mar, e por um reduto, que ficava na ponta de entrada, com dois canhões e o nome de «Señora de las Alas» – Senhora das Salas – por causa de uma ermida, dedicada à Virgem, que ficava ali perto. Na outra ponta da praia existia outro fortezinho, chamado de Santa «Catalina» – Catarina – que tinha quatro canhões[964]. Para guarnecer estas fortalezas existia uma companhia composta por 25 artilheiros e 25 fuzileiros, com seu tenente, alferes e ajudante, de que era capitão o governador do forte principal, que comandava, não só as fortalezas desta vila, mas também as da ilha do Pessegueiro e de Vila Nova de Milfontes.

---

[960] José de Azevedo FERREIRA (1986) – A obra legislativa de Afonso X em Portugal. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*. Braga. n.º 1, p. 13.
[961] AFONSO X (1808) – *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio; cotejadas com córios códices antíguos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
[962] Juan Manuel ABASCAL (2010) – Carlos IV y el Património Arqueológico en España. In *Corona y Arqueología en el Siglo de las Luces.* Madrid: Patrimonio Nacional. p. 425-433.
[963] Juan Manuel ABASCAL; Rosario CEBRIÁN (2009) – *Los Viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid: Real Academia de la Historia. p. 103.
[964] Na realidade este forte nunca existiu, apesar de ter sido projetado, tendo os canhões sido colocados diretamente sobre as rochas do pontal.

Não sabemos como foi recebido, nem por quem, apesar de na vila residir à data um vice-cônsul da nação espanhola[965]. Queixou-se amargamente da falta de comodidades do alojamento e saiu logo cedo, na manhã seguinte, pelas sete e meia, seguindo a costa para Sul, por areais e charnecas atravessados por pequenos cursos de água. Passou pela Junqueira e por um lugarejo novo, com 12 a 14 casinhas, chamado Porto Covo, situado junto a uma pequena calheta entre duas elevações de terra, terminando num areal onde corria um riacho. Este pequeno porto, mesmo com más condições, era utilizado durante o verão para carregar muito do carvão que se consumia em Lisboa, trazido em carretas do Campo de Ourique e de outras partes.

A um quarto de légua mais a Sul, existia um forte, fronteiro à ilha do Pessegueiro. Era uma construção quadrada, com dois baluartes da parte de terra e uma bateria baixa do lado do mar, fosso e caminho coberto. O seu objetivo parecia ser o de defender o fundeadouro existente entre a ilha e terra firme, mas a ilhota era muito pequena, inculta, rodeada de rochas e na sua parte mais alta haviam começado a edificar um «castillejo» em forma de quadrilátero, fortificado com quatro pequenos baluartes, já meio arruinado.

> y, a decir verdad, yo no sé para qué ni él ni el de tierra sirvan, pues la costa es brava y de peñas y el objeto nulo, pues sólo en medio de la charneca hay tal cual monte; [966]

Mal chegou a Lisboa, Cornide apressou-se a escrever ao bispo de Beja, justificando o seu atraso, que o havia preocupado. Existe uma carta sua para Cenáculo em que este refere ter sido informado em Vila Viçosa de que o bispo se encontrava em Sines[967]. Uma outra missiva enviada por Cornide a 14 de agosto de 1800 refere: «Como el tiempo ya empieza a refrescar, supongo a V.E. en su digresión de Cacem y Sines y pido a V.E. una copia, aunque sea grosera, de aquel santuario, con las dimensiones de la lápida que en él se halla.»[968].

Já transcrevemos a importante carta que enviou a Cenáculo, comentando os seus achados da praia de São Torpes, e louvando o seu extraordinário esforço de escavação nas movediças areias, que quase impossibilitavam a tarefa de dar a conhecer o passado desta costa. Agradece o envio da descrição e do desenho que lhe permitiram ter conhecimento das estruturas que crê serem de um sepulcro familiar (doc. 72)[969].

---

[965] Provavelmente à data ainda se trataria de Francisco José Ferreira, cujas credenciais foram registadas nos livros da Câmara. AMS, CMS, *Registo de Leis e Ordens*, liv. 3, fls. 2-2v. 4 de maio de 1785.
[966] *Ibidem.*
[967] Francisco VAZ, *op. cit.*, p. 385-386.
[968] *Ibidem*, p. 695.
[969] *Ibidem*, p. 793.

12.O Castelo em Guerra. As Invasões Francesas e a Guerra Civil

12.1. Bento Alberto da Gama e Sá (governador militar, 1804-1808)

Foi profética a leitura dos novos tempos, feita por D. Frei Manuel do Cenáculo no Castelo de Sines, em 1794: «em Nós hade quebrar escudo e lança externos.»[970]. De facto, treze anos depois, as tropas francesas entraram em Portugal e a Praça de Sines viu-se pela primeira vez ocupada por um exército estrangeiro. Era então seu governador Bento Alberto da Gama e Sá, que, aparentemente, não terá apresentado resistência, seguindo a política de não hostilidade seguida então pelo príncipe regente.

Gama e Sá ocupava o posto desde junho de 1804[971] e, no ano seguinte, foi nomeado «Capitaõ, com o mesmo exercicio que tem de Governador da Praça de Sines»[972], mas com a instalação dos franceses no Castelo abandonou Sines e, a 24 de outubro de 1808, solicitou um passaporte para a Corte do Rio de Janeiro[973].

Da sua carreira militar sabemos pouco. Em janeiro de 1793 era segundo tenente do Regimento de Cavalaria de Elvas[974] e, em agosto de 1797, já era tenente do Regimento de Cavalaria da Praça de Moura[975]. Em 1818, sendo agora sargento-mor efetivo, foi nomeado tenente-coronel graduado[976] e, em 1822 – nas vésperas da proclamação da independência do Brasil –, surge entre os signatários de uma carta enviada a D. João VI, em que se defende a continuação das prorrogativas e liberdades que a colónia obtivera nos últimos anos, sendo à data já governador da Praça de Santos.

Se as tropas francesas terão provocado alguns danos na estrutura edificada do Castelo, não o conseguimos saber porque, até ao momento, não se encontrou qualquer documento que o comprove, para além da pedra de armas picada, que ainda hoje se conserva sobre a porta principal, e da notícia de ter sido desbaratado o arquivo da praça e muito do seu mobiliário[977].

A 20 de novembro de 1807, o exército francês havia entrado em Portugal e dez dias depois chegado a Lisboa, onde Junot ainda tentou alcançar a família real, embarcada na véspera rumo ao Brasil. A 9 de maio do ano seguinte, o príncipe regente decretou nulos todos os

---

[970] *Carta de Frei Manuel de Cenáculo a Frei Plácido Barroco*, Biblioteca da Academia das Ciências, Cod. 802V, fl. 96. 8 de junho de 1794. *Apud* Francisco Vaz, *op. cit.*, p. 336.
[971] AMS, CMS, *Vereação*, liv. 11 (1804-1828), fls. 5-5v e fl. 10v.
[972] *Gazeta de Lisboa* (1805) – Lisboa. Segundo Suplemento, n.º XIII, 30 de março.
[973] Arquivo Histórico Ultramarino, cota PT/AHU/CU/017/0252/17182.
[974] *Gazeta de Lisboa* (1793) – Lisboa. n.º 2. Suplemento.
[975] AHM, 1ª Divisão, 11ª Secção, cx. 04, doc. 13.
[976] *Gazeta de Lisboa* (1818) – Lisboa. n.º 124. 28 de maio.
[977] AMS, CMS, *Vereações*, Liv. 11 (1804-1828), fls. 56v-58.

tratados assinados com França, e declarou guerra ao invasor, o que provocou a sublevação da cidade do Porto. No Algarve, a revolta eclodiu em Olhão, a 16 de junho, e daí espalhou-se como um rastilho, subindo a Costa Alentejana, como rapidamente noticiaram as gazetas:

> Com a Gazeta de hoje, se dará gratuitamente, hum folheto, que contém a continuaçaõ da restauraçaõ, feita no *Algarve*, e transmitida ao *Campo de Ourique*, o qual fez imprimir o Prior, e Deputado da Regencia de *SanctIago de Casséms*, *Bonifacio Gomes de Carvalho*.[978]



Figura 174 – *Pedra de Armas Nacional picada pelas tropas francesas e inscrição relativa às obras de recuperação realizadas em 1828 por Inácio da Cunha* Gasparinho, fotografia do autor, 2008.

O coronel José Lopes de Sousa, logo que foi garantida a libertação do Algarve, com a retomada de Monchique, fez circular a informação ao longo da costa, o que foi recebido com grande júbilo em Odemira, Vila Nova de Milfontes e, a 27 de julho, pelas cinco horas

[978] Bonifácio Gomes de Carvalho era prior da igreja Matriz de Santiago do Cacém, desde 24 de agosto de 1794, e foi o principal responsável pela sua reedificação depois da grave ruína causada pelo terramoto de 1755. *Requerimento de Bonifácio Gomes de Carvalho, Prior da igreja Matriz da vila de Santiago do Cacém, solicitando apresentação no priorado de Santiago do Cacém*, ANTT, Ministério do Reino, mç. 600, proc. 50.

da manhã, em Santiago do Cacém, onde se aclamou festivamente a restauração do príncipe regente[979].

O governo desta vila enviou logo os seus emissários à Praça de Sines, onde ainda se encontrava o governador francês *San Juiné*, com vários soldados e paisanos franceses, instalados no Castelo. Todos foram presos pelos portugueses de Santiago do Cacém e conduzidos para esta vila nessa mesma tarde e no dia seguinte, de onde foram remetidos ao Governo do Reino do Algarve.

À ocupação das tropas napoleónicas se atribui o desbaratar do cartório do Castelo, tendo a vereação mandado publicar um aviso à população, a 29 de junho (doc. 74):

> publico a todos / os moradores desta Villa e Ter/mo que se alguma Peçoa / tivesse em seu poder algum / traste pertencente a esta / Fortaleza ou Comprado aos / Francezes ou dados os De/vem entregar para Serem / recolhidos e guardados no / seu Lugar destinado.
>
> Nesta determinaraõ que Se / Jnventariase tudo quanto / Se achou na Sahida do Go// Sahida do Governo Francez / nesta Fortaleza e que o Gover/no da mesma foce entre/gue ao Tenete Protoguez [*sic*] Jose / Rapozo Guerreiro Lobo para de tudo dar conta / pello Jnventario (…)[980]

Determinaram ainda o destino a dar aos víveres, como o pão cozido e o azeite, existentes na fortaleza.

Logo se iniciaram os preparativos para a defesa, esperando-se um iminente ataque das forças francesas aquarteladas em Setúbal, que avançaram em direção à Comporta. Achando-se sem armas nem pólvora, escreveram ao almirante Cotton, comandante da esquadra britânica, ancorada então frente à barra do Tejo, que enviou logo a 1 de julho a fragata «Comus», que no dia seguinte fundeou na baía de Sines e espalhou pelos concelhos vizinhos muitas espingardas, pistolas, espadas, pólvora e balas. Tudo se organizou com grande brevidade, recorrendo-se também às velhas estruturas das Milícias e Ordenanças, e no dia 7 já estavam em Melides 600 soldados, acompanhados por três grandes peças de artilharia que se levaram da Praça de Sines e, daqui, para a Comporta, para onde cada uma delas fora puxada por 25 juntas de bois, num percurso de 14 léguas, seguidas por artilheiros da mesma praça e por outros da torre do Outão e de Setúbal, que tinham desertado do

---

[979] *Gazeta de Lisboa* (1808) – Lisboa. n.º 32. 1º suplemento. 20 de setembro. O padre António de Macedo e Silva transcreveu muita da correspondência trocada entre as diversas câmaras municipais e outras entidades, relativas aos acontecimentos destes dias em: padre António de Macedo e SILVA (2009) – *Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem*. 3ª ed. Santiago do Cacém: Câmara Municipal. p. 219-277.

[980] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 11, fls. 56v-58.

jugo gaulês[981]. A 22 de agosto, o exército francês reconhece-se derrotado e até ao fim do mês negociaram-se as condições da Convenção de Sintra.

A segunda invasão, realizada pelo norte do país, não teve impacto direto em Sines, nem a terceira, que em 1810 se efetuou por Almeida, em direção a Lisboa, por isso, os livros de *Atas da Vereação* nada referem, quanto a conflitos militares, a partir de 1808.

Findas as incursões, os governadores do Reino reorganizaram os Corpos de Veteranos em companhias, logo em 1812, cada uma das quais com 120 praças. A 5ª companhia, do Corpo de Veteranos da Província da Extremadura, que consta de oito companhias, fica sediada na Praça de Sines, que mantém o seu estado-maior, tendo à frente um governador cuja categoria é fixada até sargento-mor[982].

No entanto, a guerra continuava em Espanha, apenas terminando, já em território francês, na batalha de Toulouse, a 10 de abril de 1814, o que não foi ignorado em Sines, como se vê pela *Gazeta de Lisboa* de 7 de setembro, onde se noticia que Frei João de Santa Teresa Selorico, guardião do convento de Santo António, celebrára umolene *Te Deum*, em ação de graças[983]. As autoridades religiosas respiram de alívio e dão graças aos céus, pois a rapina do seu património foi grande, tendo sido espoliadas da significativa maioria do seu acervo de ourivesaria. Só a Confraria do Santíssimo Sacramento, a mais rica da vila, perdeu os seis castiçais de prata e o lampadário da capela-mor, as varas de prata do pálio e a do juiz, a sua custódia, a caldeirinha de água benta, a cruz, etc., tudo «desaparecido no tempo dos franceses», como se registou no seu livro de inventários[984].



Figura 175 – Cirilo Volkmar Machado, *Pretanção propria de Junot. Não satisfeito o impio Junot do Tributo por elle imposto de 40 milhões de cruzados acressenta que as Igrejas sejão tambem saqueadas pello direito da força com que as despojou. Todo o Ouro e Prata de todas as Igrejas, Cappellas, e confrarias serão conduzidos à caza da moeda. Junot. Decreto de 1 de Fevereiro de 1808.* 1807-1809?, desenho a aguadas de tinta da china e guache branco sobre papel, BNP, *Iconografia*, d-94-p_17.

[981] *Ibidem.*
[982] Antonio Delgado da SILVA (1825) – *Collecção da Legislação Portugueza* […]. Lisboa: Typografia Maigrense. p. 184-187 e 196-199.
[983] *Gazeta de Lisboa* (1814) – Lisboa. nº 211. 7 de setembro.
[984] AMS, *Livro de Inventários da Confraria do Santíssimo Sacramento.*

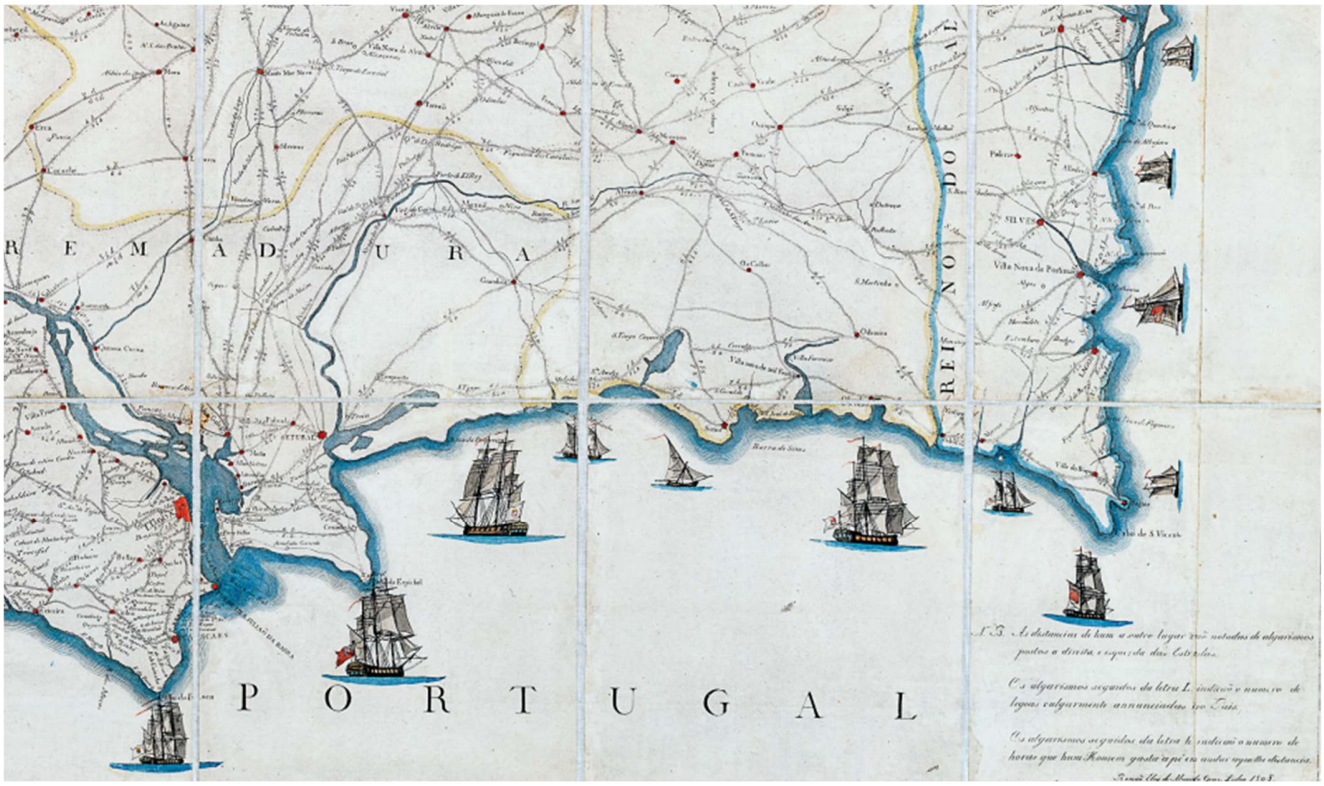


Figura 176 – Lourenço Homem da Cunha de Eça, *Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal*, 1808, Instituto Geográfico Português, Mapoteca.

12.2. José de Mello Britto e Castanheda (governador militar, 1814-1824)

Em data que não conseguimos apurar, António Garcez de Araújo Palha ocupou-se do governo da Praça. Em 1813, fez a lista das 28 embarcações que entraram no porto[985], o que denota um reanimar da vida comercial, mas todas as embarcações eram portuguesas, com exceção de uma fragata de guerra inglesa. No ano seguinte recebeu um ofício do ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, que lhe dá autorização para contratar como capelão da praça um dos franciscanos do convento de Santo António, com o ordenado de quatro mil e oitocentos réis.

A 7 de dezembro de 1814 tomou posse um novo governador, José de Mello e Brito[986], natural de Odemira, onde nasceu em 1780 e onde continuou a ter casa e propriedades agrícolas, tendo iniciado a sua carreira militar em 1798 e «ferido na batalha de Albufeira,

[985] *Jornal de Coimbra* (1813) – Lisboa: Impressão Regia. vol. IV. p. 291.
[986] *Gazeta de Lisboa* (1814) – Lisboa. nº 211. 7 de setembro.

em 1811, onde perdeu um pé»[987]. Os dez anos em que este ocupou o posto foram de relativa tranquilidade, sendo tempos de geral acalmia pela Costa Alentejana, apenas agitada nos seus últimos anos pelos ecos da Revolução Liberal de 1820, que obrigou ao regresso de D. João VI.

Não é, pois, de estranhar que no mês de junho de 1820 tenha entrado no porto de Sines uma embarcação com reparos de artilharia[988] e em novembro do ano seguinte o juiz de fora, Francisco Eleutério de Correia Mello pedisse o fornecimento de luzes, lenha e utensílios para o destacamento do Batalhão de Caçadores 2 que tinham vindo auxiliar o policiamento de Santiago do Cacém, Sines e Vila Nova de Milfontes de «contrabandos e salteadores» (doc. 76)[989].

A 29 de março de 1821, dando cumprimento ao Decreto das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa, foi jurada a Constituição, de que se fez auto, riscado posteriormente «em virtude do Avizo de 21 de Agosto de 1823»[990]. Determinou-se na mesma ocasião que se cantasse um solene *Te Deum* e se seguissem três dias de luminárias. A 4 de agosto, com imensa alegria, chegou a notícia do desembarque do monarca, regressado finalmente do Brasil[991].

As expectativas de um ressurgimento nacional, com a implantação de um regime constitucional, têm ecos na imprensa. Um curioso exemplo aparece-nos logo a 13 de julho de 1822 no *Diario de Governo*, dirigido aos «Habitantes da Villa de Sines»:

> Vós o sabeis, vós, que tendes a gloria de nascer nesta Villa, aonde vio a luz do mundo o maior heroe da Nação *Portugueza*, (…)
>
> Patria do maior Heroe foi Sines, foi rica, e opulenta tanto quanto podia permittir o seu terreno, os estragados edifícios, que ainda hoje se devisão, o mostrão.
>
> Fr. João de Santa Roza Viterbo Nogueira[992]

No texto, o autor exalta as ideias virtuosas dos novos tempos como solução para a decadência geral do país, usando Sines como exemplo, e os seus degradados edifícios – sem especificar quais –, testemunhos de um tempo de passada grandeza, em que homens

---

[987] ANTT, Ministério do Reino, mç. 805, proc. 3, Requerimento de José de Melo Brito e Castanheda, capitão e governador da praça de Sines, solicitando a mercê do hábito da ordem de Cristo como remuneração dos seus serviços.
[988] *Gazeta de Lisboa* (1820) – Lisboa. nº 200. 24 de agosto.
[989] AHM, 1.ª divisão, 17.ª secção, cx, 26, doc. 38.
[990] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 11, fls. 235v-236v.
[991] *Ibidem*, fl. 243.
[992] Frei João de Santa Roza de Viterbo NOGUEIRA (1822) – Variedades. *Diario do Governo.* Lisboa. n.º 162, p. 1181-1182. 12 de julho.

como Vasco da Gama lhe tomavam o leme. Esta visão não foi, no entanto, consensual e as correntes mais conservadoras, agregadas em torno da rainha D. Carlota Joaquina e do infante D. Miguel, não tardaram a conseguir travar os ímpetos revolucionários. Uma das suas consequências, a nível local, foi a extinção da recém-criada Guarda Nacional. O termo de vereação em que haviam sido registados os nomes dos 38 membros locais, datado de 12 de abril de 1823, foi cuidadosamente riscado[993], também por ordem do mesmo aviso de 21 de agosto de 1823[994] que o manda «Riscar e Apagar e Reduzir a Sinzas». Neste caso teve-se o cuidado de garantir que os 10 fólios que compõem o documento ficariam totalmente ilegíveis, apagando-se assim completamente a memória histórica.

Neste mesmo ano, a população masculina da freguesia somava apenas 778 indivíduos, distribuídos por 472 fogos[995], o que implica que pouco menos de 5% destes integrou a referida Guarda Nacional.

Se as atenções estão centradas nos conflitos políticos nacionais, que em breve irão eclodir em guerra civil, isto deve-se também ao facto de ter desaparecido das costas de Sines o perigo do corso, simbolicamente marcado pela assinatura do tratado de paz com Argel, em 1813[996], mas que se devia em muito ao domínio que as armadas britânicas exerciam sobre os mares. Este documento estipulou que «Nenhum Corsario Argelino poderá cruzar na distancia / de seis milhas das Costas de Portugal (…) ou demorar-se / naqueles sítios com o fim de dar cassa ou visitar os Navios / Portuguezes».

12.3. Inácio da Cunha Gasparinho (1825-1832)

A partir de 1824, os derradeiros anos de vida de D. João VI, o cargo de governador militar foi ocupado interinamente pelo ajudante Jacinto Salema da Mota Negrão. Num momento político instável, em que D. Miguel procurou tomar o poder no falhado golpe da *Abrilada*, o governador interino, juntamente com a Câmara, Clero, Nobreza e Povo da vila, dirigiram ao velho monarca «as protestações de amor e fidelidade á Sua Soberana Pessoa, jurando obedecerem somente a Sua Magestade, e ás Authoridades legalmente constituídas»[997].

A 21 de abril de 1825, tomou posse perante a vereação, após apresentar a respetiva carta de nomeação, Inácio da Cunha Gasparinho[998], nascido em Terena em 1784[999]. Assentou

[993] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 11, fl. 286.
[994] *Ibidem*, fls. 296-296v.
[995] *Ibidem*, fl. 231.
[996] ANTT, *Tratados*, Argel, cx. 1, n.º 1.
[997] *Gazeta de Lisboa* (1824) – Lisboa, n.º 127, 29 de maio.
[998] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 11, fls. 318v-319.
[999] ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 752, proc. 7.

praça com 17 anos e sabemos, por uma *Relação dos Oficiais*, de 1 de janeiro de 1826, ter sido nomeado governador da praça a 16 de setembro de 1824, quando tinha 42 anos de idade e 25 de serviço[1000]. Fora cadete em 20 de setembro de 1800, alferes do Regimento de Infantaria N.º 3 a 5 de janeiro de 1809, tenente do mesmo regimento a 4 de abril de 1810 e capitão do 1º de Infantaria em 1815. Major graduado do mesmo regimento em 1818, major efetivo a 26 de março de 1821 e, por fim, governador desta Praça de Sines[1001].

Tendo entrado em combate contra as tropas napoleónicas, foi ferido a 10 de dezembro de 1813[1002] e consta do *Mappa dos mortos, feridos, e extraviados do Exército do commando de S. E. o Marechal General Duque da Vitoria nas Operações relativas á Passagem do Rio Nive, desde 9 até 13 de Dezembro, de 1813*[1003].

Em 1821, integra a listagem dos oficiais que existiam na Divisão dos Voluntários Reais de El Rei, com a patente de capitão graduado em major, tem 51 anos. Também ele combateu em terras brasileiras onde, a 18 de novembro de 1823, surge como um dos signatários da Convenção para a Suspensão de Armas e Retirada das Tropas Portuguesas de Montevidéu, em que se define os procedimentos de retirada das tropas portuguesas, o que aconteceu sem derramamento de sangue e poderá ter sido o que esteve presente no momento da sua nomeação para o cargo de governador militar da Praça de Sines a 23 de setembro de 1824.

A *Gazeta de Lisboa* informou, poucos dias depois, das recentes nomeações[1004]. Na mesma ocasião foi nomeado para capitão da Companhia de Veteranos de Sines, o Capitão do 1º Regimento de Infantaria da Divisão de Voluntários Reais d'El Rei, João de Mattos Maia, no âmbito daquilo que parece ser uma ampla substituição dos cargos chave da administração militar levada a cabo por D. João VI em consequência da demissão de D. Miguel dos seus cargos militares e da sua expulsão do país.

Morto o rei *Clemente*, a 10 de março de 1826, logo no dia 29 de julho foi apresentada à vereação siniense a *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa*, dada pelo novo rei, D.

[1000] AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, doc. n.º 13.

[1001] A carreira militar de Cunha Gasparinho pode ser seguida até 1783 por um documento do Arquivo Histórico Militar, por entre os *Livros Mestres, Arma de Infantaria*, Livro n.º 11 – Livro de Registo de Regimento de Infantaria n.º 3, de 1819 a 1825 (PT/AHM/G/LM/B-03/11/0061) data em que é tenente. O Livro n.º 7 e 8, Livro de Registo do 1º Regimento de Infantaria de Olivença, de 1800 a 1804 tem outras informações ainda como Cadete: olhos pardos e cabelos louros.

[1002] *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico, & c.* (1813) – n.º XXV. julho, p. 449-500.

[1003] *Correio Braziliense ou Armazem Literário*, Vol. XII, p. 85.

[1004] *Gazeta de Lisboa* (1924) – Lisboa, n.º 232. 1 de outubro.

Pedro IV, ex-imperador do Brasil, ficando marcado o seu juramento para dia 31 do mesmo mês[1005].

Certo é que, posteriormente, o governador Inácio da Cunha Gasparinho promoveu importantes obras de recuperação do Castelo, como atesta a lápide colocada sobre a porta principal em 1828, sob a pedra das armas reais, picada durante as invasões francesas e nunca substituída, apesar das cartas a solicita-lo, que se guardam no Arquivo Histórico Militar. Mais uma vez, parece tratar-se de uma obra realizada com grande pragmatismo e limitados recursos financeiros, garantindo-se a conservação da estrutura edificada sem alterações significativas.

A 10 de janeiro de 1828 enviou uma missiva a Francisco António Rapozo:

> Ill*ustríssi*mo e Ex*celentíssi*mo S*enhor*
>
> Rogo a V*ossa* Ex*celênci*a o favor de me dizer a quem me devo dirigir, para obter huma pedra d'armas que hé necessária, para ser colocada / no Frontespício do Castello desta Praça; cujas Armas forão picadas no tempo do intruzo Governo Francez
>
> Deos G*uard*e a V*ossa* Ex*celênci*a Quartel da
> Praça de Sines 10 de Janeiro de 1828
>
> Ignacio da Cunha Gasparinho
> Governador da Praça de Sines

A pedra de armas nunca chegou, mas nesse mesmo ano o rei autorizou que lhe fosse enviado material de guerra para a artilharia instalada na Praça: cento e dez cartuchos vazios, de linhagem ou de cera fina, para carregar pela sexta parte, de calibre nove e 120 de calibre 12; 150 tacos de filaça para calibre 12; 30 velas de composição; duas adrissas para bandeiras; duas bandeiras; seis peles de carneiro para lanactas[1006].

Num *volte-face* da situação política, D. Miguel fez-se aclamar rei pelas Cortes Gerais do Reino a 23 de junho de 1828 e Cunha Gasparinho procurou certamente obter o favor régio, visto que lhe foi concedida permissão para usar a «Medalha de Sua Real Efígie» a 13 de agosto do ano seguinte[1007].

[1005] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 11, fls. 338-338v.
[1006] AHM, 1ª Divisão, 20ª Secção, cx. 173, doc. 11 [Em linha]. 17 de julho de 1828. [consult. 20 jun. 2020]. Disponível em: WWW:<URL:https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/viewer?id=197871&FileID=1706762&recordType=Description
[1007] *Gazeta de Lisboa* (1829) – Lisboa, nº 198, p. 818. 22 de agosto.

As obras de recuperação do Castelo, concluídas em 28, não englobaram a totalidade da fortaleza, pois logo no ano seguinte surge um projeto para a plataforma dos canhões, assinado pelo segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros, Domingos Zacarias da Silva e Santos (doc. 78)[1008], com a data de 31 de julho de 1829. O respetivo orçamento refere-se à reparação das ruínas que existiam em diferentes pontos da fortaleza. A principal razão dos problemas detetados prendia-se com a situação do Castelo junto da crista da falésia. Os contrafortes que nesta zona reforçam exteriormente a muralha da bataria estavam arruinados, com as fundações descalças devido ao aluimento das terras, o que obrigava à sua reparação e mesmo à reconstrução total de um deles.

As fundações da muralha que forma o flanco direito da bataria da Fortaleza também estavam ameaçadas pelo aluimento das terras junto à sua base.

> Portanto devendo susten=/tar-se as terras que formaõ o despenhadeiro das quaes depende a estabelidade do flanco da / bateria [*sic*], projectou-se encher com terras hum vaõ de 54 braças cubicas compreendido entre este / despenhadeiro, e outro, que lhes fica diametralmente opposto sendo perciso [*sic*], para sustentar / estas terras, fazer-se huma muralha a qual atravessando o vaõ apoia os seus extremos nos / despenhadeiros, estando por esta razaõ as dimenções das muralhas dependendo da extenção / do do [*sic*] vaõ. Deverá ter a muralha no seu cume 70 palmos de comprido, e no lugar da baze, / que fica no plano inferior do vaõ 10 palmos, sendo os outros pontos da baze situados so=/bre os despenhadeiros os quaes se aproximaõ hum do outro á medida, que se chegaõ pa=/ra o plano inferior do vaõ disto rezulta ser a muralha terminada por huma super/fice a qual tem a figura de hum trapezio cujos lados parallelos o maior he de 70 pal=/mos, e o menor de 10 estando a inclinação dos outros lados dependendo dos diferentes pon/tos da baze da muralha que se forma sobre os despenhadeiros sendo a maior altu/ra d'esta muralha marcada d'esde o vaõ aonde tem os seus fundamentos ate ao seu / cume de 50 palmos cuja altura vai sucessivamente deminuindo em todos os pontos / da muralha a qual por esta razaõ deverá ter de grossura 4 palmos[1009]

Esta obra nunca foi realizada. Correspondia à atual área das escadinhas do Muro da Praia, que teve obras na década de 1840 e veio a ganhar a sua feição atual com tabuleiros ajardinados em socalcos nos anos 30 do século XX. Correspondendo a uma antiga linha de água, o barranco da Misericórdia, assinalado na cartografia do século XVIII por João Gabriel de Chermont.

[1008] AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, cx. 86, n.º 18.

[1009] *Ibidem*.

Achando-se arruinado o teto da pequena casa que servia de paiol era necessário fazer um guarda pó de madeira, com 22 palmos de comprimento e 19 de largura, e construir-se de novo o telhado com 23 palmos de comprimento e 19 de largura.

Quantidade, e despesa dos materiais necessários

53,1 …….	Moios de cal a …… 2$100 reis o moio ……	111$510
106,5 …….	Ditos de area a ……240 reis o moio ……..	25$560
356 …….	Carradas de Pedra d'Alvenaria a …. 440 reis a carrada ……..	156$640
70,8 …….	Cargas de Pedra de Calçada a …… 100 reis a carga ……..	7$080
2,9 ……	Milheiros de tijolos a …… 8$000 reis o milheiro ……..	23$200
50 ……..	Telhas a …… 10 reis cada huma ……..	$500
2 ……..	Tabuaões de casquinha de 2 pollegadas a trez fios a 960 r cada hum	4$800
2 ……..	Duzias de ripas de pinho da terra a 480 r cada duzia ……	$960
200 …….	Pregos de Cetía grande a …….. 140 reis o cento ……	$280
350 …….	Pregos de Cétia pequena a …….. 120 reis o cento ……..	$420
	Somma……..	330$950

Despeza Relativa aos Jornaes

56 ……	Jornaes de Mestre da Obra paizano a 480 r*ei*s cada jornal	26$880
152 …….	Jornaes de Pedreiro paizano a …….. 480 r*ei*s cada jornal	72$960
3,5 ……..	Jornaes de Calceteiro paizano a ……. 480 r*ei*s cada jornal	1$680
3 ……..	Jornaes de Carpinteiro paizano a ……..480 r*ei*s cada jornal	1$440
456 …….	Jornaes de Servente paizano a …… 240 r*ei*s cada jornal	109$440
67,5 ……	Jornaes de Carros para transportar as terras que devem encher o vaõ compreendico entre os despenhadeiros a ……. 1$600 r cada jornal …	108$000
	Somma	320$400

Em 1830, a 27 de fevereiro, é analisado pela vereação um ofício do governador em que pedia à Câmara que nomeasse um almocreve para as conduções das munições de guerra para a praça do seu comando, visto que constava haver-se sempre assim praticado em todos os tempos. É nomeado Francisco Correia Baptista e informado o governador[1010].

No ano seguinte, o major de artilharia de Elvas fez uma descrição do Castelo, onde se constata o seu bom estado de conservação depois das obras realizadas por Gasparinho:

> *Praça de Sines:* está situada ao sul. Junto da vila de Sines, correspondente ao centro da margem de uma pequena enseada e porto, que domina, e distante ao sul 14 léguas de Setúbal. Consta de um recinto rectangular fechado com um alto muro, e torres nos

[1010] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 12, fl. 34v.

> ângulos, tudo de construção muito antiga e em bom estado. Do lado da enseada tem uma bateria encostada à muralha, elevada da praia 22 braças, com 15 1/5 de comprimento e 27 a 30 palmos de largura, donde se pode assentar artilharia. O seu objectivo é defender a enseada, servir de depósito e de refúgio aos habitantes da vila (…) Tem quartéis para 100 praças, nos quais está a 5.ª companhia de veteranos.[1011]

No outro polo da vila, na Calheta, também se planeiam obras. Em 1828, na sessão de 12 de março, foi apresentado, na Câmara dos Deputados[1012], um relatório sobre o estado das pescas e um Projeto de Lei para melhoramento das mesmas, apesar de muita da informação de base utilizada remontar aos anos de 1820/1821. Propõe-se a criação de um fundo que em parte se aplique ao restauro das barras e dos portos arruinados, e em parte anime as Pescarias. Do Projeto de Lei consta: «Art. 18. A parte das Sisas da Villa de Sines, que pertence ao Thesouro, será applicada ao reparo do Porto denominado *Calheta*, até o complemento da obra necessária para abrigo de Barcos de Pesca, e Navios, e não poderá ser applicada a nenhum outro destino.».

Durante o reinado de D. Miguel, o Castelo de Sines serviu pontualmente como prisão para presos políticos vindos de longe, como José Bernardo da Silva, bacharel e advogado de Aveiro, condenado a 11 de maio de 1831 a dois anos de reclusão na Praça de Sines ou João Pedro Fernandes Thomaz, académico, condenado a 7 de outubro do mesmo ano a dois anos de reclusão, comutada posteriormente em degredo para a vila de Monchique[1013].

A partir de finais de 1831, começamos a encontrar sinais da aproximação de um novo confronto militar. No dia 17 de dezembro é aberto um ofício do corregedor provedor da Comarca a solicitar aos habitantes do concelho que contribuam voluntariamente com as quantias necessárias para auxiliar o Governo a equipar o Corpo de Voluntários Realistas e as Milícias «empregados na defesa dos Sagrados Direitos do Mesmo Augusto Senhor»[1014]. A 31 de dezembro, o mesmo assunto é de novo trazido à Câmara, esclarecendo-se que o dinheiro se destina à compra do «vestuário das Tropas empregadas no Exercito de operações», sendo nomeado recebedor José Maria Raposo. A 6 de janeiro é acordado que, para melhor se promoverem os donativos, passasse o procurador do concelho com o escrivão das Armas a indagar cada um dos moradores da vila acerca do valor com que poderão contribuir para este fim.

[1011] Sines. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1959) – Lisboa: Editorial Enciclopédia. Vol. 29. p. 146.
[1012] *Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza. I. Legislatura* (1828) – Vol. II, p. 764.
[1013] Pedro da Fonseca Serrão VELOZO (1833) – *Collecção de Listas, que Contem os Nomes das Pessoas, que Ficarão Pronunciadas nas Devassas, e Summarios* […]. Porto: Typ. da Viuva Alvares Ribeiro & Filho. p. 55 e 69.
[1014] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 12, fl. 57.

12.4. Dias Conturbados

A 18 de junho de 1832, Cunha Gasparinho foi chamado a Lisboa, onde se apresentou no Quartel General, supondo que iria ser nomeado para uma nova comissão de serviço. Após quatro meses de espera infrutífera apresentou uma exposição, reclamando da sua situação, que atribui a infundadas suspeitas da sua fidelidade à causa absolutista, defendendo a sua boa conduta civil e moral, bem como o cumprimento rigoroso dos deveres «do seu Posto e Governo»[1015]. A informação interna, relativa a este assunto, explica que nada consta, mas que o coronel de Reformados e governador interino da Praça de Sines, Álvaro Barreto Borges havia dado conhecimento da oposição quase total da população da vila a D. Miguel, o que terá afetado a reputação de Gasparinho. Ocupa então o cargo, interinamente o major Alexandre Evaristo de Lemos[1016].

Sente-se claramente o nervosismo do poder estabelecido perante o iminente desembarque das forças liberais, que veio a ocorrer a 8 de julho de 1832 na praia do Mindelo. Passado pouco mais de um ano, a 24 de julho de 1833, o triunfante exército Liberal entrou em Lisboa. Vale a pena ver com algum pormenor o que se passou durante esse ano em Sines. Logo a 28 de janeiro de 1833, procurou-se afinar a máquina de guerra, racionalizando as despesas, nomeadamente no que diz respeito à gestão da Renda da Imposição, que como já vimos era utilizada para as obras de conservação do Castelo, mas igualmente para a aquisição de lenha e azeite para o consumo da Guarda Principal. Sempre que o governador da Praça necessitava destes produtos, fazia requisição ao depositário da mesma renda[1017].

Por carta enviada a 31 de janeiro, o ministro da Marinha do novo governo Liberal informou Napier (1786-1860) acerca da estratégia que se pretendia levar a cabo, visto que seria impraticável entrar no Tejo, devido à artilharia das numerosas baterias e dos navios de guerra aí fundeados. Os Liberais consideram que a costa mais útil para um desembarque seria a situada entre Peniche e Cascais, depois entre o Tejo e o Sado, «depois d'isso temos Sines, Costa do Alentejo, talvez a mais facil para effectuar um desembarque, visto que tem poucos Portos, e não está bem guardada»[1018].

[1015] ANTT, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, 2.ª inc. mç. 44, n.º 46, cx. 153, Requerimento de Ignácio da Cunha Gasparinho major governador da Praça de Sines, solicitando poder defender-se das falsas acusações que lhe foram imputadas, e despacho.

[1016] ANTT, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, 2.ª inc., mç. 41, n.º 295, cx. 146, Requerimento de Alexandre Evaristo de Lemos, major e governador interino da fortaleza de Sines, para João Galvão Mexia de Sousa Mascarenhas solicitando ser mudado para qualquer uma das fortalezas marítimas do Algarve e ser acompanhado por Joaquim Ricardo Garcez, primeiro tenente da brigada real da marinha.

[1017] *Ibidem*, fl. 76v.

[1018] Carlos NAPIER (1841) – *Guerra da Successão em Portugal*. Lisboa: Typographia Commercial. p. 118. Tradução de Manuel Joaquim Pedro CODINA.

Em maio não é a guerra civil que mais preocupa as autoridades locais, mas sim o combate contra outro perigoso inimigo: a cólera. As providências adotadas refletem ainda o universo ideológico do Antigo Regime. As três primeiras medidas envolvem as autoridades religiosas, primeiro proibindo os enterramentos dentro da igreja Matriz e, logo a seguir, requerendo a cedência da sacristia da ermida de S. Pedro para instalação da guarda que controlaria as entradas e saídas da vila. Finalmente solicitou-se autorização para a realização de uma novena a São Sebastião, a realizar na sua ermida, com uma procissão de preces a marcar o seu encerramento. Mais uma vez, São Sebastião é chamado a combater uma ameaçadora epidemia, estando também fortemente ligado à guarnição do Castelo, que, como vimos, tinha na ermida a sede da sua confraria.

No mesmo ano, a fragata «D. Maria II» foi enviada para Sines[1019]. O almirante Napier controlava o mar, apesar das desavindas com o Governo. Sines já tinha sido tomada pelas tropas constitucionais «que a fortificaram bem, segundo a natureza do terreno lh'o permitia, e d'alli algumas incursões se fizeram sobre Santiago de Cacem, nas vistas de penetrar no Alentejo, e cortar ao inimigo todos os recursos, que d'alli tirava (…) Limitando-se assim novamente a Sines, onde lhes não foi de pouca ventura continuarem na difficil empreza de lá se sustentarem»[1020].

Enquanto a Praça está nas mãos das tropas liberais, há notícias de confrontos, próximo da aldeia do Cercal, no dia 7 de outubro, entre o Corpo Franco organizado pelo corregedor provedor de Beja e um primeiro bando de 120 rebeldes, seguido de um segundo recontro com outros 200, em que tombou o sou comandante, Domingos Louzeiro, que se preparava para ir atacar Sines (doc. 79)[1021].

Em finais de setembro, a guarnição Siniense é reforçada com 94 praças da Brigada Real da Marinha, transportadas pelo barco de guerra português movido a vapor «Soho»[1022]. A 21 escreveu o coronel Joaquim José de Almeida que tivera notícia no dia 15, à noite, que os rebeldes se preparavam para atacar a vila de Santiago do Cacém, com uma força de quase mil homens. Partira à meia-noite ao seu encontro, com 140 praças da Brigada Real da Marinha, 36 marinheiros portugueses da fragata «D. Maria II», 80 voluntários a cavalo, seis lanceiros e alguns oficiais. Surpreendeu-os na madrugada de 16, e fugiram em completa desordem, deixando no campo 120 mortos, além de muitos feridos, não tendo as forças liberais perdido mais do que um soldado[1023].

[1019] Simão José da Luz SORIANO (1884) – *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo IV. p. 427.
[1020] *Idem* (1849) – *Historia do Cerco do Porto.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol II. p. 326.
[1021] *Chronica Constitucional de Lisboa* (1833) – Lisboa. n.º 74. 19 de outubro.
[1022] *Chronica Constitucional de Lisboa* (1833) – Lisboa. n.º 57. 30 de setembro.
[1023] *Ibidem* – n.º 82. 29 de outubro.



Figura 177 – John Simpson. *Retrato do Almirante Napier,* c. 1834, óleo sobre tela, Museu Nacional Soares dos Reis, proveniente da sala dos marechais do Palácio das Necessidades.

A 4 de novembro de 1833, Napier chegou a Setúbal, a bordo de um vapor, com 200 soldados belgas, e encontrou a vila na maior confusão. O general Lemos, depois da vitória miguelista em Alcácer do Sal, era esperado a qualquer momento, e temia-se que grande parte dos habitantes fosse miguelista. Não havendo notícias dele, pensou-se que poderia ter marchado sobre Sines, para surpreender a guarnição da praça. Napier partiu rapidamente para a vila, que achou indefensável, e por isso dela retirou a guarnição, que consistia em 200 homens de «Marinhagem», e os principais habitantes, que conduziu a Setúbal, para reforçarem a defesa desta importante posição[1024]. Posto isto, voltou para Lisboa[1025], deixando Sines de novo à mercê das forças absolutistas que dominavam as regiões limítrofes e que rapidamente tomaram a Praça, aclamando aí de novo D. Miguel como rei.

A instabilidade política e a insegurança das populações nestes tempos de guerra civil, também conduziram a naturais perdas patrimoniais, como testemunhou o guardião do convento de Santo António, padre Domingos da Santíssima Trindade Leitão, que fugindo apressadamente de Sines, enterrara entre o convento e o mar, alguns objetos de prata: um turíbulo, a sua naveta e uma pequena custódia, enquanto no sacrário existente na capela de Santo António deixara uma cruz de prata com uma relíquia do Santo Lenho e a caixa dos

[1024] Simão José da Luz SORIANO, *op. cit.*, p. 362.
[1025] Charles NAPIER, *op. cit.*

Santos Óleos. Ao regressar, constatara o desaparecimento de todos estes valores, bem como dos livros de inventário e de diversas peças de mobiliário.

O triunfo dos liberais, afectos a D. Pedro, foi acompanhado pela rápida e abrupta extinção dos conventos masculinos e, no próprio dia 30 de maio, em que o decreto foi assinado, os objetos de prata ainda subsistentes no convento de Sines foram entregues pelo ex-guardião ao deputado tesoureiro da Junta do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares[1026], João Bernardo da Costa Sarmento[1027]:

> Huma Pixide pequena de prata dourada
> Dois Calices de prata no copo, com os pes de bronze, com os seus pertences
> Hum Cofre de Tartaruga com goarnições e chave de prata
> Quatro Coroas de varios tamanhos de prata
> Seis Explendores de prata de vareos tamanhos
> Quatro Cruzes de vareos tamanhos

A píxide e os cálices foram distribuídos por igrejas que careciam deles, por serem alfaias de culto, as restantes peças de prata – coroas, resplendores e cruzes – seguiram para a Casa da Moeda, onde foram fundidas. O cofre de tartaruga foi vendido e, em 1842, a Imprensa Nacional publicou uma *Collecção das contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Joias que Pertenceram aos Conventos, e Corporações Extinctas do Continente do Reino*, onde incluiu o convento de Sines, com o número 380, inventariando os objetos acima referidos e avaliando-os em 76$944[1028].

Nenhum dos objetos pertencentes ao espólio do antigo convento foi escolhido para ser conservado como peça de valor artístico ou patrimonial, nem mesmo os próprios edifícios, a que não se deixou de procurar uma função utilitária. As autoridades diocesanas ainda tentaram conservar a igreja, devido à especial devoção que a população tinha a Santo António, e diversos serviços públicos cobiçaram as instalações. A 8 de janeiro de 1838, o Ministério da Guerra requisitou mesmo os edifícios e a cerca conventual para quartel da guarnição militar da vila, cujo espaço de alojamento no Castelo não era suficiente. Por

[1026] Criada em 1789 e extinta por D. Miguel em 1829, restaurada por D. Pedro IV em agosto de 1833 para iniciar um processo gradual de reforma e extinção dos conventos. A decisão radical de uma extinção total e abrupta a 30 de maio de 1934, tornou-a inútil, pelo que foi extinta a 10 de outubro seguinte. *Cf.* Laurinda ABREU (2004) – Um parecer da Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade. p. 119-120.

[1027] Nomeado a 31 de agosto de 1833 por José da Silva Carvalho, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, encarregado interinamente da Pasta dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Cf. *Chronica Constitucional de Lisboa* (1833), Lisboa, nº 34, setembro.

[1028] *Collecção das Contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Joias que Pertenceram aos Conventos, e Corporações Extinctas do Continente do Reino* (1842) – Lisboa: Imprensa Nacional.

portaria do Ministério da Fazenda de 6 de dezembro de 1839 mandou-se entregar o imóvel ao inspetor-geral dos Quartéis e Obras Militares, ficando a concessão dependente da aprovação das Cortes. Volta, assim, a cruzar-se a história do Castelo com a do convento, fundado por um dos seus alcaides-mores quinhentistas.

As necessidades urgentes de fundos nos cofres públicos pressionou, no entanto, a venda dos Bens Nacionais, mas o Ministério da Fazenda adiou a decisão da venda do convento de Sines e, por Portaria de 17 de dezembro de 1839, estipulou ainda «que se sobrestasse na venda do sobredito, até se conhecer se é conveniente aplica-lo para a Alfândega como é propósito da Comissão Geral de Fazenda». Finalmente, uma Portaria do Ministério da Fazenda, de 9 de fevereiro de 1841, mandou proceder à alienação do imóvel[1029].

Encontrando-se já com sinais de ruína em 1834, sujeito ao abandono dos seus ocupantes e às indecisões quanto ao seu destino, ameaçado pelas ondas do mar nos dias de tempestade e pelas turbulências políticas, é natural que se tenha indo desmoronando, acompanhando o colapso das estruturas do Antigo Regime, de forma que, em 1850, o médico local Francisco Luiz Lopes, ao descrever os edifícios religiosos em *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama* já não lhe fez qualquer referência.

12.5. O Embarque de D. Miguel para o Exílio

Os termos da rendição de D. Miguel ficaram consignados na convenção de Évora Monte, a 26 de maio de 1834. O monarca deposto podia abandonar o país, tendo o Governo escolhido o porto de Sines para o seu embarque, por ser o mais próximo e a pequena vila ser facilmente controlável para se evitar por em perigo o «usurpador». O general António de Azevedo Lemos tratou dos preparativos, prevendo uma primeira dormida em Alvito na noite de 30, a segunda em Alvalade, a 31, e a derradeira, a 1 de junho em Sines[1030]. No entanto, ao chegarem, por volta das cinco da tarde, encontraram uma situação agitada, pelo que se decidiu embarcar de imediato o infante na fragata inglesa «Stag»[1031]. É provável que o rei deposto tenha descansado uma hora em casa do governador militar, o que não é claro nos relatos contemporâneos, no entanto, Joaquim Lopes Carreira de Mello, que parece ter tido acesso a testemunhas oculares, faz-nos uma descrição do cenário dos acontecimentos onde conseguimos rever claramente este espaço:

[1029] *Situação dos Edifícios de Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*, p. 567-568.
[1030] ANTT, *Convenção de Évora Monte*, cx. 1, pt. 5, doc. 16. 28 de maio de 1834.
[1031] Joaquim Lopes Carreira de MELLO (1853) – *Compendio de Historia de Portugal* […]. Lisboa: Typ. de Castro & Irmão. p. 352-354.

> Os commandantes da fragata ingleza Stag, e da corveta Nemrod com a sua officialidade logo se appresentaram ao senhor D. Miguel, e foi então que o general Lemos, que se tinha conservado com a guarda de vinte soldados realistas á porta do paço, para se oppor aos amotinados, considerando o senhor D. Miguel já livre de perigo, subiu a escada, e lhe disse que passado uma hora de descanço era melhor embarcar, e annuindo o augusto principe á proposta, o general foi fallar ao commandante dos lanceiros para que este fizesse desembaraçar o caminho para dar logar ao embarque. Os lanceiros fizeram alas a pé desde o paço até ao logar do embarque. Então o senhor D. Miguel desceu a calçada para a praia pelo braço do commandante da fragata Loekger e do Mocdogale, commandante da corveta, com a sua comitiva (…)[1032]

O embarque de D. Miguel para o exílio foi bastante publicitado na imprensa internacional da época. Destacamos um curioso folheto em verso, publicado em Madrid no próprio ano de 1834 e intitulado *Las Pedradas*, em que se enaltece a forma como o povo de Sines apedrejou o monarca deposto. A imprensa liberal rapidamente registou a sua versão dos acontecimentos, em que destaca os motins populares e as vozes de protesto:

> entre as maldições e insultos do povo que, ao vê-lo correr rapidamente para bordo como um fugitivo, nunca cessou de gritar: - Viva a carta constitucional, viva a Rainha, viva D. Pedro, duque de Bragança, e viva o exercito libertador. D'este seu embarque passárão attestação em fórma todos os officiaes do regimento da Rainha.[1033]

Por outro lado, também os defensores da causa miguelista narram os pormenores do embarque com outra perspetiva:

> Não foi sem grande trabalho que o Commandante de lanceiros *Simão Infante de Lacerda* procurou a todo o custo evitar qualquer acontecimento desastroso, chegando até, a ter altercações com o proprio guerrilheiro *Batalha*.
>
> O seu dever como soldado, e ligado ás instrucções que muito lhe haviam sido recommendadas, o obrigou a destacar patrulhas ás bôcas das ruas, e fazendo pôr pé em terra á cavallaria ordenou que se fizessem alas até ao embarque.
>
> A canalha, sempre promta a acommetter os vencidos, jogavam pedradas e vituperios contra aquelle, para quem dias antes se afadigavam em procurar verduras para formar arcos, luminarias, e Tedeums.

[1032] *Ibidem*, p. 353.
[1033] José Liberato Freire de CARVALHO (1842) – *Memorias com o Título de Annaes, para a História do Tempo que Durou a Usurpação de D. Miguel.* Lisboa: Imprensa Nevesiana. Vol. 3. p. 323.

SEVERA LIÇÃO PARA OS QUE TEM O PODER!!![1034]

Alguns autores fizeram deste apedrejamento de Sines um gesto heroico e simbólico, lembrado por Bulhão Pato nas suas memórias:

> Pois as paixões do tempo eram de tal modo levadas ao rubro, ou antes ao branco, que um aspirante, que foi depois um dos nossos mais briosos oficiais de marinha, exercendo altos cargos no Ultramar, Teodorico da Silva, se não me falha o nome, rapaz que aliava a um nobre carácter inteligência lúcida, como lhe fora cruelmente perseguido pelo despotismo, no momento em que D. Miguel de Bragança seguia para pôr os pés na prancha do escaler, firmou os olhos nos passos do príncipe e, vendo a derradeira passada, foi-se a ela e, tomando um punhado de areia, exclamou para os camaradas:
>
> - Rapazes aqui está a última pegada do tirano em Portugal![1035]

E na sua prosa romântica não deixa de aproveitar o tema para outro gesto teatral:

> A canalha, a própria servilona que beijava os pés do rei no trono, vendo-lhe agora o ceptro abatido apedrejava-o. (…)[1036]

Alberto Pimentel refere outro relato, que lhe fez um dos apedrejadores de Sines, cuja morte fora assinalada pela imprensa em 1890[1037]. Hugh Owen deixou-nos ainda outra descrição minuciosa dos acontecimentos:

> D. Miguel apeou-se junto á egreja matriz que defronta com a larga bahia e – falla o meu informador – «apezar da caminhada, vosearia e apupos apresentava-se tranquillo, olhando com altivez a multidão que o insultava».
>
> É absolutamente authentico o facto do governo haver destacado manifestantes, que souberam corresponder aos desígnios de Joaquim Antonio de Aguiar e Agostinho Freire. Ao longo da Barroca, rochedo trabalhado quasi a pique, n'esse tempo de difficil caminho para a praia, estendia-se a multidão.
>
> «Era um côro infernal. Não havia insultos que não proferissem, e D. Miguel protegido pela escolta parecia quasi desamparado.»

[1034] *Historia Contemporanea ou D. Miguel em Portugal* (1853) – Lisboa: Typographia do Centro Commercial. p. 402.
[1035] Bulhão PATO (1907) – *Memorias; Quadrinhos de outras épocas*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. p. 56.
[1036] Maria Alexandre LOUSADA; Maria de Fátima Sá e Melo FERREIRA (2009) – *D.* Miguel. Lisboa: Temas e Debates.
[1037] *Ibidem,* p. 251.

> No fim da ladeira, já na praia ouve-se o ruido ameaçador, parece que qualquer attentado se esboça e então torna-se enorme o alarido e uma pedra vae ferir um official da escolta, D. Carlos de Mascarenhas, provavelmente.
>
> «Arremessára-a Francisco Gerónimo Raposo que dizia não a haver dirigido a D. Miguel mas sim ao Lemos de quem recebera agravos».
>
> O commandante dos navios estrangeiros ainda chegou a ordenar fogo.
>
> O comandante e marinhagem da corveta portuguesa ambas em Sines tomaram parte activa nas manifestações.
>
> «D. Miguel sempre muito tranquillo saltou para o escaler, atracando á corveta que salvou com vinte tiros». *Informação do snr.* CARLOS CARDOSO D'OLIVEIRA.[1038]

Mesmo depois do triunfo da causa Liberal, nem sempre os soldados viram com bons olhos a tentativa de apedrejamento daquele que fora seu chefe supremo, tendo, em 1837, alguns soldados aquartelados em Sines erguido a voz para ameaçar cortar a cabeça àquele que era apontado como o autor da proeza, que rapidamente se escondeu ou se pôs em fuga[1039].

Apesar de, como vimos, serem abundantes os testemunhos escritos, são raras as representações deste episódio histórico, onde constitui notável exceção o painel de azulejos da Estação dos Caminhos de Ferro de Sines, pintados por Gilberto Renda na Fábrica Sant'Anna, em 1935, integrado num conjunto decorativo onde se destacam dois episódios da primeira viagem de Vasco da Gama e cenas locais.

[1038] Hugh OWEN (1915) – *O Cerco do Porto; contado por uma testemunha, o coronel Owen com documentos novos*. 2.ª ed. Porto: Renascença Portuguesa. p. 338-339. Prefácio e notas de Raul BRANDÃO.
[1039] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fls. 32.



Figura 178 – Gilberto Renda – Fábrica Sant'Anna, *Embarque de D. Miguel para o exílio,* 1935, Painel de azulejos da Estação dos Caminhos de ferro de Sines.

Este momento permaneceu no imaginário coletivo, tendo sido possível recolher uma versão que estabelece uma ligação familiar, que nos foi contada por Antero Raposo[1040]. Alguns objetos foram conservados quase como relíquias da passagem do rei deposto, como um copo e um guardanapo, em Alvalade, onde dormiu na sua última noite em Portugal. Em Sines forjou-se uma memória em torno de uma pequena terrina de faiança, pintada com as armas reais portuguesas, onde teria sido servida a D. Miguel a sua última refeição em solo português, o que nos parece pouco provável. O clima tenso, mesmo violento que se viveu em Sines nesse dia, com o receio de uma tentativa de assassinato, levou o monarca deposto a dirigir-se rapidamente para bordo do navio inglês que o esperava. Mas a imaginação popular sempre necessitou de criar estes seus *monumentos.*



Figura 179 – *Terrina de D. Miguel,* Museu de Sines, Inv. MS 26.

[1040] *Redes do Tempo* (2011) – Sines. n.º 6. Agosto.

12.6. O Tempo das Guerrilhas

Com o embarque de D. Miguel para o exílio, não terminou a situação de conflito militar, doravante levada a cabo por milícias, mas as suspeitas permanecem relativamente à fidelidade das populações e até de alguns militares ao novo regime. Felizmente para nós este período da vida do Castelo está muito bem documentado, graças a dois livros de *Cópia dos Ofícios, Participações e Ordens* que abrangem o intervalo de tempo entre 8 de novembro de 1836 e 20 de março de 1843[1041]. Deve-se o seu início ao governador militar, major Jerónimo Martins Salgado, cuja assídua e insistente correspondência com os seus superiores revela um homem de olhar agudo e com gosto pela escrita[1042]. Tenente engenheiro, passou por Cabo Verde, onde construiu pelo menos dois caminhos[1043] e aí foi escolhido para ir ao Rio de Janeiro prestar «as devidas homenagens de respeito e vassalagem» a D. João VI, quando aí chegara a notícia da sua aclamação. Perante o soberano fez um discurso, que este agradeceu como prova dos sentimentos de fidelidade dos moradores daquela capitania[1044]. A 23 de junho de 1828 já estava no Funchal, como major do Real Corpo de Engenheiros[1045]. Em 1850 é contabilizado entre os oficiais do Exército, estando colocado em Lisboa, na torre de São Vicente de Belém, no mesmo posto de major[1046], mas já havia morrido em 1858, quando a sua viúva D. Adelaide Leopoldina da Silva Galgado obtém uma pensão anual[1047].

Sabemos, pelas suas próprias palavras, que havia estado fortemente empenhado na luta pela «Cauza da Liberdade e da Rainha – perdendo bens» e tendo estado emigrado «suportando sequestros e insultos» em que havia perdido tudo, a ponto de ter de recorrer a empréstimos para alimentar a sua vasta família. Apesar de fortemente empenhado na defesa de Sines, reconhecia que pouco aí havia a fazer, sem fortificações modernas, num castelo anacrónico e meio arruinado, sem artilharia nem munições e até sem os necessários recursos humanos para o combate, razões pelas quais procurou ser colocado num posto onde pudesse ser mais útil, pois «Para Governador de huma Praça – de huma

---

[1041] AMH, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346 e 3347. Martins Salgado levou pelo menos uma missiva para o novo monarca, escrita por Feliciano António de Matos Carvalho, da ilha da Madeira, conservado no AHU, cota AHU_CU_MADEIRA-CA, cx. 24, D. 6946.
[1042] Aparece como subscritor da obra de J. P. C. Casado GIRALDES (1825) – *Tratado de Geografia-Historica, Physica e Comercial, Antiga e Moderna*. Paris: Fantin; Rey et Gravier; Aillaud.
[1043] José Conrado Carlos de CHELMICKI; Francisco Adolfo VARNHAGEN (1841) – *Corografia Cabo-Verdiana* […]. Lisboa: Typ. de L. da Cunha. Tomo II. p. 229.
[1044] *Gazeta do Rio de Janeiro* (1819) – Rio de Janeiro. n.º 27. 3 de abril de 1819. p. 1.
[1045] Francisco Duarte de Almeida e ARAUJO (1861) – *Chronica da Rainha; a Senhora Dona Maria Segunda*. Lisboa: Typographie A. J. F. Lopes. p. 375.
[1046] *Lista Geral dos Officiaes e Empregados Civis do Exercito; referida ao 1.º de agosto de 1850* (1859) – Lisboa: Imprensa Nacional. p. 241.
[1047] ANTT, Registo Geral de Mercês, *Mercês de D. Pedro V*, liv. 16, fl. 1v.

Praça desta ordem – hum mutilado, hum qualquer outro basta – e não hum homem que ainda se sente com vigor para soffrer trabalhos de maior concideração, e que anhela em desejos de ser mais, e mais útil»[1048].

Antes de entrarmos nos pormenores de ordem militar, há que referir que Martins Salgado nos dá notícia, logo em 1836, de que se planeava a reanexação de Sines ao concelho de Santiago do Cacém, o que acabou por acontecer, e que ele era frontalmente contra esta ideia:

> O Comercio, e a Agricultura se recentem daquele mal;/ pois que – devendo o primeiro (que tão ligado se acha em / interesses com o segundo) ser taõ livre, e taõ ligeiro / como o pensamento – como he que elle poderá apro=/veitar-se de hum opportuno momento de huma em=/barcaçaõ arribada, se lhe he necessario hir mendigar / os despachos a tres legoas de distancia pela terra dentro? /
>
> Quando estes despachos chegaõ ja a Embarcaçaõ tem par/tido: para outro (sic) novos despachos são precizos – nova / tarefa – novas despezas – e nova, maldições sobre o // culpado de taes dezarranjos!
>
> As precizões nas terras do interior saõ quazi taõ uniformes / como o monótono movimento da mesma terra. Nas ter=/ras á beira mar as suas precisões saõ taõ variadas / como a variedade do mesmo mar, e dos objectos que sobre elle / nadaõ.[1049]

Na vila ficava o Cofre da Administração do Tabaco da Comarca de Ourique, da Recebedoria de Sines, e já há notícia de «uma Caza rica Inglesa que gira com muito cabedal, em espécie, para a compra de groço trato de cortiça»[1050].

O primeiro registo dos referidos livros, datado de 5 de setembro de 1836, corresponde ao *Auto de Juramento que o Governador Militar da Praça de Sines, e mais Officiaes do Estado-maior-e menor, e da Guarnição della – prestárão á Constituição Politica da Monarchia – de 23 de Setembro de 1822, com as modificações que as Cortes Geraes da Nação Portugueza houveram de decretar* (doc. 81)[1051], momento fundador de um novo tempo, de que o governador procurava ser o arauto. A situação política e militar ainda era muito instável e

---

[1048] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fl. 45.
[1049] *Ibidem*, fl. 23.
[1050] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3347, fl. 5.
[1051] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fls. 1-1v.

duvidava-se mesmo da fidelidade de muitos ao novo regime, como atesta o envio para Lisboa, no ano seguinte, de uma lista dos «Oficiais que se conservam obedientes ao Governo» onde o governador destaca o papel do alferes João Manuel Ramos, que nas suas palavras: «deu bastantes provas de ser obediente ao Governo, e muito mais quando me apresentou a carta em que o convidavão para a Revolta»[1052].

Alguns incidentes, de outra natureza, perturbaram a tranquilidade pública devido à presença de destacamentos de soldados aquartelados na Praça. Um exemplo é o ocorrido no dia 27 de dezembro de 1836, quando chegou uma carreta transportando um carregamento de peças de fardamento para o destacamento de Caçadores N.º 5. Imediatamente apareceu o arrematante da renda das calçadas, Manoel José de Carvalho, «exigindo do carreteiro que lhe pagasse a postura da Câmara. O carreteiro se desculpou dizendo = que não tinha vindo preparado, porque á força o tinhão trazido para aqui»[1053]. Nisto alguns soldados juntaram-se, a vociferar contra o rendeiro, chamando-lhe «ladrão – caipira – e outros nomes», o que levou alguns populares a responder em defesa da honra do rendeiro, a quem tais nomes «não assentavam bem». Salvou a situação o governador que interveio rapidamente, acalmando ambas as partes. O carreteiro foi pago, como exigia a lei, e o rendeiro satisfeito.

Mas o que verdadeiramente preocupa o major é um possível desembarque em apoio do inimigo, pois a praça é a «única sentinela […] a sua posição geográfica he bem vantajosa n'aquele / ponto de vista; porem de que lhe serve a vantagem, que a natureza lhe deu, se a Arte a não coadjuva?» (doc. 85)[1054].

O governador interino pediu, por diversas vezes, que lhe enviassem artilheiros, sem os quais não havia forma de disparar as peças existentes na fortaleza, o que foi satisfeito em janeiro de 1837, com a chegada de destacamento de artilharia, composto por um cabo e seis soldados, do 2.º regimento daquela arma[1055], sinal de que a tensão aumentava. Apesar do alívio que sentiu com a chegada destes reforços, o governador desesperou por não ter onde alojar o total de 60 homens que já tinha então a seu cargo, sem camas, nem espaço para elas, nem enxergas ou cobertores, nem sequer equipamento de cozinha para preparar tantas refeições, ao ponto de o presidente da Câmara lhe ter emprestado um tacho grande, para utilizar nesta emergência. É nesta difícil situação que o governador viu

[1052] AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, cx. 86, doc. 28.
[1053] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fls. 11-12.
[1054] *Ibidem*, fl. 8-8v.
[1055] *Ibidem*, fl. 14.

a oportunidade de ocupar, como vimos acima, o antigo convento de Santo António, de onde haviam sido expulsos os últimos frades:

> Este Edificio muito bom seria para Quartel da 5.ª Com=/panhia de Veteranos da 1.ª Divizão Militar. Ali, profa=nado-se a Igreja, dava esta hum muito bom Quartel para soldados: emquanto que as cellas, e mais oficinas / do Convento serviraõ para o alojamento dos Officiaes, e Offi=/ciaes Inferiores: finalmente a cerca daria excelentes hor=/tejos para o Rancho dos Soldados, e entretenimento dos Off*icia*es / e Inferiores.[1056]

O mau estado em que se encontravam os armazéns, com telhados arruinados que deixavam entrar a água das chuvas (doc. 82), levou à perda de muito material de guerra, o que impediu o governador militar de prestar auxílio a outras povoações, como Odemira, ameaçada pelas forças do *Remexido* e do *Rachado*, que reuniam mais de 250 homens[1057], em agosto de 1837. Dos dois mil cartuchos conservados em Sines, a grande maioria estava já estragada[1058]. O tenente engenheiro Francisco Ignacio Mendes ainda se deslocou a inspecionar os quartéis, a 16 e 17 de novembro desse mesmo ano[1059], mas sem consequência, continuando o governador a insistir junto dos seus superiores que «naõ há segurança nos Armazens – cujas portas foram destruídas pelos Miguelistas em 1834, deixando-as sem ferragens – sem fexaduras – e sem nada. No mesmo estado, quazi, se acha a porta da Praça – expondo á vista dos nossos inimigos a nossa fraqueza.»[1060].

Para complicar a situação deixara de ser cobrada a Imposição com a reforma Liberal e agora as obras militares passavam a depender exclusivamente do poder central.

Para o major Martins Salgado, o Castelo «que de Praça so tem / o nome: melhor lhe cabe o nome de Cemiterio, ou de Praça de Touros, pois que naõ he mais do que hum / quadrilongo ammuralhado – sem flancos, e com huma / porta arruinada»[1061] com «huma mui acanhada Bateria, de duas / mal montadas Peças». Para além da reparação dos telhados de quartéis e armazéns, assim como das portas, o governador requer que se «faça alguma obra na muralha da frente / da Praça com que possa ser falqueada a sua Porta», preocupação que já havíamos visto a orientar a intervenção de Estêvão da Gama.

Existiam mesmo quatro peças de artilharia colocadas fora da Praça, «duas no logar chamdo Rocio a mais de quatro centos passos da fortaleza: e outras duas no logar chamado o Pontal

---

[1056] *Ibidem*, fls. 26-26v.
[1057] *Ibidem*, fl. 14v.
[1058] *Ibidem*, fl. 48.
[1059] *Ibidem*, fl. 65. 17 de novembro de 1837.
[1060] *Ibidem*, fl. 83v. 7 de abril de 1837.
[1061] *Ibidem*, fl. 122v. 17 de outubro de 1838.

a mais de mil passos de distancia»[1062] cujos reparos estavam muito danificados, não só pelo tempo como «tambem por a maldade dos rapazes». Estas peças já apareciam claramente assinaladas na planta da vila levantada por Chermont, no local onde João Rodrigues Mouro havia planeado construir uma plataforma.

Devido à extensão da mal defendida costa, entre Sagres e Setúbal, mantinha-se nestas águas a escuna de guerra «Esperança», com a missão de prevenir o desembarque de armamento ou outro eventual apoio aos rebeldes. No entanto, o vento Norte podia empurrá-la para Sul, ficando a costa entregue a si mesma[1063]. No pensamento do governador estava ainda presente o perigo dos corsários (doc. 91):

> Hoje perto do meio dia vi passar proximo a Terra huma / Escuna: no primeiro golpe de vista me pareceu a Escuna de Guerra / Esperança que cruza estes máres. /
>
> Naõ deixou de me cauzar espectaçaõ que o seu Commandante – ho=/mem experiente, e accautelado se metesse para o reconcavo da / bahia, quando o vento que soprava hera Sud-Oeste – o mar em / agitação – e o tempo ammeassador. /
>
> Perto da huma – lançando os olhos a dita Escuna a vi proxi=/ma da ilha do Pecegueiro; e, afirmando-me nella reconheci / que naõ hera a Esperança. /
>
> Lembrado das methamorfozes que os Corsarios, e Contrabandistas / costumam fazer em seus Navios, para melhor enganarem os inex=/pertos – julguei que muito bem poderia ser Eduardo – taõ reco=/mendado em tres diferentes Ordens de S*ua* Ex*celência*, como portador de armamento que se destina para os rebeldes.[1064]

Um desembarque no Pessegueiro punha em perigo Porto Covo, tendo o governador de imediato enviado uma força com o objetivo de «fortificar-se no quadrado que forma a pequena Aldea, para naõ ser surpreendido»[1065]. A escuna desapareceu, mas as dívidas ficaram «pois que – sem grande precizaõ – ninguem seria taõ temerario que (com o tempo que duzidozo) se viesse meter no fundo de hum saco, em cuja boca se achava o vento, que qualquer couza que augmentasse de força – o destruía e aniquilava.».

Este ataque a Porto Covo «de Bandeira» acabou mesmo por acontecer[1066] e, em Sines, pela mesma altura, temia-se a aproximação dos rebeldes pelo que o administrador do concelho

---

[1062] *Ibidem*, fl. 14v.
[1063] *Ibidem*, fl. 94v.
[1064] *Ibidem*, fl. 95. 16 de maio de 1838.
[1065] *Ibidem.*
[1066] *O Ecco* (1838) – n.º 216. 21 de novembro.

pediu ao governador 40 espingardas e oitocentos cartuchos para armar a Guarda Nacional[1067].

No ataque a Porto Covo pelas forças do *Rachado,* ocorrido a 4 de novembro, foi assaltado o «Estanque do Tabaco e // estorquio mais algum dinheiro de particulares. Nesse / mesmo dia roubou duas éguas em diversos montes. / No dia 5 se achava a duas legoas desta villa, entre / ella e a de S. Thiago no sitio chamado a Ortiga» onde inquiriu acerca das forças existentes na Praça[1068]. A população de Sines correu de imediato às armas, convocada pelo administrador do concelho e a 7 deu-se o alarme quando se avistaram alguns cavaleiros no Alto dos Chãos. O governador prontamente enviou uma patrulha para fazer o reconhecimento, à qual se juntaram diversos populares armados, uns a pé, outros a cavalo, acompanhados do administrador. Inspecionaram os vales vizinhos e nada encontraram, mas o *Rachado* continuava por perto, com mais de 15 companheiros bem armados, a cavalo, mas sem pouso certo[1069]. A situação foi ficando progressivamente mais calma, com os rebeldes a recolherem-se a terrenos embrenhados na serra, de modo que, em dezembro, já haviam sido recolhidas todas as armas entregues à população[1070].

Porto Covo voltou a ser assaltado por 8 guerrilheiros a cavalo, no dia 18 de julho de 1840, pelas cinco horas da tarde, tendo-se aí demorado duas a três horas, roubando o estanque. O governador duvidava da fidelidade dos camponeses dos montes vizinhos que não haviam avisado ninguém, vendo nisso o reflexo de «hum espirito malicioso» com que deixavam os guerrilheiros circular livremente. No dia 20, cerca das 5 horas da manhã, houve notícia de que nas hortas a Norte da vila se acoitavam 4 dos salteadores foragidos, que não foi possível prender[1071].

Em inícios de 1838, o *Diário do Governo* publicou uma Portaria de 31 de janeiro, «participando ao Administrador de Lisboa que se expedirão as ordens necessárias para ser augmentado o destacamento de S. Thiago de Cacem, e para que se conserve outro em Sines, a fim de pôr aquelles povos, e anexos a coberto das tentativas dos salteadores»[1072].

[1067] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fl. 64.
[1068] *Ibidem,* fl. 64v.
[1069] *Ibidem*, fl. 64v. 11 de novembro de 1837.
[1070] *Ibidem*, fl. 73v. 23 de dezembro de 1837,
[1071] *Ibidem*, fl. 69. 19 de julho de 1840.
[1072] *O Ecco* (1838) – n.º 237. 10 de fevereiro.

Só em janeiro de 1839 temos notícia de obras de reparação, realizadas por «um partido de operários do Arcenal das Obras Militares, vindo à sua testa um Apontador»[1073]. No final do mês chegou a Sines o capitão de Engenharia Francisco Inácio Mendes, acompanhado de uma escolta de sapadores engenheiros, composta por um sargento e dez baionetas[1074], que partiu a 29 de fevereiro para Lisboa «por ter concluído as obras, e concertos nesta Praça.»[1075]. Havia realizado o mais importante: umas novas portas de casquinha, que o governador lamentou não serem de madeira mais rija, os telhados foram reparados, os quartéis dos Veteranos levaram portas novas, assim como os armazéns. Ainda muito ficou por fazer mas o engenheiro desculpou-se com a falta de ordens para tal[1076]. Logo nesse mesmo inverno «por effeito dos Temporaes de Vento e chuva / que continuamente há perto de dois mezes temos soffrido – / ou seja fruto da extremada ecconomia com que foraõ feitos / aqueles concertos – o certo é que os Quarteis da reziden=/cia deste Governo, e por conseguinte os Armazens da Praça (que / por baixo lhe ficaõ), estão sendo lagos d'agua: com o que, se de // promto se lhe naõ acudir, se estragaraõ os objectos da Fazen/da, e a saude dos corpos.»[1077].

Não inteiramente satisfeito com os trabalhos realizados, o governador reforçou o pedido (doc. 92):

> 1.º Um Portal de cantaria para a Porta dos Armazens inte/riores.
>
> 2.º Uma Porta nova para o Armazem que fica por baixo da / Salla dos Concelhos – e abrir para elle uma fresta da parte / do Sud'Oeste para lhe fazer entrar o sol, e mais ar. /
>
> 3.º Tapar um portal que dá communicaçaõ da Loja (que / fica por baixo da cozinha) para os Armazens interiores: / por quanto – o que nelles se acha está a cargo do Almoxa/rife, e não deve haver outra comminucação para elles, / que não seja da confiança do responsavel – nem eu so=/bre mim dezejo tomar essa responsabilidade./
>
> 4.º Abrir uma fresta para dar Luz, e ar a esta d*it*a Loja.
>
> 5.º Fazer os arranjos, e acomodações para os géneros nos / differentes Depozitos, e suas Divizoes.

[1073] AHM, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3347, fls. 8v-9. 5 de janeiro de 1839.
[1074] *Ibidem*, fl. 11v. 26 de janeiro de 1839.
[1075] *Ibidem*, fl.19. 19 de fevereiro de 1839.
[1076] *Ibidem*, fl. 13v. 20 de fevereiro de 1839.
[1077] *Ibidem*, fls. 53-53v. 22 de dezembro de 1839.

> 6.º Reparar as ruinas que se achaõ nas muralhas – em varios logares – que ammeassaõ a sua total destruiçaõ. /[1078]

A 17 de março de 1840 regresou à vila o capitão de Engenheiros Francisco Ignacio Mendes «encarregado pello Governo, afim de revistar a Praça p*ar*a / carlcular as despezas nesseçarias p*ar*a obras que nesse-/cita.»[1079].

Com o fim das guerrilhas e a morte dos seus líderes, o governo liberal passou a dominar a situação e terminou o último capítulo de ação militar do Castelo de Sines, aquele em que curiosamente fez parte de um verdadeiro cenário de guerra, quando tudo levava a supor que já não fosse mais do que uma sobrevivência anacrónica. Isto deve-se, claramente, não à sua eficácia defensiva, há muito perdida, mas à importância estratégica do lugar que ocupa, como um século depois ainda virão a destacar as autoridades militares[1080].

A velha fortaleza continua, no entanto, de pé, aquartelando alguns idosos veteranos, com os seus poucos canhões operacionais, sem outro uso do que de disparar as salvas do costume como as que assinalavam o aniversário da morte de D. Pedro IV, morto, logo em 1834[1081].

O «Regulamento para as salvas de artilharia nas praças de guerra, em outras fortificações e nas grandes paradas» elenca a Praça de Sines por entre as que deveriam dar salvas de regozijo e também para «recordarem épocas memoráveis» a 15 de agosto, o que poderá ser entendida como uma celebração da memória de Vasco da Gama, no dia da padroeira de Sines, cujo nome é adulterado de «Senhora das Salas» para «Senhora das Salvas», forçada por uma interpretação lendária de que o nome lhe vinha das salvas de canhão com que as naus do Gama saudavam a Senhora ao passarem ao largo de Sines. Era também o dia do nome da rainha e uma ocasião em que as forças militares desempenhavam um importante papel de policiamento do arraial e faziam escolta à procissão[1082], envergando os seus uniformes brancos (doc. 94 e 99).

[1078] *Ibidem*.
[1079] *Ibidem*, fls. 59v-60. 21 de março de 1940.
[1080] *Parecer de 23 de dezembro de 1932,* AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, cx. 86, doc. 32.
[1081] Ordem n.º 4 de 10 de fevereiro de 1846, Decreto de 15 de janeiro.
[1082] AHM, Fundo Geral, *Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3346, fls. 25-25v.

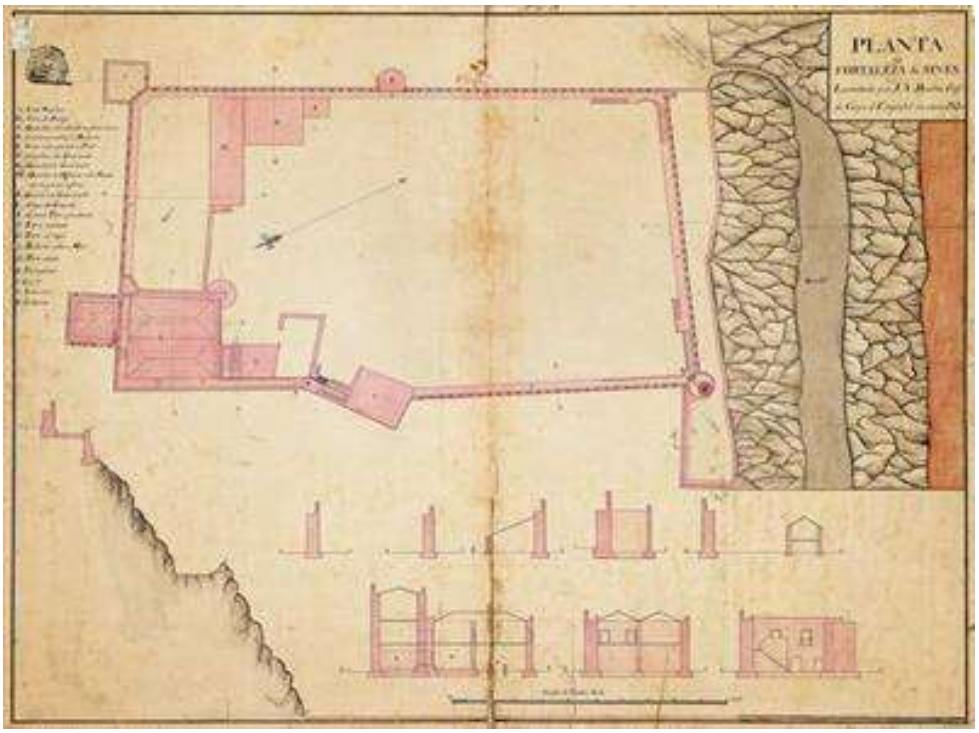


Figura 180 – João Vilela Bastos, *Planta da Fortaleza d' Sines,* 1840, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Cota: A3; G2; P4; No 1 (v919). Disponível em linha: WWW:<URL:https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1646K7J3O0527.3352&profile=bde&source=~!dglb&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!282428~!11&ri=7&aspect=subtab62&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=*sines&index=.GW&uindex=&aspect=subtab62&menu=search&ri=7&limitbox_1=COL01+=+14DIE&limitbox_6=LOC01+=+BDE

13. O APAGAMENTO DO CASTELO COMO ESTRUTURA MILITAR E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO CULTO DO PASSADO

13.1. O Castelo sob o Regime Liberal

Na primeira edição de *O Panorama*, de 1837, encontramos o já referido governador Jerónimo Martins Salgado, como correspondente da sociedade em Sines[1083], onde ocupava, como vimos, o cargo de governador militar interino[1084]. Era também correspondente da Sociedade do Beija-Flor, no entanto, nada pudemos apurar sobre o seu trabalho literário. Apenas podemos questionar-nos se alguns dos artigos dedicados a temas de engenharia militar, como aquele em que aborda as «Jangadas para Transportar Artilharia», publicado no n.º 34, não poderão ser da sua autoria.

[1083] *O Panorama* (1837) – Lisboa. n.º 1. 6 de maio.
[1084] *Ofício do Major Jerónimo Martins Salgado, do Governo Militar de Sines, para o Visconde de Bobeda sobre a saída de Lisboa do barco a vapor Terceira,* AHM, 1ª Divisão, 22ª Secção, cx. 14, doc.12.

Em 1840, Jerónimo Martins Salgado foi substituído no cargo pelo capitão de Infantaria n.º 7 António Mendes Guerreiro, que tomou posse a 11 de fevereiro como governador interino[1085]. Tem 47 anos de idade[1086] e também ele se viu na necessidade de emigrar no tempo de D. Miguel, tendo feito parte dos signatários da *Declaração e Protesto* redigida em Bruges a 4 de setembro de 1830[1087] e integrado depois o *Exército Libertador*[1088].

Em 1846, António Mendes Guerreiro informou do estado miserável em que se encontravam os militares destacados no Castelo, sem pão nem meios para prepararem o rancho, mantendo, apesar de todas estas dificuldades, o melhor espírito e fidelidade. Estas circunstâncias poderiam levar, no entanto, a uma possível quebra da disciplina, circulando boatos de que as revoltas haviam eclodido em Beja e noutros sítios[1089]. Rapidamente as tropas foram enviadas de volta a Lisboa.

Estranhamente, Francisco Luiz Lopes pouca atenção prestou ao Castelo na sua *Breve Notícia de Sines*, publicada em 1850, apenas referido no corpo do texto, ficando a informação mais detalhada, mas mesmo assim curta, remetida para uma nota de rodapé, onde depois de transcrever informações constantes do livro de Tombo, descreve a sua situação à data:

> Deverei eu accrescentar que este castello tem intermitentemente um Governador? – Que dentro delle está o relogio da Villa, que tambem regula intermitentemente? – Que agora desartilhado só serve para quartel de um destacamento de 40 soldados que se revesão todos os dous mezes sem se saber para que? – Que sobre o tal castello se poderia dizer o que D. João de Castro dizia das Fortalezas da India?[1090]

Nenhum valor patrimonial aparece, assim, associado ao Castelo, numa obra que pretende exaltar Sines como *Pátria de Vasco da Gama* (doc. 101), ao contrário do que acontece com a «Casa» do Navegador e com a igreja de N. Sr.ª das Salas. A sua função utilitária está ainda bem patente nas preocupações do autor, como quartel e praça de guerra que desempenhara um papel ativo durante a recente guerra civil, e cujo futuro se questionava. Este carácter utilitário, que continuava tão presente parece ser o motivo da falta de um

---

[1085] AMH, Fundo Geral, Livros de Registos Antigos, Governo da Praça de Sines, *Cópia dos Offícios Participações e Ordens Começado em 25 de Setembro de 1836 e Findo em 8 de Novembro de 1838*, liv. 3347, fls. 57-57v.
[1086] AHM, 3.ª Divisão, 4.ª Secção, Livros Mestres, Estações Superiores do Exército, *Comando Geral de Infantaria*, liv. 14, p. 16, registo 81.
[1087] *Exposiçao Apologetica dos Portuguezes Emigrados na Belgica, que recuzarao prestar o juramento delles exigido no dia 26 de agosto de 1830* (1830) – Bruges: Imprensa de D. de Moor. p. 54.
[1088] *Lista Geral dos Officiaes do Exercito Libertador Referida ao Dia 25 de Julho de 1833* (1835) – Lisboa: Typ. de A. J. C. da Cruz. p. 34.
[1089] AHM, 1.ª Divisão, 27ª Secção, cx. n.º 2, doc. 188, 21 de outubro de 1846.
[1090] Francisco Luiz LOPES, *op. cit,* p. 39.

olhar mais culto. Em 1880, Pinho Leal ainda informa que «Apezar do estado de abandono em que estão as fortalezas de Sines, ainda tem governador, tenente-rei, ajudante da praça, etc.» e que teve até ao ano de 1834[1091] «uma sufficiente guarnição de infantaria, artilharia e veteranos, e uma companhia de milícias.»[1092].

Com o desaparecimento do perigo do corso magrebino, o Castelo perde a sua principal razão de existir, passando a aquartelar apenas uns quantos velhos veteranos e, intermitentemente, alguns governadores interinos, até ser totalmente desartilhado em 1844[1093]. Por uma das coincidências da História, o *desaparecimento* do Castelo é coincidente com o *desaparecimento* do próprio concelho de Sines, extinto em 1836, no âmbito da ampla reforma administrativa liberal, que aboliu grande parte dos pequenos concelhos. No ano seguinte, as autoridades nacionais voltaram atrás com a decisão, mas, em 1850, Sines acabou por ser integrado de novo no grande concelho de Santiago do Cacém[1094].

Com a extinção do concelho, encontramos a Câmara Municipal de Santiago do Cacém a adjudicar obras de conservação da torre do relógio, elevada sobre a porta do Castelo, para reparar os estragos causados pelo terramoto de 11 de novembro de 1858, que a danificou gravemente. A 29 de maio do ano seguinte, a sua reedificação foi arrematada por Joaquim Lúcio, de Santiago do Cacém, pelo valor de 35.000 réis, e consistiu na reparação das paredes, execução de uma nova abóbada e arranjo do campanário do sino, sendo, no final, tudo rebocado e caiado, estando as obras já concluídas a 15 de setembro. Antecedendo os trabalhos, o sino e o relógio tiveram de ser apeados, o que custou 3.840 rs.[1095]

Segundo Francisco Luiz Lopes, o relógio regulava intermitentemente, pondo em causa a boa imagem da autarquia. Nos livros de atas vão surgindo, a espaços, registos da nomeação de funcionários responsáveis pela sua manutenção, como ocorreu em 1829, com um dos velhos veteranos aquartelados no Castelo:

> Nesta se nomeou para tractar do Re/lojo e dar lhe corda a Jose da Silva / Furriel da quinta Comp*anhi*a de Vetera-/nos d'esta Praça, em atençaõ ás ra-/zões que alegou, e informações ha/vidas do Governador da mesma[1096].

[1091] Informação que não é exata, pois Francisco Luiz Lopes refere que, em 1850, ainda estavam aquartelados 40 soldados.
[1092] Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho LEAL (1880) – *Portugal Antigo e Moderno* […]. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. 9. p. 391.
[1093] Padre António de Macedo e SILVA, *op. cit*., p. 125.
[1094] Sandra PATRÍCIO; Paula PEREIRA (2017) – *Sines, a Terra e o Mar.* Sines: Câmara Municipal. p. 190-191.
[1095] Padre António Macedo e SILVA, *op. cit.*, p. 163.
[1096] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 12, fl. 17v.

A 30 de março de 1830 havia sido nomeado, como novo relojoeiro da vila, Francisco José de Santa Ana, ficando «obrigado o Procurador do Concelho a inspecionar Sobre o bom ou mau tratamento do Soberditto Relojo»[1097]. Tomou posse perante a Vereação a 21 de abril:

> Nesta foi prezente Francisco Jose de Sancta / Anna nomeado para tratar do Relojo publi-/co desta Vila, o qual se obrigou, a empregar to-/do o cuidado e vigelancia para a conservação, e / acerto do dito Relojo, e a naõ limar, cortar, ou / praticar outros semilhantes actos em qual/quer parte delle, sob pena de sua respon-/çabilidade, e assignou
>
> Franc*is*co Joze de S*anc*ta Anna[1098]

À data, cabia ao rendeiro das Sizas dos Correntes «pagar as despezas necesarias e do costume para o azeite, cordas, sera, e quatro mil reis ao Encarregado do Relógio publico»[1099]. Em 1863 o encarregado do relógio de Sines já auferia 10.000 rs. sendo o funcionário ao serviço do município de Santiago do Cacém com o ordenado mais baixo[1100]. À mesma função, na sede de concelho, correspondia um ordenado de 14.000 rs, sendo os seguintes vencimentos mais baixos, no valor de 20.000 rs., os do contínuo, dos professores e da mestra, correspondendo a 10% do ordenado do administrador do concelho.

13.2. Novos Olhares Sobre o Passado

As profundas alterações que ocorreram a nível social, com a emergência de uma burguesia comercial e industrial, teve grande repercussão em Sines, que viu desenvolver-se significativamente o seu porto, associado ao aparecimento de fábricas de cortiça[1101] e, mais tarde, de conservas de peixe, cujas exportações, a par de outros produtos, como as laranjas e as lagostas, animaram o tecido económico da vila e atraíram capitais estrangeiros. Para esta nova e ativa elite, as estruturas do passado, quer ideológicas quer edificadas, são puros anacronismos que há que demolir, para dar espaço ao desenvolvimento da nação. No entanto, essas ruínas mantêm uma capacidade de lembrar um passado que faz sonhar algumas cabeças com pretensões literárias, formadas num ambiente romântico tardio.

O lugar da história e da memória está, nestes dias, muito associado à literatura e à capacidade de despertar o sonho, que a ruína mais facilmente evoca. Basta ver como um

---

[1097] *Ibidem*, fl. 37.
[1098] *Ibidem*, fl. 38v.
[1099] AMS, CMS, *Arrematações*, liv. 4, fl. 113v. 31 de dezembro de 1832.
[1100] Padre António Macedo e SILVA, *op. cit.*, p. 168.
[1101] Sandra PATRÍCIO (2009) – Pão e Cortiça; duas indústrias em Sines. *Actas do 1.º Encontro de Historia do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. p. 136-141; João MADEIRA (1991) – Os Corticeiros e o Sindicalismo em Sines. *História*. Lisboa. 1.ª séire, n.º 142, jun.

dos amigos mais próximos de Francisco Luiz Lopes, o padre Macedo e Silva nos descreve o vizinho e arruinado castelo de Santiago do Cacém:

> Foi em 1853 que na solidão de um pobre presbyterio, evoquei os tumulos para saber não só a historia e vicissitudes politicas da minha patria, mas a origem de um velho castello, em cujo recinto me comprazia em vaguear nos dias da minha mocidade.
>
> Quantas vezes (é tão grato avivar a saudade d'esses tempos que não virão mais!) sentado em um montão de ruinas, verdejante de parasitas, ora contemplando o Oceano que se estende lá ao longe a perder de vista – ora as veigas e vergeis que se desenrolavam quasi a meus pés – ali me demorava horas e horas, até que o sol se atufava na orla azulada que remata tão feiticeiros horisontes!
>
> Outras vezes passando nos adarves meio derrocados, recitava em voz alta as estancias guerreiras de Tasso – os desalentos de Manfred – ou lia em silencio Cooper, o poeta das solidões da terra e do mar.
>
> Uma attracção irresistivel me conduzia para esses lugares testemunhas mudas dos brinquedos da minha mocidade – dos devaneios da minha idade adulta – e agora dos graves pensamentos da minha quasi velhice!
>
> E quando as tempestades da vida me arrojarem para longe do solo natal, a lembrança d'estas velhas torres – d'estes horisontes tão sem par – me acompanhará, como ao soldado de Enéas a lembrança da sua Argos se lhe avivava no momento de expirar em terra estranha:
>
> «Et dulces moriens reminiscitur Argos.»[1102]

Quatro elementos se associam: a ruína, a Idade Média, a paisagem e a obra literária. Os amplos cenários de guerra, as batalhas sangrentas, os feitos heroicos, que ecoavam na memória dos espaços muralhados tocavam a sensibilidade romântica da geração d'*O Panorama*, que exclamava: «Sinceramente confessamos a nossa decadencia intellectual: com a gloria das armas morreu a nossa gloria litteraria»[1103]. Nada mais distante do que havia sido a história militar do Castelo de Sines, como temos visto.

[1102] Padre António de Macedo e SILVA, *op. cit.,* estampa 1.ª.
[1103] *O Panorama* (1837) – Lisboa. n.º1, p. 2. 6 de maio.

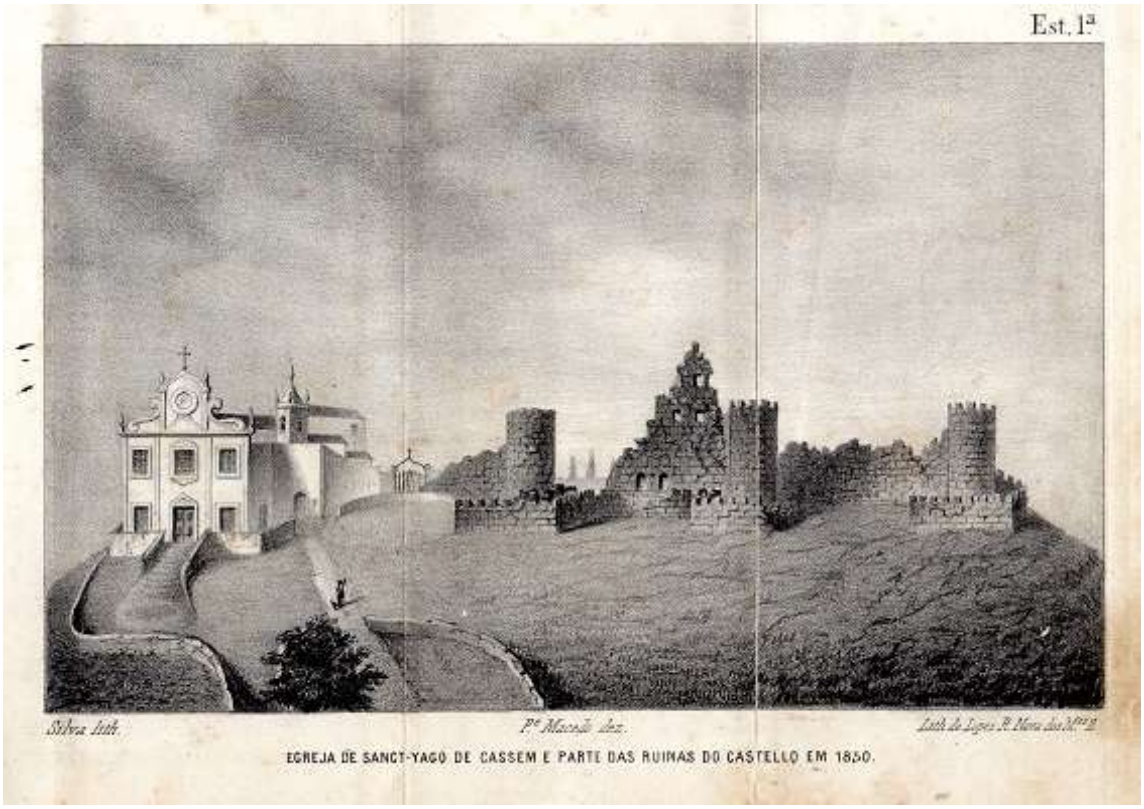


Figura 181 – SILVA, *Egreja de Sanct-Yago de Cassem e Parte das Ruinas do Castello em 1850, In* Padre António de Macedo e SILVA (1866) – *Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem.* Est. 1.ª.

A obra de Francisco Luiz Lopes parece procurar dar resposta à recente Portaria Régia de 8 de novembro de 1847, que impunha que cada câmara municipal elaborasse os seus *Anais do Município*[1104].

O autor era o médico do partido municipal, nascido em Faro e formado em medicina em Lisboa, que tinha chegado recentemente a Sines, para onde se terá retirado, desiludido depois de algumas peripécias, ao que se crê, ligadas à *Patuleia*[1105]. Para conhecer melhor a terra e a sua história, leu a obra de Liz Velho, mas qual não foi o seu espanto quando não encontrou aí uma única vez referido o nome de Vasco da Gama, o maior homem nascido nesta terra! Vai, por isso, iniciar uma investigação, assente nas fontes impressas mais antigas, que afirmavam ser Sines o seu local de nascimento. A transcrição destes textos

[1104] *Diário do Governo* (1846) – n.º 267. 11 de Novembro.
[1105] João MADEIRA (1985) – Breve Notícia de Sines… – O Autor, a Obra e o Tempo. *In* Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*

formará a primeira parte da sua obra, em contraste com a segunda, bastante mais desenvolvida, onde faz um levantamento da vila do seu tempo.

Como a sua principal intenção ao redigir o livro é a de lembrar que Sines é uma terra com memória, berço de Vasco da Gama, questiona-se: «Que padrão grande ou pequeno levantou ella ou o Governo á sua memoria?»[1106].

Propõe, então, a edificação de um monumento ao Navegador, dando início a um movimento que percorrerá a segunda metade do século XIX e quase todo o século XX, só terminado com a inauguração de uma estátua de bronze em 1970:

> Que a Camara Municipal da Villa, por uma subscripção espontanea, pague prontamente essa divida atrasada, solva della todo o nosso povo, erguendo uma pedra commemorativa, que date ao menos o *grande feito*, o nascimento e a morte do *seu* celebre nauta[1107]

O médico sonha com um monumento a erigir em memória do Almirante, propondo um obelisco[1108] – uma agulha, nas suas palavras – e mostrando como ainda se mantém vivo o prestígio dos modelos formais da tradição clássica. De novo, o projeto afigura-se inexequível, de imediato, pelo que a solução encontrada passou, como havia ocorrido com Liz Velho, pela redação de uma obra, destinada a sensibilizar a população e as autoridades locais para esta necessidade. Entretanto outras formas laicas de *monumento* começam a desenvolver-se no contexto do Romantismo, para além deste *monumento* de papel, entre as quais a pictórica, como vimos nos tetos do Castelo e veremos adiante com o retrato de Vasco da Gama instalado na ermida de Nossa Senhora das Salas.

Outras propostas de monumentos são puramente retóricas e imbuídas de ideais românticos de heroicidade, em que se nos oferece um Vasco da Gama como modelo para a salvação da pátria, expresso, por exemplo, num curioso soneto de Tomaz Ribeiro, datado de Sines, 8 de julho de 1897:

> A Sines
>
> Aqui devia erguer-se um monumento impute
> Uma colina egrégia, altiva e em cima o Gama
> Em Sagres outra e assim o Vulto de mór fama
> Podiam ver-se bem e olhar-se frente a frente.

[1106] Francisco Luiz LOPES, *op. cit.*, p. 13.
[1107] *Ibidem*, p. 25.
[1108] *Ibidem*, p. 24-25.

Diz o meu coração ainda hoje amante e crente
Que do olhar d'esses dois ressaltaria a chama
Que os ardidos carvões e as cinzas mesmo inflama
E acenderia o sol que se apagou no Oriente:

Quem sabe se desta arte a nossa atroz cegueira
Poderia curar-se e vermos a bandeira
Das quinas-guia-nossa-e até nosso fanal?

Quem sabe os herois de Sines e de Sagres
Poderiam fornecer os inclytos milagres
Que salvassem da morte o nobre Portugal?[1109]

No local da casa, onde segundo a tradição popular teria nascido o Navegador, será colocada, em 1898, no âmbito das comemorações do *Centenário da Índia*, uma lápide, primeiro *monumento* que Sines dedica a Vasco da Gama e ainda hoje subsiste:



Figura 182 – *Lápide comemorativa existente na fachada da «Casa de Vasco da Gama», em Sines,* 1898, fotografia do autor, 2019



Figura 183 – Comandante Pinto Basto, *Desenho da Lápide comemorativa existente na fachada da «Casa de Vasco da Gama», em Sines*, Diário das Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto, BNP cod-13491_8, vol. 4.

[1109] *A Folha de Sines* (1919) – Sines, n.º 1. 1 de julho.



Figura 184 – *Bilhete Commemorativo do IV Centenario da Descoberta do Caminho Maritimo para a Índia por D. Vasco da Gama 1498 – 1898*. À direita vê-se a casa onde segundo a tradição teria nascido o Navegador, ainda sem a placa comemorativa. O Castelo de Sines é apenas uma mancha desfocada parcialmente coberta por esta imagem.

Em 1924, aquando do quarto centenário da sua morte, foi delineado um projeto, mais grandioso, para um busto de bronze sobre um pedestal de cantaria, de que se chegou a colocar a primeira pedra. No Museu de Sines guarda-se a maquete em gesso policromado deste infausto *Monumento*.

As cerimónias públicas, promovidas por uma comissão local de homenagem «à memória do ilustre filho desta terra e épico navegador», tiveram lugar no dia 23 de dezembro (doc. 113)[1110]. Iniciaram-se com uma alvorada com salvas de morteiros e a atuação da filarmónica Matos Galamba, de Alcácer do Sal. Pelas dez horas foi distribuído um bodo por 50 pobres, que antecedeu a organização do cortejo cívico que partiu da Praça da República (antigo Rossio) e no qual se incorporaram todas as autoridades civis e militares, corporações administrativas, contingentes da Marinha de Guerra, Guarda Fiscal, Guarda Republicana, todos os funcionários públicos do concelho, professores e alunos das escolas primárias, todas as associações de classe e de beneficência e sociedades recreativas, acompanhados pela filarmónica e pelo grupo musical Primeiro de Maio. O cortejo seguiu

[1110] E não a 24 de dezembro, data da morte de Vasco da Gama, certamente para não se confundir com a festa do Natal.

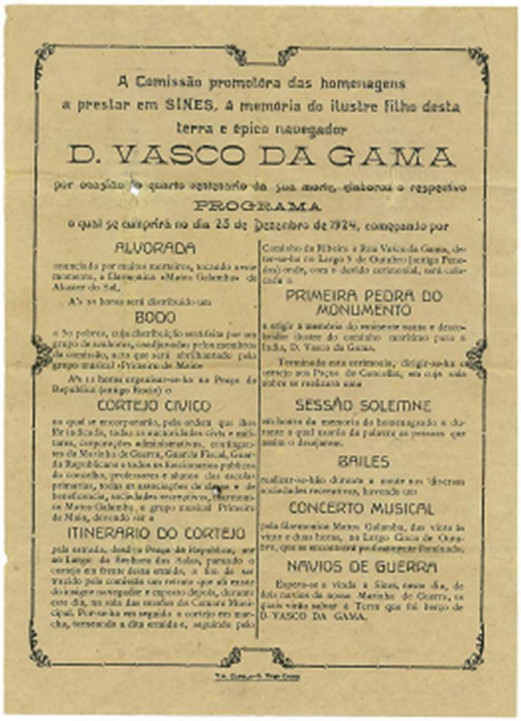
pela estrada, do Rossio até à ermida de Nossa Senhora das Salas, em frente da qual parou, a fim de ser recolhido pelos membros da Comissão Promotora, o retrato do insigne Navegador aí existente, que seria exposto durante todo o dia na Sala das Sessões da Câmara Municipal. O cortejo retomou a sua marcha pelo caminho da Ribeira e rua Vasco da Gama, detendo- -se de novo no largo 5 de Outubro (antigo largo dos Penedos da Índia), onde teve lugar a cerimónia de lançamento da primeira pedra no monumento «a erigir á memória do eminente nauta e descobridor ilustre do caminho marítimo para a Índia, D. Vasco da Gama»[1111]. Terminada esta, retomou o cortejo o seu trajeto até aos Paços do Concelho, onde se realizou uma sessão solene, durante a qual tomaram a palavra todos os que o desejaram. À noite houve baile no largo 5 de Outubro, profusamente iluminado.



Figura 185 – *Lançamento da Primeira Pedra do Monumento a Vasco da Gama no largo dos Penedos da Índia,* postal ilustrado, 23 de dezembro de 1924.

O impacto local destas comemorações foi grande, tendo-se a noção de que se tratava de um dia histórico para a criação de uma identidade local. Assim se justifica o grande número de fotografias tiradas na ocasião, algumas das quais publicadas em formato de postal. Só a chegada do primeiro comboio em 1937 foi tão bem documentada, em toda a primeira metade do século XX. A *Folha de Sines* editou mesmo um número especial, em formato de revista, com capa de Emmerico Nunes, cujos lucros da venda se destinaram ao monumento.

[1111] *Programa da Homenagem a Vasco da Gama*, 23 de dezembro de 1924. Museu de Sines.



A Comissão promotôra das homenagens
a prestar em SINES, á memoria do ilustre filho desta
terra e épico navegador
D. VASCO DA GAMA
por occasião do quarto centenario da sua morte, elaborou o respectivo
PROGRAMA
o qual se cumprirá no dia 25 de Dezembro de 1924, composto por
ALVORADA
BODO
CORTEJO CIVICO
ITINERARIO DO CORTEJO
PRIMEIRA PEDRA DO MONUMENTO
SESSÃO SOLEMNE
BAILES
CONCERTO MUSICAL
NAVIOS DE GUERRA
D. VASCO DA GAMA.



Figura 186 – *Programa da Homenagem a Vasco da Gama,* 23 de dezembro de 1924, Museu de Sines.

Figura 187 – *Maquete do Monumento a Vasco da Gama,* 1924, gesso patinado, Museu de Sines, inv. MS 24.

A ideia do *monumento* está na ordem do dia e Sines associa-se mesmo a outros projetos. Em sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de 26 de janeiro de 1925 chega a deliberar-se que, estando previsto ocorrer em Lisboa o lançamento da primeira pedra de um grandioso monumento ao Navegador, se enviasse um saco de terra, «tirado do sitio onde se encontra a casa onde nasceu este ilustre varão, e a qual se destinaria a sêr lançada no local onde se deverá erigir essa estatua. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.».

No entanto, o monumento de Sines nunca passou da sua maquete em gesso, o que não deixou de ser alvo de comentários: (doc. 115)

> Palavras perdidas
>
> Já decorreu um ano apoz o lançamento da primeira pedra para o Monumento a D. Vasco da Gama, e até hoje não ha nada que indique a atividade da comissão – se é que existe - encarregada d'essa homenagem.
> Ou este ano ou o ano passado!
> Aquilo é que foi festança!
> Musica, foguetes, discursos, cortejo, o retrato em procissão, paus com bandeiras, etc.
> Havia entusiasmo, havia até mesmo comoção nos corações sinienses.

> Mas o tempo corre ligeiro, e atraz do tempo corre, voam, desaparecem as boas iniciativas.
> Foi o que sucedeu com o Monumento: *foi um ar que lhe deu – voou*.
> E como n'um ano nada se fez, no ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1926, nada se fará, e apoz este outro ano virá, depois outro, mais outro, vinte, quarenta, seculos infindos e o Monumento ficará tal qual está.
> Podemos dizer com orgulho, referindo-nos ao esforço dos sineenses – *ditosa terra que tais filhos tem.*
>
> Sines, 26.12.926
>
> Zé de Sines[1112]

Estes sonhos republicanos, de exaltação dos «egrégios avós», será continuado durante o Estado Novo, que só nos seus anos derradeiros, em 1970, irá concretizar esta velha aspiração, erguendo a tão sonhada estátua de bronze, no âmbito das comemorações do quinto centenário do nascimento de Vasco da Gama. Discutiu-se então sobre o melhor local para a colocação do monumento, sendo abandonada a ideia inicial, de instalação junto da ermida da Senhora das Salas, privilegiando-se o Castelo, que assim ganhou um novo estatuto, ele próprio como monumento do Navegador.



Figura 188 – *Saída do Retrato de Vasco da Gama da Ermida de Nossa Senhora das Salas* (pormenor), 1924, postal, Coleção de Antero Raposo.

[1112] A Folha de Sines (1926) – Sines. 26 de dezembro.



Figura 189 – *Diploma de Sócio da Associação de Socorros Mutuos Operaria Siniense,* c. 1900, Museu de Sines, MS 1321.

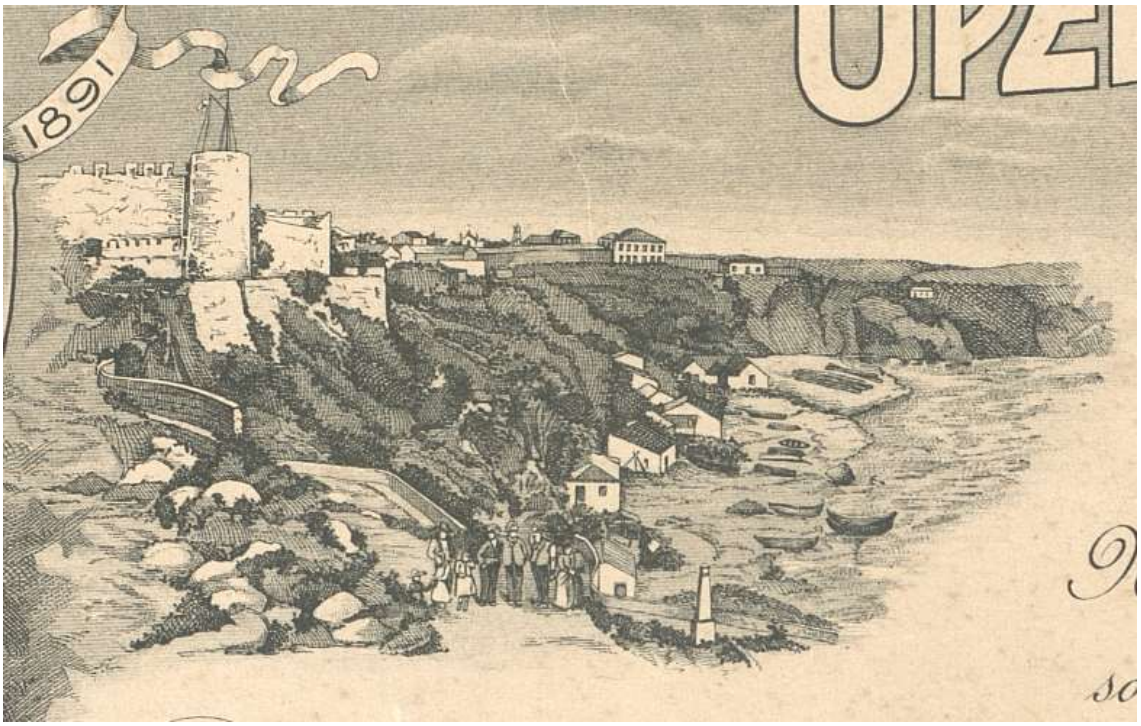


Figura 190 – *Pormenor do diploma anterior.*

13.3. Os Raros Olhares Românticos Sobre o Castelo e o Património Edificado

Nestes tempos tardiamente dominados por visões românticas do passado, apenas pontualmente encontramos referência à esquecida estrutura militar de Sines. Em 1899, Cláudia de Campos, num romance vagamente autobiográfico intitulado *Elle*, onde nos descreve Sines sob o nome de *Sutil*, não deixa de nos referir – igualmente de passagem – o Castelo:

> E a villa, assim elegantemente fechada ao sul, terminava com a mesma elegância ao norte, por um castello arabe em ruinas, no cimo da escura barroca.[1113]

Pelas fotografias da época podemos constatar que o Castelo não estava assim tão arruinado, mas para as pretensões literárias da autora, a ruína conferia-lhe um outro encanto, uma outra aura, assim como a origem árabe (sem fundamento, como já mostrámos) evocava velhas lendas de mouras encantadas. O vizinho castelo de Santiago do Cacém é referido nos mesmos termos: «em cujo cimo se erguiam as ruinas do secular castello mourisco»[1114], o que nos faz relembrar os comentários românticos do Padre Macedo e Silva.



Figura 191 – *Vista geral do Castel*, catálogo. *O. Herold & Companhia*. c. 1900, Museu de Sines.

[1113] Cláudia de CAMPOS (1899) – *Elle*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão. p. 21.
[1114] *Ibidem*, p. 35.

Esta escrita poética, com o castelo como protagonista, surge-nos também pontual e tardiamente em algumas evocações do Castelo de Sines na imprensa local. Veja-se *A Folha de Sines* de 25 de julho de 1925, onde foi impresso num pequeno texto assinado por *Zé da Mó*:

> Lá ao longe, distinguia-se o Castelo na sua silhueta sombria e altaneira, assente sobre o dorso duns rochedos. Em seu redor recortava o espaço a silhueta da casaria da vila.
> A minha alma poetica comprazia-se em fantasiar aqueles cavaleiros lendarios que debruçados nas seteiras espiavam a aproximação do inimigo, esperando o momento assaz propicio, para num arranco de valentia e de fé, levar até ao meio do acampamento mouro o pendão das quinas.
> Depois ali em seu redor, combatiam com denodo e galhardia.
> O Castelo lá ficava como sentinela vigilante, para num dado momento novamente os acolher do inimigo infiel, cem vezes mais numeroso.
> E o Castelo lá ia resistindo sempre ás arremetidas do inimigo que lhe tributava respeito, pela sua silhueta «sombria e altaneira».[1115]

As comemorações do *Centenário da Índia,* em 1897 e 1898, vieram finalmente trazer um olhar mais atento sobre os vestígios materiais, que ainda se conservavam em Sines, da passagem de Vasco da Gama.

Um dos primeiros divulgadores destas marcas da passagem de Vasco da Gama por Sines foi Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903), também ele médico, numismata e arqueólogo, que foi diretor do Gabinete de Numismática e Arqueologia do rei D. Luís[1116]. Assentou praça em 1867 como médico militar, chegando ao posto de cirurgião-mor-em--chefe do exército quando se reformou[1117]. Também se interessou pela Arqueologia e em 1868 foi encarregado de escavar um cemitério Romano no Algarve, cujos resultados publicou[1118]. Os seus escritos sobre Vasco da Gama e a Vidigueira iniciaram-se com um artigo do *Diário de Notícias*, que com algumas retificações foi publicado num pequeno livro intitulado *D. Vasco da Gama e a Villa da Vidigueira. Bosquejo Historico* (doc. 106), dado à estampa em 1871.

> A tradição diz, n'esta villa, ter tido logar n'umas casas fronteiras á horta da *Barroca*, ou de D. Vasco, nome que conserva por lhe ter pertencido, situadas no caminho que vae

[1115] Zé da MÓ (1925) – O Castelo. *A Folha de Sines.* Sines n.º 20. 25 de julho.
[1116] Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO (1875) – *Descripção Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional. p. 13-14.
[1117] *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1959) – Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Vol. 31. p. 51.
[1118] Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO (1868) – *Relatorio Sobre o Cemiterio Romano Descoberto Proximo da Cidade de Tavira em 1868*. Lisboa: Imprensa Nacional.

> da villa á Senhora das Salas; estão hoje reduzidas a um triste pardieiro, mas ainda ahí se descobrem vestígios de prédio nobre em tal época e existindo em 1847 a porta principal em ogiva. A ermida de S. Giraldo abandonada em 1631, e a da Senhora das Salas, são edificações de Vasco da Gama, mostrando predilecção pela sua terra natal;[1119]

Em 1887 publicou a que considera «uma segunda edição mais correcta e augmentada do bosquejo historico que publicámos em 1871». Nesta nova edição acrescenta apenas, relativamente a Sines, os dados constantes do *Tombo da Comenda*: de que em 1631 já não havia qualquer vestígio da antiga horta «e tudo são barrocas, que com o tempo e a antiguidade se consumirão»[1120].

Mereceram uma particular atenção a Teixeira de Aragão três edifícios, ainda por si identificados em 1847[1121]: a casa do Navegador e as ermidas de Nossa Senhora das Salas e de São Giraldo. Também pela primeira é patente uma preocupação com a conservação dos edifícios, como espaços de memória, até porque dois deles já não existiam: de São Giraldo «já nem as paredes restam, sendo o material applicado a novas construcções» e a casa fora demolida…

Apenas a ermida da Senhora das Salas se conservava em bom estado, mas unicamente devido à devoção popular pela Senhora. Quanto ao Castelo, continua a ser deixado de fora deste conjunto, apesar de referir que Estêvão da Gama fora alcaide-mor de Sines, o que é de surpereender num militar.

Nos derradeiros anos da Monarquia, temos notícia da passagem por Sines do rei D. Carlos, que, numa das suas expedições náuticas ao Algarve, parou na baía. No dia 25 de março de 1902, o iate real «Amélia» partiu de Sesimbra e chegou à baía de Sines por volta da 1h40, onde a tripulação experimentou um escaler à vela. A novidade terá sido grande e as autoridades locais dirigiram-se a bordo para cumprimentar o monarca. «Immediatamente circulou a noticia por toda a villa, e não tardou em que fechassem todos os estabelecimentos», noticiou o jornal regional *O Campo d'Ourique*[1122] toda a gente da vila foi em pequenas embarcações e até mesmo a filarmónica local se integrou no desfile náutico, curiosamente registado numa das aguarelas com que o comandante Pinto Basto ilustrou o seu diário. O castelo domina de forma pitoresca a baía, num registo rápido. Vasco da Gama foi naturalmente lembrado e, à noite, os focos do navio iluminaram a sua casa. A

[1119] *Idem* (1871) – *D. Vasco da Gama e a Villa da Vidigueira; Bosquejo Historico*. Lisboa: Typographia Universal. p. 11-12.
[1120] *Idem* (1887) – *Vasco da Gama e a Vidigueira; Estudo Historico*. 2.ª ed. Lisboa: Typographia Universal. p. 14.
[1121] *Idem* (1898) – *Vasco da Gama e a Vidigueira; Estudo Historico*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. XIV-XV.
[1122] *O Campo d'Ourique* (1902) – n.º 192, p. 1. 3 abr.

placa aí colocada, em 1898, também foi reproduzida (fig. 138). Na manhã seguinte, partiram pouco depois das 9h, passaram a Perceveira e navegaram para Norte em direção a Sesimbra. Tirando esta curiosa passagem, os diários do «Amélia» apenas referem Sines como ponto de passagem entre Lisboa e Sagres.

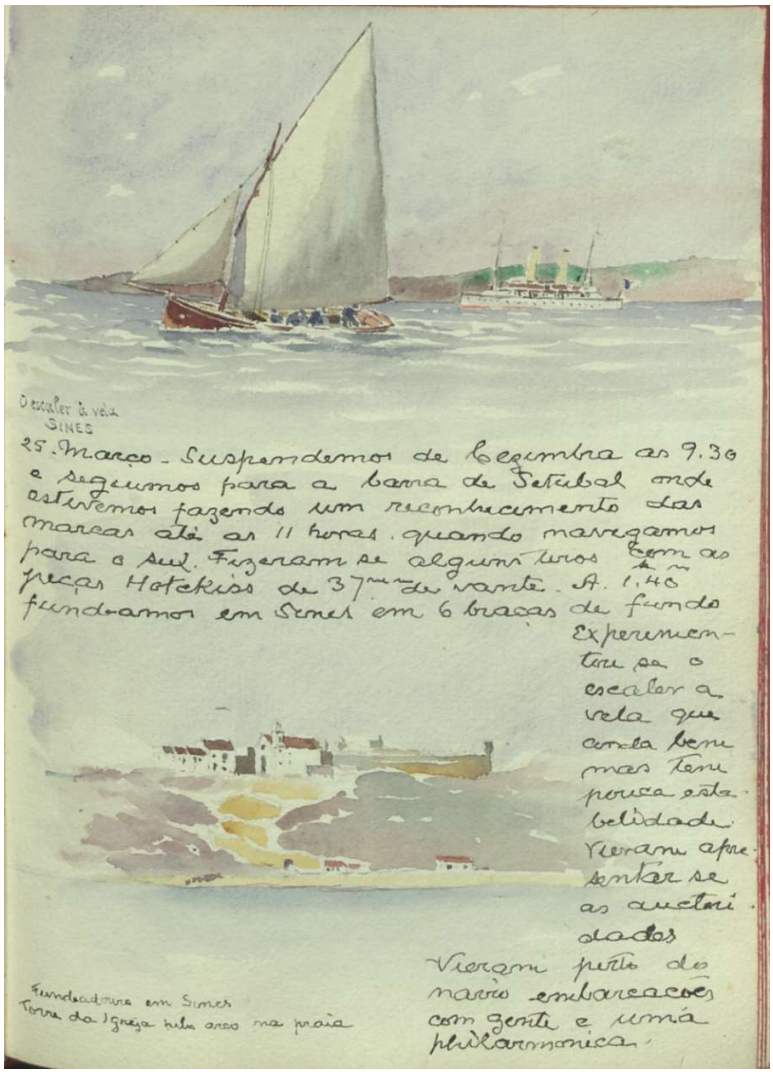


Figura 192 – *Página do Diário das Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto,* BNP, cod-13491_8, vol. 3, p. 347.

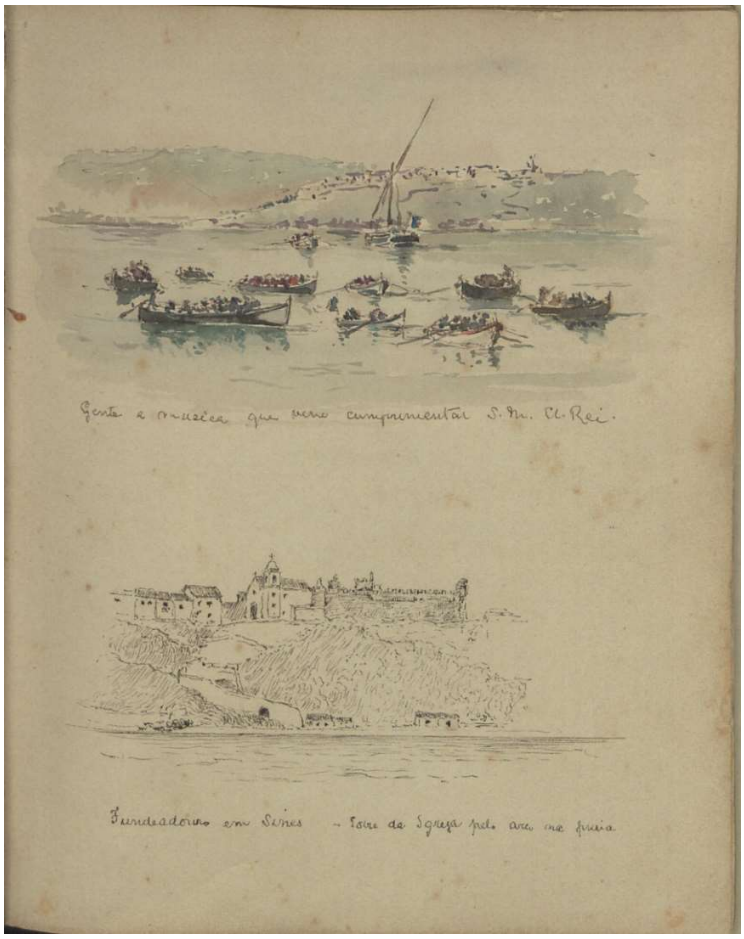


Figura 193 – *Página do Diário nas Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto,* BNP, cod-13491_8, vol. 4, p. 11.

Por esses dias foram também registadas as primeiras fotografias do Castelo, uma das quais nos apresenta o seu interior ocupado por uma praça de touros. Felizmente a imprensa local dá-nos algumas informações preciosas sobre esta construção precária, erguida em 1904. *O Campo d'Ourique* noticiou a 9 de junho que «Já começaram os trabalhos do recinto do Castello desta villa para as corridas de touros que se devem realizar dos dias 14 e 15 d'Agosto, por occasião das festas de Nossa Senhora das Salas.»[1123]. A iniciativa deveu-se ao empresário João Filippe Baptista.

Nos dias 10 e 11 de setembro de 1905, realizaram-se duas corridas de touros promovidas pela empresa do citado José Filippe Baptista. Apesar da praça estar «á cunha», os bandarilheiros tiveram um mau desempenho e apenas Pontaret colocou alguns ferros, que pouco entusiasmo despertaram por parte do público. O cavaleiro amador Constantino José saiu-se regularmente perante os touros de Joaquim Mendes Nuncio Júnior de Alcácer do

[1123] O Campo d'Ourique (1904) – n.º 299, p. 9 jun.

Sal. Abrilhantaram a corridas a filarmónica da mesma vila e a «Pincel» de Sines, que tocaram alternadamente[1124].

A 24 de setembro de 1905 realizou-se uma «tourada-vaccada» em benefício do hospital civil, promovida desta vez pelo cavaleiro Joaquim Mendes Nuncio Júnior, que voltou a fornecer os 4 touros e 6 vacas corridas nessa tarde. Manuel dos Santos participou como bandarilheriro. No dia 12 de outubro houve cavalhadas, organizadas por um «grupo de rapazes da alta roda de S. Thiago». Destacaram-se Arthur da Silva e um dos filhos de Francisco Bigas, «que se apresentou na arena montado n'um gerico muito bem arreiado, com sella, fital, etc. etc.» [1125]. Nova corrida, a 26 de setembro, teve «casa à cunha» pois os bilhetes foram a metade do preço e reverteram a favor da Santa Casa da Misericórdia[1126], e a 19 de outubro noticiava-se o términus da época das touradas em Sines concluindo-se que «O effeito que taes divertimentos causavam, e a nota alegre que davam a Sines e ao desenvolvimento do seu commercio, eram encantadore.»[1127]

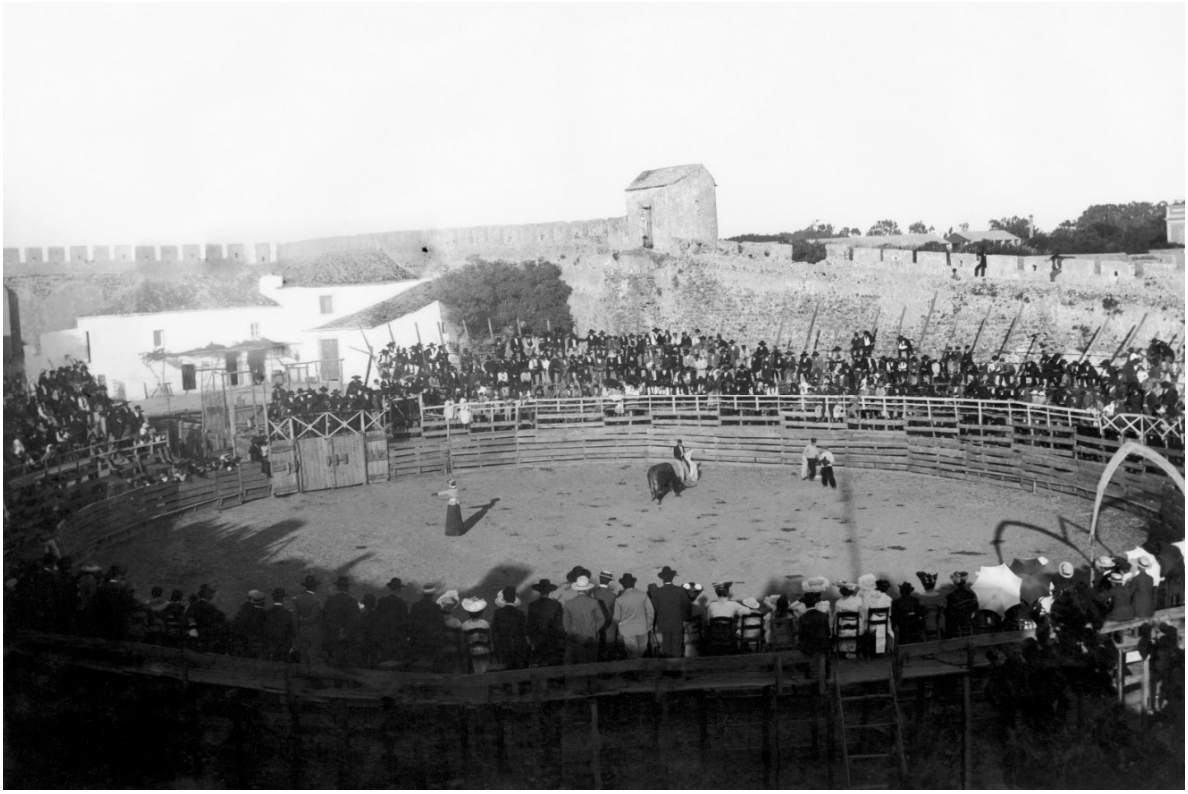


Figura 194 – *Corrida de Touros no Interior do Castelo de Sines,* Inícios do século XX, coleção particular. Ao centro, sobre o pano de muralhas, ainda é visível a torre do Paiol.

[1124] *O Campod'Ourique* (1905) – n.º 365, p. 1. 14 set.
[1125] *O Campo d'Ouriqur* (1905) – n.º 369, p. 2-3. 12 out.
[1126] O Campo d'Ouriqur (1905) – n.º 368, p. 2. 5 out.
[1127] O Campo d'Ouriqur (1905) – n.º 370, p. 3. 19 out.

14. O Castelo sem Função Militar, que Futuro?

14.1. O Papel da Câmara Municipal de Sines e da Imprensa Local entre 1914 e 1933

No início do século XX, Sines continuava integrada no concelho de Santiago do Cacém, quando no ano de 1905 foi realizado um levantamento da «casa de habitação do commandante militar de Sines», ocupada então pelo ensino escolar oficial, ao nível do primeiro andar. A sala grande é utilizada para aulas, sendo a restante área destinada à habitação do professor, com a segunda sala mantendo esta função, seguida de um quarto de dormir, separado da cozinha – que mantém a sua localização – por uma «casa de costura». Ligada à cozinha existe uma despensa com um pequeno corredor a Norte, ambos comunicando com uma casa de passagem que, a Nascente, comunica com a casa de jantar e, a Norte com a torre de Menagem, onde se localizam dois quartos de dormir. Mantém-se, assim, a mesma compartimentação efetuada após 1755, apenas com uma refuncionalização dos espaços.

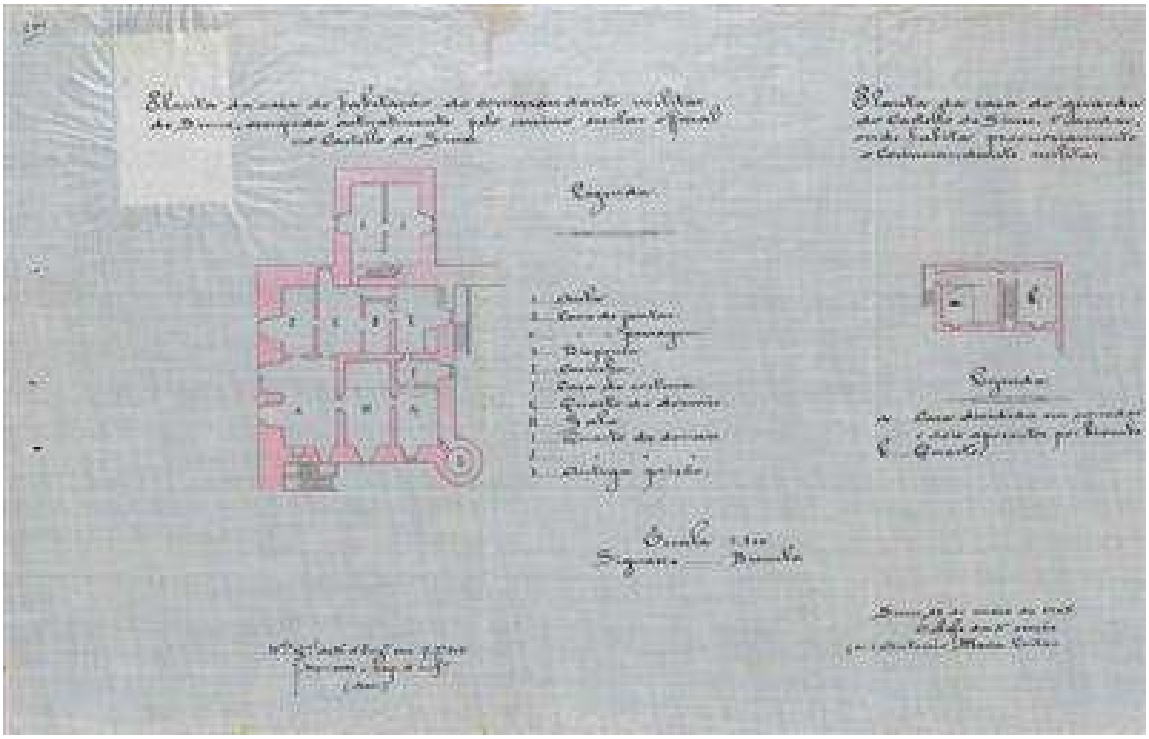


Figura 195 – José Maria Gomes Mariares, *Planta da casa de habitação do comandante militar de Sines, occupada actualmente pelo ensino escolar official do Castello de* Sines, 17 de setembro de 1905. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Disponível em linha: WWW:<URL:https://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1646K7J3O0527.3352&profile=bde&source=~!dglb&view=subscriptionsummary&uri=full=3100024~!277285~!2&ri=2&aspect=subtab62&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=*sines&index=.GW&uindex=&aspect=subtab62&menu=search&ri=2&limitbox_1=COL01+=+14DIE&limitbox_6=LOC01+=+BDE

A permanência da escola neste espaço não foi, no entanto, longa, pois, a 6 de abril de 1914, a Comissão Administrativa de Santiago do Cacém deliberou sobre uma proposta da Junta da Paróquia de Sines para aquisição à firma O. Herold, de Lisboa, do palacete que esta possuía no largo de São Sebastião, pela quantia de 4.500 escudos, palacete este destinado à instalação das duas escolas daquela freguesia. O Estado pagaria 4.000 escudos e a Câmara 500 escudos, em três prestações anuais, obrigando-se a autarquia ainda a fazer um muro divisório entre o prédio que fica pertencente aos vendedores e o que fica pertencente ao município[1128]. A transação foi bem-sucedida e neste edifício funcionam hoje os Paços do Concelho.

Em 1914, o concelho de Sines foi restaurado[1129], graças à pressão de um influente grupo de republicanos locais[1130] e os Paços do Concelho são instalados provisoriamente no Castelo, nas salas da antiga residência do governador militar, arrendadas ao Ministério da Guerra a 23 de julho[1131]. A partir deste momento, o estado de conservação do imóvel passa a ser frequentemente debatido nas sessões camarárias, cujas atas constituem uma leitura obrigatória.

Logo no mesmo ano, as atenções centram-se no terreno exterior, situado a Sul das muralhas, que nas fotografias da época surge cercado por uma sebe de canas e por isso é frequentemente designado como «Cerca do Castelo». Pretende-se que este terreno seja murado e aforado para «evitar que sirva de vasadouro publico, isto a bem da / hegiene publica e da estética que devem manter-se / num local situado no centro da povoação.».

Encontramos, então, duas atitudes opostas, sendo claramente dominante a que defende o *progresso* e que nada de interessante vê no legado do passado, enquanto por outro lado subsistem visões românticas, que se limitam a uma abordagem literária, sem apresentarem nenhuma proposta de intervenção no edificado, como a que encontramos logo na primeira página da primeira edição do jornal *A Folha de Sines,* de 1 de junho de 1919 (doc. 110):

> Quasi ao meio da vila e tambem sobranceiro ao mar, com o seu rendilhado de ameias e a sua barbacan de chão lagento, ergue-se as muralhas de um antigo castelo em ruinas. A um ângulo d'essas muralhas, do lado norte, ficam os passos, de quadros largos com tectos pintados de figuras alegoricas da arte da guerra. Dá

[1128] AHMSC, *Actas da Comissão Administrativa (19.11.1914-25.05.1914)*, fl. 82.
[1129] Lei n.º 167 de 19 de maio de 1914.
[1130] AMS, CMS, Termo de contracto para a compra de um palacete destinado às escolas primárias, *documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918*, capilha 1, documento 2, 27 jul 1914, *apud* Sandra PATRÍCIO (2014) – *100 anos da Restauração do Concelho de Sines: A Comissão Instaladora do Concelho de Sines* [Em linha]. Sines: Arquivo Municipal [Consult. 20 jun. 2019]. Disponível em: WWW:<URL: https://www.sines.pt/cmsines/uploads/document/file/1622/SM_02_-_A_restaura__o_do_concelho_de_Sines.pdf
[1131] AMS, CMS, *Documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918*, capilha 1, doc. 1. 13 de julho de 1914.

> acesso uma escadaria de pédra, na parte interior do recinto formado pelas muralhas.
>
> Trabalho monumental que se extinguiu aos golpes das espadas cristãs que abriram o caminho da civilização e alargaram ambito territorial dos Luzitanos desde as alcantiladas serras do Minho, as vastas planícies da [sic] Algarve, o castelo de Sines, como todos esses baluartes mouriscos dispersos no paiz, e conquistados pelos guerreiros de outra èra, são páginas da nossa historia.
>
> Olhar essas paredes gretadas, a esboroarem-se quasi, é reviver um passado de Glória que imortalizou na historia dos povos o nome dos portugueses – tão audazes nas guerras, como timidos na religião.[1132]

Ao longo das décadas de 20 e 30 do século XX, a Câmara Municipal de Sines tentou por diversas vezes obter a posse do Castelo, com o objetivo de urbanizar e ajardinar os terrenos, após a demolição das muralhas, deixando apenas isolada a casa do governador e a torre de Menagem anexa.



Figura 196 – *Vista aérea do Castelo com a sua cerca exterior*, postal de meados do século XX, Coleção de José Manuel Cavalinhos.

[1132] *A Folha de Sines* (1919) – Sines. n.º 1. 1 de junho.

A mentalidade que está por detrás desta atitude espelha-se bem nalguns artigos que por esses anos surgem nos jornais locais, principalmente na *Folha de Sines*, dirigido por Júlio Gomes da Silva. No n.º 7, de 1 de outubro de 1919, encontramos um longo artigo da autoria de A. Chalbert, intitulado *Honny Soit* (doc. 112), e que merece uma transcrição um pouco mais longa:

> Sines, não tem na sua estrutura uma só dedáda de modernismo. (…) Os homens, através dum numero imprecisavel de seculos, ainda não souberam fazer n'este canto extremo do ocidente europeu, (…) absolutamente nada que haja de perdurar e merecer o reconhecimento dos vindouros. (…) Nada do que está feito é aproveitável se algum dia o camartelo do Progresso se dispuser a demolir com fins reconstrutivos. (…)
>
> Como que seja, tudo n'ela é antiquado, inestetico, destituído de grandeza, conforto e beleza. (…)[1133]



Figura 197 – Gilberto Renda, *Paliçada da cerca do Castelo junto da torre mocha, com a torre de menagem em segundo plano*, 1935, estação dos caminhos de ferro de Sines.

A Câmara Municipal, nos seus livros de atas, ainda não reflete estas posições, que rapidamente veio a triunfar. A 6 de novembro de 1919, ainda se aprova o pedido, ao Ministério da Guerra, apenas da «Cerca do Castelo», «visto ser uma vergonha conservar-

[1133] *Ibidem*, n.º 7. 1 de outubro.

se a mesma / tál qual está, pois apenas representa um fóco de infeção / sendo bastante prejudicial á saude publica, em vista // de fazerem ali despejos.»[1134].

De novo se regressa a este assunto a 6 de abril de 1920, lembrando o então presidente que era conveniente «acabar de vez com o fóco de infecção que existe na cêrca confinante com o Castelo e que é pertença da Ministerio da Guerra». Seria bom que a Câmara adquirisse o terreno e que o vedasse com um muro de alvenaria, para evitar que servisse de depósito de imundícies desagradáveis à vista e de cheiro nauseabundo. Propôs um valor de compra de 3 centavos o metro quadrado, que após discussão foi deliberado poder ir até aos 4 centavos, ficando o presidente incumbido de representar a Câmara neste negóocio[1135].

Há um primeiro pedido do município, em 1921, sem ser acompanhado pelos elementos que a comissão julgava necessários para se pronunciar. No ano seguinte é feito novo pedido, por ofício datado de 12 de abril, que merecerá parecer desfavorável da Comissão Técnica de Fortificações do Ministério da Guerra a 6 de fevereiro de 1923:

> que à Ca- / mara Municipal de Sines apenas deve ser permitido faser o muro de / suporte em alvenaria no escarpado da cêrca anexa ao Castelo; aformo-/sear os terrenos do recinto interior e da explanada exterior com jar-/dins para logradouro publico e concertar as muralhas, conservando o / seu cunho de antiguidade, continuando todo o predio militar no domi-/nio do Estado.

Aprovado pelo ministro da Guerra e enviado à Câmara, foi o mesmo apreciado em sessão de 22 de agosto de 1923, onde não se aceitou a cedência, por ser impossível à autarquia suportar os encargos com a conservação do imóvel nos termos estipulados pelo Ministério[1136].

O assunto surge por diversas vezes em atas dos anos 20. Um dos principais problemas que a Câmara de Sines enfrenta é a falta de técnicos habilitados para a simples execução de uma planta da intervenção pretendida. Não se encontrando localmente quem o possa fazer, levanta-se a hipótese de pedir ao arquiteto Adães Bermudes[1137], de que se aguardava a visita à ermida da Senhora das Salas, para executar esse trabalho ou, em segunda hipótese, a de se pedir ao engenheiro dos caminhos de ferro que se encontrava em Santiago do Cacém. A esperada visita do arquiteto devia prender-se com a classificação da ermida, numa altura em que se preparavam já as comemorações do quarto centenário da morte de Vasco da Gama, que ocorreriam passados dois anos.

[1134] AMS, CMS, *Vereações*, liv. 16, fls. 96-96v.
[1135] *Ibidem*, fl. 100v.
[1136] AMS, CMS, *Actas das Sessões da Comissão Executiva*, liv. 2, fls. 7-7v.
[1137] Adães Bermudes é designado nas atas das Sessões de Câmara como engenheiro e nunca como arquiteto.

Em 1926, a 1 de janeiro, *A Folha de Sines* volta a lembrar o assunto:

> Um grande perigo
>
> Está ameaçando ruina a parte sul do castelo.
>
> Desde o torreão onde está instalado o semaforo, até á muralha que confronta com a cerca, toda a muralha está aluida e prometendo derruir-se.
>
> Era medida de boa precaução o Ministerio da Guerra ceder o Castelo á Camara de Sines, que por sua vez o mandaria derruir, antes que tenhamos de lamentar desastres, que por certo se darão se não houver quem se queira interessar por este caso.
>
> Não ha na demolição do Castelo de Sines prejuiso algum para a arqueologia, nem para os padrões das nossas passadas glórias, pois basta deixar de pé a torre de menagem
>
> para termos um testemunho do passado de que todos falamos com orgulho, mas que não respeitamos.
>
> Haja hoje pois quem se interesse por este caso inadiavel, a fim de se evitar um desastre que está eminente.
>
> Embora este brado parta de nós, bom é que este perigo seja encarado com o interesse que ele deve merecer.[1138]

Enquanto ao Castelo continuava a não estar associado o conceito de monumento e se pretendia mesmo a sua demolição, procurava-se erguer um monumento a Vasco da Gama, como vimos atrás.

Novo artigo é publicado a 29 de dezembro de 1929, alertando mais uma vez para o perigo que a iminente ruína do conjunto constituía para a vida dos transeuntes, nomeadamente para os que passavam junto dele, a caminho da praia:

> As suas muralhas estão bastante carcomidas, ha fendas de alto a abaixo, e o torreão do angulo oeste é uma constante ameaça para a tranquilidade dos que passam pela estrada da praia.
>
> Do lado sul já tem havido derrocadas. (…)[1139]

A posição tomada pelo Ministério da Guerra, de defesa da conservação do velho Castelo, não é entendida pela vereação municipal, nem pela imprensa siniense, que faz eco das suas reclamações, insurgindo-se contra os entraves à cedência do imóvel «para se poder fazer

[1138] *A Folha de Sines* (1926) – Sines. n.º 29. 1 de janeiro.
[1139] *Idem*, (1929) – Sines. n.º 34. 29 de dezembro.

o alargamento da vila»:

> Será caso que se espere que alguns infelizes paguem com a vida este desleixo burocrático, para se reconhecer que esta enorme mole de pedra, não tem sequer valor historico?[1140]

Mais uma vez, o artigo não é assinado e o jornal volta à carga no ano seguinte, depois de uma grave derrocada em que colapsou a torre do Paiol:

> Mais uma derrocada se deu nas muralhas arruinadas do Castelo de Sines, felizmente sem consequencias graves, por não haver desastres pessoais a lamentar.
>
> Todavia não estamos isentos de mais dia menos dia termos de registar qualquer funesto desastre, pelo estado perigoso das arruinadas muralhas.
>
> Ha longo tempo que as verações da Camara teem instado pela cedencia das ruinas do Castelo para alargamento e embelezamento vila, sem que o Ministerio da guerra tenha atendido essas petições justas.
>
> No entanto não ha no arruinado Castelo valor historico que recomende a sua conservação, que alem de inutil seria dispendiosa. E a quem caberá a responsabilidade de qualquer desastre que se der?
>
> Ao sr. Ministro da Guerra recomendamos o assunto, pela gravidade que ele apresenta, sem que tenhamos de exagerar a eminencia do perigo.[1141]

Em 1932, a Câmara Municipal volta a insistir na sua pretensão. É provável que as obras da linha de caminho de ferro, então a decorrer, tenham trazido a expectativa de um significativo aumento da procura balnear, o que justificaria a demolição das muralhas para a construção de um jardim, tendo ao centro um novo hotel. Por estes anos foi feito o primeiro levantamento topográfico da vila, com vista à realização dos projetos das redes de infraestruturas elétrica e de saneamento. Foi igualmente construída uma ligação cenográfica entre a vila e a praia, articulando escadas, rampas e patamares ajardinados, conhecida popularmente por «Descida da Praia» ou «Escadinhas do Muro da Praia». Nesta intervenção demoliu-se parcialmente o topo poente da bateria, o que foi notado pelas autoridades competentes.

[1140] *Ibidem.*

[1141] *Idem* (1930) – Sines. n.º 38. 1 de julho.



Figura 198 – *Comissão das forças vivas de Sines, que foi pedir ao Governo alguns melhoramentos, a 2 de maio de 1928*, ANTT, Empresa Pública Jornal o Século, Serviço de Fotografia, Albuns Gerais, Albuns Alfabéticos, Album n.º 009 [Letra C – 2ª Parte].

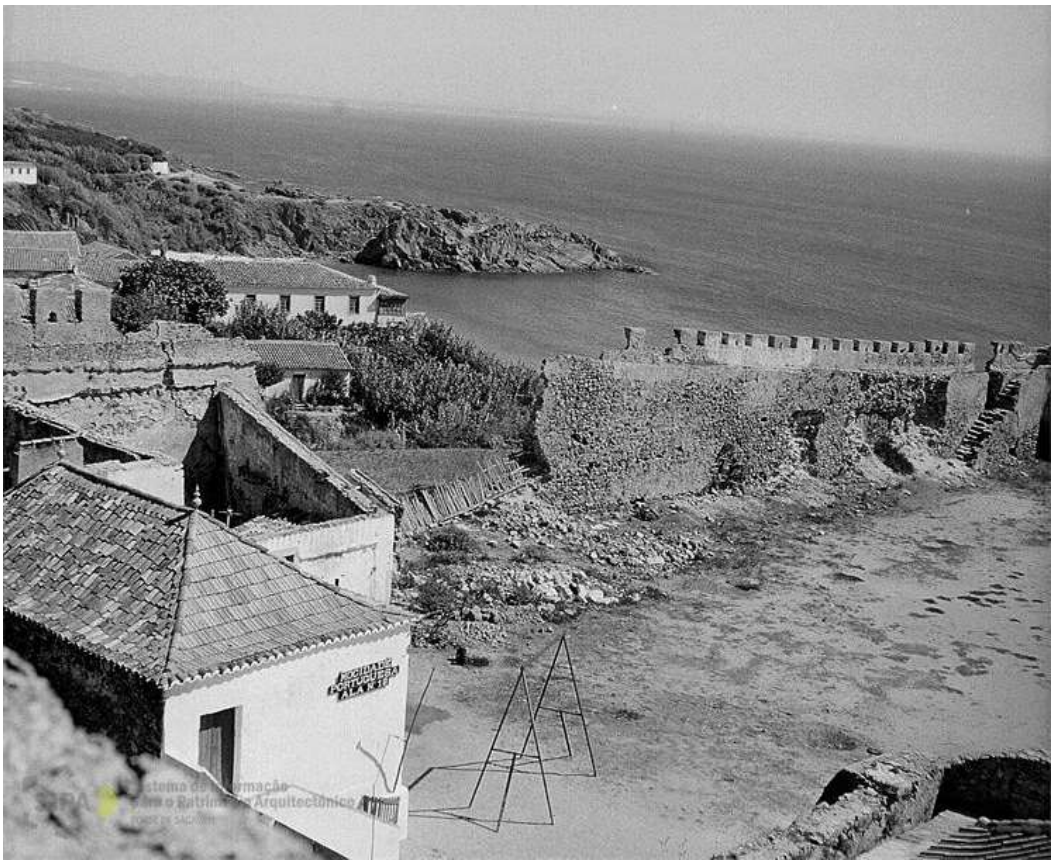


Figura 199 – *Pano de muralhas sul, sendo bem visíveis as derrocadas ocorridas em 1929-30,* 1954, SIPA Foto 00530773. Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451

O último parecer das autoridades militares data de 23 de dezembro de 1932 (doc. 117) e é provável que tenha sido esta insistência da Câmara, em demolir as muralhas, a despoletar o processo de classificação do Castelo, concluído com a publicação, a 24 de junho de 1933, do Decreto 22:737, que o classifica como Imóvel de Interesse Público[1142].

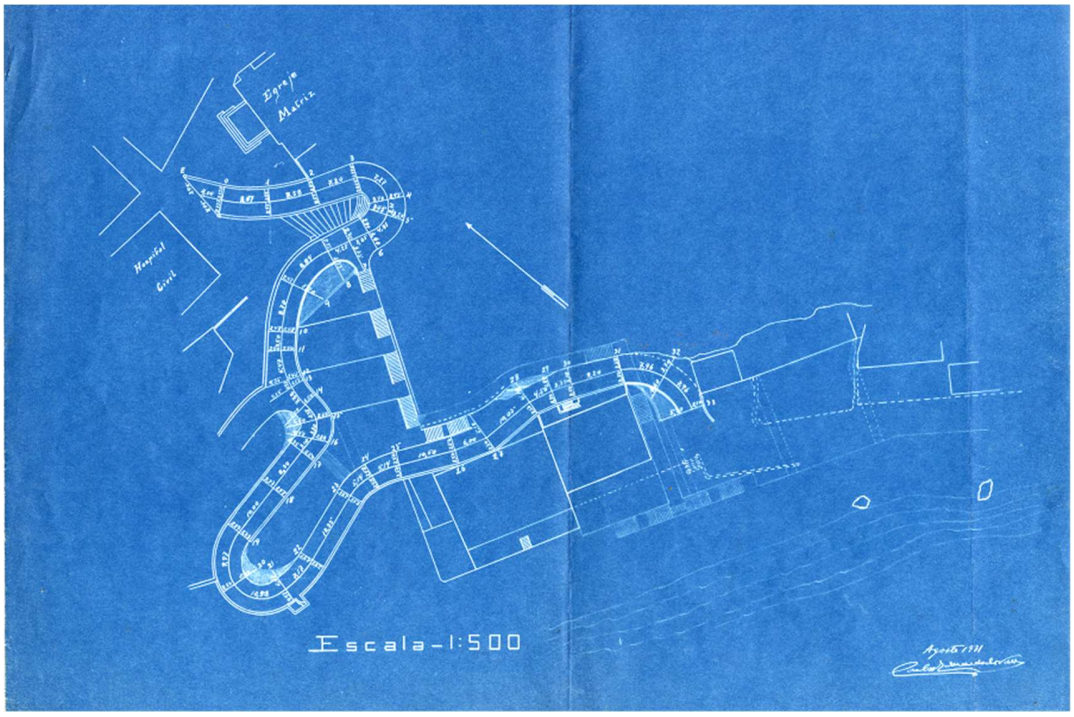


Figura 200 – *Projeto das Escadinhas do Muro da Praia,* agosto de 1931, Arquivo Municipal de Sines.

A partir de 1935, num clima de estabilidade económica e vontade política de comemorar o décimo aniversário da *Revolução Nacional*, vêem-se aumentados os investimentos na recuperação do património arquitetónico, reforçados a partir de 1938 com vista às grandes comemorações de 1940 do duplo centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência, aliadas à própria consagração do regime vigente[1143]. Os castelos foram objeto preferencial das atenções da DGEMN durante este período, mas o Castelo de Sines não se enquadrou nos critérios de escolha, onde se valorizava uma imagem da Idade Média, associada à figura de D. Afonso Henriques e à fundação da nacionalidade, que não corresponde à desta fortificação, já de transição e com uma planta quase regular. A sua localização, no centro da vila, também não lhe conferia o carácter cenográfico que se

[1142] Decreto n.º 22 737, DG, I Série, n.º 140, de 24 de junho de 1933.
[1143] Maria João Baptista NETO (1999) – A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. In *Caminhos do Património* – Lisboa: DGEM. p. 33--34.

apreciava noutros monumentos. O Castelo de Santiago do Cacém, pelo contrário, foi intervencionado, tendo-se procedido à demolição do que restava da arruinada torre de Menagem para aproveitamento da pedra na reparação das muralhas e barbacã. O espírito da época pode ser sintetizado nas curtas palavras de Abel Viena, num já referido pequeno opúsculo publicado em 1939:

> A inclusão dos castelos algarvios nesse expressivo símbolo de esclarecida mentalidade e heroismo inconcebível que é o brasão nacional português.[1144]

Para além deste valor simbólico e retórico, está cada vez mais presente, em diversos artigos escritos à época, a importância dos castelos numa estratégia turística nacional. Exemplo disso é a comunicação apresentada por Francisco de Lima ao I Congresso Nacional de Turismo, intitulada «Grandeza e Miséria dos Nossos Castelos», publicada numa pequena separata em 1936[1145]. No ano seguinte foi finalmente inaugurada a estação dos caminhos de ferro de Sines, em cujos painéis de azulejos é representado por três vezes o Castelo, sempre integrado em amplas vistas da vila. Estas composições azulejares devem-se ao pincel de Gilberto Renda (1884-1971), que as executou em 1935 na Fábrica Sant'Anna, a partir de fotografias de José Benedito Hidalgo Vilhena (1870-1943)[1146].

Os serviços da Comissão Técnica de Fortificações[1147] tiveram, como vimos acima, um papel fundamental na defesa da salvaguarda do monumento, mesmo quando os argumentos por si utilizados não sejam estritamente do âmbito patrimonial, mas, em 1937, o Ministério da Guerra acabou por pedir a transferência do Castelo para a Direção Geral da Fazenda Pública, por já não ter utilidade militar (doc. 118)[1148]. A DGEMN deu o seu parecer, informando que o Castelo se encontrava em adiantado estado de ruína, mas atendendo a que nele estava instalado o posto da Guarda Republicana e habitação do respetivo comandante, bem como as cavalariças da Guarda-Fiscal, poder-se-ia reparar esta parte do imóvel, tida como a mais notável, mantendo-se a sua utilização (doc. 120). Considerou ainda que se deveriam demolir «uns casebres miseráveis» que estavam adossados à face exterior das muralhas e um outro, relativamente recente, no seu interior, bem como proibir que a praça de armas fosse cultivada[1149].

[1144] Abel VIANA (1939) – *A Comemoração dos Centenários e os Castelos Algarvios*. Vila Nova de Famalicão: Gráfica Minerva. p. 5.
[1145] Francisco de LIMA (1936) – *Grandeza e Miséria dos Nossos Castelos*. Lisboa: s.n.
[1146] Ricardo Estevam PEREIRA (2020) – Gilberto Renda (1884-1971); Os Painéis de Azulejos da Estação. *Redes do Tempo.* Sines. n.º 15. Agosto.
[1147] Arquivo Histórico Militar, *Praça de Sines*, 3ª Divisão, 9ª Secção, caixa 86.
[1148] SIPA TXT.01748425, 13 de maio de 1937.
[1149] SIPA TXT.01748432, 16 de julho de 1938.



Figura 201 – *A Praça de Armas do Castelo utilizada como terreno agrícola,* c. 1937. Fotomontagem das fotografias SIPA FOTO00530742 e 00530743 (parcial). Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451.

Em agosto desse mesmo ano de 1937, o diretor-geral da Fazenda Pública solicitou à DGEMN que mandasse reparar o edifício ocupado pela GNR, informando que já dera instruções para que não se cultivasse a chamada Praça de Armas[1150]. No ano seguinte solicitou a realização de uma vistoria ao imóvel, para efeito de obras, aproveitando a oportunidade para informar, mais uma vez, que o terreno da antiga Praça de Armas já se encontrava devoluto[1151], ao que o diretor-geral respondeu que a mesma já havia sido feita[1152]. Nos anos seguintes, os pedidos de vistoria e de obras seguem-se com uma periodicidade anual sem que tenham tido qualquer efeito prático.

A DGEMN considerou que o «Castelo de Sines se encontra em mau estado de conservação, não tem grande interesse apesar de estar classificado como "Monumento Nacional"»[1153]. Em 1941, o diretor-geral informou mesmo que «as obras de reconstrução de que carecem

[1150] SIPA TXT.01748436, 3 de agosto de 1938.
[1151] SIPA TXT.01748438, 16 de março de 1939.
[1152] SIPA TXT.01748440, 24 de maio de 1939.
[1153] SIPA TXT.00730274, 17 de dezembro de 1940. A informação dada pelo arquiteto diretor está incorreta, o grau de classificação do Castelo é o de «Imóvel de Interesse Público».

as muralhas do Castelo de Sines, não foram previstas no plano das obras dos Monumentos Nacionais de 1941 por falta de dotação e em virtude d'outras merecerem obras mais urgentes e inadiáveis.»[1154].

Em 1942 foi apresentado pelo arquiteto Cristino da Silva um *Ante-Projeto de Regularização e Embelezamento da Frente Marginal de Sines*[1155], encomendado pela Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Electricos, que previa para os terrenos da antiga cerca exterior um jardim e um ringue de patinagem. O mesmo voltu a ser equacionado em 1964, sem alterações significativas, para além da ligeira alteração da localização do casino, merecendo o parecer favorável da DGEMN[1156].

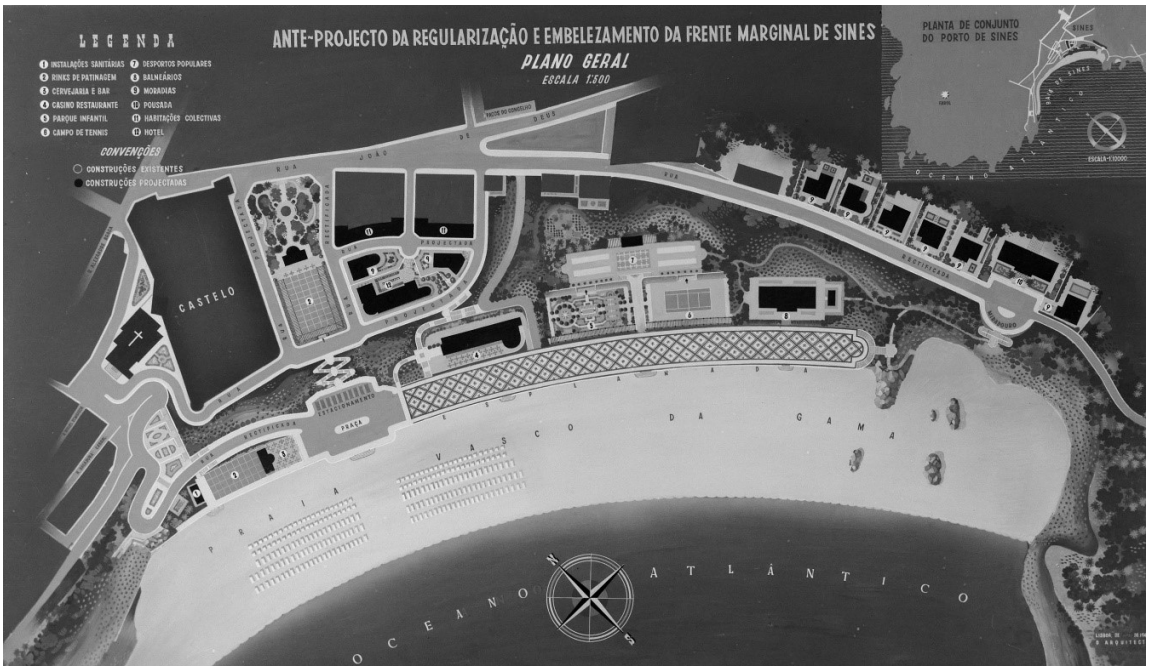


Figura 202 - *Luís Cristino da SILVA: Ante-Plano da Regularização e Embelezamento da frente marginal de Sines. Lisboa, Biblioteca de Arte Gulgenkian, Cota LCS 50.*

Só em 1947 deparamos com uma mudança de atitude, quando o diretor de serviços da DGEMN despachou: «julgo merecedoras de ser incluídas no plano de obras do próximo ano, as muralhas do CASTELO DE SINES.»[1157]. Consequentemente acabam por ser registadas, em Sines, diversas campanhas de obras, pois o estado das muralhas era já bastante grave, havendo sido marcado pela derrocada da torre do Paiol em 1930,

[1154] SIPA TXT.01748453, 14 de janeiro de 1941.
[1155] Luís Cristino da SILVA (1942 - 1946) – *Memória Descitiva Ante-Plano da Regularização e Embelezamento da frente marginal de Sines*. Lisboa. Biblioteca de Arte Gulgenkian, disponível em linha https://baimages.gulbenkian.pt/images/winlibimg.aspx?skey=&doc=193445&img=29868
[1156] SIPA TXT.00730616, 2 de setembro de 1964
[1157] SIPA TXT.01748464, 19 de novembro de 1947.

confirmada pelos relatos orais que conseguimos obter[1158], e, ao longo dos anos 50, pela abertura de fendas e ruína parcial da plataforma.





Figura 203 – *Pires Lembrança de Sines,* século XX, meados, Fábrica de Sacavém, coleção particular.

Figura 204 – *Chávena Lembrança de Sines, s*éculo XX, meados, Fábrica de Sacavém, coleção particular.

Entretanto permanece sediada no castelo a Guarda Nacional Republicana, desde 1916[1159], e uma das torres serve de residência ao comandante da Guarda-Fiscal. Nos antigos aquartelamentos instalou-se temporariamente, até finais da década de 50, a sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sines, fundada a 1 de dezembro de 1943[1160], e que, em 1956 pediu autorização à DGEMN para instalar um «esqueleto de madeira» no interior do Castelo, para fins de instrução dos seus homens[1161].

Neles esteve também a Mocidade Portuguesa, o que garantiu pequenos trabalhos de manutenção mínima dos edifícios que, apesar do seu deficiente estado de conservação, se mantiveram de pé.

[1158] Principalmente de Antero Raposo, que se tem revelado bastante fidedigno.
[1159] SIPA TXT.00730604
[1160] Sandra PATRÍCIO (2009) – *A Vida nas Mãos; História dos Bombeiros Voluntários de Sines.* Sines: Câmara Municipal. p. 13.
[1161] SIPA TXT.00730296, 17 de março de 1956.

Ainda conseguimos entrevistar alguns dos últimos habitantes do Castelo, como Suani Domingas Gorgulho[1162], nascida em 1930, e que aqui passou parte da infância enquanto o seu pai, José Domingos Gorgulho, era ordenanças do tenente da Guarda-Fiscal. Moravam então no primeiro andar da torre situada junto da entrada, por cima das cavalariças, a que se acedia pelas mesmas escadas que davam acesso à torre do relógio. A casa estava dividida em três compartimentos: entrava-se diretamente para uma sala que comunicava com um quarto e com a cozinha, que tinha uma chaminé e o poial onde estavam as bilhas da água, porque ainda não existia água canalizada. Nesse tempo era o Sr. Avelino, contínuo da escola, que estava encarregue de dar corda ao relógio e a miudagem ficava encantada a vê-lo a dar à roldana que puxava os pesos. Em baixo, as cavalariças tinham uma grande manjedoura, que ia de parede a parede e um compartimento onde se guardava a palha. À esquerda estava colocada uma arca com cevada e alfarrobas, que as crianças comiam também como guloseima, e ao lado um armário com os arreios dos cavalos. No teto existia um alçapão que permitia ao impedido espreitar como estavam os animais.



Figura 205 – *José Domingos Gorgulho, pai de Suani Gorgulho, com a farda de guarda fiscal, d*écada de 1930, prova fotográfica a preto-e-branco. Coleção particular.

Na antiga casa da guarnição, à esquerda do portão, estava instalada então outra cavalariça, para os cavalos da GNR. Os cavalos iam beber ao rés do chão do castelo, onde existia um bebedouro abastecido pelo antigo poço. No teto ainda sobrevive o apoio de ferro da roldana onde passava a corda do balde com que se tirava a água, apesar do bocal ter sido tapado e o murete demolido, vendo-se no pavimento a laje de betão circular que o encerra.

[1162] *Redes do Tempo* (2012) – n.º 7. p. 1. Março.

O antigo «baluarte» de Estêvão da Gama estava então entaipado e nele se acolhiam os cães apanhados nas ruas, até que os donos os fossem buscar e pagassem a respetiva multa, ou fossem abatidos.

No primeiro andar, para além de funcionar o posto da GNR, vivia o seu cabo com a família, também com crianças pequenas. O quintal era ainda ocupado por uma horta, onde ele plantava batatas, couves e outros produtos hortícolas, e onde existia uma figueira e uma amoreira. A torre de Menagem já estava então praticamente abandonada e as crianças eram avisadas para terem cuidado quando lá iam. Já então uma parte da muralha havia ruído e, nas suas brincadeiras, os mais novos preferiam sair por aí do que pela porta situada na base da torre de Vigia, porque estava cheia de morcegos.

A ambiência rural destes tempos era sublinhada pela presença de vacas leiteiras, alojadas no piso térreo da casa da Mocidade Portuguesa. A parada era lavrada e semeada de feno para os cavalos. Quando estava crescido era um ótimo esconderijo para as brincadeiras dos mais novos.





Figura 206 – *Mocidade Portuguesa, Ala n.º 18, nas escadas da sua sede nos antigos aquartelamentos do Castelo de Sines*, Coleção particular.

Figura 207 – *Bombeiros Perfilados no Interior do Castelo,* final da década de 1940, Arquivo da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sines.

Outro espectador atento dessa realidade das décadas de 1930 e 1940 foi David Pereira[1163], nascido em 1925, cujos avós também moraram no interior do Castelo, no espaço hoje ocupado pela cafetaria. Depois deles ainda se lembra de aí viver a sua tia, Maria Francisca da Cola, e o filho. Nesse tempo, o Castelo «era o sítio dos divertimentos». Aqui se montava

[1163] *Ibidem*, p. 4.

o circo, a praça de touros e os mastros. O circo chegava em agosto, normalmente por ocasião da feira e da festa de Nossa Senhora das Salas, aproveitando a presença dos muitos banhistas em férias. No mês anterior, em julho, por ocasião dos Santos Populares, instalava-se um grande mastro no centro da parada, rodeado de arcos de verdura e com o chão coberto de rosmaninho, que também ardia em grandes fogueiras e perfumava o ar. Vendiam-se pataniscas, filhoses e fritos, bebia-se e dançava-se pelas ruas em grupos acompanhados de acordeão, que depois convergiam para o Castelo e faziam grandes bailes de roda à volta do mastro. As touradas, de que ainda se lembrava de ver a praça montada, não eram tão do seu agrado, pelo medo os touros.

Mas as suas memórias centravam-se principalmente nas atividades dos Bombeiros, onde ingressara com 27 ou 28 anos. O quartel fora instalado nos antigos aquartelamentos, no rés do chão da Mocidade Portuguesa, depois de expulsas as vacas do Tenente Seixas.

Como nos lembrou:

> O quartel era muito pequenino, era uma casa onde podíamos guardar as bombas de água, as mangueiras, os fardamentos e outros materiais. Tínhamos um canto onde ficava a nossa moto-bomba. Quando havia fogos tinham de ser dez ou doze bombeiros a empurrar essa moto-bomba carregada de água. Chegámos a levá-la daqui para ao pé do Farol à mão! Combatíamos os incêndios e depois tínhamos que a ir encher às Bicas Velhas e guardar no quartel. Tinha de estar sempre cheia de água.



A Vila de Sines

A terra gloriosa onde nasceu VASCO DA GAMA tem grande interêsse turístico

Sines visto ao crepúsculo

DESCONHECE-SE a verdadeira origem de Sines. Contudo, é possível que a sua fundação seja obra dos navegadores fenícios ou gregos. Dos povos da antiguidade só os romanos deixaram vestígios da sua passagem. Foram encontradas várias lápidas; e o nome da vila, segundo parece, é de origem latina, derivando de *sinus*, que significa *seio* ou *enseada*.

A história de Sines não é animada de grandes lances. Sabe-se que D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 1 de Julho de 1512. Em compensação possui a honra invejável de ser a terra natal de Vasco da Gama, cujo elogio não vamos fazer aqui porque figura lhe conhecida de todos nós e de tal grandeza histórica, bem merece um elogio muito especial nestas páginas da Revista «Turismo».

Outro acontecimento digno de nota foi o facto de ter aportado aqui, miraculosamente, a 15 de Maio do ano 45 da era cristã, num barco desmantelado, o corpo de S. Torpes, vindo de Pisa onde havia sido barbaramente martirizado. Santa Celestina e S. Máximo, primeiro Bispo de Évora, foram por suas próprias mãos dar sepultura ao cadáver do santo, cemitrulindo, mais tarde, no local, um majestoso templo que os árabes arrasaram em 716. D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, por recomendação do Papa Sixto V, fez todas as diligências para encontrar a sepultura, acabando por achá-la junto da foz de Junqueira. Com a assistência das autoridades apostólicas foram os restos de S. Torpes transportados para a igreja matriz, onde ficaram depositados.

É possível que outros factos notáveis tenham ocorrido, através dos tempos, na antiquíssima vila de Sines, mas a história não as gravou para a posteridade. O último digno de registo foi a assoada que a população fez a D. Miguel, quando aqui embarcou a 1 de Julho de 1834, a caminho do exílio, atitude pouco própria para demonstrações a um vencido.

* * *

Mas todos os factos referidos pertencem ao passado, e a vida actual de Sines também merece interesse.

Sines tem apreciável movimento industrial derivado, especialmente, da indústria conserveira, existindo aqui também fábricas de conservas e congelação.

Sob o ponto de vista turístico, tem apreciáveis monumentos, como o seu castelo, a ermida de Nossa Senhora das Salvas e a casa onde nasceu o insigne navegador Vasco da Gama, assinalada com uma lápide. Além destes monumentos, possui Sines lindos pontos de vista sôbre o Oceano, diversas praias, campos e assoadas, muito pitorescas e concorridas, sendo uma das mais antigas estâncias balneares do sul do país, frequentada por famílias de tôda a parte, nomeadamente do Baixo Alentejo.

Para a vida progressiva de Sines muito tem concorrido a acção persistente da Câmara Municipal, composta pelos Srs. Avelino Soares de Jesus, seu presidente, e vereadores Mário Tavares e Joaquim Lopes Paulo.

Pode afirmar-se, sem exagêro, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que muito estima a sua terra, só pensa no engrandecimento da região, nunca perdendo a oportunidade de tratar de melhoramentos locais junto das autoridades superiores.

Para darmos uma nota rápida sôbre a feição progressiva de Sines, bastará dizer que aqui existem boas escolas oficiais, escola da Casa dos Pescadores, postos de ensino, não faltando um asilo para velhos e preventório para crianças. Também Sines hoje dispõe de boas vias de comunicação — nomeadamente a estrada de primeira classe, que faz ligação com Santiago de Cacém, Alentejo e Algarve; e o ramal de Sines às Ermidas, pelo caminho de ferro.

Entre os mais importantes melhoramentos contam-se o projecto de abastecimento de águas, criação de postos escolares, reparação do muro suporte do Sanatório Praia e aformoseamento da vila. Está em estudo o projecto para as obras de esgotos e saneamento, orçadas em 2 mil contos, para as quais já existe comparticipação; e já se encontra elaborado o plano de urbanização da praia, tendo sido pedida comparticipação para diversas obras importantes, nomeadamente as dos Paços do Concelho. Vão ser construídos dois edifícios escolares, com oito salas, e já está em reconstrução o edifício dos Correios.

Mas Sines tem uma grande e justa aspiração — que é a construção do seu grande pôrto, bem necessário à região. Como os leitores estão vendo, Sines trabalha. Não vive apenas das glórias do passado.

* * *

Por todos os títulos históricos de que se orgulha; pelo valor dos seus monumentos que recordam a existência de Vasco da Gama, um dos maiores vultos nacionais; pelo seberbo panorama marítimo e o pitoresco das suas praias; Sines tem lugar especial nesta vasta e rica zona turística compreendida no distrito de Setúbal.

Muitos são os melhoramentos projectados para esta vila. Mas seria para desejar que alguma coisa de grande ali se fizesse de molde a glorificar a memória de Vasco da Gama, que teve seu berço dentro das muralhas de Sines.

Vista parcial de Sines

Muralhas do Castelo de Sines

A Praia de Sines

Figura 208 – *Revista Turismo*, nº 59, agosto e setembro de 1944. Coleção particular.

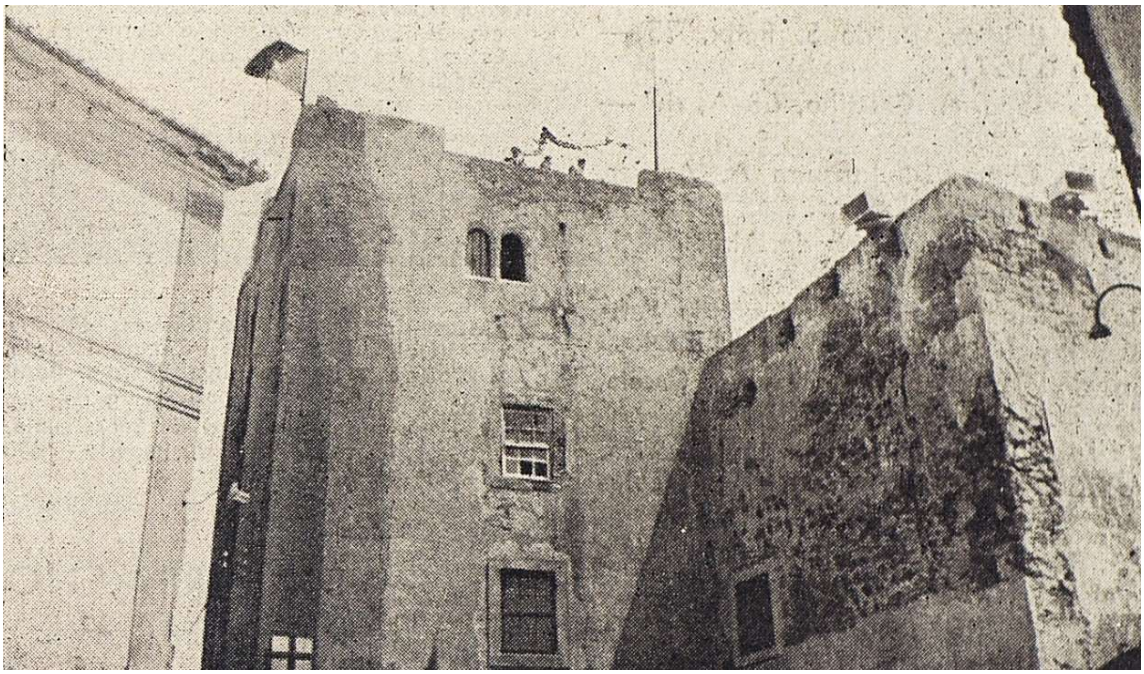


Figura 209 – *O Castelo de Sines em 1944*. Pormenor da figura anterior. Nesta imagem é bem visível a espessa camada de reboco que cobria todos os panos de alvenaria do Castelo.

14.2. O Olhar dos Arqueólogos

Se as elites locais pouca atenção prestaram ao seu Castelo e quase nenhum valor patrimonial lhe atribuíram, alguns forasteiros foram aí descobrindo interessantes pormenores, com destaque para os arqueólogos, que ao longo do século XX se interessaram por elementos pontuais, mas não propriamente pela globalidade do edifício, nem pela sua história medieval e moderna.

André de Resende, na sua obra póstuma, havia referido pela primeira vez alguns monumentos funerários romanos que encontrou no Castelo:

> No chão, junto à muralha e já coberto pelo entulho, há a seguinte inscrição:
>
> "Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Fúlvio Quinciano, filho de Lúcio, carpinteiro, devotado aos seus. Viveu 46 anos. Rúbria Servila, filha de Quinto, Merobrigense, fez para o marido merecedor. Que a terra te seja leve".
>
> Em determinada torre, está escrito:

> "Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Júlia Marcelina, filha de Gaio, de 30 anos. Que a terra te seja leve".[1164]

Trata-se da transcrição das inscrições encontradas, mas com referências muito breves aos seus suportes e mesmo sem qualquer preocupação de salvaguarda do objeto em si. Revela um interesse, acima de tudo, pela palavra escrita e pela história que ela nos conta. O objeto material permaneceu quase mudo, por enquanto, até que, a pouco e pouco, se foram construindo as ferramentas para o interpretar e se criou, assim, uma nova disciplina: a Arqueologia.

Depois dos contributos de alguns dos habitentes do Castelo atrás referidos, como Estêvão de Liz Velho e D. Frei Manuel do Cenáculo, para a história desta nova disciplina, iremos ver alguns pormenores relativos a São Torpes serem lembrados, nos derradeiros anos do século XIX, por José Leite de Vasconcelos nas *Religiões da Lusitânea*, baseando-se apenas no antigo texto e na gravura que o acompanhava, sem ter visto os objetos e o local onde haviam sido descobertos[1165].

14.2.1. José Leite de Vasconcelos

Entre 26 de dezembro de 1904 e 11 de janeiro de 1905, o fundador do Museu Nacional de Arqueologia – à data, Museu Etnológico Português – empreendeu uma viagem que o levou aos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém – onde Sines então se integrava – na companhia de Guilherme Gameiro, desenhador ao serviço do museu, de que nos deixou um relato ilustrado num artigo, primeiro publicado no *Arqueólogo Português*[1166] e posteriormente na obra *De Terra em Terra* (doc. 107)[1167]. Nas palavras do autor: «Nestes 17 dias vi vários monumentos, fiz excavações, e adquiri muitos objectos.».

Em toda esta área, só encontrou um museu – o Museu Arqueológico – em Alcácer do Sal, que nos anos 20 apenas estava aberto aos domingos, das 14 às 16h, sob a direção de Joaquim Correia Baptista: «Modesto mas de certo interesse pelos restos romanos que conserva (ânforas, cistas, capitéis, um grande *dolium*, duas cabeças de estátuas, etc.). Fora do edifício, à entr., uma coluna romana, de fuste canelado em espiral»[1168].

[1164] André de RESENDE, *op. cit.*, p. 202.
[1165] José Leite de Vasconcelos (1897) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.
[1166] *Idem* (1914) – Excursão Arqueológica à Extremadura Transtagana. *O Archeologo Português*. Lisboa. S.1, XIX, p. 300-323.
[1167] *Idem* (1927) – *De Terra em Terra; Excursões Arqueológico-Etnográficas.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.
[1168] *Guia de Portugal II; Estremadura, Alentejo, Algarve* (1927) – Lisboa: Biblioteca Nacional. p. 4.

Em Sines, seguiu os passos de Estêvão de Liz Velho[1169], que o levaram a procurar, primeiro que tudo, as relíquias de São Torpes, que conseguiu ver e mandar registar em gravura. Concluiu tratarem-se de peças do Neolítico, muito anteriores a São Torpes, no entanto, não revela desprezo pela obra do antigo governador, mas sim um claro respeito pelo seu trabalho precursor:

> Tornei a depor todos os objectos no cofre, que o eclesiástico, de que falei, fechou no sacrário. Seria talvez melhor tê-los trazido para o Museu, porque d'ali, mais cedo ou mais tarde, não por causa do ingénuo sentimento que lá os fez depositar, mas por um sentimento oposto, embora filho da mesma ignorância, poderão vir um dia a ser violentamente arrebatados e dispersos: todavia, como não me seria fácil conseguir que m'os dessem, e alem disso achei curioso que continuassem em Sines, pelo menos durante mais algum tempo, a servir de documentação efectiva ao livro de Lis Velho[1170], nem sequer tentei adquiri-los, e contentei-me com cometer a indiscrição, bem justificada, de deixar dentro do cofre um cartão com a data da minha visita, e a explicação do que aquilo era.[1171]

A última referência a este espólio, que até hoje conseguimos encontrar, aparece-nos num artigo de Ferreira da Silva, a 16 de maio de 1928, (doc. 116) quando ainda se encontrava no mesmo sacrário da igreja da Misericórdia «como objectos absuletos [sic] sem qualquer valôr, inacessiveis ao sentimento religioso e a adoração dos fieis». Constata o autor:

> Causou-se infinita tristeza o criminoso desleixo a que se acham votadas as reliquias do glorioso martir, como se, tanta impiedade, fosse bastante para lançar no ostracismo, a lenda impressionante que o meu espirito revive comovidamente. Mais do que impiedade é um crime sem remissão, este alheamento propositado, pelas coisas que relembram o passado![1172]

Ferreira da Silva confundiu a cabeça e o braço relicário, de madeira entalhada e policromada[1173], como sendo de Santa Celerina e de São Torpes e refere ainda a caixa de madeira onde se guardavam as relíquias, já totalmente desconjuntada e «que envergou-a [*sic*] á mesa da Misericórdia de Sines». A confusão continua e se, por um lado, identifica os restos ósseos como relíquias do santo, por outro, revela o conhecimento do cartão deixado por Leite de Vasconcelos no local, a 6 de janeiro de 1905, que identifica os materiais como provenientes de uma sepultura pré-histórica: «uns pedaços dum vaso de barro que um

---

[1169] Ainda hoje se guarda na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia o exemplar que lhe pertenceu, com a sua transcrição do frontispício.
[1170] Sublinhado nosso.
[1171] José Leite de VASCONCELOS, *op. cit.*.
[1172] *A Folha de Sines* (1928) – Sines. n.º 33. 18 de junho.
[1173] José António FALCÃO; Ricardo Estevam PEREIRA (2021) – Os Relicários da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Sines. In *Memórias da Praia de São Torpes*. Sines: Museu de Sines; MNA; EDP. p. 67-68.

curioso tentou unir sem o ter conseguido, atribuídos como pertencendo á alampada funebre encontrada junto do sepulcro e uma placa de ardosia ornamentada»[1174].

Quanto às peças referidas por Resende: um cipo quebrado, na igreja, uma inscrição no chão junto à muralha, já coberta pelo entulho, e outra inscrição numa torre[1175], levaram o arqueólogo a perscrutar os velhos muros, mas o seu olhar sobre o Castelo é curioso, mais pelo que aí procura do que pelo que na realidade encontra:

> Os monumentos de certa estabilidade, como os castelos e as igrejas, prestam não raramente auxílio á Arqueologia, por causa das lapides antigas que serviram para a sua construção. Em Atenas há uma igreja cujas paredes podiam constituir um museu lapidar, tantas e tão variadas são as esculturas que fazem parte d'ela! O castelo de Sines não está nesse caso, mas havia nele dois mármores, um com uma escultura, e outro com uma inscrição, que algum valor possuíam: pelo que, com autorização do Ministerio da Guerra, e informação benevola do Sor Comandante Militar do castelo, as mandei extrair, e transportar para o Museu, onde agora se encontram.[1176]

Enganava-se, no entanto, o experiente arqueólogo, ou melhor, a espessa camada de reboco aplicada em 1828 e que ainda cobria grande parte dos panos de muralha como se pod ever nas fotografias publicadas em 1944 na *Revista Turismo*[1177] (Fig. 222 e 223), não permitiu que visse que o Castelo de Sines era afinal, de certa forma, o tal palimpsesto de pedra que ele procurava. Mas a sua busca não foi totalmente em vão. Para o museu levou uma ara epigrafada, retirada de um cunhal, cuja inscrição já tinha sido transcrita por André de Resende e que interpretou como:

> *D(iis) M(anibus) S(acrum). Iulia C(ai) fil(ia), Marcella, na(norum) 30, h(ic) s(ita) e(st): (sit) t(ibi) t(erra) l(evis)*, ou em português: «Aos deuses Manes. Julia Marcela, filha de Caio Julio Marcelo, de 30 anos de idade, está aqui sepultada: seja-te leve a terra»[1178]

Na verga da porta térrea da torre de Menagem identificou dois grandes fragmentos de pilastras, mas apenas levou um para Lisboa. O transporte destes pesados elementos de cantaria era bastante difícil e caro, como podemos atestar nas diversas cartas trocadas por Leite de Vasconcelos com o seu agente local, Francisco Inácio da Costa Palma (doc. 108):

[1174] *A Folha de Sines* (1928) – Sines. n.º 33. 18 de junho.
[1175] André de RESENDE, *op. cit.*, p. 202.
[1176] José Leite de Vasconcelos, *op. cit.*.
[1177] *Revista Turismo* (1944) – nº 59, agt e set 1944
[1178] José Leite de VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 113.

> [Sines, 18-03-1906] Hontem mandei para o cáes as / as 2 lapides q.~ devião embarcar no hiate Pa- / quete de Sines. Não embarcão por os carregedo- / res fazerem greve e não quererem fazer o ser- / viço de levar a bordo por menos de sete / mil reis, o que acho demasiado.[1179]

Três dias depois esclarece a situação:

> [Sines, 21-3-1906] As pedras que em meu bilhete men- / cionava, são 2; queira ver o orsa- / mento B, uma com inscripção ro- / mana, tirada do cunhal do castello, / sendo de fora, a outra uma verga / da porta da torre, dentro do cas- / tello; esta pedra tem silvado em / duas faces. /
>
> V.ª Ex.ª em tempo fallou em tirar / tambem outra verga da mesma / porta que tem gravada uma / cruz de Malta mas em vista / do orçamento elevado (nº A) de- / terminou ficar para outra vez. /
>
> Novamente lhe peço que falle / com o José Maria Rodrigues, / foi quem levou a outra pedra / de S. Thiago, este homem está / muito em contacto com os car- / gadores e pode obter o embar- // que mais barato. /
>
> Depois de lhe endereçar o meu / postal, uma + outra + companhia de carga- / dores pedio Rs. 4:500 para a bordo / do hiate. /
>
> Deve-se notar que, todos-elles, (?) / é gente sem palavras. /

Como o assunto não ficou encerrado, voltou a escrever a 15 de abril, em resposta a uma missiva de 24 de março. Refere ter obtido a autorização para retirar três «pedras» do Castelo, dada pelo Major Gama, e que por isso enviara dois orçamentos distintos, tendo sido aprovado o que se referia apenas ao transporte de duas peças: «a inscripsão romana (da rua) e da verga da porta da torre de menagem». A segunda pilastra ficaria para mais tarde, pois o orçamento já era elevado:

Por sobre a carreta	-		1 600
Carregadores { Descarregar + da carreta + p.ª o caes	–	600	– 2 200
Carreta q̄. conduziu pª o caes	-		500
Condução do caes pª o batel e este / para bordo do hiate	-		2 500
			Rs 5:200[1180]

[1179] MNA, *Correspondência de Leite de Vasconcelos*, cota 17268.
[1180] MNA, *Correspondência de Leite de Vasconcelos*, cota 17269.





Figura 210 – *Pilastra retirada por Leite de Vasconcelos do Castelo de Sines. O Archeologo Português*, 1914, p. XI.

Figura 211 – *Ara Funerária de Júlia Marcela,* século II, MNA, inv. E 5319.

O grande fragmento de pilastra, que ultrapassava os dois metros de altura foi a custo levado para o Museu, onde ainda hoje se conserva. Foi assim descrito:

> é um monólito (…). Duas faces estão lisas, e as duas outras têm ornatos de baixo-relêvo. Uma das faces ornadas era maior primitivamente do que hoje, pois foi quebrada de alto a baixo; a outra está mais ou menos intacta. Os desenhos que acompanham o meu artigo dispensam descrição dos relevos. Esta pedra parece que fazia parte de um cunhal, ou dos ornatos de uma porta ou janela; ficavam visíveis as duas faces ornamentadas, e embutidas na parede as restantes. Os ornatos assemelham-se aos de um tumulo de Ravenna, do sec. VIII-IX, figurados nas *Notizi degli scavi*, 1899, p. 5.[1181]

[1181] José Leite de VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 113-114.

Do encontro entre Leite de Vasconcelos e Francisco Inácio da Costa Palma veio-nos ter recentemente às mãos um interessante testemunho. D. Maria Teresa Palma Soares, bisneta de Inácio da Costa Palma, ofereceu ao Museu de Sines a biblioteca de seu bisavô. Num primeiro reconhecimento da coleção encontrámos no topo de uma pilha de revistas um exemplar do *Archeologo Português,* que logo supusemos ser aquele em que se publicou o relato da visita a Sines, mas de facto tratava-se do número anterior a esta mesma visita, o n.º 11 e 12 de novembro / dezembro de 1904, ou seja, aquele que muito naturalmente o arqueólogo terá trazido para oferecer aos seus interlocutores. A prová-lo, ao abrirmos este singelo fascículo, encontrámos guardado entre as folhas 282 e 283, um pequeno desenho a tinta da China com a seguinte inscrição: «Vaso de barro prehistorico oferecido pelo / Ex*celentíssi*mo S*enhor* Francisco Ignacio da Costa Palma». Trata-se de um desenho realizado certamente por Guilherme Gameiro, oferecido em agradecimento pelas peças doadas ao Museu Etnológico. No topo, numa caligrafia diferente lê-se: «Museu Ethnologio [sic] Português / Belem (Lisboa)».



Figura 212 - Guilherme Gameiro, *Vaso de barro prehistorico offereccido pelo Ex.mo Sr. Francisco Ignacio da Costa Palma,* 1905, desenho a tinta da China sobre papel, Museu de Sines, doação de Maria Catarina Palma Soares Godinho.

14.2.2. D. Fernando de Almeida e José Miguel da Costa

Será D. Fernando de Almeida que, ao tomar a seu cargo a direção dos trabalhos de escavação do sítio arqueológico de Miróbriga – em 1959, a convite da DGEMN [1182] –, irá fazer avançar o conhecimento arqueológico do Castelo de Sines, impulsionado pela descoberta de diversos elementos visigóticos embutidos nas suas muralhas, durante os trabalhos de consolidação das mesmas. A sua principal preocupação foi a natural preservação das peças encontradas a que se aliava o seu interesse, como arqueólogo, em

[1182] Fernando de ALMEIDA (1964) – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Junta Distrital. p. 8.

estudá-las na sua totalidade, por estar a redigir a sua tese de doutoramento e este núcleo inédito ser um contributo novo e fundamental para ela.

Assim, iniciou-se a remoção dos elementos de cantaria, realizada por amadores locais e que, infelizmente, D. Fernando de Almeida não pôde acompanhar pessoalmente, pelo que pouca atenção foi prestada à documentação do local de onde os diversos elementos foram retirados. Não existem peças desenhadas, apenas nos chegaram algumas fotografias e informações pontuais, nos artigos publicados[1183]. Apesar deste facto, o entusiasmo do arqueólogo por cada nova descoberta foi grande e nunca deixou de o revelar:

> Já tivemos ocasião de assinalar a importância de Sines como localidade onde encontrámos uma série notável de pedras visigóticas; levou-nos a procurar ali monumentos deste período, como já dissemos, o facto de estar depositada no Museu Etnológico uma bela pilastra para lá levada do Castelo de Sines. A ela se juntaram aqui mais quatro pilastras, todas metidas nas paredes do castelo, das quais, pelo menos duas, são do melhor que se produziu neste período, como se pode verificar pelas estampas.[1184]

As peças foram valorizadas por si só, pelo seu valor artístico individual, acrescido por se tratar de um conjunto coerente, no entanto, continuava a não se conhecer a localização do edifício para que foram criadas e que constituiria o seu contexto perdido. Quanto ao Castelo, que era o contexto medieval-moderno de reutilização destes elementos pétreos, pouca atenção lhe foi prestada.

Nestes inícios dos anos 60 do século XX, o panorama local não diferia muito do que fora encontrado por Leite de Vasconcelos. As peças arqueológicas continuam a ser vistas como *curiosidades* e utilizadas, por exemplo, como elementos decorativos em jardins, como acontecia com um ábaco, recolhido por Paulo Bensliman no jardim de uma casa sobre a ponta Sul da baía de Sines e reutilizado como mesa no jardim da Pousada de Santiago do Cacém[1185].

Quanto à pilastra recolhida no Museu de Lisboa, e que foi o seu ponto de partida, escreveu o arqueólogo (doc. 127):

> Impressionou-nos o facto de tal monumento ter sido encontrado no Castelo de Sines e resolvemos ir ao local procurar outros elementos contemporâneos. A muralha do lado Sul mostrava então muito material reaproveitado, colunas, etc., e

[1183] Ainda não nos foi possível consultar o espólio de D. Fernando de Almeida, onde certamente existirão elementos que virão colmatar em boa parte esta lacuna.
[1184] Fernando de ALMEIDA (1962) – Arte Visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, IV, p. 253.
[1185] A peça foi posteriormente doada por Paulo Bensliman ao Museu Arqueológico Municipal de Sines.

> na primeira volta que demos, com dois amigos, encontrámos duas peças visigóticas metidas no paramento da muralha; em nova visita surgiram mais pedras esculpidas, o mesmo sucedendo uma terceira vez. Como já nos anunciaram mais peças e um outro amigo nos mostrou, no seu jardim, um ábaco visigótico, (e outro, dois trientes de Recaredo e de Egica, também por ali encontrados), somos forçados a crer na existência, em Sines, no período visigótico, de um importante edifício religioso.[1186]

Encontrou outra «Grande pilastra de calcáreo a fazer de padieira (dintel) em uma porta interior, no andar térreo do Castelo de Sines. Pela situação em que se encontra conseguimos dificilmente fotografá-la; mas o escultor Joaquim Correia conseguiu tirar um molde com o qual foi possível fazer uma reconstituição parcial da peça. Talvez a pilastra esteja intacta e o que falta à vista se encontre metido nas muralhas, por enquanto vê-se um círculo (e parte de um outro) com uma cruz inclusa. Idêntica à da pilastra anteriormente descrita…». Podemos considerar que este foi o primeiro elemento a integrar a coleção do Museu de Sines. Trata-se da grande pilastra deixada para trás por Leite de Vasconcelos e que só veio a ser retirada da torre de Menagem em 1962. Foi colocada na Sala de Sessões dos Paços do Concelho e este gesto marcou a criação do Museu Arqueológico Municipal de Sines, sem que a vereação da altura lhe tenha prestado grande atenção, pois nem sequer referiu o facto nas atas da Câmara Municipal.



Figura 213 – *Grande Pilastra Visigótica*, século VII, calcário fétido de Trigaches, Museu de Sines, inv. MS 1064.

[1186] Fernando de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 197-198.

Aprofundando o seu estudo do conjunto reunido em Sines, o autor publicou um artigo monográfico, em 1970, na revista *Arquivo de Beja* (doc. 137)[1187]. Aqui começou por referir não só a pilastra levada por Leite de Vasconcelos para o Museu, mas também os dois capitéis que este não conseguira levar consigo e que à data integravam já as coleções do Museu de Sines por doação do Dr. Evaristo Gago. Referiu ainda as diversas visitas ao Castelo, «sempre com proveito» na companhia de amigos, como o Prof. Nobre de Gusmão, o Prof. Escultor Joaquim Correia, o arquiteto Lyster Franco da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José Luís Mourão Júnior e alguns dos seus alunos que o acompanhavam nas escavações das ruínas de Miróbriga.

Como sublinhámos no início deste capítulo, D. Fernando não podia acompanhar pessoalmente os trabalhos que pretendia realizar no Castelo de Sines, por isso viu-se obrigado a encontrar um parceiro local que, sob a sua orientação, realizasse as primeiras sondagens em busca dos vestígios da possível «basílica». Encontrou em José Miguel da Costa o entusiasmo pela Arqueologia que o levou a confiar-lhe a tarefa, como relata (doc. 129):

> Também gisámos um plano de exploração, tanto no terreno interior como no do exterior do castelo.
>
> Foi no decurso destes trabalhos que conhecemos o Sr. José Miguel Costa, de Sines, tão entusiasta pelos assuntos de arqueologia que organizou ultimamente um pequeno Museu Municipal com muito critério, onde está já guardado um número de peças cheio de interesse, fora do vulgar e disposto com muito acerto, embora em instalações muito modestas.
>
> Interessado, pois, por estes assuntos o Sr. José Miguel Costa ofereceu-se, na medida em que os seus afazeres lho permitissem, para ir extraindo das muralhas as pedras visigóticas já localizadas e outras que lhe fossem surgindo no decurso dos trabalhos. Foi assim que em pouco tempo e sempre à sua custa, ia depositando no jovem Museu Municipal, sua criação, um número já muito razoável de pedras visigóticas, pois passa de meia centena!

Para além de ter fundado o Museu, José Miguel da Costa guardava ainda em sua casa uma interessante coleção de peças arqueológicas, nomeadamente objetos romanos recolhidos num local sobre a praia, um pouco a Sul do Castelo, durante os trabalhos municipais de colocação de canos de esgoto realizados na década de 1950. Perante estes achados e a informação de que a Câmara Municipal pretendia ajardinar estes terrenos – a já referida cerca exterior –, onde havia começado trabalhos de terraplanagem, sem a devida

[1187] *Idem* (1970) – Sines Visigótica. *Arquivo de Beja*. XVII.

autorização da DGEMN[1188], depois de o mesmo lhe ter sido cedido a 31 de outubro de 1958[1189].

Prontificou-se José Miguel da Costa em colaborar com o arqueólogo na realização de sondagens nesta área, assim como dentro do próprio recinto muralhado. D. Fernando de Almeida confessa que não lhe foi possível acompanhar essas sondagens, mas que os resultados tiveram muita importância, apesar de estas curtas palavras esconderem uma realidade que foi mais conflituosa, e de que se guarda a troca de correspondência com palavras mais duras, no arquivo do Museu de Sines.

Em agosto de 1961, José Miguel da Costa visitara as escavações que decorriam em Miróbriga, a convite de D. Fernando de Almeida. Almoçaram na Pousada de Santiago e de seguida partiram para Sines, onde visitaram a sua casa e, naturalmente, o Castelo.

Entusiasmado com o acervo de cantarias lavradas que descobriu, o arqueólogo recorreu ao amador local, propondo-lhe que fizesse sondagens e, em caso de aparecerem elementos importantes, o chamasse de imediato. Assim aconteceu e quando surgiram estruturas romanas prosseguiram-se os trabalhos sem aviso porque não se tratava de um acontecimento relevante, que seria certamente o tão ansiado aparecimento do monumento visigótico.

A 3 de novembro de 1962, D. Fernando escreve para Sines, dando conta da sua enorme surpresa ao visitar o Castelo na companhia do arquiteto Lyster Franco, da DGEMN[1190], para ver uma pedra por ele descoberta, e depara com vestígios romanos de uma certa importância. As escavações tinham sido realizadas sem qualquer autorização das estruturas administrativas responsáveis e podiam pôr em causa o próprio bom nome do arqueólogo, que de alguma forma as tinha incentivado.

[1188] SIPA TXT.00730316, 6 de abril de 1959.
[1189] SIPA TXT.00730317, 13 de abril de 1959.
[1190] Gonçalo Lyster Franco, para além de arquiteto da DGEMN, esteve envolvido em várias campanhas arqueológicas, das quais nos deixou alguns artigos publicados.



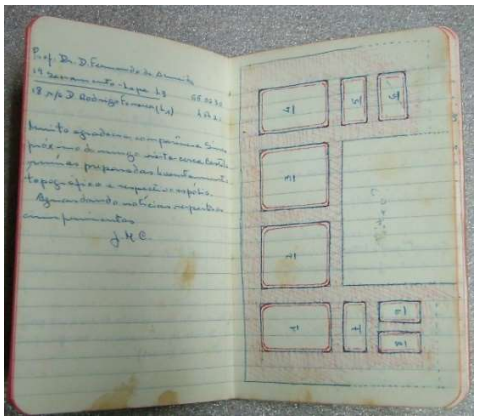


Figura 214 – Eng.º Vaz, *Fábrica Romana escavada por José Miguel da Costa em 1962,* 1963, SIPA, doc.00007576, foto.00530838.

Figura 215 – *Caderno de Campo de José Miguel da Costa relativo às escavações na cerca exterior do Castelo de Sines,* Museu de Sines.

Quatro dias depois, em carta onde narra os passos que havia dado, José Miguel da Costa procurou justificar-se, pela sua boa vontade e falta de apoios, revelando as fragilidades da Arqueologia de então, ainda muito assente no trabalho de amadores como ele, e diz explicitamente que «Ainda hoje espero pelas facilidades da Câmara, em homens e ferramentas, para não falar na sala prometida».

Ao mesmo tempo começou a retirar as peças de cantaria dos panos de muralha, para o que recorreu à ajuda de Joaquim Martins, que apesar de não ter qualquer preparação para tal, desempenhou a tarefa com todo o cuidado e dedicação, como nos contou em entrevista recente[1191].

O presidente da Câmara também expressou o seu ponto de vista (doc. 130):

> encontrando-se ainda em aberto os buracos onde parece que se encontram antigas ruinas e que urge tapar, não tendo a Câmara Municipal já procedido a esse trabalho em virtude de esperar que os Monumentos Nacionais informem já não ser necessário que essas escavações assim continuem.
>
> Mais informo V. Exª estar na posse desta Câmara o espólio encontrado e, ser nosso desejo, conservar o mesmo, para o que já temos um pequeno museu no próprio edifício dos Paços do Conselho.[1192]

[1191] *Redes do Tempo* (2012) – Sines. n.º 7. março.
[1192] SIPA TXT.01748485, 16 de janeiro de 1963.

No entanto, em junho de 1963, após recolher a opinião de D. Fernando de Almeida[1193], a DGEMN toma uma decisão quanto às obras dos espaços exteriores:

> Pelo que se julga indispensável a suspensão da urbanização da zona junto ao Castelo de Sines, abrangida pelos achados arqueológicos (…) por outro lado julga-se de promover as prospecções metódicas do local com vista ao seu recolhecimento total, por forma a permitir defender de possíveis danos os elementos já aparecidos, e solicitar à Junta Nacional de Educação a inclusão do conjunto arqueológico no número dos Imóveis Classificados.[1194]

D. Fernando é então designado para organizar o respetivo processo de classificação[1195], o que não deverá ter tido seguimento devido aos seus inúmeros afazeres e à falta de documentos gráficos e fotográficos para instruir o processo[1196]. A Câmara Municipal precipitou-se e mandou aterrar as estruturas, como comunicou o diretor-geral ao arqueólogo a 28 de outubro, o que impossibilitou a realização dos levantamentos necessários e, consequentemente, a organização de um processo que ficaria a aguardar futuras escavações. Como forma de proteger os vestígios arqueológicos ainda por escavar, a DGEMN elaborou uma proposta de zona especial de proteção do Castelo, incluindo o largo «a fim de evitar qualquer alteração no perfil do mesmo que possa afectar as ruínas.»[1197].

Poucos dias depois, no mês de dezembro, obteve-se finalmente algum espaço nos Paços do Concelho e aí foi, então, oficialmente fundado o Museu, naturalmente que reconhecido por todos como em situação provisória[1198], seguindo o modelo do Museu Municipal de Santiago do Cacém, fundado em 1937 por João Gualberto da Cruz e Silva.

Logo dois anos depois, encontramos um plano traçado para expor as peças, num espaço melhor e mais acessível: a igreja da Misericórdia. Parece tratar-se de uma ideia do próprio D. Fernando – talvez inspirado pela instalação do Museu Municipal de Alcácer do Sal na igreja do Espírito Santo – que se envolveu diretamente na procura do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (doc. 133). A 20 de junho de 1964 escreveu o vice-presidente da Câmara, José Monteiro Guerreiro, ao presidente da Fundação, que a pretexto das comemorações do cinquentenário da restauração do concelho se pretendia instalar condignamente o

---

[1193] SIPA TXT.01748500.
[1194] SIPA TXT.01748503, 18 de junho de 1963.
[1195] SIPA TXT.01748504, 25 de junho de 1963.
[1196] SIPA TXT.01748506, 22 de outubro de 1963.
[1197] SIPA TXT.01748508, 28 de outubro de 1963.
[1198] Foi pouca a atenção dada pela vereação a este acontecimento, de que não ficou qualquer registo nas atas das Sessões de Câmara.

> rico espólio arqueológico que presentemente se encontra armazenado em três divisões impróprias no edifício dos Paços do Concelho. Conseguiu-se que a Santa Casa da Misericórdia cedesse a título de empréstimo a sua Igreja que há muitos anos está fechada ao culto, (…) fazendo a Câmara as obras de conservação e de adaptação a Museu.
>
> A dita igreja é suficientemente espaçosa e está situada no meio da Vila, junto ao mar e num local de passagem obrigatória; simplesmente precisa de obras de limpeza, arranjo do telhado, tecto, chão e paredes e compra de vitrines, despesas estas que a Câmara, por ser pobre, não pode suportar.[1199]

Pede-se assim o apoio da Fundação, transcrevendo-se mesmo um parágrafo de D. Fernando de Almeida para destacar a importância da coleção e refere-se ainda que em 1963 entraram, por depósito da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mais quarenta pedras lavradas visigóticas, para não falar de muitas romanas e quinhentistas, guardadas também, mas que ninguém vê. O ofício terá sido entregue em mão por D. Fernando de Almeida, como é assinalado na resposta de Artur Nobre de Gusmão, datada de 21 de julho de 1964, pedindo mais informações, mas referindo que isso não constituiu qualquer compromisso e que uma decisão só será tomada posteriormente.

A falta de apoio da Fundação, o desinteresse das autoridades municipais ou mesmo de José Miguel da Costa, que sempre sonhou com um edifício construído de raiz para o *seu* museu, fizeram gorar esses planos.

Durante estes anos, o Castelo continuou a ser relegado para um segundo plano, vendo partir as peças que, pouco a pouco, são retiradas dos panos de muralha e dos paramentos das edificações. As cantarias são então vistas por si só, como elementos de inegável valor histórico e artístico, valorizados por formarem um conjunto coerente e pelo tempo a que pertenciam, *falando* apenas do tempo da sua produção e da construção da suposta «basílica visigótica», que em vão se procurava, e cujas fundações constituiriam, caso encontradas, o contexto perdido deste conjunto. O Castelo, que constituía o contexto de reutilização das peças, foi nesta lógica pouquíssimo valorizado, sem que se tenha realizado qualquer registo gráfico, fotográfico ou até mesmo escrito, dos locais de onde se retiraram as cantarias, nem a preocupação de manter *in situ* testemunhos deste contexto ou mesmo de o reconstituir num qualquer artigo ou simples documento de arquivo.

Em 1969 um grave sismo atingiu o país e provocou sérios estragos no edifício dos Paços do Concelho, onde permanecia a coleção, em espaços exíguos e sem hipótese de expansão. Para pôr a salvo o acervo, José Miguel da Costa mobilizou os trabalhadores das suas

[1199] Carta do vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, José Monteiro Guerreiro, ao presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo do Museu de Sines, 20 de junho de 1964

propriedades agrícolas e, numa noite, transferiu toda a coleção do Museu para sua casa, incluindo os pesados elementos de cantaria, sem a devida autorização, o que abriu uma verdadeira batalha de palavras entre ele e o Presidente da Câmara. Apesar dos frequentes conflitos que esta insólita situação envolveu, ela manteve-se durante décadas, até à morte do fundador em 2005.

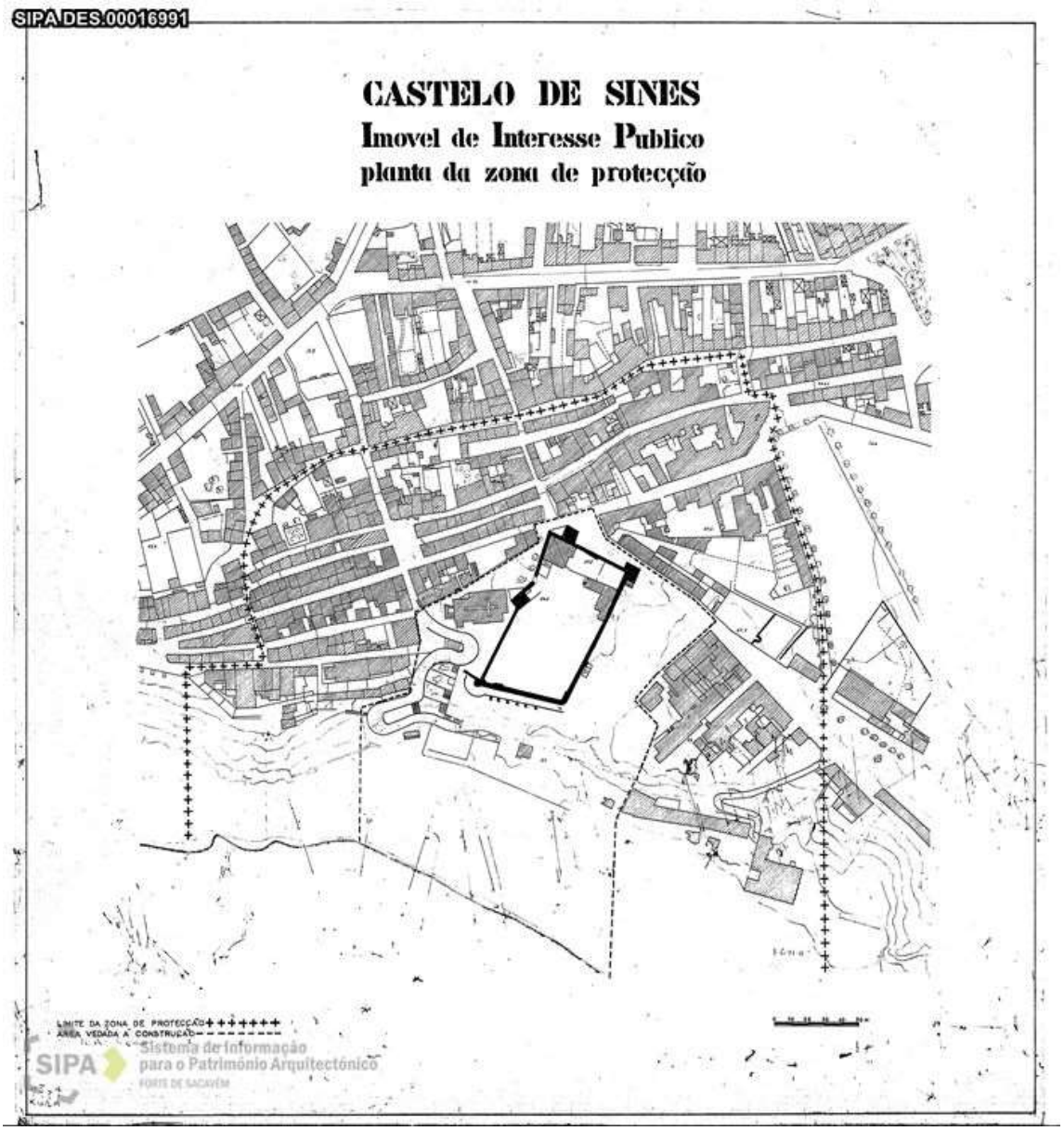


Figura 216 – *Proposta de delimitação da Zona de Proteção do Castelo de Sines, incluindo uma zona non aedificandi*, que nunca entrou em vigor. SIPA DES.00016991. Disponivem em linha: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3451

D. Fernando de Almeida voltou a ter um papel relevante no momento da criação do Gabinete da Área de Sines. Em 1972, o seu diretor, eng.º António Martins, enviou uma carta ao então ministro da Educação, Veiga Simão, alertando para o facto de existir um património arqueológico relevante em Sines, resultante, entre outras, das escavações realizadas por José Miguel da Costa junto do Castelo, havia então dez anos. Pedia ajuda técnica para se delimitarem as áreas a prospetar, para a definição dos métodos a adotar quer para as sondagens, quer para a exploração sistemática, bem como a nomeação de um técnico para dirigir os trabalhos e formar uma equipa. As grandes obras iriam iniciar-se em breve, nomeadamente as vias de comunicação, o que poderia fazer desaparecer muito do património arqueológico se não fossem tomadas medidas de salvaguarda adequadas.

A 25 de junho do mesmo ano, Farinha dos Santos reuniu com António Martins, a pedido de D. Fernando de Almeida para definirem uma estratégia. Foi consequentemente criado o Grupo de Trabalhos Arqueológicos do GAS, que teve um papel pioneiro ao nível da arqueologia preventiva em Portugal[1200]. A sua intervenção acabou por ser pouco significativa ao nível da arqueologia urbana, pois privilegiou-se a urgente prospeção dos terrenos onde se previa implantar as grandes infraestruturas portuárias, de comunicações e industriais, mas com a extinção do Gabinete e a integração dos seus arqueólogos no quadro do futuro Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, iniciou-se uma nova abordagem do património arqueológico local, menos condicionado pelo tecido industrial e mais virado para o estudo do território.





Figura 217 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste,* c. 1980, Museu de Sines. Nesta fotografia vê-se Joaquim Martins, que foi o primeiro funcionário do Museu de Sines e que retirou a maior parte das peças de cantaria lavrada que integram as coleções.

Figura 218 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste,* c. 1980, Museu de Sines

[1200] Luís RAPOSO (1973) – O Gabinete da Área de Sines na Defesa do Património Arqueológico da Nação; Descoberta necrópole com cerca de três mil anos. *Época*. Lisboa. p. 15. 19 de agosto de 1973.



Figura 219 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste,* c. 1980, Museu de Sines.

14.3. OS TRABALHOS REALIZADOS PELA DGEMN

Em 1933, o Castelo foi, como vimos acima, classificado como Imóvel de Interesse Público[1201] e, quatro anos depois, o Ministério da Guerra pediu a sua transferência para a Direção Geral da Fazenda Pública, por já não ter utilidade militar. A partir desse momento qualquer intervenção passou a estar sob a alçada da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), organismo que havia sido criado em 1929[1202]. Apesar de serem notórias as ameaças de ruína e até já o colapso de ameias e de alguns troços de muralha, não foi realizada de imediato qualquer intervenção, que só veio a ser levada a cabo na década de 1950.

As visitas dos técnicos da DGEMN, a partir de finais dos anos 30, ficaram registadas em fotografias, que documentam bem o mau estado de conservação das estruturas, incluindo as casas do governador e os aquartelamentos, mas as propostas de intervenção apresentadas incidiram apenas sobre as muralhas e delas pouco mais consta que medições e orçamentos sumários, acompanhando curtíssimas memórias descritivas. Nenhum plano geral de intervenção foi traçado, nem nenhum arquiteto nomeado para elaborar um projeto, pelo que as empreitadas se limitaram à demolição dos troços de muralha em perigo de colapso e à sua reconstrução, como veremos.

A importância da fotografia como ferramenta de registo e instrumento de trabalho indispensável está bem documentada nos exemplares conservados no arquivo do Forte de Sacavem, onde a documentação nos revela o matérial adquirido, a partir de 1954, «a fim de ser utilizado nos trabalhos fotográficos, e desenho relativo às obras de "Castelo de Sines – obras de consolidação"[1203].

[1201] Decreto n.º 22 737, DG, I Série, n.º 140, de 24 de junho de 1933.
[1202] Decreto n.º 16 791, DG, I Série, n.º 97, de 30 de abril de 1929.
[1203] PT DGEMN:DSARH-010/253-0005; TXT.01748950, 23 de novembro de 1954.

As populações locais, incluindo os autarcas, não foram chamadas a participar neste processo, bastante expedito e simplificado, apesar de em 1932 se ter legislado a nível nacional no sentido de as envolver numa estratégia de conservação permanente, através do Decreto n.º 20:985, de março de 1932:

> a propaganda, os pequenos trabalhos de protecção, conservação e limpeza dos monumentos classificados e repositórios de arte interessam mais directamente às localidades onde êles existem, prevê-se a constituição facultativa de comissões municipais de arte e arqueologia, elo indispensável entre os «homens bons», amigos dos monumentos da sua terra, e a organização administrativa dos serviços, ficando assim estabelecida em todo o País uma rêde de elementos corporativos interessados na defesa e na propaganda do nosso património artístico e arqueológico.

Trata-se de uma visão pioneira, em plenos anos 30, que só bem mais tarde se veio a tentar implementar. Na época estava muito distante da realidade da maior parte das autarquias, desprovidas de corpos técnicos habilitados, e ainda mais da siniense, onde as questões patrimoniais estão ausentes das preocupações dos autarcas, bem como das populações, com raríssimas exceções, como foi o caso de José Miguel da Costa.

A imagem do Castelo de Sines continuou a ser deplorável, não apenas devido ao estado de ruína das muralhas, como pela degradação da envolvente, onde inclusivamente existiam algumas «barracas de madeira, servindo de pocilgas, pertencentes ao Sr. Tenente Seixas»[1204].

Ao governador civil de Setúbal coube um papel importante no despoletar dos trabalhos de recuperação, funcionando como intermediário entre o Governo e a Autarquia. Em 1954 enviou uma curta nota em que alertava para o perigo de desmoronamento das muralhas, que poderia pôr em causa vidas humanas, por se encontrarem dentro da vila. Pedia que fossem feitas obras com urgência «que não se ambiciona seja de restauro, mas tão-somente de consolidação.»[1205]. O arquiteto diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais estimou a primeira fase dos trabalhos em 100.000$00[1206], que mereceu o despacho do ministro: «Ciente. Elabore-se projecto, aguardando-se a aprovação do plano complementar de obras em monumentos.»[1207]. A ordem para se dar início às obras do castelo ficou a dever-se a Arantes de Oliveira (1907-1982), ministro das obras públicas entre 1954 e 1967, que tomou a decisão «na sua primeira passagem por Sines, logo no começo da sua gerência»[1208], prevendo-se o início dos trabalhos para o dia 29 de novembro

[1204] SIPA TXT.00730293, 4 de agosto de 1955.
[1205] SIPA TXT.01748811, 13 de maio de 1954.
[1206] SIPA TXT.01748812, 12 de julho de 1954
[1207] SIPA TXT.01748813, 22 de julho de 1954.
[1208] SIPA TXT.00730381, 5 de dezembro de 1962.

de 1954[1209]. Talvez não tenha sido indiferente a esta decisão a influência do seu subsecretário de estado, Manuel Rafael Amaro da Costa (1910-1998), natural de São Martinho das Amoreiras, Odemira. É desta fase o mais antigo *dossier* fotográfico que se conserva nos arquivos da DGEMN, onde se juntaram fotografias mais antigas, certamente ainda da década de 1930.

Como se verificou ser necessário continuar as obras, foram de imediato adjudicados trabalhos no valor de 9.000$00[1210] e em 1955 foi elaborado um novo orçamento, assinado pelo agente técnico de engenharia Alberto Ferreira Gomes, que contempla apenas:

> Art.º 1.º – Apeamento de panos de muralha em ruína para reconstrução, compreendendo limpeza e empilhamento de materiais e remoção de entulhos:
>
> Art.º 2.º – Tomada de juntas em panos de muralha, incluindo consolidação de pedras desligadas:
>
> Art.º 3.º – Reconstrução e consolidação de muralhas de acordo com as existentes, incluindo restauro de cortina e ameias:[1211]



Figura 220 – *Pormenor da face interior da muralha poente antes da intervenção.* 1955. SIPA FOTO.00530757. Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451.

[1209] SIPA TXT.01748826, 27 de novembro de 1954.
[1210] SIPA TXT.01748830, 18 de dezembro de 1954.
[1211] SIPA TXT.01748832, 9 de março de 1955.

As obras realizadas em 1956 centraram-se na plataforma dos canhões, cuja situação periclitante já fora assinalada em 1829[1212]. O pano acabou por ser quase totalmente desmontado até às suas fundações e reconstruído. Nesse mesmo ano, verificou-se a derrocada de um troço de paramento sobre a praia (doc. 122), com cerca de 20m de extensão, que causou a obstrução temporária da estrada de acesso à beira mar, solicitando o diretor de serviços uma verba de 50.000$00[1213]. Os trabalhos voltam a ser adjudicados à Prêza Lda. pelo valor de 51.500$00[1214]. A 17 de março os entulhos da derrocada haviam sido removidos e começava-se a abrir os cabocos[1215]. A 30 do mesmo mês verifica-se que «a fundação da torre está seriamente comprometida, receia-se que venha a desmoronar-se»[1216]. Em relatório executado no mesmo dia esclarece-se com maior detalhe a situação:

> - Foi iniciada a reconstrução da muralha, que assenta agora em boa fundação.
>
> - Verifica-se que a torre junto à muralha Sul, está seriamente ameaçada por motivo da fundação ser deficiente, pois pode notar-se que o terreno está a desagregar-se, pondo a descoberto a base da fundação.
>
> - Julga-se urgente a consolidação da torre, devendo calçar-se a fundação.
>
> - A torre apresenta algumas fendas.
>
> - Para consolidar a muralha Sul que desabou, encontra-se construída a fundação a 1,20m. de profundidade, numa extensão de 20,00m. assente em terreno compacto, seguindo-se a reconstrução da Muralha que assim ficará bem consolidada.[1217]

Perante a verificação da situação instável da torre, foram adjudicados, ainda nesse ano, trabalhos adicionais, com vista à sua consolidação seguiram a mesma lógica e neles se reconstruiu a porta situada na base a torre de Vigia, com a substituição da verga partida, tudo orçado em 51.729$00[1218]. Ainda no âmbito da consolidação do baluarte e da torre Sul, foi constatado que a Câmara Municipal havia extraído certa quantidade de pedra da encosta, o que havia prejudicado a estabilidade do conjunto, sendo-lhe solicitado que não voltasse a repetir esta operação, e procedesse à plantação de «arbustos próprios para consolidação de terras e taludes»[1219]. Em resposta a autarquia informou o diretor-geral que

[1212] AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, cx. 86, n.º 18.
[1213] SIPA TXT.01748851, 16 de janeiro de 1956
[1214] SIPA TXT.01748957, 8 de fevereiro de 1956
[1215] SIPA TXT.00729966, 17 de março de 1956.
[1216] SIPA TXT. 00729972, 30 de março de 1956.
[1217] SIPA TXT. 00729974, 30 de março de 1956.
[1218] SIPA TXT.00730028/9, 30 de abril de 19
[1219] SIPA TXT.00730053, 23 de outubro de 1956.

iria plantar palmeiras nas terras do talude e que a vegetação espontânea da falésia: «salgadeiras, canaviais, grama do Brazil e outros», cumpria a sua função[1220].



Figura 221 – *Pormenor da área da bateria, após a demolição do pano de muralha que ameaçava ruir.* 1956. SIPA FOTO.00530769. Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451.

Em 1957 os trabalhos tiveram continuação, segundo o mesmo programa: demolição e reconstrução de alvenarias, refechamento de juntas e como única novidade a «construção de gigantes de alvenaria para consolidação na muralha Sul», tudo orçado em 31.200$00[1221]. No ano seguinte, foi lançada uma nova empreitada quase no mesmo valor – 31.540$00 –, prevendo trabalhos da idêntica natureza, a que acresce a «reconstrução de pavimentos de pedra conforme o existente, no passeio junto à muralha.»[1222]. Trabalhos da

[1220] SIPA TXT.00730054, 27 de novembro de 1956.
[1221] SIPA TXT. 00729981/82, 6 de maio de 1957.
[1222] SIPA TXT.00730004/5, 9 de julho de 1958.

mesma natureza tiveram continuidade em 1959, no valor orçado de 37.859$00[1223] porque os muros que assentavam na falésia «debruçada sobre a praia de banhos daquela via e a pouca distância das casas habitadas pelos banheiros e suas famílias» continuava em perigo de «possível desmoronamento, por motivo da violência dos temporais que em todo o pais se faz sentir»[1224].

Paralelamente a Câmara Municipal de Sines centrava as suas atenções nos terrenos da «cerca exterior» de que acabou por obter a cedência a 31 de outubro de 1958, tendo logo começado a planear «o alindamento dêsse mesmo local, instalando alí um jardim público com / parque infantil, arborizando e decorando esse mesmo recinto pú-/blico, como merece, pela sua privilegiada situação sobre a praia / de banhos, ponto central da Vila e que se situa mesmo junto à rua de acesso ao edifício dos Paços do Concelho.»[1225]. O presidente da Câmara, Carlos Pidwell e Silva apresentou publicamente esta obra como uma das mais relevantes a realizar no ano seguinte[1226], mas os trabalhos preliminares de terraplanagem não deixaram de ser notados pela DGEMN, que procurou garantir o controlo da situação.

Em 1959, o município recuperou algumas peças de artilharia, de ferro fundido, que se encontravam reutilizados em casas particulares «embebidos nas paredes, protegendo a aresta, contra o roçar das viaturas»[1227], e na igreja da Misericórdia[1228], para instalar na bateria do Castelo, onde foram disparadas por diversas vezes no dia 15 de agosto, dia de Nossa Senhora das «Salvas». Assim o noticiou *O Distrito de Setúbal*:

> Na segunda-feira –às 8 horas – Saudação a Nossa Senhora das Salvas, Padroeira de Sines, com uma salva pelos velhos canhões existentes na Bateria do Castelo.
>
> Foi com emoção que ouvimos aqueles velhinhos canhões, já um pouco carcomidos pela acção dos séculos da sua existência, como que a gritarem bem alto o nome de Portugal, glorioso e eterno.
>
> Ficámos a dever este belo momento, ao muito amigo de Sines, sr. Carlos Parreira.[1229]

[1223] SIPA TXT.00730084/5, 11 de abril de 1959
[1224] SIPA TXT. 007302311, 16 de março de 1959.
[1225] SIPA TXT.00730317, 13 de abril de 1959.
[1226] As realizações da Câmara de Sines no próximo ano (1958) – *O Distrito de Setúbal*. Setúbal. Ano VIII. n.º 463. 16 de dezembro de 1958.
[1227]
[1228] «Não conseguimos entrar na igreja da Misericórdia, a que chamam também casa mortuária, por estar fechada. Junto dela, na esquina do lado da epístola, encontra-se uma antiga peça de artilharia do castelo.". José Manuel LANDEIRO (1960) – No Dominio da Arqueologia Merobrigense; Sines – A Igreja Matriz. *O Setubalense*. Setúbal. n.º 2580. 24 de fevereiro de 1960.
[1229] A. R. (1960) – Realizaram-se com Brilho as Festas de Nossa Senhora das Salas em Sines. *O Distrito de Setubal*. Setúbal. Ano IX. n.º 635. 26 de agosto de 1960.

Por outro lado, o velho republicano Júlio Gomes da Silva não deixou de troçar da iniciativa (doc. 123), num artigo intitulado: «Artilharia a mais, urbanização e turismo a menos»[1230]:

> Quando, há pouco tempo, fiz uma fugidia visita a Sines, notei um *importante* melhoramento na minha terra, de sugestiva atracção turística. A barbacã do castelo está *ornamentada* com quatro ou cinco – não fixei a conta – antigas peças de artilharia, o que me sugeriu a ideia de um cenário de opereta, certamente para o espectador – turista nacional ou estrangeiro – admirar, extasiado.
>
> E o que é certo, segundo leio na reportagem das festas da Senhora das Salas, essas velhas peças de artilharia abriram fogo a saudar a santinha, mercê da acção benemérita de um grande amigo de Sines.

O investimento na recuperação do Castelo foi contestado por algumas vozes, como a de Júlio Gomes da Silva, mas alguns espíritos mais sensíveis não deixaram de as saudar, apesar do pouco entusiasmo, como foi o caso do pintor Emmerico Nunes: «Quanto ao castelo, deixe-o estar de pé. Embora não tenha valor histórico, ele dá uma nota de antiguidade à vila que felizmente ainda não está estragada com modernismos absurdos. Veja V. o que fazem os ingleses: conservam as ruínas de desmoronados castelos, revestindo-as de trepadeiras para as alindar!...»[1231], não deixando o jornalista, que o entrevistou, de rematar: «poderia, aqui, acrescentar que os ingleses, além de alindarem os seus castelos, ainda lhe conservam os fantasmas lendários, para maior valor histórico e turístico.»[1232].

Modernidade e tradição continuam em conflito, o que encobre uma outra realidade, a do combate dos velhos republicanos contra o Estado Novo e a «uma certa "castrofilia" (passe o neologismo) sem finalidade histórica»[1233]. O velho jornalista não identifica nenhum facto histórico associado ao castelo, por isso o acha inútil, como testemunho do passado, e uma aberração no presente, onde o que se deseja é «obra moderna de urbanização», sendo o investimento na conservação das muralhas «"crime" de lesa-embelezamento, de lesa-urbanismo».

Em janeiro de 1961, o presidente da Câmara, Carlos Alberto Pidwell e Silva, solicitou de novo ao diretor-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que as necessárias obras de «restauro» das muralhas do castelo se iniciassem antes da época balnear, visto já estar aprovado o projeto de «alindamento» do terreno da cerca que ficava sobranceiro à praia

---

[1230] Júlio Gomes da SILVA (1960) – Artilharia a mais, urbanização e turismo a menos. *O Distrito de Setúbal*. Setúbal. n.º 643. 23 de setembro de 1960.
[1231] Júlio Gomes da SILVA (1959) – Problemas de Sines; Em vez do arranjo das muralhas do castelo: – Um museu municipal e um miradouro com acesso à praia por meio de elevadores. *Diário Ilustrado*. 14 de maio de 1959.
[1232] *Ibidem.*
[1233] *Ibidem.*

de banhos. A preocupação do autarca está centrada na coordenação dos diversos trabalhos, sem que uma única palavra seja dedicada ao valor patrimonial do imóvel[1234]. Em resposta, o arquiteto diretor de serviços, João Vaz Martins[1235], informou da inexistência de dotação orçamental para esse ano, sublinhando, no entanto, «o grande interesse que, na realidade, haveria em não interromper as obras que estes Serviços têm levado a cabo»[1236]. O mesmo arquiteto estima que a verba necessária para os trabalhos a efetuar, sobretudo na muralha voltada a Sul, seria de 40.000$00[1237]. Por fim, em 1962 são previstos 15.535$00 para a execução de uma «calçada rústica»[1238]. A respetiva memória descritiva alude ao baluarte ou «plataforma onde foram colocados antigos canhões», então já restaurada:

> a referida passagem, apresentava no seu pavimento uma calçada do tipo romano que se julga conveniente reconstruir, uma vez que foi levantada por motivo dos trabalhos de consolidação.
>
> Como existe grande quantidade porção dessa pedra, julga-se que o pavimento poderá ser reposto, devendo fornecer-se e assentar-se nova pedra na zona restante e para a qual a pedra existente não chega e, para que o pavimento fique com melhor aspecto, será a pedra matizada com pedra nova, para se evitar uma grande mancha mais clara.[1239]

O gabinete do ministro das Obras Públicas pediu, em setembro de 1962, informações sobre diversas obras dos concelhos de Santiago do Cacém, Sines, Odemira e outros, onde consta que «É recomendável abreviar-se o mais possível o termo da consolida-/ção e da reparação das muralhas iniciadas há alguns anos. / Importa definir quanto antes, os objectos das escavações efectua-/das há cêrca de um ano no largo situado a nascente do castelo // proceder à regularização dos montes de terra e covas delas resultan-/tes. Além de mau aspecto actual encontra-se prejudicada a utiliza-/ção que o largo proporcionava como parque de auto-/móveis.[1240]»

Finalmente, em 1963, foi incluída verba no Plano de Obras para os trabalhos necessários na muralha Sul[1241] e mais uma vez prevê-se executar 69m^3 de alvenaria e 206m^2 de reboco caiado, que devem corresponder à zona confinante com as escadinhas do Muro da

[1234] SIPA TXT.01748470, 13 de janeiro de 1961.
[1235] O arquiteto João Filipe Vaz Martins (1910-1988) foi um dos mais destacados técnicos da DGEMN. A sua biografia pode encontrar-se em *100 Anos de Património*; *Memória e Identidade; Portugal 1910-2010*. Lisboa: IGESPAR. p. 210-211.
[1236] SIPA TXT.01748471, 16 de fevereiro de 1961.
[1237] SIPA TXT.01748473, 21 de março de 1961.
[1238]SIPA TXT.00730119, 13 de fevereiro de 1962.
[1239] SIPA TXT.00730124, 13 de fevereiro de 1962.
[1240] SIPA TXT.00730368, setembro de 1962.
[1241] SIPA TXT.01748489, 5 de fevereiro de 1963.

Praia[1242], o total orçava os 49.545$00. No entanto, o perigo de desmoronamento continuava a preocupar a Câmara, devido ao aparecimento de uma fenda na «muralha de suporte da bateria do castelo». O presidente informou (doc. 131):

> Imediatamente, fui ver o que se passava e verifiquei que efectivamente a muralha de suporte da bateria no lado poente havia aberto uma grande racha e que por isso já se desligara do terreno, facto esse que certamente teria sido motivado pelas grandes chuvadas que ultimamente aqui têm feito.[1243]

Perante o perigo da situação o diretor-geral despacha: «Evite-se a todo o custo qualquer desmoronamento e acelere-se a execução das obras de consolidação, simplificando-se ao máximo as formalidades.»[1244].

No final dos trabalhos, a autarquia não se dá por satisfeita, pois ainda ficou por reparar uma pequena parte da muralha virada ao mar e não foi lajerada a bateria. As razões continuam a prender-se com a imagem urbana que apresenta «um aspecto pouco agradável»[1245]. Em 1964, o diretor de serviços considerava «de absolutamente necessidade as obras», para o que solicita uma verba de 20.000$00[1246], que não foi incluída no plano aprovado pelo ministro das Obras Públicas[1247].

O acabamento dos muros da plataforma foi discutido entre o autarca e o arquiteto chefe de serviços de conservação dos edifícios e monumentos nacionais, preconizando este técnico que toda a alvenaria deveria ser rebocada e caiada. Este assunto, havia sido debatido no local, informando este a autarquia que «fôram já explicadas ao Senhor Presidente da Câmara, as razões do nosso ponto de vista com as quais ele, na verdade, não deixou, de resto, de concordar pois era de toda a evidência que a única forma de valorizar as muralhas era deixar os seus paramentos (com pedra à vista) bem diferenciados dos outros muros que não eram muralhas, os quais, assim, deveríam ser rebocados e pintados»[1248].

A opinião do presidente da Câmara, a qual parece ser suportada por alguém com mais formação – talvêz José Miguel da Costa ou Emmerico Nunes – é a de que

> Se, na verdade esse troço de muralha não fica igual ao restante muro circular caiado de amarelo, faxendo na sua ligação diferença nítida, também, a meu ver e na opinião de outras

[1242] SIPA TXT.00730141, 14 de fevereiro de 1963.
[1243] SIPA TXT.01748478, 22 de janeiro de 1963.
[1244] SIPA TXT.01748495, 6 de março de 1963.
[1245] SIPA TXT.017484505, 16 de agosto de 1963.
[1246] SIPA TXT.01748512, 25 de fevereiro de 1964.
[1247] SIPA TXT.01748516, 3 de março de 1964.
[1248] SIPA TXT.00730416, 18 de abril de 1963.

pessoas que pelo assunto se têm interessado, poderá esta nova muralha de pedra à vista considerar-se a continuação da muralha de suporte frontal da bateria que, no mesmo estilo, abraçaria a mesma bateria lateralmente.[1249]



Figura 222 – *Trabalhos de reconstrução do paramento da bateria dos canhões*. 1963. SIPA FOTO00530842. Disponível em linha em: WWW:<URL:http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451.

Novos trabalhos foram realizados em 1965, de menor valor, apenas 26.000$00[1250]. O orçamento elaborado pela Repartição Técnica contém, mais uma vez, apenas três artigos:

Art.º 1.º – Apear zonas de alvenaria de pedra que se encontrem em perigo de derrocada

Art.º 2.º – Execução de alvenaria de pedra em elevação igual à existente tendo como sujeição seteiras e ameias incluindo todos os trabalhos julgados necessários.

[1249] SIPA TXT.00730408, 9 de abril de 1963.
[1250] SIPA TXT.00730185, 26 de novembro de 1965.

> Art.º 3.º – Refechar as juntas e reconstrução de paramento exterior da muralha ficando com o mesmo aspecto existente.[1251]

Pela mesma altura, o novo presidente da Câmara, Carlos Manafaia, informou que se verificava o «desmoronamento» de pedras da muralha junto do largo onde se realizava o mercado de peixe e hortaliças «pondo em perigo pessoas e bancas», bem como do lado Norte, onde já havia tomado a providência de colocar uma vedação para impedir o estacionamento de viaturas[1252]. O diretor-geral despachou no sentido de que se deveria procurar executar as reparações de emergência, por conta do saldo que se viesse a verificar[1253].

As diversas intervenções passaram pela demolição dos troços em perigo de ruína e na sua reconstrução. Em vez de proteger os paramentos com uma espessa camada de reboco, como se fez pela última vez nas obras de 1828, optou-se por manter a pedra aparente, refechando-se as juntas, de forma a conservar a imagem de ancianidade que se entendia o Castelo dever ter, e não aquela que o estudo da estrutura indicava. As sondagens arqueológicas realizadas nos anos 90, abaixo da cota de soleira, mostraram igualmente uma camada de reboco conservada, correspondente à fase de construção dos muros[1254]. A solução foi catastrófica, pois a alvenaria era de tal forma irregular que não podemos falar de verdadeiras juntas e a grande quantidade de sais higroscópicos levou a um rápido processo de degradação das argamassas aplicadas. Poucas décadas depois o perigo de ruína volta a instalar-se.

Continuaram a reconstruir-se troços de muralha em 1966[1255]., num valor orçado de 130.000$00[1256] e em 1967 no valor de 50.000$00[1257]. Para o ano de 1968 nada foi previsto, retomando-se os trabalhos, ao mesmo ritmo, em 1969, com um orçamento estimado em 30.000$00[1258]. A novidade desta empreitada foi a demolição da alvenaria da torre do Relógio, «que se encontrava em perigo de derrocada», devido aos estragos causados pelo terramoto de fevereiro desse ano, e a sua reconstrução, aproveitando a mesma pedra para

---

[1251] SIPA TXT.01748521, 7 de julho de 1965.
[1252] SIPA TXT.01748529, 12 de junho de 1965.
[1253] SIPA TXT.01748531, 10 de agosto de 1965.
[1254] «a parte agora enterrada da face interna da muralha, acima do alicerce, conserva ainda um reboco de cor branca, de cal e areia; na parte actualmente sub-aérea, o reboco desapareceu por completo, por acção eólica e pluvial.». Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (1998) – Para uma Arqueologia do Castelo de Sines. In *Da Ocidental Praia Lusitanas*; *Vasco da Gama e o Seu Tempo.* Lisboa: CNCDP; CMS; DPHADB; APS. p 40.
[1255] SIPA TXT.01748520, 25 de junho de 1965.
[1256] SIPA TXT.00730189, 7 de junho de 1966.
[1257] SIPA TXT.00730212, 30 de maio de 1967.
[1258] SIPA TXT.00730232/3, 17 de outubro de 1969

se refazerem as alvenarias, mas com a introdução de betão armado em lajes de piso e cobertura (2,772 m^3).

Foi a última intervenção realizada diretamente pela DGEMN, tendo a partir desse momento o Castelo entrado numa fase de suspensão de trabalhos, visto ter sido criado, em 1971, o Gabinete da Área de Sines, que veio definir toda a política de urbanização do concelho e de algumas áreas limítrofes, não deixando de estender a sua ação ao património edificado. Entretanto o espaço da cerca exterior permaneceu ao abandono, desde que D. Fernando de Almeida comunicou à DGEMN a existência de estruturas romanas, escavadas por José Miguel da Costa[1259], o que levou o diretor-geral a informar a Câmara de que perante o novo cenário nada poderia fazer no terreno sem autorização[1260]. O assunto chegou mesmo ao subsecretário de Estado, que pediu para ver o projeto dos arranjos exteriores, por pressão do governador civil de Setúbal[1261].

Na imprensa regional continuam a ser raras as referências ao castelo, cuja presença se dilui na paisagem costeira povoada pelos veraneantes. Vejamos um exemplo:

> Sines tem história. Aprecie-se a casa, hoje reconstruída, onde nasceu Vasco da Gama, ali mesmo sobranceira à enseada. (…) Mas o que mais impressiona é o seu Castelo, agora muito arruinado, cuja fundação se ignora. (…) Certo é que se lamenta o estado de abandono em que se encontra. Ali mesmo à beira-mar, sobranceiro à praia de banhos, guarnecido com algumas bombardas que também têm história, o Castelo de Sines aguarda que alguém de espírito rasgado e de larga visão o transforme na verdadeira sala de visitas desta airosa vila.[1262]

Em 1969, o imóvel volta a ser vistoriado para verificação dos estragos causados pelo terramoto de 28 de fevereiro, mas as atenções acabaram por centrar-se então na vizinha igreja Matriz de São Salvador, que foi profundamente intervencionada, graças ao empenho do então ministro das Obras Públicas, Rui Sanches (1919-2009), habitual frequentador da praia de Sines durante a época estival. O Castelo continuou fora das atenções dos decisores políticos, mesmo quando em 1969-70 se comemoraram os 400 anos da morte de Vasco da Gama. Em Sines todas as atenções voltaram a centrar-se no monumento ao Navegador, encomendado finalmente ao escultor António Luís do Amaral Branco de Paiva (1926-1987), importante figura da renovação da escultura monumental no nosso país.

[1259] SIPA TXT.01748480, 24 de novembro de 1962.
[1260] SIPA TXT.01748482, 3 de janeiro de 1963.
[1261] SIPA TXT.01748493, 16 de fevereiro de 1963.
[1262] A. C. B. (1965) – Férias no Litoral Alentejano. *O Almoreda*. n.º 2306. 21 de agosto de 1965.





Figura 223 – *Trabalhos de recuperação do pano de muralha Sul.* 1955. SIPA FOTO.00530790. Disponível em linha: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451.

Figura 224 – *Conclusão dos trabalhos de recuperação do pano de muralha Sul.* 1955. SIPA FOTO.00530791. Disponível em linha: WWW:>URL: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003451. É bem patente a solução adotada de apenas se proceder ao refechamento de juntas, deixando aparente a maior área de pedra possível.

O artista tomou como modelo o retrato da Galeria dos Vice-Reis, do palácio goês, e explorou as potencialidades dos arcaísmos, da rigidez da postura, da geometrização dura das formas, para cortar com o academismo herdado de Oitocentos.

A instalação apressada do monumento não permitiu um arranjo adequado do terreno envolvente, tendo-se partido o muro que encerrava a plataforma, para que se pudesse circular livremente ao redor do Castelo, aproveitando a pedra respetiva para construir os muros dos canteiros, degraus e calçadas que hoje não permitem fazer a leitura correta do local. A DGEMN despendeu 15.570$00 nestes trabalhos, que consistiram na execução de um maciço de betão, para fundação do plinto da estátua, e os muros da zona ajardinada[1263].

Na mesma altura, a Câmara Municipal pediu orçamentos para a iluminação do Castelo e da igreja Matriz, tendo enviado à DGEMN as propostas[1264] da General Electric Portuguesa[1265] e da Philips Portuguesa[1266]. A Direção-Geral escolheu como mais vantajosa a proposta da General Electric, por ser a mais barata e a colocação dos projetores ser mais adequada, no

[1263] SIPA TXT.00730250, 27 de novembro de 1970.
[1264] SIPA TXT.01748568, 13 de janeiro de 1970.
[1265] SIPA TXT.01748567, 7 de novembro de 1969.
[1266] SIPA TXT.01748554, 6 de janeiro de 1970.

valor de 118.460$00[1267], verba substancialmente superior à que havia sido despendida em cada uma das empreitadas de conservação do imóvel. O ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, aprovou a comparticipação de metade deste valor[1268], verba que saiu do orçamento do Comissariado do Desemprego. Os trabalhos foram dados por concluídos em inícios de 1972[1269]. Em junho desse mesmo ano, os técnicos da DGEMN constatam, com surpresa, que está a ser instalado um posto de transformação na «zona residencial do Castelo, no r/chão, sob as instalações da G.N.R.», sem a devida aprovação da Direção-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação Nacional[1270].

Em 1971, o pároco, padre Martins dos Santos, em nome da Comissão Fabriqueira, agradeceu a realização dos trabalhos de recuperação da igreja Matriz, então concluídos, lembrando que ainda existia um anexo junto do Castelo, que em nada dignificava o conjunto[1271]. Como consequência, a DGEMN solicitou à Câmara que demolisse o referido barracão e que também removesse os «postaletes de linha aéreas de distribuição de energia eléctrica colocados ao longo das muralhas», a sirene dos bombeiros, uma antena de televisão com cerca de 4 m, bem visível do local onde foi instalada a estátua, e diligenciasse para «acabar com a acumulação de toda a espécie de detritos lançados para a cerca do Castelo, onde também existem diversas barracas habitadas que seria da maior conveniência demolir». Conclui o ofício que «Aos inconvenientes apontados e aos demandos e actos indecorosos que ocorrem no local, se obviará construindo dois portões de tipo adequado, que garantam a necessária vedação da cerca do Castelo, devendo fornecer-se chave à G.N.R. e à Câmara Municipal para efeito de guarda e limpeza do local.». Planeia-se ainda a realização de nova campanha de obras de consolidação das muralhas, nomeadamente junto da estátua (doc. 138)[1272].

É ainda no âmbito destas comemorações que Arnaldo da Soledade (1921-2011) publicou *Sines, Terra de Vasco da Gama*, saído dos prelos em 1969, por iniciativa da Junta Distrital de Setúbal, que durante décadas foi a obra fundamental da historiografia local. O autor foi convidado para a inauguração da estátua e guardou cuidadosamente o seu convite, que doou carinhosamente ao Museu de Sines, pouco antes da sua morte. A obra contém um significativo levantamento de documentação relativa ao Castelo e diversas figuras que ocuparam cargos a ele ligados, como comendadores, governadores, artilheiros, etc., mas carece de uma análise e enquadramento mais desenvolvidos, pois muitas vezes o autor inclui, pura e simplesmente, listas de inventário de documentos, nomes e datas. Muitas das

[1267] SIPA TXT.01748569, 2 de maio de 1970.
[1268] SIPA TXT.01748570, 7 de maio de 1970.
[1269] SIPA TXT.01748593, 29 de janeiro de 1972.
[1270] SIPA TXT.01748597, 19 de junho de 1972.
[1271] SIPA TXT.01748580, 16 junho de 1971.
[1272] SIPA TXT.01748583, 30 de junho de 1971.

análises baseiam-se em ideias feitas e numa retórica antiquada e à data já ultrapassada, que chega a ser pura fantasia.



Figura 225 – *Comemorações do Quinto Centenário do Nascimento de Vasco da Gama*, 1970, Coleção de Aida Contreiras.



Exmº Sr.Dr.Arnaldo Ferreira da Soledade

Comissão Distrital de Setúbal das Comemorações do V Centenário do nascimento de Vasco da Gama

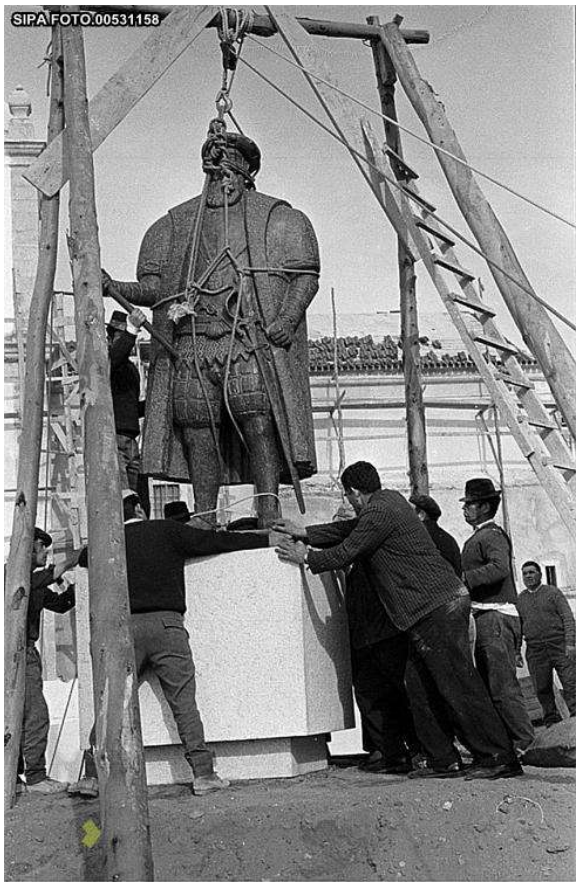
Câmara Municipal do Concelho de Sines

Tem a honra de convidar V. Exª para a cerimónia da Inauguração da Estátua de Vasco da Gama, presidida por Sua Excelência o Ministro do Interior e a presença de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, a que se seguirá um "Vinho d' Honra".

TRIBUNA

PEDE-SE O FAVOR DE APRESENTAR ESTE CONVITE À ENTRADA.

Figura 226 – *Convite para a cerimónia de inauguração da estátua de Vasco da Gama,* 1970, Museu de Sines, MS 236. Doação de Arnaldo da Soledade.



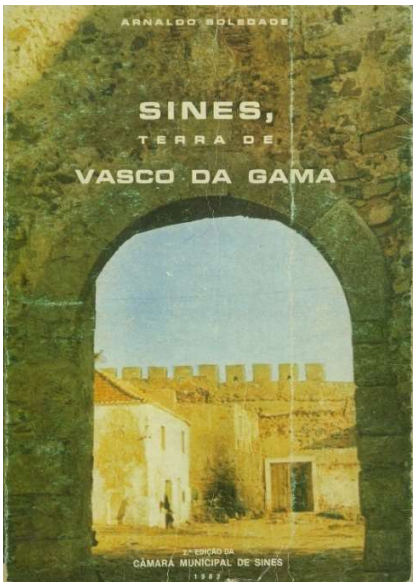


Figura 227 – *Colocação da Estátua de Vasco da Gama Junto do Castelo*, 1970, SIPA FOTO.00531158.

Figura 228 – Arnaldo Soledade (1982) – *Sines, Terra de Vasco da Gama*. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal.

A 7 de julho de 1970, o Conselho de Ministros para Assuntos Económicos decidiu criar um grupo de trabalho para estudar as diversas hipóteses de implantação de uma área de indústria de base, a que se sucedeu, em janeiro do ano seguinte, um novo grupo de trabalho, destinado a aprofundar o relatório apresentado e a propor, consequentemente, a melhor localização, cuja conclusões foram entregues a 20 de abril.

Nesse mesmo ano de 1971 entra em cena um novo interveniente, o Gabinete da Área de Sines (GAS), criado pelo Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de junho, que tem como objetivo implantar uma nova área de indústria pesada, associada a um porto de águas profundas. Para este efeito tinha ampla liberdade de movimentos, respondendo diretamente ao presidente do Conselho de Ministros e estando isento da obtenção de grande parte dos pareceres que poderiam atrasar a realização dos seus objetivos. Absorveu ainda grande parte das competências da Câmara Municipal de Sines[1273], que se viu reduzida a um mero papel de espetador das transformações que ocorreram no seu território.

[1273] E também da parte do concelho de Santiago do Cacém, abrangida pelo seu raio de ação.

Num primeiro momento a população local festejou o acontecimento, crendo estar finalmente a concretizar-se o sonho de um porto de abrigo para as embarcações de pesca, mas rapidamente foi despertada para a dura realidade das expropriações das terras agrícolas e para a revolução da paisagem:

> Maio de 1973: pedras, cimento, calhaus, máquinas e homens trabalham no areal de Sines. Uma estrada substitui a areia branca da praia, em toda a sua extenção, de uma ponta à outra.[1274]

O GAS logo pretendeu avançar com obras de «restauro das ruínas do Castelo de Sines», o que foi alvo de parecer da 4.ª Subsecção da 2.ª Secção da Junta Nacional de Educação[1275]. Pedia autorização para «reconstrução do exterior do Castelo de Sines, limpeza e desobstrução do interior do mesmo imóvel» para aí instalar um parque infantil e o mercado ao ar livre que até então se realizava no largo Poeta Bocage. Este parecer procura definir princípios orientadores de uma futura intervenção (doc. 139), visto o Gabinete manifestar o interesse na reabilitação dos imóveis classificados situados dentro da sua área de jurisdição. Começa por estabelecer que «não se considerará a "restituição do monumento à veracidade da sua traça primitiva", na medida em que se considera que os trabalhos de restauro não possuem, hoje em dia, qualquer sentido, como consequência da evolução de conceitos que se verificou nestes aspectos peculiares.». Preconiza-se, em contrapartida, a valorização do imóvel, fazendo a leitura da sua evolução histórica «documentada pela justaposição de elementos arquitectónicos das sucessivas épocas da sua mais ou menos longa existência», o que reflete claramente a adoção dos princípios expressos na Carta de Veneza, de 1964.

Outro aspeto inovador do parecer prende-se com a preocupação com a «revitalização pela adaptação a fins consentâneos com a sua intrínseca expressão e conteúdo histórico ou arqueológico».

> Nesta base de raciocínio, não será possível, antecipadamente, fixar o critério, ou critérios, a prever para a sua utilização, impondo-se antes do mais, um profundo e sereno estudo do monumento, acompanhado de um plano de sondagens, tendentes a reunir todos os elementos susceptíveis de virem a permitir o estabelecimento dos mais adequados conceitos a adoptar.

Deveria ser feito um plano de ação. Em primeiro lugar, deveria desocupar-se o Castelo de todas as entidades aí instaladas. Em seguida, estabelecer um programa criterioso de sondagens arqueológicas, visto já existirem estruturas identificadas e consideradas da maior importância. Só depois deveria a DGEMN propor o critério de valorização a adotar,

[1274] Sonia KLAR (1973) – Sines; Ar menos puro barriga mais cheia. *A Capital*. p. 16. 12 de junho de 1973.
[1275] SIPA TXT.01748600, proc. 27/13(1).

promovendo o estudo da sua consolidação, arranjo da envolvente e mais conveniente adaptação, com o objetivo de se vir a vitalizar o imóvel classificado, integrando-o e restituindo-o à fruição dos habitantes do aglomerado. Por fim, deveriam ser levados a cabo os trabalhos, através da DGEMN.



Figura 229 – *Inauguração do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português,* 1975, Museu de Sines. O Castelo *vestido* para a ocasião à imagem do Kremlin moscovita.

15. A RECUPERAÇÃO DO CASTELO

Por estranho que nos possa parecer hoje, pouco valor patrimonial foi associado ao Castelo de Sines, nem antes da sua classificação como Imóvel de Interesse Público, em 1933, nem mesmo nos tempos imediatos. Também não foi ele o primeiro imóvel a que se associou a memória identitária local, apesar de diversos membros das elites, a ele ligados, haverem desenvolvido interessantes projetos de memória, que a partir de finais do século XVI promoveram São Torpes e, do século XIX em diante, se centraram na figura de Vasco da Gama, defendendo a sua naturalidade siniense. Só após a revolução de 25 de Abril de 1974 os novos autarcas democraticamente eleitos se interessaram mais a fundo pela recuperação do imóvel, que passou rapidamente a ser o epicentro da vida cultural.

15.1 O Pós 25 de Abril

O Castelo sobreviveu como um edifício funcional, um pouco decrépito, mas sempre ocupado por falta de alternativa. Não entrou, por isso, em ruína, nem foi utilizado como pedreira pela população. Salvou-se de possíveis deturpações causadas por obras de «reintegração», que poderiam ter sido mais ou menos fantasiosas, ou da demolição dos edifícios vernaculares do seu interior, que poderiam ter sido vistos como desprovidos de qualquer interesse arquitetónico ou histórico.

A sua recuperação efetiva só foi possível, curiosamente, já no contexto de um novo regime democrático, saído da revolução de 25 de Abril de 1974, quando se desenvolveu um maior interesse das populações locais pelo seu património, a par de um reforço do poder autárquico. Em Sines, este movimento foi particularmente forte porque verificou-se na sequência do início dos grandes trabalhos de implantação do gigantesco complexo industrial, que destruiu muita da paisagem natural e urbana do concelho (doc. 140).

O aterro da praia, transformada em estrada de terra batida, para circulação de camiões de transporte de pedra, de Monte Chãos para o molhe Oeste, foi um rude golpe, que destruiu o mais importante espaço identitário da vila: a «melhor praia do Alentejo», local frequentado por veraneantes e pescadores. Na mesma intervenção dinamitou-se o pontal de Santa Catarina e o que restava do antigo convento de Santo António; no outro extremo da baía, aterrou-se a calheta e afastaram-se as embarcações de pesca, de que se chegou a prever a deslocação para outros portos. No limite, projetou-se o aterro de toda a baía para instalar aí, mesmo em frente do Castelo, o terminal de carga geral.

A própria rua Direita, principal eixo viário que ligava a vila à Ribeira, local secular de circulação do comércio e da procissão da Senhora das Salas, eixo gerador do próprio tecido

urbano, foi amputada, para em cima dela ser edificado um *self-service* para os operários das obras. É por isso natural que tenha emergido um movimento de contestação, que chegou a atingir formas violentas, a ponto de, a 5 de abril de 1975, ter estado iminente a ocupação do edifício dos Paços do Concelho, onde se instalara ostensivamente o Gabinete.

A primeira vereação eleita democraticamente tomou posse na sequência das eleições realizadas em dezembro de 1976. Grande parte dos esforços da autarquia, nestes primeiros tempos de Democracia, foi centrada na reivindicação dos seus poderes, tomados abusivamente pelo GAS, e só totalmente assumidos de volta com a extinção deste organismo em 1989[1276].

O projeto de Sines viveu então tempos de incerteza quanto ao seu futuro, num momento em que se repensava o modelo económico do país e se sentiam os impactos da descolonização. Inesperado símbolo desses tempos foi o sumptuoso paquete «Infante D. Henrique», adquirido pelo GAS em 1977, que havia sido construído na Bélgica em finais da década de 50 e destinado a fazer a ligação marítima da metrópole com as colónias. A sua instalação em Sines, meio encalhado em terra, numa pequena lagoa artificial, com o seu casco branco manchado pela ferrugem, constituía um poderoso símbolo de uma *Era Imperial* que chegara ao fim. Agora os seus sumptuosos interiores alojavam os operários que vinham construir o novo complexo industrial.

O fim da era de expansão atlântica protagonizada numa fase inicial pelo Infante D. Henrique estava bem patente nesse navio encalhado proximidades do Castelo de Sines, construído no início dessa mesma expansão marítima, impulsionado pelo infante D. João, irmão desse mesmo D. Henrique. Fechava-se assim, simbolicamente, um ciclo da nossa história.

[1276] Decreto-lei 228/89, D.R., Série I, n.º 162/1989, 17 de julho.



Figura 230 – Luís Miguel Correia, *O Infante D. Henrique Encalhado em Sines*, 1986. Disponível em linha: WWW;<URL: http://lmcshipsandthesea.blogspot.com/2008/01/nt-infante-dom-henrique-at-sines.html

É neste contexto que o recinto intramuralhas ganhou nova vida. No passado havia sido palco de festejos populares, como as corridas de touros, documentadas em velhas fotografias, pelo menos desde finais do século XIX, ou as festas dos Santos Populares, organizadas pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Sines, nos anos 60, cujo produto revertia para a construção do seu futuro quartel[1277]. Por isso foi naturalmente escolhido como espaço privilegiado para novas festividades, como as Festas da Terra e do Mar e o Festival da Sardinha, que surgem com os novos ventos de liberdade. A Câmara de Sines foi assim *entrando* no Castelo e utilizando o degradado espaço interior, reivindicando a sua entrega.

Em 1979, a posição da autarquia perante este imóvel e o Forte do Pesseguiro ficou expressa no Boletim Municipal[1278], comunicando à população os primeiros passos dados no sentido de desencadear as necessárias «obras de restauração».

> Exige-o a importância histórica de um e de outro monumento, aquilo que cada um significa na vida de várias gerações de Sineenses desde a fundação da terra.

[1277] A. R. (1960) – Os Santos Populares em Sines. *O Distrito de Setúbal.* Setúbal. Ano IX. n.º 628. 8 de julho de 1960.
[1278] *Concelho de Sines; Boletim das Autarquias* (1979) – n.º 9, Jul/Ago. p. 3.

> Neste sentido, e devido às vultuosas quantias que são necessárias a tais obras, e porque a conservação e reparação dos monumentos classificados é da competência da Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais, a Câmara Municipal decidiu oficiar a essa Direcção Geral para que proceda urgentemente às obras necessárias.[1279]

Perante a concordância do Estado com a necessidade dos mesmos trabalhos, foi oficiada a autarquia que se iria tentar incluir as verbas necessárias no orçamento do ano seguinte.

Em 1981, a GNR saiu da antiga casa do governador (doc. 142), que já não reunia condições mínimas para ser utilizada sem que decorressem profundas obras de recuperação, insistindo a Câmara Municipal na sua cedência para uma utilização cultural, mediante a realização de trabalhos com base num projeto a elaborar pela DGEMN.

É então que ganha nova força a velha ideia de se instalar um museu no interior do Castelo, mesmo antes da realização de trabalhos de recuperação. Veio a ser o Museu de História Natural, que teve vida efémera. Começou a ser organizado em 1982 e foi inaugurado a 15 de agosto de 1985, nos espaços deixados pela Guarda, onde foram abertas ao público quatro salas dedicadas à fauna local.

Entretanto, em 1983, o presidente da Câmara, Francisco Maria do Ó Pacheco, oficiou o presidente do Instituto Português do Património Cultural, informando-o do interesse da autarquia na «recuperação e reconstrução» do Castelo, que se encontrava em fase avançada de degradação. Solicita assim a realização de uma visita ao local, com vista a:

a) Recolha de elementos da sua estrutura original.
b) Levantamento das construções existentes.
c) Planeamento da reconstrução e futura utilização.
d) Obtenção de financiamentos[1280]

Este instituto havia sido criado três anos antes[1281], no mesmo ano em que fora levada a cabo a Campanha Nacional para a Defesa do Património, que teve em Sines um significativo impacto, e devido à qual foi impulsionado um primeiro «Levantamento Cultural», que abarcou a cultura material e imaterial das suas gentes. Trata-se de anos chave para o concelho, em que estão abertas as mais profundas feridas causadas pela implementação do grande projeto do GAS, assente em amplas expropriações de campos agrícolas, que obrigaram à deslocação forçada dos camponeses para a cidade, e por conflitos com atividades tradicionais, de que dependiam muitos dos residentes, ligadas, principalmente, ao turismo e à pesca. Esta abrupta destruição de modos tradicionais de vida e da própria

[1279] *Ibidem.*
[1280] SIPA TXT.01748610, 15 de março de 1983.
[1281] Decreto Regulamentar n.º 34/80, DR n.º 177, Série I, 2 de agosto de 1980.

paisagem, a que até a praia não escapou, como vimos, fez emergir uma nova preocupação com a preservação da memória e dos objetos agora tornados inúteis, símbolos de uma ancestral ligação à terra, abruptamente cortada.

Este trabalho, que marcou o início de um novo ciclo para a memória local, foi incentivado por Alberto Pidwell Tavares, que, para além de poeta – sob o pseudónimo de Al Berto –, foi durante algum tempo animador cultural do Município de Sines. Ao contrário de José Miguel da Costa, que não nos deixou escritas as suas reflexões sobre o que entendia dever ser o Museu, e de que apenas nos chegou alguma correspondência, Al Berto deixou-nos um interessantíssimo texto, que transcrevemos em anexo (doc. 141), e que abre um inventário por si coordenado e que deu origem a uma exposição realizada em 1983. O espólio então recolhido não foi integrado no Museu, devido à falta de espaço e à situação pouco clara em que se mantinha a sua gestão e instalação provisória em casa do fundador.

Compreende-se perfeitamente a pertinência deste levantamento cultural, no momento político e social do pós-25 de Abril e de contestação ao Gabinete da Área de Sines, mas este projeto merece ser visto a uma outra escala, pois integra-se num movimento cultural mais vasto, e numa reflexão teórica sobre a História e a Memória, que estava a decorrer em França desde meados dos anos 70, e que está associada ao início da crise económica e ao choque petrolífero que quebrou abruptamente trinta anos de crescimento económico, a par de profunda mutação do meio rural, onde apenas 10% da população se dedica à agricultura, contra 45% no final da Segunda Guerra Mundial, como constatou Pierre Nora[1282], ao analisar as origens da *Nova História*.

O seu texto de apresentação é intitulado «Reencontrar» e começa por enquadrar o projeto num momento de destruição, em que pouco da memória coletiva se cria poder sobreviver à implantação do parque industrial (doc. 141). Afigura-se por isso urgente:

> preservar, reconstruir, iniciar pistas, desvendar vestígios, recolher, reanimar
> aquilo que parece irremediavelmente perdido…
> … com a humildade de nossos conhecimentos, com a sensibilidade diferente de cada um, com a memória das pessoas
> e sobretudo a URGÊNCIA, contribuiu para que adquiríssemos essa lenta paixão de arquivar
> registar, fotografar, anotar, gravar, ouvir, perscrutar, deduzir
> … assim nos movemos, quase silenciosamente, atentos
> aos últimos resíduos da nossa memória colectiva…

[1282] Pierre NORA (2011) – *Présente, Nation, Mémoire*. Paris: Éditions Gellimard. p. 14.

A rapidez com que se verificara a mudança havia feito com que dela se tivesse uma consciência clara, especialmente do corte de ligação com a terra e da perda do equilíbrio do Homem com a Natureza. A autarquia surgia assim como defensora destes valores contra a imposição desumana de um projeto ditatorial. Propunha recolher as pistas deixadas do seu passado e apresenta-las à população numa exposição onde:

> por agora, deixamos que tudo se cruze, se intercepte, se funda, se complete
> e acabe por se esclarecer…
> por isso, esta exposição é um imenso caderno de apontamentos
> é o esforço de um grupo de pessoas à procura do que resta das vivências duma população assolada por um negro progresso…

Sines dos anos 80 é marcada por um conflito entre uma visão idílica do passado, centrada na beleza da praia e a melhoria das condições de vida que nova realidade económica veio permitir, é em grande medida a cidade que Italo Calvino descreveu nas *Cidade Invisíveis* como Maurília. Proponho um pequeno exercício: transcrever um excerto substituindo nessa obra o nome original por «Sines»:

> Em *Sines*, o viajante é convidade a visitar a cidade e ao mesmo tempo a observar certos velhos postais ilustrados que a representam como era dantes […]. Para não desiludir os habitantes o viajante tem de gabar a cidade nos postais e preferi-la à presente, com o cuidado porém de conter o seu desgosto pela mudanças dentro de regras bem precisas: reconhecendo que a magnificência e prosperidade da *Sines* transformada em metrópole, se comparadas com a velha *Sines* provinciana, não compensam uma certa graça perdida, a qual contudo só poderá ser gozada agora nos velhos postais […] e no entanto a metrópole tem mais esta atração, que através do que se tornou se pode repensar com nostalgia no que era.[1283]

Apesar do levantamento não ter incidido sobre o património arqueológico, ele não deixa de ser lembrado, pois estava bem presente nos trabalhos que continuavam a ser realizados pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do GAS, por isso se sublinhava a importância de «escavarmos o chão» e procurar «essas raízes em pedra cinzelada, objectos da vida simples doutros povos, preciosas navegações».

> … com este corpo frágil e magoado, procuraremos preservar a nossa memória colectiva da voragem do tempo, e do abandono dos homens…

[1283] Italo CALVINO (2011) – *As Cidades Invisíveis*. 14ª edição portuguesa. Alfragide: Teorema. p. 39. Curiosamente este capítulo intitula-se «As Cidades e a Memória».

> … guia-nos esse vislumbre de esperança, essa vontade também, de que a terra e o mar, o homem e a ave, a árvore e a chuva, acabem por reencontrar o equilíbrio necessário
> à vida preciosa de velhíssimas memórias…[1284]

Apesar de não estar diretamente ligado à execução deste levantamento, o Museu Arqueológico Municipal de Sines acabou por revelar também o impacto desta mudança de mentalidades. O seu nome refletia a importância dada à arqueologia na génese das coleções, onde se foram reunindo outras *curiosidades,* da etnografia à história natural, mas só em 1982, a partir de uma exposição realizada no âmbito das comemorações do vigésimo aniversário da sua fundação, a etnografia ganhou um espaço autónomo, reunindo-se a ela uma coleção de alfais agrícolas provenientes da herdade da Provença, entretanto expropriada.

Também a pretexto destas comemorações, o seu diretor iniciou uma campanha pela construção de um edifício de raiz, para o que entrou em contacto com o arquiteto Fernando Lanhas. O modelo do novo Museu era o Museu Santos Rocha na Figueira da Foz construído com o apoio da Fundação Gulbenkian. Era não só objetivo expor em condições condignas as coleções existentes, mas também o espólio resultante dos trabalhos arqueológicos do GAS, que foi encaminhado para o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, sem que nada ficasse no concelho de origem.

15.2 O Início de um Projeto

Em 1989, já pensando se aproximidade as comemorações do 5.º centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia, a autarquia convidou os historiadores António Borges Coelho, Cláudio Torres e Fernando António Baptista Pereira para uma demorada visita ao imóvel, com o objetivo de «desencadear um conjunto de acções que visam a apresentação preliminar e fundamentada da Criação da Casa de Vasco da Gama localizada no Castelo de Sines e ainda a concretização de contactos com os arquitectos Caldeira Cabral e Luis Bruno Soares, com vista à elaboração de um projecto de reconstrução do Castelo»[1285].

Mas esse não foi o caminho seguido, continuando a Câmara a exercer pressão junto da DGEMN no sentido de que se recuperasse a fortaleza, conseguindo finalmente, em 1990, que a Direção Geral tentasse englobar no seu orçamento as obras de consolidação das muralhas, ponderando a autarquia financiar, em parte, a recuperação da casa do

[1284] *Levantamento Cultural de Sines,* AMS, CMS, PC/7/1, 20 de outubro de 1983.
[1285] *Sines; Boletim Municipal* (1989) – Sines. n.º 67, jan-fev, p. 16.

governador[1286], para o que se propunha firmar um protocolo de colaboração. Estávamos numa época de graves dificuldades financeiras e em que a responsabilidade do património edificado cabia a duas tutelas diferentes. Por outro lado, a necessidade de proceder a sondagens arqueológicas prévias levou o diretor do Departamento de Arqueologia do IPPC, Fernando Real, a solicitar o apoio do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal[1287], que respondeu positivamente mostrando disponibilidade para começar os trabalhos nesse mesmo ano, sob a direção de Carlos Tavares da Silva (doc. 143)[1288].



Figura 231 – *Escavação da Fábrica Romana,* 1991, Atlas do Sudoeste Português. Disponível em linha: WWW:<URL: https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/176.

Os anos 90 ficaram, assim, marcados pelo início de um trabalho arqueológico com verdadeiro carácter científico, que procurou já não o objeto em si, mas o conhecimento da história da ocupação do sítio do Castelo. Uma primeira campanha arqueológica realizou-se em 1990-91, nos terrenos a Sul das muralhas, promovia pelo Centro Cultural Emmerico Nunes, pôs a descoberto um pequeno estabelecimento romano. Em 1992-93, a mesma equipa realizou as primeiras sondagens dentro do imóvel, que permitiram estabelecer a cronologia das edificações e que se impunham como informação prévia ao projeto de arquitetura (v. relatório doc. 143).

[1286] SIPA TXT.01748624, 9 de janeiro de 1990.
[1287] SIPA TXT.01748634, 26 de fevereiro de 1991.
[1288] SIPA TXT.01748635, 7 de março de 1991.

A 27 de fevereiro de 1992 foi finalmente lavrado o Auto de Cessão onde consta que «a entidade cessionária se obriga a recuperar o Castelo e respectiva muralha de acordo com projecto a elaborar pela DGEMN». Estava a aproximar-se a data simbólica de 1998, em que se iriam celebrar os 500 anos da abertura do Caminho Marítimo para a Índia e Sines estava a posicionar-se para ocupar um lugar destacado nas comemorações.

O Castelo não era então uma ruína, era um edifício sem função, com problemas graves de conservação por falta de uma regular manutenção. A água das chuvas entrava pelas coberturas, mas os telhados existiam, apenas com algumas telhas partidas e deslocadas. Os soalhos, apesar de alguns buracos, permitiam circular, com cuidado, em todo o primeiro andar, e não faltavam portas e janelas minimamente funcionais. Acima de tudo, conservara-se uma autenticidade que transparecia em cada detalhe e que nos trazia à memória as palavras de George Steiner:

> é muito difícil exprimir através de palavras a calidez, a aura que o tempo autêntico, o tempo enquanto processo vivido, confere ao jogo da luz sobre a pedra, os pátios, os telhados. No artifício do reconstruído, a luz tem um travo a néon.[1289]

Em 1990 o arquiteto Trindade Chagas, da DGEMN, apresentou um estudo prévio para a reabilitação do Castelo e sua adaptação a Museu, mas o mesmo levantou grandes dúvidas pois previa diversas demolições e alterações de fechadas. Era, à data, enorme o desconhecimento acerca da evolução da estrutura arquitetónica e era forçoso realizar sondagens arqueológicas para se obterem informações sólidas sobre as datas de construção das diversas estruturas, assim como faltava aprofundar o conhecimento da documentação arquivística, o que acabou por estar na base do estudo que agora se apresenta. A título de exemplo refira-se que só em 1999 Luís Adão da Fonseca veio a publicar a visitação de 1480, onde se identificam claramente as estruturas mandadas contruir por Estêvão da Gama, como o baluarte que «mandou fazer dentro no dicto castello aa porta por honde se entrram os paaços» e que Trindade Chagas propunha demolir!

Este projeto dava corpo a um programa estabelecido pela autarquia que previa instalar na «alcáçova» um «espaço evocativo de Vasco da Gama, que se presume ter nascido na vila». No rés do chão ficaria a receção, dois espaços para exposição e venda de publicações e artesanato do concelho, bem como a sala de exposições temporárias, no espaço da torre de Menagem e as instalações sanitárias. O primeiro andar seria integralmente ocupado pelo espaço expositivo do museu. Quanto às restantes edificações existentes no interior da

[1289] George STEINER (2006) – *A Ideia de Europa.* 3.ª ed. Lisboa: Gradiva. pp. 34-35.

cerca, previa-se a sua reabilitação e reutilização «por forma a constituírem elementos dinamizadores deste património cultural»[1290].

A Câmara Municipal procurou igualmente envolver o Centro Cultural Emerico Nunes neste processo, pedindo o seu parecer, que se centrou fundamentalmente na necessidade de pensar o «terreiro do castelo» como «espaço lúdico de lazer e recreio»[1291] onde se poderia realizar pequenos e grandes espetáculo, bem como concertos diversos. Não deixa de ser curiosa a sobrevivência de um imaginário romântico no ponto em que se propõe o revestimento da face interior dos panos de muralha com vinha virgem ou heras «que lhe vão dar um ar mais fresco e atrativo»[1292].

Com a transição do arquiteto Trindade Chagas para o Ministério das Finanças, foi nomeado para sua substituição o arquiteto Ângelo Costa Silveira[1293], o que ocorreu pouco depois da nossa entrada ao serviço da autarquia, onde passámos a acompanhar o processo. A partir deste ponto começou a ser possível começar a cruzar a informação obtida pelos arqueólogos com aquela que os arquivos nos começavam a revelar e acima de tudo foi possível dialogar diariamente com o edifício, entendendo-o como um ser complexo e não como uma simplificação numas quantas linhas desenhadas. O aprofundar deste processo de trabalho conduziu a uma cada vez maior preocupação com a conservação das preexistências, pois a cada passo se ia verificando que estávamos perante um extraordinário palimpsesto – afinal aquele que Leite de Vasconcelos procurara – e não de uma estrutura abastardada e descaraterizada, sem história e sem interesse.

15.3 O Castelo em Obras

Em 1998 iniciou-se, finalmente, uma campanha de obras que, de forma faseada, englobava a totalidade das estruturas construídas. Numa primeira etapa procedeu-se à recuperação dos interiores do piso térreo do paço e fachada principal, com vista à instalação do primeiro núcleo da exposição *Da Ocidental Praia Lusitana, Vasco da Gama e o Seu Tempo*, para cuja realização a autarquia se associou à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, o Departamento do Património Histórico e Artístico da

[1290] *Memória Descritiva do Estudo Prévio de Recuperação do Castelo de Sines*, Arquivo do Museu de Sines. 3 de out. 1990.
[1291] *Resposta ao pedido de parecer sobre o estudo prévio do Castelo de Sines*, Arquivo do Museu de Sines. 10 dez. 1990.
[1292] *Ibidem.*
[1293] Ofício 1069 ML. 29 jul. 1997.

Diocese de Beja e a Administração do Porto de Sines; neste âmbito recuperou-se também a antiga casa da guarnição para instalação do Posto de Informação.

Pela primeira vez o Castelo desempenhou um papel central nas comemorações nacionais e nele se lembrou a ligação do Gama ao Alentejo.

No ano seguinte teve lugar a empreitada das coberturas das casas do governador, cujas estruturas de madeira de varedo de castanho foram cuidadosamente recuperadas, substituindo-se apenas os forros de pinho em muito mau estado. Estes trabalhos foram realizados prevendo que as obras dos espaços interiores só se deveriam realizar anos depois, de forma a permitir a secagem das alvenarias que durante anos haviam absorvido as águas pluviais.

Em 2001 concluiu-se a recuperação e consolidação das muralhas incluindo e tratamento de juntas, pavimentação do adarve, reconstrução pontual de ameias e reposição de murete de proteção.

Estas campanhas de obras decorreram em paralelo com o início do *Festival Músicas do Mundo*, que desde a primeira hora fez do Castelo a sua casa. Voltava-se assim a retomar uma antiga tradição de utilização do recinto para espetáculos públicos de grande dimensão, o que constituiu um imediato sucesso. Estava documentada a realização de corridas de touros, através de fotografias que documentam a praça temporária, com bancadas de madeira, que era construída para a ocasião. Diversos relatos orais permitem-nos confirmar que este não foi um evento isolado[1294]. Também há notícia de realização de concertos, um em particular, organizado pelos Bombeiros, para angariação de fundos destinados à aquisição de uma viatura, contou com a presença do cantor Francisco Farinha e arrastou uma multidão para o interior do recinto, sob o olhar apreensivo das tropas da GNR, que perante o inusitado ajuntamento ainda pensaram em dispersar a multidão[1295].

A programação do novo Festival centrou-se na *Worl Music*, procurando dar a conhecer a diversidade cultural de um mundo revelado por navegadores como Vasco da Gama, integrando-se assim na lógica global do novo programa de ocupação do imóvel.

A partir deste momento o projeto teve de prever não apenas os espaços e condições necessários para o Museu, mas também para o Festival e outros eventos de igual escala. As necessidades de segurança dos milhares de pessoas que se reuniam no interior do recinto obrigou a ponderar a abertura de uma nova porta, ideia que foi amadurecida e

[1294] Entrevista de Isabel Meco realizada em 2012, no âmbito do documentário *Sines em Festa*, episódio 10, disponível em linha: WWW<:URL<https://www.youtube.com/watch?v=Fq7Gi-uhV7c

[1295] Sandra PATRÍCIO (2009) – *A Vida nas Mãos. Históriоa dos Bombeiros Voluntários de Sines.* Sines: Câmara Municipal. p. 15.

estudada em parceria com as diversas entidades envolvidas no processo de recuperação, e concretizada já em 2007.

A fortaleza dispunha de apenas uma porta de acesso, e uma diminuta passagem de ligação à plataforma, apesar de a visitação de 1480 referir que Estêvão da Gama havia encerrado duas entradas e aberto uma nova «contra a vila»[1296], que se pressupõe ser a atual. Assim se transformou a cerca da vila num castelo, à medida que a povoação se desenvolvia fora das muralhas e as casas existentes no seu interior iam ruindo. Separava-se assim vila e castelo, que haviam nascido quase como uma só entidade. Numa nova lógica de refuncionalização dos espaços procurou devolver-se ao espaço intramuralhas uma vivência urbana, abrindo uma nova porta, que veio resolver o problema de segurança e ao mesmo tempo incentivar o atravessamento da praça de armas pelos peões que circulam pelo centro da povoação, numa vivência mais próxima das origens quatrocentistas.

Olhado à experiência nacional, observámos outros exemplos. No passado fôra frequente o rompimento dos panos de muralha com novas portas ou até mesmo com a simples demolição de um troço, para permitir a mais fácil circulação de veículos. Esta prática banalizou-se no século XIX com a rápida expansão urbana para fora dos núcleos cercados e as novas políticas urbanísticas de modernização, mas os resultados foram nefastos.

O século XX teve de se confrontar com este problema de forma mais séria pois o aumento do respeito pelas estruturas edificadas e os espaços urbanos em que se erguiam foi acompanhado pelo aumento do tráfego viário. Exemplo recente foi a abertura de uma nova porta em Almeida. Na cidade de Évora foi criado um parque de estacionamento exterior, cujo acesso foi facilitado pela abertura de uma nova porta, apenas de acesso pedonal.

O caso de Sines não tinha paralelo nos casos apresentados. Não tendo população residente no seu interior, não se baseava nos mesmos argumentos. No entanto a Castelo tinha ganho um papel central na vida da cidade, como espaço de encontro nos momentos das grandes celebrações – 25 de Abril, dia do Município – e do Festival

As fotografias de 1955, tiradas por António Couto, ao serviço da DGEMN, apresentam-nos uma grande brecha da muralha, na zona onde se situava a antiga torre do Paiol. Segundo Antero Raposo esta teria colapsado por volta de 1930 – o que a documentação confirma – tombando inteira para o exterior da cerca. Passado um quarto de século nada fora feito para além da colocação de uma paliçada de madeira. Em 1956 foi refeita a base do muro com a pedra recolhida no local, mas só anos mais tarde de concluiu a reedificação deste pano, até à cota do adarve, recorrendo-se a pedra e características e dimensões totalmente

[1296] Visitação a Sines em 1480, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, mç.1, doc. 29, fl. 6.

diferentes das utilizadas para a construção inicial, o que resultou profundamente dissonante do conjunto.

Foi exatamente neste ponto que decidimos intervir, não tocando assim na estrutura quatrocentista, mas sim num troço de 1956-1960, portanto recente e de características dissonantes. A intervenção para além de não afetar a estrutura inicial caracterizou-se por um relativo nível de reversibilidade pois nada se perdeu do original e a situação anterior poderia ser facilmente reversível, preenchendo-se o vão com pedra idêntica, de fácil obtenção.

No desenho do vão procurou-se uma solução de grande depuração, que não se destacasse do conjunto. Reproduziu-se o perfil interior da porta existente, de verga ligeiramente curva, com a mesma proporção, mas de escala ligeiramente superior, para permitir o acesso de viaturas de emergência. A solução técnica foi, no entanto, claramente contemporânea. Em primeiro lugar o vão foi aberto com uma carotadoura, separando-se o grande bloco de alvenaria a retirar. Este ficou destacado como um selo no seu picotado. A estabilidade da verga foi garantida mediante pregagens realizadas na diagonal.

No desenho do portão não se procurou qualquer tentativa de *pastiche*, assumindo-se uma atitude funcionalista: uma grade metálica para permitir que qualquer visitante pudesse ver o interior do Castelo durante o seu horário de encerramento. O aço inoxidável surgiu como o material mais adequado ao agressivo clima de Sines e a sua desmaterialização visual ajudava à sugestão de uma porta permanentemente aberta a todos, numa atitude oposta à da antiga porta que se fechava no passado a quem vinha de fora.

O Castelo é assim um objeto arquitetónico em viagem no tempo, sujeito das suas vicissitudes e necessidades, que carece de um profundo conhecimento e reflecção para que não se perca um dos seus mais importantes valores: a autenticidade, mas que tal não implique um desligar-se nas necessidades funcionais de cada momento.

> Building, then, is a process that is continually going on, for as long as people dwell in an environment. It does not begin here, with a pre-formed plan, and end there, with a finished artefact. The “final form” is but a fleeting moment in the life of any feature, when it is matched to a human purpose, likewise cut out from the flow of intentional activity.[1297]

Em 2005 a morte do fundador do Museu veio obrigar a uma rápida tomada de decisões. À coleção municipal veio juntar-se por legado testamentário a própria coleção particular de

[1297] Tim INGOLD (2000) – *The Perception of The Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

José Miguel da Costa, de arte e arqueologia, assim como a sua biblioteca. A casa permanecia na posse da família que propôs à Câmara a sua aquisição. Tendo em conta que esta não reunia condições mínimas para esta função e que a decisão tomada anos antes de transferir o Museu para o Castelo era de longe a mais adequada, foi posta de parte esta proposta.

Acelerou-se então todo o projeto, que foi alvo de uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura, que viabilizou a sua realização, mas impunha-se uma ação imediata de transferência das coleções, garantindo a continuidade da sua abertura ao público. A solução encontrada foi a de fazer uma instalação provisória das melhores peças na igreja da Misericórdia, sem que na altura se tivesse consciência que tal projeto já fora traçado por D. Fernando de Almeida. Assim pudemos ensaiar um discurso expositivo, realizar restauros e inventário, em contacto direto e diário com as peças e o público, ao lado do próprio Castelo onde as obras decorriam.

Quando um edifício enfrenta um novo programa, temos frequentemente um novo problema. No caso do Castelo tal não aconteceu, felizmente, porque a função museológica, para que foi destinado, não obrigou a significativas alterações arquitetónicas nem à introdução de pesadas redes de infraestruturas. Prevaleceu a ideia de que na refuncionalização dos espaços tinha de ter primazia a pré-existência, adequando-se o programa ao edifício existente, e não o contrário.

A Casa do Governador, que se destaca, naturalmente, como elemento central de todo o conjunto, porque nela se encontraram os espaços mais qualificados e amplos, recebeu as salas de exposição. A antiga casa da guarnição passou a servir como receção dos visitantes, abrindo-se uma porta para o interior da antiga cozinha quinhentista, no lugar onde existia uma fresta de cuja verga saiu o fragmento de pilastra com inscrição islâmica (fig. 50). Foi esta uma das raras alterações introduzidas na estrutura edificada, depois de uma longa ponderação.

O piso térreo, desde sempre reduzido a funções secundárias, nomeadamente cavalariças e arrecadações, conservou uma feição mais arcaica, onde são visíveis significativos testemunhos quatrocentistas, nomeadamente um portal de arco ogival e o «baluarte» mandado edificar por Estêvão da Gama. Neste piso foi instalada a exposição permanente das coleções de arqueologia, organizadas cronologicamente da Pré-história à época «Visigótica», ficando este último conjunto instalado na base da torre de Menagem, de onde foi retirada a sua primeira peça, que assim volta da casa.

O conjunto de cantarias Romanas e Visigóticas apresenta exemplares que, devido ao seu grande peso, não seria de todo possível instalar no primeiro andar, pois o seu piso é

constituído por sobrados, o que à partida condicionava o programa. A opção tomada é reforçada pela existência de elementos visigóticos ainda fixos nas paredes onde foram encontrados e por a fraca iluminação natural dos espaços permitir a instalação de iluminação que dá relevo às peças, sublinho o seu mistério, e facilitando a leitura dos relevos.

A sala ocupada anteriormente pelo posto de transformação, que, por essa razão havia sido revestida a betão, foi adaptada facilmente a casa forte, apenas com a instalação de uma porta blindada. No seu interior mostra-se o Tesouro do Gaio e a coleção de numismática que, pela sua natureza, obrigava a uma museografia mais pesada, com uma vitrine contínua onde as moedas são apresentadas sobre mapas que mostram os seus centros de produção e as rotas marítimas que os ligavam, completadas com monitores onde passam imagens ampliadas dos mais significativos espécimes.

A subida ao primeiro andar corresponde também a um salto no tempo, visto ser parco o acervo medieval e moderno. Optou-se assim por centrar o discurso no século XX, mostrando a forma como uma pequena vila, que nem sequer era sede de concelho em 1900, se transformou, em apenas 100 anos, num dos mais importantes portos, associados a um polo industrial considerado um dos motores económicos do país. A prioridade dada a este intervalo de tempo prendia-se com a presença entre nós de muitos dos seus protagonistas, o que nos permitia realizar entrevistas, recolher fotografias e objetos, confrontando ao mesmo tempo o projeto museológico com aqueles cuja vida nele era retratada.

A compartimentação interior do lado Norte do edifício era feita por paredes de tabique, cujas estruturas de madeira se encontravam muito apodrecidas, devido às infiltrações de águas pluviais, já não garantindo minimamente a função estrutural, o que obrigou à sua demolição. Tratavam-se de paredes do século XVIII, correspondentes às necessidades de uma habitação e não de um Museu. Representavam uma forma de utilização do espaço muito diferente daquela que está documentada para o século XVI e que Estêvão da Gama, por sua vez, já havia alterado, pelo que se entendeu que estes elementos haviam sido sucessivamente modificados ao longo dos séculos, adaptando-se às necessidades espaciais de cada momento, por isso eram elementos leves, sem função de suporte, facilmente removidos ou construídos consoante as necessidade. A opção final foi a de não proceder à sua reconstrução, adotando uma nova espacialidade nesta área, não repondo igualmente os tetos de saia e camisa, de forma a que ficasse visível toda a estrutura executada em varedo de castanho, de grande beleza.

A sala grande foi destinada a uma função polivalente, podendo acolher uma plateia de 30 cadeiras para uma conferência, o lançamento de um livro ou um pequeno concerto, etc.,

com a consequente entrada e saída de materiais e pessoas, sem interferir no espaço da exposição permanente, assim como permite que esta sala funcione com grande autonomia, podendo ser isolada do Museu, estando aberta mesmo quando este esteja fechado.

Nos dois últimos pisos da Torre de Menagem é, naturalmente, evocada a figura de Vasco da Gama, entre a figura histórica e o mito, a sua relação com Sines e as diversas comemorações dos centenários. Este foi um dos espaços que mais evoluiu durante os anos de funcionamento do Museu no Castelo, pois as campanhas arqueológicas e diversas doações foram permitindo retratar melhor a realidade siniense dos séculos XV e XVI.

O principal problema que se levantava à utilização museológica deste edifício, era a inexistência de uma ligação vertical, interior, entre os seus dois pisos. Não é possível efetuar a circulação pelas escadas exteriores porque tal iria obrigar a manter mais portas abertas, com a consequente fragilização da segurança do museu, que se torna incomportável por exigir um maior número de funcionários permanentes e tornar impossível um controle eficiente das condições ambientais dos espaços de exposição. A criação de escadas interiores viria a ocupar um espaço precioso para a organização do Museu, por outro lado não resolveria todos os problemas que se levantam, nomeadamente quanto à circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

Pareceu-nos, pois, que a melhor solução seria a instalação de um elevador que permite as circulações verticais, com uma ocupação de espaços mínima, utilizando as escadas exteriores como saídas de emergência e instalando uma escada em caracol no interior da torre cilíndrica, apenas para uso dos funcionários em caso de quebra do fornecimento de eletricidade.

Quanto às condições ambientais, seguimos a lição do engenheiro Elias Casanovas[1298], reduzindo ao mínimo os pesados equipamentos de avac cujas máquinas e tubagens seriam pesados intrusos numa estrutura delicada. Entendeu-se que as peças sempre tinham vivido neste ambiente e que por isso se deveria controlar a humidade relativa com aparelhos móveis, garantindo a estabilidade dos valores, mais do que uma situação museológica ideal. No piso térreo, onde seriam inúteis, garantiu-se um ligeiro aquecimento durante o inverno.

[1298] Veja-se por exemplo a sua tese de doutoramento: Luís Efrem Elias CASANOVAS (2006) - *Conservação preventiva e preservação das obras de arte; condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal.* Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor em História de Arte.



Figura 232 – *Interior da sala Norte do primeiro andar do Museu,* 2009, foto do autor.

Para além da casa do governador, existem ainda no interior da cerca muralhada, alguns edifícios que apesar de não possuírem a mesma importância, estão documentados desde o século XVI, e que constituíam os aquartelamentos da guarnição militar que aqui esteve instalada até ao século XIX. Foram destinados para o apoio aos visitantes, tendo no R/C as instalações sanitárias e uma cafetaria que poderá instalar uma esplanada no espaço fronteiro. Aqui se concentraram os espaços servidos pelas redes de abastecimento de água e de drenagem de esgotos, para evitar o perigo de infiltrações ou de inundações nos espaços de exposição ou de reservas. No primeiro andar funcionaram os serviços técnicos e educativos com os ateliers, de apoio às visitas escolares.

Na antiga torre da Cegonha, onde Estêvão da Gama instalou a sua adega, ficaram as reservas, com os materiais arqueológicos no piso térreo, devido à grande quantidade de contentores em que se guardam, e os materiais mais leves e delicados no primeiro andar.

As obras dos edifícios do interior da cerca decorreram entre 2007 e 2008, e foram, como já sublinhámos, bastante conservadoras. Como as coberturas já haviam sido recuperadas anteriormente, centraram-se na substituição de rebocos e de soalhos, após a reparação dos barrotes, conservados na sua totalidade. Mantiveram-se as caixilharias e as notáveis portadas e portas interiores, sobreviventes do século XVIII, com as suas ferragens originais, tendo-se aberto, na sua superfície pictórica, janelas que permitiram identificar as diferentes camadas de cor, desde o cinzento e verde tão ao gosto da GNR, à primitiva pintura a óleo com óxido de ferro, que foi reposta. A cal voltou a iluminar as paredes, conferindo ao interior uma extraordinária luminosidade. Tentámos proceder como sempre se fizera, sem grandes rasgos de arquiteto, quase como os antigos mestres de obras haviam feito ao longo dos séculos, recorrendo apenas a soluções tecnicamente mais complexas quando estava em causa a consolidação estrutural das grandes fendas encontradas, certamente devidas ainda ao terramoto de 1755. Fora ainda mobilizados para estas tarefas velhos mestres, algum já na casa dos 70 e 80 anos de idade, com o seu saber ancestral.

Os dois tetos pintados foram apeados e cuidadosamente restaurados, tendo-se consolidado as tábuas muito fragilizadas e fixado a camada polícroma, sendo surpreendente a forma como conseguiram sobreviver a tantos invernos com a chuva a escorrer pelas juntas das tábuas.



Figura 233 – Graça Morais, *A Festa da Abundância II*, setembro 2005, carvão e pastel sobre papel. Coleção da autora.

15.4 Outras Estratégias Paralelas de Valorização

No de 2005, nos meses de julho e outubro, Graça Morais instalou-se nas casas do governador do Castelo de Sines, onde realizou uma residência artística que tinha como objetivo produzir as obras que integrarias a exposição inaugural do novo Centro de Arte. Nos trabalhos então realizados mergulhou na realidade local, privilegiando os temas ancestrais das rotinas da pesca, dos cultos ligados ao mar, como São Torpes e a Senhora das Salas. O Castelo que lhe serviu de atelier apenas espreita ao fundo de uma das telas, mas o labor da artista neste espaço ficou documentado pelo fotógrafo Augusto Brázio[1299].

No ano seguinte Pedro Valdez Cardoso realizou no piso térreo da torre de Menagem a instalação *Memórias dos Actos* (fig. 233) em que agrupou ao longo das paredes uma série de estandartes criados a partir de objetos do nosso mundo de consumo: garrafas de plástico, pás, capacetes pratos descartáveis, asas de fantasias, etc. uniformizados por um idêntico revestimento a folhe metálica prateada. Da visão do conjunto desprendia-se uma imagem marcial, que não deixa de lembrar os trofeus militares pintados no teto da sala do andar nobre, no entanto essa construção é claramente dos nossos dias, como revelam os materiais utilizados. O autor parte do espaço contentor da instalação e da sua forte carga simbólica para com ela jogar, sendo sempre claro que se trata de um jogo e nunca de uma recriação histórica rigorosa. Vemos assim renascer um gosto lúdico que tínhamos já visto na aproximação das gerações românticas aos castelos.

[1299] Graça MORAIS; António Mega FERREIRA; Augusto BRÁZIO (2005) – *Os Olhos Azuis do Mar.* Sines: Centro de Artes.

Num texto de 2013 João Pinharanda discorreu sobre a relação do artista com a História da Arte e com a Memória e até mesmo com a História Política e das ideologias. Em *AD GLORIAM EPHEMERAM*:

> […o artista confronta-nos com a ilusão de perenidade que a ideia de Monumento durante séculos se esforçou por consolidar e transmitir. Combatendo o esquecimento e a Morte, a desagregação e a ruína os múltiplos actores dos múltiplos poderes públicos sinalizam o seu corpo físico e ideológico desejando perpetuá-lo no Tempo. Tatuagens e fardamentos, cores, bandeiras e estandartes, armas, brasões e troféus, estátuas, estelas funerárias e mausoléus, relíquias dos heróis ou dos saques são elementos que integram todos os discursos de perpetuação do Poder nos tempos, nos lugares, nas consciências individuais e das comunidades, desejando integrar e absorver o Diverso para o tornar Uno.[1300]



Figura 234 – *Pedro Valdez Cardoso, Memória dos Actos*, 2006.

Esta convocação dos artistas para um castelo em pleno estaleiro de obras ajudou claramente a alargar a reflecção sobre o papel do Museu e o local que nele deveria ocupar a memória local, a forma de a comunicar e até de costruir a sua visibilidade. Estava-se a dar corpo ao que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003, havia estipulado, ao sublinhar a necessidade de um trabalho pluridisciplinar onde participassem cientistas, técnicos e artista[1301].

O Castelo, ao longo de toda a sua história nunca foi considerado um elemento minimamente pitoresco. Quando surge em pintura ou fotografia integra-se da vastidão da barroca vista do mar ou do Pontal, envolvido pelas diversas construções. Assim o vemos

[1300] João PINHARANDA (2013) - AD GLORIAM EPHEMERAM. http://pedrovaldezcardoso.com/texts.html consultado a 8 de abril de 2020.
[1301] Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO, 17 de outubro 2003.

nalguns pequenos óleos de Emmerico Nunes, de coleções particulares e numa rara vista urbana onde a Torre de Menagem surge num plano recuado (fig. 234).

As imagens que temos visto, ao longo destas páginas, e felizmente elas são abundantes, remetem para o mundo da representação técnica, dos engenheiros militares, destacando-se pela sua inegável qualidade as folhas de Alexandre Massai onde a procura da «perenidade» da obra e do pensamento, sob a forma de um tratado, as coloca um pouco à parte.

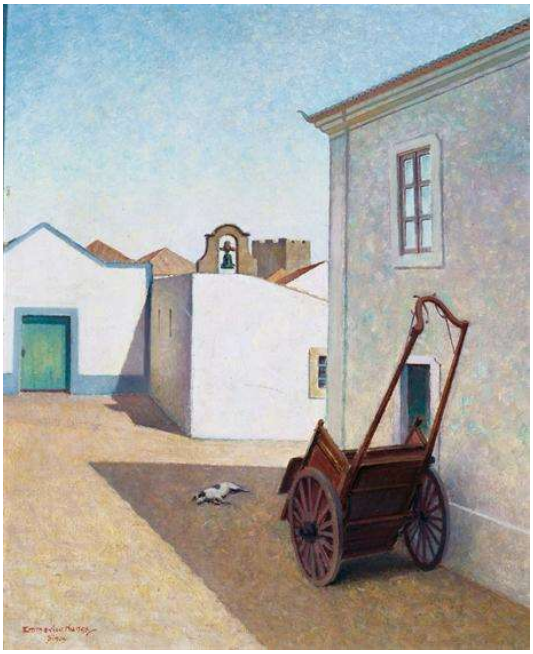


Figura 235 – Emmerico Nunes - *Sines (45 graus à sombra).* Óleo sobre Madeira. Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea. Inv. 1749.

Quando em 2008 se inaugurou o Museu de Sines, procurou-se continuar na mesma senda, recorrendo à capacidade de comunicação dos artistas para destacar que este seria um museu de território, que iria desenvolver projetos que ultrapassariam as muralhas do Castelo e que pretenderiam vir a cruzar-se com o dia-a-dia da população. Procurou-se igualmente veicular a intenção de dar a conhecer figuras concretas da história do concelho, que fossem para além de Vasco da Gama e de uns poucos personagens que até então tenham merecido alguma atenção. Assim se deu voz aos escritores locais, que dos seus pontos de vista diversos e olhando tempos e locais variados, nos podiam guiar por novos caminhos de descoberta. Também se recorreu à obra de pintores e fotógrafos, maioritariamente com peças das coleções.

O projeto *Ler a Paisagem* implementou assim um percurso literário pela cidade, com a instalação de painéis junto dos principais locais referidos nas obras, de que transcreviam excertos. Publicou-se um guia de acompanhamento da visita, onde, para além de excertos

mais longos dos textos se incluíram abundantes ilustrações do acervo iconográfico do Museu assim como algumas das suas peças.

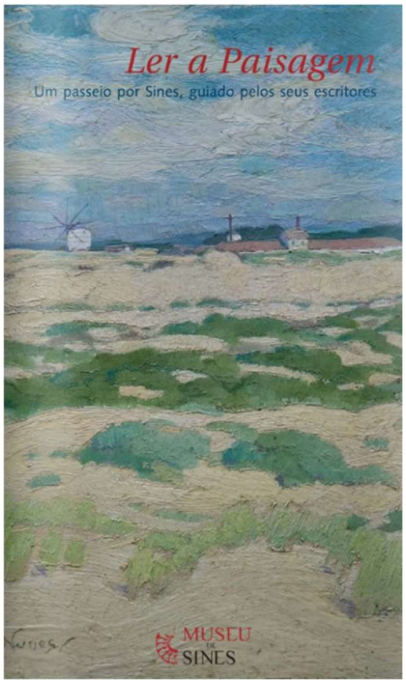




Figura 236 – Ricardo Estevam Pereira, *Ler a Paisagem, um passeio por Sines, guiado pelos seus escritores,* 2008, Museu de Sines.

Figura 237 – *Redes do Tempo,* n.º 7, março de 2012. Número de dicado aos últimos habitantes do Castelo de Sines.

A mesma lógica presidiu à edição do jornal *Redes do Tempo*, a partir de 2009, que já editou 18 números, onde se privilegia a memória individual e a experiência pessoal de cada um. Assenta em entrevistas abertas, normalmente centradas num tema escolhido, mas onde o entrevistado tem ampla liberdade para expor a sua experiência de vida e os seus pontos de vista. Ao escolher-se o formato de jornal teve-se em conta que a população mais velha estava ainda fortemente habituada a este meio e que, por outro lado, seria fácil distribuí-lo por outros lugares, feiras e eventos, onde se pretendesse dar a conhecer o projeto do Museu.

No âmbito do programa de Regeneração Urbana, de 2012, foi editado um Roteiro do Centro Histórico, destinado a um turista curioso, onde se dá a conhecer pequenos detalhes, para além dos principais monumentos. Também aqui se procurou um modelo que se enraizasse em experiências anteriores, entretanto estudadas, e fomos beber influencias à gravura explicativa do Castro da Cola, mandada executar por D. Frei Manuel do Cenáculo.

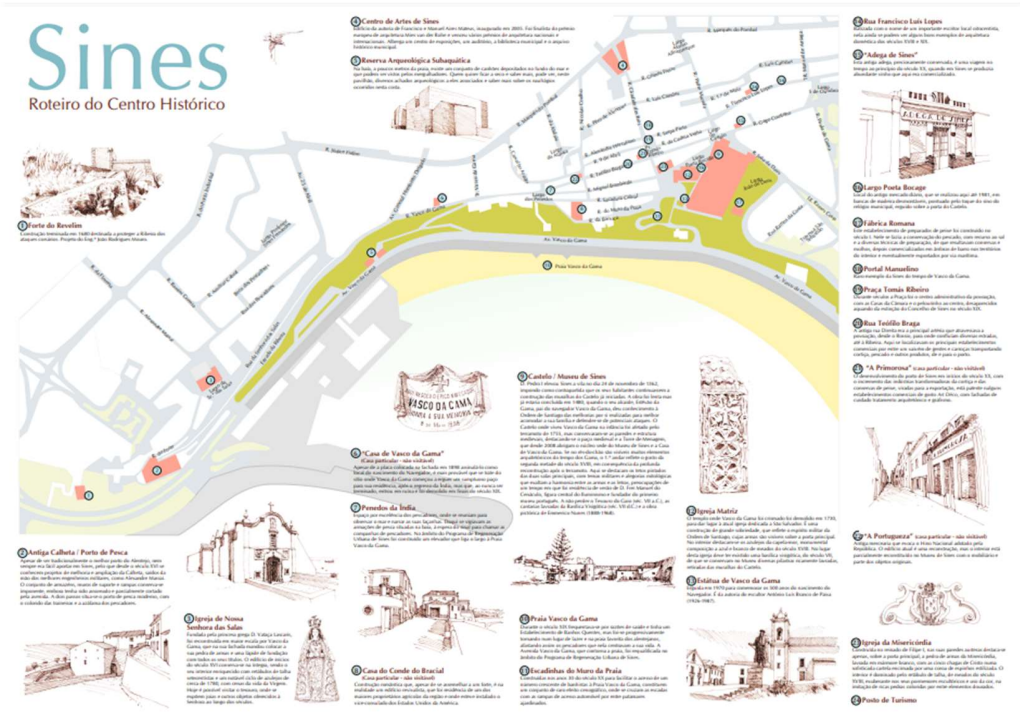


Figura 238 – *Roteiro do Centro Histórico*. Texto e desenho de Ricardo Estevam Pereira, texto e ilustrações Ricardo Estevam Pereira, design gráfico Ana Gil. Edição da Câmara Municipal de Sines, 2012.

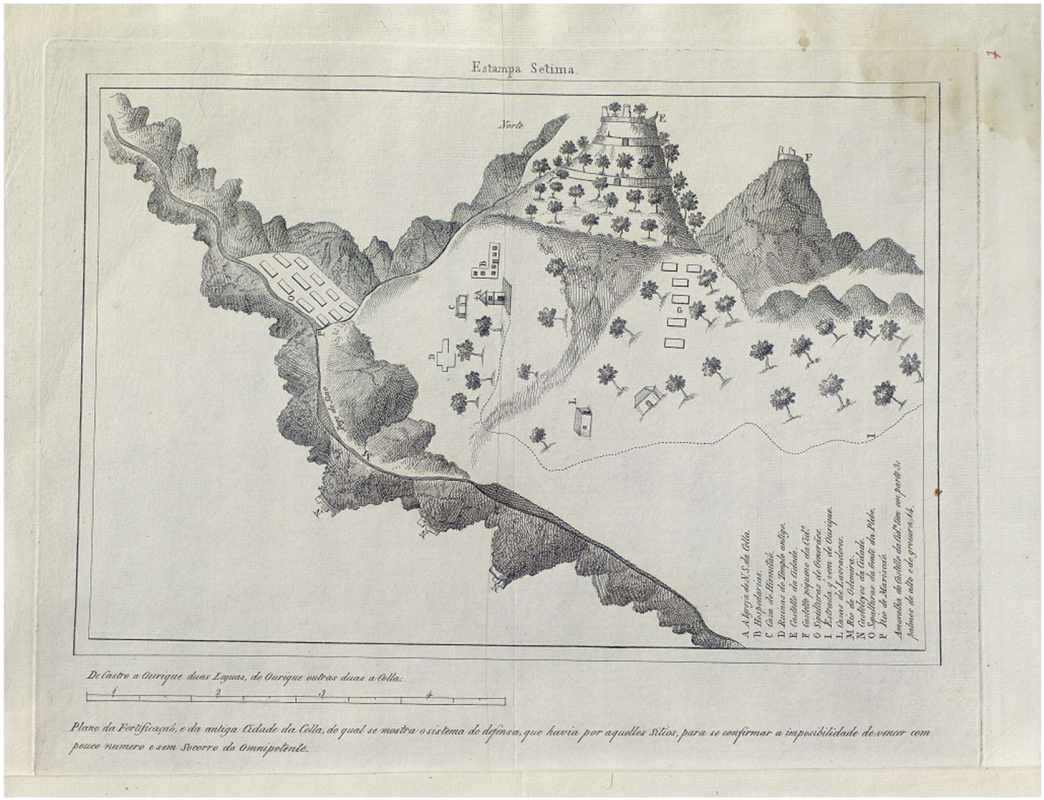


Figura 239 – *Castro da Cola*. Gravura mandada realizar por D. Frei Manuel do Cenáculo para ilustrar a sua obra.

15.5 A Recuperação dos Espaços Exteriores

Depois da recuperação da estrutura edificada, havia que valorizar a sua envolvente. O largo Poeta Bocage corresponde a parte do antigo adro da igreja Matriz, que para ele abre a sua fachada lateral Norte. Frente a ela foi construído nos derradeiros anos do século XVI a igreja da Misericórdia, pela qual se vieram a alinhas diversos edifícios civis. O terceiro lado deste espaço triangular é ocupado pelo Castelo, com a sua porta, sobre a qual se eleva a torre do relógio da vila. A função urbana deste espaço público não era a mais destacada, pois tomava-lhe a primazia a «Praça» – atual praça Tomaz Ribeiro – onde se localizavam os Paços do Concelho, o pelourinho e a igreja de Santa Isabel, e se realizava o mercado de frutas e legumes: a «praça». A passagem deste mercado para o largo foi coincidente com a perca de função militar do Castelo.

Caracterizava a vivência deste espaço as suas rudimentares bancas de madeira, parte das quais era montada e desmontada nos dias de venda. Funcionou até à inauguração do edifício do atual mercado, a 21 de dezembro de 1981.



Figura 240 – *Mercado Diário no Largo Poeta Bocage*, década de 1970, Museu de Sines, doação de Arnaldo da Soledade.

O projeto do largo Poeta Bocage pretendia retirar os lugares de estacionamento anárquico que o ocupavam na quase totalidade, apesar de se situar na zona mais nobre da cidade, agora valorizado pela recuperação do Castelo e instalação do Museu. Como se tratava de um espaço com enorme potencial arqueológico, devida às notícias de enterramentos constantes dos antigos registos paroquiais, este fator pesou significativamente na solução proposta, que passou por manter a antiga calçada e criar estruturas que pousassem apenas sobre ela, apoiadas em fundações superficiais. Recorreu-se à madeira de pinho tratada, leve e resistente, tal como haviam feito os velhos construtores das praças de touros provisórias no interior do Castelo, os das bancas do mercado, que por longo tempo animou este largo, e os dos desaparecidos restaurantes da praia. Procurou-se assim evocar uma atmosfera informal do passado recente, que tinha vindo a desaparecer com a opção pelo betão e pela pedra nos espaços públicos (doc. 144).

Criaram-se duas plataformas quadradas, uma para servir de apoio à Casa da Juventude e outra ao restaurante existente, que se articulavam com o terreno por meio de degraus. Com a mesma madeira construíram-se volumes paralelepipédicos que poderiam servir de bancos ou de arrumos para barris de cerveja, guarda-sóis ou outras necessidades e que serviam de obstáculo ao estacionamento. As próprias plataformas e degraus poderiam ser utilizados como assentos ainda mais informais em momentos de maior enchente. Procurou-se assim construir o novo trabalhando com as memórias do passado, sem qualquer tentativa de mimetismo.

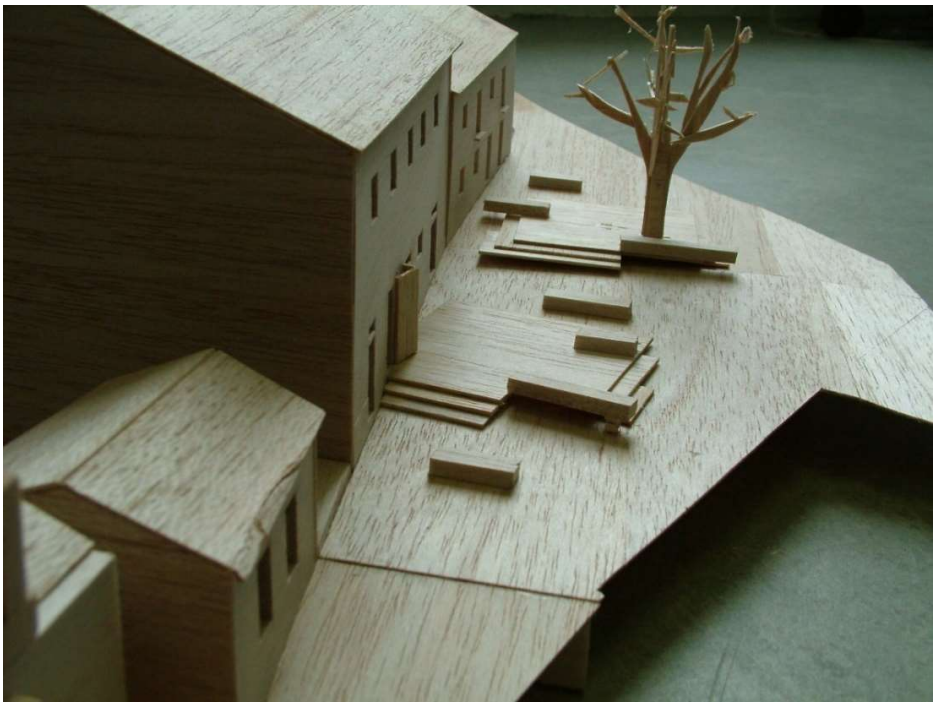


Figura 241 – *Maquete do projeto do lg. Poeta Bocage,*

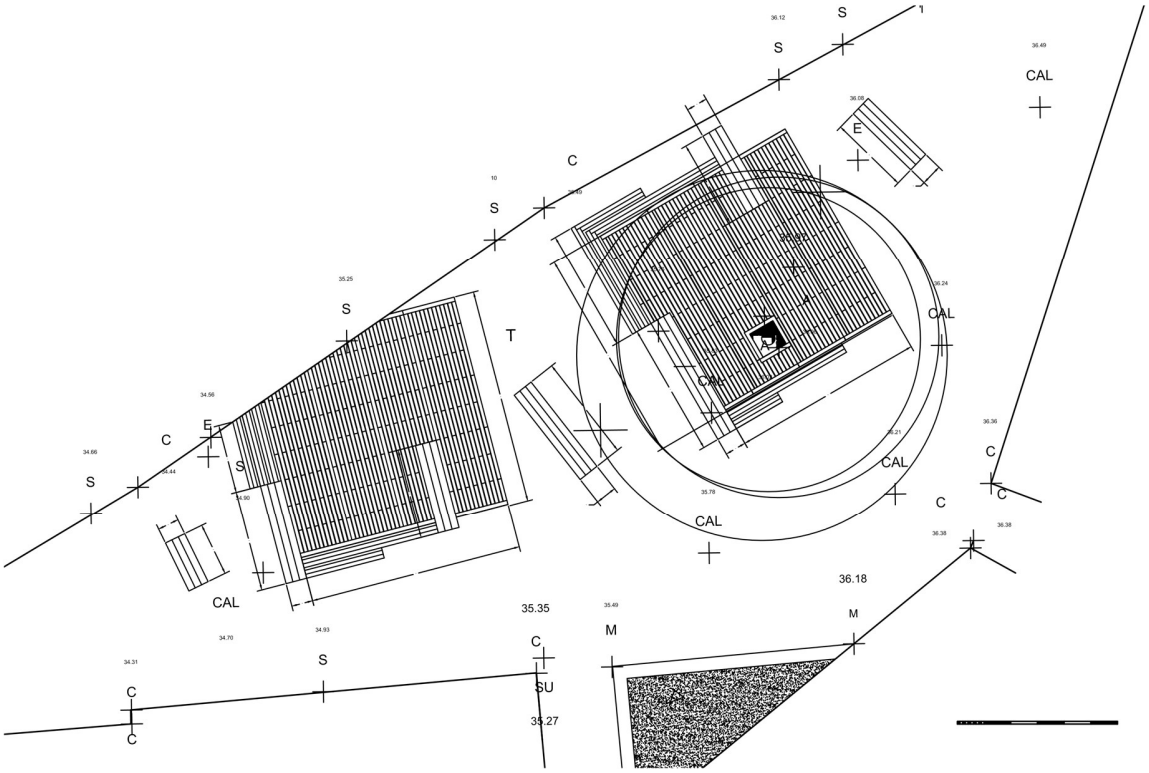


Figura 242 – *Planta Geral do Largo Poeta Bocage.*



Figura 243 – *Lg. Poeta Bocage visto a partir das muralhas do Castelo*, 2009, Foto do autor.

O atual largo João de Deus correspondia em inícios do século XX à chamada «cerca do Castelo». Terreno agrícola, rodeado por valados de canas e tapumes de madeira, como ainda se vê num dos painéis de azulejos da estação dos caminhos de ferro, datados de 1935. Confrontava a Sudeste com a antiga travessa do Barranquinho, que mantinha viva a memória da antiga linha de água que desaguava no mar e que em inícios da década de 1960 foi transformada em estrada de ligação à praia.

Desde a restauração do concelho, em 1914, que a Câmara Municipal de Sines procurou obter a posse deste terreno, afeto ainda a fins militares, com vista à sua transformação num jardim para usufruto dos veraneantes. Chegou-se a elaborar um projeto, que foi aprovado pela DGEMN, mas cuja execução foi suspensa devido ao aparecimento de estruturas arqueológicas da época Romana, que D. Fernando de Almeida considerou de grande importância e merecedoras de classificação. A autarquia rapidamente tapou as descobertas, mas nada mais pôde fazer, ficando o terreno por longos anos ao abandono.

Nos anos de 1991/92 voltou a escavar-se o largo, porque a Câmara pretendia fazer o seu arranjo paisagístico, tendo sido posto a descoberto um outro estabelecimento de preparados piscícolas, datável do século I e melhor conservado que os anteriores cinco encontrados. Tendo em conta que este conjunto era a mais importante estrutura arqueológica situada dentro do perímetro urbano da cidade, foi decidido limpar a área, deixando as estruturas com livre acesso dos visitantes e sem qualquer outra proteção, o que acabou por provocar a sua rápida degradação. Em 2000 foi lançado um concurso público para o projeto de arranjos exteriores, mas cujos resultados não foram satisfatórios.

Acabou por se chegar à conclusão de que esta situação não era sustentável por muito tempo. Os tanques ficavam cheios de água com as primeiras chuvas e mantinham-se assim até ao fim da Primavera, com água estagnada e lixo trazido pelo vento, o que deixava nos visitantes uma forte imagem de desleixo. Por outro lado, a degradação das argamassas foi notória, com o crescimento incontrolado de vegetação, com as suas raízes a desenvolverem-se entre as diversas camadas de revestimento, acelerando a sua separação. A proliferação de musgos e fungos e o aumento da salinidade foram também notórios. A própria presença humana sem qualquer barreira provocou a desagregação de alguns elementos de alvenaria, devido ao pisoteio descontrolado e mesmo a algum vandalismo.

Perante a acelerada degradação das estruturas foi tomada a decisão de proceder à sua proteção, enquanto não fosse aprovado um projeto condigno de restauro e musealização das mesmas e garantido o seu financiamento. Executou-se então um rigoroso levantamento topográfico e fotográfico, que enquadrou o levantamento arqueológico realizado a quando da escavação. Procedeu-se à proteção das ruínas com areia antecedida da aplicação de mata geotêxtil de acordo com a estratégia acordada com a tutela.



Figura 244 – *Fábrica romana antes da musealização, 2010.*

Após o diagnóstico dos fatores de degradação da estrutura chegou-se às seguintes conclusões, que deveriam orientar um futuro projeto:

- A conservação das estruturas arqueológicas apenas seria garantida se as mesmas fossem protegidas das chuvas, com uma cobertura estanque e proteções laterais devido ao vento que projeta as águas nos dias de chuva. No entanto deverá garantir-se a boa ventilação do espaço encerrado.

- A futura conservação da estrutura a edificar impunha a escolha de materiais duráveis e nobres, que sublinhassem a importância deste conjunto para a memória coletiva.

- O espaço a construir deveria contemplar a informação gráfica necessária à descodificação e interpretação do local e remeter para uma continuação da descoberta no interior do museu.

- A construção deveria ser acolhedora para o visitante, garantindo o ensombramento durante os meses mais quentes, e a proteção das chuvas durante o inverno.

- Deveria ser particularmente cuidada a imagem arquitetónica e gráfica das soluções sublinhando o valor da memória histórica como raiz do mundo contemporâneo.

- Para além do valor das estruturas em si e da sua localização junto ao castelo, impunha-se destacar a sua relação com o mar, o que obrigava a que a cumeeira da cobertura não se elevasse acima da cota do pavimento, no seu ponto mais alto, garantindo a abertura ao oceano do largo Ramos da Costa, antiga cerca do Castelo. Não nos podemos esquecer do enorme valor patrimonial do mar, como lembrou Fernão Braudel:

> Sobre o imenso passado do Mediterrâneo, o mais belo testemunho é o próprio mar. Isto tem de ser dito e repetido. É preciso vê-lo, uma e tantas vezes. É certo que, por si

> só, ele não explica tudo acerca de um passado complicado, construído pelos homens com mais ou menos logica, capricho ou insensatez. Mas o mar restitui pacientemente as experiências do passado, devolve-lhes as primícias da vida, coloca-as sobre um céu, numa paisagem que podemos ver com os nossos próprios olhos, análogos aos de outrora. Um instante de atenção ou de ilusão, e tudo parece reviver.[1302]

Depois de cuidadosamente ponderados e discutidos os pressupostos apresentados chegámos a uma solução arquitetónica que consiste dos seguintes elementos:

Um muro de betão para suporte de terras, como solução para o desnível criado no terreno com a escavação e que ultrapassa 2,5 metros de altura, garantindo a boa sustentabilidade das fundações do Castelo e de algum trânsito pontual de veículos durante a preparação de grandes espetáculos no mesmo.

Uma cobertura metálica do tipo *sandwich*, com acabamento a folha de zinco, permite vencer os amplos vão sem grande dificuldade, numa solução leve e de pouca inclinação, garantindo, por um lado, a recriação da volumetria da antiga fábrica e, ao mesmo tempo, que não se bloqueasse a vista do mar. O zinco garante a nobreza da solução, numa envolvente monumental, e a boa resistência às duras condições climáticas.

O espaço do primitivo pátio foi coberto com chapas translúcidas que permitam sugerir a sua função e melhorar a iluminação do espaço interior.

Esta cobertura assenta numa estrutura de pilares e vigas de aço, garantindo a solução mais leve, que menos cargas transmite ao terreno, diminuindo o risco de assentamentos diferenciais junto às estruturas de alvenaria de pedra e cal, permitindo o afastamento às mesmas de pelo menos 60cm, não tocando em qualquer elemento arqueológico existente.

O terreno envolvente foi deixado em saibro compactado, que permite a máxima permeabilidade e respiração do terreno, corrigindo-se as pendentes por forma a recolherem-se as águas pluviais em duas caleiras que atravessam transversalmente o espaço e que serão ligadas ao coletor situado a meio da estrada que conduz à praia. Na restante área foi replantado o prado natural que convida a uma pausa.

[1302] Fernand BRAUDEL (2001) – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade.* Lisboa: Terramar. p. 17.



Figura 245 – *Maqueta de trabalho*, 2021.



Figura 246 – *Fábrica Romana,* fotografia do autor, 2020.



Figura 247 – *Vista do lg. João de Deus para o mar, com o pavilhão da Fábrica Romana e o Castelo à direita, com a porta nova.* Foto do autor, 2022.

O resultado final não procura evocar qualquer situação do passado, mas sim criar um espaço urbano contemporâneo, que convide os seus utilizadores a uma pausa, ao descanso e à contemplação dos elementos patrimoniais – a fábrica romana e o Castelo – e a sua relação como o mar. Situado junto de um dos principais acessos à praia é naturalmente frequentado por todos aqueles que sobem ou descem a barroca, integrando o seu quotidiano.

Estas intervenções no espaço exterior não excluem a hipótese de se virem a realizar novas campanhas arqueológicas, de facto o conhecimento que temos da ocupação urbana, que da época romana quer medieval, continua a ser muito escaço. Com vista a planear futuras campanhas foi realizado um estudo da área interior do recinto muralhado, com recurso ao georadar e a electro magnetismo, trabalho que foi realizado por uma equipa da Universidade de Évora coordenada pelo professor Bento Caldeira. A análise dos resultados confirma a existência de inúmeras anomalias, sendo as áreas de maior intensidade aquelas com maior potencial arqueológico. Infelizmente ainda não foi desta vez que se localizou a «basílica visigótica» que continua a ser um dos grandes mistérios da arqueologia siniense.

Paralelamente o espólio recolhido durante os trabalhos arqueológicos mais recente foi ganhando espaço dentro do Museu, tornando *visível* a história do próprio Castelo, que até então apenas podia ser descoberta na palavra escrita e na arquitetura, faltando-lhe uma componente de interpretação a nível museológico. No último piso da torre de Menágem foram instaladas duas vitrinas, acompanhadas por um filme onde se dá a conhecer o quotidiano doméstico do tempo em aqui viveu Vasco da Gama, construído a partir de pinturas contemporâneas do Museu Nacinal de Arte Antiga. De futuro, novas campanhas arqueológicas trarão novos objetos e novos conhecimentos. O texto deste

filme, que incluímos em anexo (doc. 145) procurou comunicar de forma simples e clara um conteúdo com rigor científico. Comunicar é a palavra chave deste espaço que permite a quem chega ao fim da visita ao museu se sente a descansar durante um quarto de hora e fique com uma ideia mais clara de como se vivia neste edifício no tempo de Vasco da Gama. A presença dos objetos é fundamental, pois eles transportam a presença física da História e são absolutamente verdadeiros, sólidos, presentes, destacando-se cada vez mais num mundo de imagens e objetos imateriais que passam fugazmente por nós e rapidamente desaparecem e se esquecem. E mais sólido objeto que temos presente é o próprio Castelo.

Lá fora, pela janela virada para o mar, continua a decorrer a vida marítima, passam os grandes navios, os turistas a caminho da praia, ouve-se o sino da igreja a chamar os fieis e as vozes das crianças a brincar, e cada uma deles sonha com o seu castelo, como nós sonhamos em poder revelar os seus segredos, na senda de quem nos antecedeu: onde estará a basílica visigótica? Foi desta pergunta formulada a olhar para verga da porta da torre de Menagem, onde emergiram da penumbra pássaros e folhas de videira, que nasceu o sonho de um Museu.



Figura 248 – *Vitrine com materiais arqueológicos do Castelo,* foto do autor 2024.

16. CONCLUSÃO

Até tempos recentes o Castelo de Sines foi visto como uma estrutura militar desprovida de um particular interesse. De alguma forma podemos dizer que isso o salvou das profundas campanhas de obras promovidas pelo Estado Novo, que nos legaram muralhas aparentemente em perfeito estado de conservação, mas que são cascas vazias, sem conteúdo, onde muitos dos traços da sua história foram apagados e nenhum programa funcional foi implementado, fosse ele de caráter museológico ou outro.

Na transição do seculo XX para o século XXI, quando se projetaram e executaram as obras de recuperação do Castelo de Sines, a realidade era bem diferente, tendo-se alargado e democratizado o olhar da História e as categorias de objetos a que se atribuiu um valor patrimonial. E neste ponto se centrou o nosso olhar e ação: como ajudar uma comunidade e ver estes muros de pedra como uma coisa sua, uma herança valiosa onde vale a pena investir para garantir o seu legado ao futuro? A base deste trabalho está naturalmente na investigação, com um âmbito muito alargado, mas centrada na identificação dos protagonistas da história e os traços por eles deixados neste importante edifício. Neste campo destacam-se figuras com Estêvão da Gama, que terminou as obras de construção, Jorge Furtado de Mendonça, que melhorou as suas condições de habitabilidade, Frei Paulino da Apresentação, redentor geral dos cativos, Estêvão de Liz Velho, que aqui escreveu a sua vida de São Torpes, Frei Manuel do Cenáculo, primeiro banhista documentado na praia de Sines, arqueólogo e escritor. São personagens como estes que permitem enriquecer um diálogo entre o castelo e as suas gentes. São figuras vivas e com valores que interessam aos nossos tempos.

Olhar o Castelo como uma estrutura militar foi naturalmente o ponto de partida e aquele que mereceu alguns – e até agora poucos – trabalhos de investigação. Aqui procurámos aprofundar dois pontos: a sua construção e a manutenção ao longo dos séculos. Primeiro perceber porque o Castelo foi construído tão tardiamente, em princípios do século XV, e não mais cedo. Naturalmente afigurou-se o domínio das preocupações com a defesa da raia e uma viragem ao Atlântico após a conquista de Ceuta, que fez emergir preocupações com uma possível retaliação na desprotegida costa Alentejana. Olhámos assim para este castelo com uma das primeiras estruturas edificadas em Portugal no âmbito da expansão marítima. O seu objetivo, no entanto, não foi tanto o de defender a costa do desembarque de um exército invasor, mas de um ataque rápido e retirada após o saque, típico das estratégias dos corsários. Este foi o perigo que dominou por séculos as preocupações das autoridades e da população e para o qual as altas muralhas verticais, ainda tão fortemente arreigadas à tradição construtiva medieval, desempenhavam bem o seu papel dissuasor. Não seria de esperar que os corsários tivessem tempo para transportar pesadas peças de

artilharia até ao topo da falésia e bombardeassem os muros. Deste ponto de vista estes não se tornaram anacrónicos, mas sim perfeitamente eficazes no cenário de ameaça espectável. E assim cumpriram a sua missão até ao século XIX, apesar dos constantes apelos dos responsáveis militares para o seu reforço.

Numa estratégia tipicamente medieval, o povo foi chamado a participar na construção das muralhas e na sua conservação, procurou abrigo no seu interior, organizou-se em melícias e ordenanças para as defender e vigiar a costa. Um laço forte de interdependência uniu por séculos estas duas entidades, mas desvaneceu-se quando o perigo desapareceu. No início do século XX as carcomidas muralhas eram por sua vez um dos principais perigos para a povoação, ameaçando ruína e absorvendo recursos que os defensores da modernização dos equipamentos públicos entendiam ser melhor empregues noutro lado. Poucos as defenderam e o Estado limitou-se a evitar o pior, sem grande empenhamento. Na verdade a ideologia do Estado Novo pouco se revia num lugar onde, para além de Vasco da Gama, não emergiam heróis sobrehumanos, guerreiros ou santos, mas sim gente humilde, ocupada nos seus afazeres diários, pescadores, almocreves, gente da governança maioritariamente iletrada, alguns velhos militares em fim de carreia e souldados com pouca prática ou eremitas e mulheres acusadas de bruxaria. Só quando estas figuram passaram a mereceu um olhar da História o Castelo emergiu com elas para a ribalta do património coletivo.

É por isso que muito do trabalho apresentado incide sobre a procura de identificação destes personagens e da sua biografia, e é também por isso que destacámos a preocupação de tivemos com a recolha e divulgação da História Oral. Interessámo-nos pelos velhos livros, como os de Liz Velho ou Cenáculo, escritos na atmosfera recolhida das casas do governador, e mostrámos a estratégia seguida para as nossas novas publicações. A cada passo seguimos lado a lado com estes homens e vemo-nos no mesmo sito, partilhando algumas das mesmas preocupações. Lemos nos velhos ofícios do Arquivo Histórico Militar os insistentes pedidos de obras e equipamentos, e sentimos os seus ecos quando nos sentamos ao computador para fazer uma informação a pedir a reparação de um telhado.

Procurámos reconstruir o processo como localmente foram surgindo e evoluindo as noções de património histórico, desde as primeiras descobertas feitas por figuras externas, como André de Resende ou D. Teotónio de Bragança, até a promoção de projetos locais de memória coletiva, primeiro assentes na promoção de São Torpes e depois de Vasco da Gama, tão caros a diversas figuras ligadas ao Castelo.

Reestabelecer o fluxo contínuo de vida no interior deste imóvel implica convidar mais gente a atravessá-lo, a visita-lo, a usufruí-lo, e por isso mereceu destaque igualmente o trabalho realizado no espaço público envolvente, levado a cabo não apenas com uma preocupação

cenográfica de melhor enquadrar e destacar o monumento, mas de criar espaços mais convidativos e acolhedores, mais humanos e qualificados, onde as estruturas arqueológicas, como a Fábrica Romana se tornassem mais atrativas e contassem a sua história, onde o mar se destaque como grande realidade intemporal em contraste com realidade envolvente caracterizada por mudanças cada vez mais aceleradas.

Esta história não é apenas biografia, é também História de Arte, como pudemos explorar em maior profundidade, por exemplo, no capítulo dedicado aos tetos pintados, onde se revela uma capacidade regional de criar um programa sofisticado, mesmo quando os recursos pictóricos dos artistas eram limitados. Os dois tetos do Castelo de Sines são notáveis exemplares à escala regional, particularmente raros na arquitetura civil.

Felizmente o importante acervo gráfico que nos foi deixado pelos engenheiros militares, que passaram por Sines, tem vindo a ser estudado e publicado com grande qualidade. Mas, lamentavelmente, pouco do que foi projetado foi construído, ou pelo menos na sua totalidade. A arquitetura continua a ser uma disciplina fortemente dependente de avultados recursos financeiros, e é frequente constara que mais facilmente se mobilizam vontades para uma obra nova do que para a manutenção regular de que o edificado carece.

Ao por um ponto final nesta já longa tese esperamos que ela constitua um pequeno incentivo para ajudar nessa não necessária tarefa, acabando com a ideia absolutamente errada de que o Castelo de Sines nada tem para contar. O que aqui deixamos escrito pode muito bem ser aprofundado do futuro, deixamos por isso pistas para quem o quiser fazer. Mas cremos que acima de tudo deixamos uma ferramenta útil para o trabalho de consciencialização da comunidade para o seu Património, porque essa é a base em que acreditamos assentar o futuro do Castelo.

Índice de Ilustrações

Figura 1 – *Planta Geral do Castelo de Sines.* **14**

Figura 2 – *Graça Morais,* A Festa da Abundância II*, 2005.* **16**

Figura 3 – *Duarte de Armas, Castelo e vila de Ouguela*, Livro das Fortalezas*, 1503-1509, ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 159, fl. 30.* **27**

Figura 4 – *António de Holanda (atr.), Pormenor do Frontispício da* Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, c. 1530-45, Cascais, Museu Condes de Castro Guimarães.* **30**

Figura 5 – *Francisco de Holanda,* Da Fabrica que Falece à Cidade de Lisboa*, 1571, Biblioteca da Ajuda.* **31**

Figura 6 – *José Monteiro de Carvalho, Castello de Alfeizeraõ,* Carta Geographica da Provincia da Estremadura que A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal*, pormenor, 1777-1800, BNP, Cota D-156-R.* **35**

Figura 7 – *António Ferreira, atrib.*, Santa Bárbara*, século XVIII, Sines, Tesouro da Igreja de Nossa Senhora das Salas.* **36**

Figura 8 – *Nicolau Nasoni,* Torre do Lago da Quinta da Prelada, *c. 1758. SIPA FOTO00515133.* **36**

Figura 9 – *António Fernandes Rodrigues,* Planta e prospecto da maquina, illuminação e fogo do ar, que pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza mandou fazer no Castello de São Jorge de Lisboa... Diogo Ignacio de Pina Manique nos dias 29, e 30 de Abril, e 1º de Mayo do anno de 1793, 1794*, gravura a água-forte, BNP, cota E-64-R. Disponível em linha: WWW:<URL:https://purl.pt/22571.* **37**

Figura 10 – *Autor desconhecido,* Quinta de Monserrate*, 1852, Litografia. Disponível em linha: WWW:<URL:https://www.parquesdesintra.pt/pontos-de-atracao/o-palacio-em-imagens/.* **38**

Figura 11 – *Castello da Feira: Visto do Lado Sudoeste,* O Panorama*, n.º 238, 20 de novembro de 1841, p. 369.* **41**

Figura 12 – *Nogueira da Silva*, Vista Geral das Obras da Pena, Archivo Pittoresco*, Tomo II, n.º 42, p. 329.* **42**

Figura 13 – *O Castelo de Almourol,* Archivo Pittoresco*, 1858, Tomo I, n.º 31, p. 241.* **43**

Figura 14 – Castelo de Almourol*. Álbum «Photographias de C. Relvas», 1880, Arquivo de Documentação Fotográfica / DGPC, ADF.00237.011.* **44**

Figura 15 – *Ernesto KORRODI,* Estudo de Reconstrução do Castelo de Leiria*, 1898.* **48**

Figura 16 – *Martins Barata,* A Lição de Salazar; Do abandono dos serviços públicos e das ruinas […]*, 1938, Bertrand Irmãos, BMP, cota ct-103-g-cx.* **51**

Figura 17 – *Boletim da DGEMN dedicado ao* Castelo de Sesimbra*, 1943-44.* **52**

Figura 18 – *Damião PERES e Gouvêa PORTUENSE,* A Gloriosa História dos Castelos de Portugal*, 1969, Portucalense Editora. p. 266-267.* **54**

Figura 19 – *João Mendes Ribeiro,* Casa de Chá do Castelo de Montemor-o-Velho*, 1997-2000.* **58**

Figura 20 – *João Luís Carrilho da Graça,* Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge*, 2010.* **59**

Figura 21 – Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal*. Disponível em linha: WWW:<URL: https://whotrips.com/2018/08/06/o-filme-do-tempo-na-cripta-do-castelo-de-alcacer-do-sal/.* **60**

Figura 22 – *Pormenro da exposição* Castelo de Leiria Construção de um Lugar*, instalada no Paço Novo do Castelo de Leiria.* **61**

Figura 23 – Reconstrução virtual do Paço dos Alcaides do Castelo de Montemor-o-Novo c. 1534. *Morbase. Disponível em linha: WWW:<URL: https://montemorbase.com/patrimonio-em-video/.* **61**

Figura 24 – Centro de Interpretação do Castelo de Portel*. Coordenação e conceito de Paulo Lima, investigação e textos de Ana Pagará e António Janeiro, ilustrações de Tiago Lourenço, filme de Joana Tato Borges com a colaboração de Jorge Pinto e Manuel Pessanha. Disponível em linha: WWW:<URL:https://atelierjoaoborges.pt/trabalhos/centro-de-interpretacao-do-castelo-de-portel/.* **62**

Figura 25 – *N. Sanson d'ABBEVILLE,* Parte Meridional do Reino de Portugal*, Paris, 1654. Museu de Sines, Inv. MS 1460, Legado José Miguel da Costa.* **70**

Figura 26 – Localização de Sines no mapa da Europa e Norte de África. **71**

Figura 27 – *João Teixeira ALBERNAZ, Demonstração da Costa que vay de Melides até a barra de Odemira, e Cabo Sardão, In* Descripção dos portos maritimos do Reyno de Portugal*, 1648, fl. 13. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France, département Cartes et plans, GE FF-16264 (RES). Disponível em linha: WWW:<URL:https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b550101920* **72**

Figura 28 – *Pedro Teixeira ALBERNAZ, Tabla del Reyno de Andaluzia (pormenor da Costa Alentejana), In* Descripcion de España y de las costas y puertos de sus reynos*, 1634, Viena: Hofbibliothek. Disponível em linha:*

WWW:<URL:http://178.255.108.59/dguot/Cartoteca/index_old.php?page=ficha&fid=452. Pedro Teixeira Albernaz valoriza ainda mais do que o seu irmão João (fig. anterior) a importância das lagoas costeiras existentes a Norte de Sines.

74

Figura 29 – Vista Aérea de Sines*, ADS, Gabinete da Área de Sines, Arquivo Fotográfico, Reportagens fotográficas 1971/1995, Pombeira I - II - Sines - Maquetes – Vol. 1, 1 Foto Aérea nº 5 - Baía de Sines 1973-11/1973-11. 32/29973/1/1.*

76

Figura 30 – *Localização da «Pedra do Forno», João Gabriel de Chermont,* Carta da Costa do Governo de Sines *(pormenor), 1790, Instituto Geográfico Português CA282.*

77

Figura 31 – Forno de Cal da Costa do Norte*, Fotografia de Luisa Bruno, 2010.*

77

Figura 32 – Carta Geológica de Portugal, folha 42-C Santiago do Cacém*, Direção Geral de Geologia e Minas; Serviços Geológicos de Portugal (1986).*

79

Figura 33 – *Emmerico Nunes,* Dunas*, meados do século XX, óleo sobre tela. Museu de Sines, Inv. MS1. Legado de José Miguel da Costa.*

80

Figura 34 – *Domingos António de SEQUEIRA, Sines,* Álbum de Desenhos de Domingos António de Sequeira*, fl. 60v. MNAA, Inv. 3125 Des.*

83

Figura 35 – *Tapeçaria 1 da* Armação da Conquista de Tunes por Carlos V *(pormenor), Sevilha, Reais Alcazares.*

84

Figura 36 – *Sines, Pedro Teixeira ALBERNAZ (1634)* – Descripcion de España y de las costas y puertos de sus reynos*, Viena, Hofbibliothek.*

85

Figura 37 – *Carta Arqueológica de Sines, PDM de Sines*

89

Figura 38 – *Área deprimida dos afloramentos rochosos submarinos, correspondendo ao paleovale da ribeira da Junqueira. NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda.; HIDROMOD, Modelação em Engenharia, Lda. (2014)* – Estudo de Impacte Ambiental da Expansão do Terminal de Contentores (TXXI) do Porto de Sines (3.ª e 4.ª fases). Relatório Síntese*. APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.*

89

Figura 39 – Biface*, Museu de Sines, RUS/12 LC[1]6.*

91

Figura 40 – *Cabana de madeira e estorno, Arnaldo da SOLEDADE (1981)* – Sines, Terra de Vasco da Gama, *2.ª ed., Sines: Câmara Municipal, fig. 41.*

93

Figura 41 – Fragmento de Lâmina com lustro de cereal*, Sílex, Museu de Sines, inv. MS 704. Recolhida por José Miguel da Costa durante as escavações realizadas em 1961 na cerca exterior do Castelo.*

95

Figura 42 – *O recipiente de barro e a placa de xisto encontrados no monumento funerário de «São Torpes», José Leite de VASCONCELOS (1927)* – De Terra em Terra*, Lisboa: Imprensa*

Nacional, Vol. I. Gravuras feitas a partir de desenhos realizados em Sines por Guilherme Gameiro, em janeiro de 1905 **97**

Figura 43 – *Vista aérea de Monte Novo durante as escavações, fotografia de Carlos Tavares da Silva., in Joaquina SOARES – Tempo Histórico e Dinâmicas Patrimoniais: Uma Introdução,* Atlas do Sudoeste Português*. Disponível em linha: WWW:<URL:http://atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/349* . **99**

Figura 44 – *Planta do Monumento II da Necrópole do Pessegueir,. In Carlos Tavares da SILVA; Joaquina SOARES (2009) –Práticas Funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano; O Monumento II do Pessegueiro,* Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, Vol. 17, p. 394, Fig. 5.* **102**

Figura 45 – *Pormenor de Algumas das Cistas da Necrópole do Pessegueiro, 2012, Foto do autor.* **102**

Figura 46 – *Levantamento fotogramétrico da Fábrica A do Lg. João de Deus, Arqueohoje.* **106**

Figura 47 – *Reconstrução conjetural da Fábrica A do Lg. João de Deus, Nuno Farinha – Archeohoje.* **107**

Figura 48 – Pilastra*, séc. VII, Museu de Sines, inv. MS 1064.* **109**

Figura 49 – Pilastras*, séc. VII, Museu de Sines, inv. MS 1052 e MS 1053.* **109**

Figura 50 – Inscrição Islâmica, *encontrada no Castelo de Sines em 2007, Museu de Sines, Inv. MS1008.* **112**

Figura 51 – *Transcrição da Inscrição Islâmica realizada por Ana Labarta.* **112**

Figura 52 – Estátua de um monarca (D. Afonso Henriques?), *Século XIII, Mármore, Antiga Ermida da Alcáçova de Santarém / Museu Arqueológico do Carmo (AAP, Lisboa), Foto: José Pessoa / DGPC, Carla Varela FERNANDES (2017) – Com a espada e a cruz. A imagem de D. Afonso Henriques na escultura medieval portuguesa. In Mário Jorge BARROCA, coord. – No* Tempo de D. Afonso Henriques, Reflexões sobre o primeiro século português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Instituto de Estudos Medievais. p. 87.* **114**

Figura 53 – *Milagre de Ourique,* Genealogia dos Reis de Portugal*, Londres: British Library, Additional 12531, fl. 7, 1530-1534 (Pormenor).* **115**

Figura 54 – Dinheiros de D. Sancho II *encontrados na necrópole do Salvador. Ficha de Conservação e Restauro, Helena Alexandra Simões Vaz, 18 de setembro de 2015.* **118**

Figura 55 – *[Anjos Defendendo uma Igreja],* Officium et Missa Angelorum Custodum et Dedicationis Ecclesiae*, mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, Espanha.* **120**

Figura 56 – *Simon Bening e António de Holanda, vista de Beja, com a sua torre de menagem dionisina e as vilas muralhadas que se espalham até à raia,* Genealogia dos Reis de Portugal*, 1530-43, Londres, British Library, Ma. 12531.* **122**

Figura 57 – *Túmulo de D. Vataça Lascaris na Sé Velha de Coimbra, Mestre Pero. Fotografia DGPC, Disponível em linha: WWW:<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70529* **124**

Figura 58 – Livro dos Copos*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 272, fl. LIX [numeração antiga], fl. 89 [numeração atual].* **125**

Figura 59 – *Santiago Mata-mouros, Igreja Matriz de Santiago do Cacém.* **126**

Figura 60 – *Mesa de Banquete,* Estoire del Saint Graal, Londres*: British Library, Royal MS 14 E III, fl. 151v., c.1315-25.* **128**

Figura 61 – *Christine de Pizan, Collected works (*'The Book of the Queen'*), vol. 1, British Library, Harley MS 4431, fl. 3, c. 1410-1414.* **129**

Figura 62 – Cabeça Relicário de São Fabião*, Século XIII (finais) – Século XIV (inícios), Prata, Tesouro da Basílica Real de Castro Verde. Proveniente da igreja paroquial de Casével.* **130**

Figura 63 – Carta de Elevação de Sines a Vila *(Pormenor), ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, fl. 76.* **134**

Figura 64 – Mapa do primitivo Termo da Vila de Sines*, segundo António Martins QUARESMA.* **134**

Figura 65 – *População do Alentejo em 1527/1532, segundo Júlia Costa Pereira GALEGO (1982)* – A Comarca d'Amtre Tejo e Odiana no Numeramento de 1527-1532*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; I.N.I.C.* **136**

Figura 66 – *Privilégio para que os moradores de Sines não sirvam em qualquer fronteira do reino, por serem poucos para defender a vila que não tinha castelo nem cerca, 1391, ANTT,* Leitura Nova*, liv. 6 de Odiana, fl. 256v.* **138**

Figura 67 – *Cascaes, Georg BRAUN; Frans HOGENBERG,* Civitates Orbis Terrarum*, 1572.* **141**

Figura 68 – *Fusaiola em cerâmica de pasta clara, Escavação do Quintalão do Castelo, Foto de Paula Pereira.* **141**

Figura 69 – Distribuição horizontal do gradiente vertical do campo magnético, onde se destacam abundantes anomalias. *Bento Caldeira, José Borges e Rui Oliveira – Relatório de Prospeção Geofísica para deteção de vestígios arqueológicos nas áreas do interior das muralhas do Castelo de Sines. Arquivo do Museu de Sines.* **142**

Figura 70 – A Construção da Torre de Babel, *Itália Central, 1425, Londres: The British Library, Il Tesoro, Yates Thompson 28, fl. 51.* **151**

Figura 71 – João Gabriel de CHERMONT (1970) – *Fortaleza de Sines*. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 3567/I-3-31-43. **153**

Figura 72 – Ângulo NO do Pano de Muralha Poente *(1998).* **155**

Figura 73 – Fotografia anterior com a marcação das ameias anteriores a 1480. **155**

Figura 74 – Ângulo NO do Pano de Muralha Norte *(1998).* **156**

igura 75 – *Planta da Torre do Pano Poente. Alexandre MASSAI (c. 1621)* – Descrição do Reino de Portugal*. Museu de Lisboa.* **157**

Figura 76 – *Alçado da Torre do Pano Poente. Alexandre MASSAI (c. 1621)* – Descrição do Reino de Portugal*. Museu de Lisboa.* **157**

Figura 77 – *Fortaleza de Sagres em 1587, Londres: British Museum, Coleção Cotton.* **157**

Figura 78 – *Janela do último piso da torre de menagem, Fotografia de António Martins Quaresma, 2006.* **159**

Figura 79 – Vista Aérea de Sines. *c. 1950, AMS.* **160**

Figura 80 – Fotografia Aérea de Sines, *meados do século XX, Coleção do Museu de Sines.* **162**

Figura 81 – *João Gabriel de Chermont,* Carta da Costa do Governo de Sines*, 1790, Instituto Geográfico Português, Carta CA 282.* **164**

Figura 82 – *D. João II,* Livro dos Copos*, ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela, liv. 272, fl. 3.* **166**

Figura 83 – *Planta do piso térreo do Paço do Castelo de Sines, com as alterações efetuadas por Estêvão da Gama, identificadas na Visitação de 1480, desenho do autor.* **171**

Figura 84 – *Vestígios da ombreira da porta interior do «baluarte», fotografia do autor, novembro de 2020.* **172**

Figura 85 – *João Gabriel de Chermont (1790)* – Perfil, Elevação e Vista do Interior da Fortaleza de Sines*, N.º 5, Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos, cota 3567/III-3-31-43.* **173**

Figura 86 – *João Gabriel de Chermont (1790)* – Fortaleza de Sines*, N.º 4 (planta, pormenor), Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos, cota 3567/I-3-31-43.* **173**

Figura 87 – *Pormenor do desenho da Fortaleza de Sagres realizado aquando do ataque das forças de Francis Drak,. British Museum, Coleção Cotto.* **173**

Figura 88 – *O segundo «baluarte» de proteção da porta de acesso ao pátio do Paço, visto do seu interior. Fotografia do autor, 2010.* **174**

Figura 89 – *Planta do Segundo «Baluarte», «dentro do dicto castello, aa porta por honde se entrram os paaços». Desenho do autor, 2020.* **175**

Figura 90 – *«Boulevard»,* Registre d'armes ou armorial d'Auvergne, dédié par le hérault Guillaume REVEL au roi Charles VII, *1450-1459, pergaminho iluminado, Bibliothèque Nationale de France, Département des Manuscrits, cota Français 22297, p. 459.* **176**

Figura 91 – *Perspetiva cavaleira de reconstrução dos Paços do Castelo de Sines a partir das informações constants da Visitação de 1480. Desenho do autor, 2023.* **178**

Figura 92 – *Planta do piso térreo das casas da Alcaidaria do Castelo de Sines. Desenho do autor, 2023.* **179**

Figura 93 – *Plantas do rés-do-chão e do 1º andar das casas da Alcaidaria do castelo de Sesimbra, de acordo com Eduardo da Cunha SERRÃO; Susana Maria Soares de Oliveira JORGE; Vítor de Oliveira JORGE (1975) – Castelo de Sesimbra; Resultados de uma sondagem preliminar realizada na área da antiga habitação do Alcaide-Mor (Princípios do século XVI).* Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. 1, p. 181-197.* **179**

Figura 94 – *Planta do piso térreo das casas da Alcaidaria do castelo de Santiago do Cacém. Levantamento da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.* **180**

Figura 95 – *Interior do Castelo de Santiago do Cacém, Fotografia de Domingos Alvão, SIPA IPA.00003428* **181**

Figura 96 – *Padre António de Macedo e SILVA (1866) – Planta do Castelo de Santiago do Cacém. In* Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem*. Beja: Typ. Sousa Porto e Vaz.* **181**

Figura 97 – *Castelo de Beja / Castelo e Cerca Urbana de Beja, 1938, SIPA FOTO.00169836.* **182**

Figura 98 – *Pormenor das ameias de coroamento do muro do antigo pátio do Paço, 2007, fotografia do autor.* **184**

Figura 99 – *Autor desconhecido, Soldado mouro empunhando lança e adarga, Retábulo de Santiago, 1520 - 1530, MNAA, inv. 19 Pint, fotografia do autor.* **187**

Figura 100 – Pavês*, Tapeçarias de Pastrana, último quartel do século XV. Fotografia Google Artes & Culture, disponível em linha em: https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw* **187**

Figura 101 – Besta*, Tapeçarias de Pastrana, último quartel do século XV. Fotografia cGoogle Arts & Culturam disponível em linha: https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw* **188**

Figura 102 – Duas espingardas de mecha, *Tapeçarias de Pastrana, último quartel do século XV. Fotografia Google Artes & Cultures, disponível em linha:* https://artsandculture.google.com/asset/detail-of-the-tapestry-%E2%80%9Cthe-attack-of-asilah%E2%80%9D/bwExFmoXKn04mw **188**

Figura 103 – Bombarda, *Tapeçarias de Pastrana, último quartel do século XV. Ibidem.* **189**

Figura 104 – Cálice da Misericórdia de Setúbal, *Museu de Setúbal/Convento de Jesus, inv. Ms/CJ 361/O.* **193**

Figura 105 – *Graça Morais, Lamento da gaivota à mãe de Vasco da Gama, 2005, carvão e pastel sobre papel, coleção da autora.* **195**

Figura 106 – *Armada com que Vasco da Gama partiu do Reino em 1497, Livro das Armadas, Academia das Ciências de Lisboa.* **197**

Figura 107 – *ANTT, Ordem de Santiago e Convento de Palmela*, Livro dos Copos, *liv. 272, fl. 21.* **200**

Figura 108 – *Ermida de Nossa Senhora das Salas, 2005, fotografia do autor.* **201**

Figura 109 – *Lápide com as armas de Vasco da Gama, na fachada da ermida de Nossa Senhora das Salas, fotografia do autor* **202**

Figura 110 – *Lápide da Fundação, ermida de Nossa Senhora das Salas, 1529, fotografia do autor.* **202**

Figura 111 – *Fachada da Ermida de Nossa Senhora das Salas, 2005, fotografia do autor.* **205**

Figura 112 – *Proposta de reconstituição da planta do primeiro andar do Paço, a partir do Auto de Entrega de 1533, Desenho do autor.* **212**

Figura 113 – *António de Holanda, Mês de Janeiro,* Livro de Horas de D. Manuel, *c. 1517-1551, MNAA, Inv. 14/5 Ilum.* **213**

Figura 114 – *Alçado Norte da sala, vendo-se, à direita, a antiga porta quatrocentista entaipada e, à esquerda, o antigo vão da janela, acima do qual surgem vestígios de um antigo freixal, desenho do autor, 2020.* **214**

Figura 115 – *Antiga cozinha do rés do chão do Paço, 2015, fotografia do autor.* **215**

Figura 116 – *Jorge Afonso (atrib.),* Aparição de Cristo à Virgem *(pormenor), Retábulo da Madre de Deus, 1515, MNAA, Inv. 1632 Pint.* **216**

Figura 117 – *Gregório Lopes (atrib.),* Anunciação *(pormenor), Retábulo de Santos-o-Novo, c. 1540, MNAA, Inv. 1170 Pint.* **216**

Figura 118 – *Gregório Lopes,* Nascimento de São João Batista *(?) (Pormenor), 1530-1540. MNAA, inv. 1069 Pint.* **218**

Figura 119 – *Pote, Museu de Sines.* **218**

Figura 120 – *Tacho de barro, Museu de Sines.* **218**

Figura 121 – *Prato de Faiança Vidrada, Séc. XVI-XVII, Museu de Sines.* **218**

Figura 122 – *Lápide funerária de Jorge Furtado de Mendonça, neto do fundador, Museu de Sines.* **223**

Figura 123 – *André de RESENDE (1593)* – Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniæ. *Évora: Excudebat Martinus Burgensis. p. 224. BNP, res-3068-v.* **226**

Figura 124 – *Autor Desconhecido,* Francisco de Sá, 1º conde de Matosinhos*, c. 1750, óleo sobre tela, Coleção de Conceição de Lencastre e Távora. In* Do Tirar Polo Natural. Inquérito ao Retrato Português *(2018) – Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga. Catálogo da Exposição. p. 142.* **236**

Figura 125 – Pederneira*, Museu de Sines.* **246**

Figura 126 – Peças de jogo em xisto e faiança, dado de osso*, Museu de Sines.* **246**

Figura 127 – *Alexandre Massai (1621) – Vila de Sines*, Descripçaõ do Reino de Portuga;. Segundo Tratado*. Museu de Lisboa. fl. 67v-68.* **246**

Figura 128 – *Fotografia aérea da ilha do Pessegueiro**, Fotografia A Terceira Dimensão,* **249**

Figura 129 – *Alexandre Massai, Ilha do Pessegueiro,* Descripçaõ do Reino de Portugal*, c. 1621, Museu de Lisboa.* **251**

Figura 130 – *Leonardo Turriano,* Costa e Planta da Villa de Sines*, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 60. 1607-1617.* **253**

Figura 131 – Planta da Calheta e Mayor Forma*, Leonardo Turriano, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 62. 1607-1617.* **254**

Figura 132 – *Pormenor da figura anterior.* **255**

Figura 133 – Perfil da calheta em mayor forma *(pormenor), Leonardo Turriano, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 64. 1607-1617.* **255**

Figura 134 – *Alexandre Massai, Castello de Sines,* Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado*, c. 1621, fl. 71, Museu de Lisboa.* **257**

Figura 135 – *Alexandre MASSAI, pormenor da planta das Casas da Alcaidaria e dos alçados Poente e Norte do Castelo*, Descripçaõ do Reino de Portugal; Segundo Tratado*., c.1621, fl, Museu de Lisboa.* **258**

Figura 136 – *Sobreposição do levantamento atual do Alçado Poente ao levantamento de Alexandre Massai.Desenho do autor.* **259**

Figura 137 – *Alexandre Massai, Planta da vila de Sines,* Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, Desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache*, ANTT, Casa de Cadaval, n.º 29, fl. 66.* **260**

Figura 138 – *Alexandre Massai,* Planta de Alterações do Castelo de Sines*, Madrid: Real Cademia de la Historia, Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas, C-003-071, c. 1721.* **262**

Figura 139 – *Alexandre Massai,* Planta do Castelo de Sines, *ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 28, fl. 72, c. 1621.* **262**

Figura 140 – *Alexandre Massai,* Planta de Alterações do Castelo de Sines*, Madrid: Real Cademia de la Historia, Colección: Sección de Cartografía y Artes Gráficas, C-003-070. c. 1621,* **263**

Figura 141 - *Alexandre Massai, Ibidem.* **263**

Figura 142 – Figura da pedra que se achou na sepultura do gloriozo Saõ Torpes, quando no anno de 1591 foi achado o seo corpo na Vila de Sines*, Biblioteca Nacional de Portugal.* **266**

Figura 143 – Placa de Xisto Gravado*, Museu Nacional de Arqueologia, Álbum de desenhos de Saavedra Machado.* **266**

Figura 144 – *Leonardo Turriano,* A Península de Troia, *1607-1617, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 29, fl. 60.* **274**

Figura 145 - *João Rodrigues Mouro, Descripçaõ de sua Villa e Calhetta, 1683, ANTT, Casa de Cadaval, Códice n.º 28. Disponível em linha: WWW:<URL: http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908670.* **286**

Figura 146 – *João Rodrigues Mouro, Plataforma do Revelim, pormenor da carta de Sines,* Descripçaõ de sua Villa e Calhetta*, 1683, ANTT, Casa de Cadaval, Códice 28. Disponível em linha: WWW:<URL:http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3908670* **289**

Figura 147 – *Joaõ Thomas Correa,* Livro de Várias Plantas Deste Reino e de Castela*, c 1699-1743, BNP, Reservados, D.A. 7 A. Disponível em linha: WWW:<URL:https://purl.pt/12158.* **290**

Figura 148 – *Estêvão de Liz Velho* (1746) – Exemplar da Constancia dos Martyres em a Vida do Glorioso S. Tórpes *[…]. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa. Frontispício e p. 178-179.* **299**

Figura 149 – *Parede de frontal construída após 1755, SIPA Foto.00151993.* **306**

Figura 150 – *João Gabriel de Chermont,* Planta Ichonographica da Fortaleza de Sines *(pormenor), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 5367/II-3-31-43.* **313**

Figura 151 – *João Gabriel de Chermont, Planta Ichonographica da Fortaleza de Sines (pormenor), Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, cota 5367/I-3-31-43,.* **315**

Figura 152 – *Pormenor da mesma planta, com a bataria nova e o seu armazém, assom como a planta e corte do paiol.* **315**

Figura 153 – *João Gabriel de Chermont (1791)* – Perfil, Elevação e Vista do Interior da Fortaleza de Sines*, N.º 5. Direção de Infraestruturas do Exército – Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Cota 3567/III-3-31-43.* **316**

Figura 154 – *Pormenor do desenho anterior.* **316**

Figura 155 – *Um Carro Alentejano. Postal, mostrando ao fundo, à direita, parte da fachada da ermida de São Sebastião.* **320**

Figura 156 – *Autor Desconhecido,* Retrato de D. Frei Manuel do Cenáculo como Bispo de Beja*, 1770-1777, óleo sobre tela, Biblioteca Nacional de Portugal, Inv. 10936.* **321**

Figura 157 – *Autor desconhecido,* Retrato de João Xavier de Mattos*, óleo sobre tela, Museu de Évora, Inv. ME828. Pertenceu à coleção de D. Frei Manuel do Cenáculo.* **323**

Figura 158 – Rimas de João Xavier de Mattos*, Tomo IV, Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, cota MS / COD / 104., Inédito, Fotorafia do autor.* **323**

Figura 159 – *Desenho da peça recolhida por D. Frei Manuel do Cenáculo na Casa de Vasco da Gama, Biblioteca Pública de Évora.* **327**

Figura 160 – *Teto da segunda sala da casa do governador, fotografi do autor.* **329**

Figura 161 – *Cartela rococó com o cronograma de 1788, teto da Igreja Matriz de Foz Côa.* **330**

Figura 162 – *Giambattista Piranesi, Trofei de Ottaviano Augusto (…), 1753, gravura sobre papel, Biblioteca da Universidad Complutense.* **331**

Figura 163 – *Luís Serrão Pimentel,* Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares*, 1608, Biblioteca Nacional de Portugal, cota sa-1138-a.* **331**

Figura 164 – *Primeira sala da casa do governador, com o seu teto pintado, fotografia do autor, 2010.* **332**

Figura 165 – Apolo e Dafne*, fotografia do autor, 2010.* **335**

Figura 166 – Vénus e Adonis *(?) no seu carro puxado por cisnes, fotografia do autor, 2010.* **336**

Figura 167 – *Céfalo e Prócris., fotografia do autor, 2010.* **337**

Figura 168 – *Pietro de Cortona (pintor) e Gérard Audran (gravador),* Vénus recebe de Vulcano as armas de Eneias*, Século XVII (terceiro quartel), gravura a água forte sobre papel, Pinacoteca Nazionale di Bologna: Gabinetto dei Disegni e delle Stampe.* **339**

Figura 169 – *Pormenor do medalhão central do teto da segunda sala da casa do governador militar da Praça de Sines, fotografia do autor, 2010.* **339**

Figura 170 – Vénus Recenbendo de Vulcano as Armas de Eneias*, teto da sala de jantar do palácio do Correio Mór em Loures.* **340**

Figura 171 – *Merry-Joseph Blondel,* Deificação de Eneias*, c. 1820, Museo del Prado, inv. P006075.* **340**

Figura 172 – *Pormenor do medalhão central do teto plano da segunda sala do Castelo, fotografia do autor, 2010.* **341**

Figura 173 – *Retrato de Joseph Cornide, In Carlos PIÑEIRO RIVAS (2017)* – José Cornide; Um Historiador Ilustrado. **346**

Figura 174 – *Pedra de Armas Nacional picada pelas tropas francesas e inscrição relativa às obras de recuperação realizadas em 1828 por Inácio da Cunha Gasparinho, fotografia do autor, 2008.* **350**

Figura 175 – *Cirilo Volkmar Machado,* Pretanção propria de Junot. Não satisfeito o impio Junot do Tributo por elle imposto de 40 milhões de cruzados acressenta que as Igrejas sejão tambem saqueadas pello direito da força com que as despojou. Todo o Ouro e Prata de todas as Igrejas, Cappellas, e confrarias serão conduzidos à caza da moeda. Junot. Decreto de 1 de Fevereiro de 1808. 1807-1809*?, desenho a aguadas de tinta da china e guache branco sobre papel, BNP, Iconografia, d-94-p_17.* **352**

Figura 176 – *Lourenço Homem da Cunha de Eça,* Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal*, 1808, Instituto Geográfico Português, Mapoteca.* **353**

Figura 177 – *John Simpson.* Retrato do Almirante Napier, *c. 1834, óleo sobre tela, Museu Nacional Soares dos Reis, proveniente da sala dos marechais do Palácio das Necessidades.* **363**

Figura 178 – *Gilberto Renda – Fábrica Sant'Anna,* Embarque de D. Miguel para o exílio*, 1935, Painel de azulejos da Estação dos Caminhos de ferro de Sines.* **369**

Figura 179– Terrina de D. Miguel, *Museu de Sines, Inv. MS 26.* **369**

Figura 180 – *João Vilela Bastos,* Planta da Fortaleza d' Sines*, 1840, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Cota: A3; G2; P4; No 1 (v919).* **378**

Figura 181 – *SILVA,* Egreja de Sanct-Yago de Cassem e Parte das Ruinas do Castello em 1850, *In Padre António de Macedo e SILVA (1866)* – Annaes do Municipio de Sant'Iago de Cacem*. Est. 1.º.* **383**

Figura 182 – *Lápide comemorativa existente na fachada da «Casa de Vasco da Gama», em Sines, 1898, fotografia do autor, 2019* **385**

Figura 183 – *Comandante Pinto Basto,* Desenho da Lápide comemorativa existente na fachada da «Casa de Vasco da Gama»*, em Sines,* Diário das Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto*, BNP cod-13491_8, vol. 4.* **385**

Figura 184 – *Bilhete Commemorativo do IV Centenario da Descoberta do Caminho Maritimo para a Índia por D. Vasco da Gama 1498 – 1898. Arquivo Municipal de Sines.* **386**

Figura 185 – *Lançamento da Primeira Pedra do Monumento a Vasco da Gama no largo dos Penedos da Índia, postal ilustrado, 23 de dezembro de 1924. Coleção Particular.* **387**

Figura 186 – Programa da Homenagem a Vasco da Gama*, 23 de dezembro de 1924, Museu de Sines.* **388**

Figura 187 – Maquete do Monumento a Vasco da Gama*, 1924, gesso patinado, Museu de Sines, inv. MS 24.* **388**

Figura 188 – Saída do Retrato de Vasco da Gama da Ermida de Nossa Senhora das Salas *(pormenor), 1924, postal, Coleção de Antero Raposo.* **389**

Figura 189 – Diploma de Sócio da Associação de Socorros Mutuos Operária Siniense*, c. 1900, Museu de Sines, MS 1321.* **390**

Figura 190 – *Pormenor do diploma anterior.* **390**

Figura 191 – *Vista geral do Castel,* catálogo. O. Herold & Companhia*. c. 1900, Museu de Sines.* **391**

Figura 192 – *Página do* Diário das Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto, *BNP, cod-13491_8, vol. 3, p. 347.* **394**

Figura 193 – *Página do* Diário nas Viágens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto, *BNP, cod-13491_8, vol. 4, p. 11.* **395**

Figura 194 – Corrida de Touros no Interior do Castelo de Sines*, Inícios do século XX, coleção particular. Ao centro, sobre o pano de muralhas, ainda é visível a torre do Paiol. Coleção particular.* **396**

Figura 195 – *José Maria Gomes Mariares,* Planta da casa de habitação do comandante militar de Sines, occupada actualmente pelo ensino escolar official do Castello de Sines*, 17 de setembro de 1905. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.* **397**

Figura 196 – Vista aérea do Castelo com a sua cerca exterior*, meados do século XX, Coleção de José Manuel Cavalinhos.* **399**

Figura 197 – *Gilberto Renda,* Paliçada da cerca do Castelo junto da torre mocha*, com a torre de menagem em segundo plano, 1935, estação dos caminhos de ferro de Sines.* **400**

Figura 198 – Comissão das forças vivas de Sines, que foi pedir ao Governo alguns melhoramentos*, 2 de maio de 1928, ANTT, Empresa Pública Jornal o Século, Serviço de Fotografia, Albuns Gerais, Albuns Alfabéticos, Album n.º 009 [Letra C – 2ª Parte].* **404**

Figura 199 – *Pano de muralhas sul, sendo bem visíveis as derrocadas ocorridas em 1929-30, 1954, SIPA Foto 00530773.* **404**

Figura 200 – Projeto das Escadinhas do Muro da Praia*, agosto de 1931, Arquivo Municipal de Sines.* **405**

Figura 201 – A Praça de Armas do Castelo utilizada como terreno agrícola*, c. 1937. Fotomontagem das fotografias SIPA FOTO00530742 e 00530743 (parcial).* **407**

Figura 202 – *Luís Cristino da SILVA:* Ante-Plano da Regularização e Embelezamento da frente marginal de Sines*. Lisboa, Biblioteca de Arte Gulgenkian, Cota LCS 50.* **408**

Figura 203 - Pires Lembrança de Sines*, século XX, meados, Fábrica de Sacavém, coleção particular.* **409**

Figura 204 – Chávena Lembrança de Sines*, século XX, meados, Fábrica de Sacavém, coleção particular.* **409**

Figura 205 – José Domingos Gorgulho*, pai de Suani Gorgulho, com a farda de guarda fiscal, década de 1930, prova fotográfica a preto-e-branco. Coleção particular.* **410**

Figura 206 – *Mocidade Portuguesa, Ala n.º 18, nas escadas da sua sede nos antigos aquartelamentos do Castelo de Sines, Coleção particular.* **411**

Figura 207 – *Bombeiros Perfilados no Interior do Castelo, final da década de 1940, Arquivo da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sines.* **411**

Figura 208 – Revista Turismo*, nº 59, agosto e setembro de 1944. Coleção particular.* **412**

Figura 209 – *O Castelo de Sines em 1944. Pormenor da figura anterior. Nesta imagem é bem visível a espessa camada de reboco que cobria todos os panos de alvenaria do Castelo.* **413**

Figura 210 – *Pilastra retirada por Leite de Vasconcelos do Castelo de Sines*. O Archeologo Português*, 1914, p. XI.* **418**

Figura 211 – Ara Funerária de Júlia Marcela*, século II, MNA, inv. E 5319.* **418**

Figura 212 – *Guilherme Gameiro*, Vaso de barro prehistorico offereccido pelo Ex.mo Sr. Francisco Ignacio da Costa Palma*, 1905, desenho a tinta da China sobre papel, Museu de Sines, doação de Maria Catarina Palma Soares Godinho.* **419**

Figura 213 – *Grande Pilastra Visigótica, século VII, calcário fétido de Trigaches, Museu de Sines, inv. MS 1064.* **421**

Figura 214 – *Eng.º Vaz,* Fábrica Romana escavada por José Miguel da Costa em 1962*, 1963, SIPA, doc.00007576, foto.00530838.* **424**

Figura 215 – *Caderno de Campo de José Miguel da Costa relativo às escavações na cerca exterior do Castelo de Sines, Museu de Sines.* **424**

Figura 216 – *Proposta de delimitação da Zona de Proteção do Castelo de Sines, incluindo uma zona non aedificandi, que nunca entrou em vigor. SIPA DES.00016991.* **427**

Figura 217 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste, c. 1980, Museu de Sines.* **428**

Figura 218 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste, c. 1980, Museu de Sines.* **428**

Figura 219 – *Operação de remoção da base de estátua de Marte de um dos cunhais da torre Nordeste, c. 1980, Museu de Sines.* **429**

Figura 220 – *Pormenor da face interior da muralha poente antes da intervenção. 1955. SIPA FOTO.00530757.* **431**

Figura 221 – *Pormenor da área da bateria, após a demolição do pano de muralha que ameaçava ruir. 1956. SIPA FOTO.00530769.* **433**

Figura 222 – *Trabalhos de reconstrução do paramento da bateria dos canhões. 1963. SIPA FOTO00530842.* **438**

Figura223 – *Trabalhos de recuperação do pano de muralha Sul. 1955. SIPA FOTO.00530790.* **441**

Figura 224 – *Conclusão dos trabalhos de recuperação do pano de muralha Sul. 1955. SiPA FOTO.00530791.* **441**

Figura 225 – *Comemorações do Quinto Centenário do Nascimento de Vasco da Gama, 1970, Coleção de Aida Contreiras.* **443**

Figura 226 – *Convite para a cerimónia de inauguração da estátua de Vasco da Gama, 1970, Museu de Sines, MS 236. Doação de Arnaldo da Soledade.* **443**

Figura 227 – *Colocação da Estátua de Vasco da Gama Junto do Castelo, 1970, SIPA FOTO.00531158.* **444**

Figura 228 – *Arnaldo Soledade (1982)* – Sines, Terra de Vasco da Gama*. 2ª edição. Sines: Câmara Municipal.* **444**

Figura 229 – *Inauguração do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, 1975, Museu de Sines. O Castelo vestido para a ocasião à imagem do Kremlin moscovita.* **446**

Figura 230 – *Luís Miguel Correia*, O Infante D. Henrique Encalhado em Sines*, 1986.* **449**

Figura 231 – *Escavação da Fábrica Romana, 1991, Atlas do Sudoeste Português. Disponível em linha: WWW:<URL: https://www.atlas.cimal.pt/drupal/?q=en/node/176.* **454**

Figura 232 – *Interior da sala Norte do primeiro andar do Museu*, 2009, foto do autor. **463**

Figura 233 – *Graça Morais,* A Festa da Abundância II, *setembro 2005, carvão e pastel sobre papel. Coleção da autora.* **465**

Figura 234 – *Pedro Valdez Cardoso,* Memória dos Actos*, 2006.* **466**

Figura 235 – *Emmerico Nunes* - Sines (45 graus à sombra). *Óleo sobre Madeira. Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea. Inv. 1749.* **467**

Figura 236 – *Ricardo Estevam Pereira,* Ler a Paisagem, um passeio por Sines, guiado pelos seus escritores, *2008, Museu de Sines.* **468**

Figura 237 – Redes do Tempo*, n.º 7, março de 2012. Número de dicado aos últimos habitantes do Castelo de Sines.* **468**

Figura 238 – Roteiro do Centro Histórico*. Texto e desenhos de Ricardo Estevam Pereira, design gráfico Ana Gil. Edição da Câmara Municipal de Sines, 2012.* **469**

Figura 239 – Castro da Cola*. Gravura mandada realizar por D. Frei Manuel do Cenáculo para ilustrar a sua obra.* **469**

Figura 240 – *Mercado Diário no Largo Poeta Bocage, década de 1970, Museu de Sines, doação de Arnaldo da Soledade.* **470**

Figura 241 – *Maquete do projeto do lg. Poeta Bocage,* **471**

Figura 242 – *Planta Geral do Largo Poeta Bocage.* **472**

Figura 243 – *Lg. Poeta Bocage visto a partir das muralhas do Castelo, 2009, Foto do autor.* **472**

Figura 244 – *Fábrica romana antes da musealização*, 2010. **474**

Figura 245 – *Maqueta de trabalho* do pavilhão da Fábrica Romana, 2021. **476**

Figura 246 – *Pavilhão da Fábrica Romana*, fotografia do autor, 2020. **476**

Figura 247 – *Vista do lg. João de Deus para o mar, com o pavilhão da Fábrica Romana e o Castelo à direita, com a porta nova*. Foto do autor, 2022. **477**

Figura 248 – *Vitrine com materiais arqueológicos do Castelo* (pormenor). Foto do autor 2024. **478**